

ORGANIZADORES
JOSÉ MARIO BOTELHO
LEONARDO FERREIRA KALTNER

**EM HOMENAGEM AOS
100 ANOS DE NASCIMENTO
DE FERNANDO SABINO E OS
50 ANOS DE EXISTÊNCIA
DA PONTE RIO-NITERÓI**

XXVII CNLF



***Anos de Nascimento de
Fernando Sabino***

**CADERNO ESPECIAL,
ANAIS DO XXVII CNLF, TOMOS I E II**

**José Mario Botelho
E
Leonardo Ferreira Kaltner
(Organizadores)**

XXVII CNLF



***Anos de Nascimento de
Fernando Sabino***

**Em homenagem aos 100 anos de Nascimento
de Fernando Sabino e os 50 anos de existência
da Ponte Rio-Niterói**

**CADERNO ESPECIAL,
ANAIS DO XXVII CNLF, TOMOS I E II**



Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

BOTELHO, José Mario; KALTNER, Leonardo Ferreira [Orgs]

Caderno Especial, Anais do XXVII CNLF, Tomos I e II. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 439p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1766-6 [Digital]

1. Anais. 2. Filologia. 3. Linguística. 4. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. I. Título.

CDD – 410/469

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828

Diagramação: José Mario Botelho

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/ Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13.568-878 – São Carlos-SP

2025

Esta obra conta com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, através do Projeto de Investigação “Estudos anchietanos no século XXI e a Década Internacional das Línguas Indígenas (UNESCO, 2022–2032): interfaces entre a política e a historiografia linguística” (código: e-26/204.315/2024), do Prof. Dr. Leonardo Ferreira Kaltner, que financia uma pequena parte do custo desta obra.

A FAPERJ, que é uma agência de fomento à pesquisa, atua no estado do Rio de Janeiro e é vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado do Rio de Janeiro.



XXVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
Rua da Alfândega, 115, Sala 108 – Centro
20.070-003 – Rio de Janeiro-RJ
eventos@filologia.org.br – (21) 3368 8483 / (21) 99999 0947
<http://www.filologia.org.br>

DIRETOR-PRESIDENTE:

José Mario Botelho

VICE-DIRETORA PRESIDENTE:

Anne Caroline de Moraes Santos

SECRETÁRIA:

Celina Márcia de Souza Abbade

DIRETORA DE PUBLICAÇÕES:

Melyssa Cardozo Silva dos Santos

VICE-DIRETORA DE PUBLICAÇÕES:

Regina Céli Alves da Silva

DIRETOR CULTURAL:

Juan Rodrigues da Cunha

DIRETOR DE FINANCEIRO (INTERINO):

Leonardo Ferreira Kaltner

XXVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA
de 28 a 30 de agosto de 2024

COORDENAÇÃO GERAL:

José Mario Botelho

COMISSÃO ORGANIZADORA:

*Anne Caroline de Morais Santos
Celina Márcia de Souza Abbade
José Mario Botelho
Leonardo Ferreira Kaltner
Melyssa Cardozo Silva dos Santos*

COMISSÃO EXECUTIVA:

*Anne Caroline de Morais Santos
Celina Márcia de Souza Abbade
José Mario Botelho*

COMISSÃO CIENTÍFICA:

*Anne Caroline de Morais Santos
José Mario Botelho
Juan Rodrigues da Cruz
Leonardo Ferreira Kaltner
Melyssa Cardozo Silva dos Santos
Regina Céli Alves da Silva*

COORDENAÇÃO LOCAL:

Anne Caroline de Morais Santos

SECRETARIA GERAL:

Celina Márcia de Souza Abbade

EXPEDIENTE

Os Anais das edições do Congresso Nacional de Linguística e Filologia são publicados em Cadernos específicos (ISSN 1519-8782), que são ancorados no *site* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) como um periódico anual, o qual se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de filologia e de linguística por ela abrangidas. Este é um Caderno Especial, composto por artigos dos Tomos I e II, que foram indicados por Pareceristas da Comissão Científica do Evento.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

EQUIPE DE APOIO EDITORIAL

Constituída pela Comissão Organizadora e Executiva de cada edição do Congresso Nacional de Linguística e Filologia: Anne Caroline de Moraes Santos, Celina Márcia de Souza Abbade, José Mario Botelho, Leonardo Ferreira Kaltner, Melyssa Cardozo Silva dos Santos e Regina Céli Alves da Silva, que são os atuais Diretores do Círculo.

Organização: José Mario Botelho e Leonardo Ferreira Kaltner

Redação: José Mario Botelho

Diagramação, editoração e edição: José Mario Botelho

Revisão: Regina Céli Alves da Silva

CONSELHO EDITORIAL

Constituída pela Comissão Científica de cada edição do Congresso Nacional de Linguística e Filologia e uma Comissão Consultiva: Aira Suzana Ribeiro Martins (CPII), Álvaro Alfredo Bragança Júnior (UFRJ), Anne Caroline de Moraes Santos (UVA), Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues (UERJ), Dayhane Alves Escobar Ribeiro Paes (UFRRJ), José Mario Botelho (FFP-UERJ), Márcio Luiz Corrêa Vilaça (UNIGRANRIO), Márcio Luiz Moitinha Ribeiro (FFP-UERJ e UERJ), Mário Eduardo Viaro (USP), Nataniel dos Santos Gomes (UEMS), Paulo Osório (Uni. Of Beira Interior), Renata da Silva de Barcelos (UNICARIOCA).

Esta Equipe, constituída de Professores Doutores, é a responsável pela avaliação dos textos completos que compõem o *Caderno do CNLF* e deste *Caderno Especial*.

SUMÁRIO

Apresentação.....	9-10
<i>José Mario Botelho</i>	
1. A insustentável leveza do tempo: Semiose e substância de uma abstração.....	11-26
<i>Rita de Cássia A. Pacheco Limberti</i>	
2. A produção dramatúrgica de Lúcia Di Sanctis: Dimensões materiais, sociopolíticas e culturais.....	27-41
<i>Débora de Souza</i>	
3. “Anchieta, leitor de Nebrija: Uma análise historiográfica.....	42-51
<i>Stephanie Cunha dos Santos Silva e Leonardo Ferreira Kaltner</i>	
4. As artes plásticas como fonte informativa para a arte médica....	52-61
<i>Edina Regina Pugas Panichi</i>	
5. As horas de Augusto Matraga: A jornada do herói roseano.....	62-77
<i>Daniella Tavares Potrique e Cimélio Senna Vasconcelos da Silva</i>	
6. As presenças encontradas nas correspondências de cunho familiar: Uma análise epistolográfica.....	78-93
<i>Mariana Rodrigues Ferreira Fantinelli Delecrode e Edina Regina Pugas Panichi</i>	
7. As transformações nas abordagens da semântica nos livros didáticos do Ensino Fundamental – anos finais.....	94-109
<i>Silvânia Aparecida Alvarenga Nascimento</i>	
8. Contribuições da Filologia e da Linguística Histórica na leitura de um livro de empréstimos da Biblioteca do Gabinete Português de Leitura da Bahia (Séc. XIX).....	110-9
<i>Leonardo Coelho Marques de Jesus</i>	
9. Crítica Genética e Estilística: Uma análise na construção de discursos judiciais.....	120-33
<i>Paula Elisie Madoglio Izidoro e Edina Regina Pugas Panichi</i>	
10. Diálogos intertextuais com o cordel.....	134-43
<i>Maria Isaura Rodrigues Pinto e Aline Souza dos Santos</i>	
11. Edição e estudo filológico da “Carta a Rodrigo Rocha, comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais”.....	144-60
<i>Michelli dos Santos Maciel, Karina de Jesus Araujo e Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida</i>	

12. **Edições fac-similar e semidiplomática do capítulo “Abandono”, do romance “O alambique”**.....161-74
Manoel Oliveira de Jesus e Patrício Nunes Barreiros
13. **Estratégias hermenêuticas na pesquisa histórica de toponímia**...175-90
César Nardelli Cambraia
14. **Gestos de criação nos textos de teatro de Ildásio Tavares**.....191-207
Rosa Borges
15. **Metáforas da morte nos discursos literário e médico durante a epidemia de HIV/AIDS no Brasil**.....208-20
Urandi Rosa Novais
16. **Norma culta em foco: Análise sociolinguística de produções escritas de estudantes universitários**.....221-36
Fatiny Moura e Vivian Antonino
17. **Notas sobre uma proposta de análise lexicológica do campo do humano no Projeto de Lei nº 2.338/2023, que dispõe sobre a inteligência artificial no Brasil**.....237-46
Carla Maria França e Maria da Conceição Reis Teixeira
18. **O campo lexical do envelhecer e suas representações sociais em “Memórias póstumas de Brás Cubas”**.....247-60
Paulo Roberto Santos Reis Soares e Celina Márcia de Souza Abbade
19. **O conceito de sílaba nas gramáticas de João de Barros (1540) e de Anchieta (1595)**.....261-74
Leonardo Ferreira Kaltner
20. **O entrecruzar de olhares em um processo-crime oitocentista: Do suporte a algumas particularidades dos escreventes**.....275-86
Fabrcício dos Santos Brandão
21. **O jeitinho brasileiro e o perigo dos estereótipos: Breves reflexões à luz da Análise de Discurso francesa**.....287-97
Patrícia Rebouças Oliveira
22. **O letramento como instrumento multicultural**.....298-311
Beatriz dos Santos Alves e Maria Isaura Rodrigues Pinto
23. **O não dito em “Ana Terra”**.....312-21
Cesar Christian Ferreira dos Santos
24. **O papel das preposições complexas na progressão textual**.....322-37
Carla Barbosa de Farias Santos e Marcos Luiz Wiedemer

25. **O *priming* semântico e a competência lexical: As expressões idiomáticas.....**338-46
Cristiane Rozenfeld
26. **Objetos de conhecimento discursivos e o livro didático: o caso da modalização.....**347-59
Noelma Oliveira Barbosa
27. **Os estudos histórico-comparativos no século XIX e o surgimento da Linguística Histórica.....**360-79
José Mario Botelho
28. **Por uma paleta de cores de Minas Gerais.....**380-94
Ludmila Reis Pinheiro
29. **Reflexões teóricas e discursivas da abordagem semiolinguística para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura.....**395-403
Antonio Cilrírio da Silva Neto, Maria Vitória Sousa Franco de Carvalho. Paulina da Silva Sena e Rebeca Campos Silva
30. **Sintaxe oracional da lírica profana medieval á luz da diatopía galega ou portuguesa.....**404-20
Alexandre Rodríguez Guerra
31. **Sobre o esforço na *recensio* da obra de moacyr de almeida em periódicos.....**421-8
Mario Newman de Queiroz
32. **Um olhar inédito sobre o mundo: Aspectos singularizadores de Cesário Verde no poema “Num bairro moderno”.....**429-38
Lírian Daniela Martini

APRESENTAÇÃO

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe este Número Especial, com os 32 artigos, referentes aos trabalhos recebidos até o dia 30 de agosto de 2023, que foram apresentados no XXVII Congresso Nacional de Linguística e Filologia do dia 28 a 30 de agosto de 2024, em formato virtual, totalizando 438 páginas neste Caderno Especial, dos Anais deste XXVII CNLF.

Na história das locações deste Congresso, vale lembrar que ele foi realizado, pela primeira vez, em novembro de 1997, na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (São Gonçalo-RJ). Sua segunda edição ocorreu na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro-RJ) e, depois disso, quinze edições consecutivas foram realizadas no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro-RJ). Por causa disso, muitos participantes frequentes deste Congresso já o consideravam um evento da UERJ, supondo que o CiFEFiL fosse um órgão ou setor daquela instituição.

Somente a partir de 2014 é que ele se realiza fora do âmbito das instituições públicas de ensino superior do Rio de Janeiro, com a adesão da Universidade Estácio de Sá, que gentilmente nos acolheu desde o início daquele ano, quando, nessa Instituição, realizamos o VI Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos, pelo que agradecemos imensamente.

Também em 2014 recomeçamos nossas atividades acadêmicas na Universidade Veiga de Almeida, com a IX Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa, visto que foi nessa Universidade que começaram os primeiros eventos organizados pelo CiFEFiL, quando um dos seus fundadores, Emanuel Macedo Tavares, era professor de Filologia Românica nessa Instituição.

Em 2018, retornamos para o Instituto de Letras da UERJ e realizamos o XXII CNLF. No ano de 2021, também em agosto como é de praxe, realizamos o XXIV CNLF no formato virtual, que transcorreu sem nenhum problema, pois a Equipe de Trabalho já era detentora de um *savoir faire*, adquirido dos outros três Eventos anteriores.

Neste ano de 2024, também em agosto, realizamos o XXVII CNLF no formato híbrido, na Universidade Veiga de Almeida (UVA), e esperamos ter oferecido à comunidade cifefiliana um evento de alto nível, como tradicionalmente vimos fazendo ao longo desses 29 anos de existência do Círculo.

Esta é, portanto, a segunda vez que este, que é o Evento principal do Círculo, foi realizado também em formato virtual, o qual já é um conhecimento solidificado para esta Comissão Organizadora.

Dando continuidade ao trabalho dos anos anteriores, editamos o Livro de *Programação*, o Livro de *Resumos* e os Tomos I e II, com os *Textos Completos*, em suporte eletrônico (virtual e digital).

A novidade para esta edição fica por conta da publicação desta versão digital em formato *e-book*, com os 32 artigos aprovados pela Comissão Científica do Evento, como o fizemos no ano passado com os Anais do XXVI CNLF.

A Diretoria do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos agradece a todos pela participação dessa rica semana de convívio acadêmico.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2025.

José Mario Botelho
Leonardo Ferreira Kaltner
Organizadores

**A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DO TEMPO:
SEMIOSE E SUBSTÂNCIA DE UMA ABSTRAÇÃO**

Rita de Cássia A. Pacheco Limberti (UEMS)
rita.limberti@uems.br

RESUMO

Essa palestra se propõe a uma provocação acerca dos conceitos de “tempo” e de “espaço”. O primeiro, considerado tanto sob o aspecto denotativo, em que significa “a maneira como contabilizamos os momentos, seja em horas, dias, anos, séculos”, quanto sob o aspecto conceitual, em que seu sentido se desloca na direção de uma abstração, como “uma grandeza física, considerado uma das dimensões do universo”; e o segundo, considerado, da mesma forma, tanto sob o aspecto denotativo, “intervalo vazio entre corpos, cosmos” quanto sob o aspecto conotativo, em que seu sentido se desloca na direção de uma concretização, como “um lugar”, um espaço que significa. A discussão se dará em torno da exposição permanente localizada no prédio da antiga prisão do Palazzo Ducale de Veneza, intitulada “Doing Time”, do artista taiwanês Tehching Hsieh, que consiste no registro fotográfico e documental de duas *performances* realizadas pelo artista em 1979 (“Jump”) e em 1980/1981 (“Time clock piece”). O aporte teórico que subsidia as discussões é a Semiótica greimasiana (“Du sens” I, II, entre outros), com inserções da Psicanálise freudiana (“O mal-estar na civilização”) e da filosofia (Santo Agostinho, “Confissões”; Agamben, “Profanações”; Platão, “O mito da caverna”). A abordagem analítica toma o objeto artístico enquanto objeto linguístico, em sua dimensão discursiva, semântica e pragmática.

Palavras-chave:
Arte. Semiótica. Tempo.

RESUMEN

Esta conferencia tiene como objetivo provocar el debate sobre los conceptos de “tiempo” y “espacio”. El primero, considerado tanto desde el aspecto denotativo, en el que significa “la manera como contamos los momentos, ya sea en horas, días, años, siglos”, como desde el aspecto conceptual, en el que su significado se mueve en la dirección de una abstracción, como “una cantidad física, considerada una de las dimensiones del universo”; y el segundo, considerado, de la misma manera, tanto bajo el aspecto denotativo, “intervalo vacío entre cuerpos, cosmos” como bajo el aspecto connotativo, en el que su significado se mueve en la dirección de una concretización, como “un lugar”, un espacio que significa. El debate girará en torno a la exposición permanente ubicada en el antiguo edificio penitenciario del Palacio Ducal de Venecia, titulada “Doing Time”, del artista taiwanés Tehching Hsieh, que consiste en el registro fotográfico y documental de dos *performances* realizadas por el artista en 1979 (“Jump”) y en 1980/1981 (“Time clock piece”). El marco teórico que sustenta las discusiones es la Semiótica Greimasiana (“Du sens” I, II, entre otros), con inserciones del Psicoanálisis Freudiano (“El malestar en la cultura”) y de la filosofía (San Agustín, “Confesiones”; Agamben, “Profanaciones”); Platón, “El mito de la caverna”). El enfoque analítico toma el objeto artístico como objeto lingüístico, en su dimensión discursiva, semántica y pragmática.

Palabras clave:
Arte. Semiótica. Tiempo.

“A vida é uma sentença de prisão perpétua;
A vida é passar o tempo;
A vida é livre-pensamento.”
(Tehching Hsieh)



1. Apresentação

O presente artigo se propõe a uma provocação acerca dos conceitos de “tempo” e de “espaço”. O primeiro, considerado tanto sob o aspecto denotativo, em que significa “a maneira como contabilizamos os momentos, seja em horas, dias, anos, séculos”, quanto sob o aspecto conceitual, em que seu sentido se desloca na direção de uma abstração, como “uma grandeza física, considerado uma das dimensões do universo”; e o segundo, considerado, da mesma forma, tanto sob o aspecto denotativo, “intervalo vazio entre corpos, cosmos” quanto sob o aspecto conotativo, em que seu sentido se desloca na direção de uma concretização, como “um lugar”, um espaço que significa.

A discussão se dá em torno de um dos eventos paralelos da Biennale di Venezia 2017, a exposição localizada no prédio da antiga prisão do Palazzo Ducale de Veneza, intitulada “Doing Time”, do artista taiwanês Tehching Hsieh, que apresenta o registro fotográfico e documental de duas *performances* realizadas pelo artista em 1973 (“The Jump Piece”) e em 1980/1981 (“Time clock piece”). A primeira *performance* consiste em uma queda livre do artista do segundo andar de sua casa, que dura segundos; a segunda *performance* dura um ano, período em que ele se propôs a registrar presença em um relógio de ponto instalado em sua residência a cada hora, durante todas as horas do dia, sem exceção.

O gênero “performance” se caracteriza por sua efemeridade, ou seja, seu estatuto possui um componente temporal (sua duratividade finita) e um componente espacial (ocorrência que se dá num determinado espaço no decorrer de um determinado intervalo de tempo). Dadas as propostas de Tehching, os conceitos “tempo” e “espaço” se subvertem, pois o artista os redimensiona. Em “Jump”, o tempo é reduzido ao mínimo que uma *performance* pode durar (frações de segundo quase inapreensíveis) e o espaço ine-

xiste, pois a *performance* ocorre no ar, durante o deslocamento de seu corpo do prédio ao chão; em “Time clock”, o tempo é dilatado a um intervalo absurdo de um ano, impensado para uma *performance*, enquanto o espaço em que o artista deve ficar é “livre”, não definido, desde que a cada hora ele se encontre na presença do relógio para bater o ponto.

O tempo, nesta proposta, em suas dimensões exageradas, dilui a efemeridade e põe em evidência sua ação corrosiva: não da matéria, mas dos propósitos, convicções, verdades. O espaço, por sua vez, aparentemente “livre”, circunscreve-se no âmbito da distância que o artista pode ficar do relógio do ponto, ou seja, ele pode ir aonde quiser, desde que dê tempo de ir e voltar no intervalo de uma hora para que possa bater o ponto novamente. Dessa forma, o espaço é medido e calculado pela unidade temporal – pelo tempo que o corpo leva para se deslocar até um determinado lugar – e não propriamente por uma unidade espacial (metros, quilômetros).

O relógio do ponto é um convite a um questionamento severo sobre a liberdade de ir e vir. Na *performance*, o artista está preso no tempo e não no espaço. O aporte teórico que subsidia as discussões é a Semiótica greimasiana (“Du sens” I, II, entre outros), com inserções da Psicanálise freudiana (“O mal-estar na civilização”) e da filosofia (Santo Agostinho, “Confissões”; Agamben, “Profanações”; Platão, “O mito da caverna”). A abordagem analítica toma o objeto artístico enquanto objeto linguístico, em sua dimensão discursiva, semântica e simbólica.

2. O objeto

A exposição “Doing Time” constitui-se como uma exposição *sui generis*, devido ao fato de propor-se a apresentar o registro fotográfico de duas *performances* já ocorridas, ou seja, não é uma exposição de fotos (artísticas) nem uma *performance*, mas a representação do que foram as *performances*. Há uma sobreposição de códigos e de suportes que inauguram uma forma alternativa de perpetuar uma expressão artística efêmera. Nessa modalidade de arte – *performance* –, a apreciação, contemplação, observação e fruição se dão de forma única, pontual e irrepetível.

Ao assistir a uma *performance*, o destinatário não detém o controle do tempo de contemplação. É o *performer* que pontua essa dimensão – o tempo –, o qual, aliás, constitui-se um componente central dessa forma de expressão, pois é ele o produtor da efemeridade, é nele que os objetos e ações se situam, descrevem uma narrativa e se esvaem.... Já ao contemplar qualquer outra modalidade de expressão artística, o destinatário pode deter-se diante dela pelo tempo que quiser (pintura, escultura, instalação, a literatura) ou, no

caso das artes como a dança, o teatro, o cinema, a música, ele pode voltar a apreciá-la mais vezes em outras apresentações/espetáculos ou outras infindáveis vezes em execuções de reproduções fonográficas e audiovisuais.

A diferença fundamental entre a *performance* e as outras expressões artísticas que consistem em um espetáculo, como o teatro, por exemplo, é exatamente o tempo. Na peça teatral a temporalidade encontra-se no interior da narrativa, em seu aspecto constitutivo: os fatos ocorrem em um determinado espaço e num determinado tempo ficcional. Ao se assistir novamente à peça, o tempo será exatamente o mesmo porque está delimitado ficcionalmente. Assim, uma peça, por exemplo, como Hamlet, de Shakespeare, sempre se iniciará numa noite fria no Castelo de Elsinore e terminará com a morte de Hamlet dizendo “O resto é silêncio.” O conjunto de fatos e acontecimentos contém-se naquele espaço de tempo histórico, essencial para a motivação das contendas e disputas; fora daquele espaço e daquele tempo, a narrativa Hamlet não existe, ou seja, o tempo é um elemento constitucional.

Na *performance*, o tempo é externo à narrativa, ou seja, é a sua durabilidade efêmera, fugidia e inapreensível que a constitui. O decorrer cronológico, a temporalidade externa, o intervalo de tempo transcorrido a determinam. E por ser esse tempo de Chronos, do relógio, nunca mais será o mesmo. A narrativa de uma *performance* diz respeito à exterioridade, à relação pontual do performer com a realidade, com seus destinatários. Na *performance* de Tehching Hsieh, “Jump” (Salto), em que ele cai em queda livre do segundo andar de sua casa, é a duração da queda o foco da narrativa, ou seja, o tempo. Inapreensível, irrevogável, é o tempo que revela o sentido (ou o tira) de tudo que se passou: uma ação muito extensa em sua dimensão ontológica – a coragem, a ousadia, a dor – dentro de um espaço de tempo quase imensurável, a ponto de ter que ser filmada, fotografada para poder ser vista em sua inteireza.

Tais considerações nos levam a perceber a *performance* como a “arte do real”, enquanto todas as outras modalidades artísticas modulam-se no universo da ficção. Segundo as considerações de Gustavo Bernardo (2004), em “A ficção cética”,

No mundo considerado real, dizemos que as leis da gravitação universal são aquelas enunciadas por Isaac Newton; no mesmo mundo, consideramos verdadeiro que Napoleão tenha sido morto em Santa Helena em 5 de maio de 1821. Contudo, cientistas e historiadores mantêm a mente aberta para admitir formulação diversa da gravitação ou nova data para a morte de Napoleão, caso novas evidências ou novos documentos provem o contrário do que se sabia até então. [...] O mundo criado pela ficção, no entanto, é diferente. No mundo da ficção, Sherlock Holmes era solteiro e Anna Karenina se matou; Sherlock Holmes não pode ter sido de modo algum casado ou viúvo, nem Anna Kare-

nina pode ter morrido de morte natural. (GUSTAVO BERNARDO, 2004, p. 22-3)

A *performance* de Tehching Hsieh conta com o componente real mais corrosivo: o tempo, ou seja, embora haja um forte propósito de chegar ao final da *performance*, não há uma boa margem de certeza de que isso ocorrerá. Ao contrário, paira uma grande dúvida sobre a sua realização, dada a bizarrice de sua proposta, que exige grande disciplina e sacrifício do *performer*. Dessa forma, o que ocorre na *performance* está sujeito a intercorrências (e em muitas *performances* elas são até solicitadas, como, por exemplo, a participação efetiva do público) próprias do decurso da narrativa do real, distanciando-se definitivamente da estabilidade da narrativa ficcional.

Para Umberto Eco (2013), os textos ficcionais, à diferença do mundo e ainda quando ambíguos, explicitam uma margem muito clara de certeza, conduzindo-nos a paradoxo interessante: a ficção desrealiza o real para criar um novo real mais seguro, portanto “mais real” do que aquele que se encontrava no ponto de partida.

A ficção, ao ser concebida, adquire existência própria e nada poderá mudá-la, enquanto o real, por ser um conjunto de arranjos de modalizações e de contratos entre sujeitos, torna-se imprevisível, incontrolável, inapreensível dentro da dimensão temporal, isto é, não existe. Em “Confissões”, Santo Agostinho trata com bastante propriedade desta inapreensibilidade do tempo e, conseqüentemente do que ocorre dentro dele.

Segundo o autor, não se pode apreender o futuro, o tempo futuro, porque ainda não chegou, tudo que há neste tempo são projeções imaginárias; não se pode apreender o passado, o tempo passado, porque já passou, tudo que está no tempo passado são memórias (que não deixam de ser projeções imaginárias); e o presente, por estar em decurso, passando, também é inapreensível, pois cada partícula do tempo presente flui do futuro, de um devir, ao passado pelo lapso fugidivo do agora. Mesmo empregando-se o gerúndio, o fato narrado está em ocorrência; esta forma nominal do verbo expressa continuidade e não estagnação na linha temporal, o que seria impossível.

A *performance* é a expressão do ponto de vista do “agora”, mesmo que seja sobre um fato de “então” (do passado ou do futuro). Em outras palavras: o artista se expressa com um vocabulário ideológico contemporâneo sobre determinados objetos e valores, contando com a troca intersubjetiva com os sujeitos destinatários – o público –, não necessariamente com sua presença (embora em algumas *performances* esta seja essencial), mas com sua existência, com suas formas de vida, como atores da realidade (o que faz dele, o público, sujeito – enquanto interlocutor – e objeto – enquanto componente ou agente do tema). A *performance* propõe um diálogo sobre (ou

pelo menos uma escuta de) um conceito de um determinado valor posto em cheque.

Quando, por exemplo, em sua *performance* “Limite Zero” (2012), a artista visual paraense Berna Reale, uma mulher sai nua às ruas, pendurada pelos pés e mãos atados a um varão apoiado sobre os ombros de dois homens que a carregam, vestidos com roupas de trabalhadores de frigoríficos, ela exorta os transeuntes ao choque diante da flagrante vulnerabilidade da mulher.

Figura 1.



Fonte: Limite Zero (2012).

Cada um que a assistir passando (nenhum voluntariamente, haverá aqueles que desviarão os olhos, pois foi a *performance* que foi até eles) responderá de uma forma diferente ao apelo, dividindo-se entre aqueles que compreendem e partilham a ideia de que a mulher deve ter seu lugar socio-cultural e ideológico revisto e aqueles que não compreendem nem partilham tal ideia.

A *performance* se notabiliza por essa inserção espaço temporal, por provocar uma bolha inusitada no contexto do cotidiano e ranhuras no relevo retilíneo imaginário da linha temporal. No exemplo acima, esta *performance* inseriu-se momentânea e extraordinariamente (ao passar) naquele espaço público, naquele instante. Após ter passado, o espaço voltou à “normalidade” e o tempo retomou sua dimensão cronológica, interrompida por alguns instantes, porém não voltaram a ser os mesmos: passaram a ser o espaço e o tempo em que houve uma *performance* de uma mulher que saiu à rua nua pendurada pelos pés e mãos atados a um pau apoiado sobre os ombros de dois homens que a carregavam.

Essa é a condição da *performance*, que a distingue de todas as outras manifestações artísticas e até mesmo de manifestações políticas, de classes, de gêneros, etc. Nesta, mesmo que uma mulher (ou um grupo de mulheres) saia nua às ruas para manifestar-se sobre sua condição, ela estará partindo de seu próprio lugar de fala – embora seja em nome de muitas –, com uma linguagem denotativa (cartazes e palavras de ordem), sendo que a nudez terá

uma função simbólica apelativa. Já na *performance*, a linguagem simbólica propõe uma leitura mais elaborada do tema, inscrito no arquétipo iconográfico proposto da condição feminina: os pés e mãos atados, dependurada e sendo carregada (por homens, observe-se) como se fosse para um abate. Ali não se tem a *performer* nua, mas sim um corpo feminino nu: uma linguagem eloquente de vulnerabilidade. A artista se des-subjetiva para assumir uma dimensão metafórica transcendente.

A *performance* de Tehching é um ato solitário, não demanda a participação de pessoas nem se coloca aberta ao público, o relógio do ponto encontra-se no interior de sua casa. O registro fotográfico é o componente que vai tecendo o fio narrativo hora a hora, dia a dia, concebendo uma sintaxe entre as imagens (cartão do ponto com o registro hora a hora, o cabelo de Tehching crescendo, diferentes horários mostrados no relógio do ponto) de modo a apresentar ao público o trabalho em seus vários estágios, os quais, se vistos de modo estanque, não adquirem o sentido buscado, qual seja: o peso do tempo sobre as ações cotidianas, sua ação sobre a liberdade do indivíduo, seu papel crucial na narrativa.

É a relação entre os estágios que produz sentido em cada um deles; esse princípio semiótico justifica o registro fotográfico, imprescindível para o vislumbre simultâneo deles e para a produção dos efeitos de sentido de aprisionamento físico (o corpo do performer fica circunscrito a um espaço restrito) delimitado pelo tempo (em que seja possível deslocar-se de modo a estar à frente do relógio de ponto à hora estipulada).

3. As *performances* de Tehching Hsieh

Figura 2: Cartaz da Exposição “Doing time”.



O título da exposição, “Doing time”, em tradução literal corresponderia a “fazendo tempo”, sentido bastante sugestivo para seu conteúdo: *performances* que tematizam o tempo em grandezas extremas para uma *perfor-*

mance – mínima, segundos; máxima, um. O sentido no idioma inglês, contudo, é outro (embora contíguo): “doing time” significa “cumprindo pena”. Tal significado vai além, pois apresenta as *performances* em seu sentido ontológico, ou seja, o propósito de cada uma delas demanda do artista sacrifícios, dores, privações, além de – no caso da segunda, “Time clock” -, ele ter que realmente cumprir uma sentença temporal, à semelhança das sentenças prisionais.

Uma sentença prisional contém uma penalidade de reclusão (há a privação de espaço, de liberdade de deslocamento espacial) e há a extensão temporal em que essa penalidade deve se dar. A reclusão ganha a proporção de pena no interior da extensão temporal. Uma reclusão por horas ou dias parece perfeitamente suportável; contudo, à medida em que a duração da reclusão aumenta, a pena vai se configurando como mais grave proporcionalmente à gravidade do ato que gerou a condenação.

Na *performance* “Time clock” tem-se uma sentença temporal (o propósito de duração da *performance* é de um ano), mas não se tem a reclusão espacial. Aparentemente, o *performer* está livre para deslocar-se para onde quiser “desde que esteja à frente do relógio para bater o ponto” a cada hora. Ora, então, se ele é livre para deslocar-se e não pode ir mais longe que a um lugar para onde não se demore mais que meia hora para ir (pois tem que ter meia hora para voltar), então ELE ESTÁ PRESO NO TEMPO!!!

3.1. “Time clock”

“Time clock” é, como “The Jump”, uma *performance* sobre o tempo, porém com uma proposta totalmente diversa. Enquanto nesta a duração temporal é de segundos, naquela é de um ano. Tehching Hsieh se propõe a registrar presença em um relógio do ponto instalado em sua residência, de hora em hora, durante as 24 horas do dia, no decorrer de um ano. No relógio do ponto foi instalada uma câmera fotográfica com um cabo em cuja ponta havia o dispositivo a ser acionado, de modo que ele próprio, com o dispositivo ao alcance de sua mão, pudesse fotografar-se batendo o ponto a cada hora.

Figura 3: Relógio de ponto e o dispositivo para os autorretratos (selfies).



No início da *performance*, Hsieh aparece com os cabelos cortados rente ao couro cabeludo (raspados), estratégia empregada para ter mais um aferidor da passagem do tempo, considerando-se que à medida que os cabelos crescessem pudesse ser observado com evidência que havia passado certo número de dias, semanas, meses, proporcional ao tanto que os cabelos haviam crescido. No final da *performance*, após um ano, seus cabelos aparecem bastante crescidos, na altura dos ombros.

Figura 4: Tehching no início da *performance*.



Figura 5: Tehching no início da *performance*.



Além do registro das fotos (foram tiradas 8.760 fotos (24 horas x 365 dias = 8.760 horas)), foi feito o registro do relógio do ponto na cartela de papel (à época não havia controle de presença por meio digital), de modo que em cada cartela havia o registro das 24 horas de cada dia. Sendo assim,

foram produzidas 365 cartelas em que constavam 24 registros em cada uma, perfazendo um total de 8.760 registros.

Figura 6: Primeiro dia, primeira cartela de ponto.



Figura 7: Último dia, última cartela de ponto.



Na exposição, além do relógio de ponto, foram expostas as 8.760 fotos e as 365 cartelas, dispostas nas paredes em ordem cronológica, em colunas verticais, que continham a cartela de ponto no topo de cada coluna de fotos, as quais registravam cada hora do dia indicado na cartela.

Figura 8: Fotos e cartelas expostas nas paredes do recinto da exposição.



O fato de Hsieh ter tomado um relógio de ponto como meio de controle da proposta temporal da *performance* é altamente simbólico, pelo fato de este mesmo objeto ser meio de controle do tempo dos contratos de trabalho humano. Embora o registro do ponto possa parecer uma mera formalidade contratual, sua significação extrapola, e muito, o simples gesto do trabalhador de “bater o ponto”. O sentido mais profundo desta ação é que não é o suor de seu rosto, as forças de seus músculos ou a capacidade de seu cérebro que um trabalhador dispense ao trabalhar, em troca de uma remuneração (embora também seja); o que ele dispense, na verdade, é o seu tempo.

As cargas horárias de trabalho de oito horas diárias mantêm os trabalhadores sob controle, pois não lhes resta tempo para refletir, criar, analisar, criticar, conscientizar-se, rebelar-se. Quando um trabalhador adquire algo, compra algo com o dinheiro recebido como remuneração por sua atividade, não é com o dinheiro que ele está pagando, mas sim com o seu TEMPO, ou seja, com a sua VIDA.

Figura 9: Cartaz da exposição “Out of now”.



Não por acaso, no cartaz da exposição lê-se “out of now”, que significa, em tradução livre, “fora de agora”. Essa expressão contém uma incongruência semântica, pois a condição de existência, de “ser”, estar”, dá-se em um dado momento, que se constitui exatamente o “agora”, o tempo da existência. Metaforicamente, estar “fora de agora” é estar existindo fora de “ser”, fora de uma vida subjetiva, própria, que é o papel do trabalhador como uma peça de uma enorme engrenagem (Tempos modernos, de Chaplin) que des-subjetiva o sujeito para torná-lo um objeto.

Hipoteticamente, contudo, o homem tem a sensação de liberdade e de controle de seu tempo, de poder fazer o que bem quiser. E “pode”, mas em seu tempo “livre”. “Livre” é antônimo de “preso”, característica de quem está impedido de agir, que é justamente o tempo em que o homem está trabalhando. Isso significa dizer que esta sensação de liberdade e de autonomia é tão falaciosa quanto a célebre frase da Rainha de Copas em Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carrol: “Doces hoje não, mas sim todos os outros di-

as”. Alice, ao ouvir esta sentença, conformou-se com o fato de que só não poderia comer doces naquele dia.

No dia seguinte, contudo, ao protestar contra a permanência da proibição de comer doces, escutou da rainha; “Eu disse “Doces hoje não, mas sim todos os outros dias””, ou seja, a sentença era proferida diariamente, fazendo com que tal atualização a cristalizasse dentro de um “agora”, de um momento presente, de modo que a possibilidade de comer doces restasse “out of now”, ou seja, “fora do agora”. Analogamente, o homem é livre para fazer o que quiser, ir aonde quiser, desde que tenha tempo livre para isso, ou mesmo dinheiro (que é fruto de seu tempo). Na *performance*, “Time clock”, não se fala em espaço, em deslocamento espacial, o homem está livre para deslocar-se para onde quiser “desde que esteja à frente do relógio para bater o ponto de hora em hora”.

3.2. “The Jump”

“The Jump” (1973) e “Time clock” (1980/1981) são duas *performances* que tematizam o tempo em sua dimensão física, filosófica, cultural e semiótica. Ao propor uma *performance* de duração de lapsos de segundo (“The Jump”) e outra com duração um ano (“Time clock”), o artista coloca em questão a relação sujeito – espaço – tempo, metaforizando as implicações desta relação na vida cotidiana e colocando em evidência as agruras subliminares inerentes a ela.

Na *performance* “Jump” (salto, em português), tem-se um sujeito que lança seu corpo – que se encontrava no interior de sua casa no segundo andar, lugar seguro –, para fora, no espaço, sabidamente um lugar (se é que se pode chamá-lo assim) que o levaria à queda ao chão.

Figura 10: Sequência de imagens da queda.



Vários são os aspectos que envolvem esta ação. Em primeiro lugar, há que se considerar que havia um conhecimento prévio de que a queda era perigosa, que poderia provocar fraturas (como realmente provocou, dos dois

tornozelos), muita dor física e outros eventuais problemas de saúde, como sequelas, mutilações e até a morte. Esse ato deliberado e cometido envolve mais do que a representação do tempo inapreensível (foi preciso registrar a queda para ser possível vê-la completamente), do presente fugidio que nada mais é que o desvão entre o passado e o futuro. Há um componente de ousadia e renúncia, coragem e desprendimento.

Hsieh poderia ter lançado qualquer outro objeto do alto do segundo andar, que tivesse seu peso, que cairia da mesma forma ao chão. Poderia ser uma estátua, ou um manequim, ou mesmo um bloco de plástico ou de pedra. Contudo, esse objeto que fosse lançado não causaria, obviamente, o impacto que um corpo humano, vivo, é capaz de causar. Tal impacto se dá pelo risco de vida contido na ação, o qual se alinha à efemeridade do tempo, contida em sua duração. Assim, tem-se a vida como um evento fugaz, incontrolável, um simulacro.

No interior dessa dimensão fugaz, o homem constrói sua narrativa fluída como o decurso de um rio que corre em paralelo à correnteza do real. A queda de segundos é a expressão do fazer do homem no mundo, de seu desejo inconsciente e cego de atender a sua pulsão de morte e seu esforço hercúleo e inglório de tentar detê-lo. Há escadas para descer do segundo andar ao chão, há o conhecimento do perigo de descer saltando-se pela janela; no entanto o corpo se lança, se arrisca, se fratura, sofre dor. Qual seria o sentido desse salto? O mesmo sentido da vida: nenhum. Visto de fora, o seu sentido é claro: mostrar o nonsense da existência e a fabricação do sentido e da realidade.

Figura 11: O salto.



Em suas “Confissões”, Santo Agostinho já teria abordado essa relação simbiótica entre o tempo e a existência humana: esta é inexistente fora da dimensão temporal (que lhe dá existência); e inapreensível, no interior da dimensão temporal, que relativiza, dilui e se faz passar por ela (a existência).

A abstração é tamanha que “se ninguém me pergunta, eu o sei; mas se me perguntam, e quero explicar, não sei mais nada” (1964, XI, 14, 17).

“The Jump”, o salto, figurativiza, de forma minimalista, numa cena, a relação do homem com o tempo. No projeto do salto, a queda era o futuro, tinha já uma existência virtual, o sujeito que saltaria já existia em virtualidade. Após o salto, a queda tornou-se passado, lembrança, e o sujeito instalou-se na memória. Sobrepostos nas projeções temporais, os sujeitos se desdobram para conceber um sujeito que espera (o futuro) e que lembra (de um passado), instalado no presente, que nada mais é do que uma percepção subjetiva de suas próprias projeções.

Mas o que agora parece claro e manifesto é que nem o futuro, nem o passado existem, e nem se pode dizer, com propriedade, que há três tempos: o passado, o presente e o futuro. Talvez fosse mais certo dizer-se; há três tempos: o presente do passado, o presente do presente e o presente do futuro, porque essas três espécies de tempos existem em nosso espírito e não as vejo em outra parte. O presente do passado é a memória; o presente do presente é a intuição direta; o presente do futuro é a esperança. (AGOSTINHO, 1964, XI, 20, 1)

Essa *performance* sobre o tempo, com uma duração cronológica tão ínfima, é capaz de conter um acontecimento que se expande enorme em significação, deixando clara a autonomia dos fatos no decurso do tempo, os quais transitam do futuro ao passado, atualizando-se toda vez que são postos em existência pela linguagem (“no espírito”, para Santo Agostinho). Assim, no interior da narratividade, os fatos ancoram-se em marcadores temporais, os quais organizam e balizam as relações de anterioridade e posterioridade, de causa e efeito, de relações binárias de oposições, fazendo, por meio dessas relações, emergir a significação, o sentido buscado.

Mas como o futuro, que ainda não existe, pode diminuir ou esgotar-se? Como o passado que não existe mais pode aumentar, senão porque no espírito, autor dessas transformações, se realizam três ações: o espírito espera, está atento e se recorda. O objeto de sua espera passa pela atenção e se transforma em lembrança.

Com efeito: quem ousará negar que o futuro ainda não existe? Contudo, a espera do futuro já está no espírito. E quem poderá contestar que o passado já não existe? Contudo, a lembrança do passado ainda está no espírito. (AGOSTINHO, 1964, XI, 28, 1)

Tehching Hsieh, ao conceber um objeto artístico abstrato, como uma *performance* – a qual, por sua natureza, já conta com o tempo como seu elemento constitutivo (além do espaço, o corpo do artista e a relação com o público) –, coloca o tempo como objeto central, temático, discursiviza sua efemeridade em um salto e oferece seu corpo como instrumento balizador da relação homem/espaço/tempo, ou seja, enquanto a queda do corpo estabelece um marco temporal efêmero, o conjunto de impressões e sensações provoca-

das por ela reverberam-se com proporcional intensidade na linha do tempo cronológico.

Figura 12: O corpo chega ao chão.



O salto termina quando o corpo encontra o chão, se fratura, sofre; a *performance* termina; o tempo da queda termina; no tempo que se segue, contudo, há um salto, um corpo, um choque, que se alojam na memória e transitam no passado, presente e futuro da semiose subjetiva, individual e coletiva, que se instituem na/pela linguagem.

4. Considerações finais

“Doing time” é uma exposição que nos leva a refletir sobre a efemeridade da vida, do tempo em si, e sobre como percebemos o tempo em sua dimensão física, psicológica, narrativa. A exposição tem como objeto algo já ocorrido mas documentado, o que significa uma forma de atuação do homem face ao Real e uma reação daquele à transitoriedade narrativa da realidade, ou seja, ao documentar, o homem cristaliza fatos e acontecimentos na linha temporal, concebendo uma realidade discursiva instável, passível de modificações. A essa ancoragem relativamente organizada dá-se o nome de historicidade.

Nessa medida, o que se tem é uma exposição cujo objeto é o tempo em seu transcurso, a qual lança mão, paradoxalmente, de um registro estático do tempo (imagens (fotos) e objetos), ilustrando a relação do homem com a linguagem em sua propriedade de verossimilhança. Sob esse ponto de vista, a exposição nos coloca diante da maior inquietação da existência humana: o seu sentido.

Tehching Hsieh desafia o tempo em seu aspeto mais cruel: o seu poder corrosivo e limitador. Vivemos “dentro” de um tempo inapreensível, que nos escapa e não nos pertence. “Todos os dias quando acordo / não tenho mais /

o tempo que passou / Mas tenho muito tempo / temos todo o tempo do mundo” (“Tempo perdido”, Legião Urbana).

A ilusão de se ter “todo o tempo do mundo”, de sua perenidade, sobrepõe-se à percepção da inexorável efemeridade do tempo. Hsieh ilustra essa resistência do homem à passagem do tempo com uma proposta arrojada de disciplina e controle, fazendo significar que o homem, em seu fazer no mundo, concebe um simulacro de existência atemporal, o qual lhe concede um lócus de conforto a salvo do caos. Surpreendentemente, o homem parece preferir esse modelo pronto, proposto pelo sistema, de um tempo compartimentado em horas: de entrada no trabalho, de almoço, de intervalo, de saída, hora de dormir, descansar, passear, ser feliz; as primeiras certas, cotidianas, frequentes, as últimas prováveis, raras, sonhadas.

Parece ser preferível ter o script pronto, viver por dever, não precisar pensar, não criar, não ter que escolher. Talvez seja mesmo preferível viver “out of now”, “fora do agora”, pois do contrário a vida poderá parecer insuportável. Curiosamente Hsieh nos demonstra isso de modo flagrante: a forma de vida encenada na *performance* (a nossa, a que vivemos, presos no tempo do mundo do trabalho) nos parece insuportável, mas, óbvio, não a percebemos como nossas vidas e pensamos levar uma vida livre, bem diferente daquela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- AGOSTINHO, Santo. *As Confissões*. São Paulo: Edameris, 1964.
- ECO, Umberto. *Confissões de um jovem romancista*. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.
- FREUD, S. *O mal-estar na civilização (1930)*. São Paulo: LeBooks, 1976.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido II – Ensaio semióticos*. São Paulo: Edusp, 2014.
- KRAUSE, Gustavo Bernardo. *A ficção cética*, AnnaBlume, 2004.

**A PRODUÇÃO DRAMATÚRGICA DE LÚCIA
DI SANCTIS: DIMENSÕES MATERIAIS,
SOCIOPOLÍTICAS E CULTURAIS**

Débora de Souza (ILUFBA)
debora.souza@ufba.br

RESUMO

Propomos tecer uma leitura filológica acerca de parte da produção dramaturgical negra de Lúcia Maria Dias dos Santos / Lúcia Di Sanctis (30 de junho de 1946 – 01 de julho de 2013), com ênfase em suas dimensões materiais, sociopolíticas e culturais. Para tanto, adotaremos pressupostos teóricos da Filologia, em diálogo com outros saberes, e procedimentos metodológicos das críticas textual e sociológica. Serão tomados como objeto de análise textos escritos para o palco, datados das décadas de 1960 e 1970, considerando os processos de produção e transmissão, em sua relação, sobretudo, com documentos da imprensa e da censura provenientes de diferentes instituições de guarda. Por meio desse material temos construído um conhecimento sobre a poética, a política e a experiência teatral de Lúcia Di Sanctis, bem como acerca de sua atuação, na Bahia, à época, no que tange, principalmente, à luta em favor da profissionalização dos artistas de teatro, da institucionalização da carreira docente em arte/teatro, do acesso infanto-juvenil a espetáculos teatrais, do respeito e da difusão quanto à cultura, história e memória afro-brasileira.

Palavras-chave:

Filologia. Dramaturgia negra. Lúcia Di Sanctis.

ABSTRACT

We propose a philological reading of part of the black dramaturgical production of Lúcia Maria Dias dos Santos / Lúcia Di Sanctis (June 30, 1946 – July 01, 2013), with an emphasis on its material, sociopolitical and cultural dimensions. For this purpose, we will adopt theoretical assumptions from Philology, in dialogue with other fields of knowledge, and methodological procedures from textual and sociological criticism. Texts written for the stage, dating from the 1960s and 1970s, will be taken as the object of analysis, considering the processes of production and transmission, in their relationship, above all, with press and censorship documents from different institutions. Through this material, we have built up knowledge about Lúcia Di Sanctis' poetics, politics and theatrical experience, as well as about her work in Bahia, at the time, mainly with regard to the fight for the professionalization of theatre artists, the institutionalization of teaching career in art/theatre, access for children and young people to theatre shows, and respect for and dissemination of Afro-Brazilian culture, history and memory.

Keywords:

Philology. Black dramaturgy. Lúcia Di Sanctis.

1. Considerações iniciais

No âmbito da Equipe Textos Teatrais Censurados (ETTC), vinculada ao Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), realizamos

uma pesquisa científica no campo da Filologia, em diálogo sobretudo com a Sociologia dos Textos e a Arquivologia, acerca de textos, sobretudo teatrais, produzidos nas décadas de 1960, 70, 80 e 90. Voltamos nosso olhar para diferentes dramaturgias e práticas teatrais negras desenvolvidas no estado da Bahia, naquela época, o que tem nos permitido atuar no processo de revisão e de descentramento da literatura/dramaturgia brasileira.

Para tanto, temos construído o Arquivo Textos Teatrais Censurados (ATTC), arquivo composto por mais de sessenta acervos virtuais de teatrólogos baianos e de pessoas que viveram e produziram na Bahia, a exemplo dos acervos Nivalda Costa (ANC) e Lúcia Di Sanctis (ALS), nos quais reunimos documentos referentes à produção e atuação de Nivalda Silva Costa (1952–2016) e de Lúcia Maria Dias dos Santos (1946–2013). O que denominamos “arquivo” é uma “coleção”, “[c]onjunto de documentos com características comuns, [provenientes de diferentes arquivos públicos e privados], reunidos intencionalmente” (ARQUIVO..., 2005, p. 52) para fins de pesquisa científica, preservação da história e atualização da memória.

A partir desse trabalho, temos dado a conhecer e a ler parte da literatura dramática realizada na Bahia, sobretudo, em tempos ditatoriais, colocando em cena, por conseguinte, diferentes sujeitos, homens e mulheres, por meio de edição de textos, “(...) [c]onjunto de operações filológicas necessárias para preparar um texto, inédito ou édito (...), para ser publicado” (DUARTE, L., 2019, p. 384), e crítica filológica, concebida como “(...) laboratório de produção de sentido (...), atitude crítica, (...) espaço de produção histórica, linguística, sócio-cultural e política” (BORGES; SOUZA, 2012, p. 46-47).

2. *Filologia, Sociologia dos Textos e Arquivologia: documento, leitor e conhecimento histórico*

A Filologia pode ser compreendida, conforme afirma Marquilhas (2009), como

[e]studo do texto escrito na perspectiva de sua produção material, da sua transmissão através do tempo e da sua edição. [...] [D]isciplina concentrada na recriação das coordenadas materiais e culturais que presidiram à fabricação e sobrevivência de um texto [...]. (MARQUILHAS (2009, p. [1])

Analisamos o texto a partir de investigação de suas dimensões material, linguística, literária, sócio-histórica e político-cultural, desenvolvendo uma “leitura ativa” (SAID, 2007 [2004]), “(...) lenta e minuciosa que procura re-estabelecer os laços, os ecos, os distanciamentos no interior de uma obra ou entre uma obra e outra (...)” (ZANCARINI, 2008, p. 11).

Em perspectiva interdisciplinar, constituímos dossiês, descrevemos, transcrevemos, editamos e interpretamos textos, tomando-os como tecido, trama de fios composta por materiais e linguagens diversas. No diálogo com a Sociologia dos textos (Cf. MCKENZIE, 2018), adotamos texto em sentido amplo, considerando (i) a relação entre forma, função e significado simbólico, aspectos que têm impacto na maneira como o texto é lido e editado; (ii) os processos de produção, transmissão, circulação e recepção textuais; (iii) os agentes socioculturais, produtores e mediadores, envolvidos nestes contextos.

Compreendemos texto também como documento, do latim *documentum*, derivado de *docere*, “ensinar” (LE GOFF, 1990). “O ensinamento, como se sabe, não emana e não está embutido no documento. Ele está, brota e surge a partir da relação que com o documento/testemunho se pode manter.” (CHAGAS, 1994, p. 34). É a partir do gesto de leitura do pesquisador, que o texto, resultado de um tempo e um espaço específicos, torna-se documento e pode vir a figurar como monumento (Cf. LE GOFF, 1990).

Assim,

[u]m documento se constitui no momento em que sobre ele lançamos o nosso olhar interrogativo; no momento em que perguntamos o nome do objeto, de que matéria prima é constituído, quando e onde foi feito, qual o seu autor, de que tema trata, qual a sua função, em que contexto social, político, econômico e cultural foi produzido e utilizado, que relação manteve com determinados atores e conjunturas históricas etc. (CHAGAS, 1994, p. 35)

Embora “documento” possa ser compreendido como “(...) unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato (...)” (ARQUIVO..., 2005, p. 73), cabe ao pesquisador, partindo de vestígios encontrados na materialidade textual, os quais são importantes na compreensão de aspectos imateriais (envolvendo práticas, processos e sujeitos), construir a história do documento, tomando-o como “indivíduo histórico” (PÉREZ PRIEGO, 1997), o qual tem uma biografia (Cf. KOPYTOFF, 2008), uma trajetória que o torna único em meio à diversidade e à pluralidade textual/documental.

Realizamos essa análise, historicamente condicionada, considerando ainda relações (i) entre documentos; (ii) entre documentos e sujeitos; e (iii) entre passado, presente e futuro, não tentando remontar o passado, mas buscando compreender o passado pelo presente por meio de pesquisa filológica.

A pesquisa, compreendida como produção de conhecimento pode PARTIR do documento, mas pode também CHEGAR a definir novos documentos. A pesquisa é a garantia da possibilidade de uma visão crítica sobre a área da documentação, envolvendo a relação homem-documento-espço, o patrimônio cul-

tural, a memória, a preservação e a comunicação. (CHAGAS, 1994, p. 39)
(grifo do autor)

No trabalho filológico realizado a partir de documentos do ATTC, atuamos nos eixos (i) da pesquisa, desenvolvendo estudos críticos dos supracitados documentos, na graduação e na pós-graduação; (ii) da preservação, salvaguardando os textos-documentos por meio de diferentes modelos editoriais; e (iii) da comunicação, em atividades e ações socioculturais, fora e dentro do universo acadêmico, subsidiando o acesso aos textos por parte de pessoas comuns e especialistas, possibilitando a difusão da literatura e do teatro, viabilizando a produção de outros usos e sentidos.

Ao construir o ATTC, lugar de memória e poder (Cf. NORA, 1993), artefato crítico, constituímos, por conseguinte, um espaço de relação “(...) a serviço do desenvolvimento social, na compreensão (...) da memória como direito de cidadania e não como privilégio de grupos economicamente abastados” (CHAGAS, 2006, p. 35). Lembremos que “(...) a memória (...) é construção e não está aprisionada nas coisas e sim situada na dimensão inter-relacional entre os seres, e entre os seres e as coisas (...)” (CHAGAS, 2006, p. 33).

Constituímos, inicialmente, uma massa documental acumulada formada por documentos digitalizados e reunidos em pastas de arquivo do *drive*, identificados quanto à autoria, data e proveniência, por exemplo, da Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), Série Teatro) (COREG-AN-DF (DCDP)), do Núcleo de Acervo do Espaço Xisto Bahia (NAEXB), do *Nós, por exemplo* – Centro de Documentação e Memória do Teatro Vila Velha, do Setor de Documentação e Pesquisa do Teatro Castro Alves, do acervo da Escola de Teatro da UFBA, do Setor de periódicos da Biblioteca Pública do Estado da Bahia e de arquivos pessoais.

Em seguida, trabalhamos na organização, catalogação e inventariação dos documentos. Atualmente, temos refletido sobre planejamento estratégico e gestão documental, o que envolve pensar em (i) hospedar no servidor institucional as hiperedições/os arquivos hipertextuais resultados de dissertações e teses; (ii) revisar a classificação proposta considerando a distinção entre espécie e tipo documental; (iii) otimizar o processo de suplementação, sistematização e catalogação dos documentos; (iv) ampliar o acesso aos documentos e estudos para fins diversos; (v) estabelecer estratégias para identificação e mitigação de possíveis riscos àquelas plataformas virtuais.

Participamos de práticas humanísticas pelo viés do texto/documento, problematizamos narrativas e cânones literários/dramatúrgicos e apresentamos outras orientações de leitura, assumindo nosso lugar de filólogos, edito-

res, críticos e mediadores. Reivindicamos o direito à história e à memória por parte da população afro-brasileira, principalmente, intelectuais, artistas, negras e negros, historicamente, marginalizados, os quais tiveram/têm suas produções, em sua maioria, inviabilizadas por mecanismos de apagamento/ocultamento. Neste sentido, analisamos, em uma perspectiva filológica, neste trabalho, parte da produção dramaturgica da artista negra Lúcia Di Sanctis, bem como sua atuação em Salvador-Ba, nas décadas de 1960 e 1970, a partir de documentos do ALS-ATTC.

3. *Lúcia Di Sanctis e sua produção dramaturgica*

No âmbito do Acervo Lúcia Di Sanctis (ALS – ATTC), até o momento, reunimos documentos referentes a nove (09) textos teatrais, *A formiguinha professora* (testemunhos datados de [1968], [1977] e 1997); *A oncinha peteleca* (1973 e 1984); *As aventuras da Mônica* (1979); *O gato de botas* ([1978]); *O peixinho que não sabia nadar* (1972); *O pequeno polegar / O pequeno polegar e a bota de sete léguas* (1969 e 1985); *O ratinho astronauta* (1970); *O ursinho e a máquina do tempo* (1971) e *Pinóquio* ([1968]), provenientes NAEXB, da COREG-AN-DF (DCDP) e da Biblioteca da Creche UFBA (BCUFBA).

Esses textos teatrais são datiloscritos, à máquina mecânica ou elétrica, em alguns casos, reproduções, os quais apresentam marcas formais da ferramenta utilizada, como substituição por sobreposição, letras elevadas por falha das teclas, supressão com uso de “X”, dentre outros. Apresentam também marcas de grampo enferrujado e perfurações, à margem esquerda; inscrições autorais (à mão, a maioria relativa a campanhas de revisão, à caneta esferográfica azul, preta e/ou vermelha) e não autorais; e carimbos (da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais – Bahia (SBAT), da DCDP e da FCEBA – Departamento de Teatro / Banco de Textos, da Cia Bahiana de Comédias), referentes a processos de circulação e arquivamento.

Tais textos, criados (“A formiguinha professora”; “A oncinha Peteleca”; “O peixinho que não sabia nadar”; “O ratinho astronauta”; “O ursinho e a máquina do tempo”) ou adaptados (“As aventuras da Mônica”; “O pequeno polegar”/“O pequeno polegar e a bota de sete léguas”; “O gato de botas”; “Pinóquio”) por Sanctis, datam de 1968 a 1997. Estão organizados, da seguinte maneira, à primeira folha: a) título, centralizado, em caixa alta; b) registro quanto à especificidade da peça (infantil), ao número de atos (um ou, geralmente, dois atos) e à autoria ou adaptação; c) lista de personagens, centralizada ou à esquerda; d) indicação, com breve descrição, do cenário e/ou contextualização quanto à situação inicial; e) em alguns textos, há regis-

tro de fala do “Narrador”, o qual estabelece um primeiro contato com a plateia e faz uma introdução/apresentação da história, convidando/despertando o público. À última folha, há o registro “FIM”, centralizado ou à esquerda.

Essa organização/sistematização na apresentação/escrita dos textos pode ser associada à atuação de Sanctis, em sua carreira como artista e educadora, quanto ao projeto de profissionalização do teatro, à tentativa de configuração de uma singularidade/identidade aos seus textos, ao seu trabalho. Esses textos foram encenados, em diferentes momentos, na Escola de Teatro da UFBA, no Teatro Castro Alves, em sua maioria, e no Teatro Vila Velha, com direção de Sanctis, conforme registrado em jornais e em documentos censórios.

As publicações de imprensa reunidas no ALS são provenientes, principalmente, do Setor de Periódicos da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). Elas foram veiculadas no *A Tarde*, *Diário de Notícias*, *Jornal da Bahia* e *Tribuna da Bahia* e podem ser classificadas como guia/roteiro, comentário, fotolegenda, nota, notícia (assinadas (por Francisco Barreto, Guido Guerra e Roberto Machado, por exemplo) ou não) e reportagem conforme glossário apresentado por Campos (2018). Nesses documentos registram-se, de forma regular, informações sobre Sanctis no que se refere à sua atuação na cidade, elaboração de textos, produção de espetáculos e recepção por parte do público comum e críticos de teatro.

Em algumas publicações, há fotografia e registro da opinião da artista, por meio de citação direta e indireta, sobre teatro, teatro baiano, dificuldades enfrentadas e estratégias para superá-las. Nesses registros, fica patente que Sanctis teve tanto seu trabalho reconhecido em vida pela crítica teatral e pelo público, conforme afirmou Ribeiro¹, em 2021, quanto sua atuação ativa, diversa e engajada em diferentes frentes, projetos, atividades e movimentos sociopolíticos, educativos e culturais, sobretudo, no que tange à profissionalização do artista e do professor de teatro e ao direito de acesso à arte/cultura por parte de crianças e adolescentes.

Em relação aos documentos de Censura, reunimos documentos (reproduções de datiloscrito) acerca de sete (07) processos, datados de 1969 a 1985, compostos por capa, requerimento, ofício, texto teatral, laudo/parecer, memorando, radiograma, ficha de protocolo e certificado de Censura. Não foram encontrados na COREG-AN-DF (DCDP) processo a respeito das adaptações feitas por Sanctis quanto aos textos *Pinóquio* e *O gato de botas*. Em alguns casos, os documentos são relativos a mais de um momento de submissão, por exemplo, em relação a “A formiguinha professora” (em que a

¹ Informação obtida em entrevista concedida por Robério Marcelo Rodrigues Ribeiro, em 27 de maio 2021, à pesquisadora Débora de Souza, em Salvador.

submissão ocorreu em 1969 e em 1977) e “A oncinha Peteleca” (em 1973 e 1984), uma vez que o certificado era válido por cinco (5) anos.

Ao analisar tais documentos, em especial, requerimentos, laudos/pareceres e certificados, podemos tecer considerações ainda acerca da leitura empreendida pelos órgãos de Censura quanto à produção e artista (Cf. SOUZA, 2022), bem como ter alguma noção acerca do período de efervescência na produção de Sanctis, considerando a data de submissão dos textos, alguns no mesmo ano (por exemplo, em janeiro e maio de 1969, respectivamente, “A formiguinha professora” e “O pequeno polegar”), outros submetidos mais de uma vez no mesmo ano (“O ursinho e a máquina do tempo” em setembro e novembro de 1971).

A respeito do nome artístico, “Lúcia Di Sanctis”, lemos nos requerimentos um movimento de constituição/afirmação dessa autoria: em “O pequeno polegar”, há “Lucia Maria Dias dos Santos, em arte Lucia di Sanctis” (REQUERIMENTO, 1969); em “O ratinho astronauta”, “Lucia Maria Dias dos Santos”, “com o pseudônimo (LÚCIA DI SANCTIS)” (REQUERIMENTO, [1970]); em “A formiguinha professora”, “LÚCIA MARIA DIAS DOS SANTOS (Lúcia Di Sanctis)”, em um papel timbrado da empresa “LÚCIA DI SANCTIS PRODUÇÕES” (REQUERIMENTO, 1977).

Essa construção da autoria está atrelada também à responsabilidade quanto à produção, o que se registra nos certificados de Censura. No verso desse documento, nos campos “Original de” e “Produção de”, registram-se “Lúcia Maria Dias dos Santos”, “Lúcia Di Sanctis”, “A autora”, “Lúcia Maria Dias Santos Machado” ou “Lúcia Di Sanctis Produções – Ba”.

No texto “Sobre a autora”, parte do livro “A Formiguinha professora” (SANCTIS, 1997), publicado pela Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB), testemunho proveniente da Biblioteca da Creche UFBA (BRANDÃO; SOUZA, 2024, no prelo), Robério Marcelo (1997) contextualiza o leitor quanto à trajetória da artista, sua construção como escritora e autora, o estímulo dos colegas para que ela escrevesse seus primeiros textos e o “batismo” quanto ao seu nome artístico.

Ele promove reflexões sobre as diferentes instâncias que viabilizaram, ou não, a produção, transmissão, publicação e recepção textuais, bem como acerca do preconceito vivenciado por se tratar de uma mulher, negra, da periferia. Em entrevista à ETTC, em 2021, Ribeiro reiterou essa informação ao afirmar a decisão de “(...) mudar [o] (...) nome [da artista] porque preto na Bahia não tem sucesso (...). Seu nome agora é Lúcia Di Sanctis. (...). Ela sofria muito a questão do preconceito (...)”.

Nos laudos/pareceres censórios, os técnicos indicam a liberação, sem corte e restrição etária, condicionada ao exame do ensaio geral, por julgar que o texto “(...) ajuda a desenvolver o raciocínio da criança (...)” (LAUDO..., 1969a), “(...) estimula o respeito pelos valores familiares, sentimento de fraternidade e enaltecimento para as boas ações (...)” (LAUDO..., 1969b), tem “(...) valor educativo: instrutivo (...)” (PARECER, 1970), “(...) mensagem positiva (...)” (PARECER..., 1973), não existindo “(...) quaisquer implicações contrárias à formação da criança” (PARECER..., 1973).

No ALS, há ainda dois (02) cartazes das peças “A formiguinha professora” e “O ratinho astronauta”, datados de 1969 e de 1970, respectivamente, provenientes do arquivo pessoal de Sanctis, consultado por Caroline de Carvalho Sousa (2022) ao realizar sua dissertação de mestrado; uma (01) folha datiloscrita com informações sobre profissionais envolvidos no espetáculo “O gato de botas”, em 1978; um (01) cartaz de “A formiguinha professora”, datado de 1978, e uma (01) fotografia da peça “O gato de botas”, em preto e branco, medindo 30x40cm, todos esses provenientes do Setor de Documentação e Pesquisa do Teatro Castro Alves.

A produção dramaturgica de Lúcia Di Sanctis é herdeira do Teatro Experimental do Negro (TEN) (Cf. SOUZA, 2023), parte de poéticas, políticas, manifestações e experiências teatrais negras, as quais estão ancoradas “(...) na experiência, memória e lugar do sujeito” (MARTINS, 1995, p. 25). A experiência existencial tem relação direta quanto ao ponto de vista adotado pelo artista em seus projetos e escritas, sobretudo, na produção afrobrasileira (DUARTE, 2011).

Lúcia Di Sanctis, mulher negra, nascida e criada no bairro da Gamboa, periferia de Salvador, atuou como esportista (corredora e jogadora de basquete da seleção baiana (MACHADO, 16 ago. 1969, p. 4)), publicitária, atriz, diretora teatral, dramaturga, autora, adaptadora, produtora/empresária e professora. Coursou Direção pela Escola de Teatro da UFBA, na década de 1960, e Artes pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (SANCTIS, 1997).

Paralelamente ao estudo que fez de Teatro, ela começou também escrevendo, produzindo e dirigindo. Com estas atividades sentiu muita falta de ajuda dos órgãos oficiais para completar o seu plano de levar ao teatro as crianças de famílias de renda menos favoráveis. (TRIBUNA DA BAHIA, 05 abr. 1978, p. 10)

Como docente, atuou no Colégio de Aplicação da UFBA, na Escola de Teatro da UFBA, no curso Formação de Ator, no Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA) e na Escola Parque. Participou da Diretoria da Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB), como representante dos professores do 1º e 2º graus, e da coordenação do Teatro

ICEIA, sendo responsável pelo *1º Festival de Música Afro-Baiana* (SANCTIS, 1997). Criou e dirigiu o Grupo de Teatro Negro da Bahia (TENBA), em 1968 (SOUZA, 2023), e, posteriormente, o *Grupo Folclórico Katendê* (SANCTIS, 1997), no âmbito do ICEIA, base para desenvolver encenações teatrais com adolescentes de diferentes bairros periféricos de Salvador.

Ao longo de sua vida, dedicou-se ao teatro infantil, em uma perspectiva pedagógica e política, escrevendo e dirigindo para crianças, por sua “pureza” e “sinceridade”, produzindo em média uma peça por ano (TRIBUNA DA BAHIA, 05 abr. 1978, p. 10).

Em relação a “A formiguinha professora” (SANCTIS, 1969), a dramaturga

[...] explica que nesse texto procurou mostrar uma formiguinha desgarrada do formigueiro e as dificuldades que é forçada a enfrentar longe de sua coletividade, conseguindo superar o problema quando encontra outros animais da floresta e com eles passa a trabalhar construindo uma escolinha. (MACHADO, 1969, p. 4)

No processo de adaptação, a dramaturga costumava empreender algumas mudanças quanto às obras originais, a exemplo da adaptação do conto “O gato de botas”, do escritor francês Charles Perrault. A tradição do texto teatral é composta por dois testemunhos, ambos arquivados no NAEXB, os quais apresentam distinções quanto ao enredo e a marcas dos processos de circulação. Dentre as distinções, destacamos a inserção da personagem “Bruxa”, mulher do “Gigante mágico”, às folhas 6 e 7, do testemunho não submetido aos órgãos de Censura. À folha 6, temos:

BRUXA – Há...Ha...Há... hoje o dia está lindo! [O]s relâmpagos e os trovões me deixa muito contente. Hoje eu vou fazer 1001 maldades! Com a minha vassoura a jato visitarei os quatro cantos do mundo e distribuirei a minha terrível feitiçaria atômica (canta e dança a música Bate Macumba). (SANCTIS, [1978], f. 6)

Na música “Bat Macumba”, dos compositores Gilberto Gil e Caetano Veloso, no âmbito do movimento Tropicalista, datada de 1968, inspirada na poesia concreta, há um jogo de palavras e sons, envolvendo o espaço gráfico, em que se alude ao personagem americano Batman, ao som persuasivo do tambor e ao candomblé, explorando e arriscando sentidos.

De acordo com Duarte (2011),

[...] a afro-brasilidade tornar-se-á visível já a partir de uma discursividade que ressalta ritmos, entonações, opções vocabulares e, mesmo, toda uma semântica própria, empenhada muitas vezes num trabalho de ressignificação que contraria sentidos hegemônicos na língua. (DUARTE, 2011, p. 18)

Ao remeter à referida canção, no texto teatral, Sanctis teceu uma crítica à ideia cristalizada/preconceituosa de “negritude”, tradicionalmente atrelada à imagem da “bruxa”, uma mulher “feia, velha e malvada”, promoveu uma reflexão acerca de questões ligadas à raça, dança, música e religiosidade negras, combatendo estereótipos e atuando na construção de identidade e autoestima de afrodescendentes.

Em relação à formação de um público, na literatura afro-brasileira, “(...) o sujeito que escreve o faz não apenas com vistas a atingir um determinado segmento da população, mas o faz também a partir de uma compreensão do papel do escritor como porta-voz de uma determinada coletividade” (DUARTE, 2011, p. 20). No que se refere a Sanctis, por meio de notícias em jornais é possível refletir acerca do seu posicionamento, de sua articulação social e gesto político, na tentativa de criar espaços de relação, atividades socioeducativas, indo ao encontro de muitos artistas, que, à época, estavam comprometidos quanto a demandas de ordem artística, aspectos pedagógicos e questões sociais (Cf. LEÃO, 2009).

Em texto de Francisco Barreto (1969), publicado no “A Tarde”, há informação sobre os propósitos de Sanctis quanto à construção de um teatro. Leiamos:

[...] Na Guanabara, Lúcia tratará de diversos assuntos referentes ao teatro, inclusive no Serviço Nacional de Teatro onde discutirá, com Felinto Rodrigues, diretor do SNT, um plano no sentido de montar uma casa de espetáculo. Os entendimentos na Bahia, neste sentido, já vão bem adiantados. Apesar do sigilo em que vem trabalhando, conseguimos apurar que Lúcia conseguiu, de um estabelecimento bancário, financiamento para instalar o seu teatro. (BARRETO, 28 jun. 1969)

Embora esse plano não tenha se tornado realidade (considerando a falta de informação sobre isso em outros documentos), é relevante destacar a iniciativa, coragem e articulação de Sanctis para empreender e suprir uma lacuna existente na cena baiana do período. Faltavam professores e espaço para experimento, aprendizado, criação e crítica condizentes com a realidade nacional.

Na notícia intitulada “Lúcia Di Sanctis: um grande teatro para pequenos”, Sanctis enfatiza o papel do teatro como meio de comunicação e as dificuldades vivenciadas, tais como a falta de bons atores e de casas de espetáculos, uma que “(...) [s]ó existem o Castro Alves, o Vila Velha e a Escola de Teatro, enquanto muitas peças aguardam em longas filas a vez e serem montadas (...)” (MACHADO, 16 ago. 1969, p. 4). Além disso, destaca a ajuda superficial do governo e a “(...) falta de um melhor entendimento e união entre as pessoas que fazem teatro (...)” (MACHADO, 16 ago. 1969, p. 4).

Ainda nesse momento, quando questionada sobre a relação entre sua produção e os textos/as peças de Maria Clara Machado², Sanctis respondeu: “[f]rancamente, não vejo nenhuma influência de Maria Clara Machado em meus textos. Meu estilo é completamente diferente no que tange a espetáculo (...)” (MACHADO, 16 ago. 1969, p. 4). Perguntaram ainda se ela pretendia “(...) deixar a Bahia por outro centro artístico mais avançado (...)” (MACHADO, 16 ago. 1969, p. 4). Tais questionamentos orientam reflexões acerca da importância de Sanctis na cena baiana.

Em defesa do direito de acesso à arte por parte de crianças e adolescentes, sobretudo, aqueles de camadas mais carentes da população, Sanctis posicionou-se criticamente ainda sobre a relevância da educação e da arte para a formação de crianças e, por conseguinte, transformação da sociedade. Em notícia intitulada “Diretora teatral quer a criança na nova plateia”, de Guido Guerra (1969), publicada no Diário de Notícias, registra-se a recepção dos colegas de teatro e do público em relação às produções de Sanctis, as dificuldades enfrentadas para realizar os espetáculos e os propósitos da artista:

Foi há pouco mais de um ano que Lúcia [D]i Sanctis, aluna da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia, resolveu topar uma parada indigesta pra [sic] cachorro: fazer teatro sem medir consequências, sacrifícios, nada. No começo, poucos lhe deram crédito. Em geral, os homens sérios olhavam-na e sorriam:

– Esse fogo de palha passa...

Lúcia [D]i Sanctis provou exatamente o contrário. Afirmou-se como valor.

(...)

Ao propor-se a produzir e dirigir peças infantis, Lúcia [D]i Sanctis não o fez por simples diletantismo. Há um empenho mais sério, porque existe um compromisso para com o público. Cada trabalho que se nos apresenta essa jovem de talento, tem objetivos marcados: atingir ao público com um espetáculo de nível e formar uma nova plateia. Ou, por outra: tenta colocar a criança na magia do teatro através de projeções[,] sons, ao mesmo tempo em que a prepara para pensar sobre a história e a participar dela através das situações e dos personagens que põe em constante movimento.

(...) (GUERRA, 5 dez. 1969, p. 6)

Buscando superar dificuldade, Sanctis fundou a empresa “Lúcia Di Sanctis Produções”, por meio da qual dirigiu e produziu diversos espetáculos, seus e de outros artistas. Participou do Plano Piloto Classe Teatral Organizada (CLATOR), coordenado por João Augusto, Carlos Petrovich e Jesus Chediak (Cf. LEÃO, 2009). Ainda na Escola de Teatro, atuou no processo de profissionalização de professores de artes/teatro, junto ao diretório acadêmico, quando estudantes matriculados e já diplomados realizaram movimento visando melhores perspectivas junto à Secretaria e Conselho da Edu-

² Cf. https://www.ebiografia.com/maria_claro_machado/.

cação do Estado quanto aos critérios usados na contratação de professores de teatro (Cf. BARRETO, 17 jan. 1969).

Além disso, buscando seguir seu programa de arte/educação, seu projeto de vida, Sanctis candidatou-se a vereadora três vezes pelo partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA) (Cf. SANCTIS, 1997), “(...) fez um projeto para a FUNARTE (...)” (TRIBUNA DA BAHIA, 05 abr. 1978, p. 10), presidiu a Associação dos Produtores de Teatro da Bahia durante dez anos (Cf. SANCTIS, 1997) e integrou a Academia de Letras e Artes de Alagoinhas (ALADA), provavelmente, entre 2001 e 2005, conforme informou, em dezembro de 2023, Belmiro Deusdete, atual diretor administrativo e financeiro da instituição.

Em relação à atuação política, ela candidatou-se pela primeira vez em 1976, tendo dois temas principais em sua plataforma de trabalho:

[...] lutar em benefício da cultural afro-brasileira, defendendo, principalmente, a preservação dos candomblés e dos costumes afro-baianos, que, para ela [Lúcia Di Sanctis], encontram-se em fase de extinção (...). Outro assunto que será defendido por Lúcia [...] está relacionado diretamente [à] criança, principalmente sua liberdade e os seus direitos. (A TARDE, 19 jun. 1976, p. 5)

4. Considerações finais

Por meio de leitura crítico-filológica de diferentes documentos reunidos no ALS-ATTC, em seus aspectos materiais e histórico-culturais, é possível realizar edições e estudos, dando a ler e a conhecer parte da produção dramaturgical de Sanctis, bem como sua atuação na sociedade, à época, impulsionando outras pesquisas a respeito de dramaturgias e teatros negros na Bahia e de práticas de resistência negra.

Sanctis atuou nos campos do teatro e da educação, em palcos e escolas, de forma paralela, em defesa da profissionalização do professor e do artista de teatro, bem como da igualdade de direito e espaço para criação. Nesse sentido, ela participou de diversos projetos e atividades, impulsionou a cena artística baiana e movimentou o processo de ensino–aprendizagem, comprometida na luta em defesa da arte, cultura e educação para todos; do reconhecimento e respeito quanto à arte e cultura afro-brasileira; do direito de acesso à arte por parte de crianças.

A pesquisa filológica permite-nos colocar em cena, em outro tempo e espaço, parte da produção artística desta intelectual negra, assim como refletir sobre sua atuação engajada apesar de forte repressão e preconceito, o que implica participar de processos de (re)construção da história e

atualização da memória do povo afro-brasileiro, de revisão historiográfica, de construção de políticas de presença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br. Acesso em: 16 nov. 2018.

BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Filologia e edição de texto. In: BORGES, R. *et al. Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012. p. 15-59

BRANDÃO, Aline de Novais; SOUZA, Débora de. *O fazer teatral político-pedagógico de Lúcia Di Sanctis em “A formiguinha professora”*. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS, 11, 2024, Feira de Santana (no prelo).

CAMPOS, José Francisco Guelfi. *Recortes de jornal: da prática social aos arquivos*. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04042019-125418/publico/2018_JoseFranciscoGuelfiCampos_VCorr.pdf. Acesso em: 19 jul. 2022.

CHAGAS, Mário de Souza. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. *Cadernos de Museologia*, n. 2, p. 29-47. 1994. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/534>. Acesso em: 05 set. 2024.

CHAGAS, Mario de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: preparando o terreno. In: _____. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006. p. 31-8

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, [S. l.], n. 31, 2011, p. 11-23. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9430>. Acesso em: 12 ago. 2024.

DUARTE, Luiz Fagundes. Breviário de termos da Crítica Textual. In: _____. *Os Palácios da memória: ensaios de crítica textual*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 377-400. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/92994>. Acesso em 06 set. 2019.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, A. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: EDUNICAMP, 1990.

LEÃO, Raimundo Matos de. *Transas na cena em transe: teatro e contracultura na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARCELO, Robério. Sobre a autora. In: SANCTIS, L.D. *A formiguinha professora: conto e texto para o teatro (infanto-juvenil)*. Salvador: APUB, 1997. p. 9

MARQUILHAS, Maria Rita Braga. Filologia. In: CEIA, C. (Org.). *E-Dicionário de termos literários*. 2009. Disponível em: <http://www.edtl.com.pt/index.php>. Acesso em: 26 fev. 2015.

MARTINS, Leda Maria. *A cena em sombras*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

MCKENZIE, D. F. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. Trad. de Fernanda Veríssimo. São Paulo: USP, 2018.

PÉREZ PRIEGO, M. Á. El proceso de transmisión de los textos. In: _____. *La edición de textos*. Madrid: Síntesis, 1997. p. 21-42

SACRAMENTO, Arivaldo; SANTOS, Lucas de Jesus. A Filologia como ética de leitura. *Revista da ABRALIN*, v. 16, n. 2, p. 129-68, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/download/52291/32218>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SAID, Edward. O regresso à filologia. In: _____. *Humanismo e crítica democrática*. Trad. de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 2007 [2004]. p. 80-109

SANCTIS, Lúcia Di. *A formiguinha professora: conto e texto para o teatro (infanto-juvenil)*. Salvador: APUB, 1997.

SOUSA, Caroline de Carvalho. *Lúcia Di Sanctis e Nivalda Costa: trajetórias de mulheres negras no teatro baiano de 1966-1979*. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos, Povos indígenas e Culturas Negras) – Departamento de Ciências Humanas, Campus I, Universidade do Estado da Bahia. Salvador-BA, 2022.

SOUZA, Débora de. Acervos Lúcia Di Sanctis e Nivalda Costa: uma proposta de estudo crítico-filológico de Teatros Negros na Bahia. In: SOUZA, Arivaldo Sacramento; MAGALHÃES, Livia Borges Souza; MOTA, Mabel Meira (Org.). *Por uma ética nos estudos filológicos: críticas, corpora, edições*. Salvador: Segundo Selo, 2023. p. 399-421

_____. Materialidade, texto e censura: leitura crítico-filológica do texto “A formiguinha professora”, de Lúcia Di Sanctis. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 25., 2022, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFil, n. 3., t. II, p. 438-53, 2022. Disponível em: <http://filologia.org.br/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

ZANCARINI, Jean-Claude. Uma Filologia Política: os tempos e as manobras das palavras (Florença, 1494-1530). In: DESCENDRE, R.; FOURNEL, J. L.; ZANCARINI, J. C. *Estudos sobre a língua política: filologia e política na Florença do século XVI*. Cáceres: Unemat; Lyon, ANR – Triangle; Campinas: RG, 2008. p. 7-20

Outras fontes:

BARRETO, Francisco. Homenagem a Cacilda Becker. *A Tarde*, Salvador, 28 jun. 1969. Seção Teatro. p. 8.

_____. Alunos da ETUFBa vão reivindicar. *A Tarde*, Salvador, 17 jan. 1969, Seção Teatro. p. 8.

GUERRA, Guido. Diretora teatral quer a criança na nova platéia. *Diário de Notícias*, 05 dez. 1969, p. 6.

LAUDO censório. Brasília, 27 jan. 1969a.

LAUDO censório. Brasília, 24 jan. 1969b.

MACHADO, Roberto. Lúcia Di Sanctis: um grande teatro para pequenos. *A Tarde*, Salvador, 16 ago. 1969. p. 4.

PARECER nº. 589/73. Brasília, 31 jan. 1973.

PARECER. Brasília, 28 fev. 1970.

REQUERIMENTO. Salvador, 15 ago. 1977.

REQUERIMENTO. Salvador, 09 set. 1971.

REQUERIMENTO. Salvador, [fev. 1970].

**ANCHIETA, LEITOR DE NEBRIJA:
UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA**

Stephanie Cunha dos Santos Silva (FLUP)

up202101097@up.pt

Leonardo Ferreira Kaltner (UFF)

leonardokaltner@id.uff.br

RESUMO

No século XVI, o padre José de Anchieta elabora a primeira descrição que se tem registro da língua ameríndia falada pelos tupinambás, o tupi antigo. Sua gramática possui características que nos permitem classificar seu pensamento como pertencente a escola humanística. O presente trabalho tem por objetivo identificar quais são os aspectos dos escritos do jesuíta que revelam sua retórica linguística e a tradição à qual faz parte. A metodologia aplicada será a proposta pela Historiografia Linguística de Pierre Swiggers (2012) e Konrad Koerner (2014) que apontam três princípios: o da contextualização, o da imanência e o da adequação. Considerando o significativo desenvolvimento de gramáticas desde o século XV, destacam-se as obras *Introducciones Latinae* (1481), *Gramática de la lengua castellana* (1492) e *Vocabulario español-latino* (1495), de autoria de Antonio de Nebrija. A investigação aponta que entre os autores que exerceram influência na formação de Anchieta, Nebrija emerge como uma figura de destaque.

Palavras-chave:

Anchieta. Nebrija. Historiografia Linguística.

ABSTRACT

In the 16th century, Father José de Anchieta produced the first recorded description of the Amerindian language spoken by the Tupinambás, old Tupi. His grammar exhibits characteristics that allow us to classify his thinking as belonging to the humanistic school. The present study aims to identify the aspects of the Jesuit's writings that reveal his linguistic rhetoric and the tradition to which he belongs. The methodology applied will be proposed by the linguistic historiography of Pierre Swiggers (2012) and Konrad Koerner (2014), which point to three principles: contextualization, immanence, and adequacy. Considering the significant development of grammars since the 15th century, the works *Introducciones Latinae* (1481), *Gramática de la lengua castellana* (1492), and *Vocabulario español-latino* (1495) by Antonio de Nebrija stand out. The investigation suggests that among the authors who influenced Anchieta's formation, Nebrija emerges as a prominent figure.

Keywords:

Anchieta. Nebrija. Linguistics Historiography.

1. Introdução

Extensa é a bibliografia produzida por diversos pesquisadores a respeito da gramaticografia do século XVI. Dentre essas obras, temos a produ-

ção do padre jesuíta José de Anchieta, que em 1595 publica a gramática de uma das línguas que era falada na costa do Brasil: o tupi antigo.

O tupi antigo é a língua que era usada pelos povos tupis e por grande parte dos colonizadores na costa do Brasil durante os séculos XVI e XVII. O tupi antigo, também conhecida por “língua clássica do Brasil”, já não é mais falado pelas comunidades indígenas do Brasil, de modo que o conhecemos apenas por meio dos registros textuais feitos pelos padres jesuítas e pelos viajantes. Por se tratar de uma língua desconhecida por parte dos europeus até então, e tendo em vista o projeto imperial português, a obra de Anchieta se torna a primeira a se dedicar a uma língua da América, mas não deixa de buscar nos tratados clássicos a estrutura e o método para construir sua descrição.

A gramática do tupi feita pelo padre revela traços humanísticos, o que é um elemento presente nas obras gramaticais de seu período e que demonstra como a leitura de outros gramáticos como Nebrija fazia parte da formação intelectual quinhentista. Esse grande trânsito de autores é uma das características da modernidade, que em contraste ao período medieval, era cercado por “fronteiras” e “pontes” culturais que são fundamentais para compreender não apenas as obras desse período, mas a própria História (Cf. SILVA; KALTNER, 2024). Assim, para analisar o que Anchieta escreveu é preciso mergulhar nos seus escritos, no contexto sociopolítico ao qual ele estava inserido e no pensamento linguístico do século XVI, por essa razão a metodologia que adotamos é a proposta pela Historiografia Linguística.

A Historiografia Linguística é um campo de estudos científicos desenvolvido por Konrad Koerner (1996) e Pierre Swiggers (2012). Eles propõem três princípios fundamentais para orientar a pesquisa nessa área: a contextualização, a imanência e a adequação. O primeiro princípio envolve o estabelecimento de um “clima de opinião” dos períodos em que as teorias linguísticas foram desenvolvidas, permitindo ao historiador compreender o contexto político, social, econômico, filosófico e cultural em que o objeto de estudo está inserido (Cf. LIMA, 2016, p. 6). O princípio da imanência requer que o pesquisador adote uma perspectiva moldada pelas ideias e condições da época em que o objeto de estudo foi desenvolvido (Cf. LIMA, 2016, p. 6). Por fim, o princípio da adequação sugere que o historiógrafo pode se aventurar a fazer comparações entre o objeto pesquisado e as teorias linguísticas contemporâneas ao seu tempo (Cf. LIMA, 2016).

Para o presente trabalho focaremos na contextualização, e na imanência por entender que para além de fatores sociopolíticos que influíram na escrita de Anchieta, mergulhar nas obras que o cercavam também se mostra uma tarefa relevante para perceber qual era o pensamento linguístico, no

qual se inseria, sem deixar com isso de lado uma leitura crítica da gramática no atual cenário linguístico.

2. *O século das gramáticas*

O século XVI é, em Portugal, marcado por grande mudança no aparelho burocrático português, forte expansão ultramarina e manutenção de privilégios dos senhores e eclesiásticos (Cf. MATTOSO, 1997, p. 450). Portugal contava não apenas com uma favorável posição geográfica, mas detinha o capital, o conhecimento e a tecnologia necessária para expandir seus domínios para o ultramar. Tais características portuguesas são justificadas por eventos que se iniciaram nos séculos anteriores. Bellini (1997) afirma que:

Uma breve descrição da formação do reino de Portugal serve para introduzir alguns dos mais importantes temas relacionados à sociedade lusitana no século XVI. Destaca-se entre estes o problema da expansão associada à guerra contra o Islã. Portugal se formou no processo de reconquista do território ibérico aos mouros. O reino se estabeleceu inicialmente em torno da cidade do Porto, tornando-se independente de Castela em 1140. A expulsão dos árabes completou-se na segunda metade do século XIII. O rei João I (que reinou de 1385 a 1433), e seus filhos Duarte (1391-1438), Pedro (1392-1449) e Henrique (1394-1460) foram os primeiros de uma sucessão de governantes profundamente devotados à continuidade da expansão pela captura do norte da África e busca de um caminho marítimo até as fontes de suprimento das caravanas do Sahara que traziam ouro, especiarias e escravos para o litoral norte africano. Portugal conquistou Ceuta, no noroeste da África, em 1415 e, daí para diante, enviou expedições cada vez mais ao sul da costa oeste africana, estabelecendo feitorias comerciais em alguns locais. O ponto culminante desse processo foi atingido em 1498, quando uma expedição comandada por Vasco da Gama (?-1524) chegou até Calicute, na Índia, percorrendo uma rota através dos oceanos Atlântico e Índico. (BELLINI, 1997, p. 3)

O período de expansão marítima se mostra também como o período de grande desenvolvimento de gramáticas, que pode representar não apenas uma necessidade de normatizar a escrita, mas também de estabelecer aquilo que seriam as identidades. Como tradutor de um “humanismo à portuguesa”, D. João III se preocupou em estabelecer práticas de representação que possibilitassem aos seus súditos uma formação mental e a futura apropriação de uma visão de mundo (Cf. PAES, 2008, p. 113). Com o tempo, essa iniciativa de D. João lançaria as bases para o que viria a ser, no século XVII, uma razão de Estado teológico-política. Paes (2008) afirma que os princípios mais importantes dessa visão já foram devidamente teorizados por intelectuais e pensadores e se resumem a prudência e a persuasão neorristotélica. Tais princípios orientaram as ações de governo adotadas pela Coroa portuguesa até a primeira metade do século XVIII, especialmente durante o reinado de D. João V (Cf. PAES, 2008, p. 113).

Muitos autores desenvolveram trabalhos a respeito da gramaticografia do século XVI, autores como Ponce de Leon (2022) e Mattoso (1997). Isso se deve ao fato de ao longo deste período termos uma ampla produção de gramáticas vernaculares, muito ainda aos moldes dos tratados latinos. O latim ainda ocupava um *status* de língua da erudição, o que se reflete na maneira como os gramáticos da época construía suas obras e pensavam o próprio fenômeno da comunicação. Todavia, este olhar para a Antiguidade e para as línguas clássicas não era o mesmo que se tinha ao longo do período medieval. Já se observa no século XVI uma crescente produção elaborada aos moldes humanísticos. Lídia Bellini (1997) afirma que:

A cultura portuguesa do século XVI é aqui tratada como um caso particular do Renascimento europeu. Nela estão presentes a efervescência e a mistura de influências modernas, medievais e clássicas, características do período. Como ocorreu em outros países, em Portugal uma parcela importante das novas idéias [sic] sobre arte e diversos ramos do saber filosófico e literário era originária da Itália. Essas características gerais adquiriram formas específicas no contexto português. Isto também está de acordo com o modo como o Renascimento se difundiu pela Europa. (BELLINI, 1997, p. 2)

Coelho afirma que o experiencialismo português se difere do empirismo britânico, à medida que manteve uma forte relação com o aristotelismo escolástico e com o humanismo católico. Humberto Coelho (2022) aponta que “ao contrário de outras tradições filosóficas continentais, não evoluiu da Escolástica para o Neoplatonismo como em Nicolau de Cusa [1401–1464] e Giordano Bruno [1548–1600] ou para o Racionalismo (como em Descartes [1596–1650])” (COELHO, p. 327). O autor ainda afirma que a segunda escolástica, diferentemente da primeira que encontra relativa resistência em várias universidades, consegue trazer características do humanismo, sem perder com isso alguns fortes elementos da filosofia portuguesa que era notoriamente associada a literatura e poesia (Cf. COELHO, 2022, p. 329).

De acordo com Coelho (2022), mesmo que as obras de Aristóteles e Santo Tomás de Aquino fossem os principais elementos do currículo, tendo algumas vezes referências ocasionais a João Duns Escoto (c. 1265–1308), a influência do humanismo renascentista ainda se fazia presente. Essa influência se refletia tanto no estilo do discurso quanto na forma de apresentação, destacando a importância de Platão, Cícero e Agostinho de maneira mais sutil. As bases dessa segunda escolástica podem ser apontadas como a rejeição às correntes tomistas, como o nominalismo e escotismo, e seu tom sincretista (Cf. COELHO, 2022, p. 330-1). Essa segunda escolástica era em grande medida relacionada à Contrarreforma, mas com certos nuances do humanismo português (Cf. COELHO, 2022, p. 330-1).

Para além do florescer filosófico, a necessidade de desenvolver obras em língua portuguesa se acentuava desde o início do século XV, já que na península Ibérica o destaque maior era do castelhano, que se apresentava como a língua mais relevante da cristandade até o momento. Esse grande destaque do castelhano em detrimento de outras línguas pode ser justificado pela ausência de uma linguagem escrita, que fosse suficientemente estruturada (Cf. MATTOSO, 1997). Era necessário promover a língua portuguesa como a língua da cultura, da tradição e do império.

3. *O século das gramáticas*

Durante o surgimento dos nacionalismos, Portugal e Espanha estavam significativamente à frente das outras nações europeias em termos de identidade política, mas eram divididos por longas rivalidades acirradas pela competição de seus projetos coloniais. No entanto, essa rivalidade não impactou a vida da Igreja. Pelo contrário, o intercâmbio de estudantes e professores, que sempre foi promovido pela integração entre as universidades, intensificou-se ainda mais com a abordagem globalista da Companhia de Jesus (Cf. COELHO, 2022). Esse grande fluxo intelectual é perceptível nas obras que foram elaboradas nesse período, que pertenciam, em certa medida, a um mesmo pensamento linguístico, que é inaugurado por António de Nebrija, em 1492, o ano de publicação da primeira *Gramática sobre la Lengua Castellana*, elaborada por António de Nebrija (Cf. MATTOSO, 1997). Mattoso (1997) aponta que:

Sem sair dos mesmos círculos cortesãos, note-se que Nebrija, ao fixar as regras de um idioma vernáculo, pretendia elevar o castelhano à categoria reservada ao latim e ao grego. O programa era ambicioso. Antes de mais, tratava-se de conferir o máximo de prestígio à única língua que, r momento da união das coroas de Castela e de Aragão, podia resolver os problemas da diversidade linguística peninsular. Ora, o prestígio de uma língua, considerada «sueta y fuera de regla», não consistia na aprovação dos seus usos, nem das suas formas mais elaboradas literariamente, m em investi-la dos modelos da Antiguidade. Por isso, a *Gramática sobre la Lengua* tem de se devolvida ao seu contexto mais pertinente: o trabalho filológico sobre o latim. O latim e a eloquência dos clássicos deviam ser a base de uma nova cultura humanista (Rico, 1991, pp. 36-43). (MATTOSO, 1997, p. 320)

Sobre Nebrija, Gonçalo Fernandes afirma que seu nascimento ocorreu por volta de 1441 e 1444 em Nebrissa (Nebrissa) a cerca de 70 km de Sevilha (Cf. FERNANDES, 2006, p. 253). Élio António de Nebrija, pseudónimo de António Martínez de Cala e Xarana, estudou em Salamanca entre os 15 e 20 anos e aperfeiçoou-se no colégio espanhol de S. Clemente da Universidade de Bolonha (Cf. FERNANDES, 2006, p. 253). As *Introductiones Latinae*, de Élio António de Nebrija, foram uma obra marcante na história do huma-

nismo espanhol e da cultura do país, tendo sua primeira edição em 1481 com 1.000 exemplares que se esgotaram rapidamente (Cf. FERNANDES, 2006, p. 255).

Nebrija tinha o objetivo de combater a ignorância nas ciências usando a gramática como arma, acreditando que a renovação do ensino do latim e a dignificação da língua contribuiriam significativamente para a cultura espanhola e europeia (Cf. FERNANDES, 2006, p. 255). Ele revisou e melhorou sua gramática ao longo do tempo, com várias edições. A primeira versão teve três edições (1481–1483) e a segunda, cinco edições, incluindo uma edição bilíngue em latim e castelhano por sugestão da rainha Isabel de Castela (Cf. FERNANDES, 2006, p. 255). No entanto, Nebrija considerou essa edição bilíngue mais um trabalho de intérprete do que algo autoral. A respeito da estrutura das *Introductiones*, de Nebrija, Gonçalo Fernandes (2006) aponta que:

As *Introductiones* começam por estudar a morfologia do nome apresentando os paradigmas completos das declinações (nomes, adjectivos e pronomes) e conjugações; listas de advérbios, preposições, interjeições, conjunções e algumas normas sobre a concordância, quer nominal quer verbal “Si Nebrija commence par étudier le nom [...] ‘est pour se conformer à des habitudes séculaires issues des grammaires latines du 4e siècle. C’est peut-être aussi parce qu’il continue [...] à voir dans le substantif des traces de la substance aristotélicienne, le nom étant considéré comme une substance permanente [...] susceptible de « recevoir » des accidents” (Margolin 1992: 273) (FERNANDES, 2006, p. 258)

Nas obras de Nebrija, a presença da formação clássica, bem como uma busca de aproximar a língua a qual descrevia ao latim, são bem-marcadas. Um dos principais autores que influenciou sua escrita foi Élio Donato, e essa influência é percebida na maneira com ele divide as partes das orações. Nebrija estabelece oito partes para a oração: nome, pronome, verbo, participio, preposição, advérbio, conjunção e interjeição. Donato ao elaborar sua *Ars Minor*, no que se refere às partes da oração, aponta: “partes orationis quot sunt? Octo. quae? nomen pronomen uerbum aduerbium participium coniunctio praepositio interiectio” (DEZOTTI, 2011).

Deste modo vemos que o gramático espanhol segue a mesma divisão feita pelo gramático latino. Todavia, da mesma forma que Donato se baseou em Dionísio, O Trácio, e adaptou a estrutura proposta pelo grego na descrição do latim, assim também o faz Nebrija. Se por um lado no latim não existia artigo e Donato adiciona a interjeição como uma das oito partes das orações (Cf. SILVA; KALTNER, 2024), por outro lado, Nebrija não deixa de descrever o artigo que era um elemento presente na língua castelã. Para seguir a tradição latina, o gramático espanhol divide as partes da oração tal

como o gramático latino, mas faz uma adaptação, quando não coloca os artigos como uma categoria separada, mas sim uma parte acessória:

El artículo es una parte de la oración que sirve principalmente para circunscribir la extensión en que ha de tomarse el nombre al cual se antepone, haciendo que éste, en vez de abarcar toda la clase de objetos a que es aplicable, exprese tan sólo aquel objeto determinado ya y conocido del que habla y del que escucha. Al decir dame libros, no se determina cuáles; pero cuando se dice dame los libros, el artículo los expresa que se piden ciertos libros consabidos, de que se ha tratado antes. Éste se llama artículo definido o determinado, el cual tiene en singular las formas el, la, lo, que sirven, respectivamente, para los géneros masculino, femenino y neutro; y en plural, los para el género masculino y las para el femenino; v. gr.: EL cielo, La tierra, LO bueno, LO útil, LOS peces, LAS aves. (NEBRIJA, 1492)

Apesar de muitos trabalhos se debruçarem sobre a construção das gramáticas vernaculares quinhentistas, a correlação entre Anchieta e Nebrija é pouco abordada. Dentre os autores que investigam as obras nebrisenses e sua recepção no pensamento linguístico, é possível citar Rogélio Ponce de Leon Romeo (2022), que aponta que a Gramática do espanhol influenciou significativamente os tratados portugueses do século XVI. Ponce de Leon afirma que

[...] nas palavras do pesquisador Navarro, a forma como esse argumento se articula com o sentimento de 'superioridade' dos hispânicos, ainda que pareça não apenas fazer alusão à língua castelhana, mas também – através da disjunção... – à portuguesa. Não há dúvida, a esse respeito, como o próprio Asensio evidencia (1960: 408-413), de que esse argumento nebrisense para a dignificação da língua (vulgar) e para a codificação do vernáculo foi retomado e adaptado pelos gramáticos portugueses do século XVI em suas obras. Este fato constitui apenas uma manifestação da influência, bastante mais ampla, das ideias – culturais, pedagógicas, linguísticas – contidas na Gramática sobre a língua castelhana sobre a gramaticografia da língua portuguesa publicada durante o século XVI, apesar de que, nela, não se alude de forma explícita nem a esta obra nem ao seu autor – com exceção de um trecho na Grammatica da linguagem portuguesa (Lisboa 1536) de Fernão de Oliveira (1507-c. 1581) –, como mostrou Sónia Duarte (2017: 53). (PONCE DE LEON, 2022)

A península Ibérica passava por um período de construção de um projeto de império e de uma disputa de poder, de modo que a construção de uma identidade não se constituía apenas como uma questão cultural, mas sim uma questão política e a língua ocupava um papel fundamental nesse processo. Como salienta Nebrija, “siempre la lengua fue compañera del império” (NEBRIJA, 1992 [1492], p. 98-9). Assim, pensar na formação de um Império ultramarino perpassa por desenvolver um projeto de expansão da língua (Cf. PONCE DE LEON, 2022). O projeto de Império colonial português contou em grande parte com o auxílio da Companhia de Jesus. Neto e Maciel (2008) defendem que os jesuítas foram uma poderosa e eficiente congregação religiosa que em seu exercício objetivavam não apenas a busca da

perfeição humana mediada pela palavra de Deus e a vontade dos homens, “(...) a obediência absoluta e sem limites aos superiores; a disciplina severa e rígida; a hierarquia baseada na estrutura militar; e a valorização da aptidão pessoal de seus membros” (NETO; MACIEL, 2008, p. 171).

Outra autora que também fala sobre a relevância desse grupo religioso para a formação do Império ultramar de Portugal é Maria Eduarda Paes (2008) que diz:

De fato, o papel de protagonista na construção do Imperium não cabe a D. Manuel, que governou ainda muito envolvido com as questões internas do Reino. Foram D. João III e sua corte os principais “arquitetos” da representação política e social de um império em grande expansão cuja justificação moral e religiosa encontrava respaldo na missão de dilatar a Fé pelo mundo. (PAES, 2008, p. 108)

Quando a Companhia de Jesus começou suas atividades nos territórios de Portugal, não havia um plano previamente estabelecido para a evangelização, nem por parte da própria Companhia, nem por parte da Igreja Católica ou da Coroa portuguesa. Ao chegarem ao Oriente e ao Novo Mundo, não existiam ainda à sua disposição documentos oficiais ou institucionais que servissem de delimitação para suas atividades, por esta razão a catequização foi desenvolvida, baseando-se em decisões que eram tomadas pelos próprios missionários frente a cada um dos contextos políticos, sociais e culturais aos quais se deparavam (Cf. SABEH, 2018, p. 47). Para os jesuítas, o conhecimento das línguas dos povos indígenas do Brasil se mostrava como a melhor opção para desenvolvimento de suas pregações, seguindo estratégias que eram formuladas de acordo com as especificidades de cada uma das regiões e povos aos quais tiveram contacto (Cf. SABEH, 2018). Assim, ao chegar as aldeias, os padres dedicavam-se ao estudo dos idiomas locais (Cf. SABEH, 2018). Um desses padres que adotaram esse *modus operandis* foi José de Anchieta.

Anchieta teve formação iniciada nas Ilhas Canárias, tendo continuidade no Real Colégio das Artes de Coimbra (Cf. KALTNER; SANTOS, 2021). Pode-se afirmar que o clima de opinião da época ainda era em muito pautado pela Igreja, mas o homem moderno já havia vivenciado o renascimento o que traz as obras do período notas muito características do ensino humanístico. Tal característica é perceptível em alguns elementos da obra de Anchieta como o fato de haver uma separação entre teologia e gramática, ser mais suscita do que os tratados medievais e não trazer tantos termos técnicos em sua análise, citando autores clássicos como exemplo (Cf. KALTNER e SANTOS, 2022).

É de se notar como a gramática passa a ser estudada e ensinada como uma disciplina por si só, sendo assim desvinculada da teologia, até então os

gramáticos eram também membros ativos de alguma ordem religiosa de modo que a língua e a teologia não se separavam. Exemplos dessa paulatina mudança se personifica na obra de Nebrija, que era um gramático e não um religioso, na gramática de João de Barros que também não fazia parte de nenhuma ordem. O próprio Anchieta, quando escreveu sua gramática ainda não tinha sido consagrado à ordem jesuítica. Esse dado evidencia que a Igreja nesse período histórico detinha ainda forte influência na sociedade, mas ela não era mais a que possuía o monopólio do conhecimento. Tal paulatina secularização dos estudos linguísticos se justifica em grande parte pelo humanismo e pelas ideias da segunda escolástica que se estabelecia e ganhava cada vez mais proeminência.

4. Considerações finais

Dizer que Anchieta era um leitor de Nebrija não refere apenas ao acesso à sua obra, o que o jesuíta o tinha, mas sim a ser um dos gramáticos que fazia parte de seu pensamento gramatical. Anchieta adota métodos semelhantes ao do gramático espanhol para codificar a língua vernácula indígena. O Superior de Anchieta teve sua formação em Salamanca, universidade que adotava os escritos de Nebrija.

Essa visão de Império não é um nacionalismo embrionário, como no século 19. Identidade: latim como modelo. Dentro de um ambiente plurilingue. Multiculturalismo do humanismo que permitia a construção dessas gramáticas, em um ambiente de plurilinguismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Neusa. *Elos Portugal e Brasil: João De Barros e Anchieta*. Revista De Letras, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/71938737/Elos_Portugal_e_Brasil_Jo%C3%A3o_De_Barros_e_Anchieta.

BELLINI, Lígia. Notas sobre cultura, política e sociedade no mundo português do século XVI. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 4, n. 7, p. 143-67, Niterói, 1997.

COELHO, Humberto Schubert. O Papel Da Filosofia e Do Imaginario Jesuítico Nas Missoes Portuguesas (1500–1597). *Mirabilia Journal* 35, 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/91637152/O_papel_da_Filosofia_e_do_imaginario_jesuítico_nas_missoes_portuguesas_1500_1597.

DEZOTTI, Lucas Consolin. *Arte menor e Arte maior de Donato*. Tradução, anotação e estudo introdutório. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-

Graduação em Letras Clássicas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.186p.

KALTNER, L.F.; SANTOS, M.C.S. Fenômenos fonéticos e composição de verbos e nomes: uma análise externa e interna da Gramática de Anchieta (1595, 1, 6-8). *Cadernos de Linguística*, v. 3, n. 1, e634, 2022.

GÓMEZ ASENCIO, José. Terminologia gramatical luso-castelhana dos inícios: de Antonio de Nebrija a João de Barros. *Confluência* [1415-7403], 2015. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/80>

KALTNER, Leonardo Ferreira. Considerações sobre as fontes do pensamento linguístico de Anchieta: intertextualidade gramatical. *Confluência* [1415-7403], 2021. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/466>.

MATOSO, José. *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.

NETO, Alexandre. MACIEL, Lizete. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar*, n. 31, p. 169-89, Curitiba: UFPR, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VKN68qKSCDDcvmq5qC7T6HR/?format=pdf&lang=pt>.

PAES, MARIA EDUARDA. Entre a Conversão e a Conquista: Reflexões Sobre o Modus Operandi dos Jesuítas e sua adequação ao processo colonizador na América Portuguesa do século XVI. *Cadernos de História*, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/88867882/Entre_a_convers%C3%A3o_e_a_conquista_Reflex%C3%B5es_sobre_o_modus_operandi_dos_jesu%C3%ADtas_e_sua_adequa%C3%A7%C3%A3o_ao_processo_colonizador_na_Am%C3%A9rica_Portuguesa_do_s%C3%99culo_XVI.

PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. *Nebrija en Portugal: la recepción de la Gramática sobre la lengua castellana en la gramatografía del portugués durante los siglos XVI (y XVII)*. 2022.

SILVA, S.C.S, KATNER, L.F. Anchieta e a Gramática do tupi: a descrição humanística da língua mais usada na costa do Brasil. *Caderno Especial: Anais do XVI SINEFIL*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2024.

AS ARTES PLÁSTICAS COMO FONTE INFORMATIVA PARA A ARTE MÉDICA

Edina Regina Pugas Panichi (UEL)
edinapanichi@sercomtel.com.br

RESUMO

O médico e memorialista Pedro Nava, quando não dispunha de uma fotografia que pudesse ajudá-lo a evocar as lembranças, costumava desenhar os seus personagens para depois descrevê-los, indicando as patologias de cada um. Os seus desenhos estão preservados sob a guarda do Arquivo Museu de Literatura Brasileira (AMLB), no Rio de Janeiro, e servem como material de pesquisa sobre o processo de criação do autor que se valia de seus conhecimentos de arte e sua especialidade médica, a Reumatologia, para o direcionamento de sua escrita. A pintura é outro foco desse artigo que demonstra como uma tela pode servir para o estudo de certas doenças, pois a partir da observação da imagem, é possível se chegar a um diagnóstico. Um outro tópico explorado por esse estudo aponta para a importância das pinturas dos azulejos da Igreja de São Francisco, em Salvador, Bahia, que exhibe em dois de seus painéis patologias que suscitam a curiosidade dos visitantes e enaltecem a importância dessas pinturas para os registros da Medicina.

Palavras-chave:

Desenhos de Pedro Nava. Tela de Edvard Munch.
Painéis da Igreja de São Francisco.

ABSTRACT

The physician and memoirist Pedro Nava, when lacking a photograph to help him recall memories, would often draw his characters before describing them, indicating each one's pathologies. His drawings are preserved under the care of the Brazilian Literature Museum Archive (AMLB) in Rio de Janeiro and serve as research material on the author's creative process, which utilized his knowledge of art and his medical specialty, Rheumatology, to guide his writing. Painting is another focus of this article, demonstrating how a canvas can be used to study certain diseases, as it is possible to reach a diagnosis by observing the image. Another topic explored in this study highlights the importance of the tile paintings in the Church of São Francisco, in Salvador, Bahia, which display pathologies on two of its panels that arouse visitors' curiosity and underscore the significance of these paintings in medical records.

Keywords:

Edvard Munch's painting. Pedro Nava's drawings.
Panels from the Church of São Francisco.

1. Introdução

Pedro Nava (1903–1984), médico e memorialista brasileiro, em seu livro “Capítulos da História da Medicina no Brasil”, escrito originalmente em forma de artigos publicados na *Revista Brasil Médico Cirúrgico*, em

1948, e reeditado em 2003, chama a atenção, dentre outras vivências, da necessidade dos conhecimentos sobre belas-artes na investigação e no estudo interpretativo das ideias médicas. Segundo o autor:

Telas, murais, afrescos, painéis, vasos iluminados, baixos-relevos, frisos e estátuas contam-se às centenas, saídos das mãos de grandes mestres escultores e pintores, tendo por objeto cenas que interessam à patologia, ao exercício profissional, à cirurgia, ao ensino da arte, à farmácia e à higiene. (NAVA, 2003, p. 16)

É muito antiga a integração entre a arte e a medicina. Leonardo da Vinci (2012), por exemplo, costumava dissecar corpos humanos e de animais para ter uma visão mais apurada daquilo que pretendia retratar. Para Pedro Nava, conhecer a obra de grandes mestres possibilita compreender melhor a anatomia humana, reconhecer sintomas e desenvolver qualidades importantíssimas como a capacidade de observação e a habilidade de enxergar detalhes.

Pinturas e esculturas foram e são um instrumento poderoso de informação, uma vez que em muitas delas foram registradas doenças, mesmo antes de terem sido descritas clinicamente, segundo ao autor (2003). Nava ressalta a importância das artes plásticas como fonte informativa da Medicina no que diz respeito a cenas que registram as mais variadas patologias, a relação médico-paciente, a vestimenta utilizada, o ambiente hospitalar e a acomodação dos doentes nas enfermarias. Também coloca em evidência o ambiente de ensino, ou seja, o posicionamento dos professores na cátedra, revelando o interesse daquele que ensina e daquele que busca aprender.

Pedro Nava apresenta em sua prosa memorialística um elemento altamente positivo, ou seja, o seu espírito visual e a sua memória fotográfica que usava como recurso para registrar os seus personagens. Revela ainda uma capacidade de evocação muito grande, apresentando-nos retratos admiráveis de pessoas com quem conviveu, não omitindo nenhum detalhe, aplicando sua ciência à língua. Para isso valeu-se de desenhos, que ele mesmo fazia e arquivava, para futura utilização, com o intuito de reavivar as lembranças.

A atenção aos detalhes foi aguçada pelos longos anos dedicados à Medicina, como revela o autor numa entrevista à revista *Isto É*: “Aprendi a olhar, a ver como médico, temos que usar os nossos sentidos de maneira absoluta, tirar deles tudo o que possam render. Modéstia à parte, sei observar.” (WERNECK; BARBOSA, 1983). A sua obra literária não deixa de ser obra de médico. Pode-se perceber o médico em cada página, na sua experiência de observação do ser humano, interesse já revelado no gosto pela anatomia e morfologia humanas quando ainda estudante de Medicina.

Dona Olívia Guedes Penteadó (1872-1934) foi uma das principais apoiadoras do modernismo no Brasil. Possuía um acervo considerável de obras modernistas em sua casa, em São Paulo, e era uma incentivadora das artes. Pedro Nava a conheceu em 1924, quando a Caravana Paulista, integrada por Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Mário de Andrade, Dona Olívia Guedes Penteadó, Gofredo Teles e o suíço-francês Blaise Cendrars percorreu as cidades históricas mineiras, passando por Belo Horizonte (NAVA, 1979). O grupo tinha o intuito de promover uma maior nacionalização do movimento da Semana de Arte Moderna deflagrada em 1922.

No óleo sobre tela pintado pelo francês Henri Gervex, em 1911, o artista retrata Dona Olívia, de lado, posição possivelmente escolhida para minimizar o seu olhar estrábico. Embora a caricatura de Dona Olívia registre essa disfunção ocular, ao descrevê-la Pedro Nava omite tal detalhe. Ao referir-se aos olhos de Dona Olívia, o autor utiliza uma adjetivação múltipla, de efeito ascendente, de forma que cada sílaba a mais acentua a representação do conteúdo significativo captada pelo traço do caricaturista que consegue aplicar, com precisão, os adjetivos (LAPA, 1998). Para realçar os olhos da personagem se entrelaçam adjetivos de duas, três e quatro sílabas num efeito crescente de qualidades positivas: “Eram negros, líquidos, brilhantes, move-diços, expressivos (...)” (NAVA, 1979, p. 183-84).

Figura 2: Retrato de Dona Olívia pintado por Henri Gervex.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/EoYMca6x3yKgr2Wr8>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Outro personagem das memórias de Pedro Nava e que mereceu o registro de uma patologia foi o poeta Ascânio Lopes, figura pertencente à turma de amigos de Belo Horizonte. Segundo Nava, o poeta era um jovem de aparência infeliz, pois tinha “olhos muito grandes de comissura externa mais baixa que a interna o que, com o corte amargo da boca, acentuava a tristeza do seu riso” (NAVA, 1979, p. 232). A observação do médico no que diz respeito ao ponto de união das pálpebras no canto dos olhos do amigo acentua a sua aparência melancólica. Da mesma forma, ao descrever a boca do personagem, o autor mistura ordens sensoriais (visão + paladar), reforçando a representação com base numa sinestesia.

Ascânio Lopes apresentava uma deformação craniana caracterizada pelo maior comprimento da cabeça, principalmente na região da testa, e seu estreitamento (provocando o alongamento do crânio), evidenciada no detalhe do desenho esboçado por Nava, quadro que pode ter contribuído para a morte prematura do poeta, aos 23 anos incompletos: “Não era cabeçudo, mas acentuadamente dolicocefalo e seu occipital retrodominava” (NAVA, 1979, p. 232).).

Figura 3: Ascânio Lopes.



Fonte: Arquivo Museu de Literatura Brasileira (AMLB).

O professor de Clínica Propedêutica Médica da faculdade de medicina em que Nava estudava, Marcelo Libânio, era portador de desvio de septo, o que levou o memorialista a registrar tal anomalia aproximando a figura do professor às pinturas de Picasso: “Fisicamente o Marcelo era magro (...) e tinha um nariz posto de lado como o dos boxeers – o que inseria sempre um perfil no seu rosto olhado de frente – como acontece em certas figuras das fases finais de Picasso” (NAVA, 1979, p. 203). Picasso se fez notável por sua pintura cubista que rompeu com as convenções da pintura tradicional, fragmentando e geometrizando as formas, num gesto de abandono da perspectiva linear.

Figura 4: Professor Marcelo Libânio.



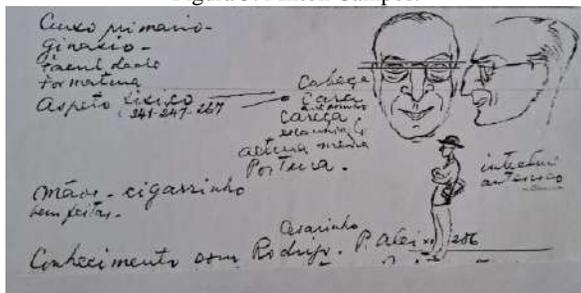
Fonte: Arquivo Museu de Literatura Brasileira (AMLB).

Milton Campos foi outro amigo de juventude que também mereceu a observação do médico e memorialista. A raiz do nariz do personagem, ao invés de ficar, horizontalmente, na posição entre os olhos, ficava um pouco acima, como observa Pedro Nava no detalhe da caricatura: “Era um moço

magro e de rosto fino que chamava a atenção visto de frente, pela inserção da raiz do nariz e por esta ficar ligeiramente mais alta que a linha das pupilas” (NAVA, 1979, p. 166).

Milton Campos também apresentava outras patologias que não passaram despercebidas pelo memorialista e que podem ser observadas no desenho de corpo inteiro, registrado logo abaixo da caricatura: “(...) apresentava ligeira queda de ombros, discreta cifose dorsal, leve projeção da bacia para diante e joelhos um pouco curvos” (NAVA, 1979, p. 166).

Figura 5: Milton Campos.



Fonte: Arquivo Museu de Literatura Brasileira (AMLB).

Já a arte aplicada aos estudantes de medicina como uma complementação curricular – atividade desenvolvida no Brasil em algumas instituições – procura aprimorar a capacidade de observação, pois ao analisarem as obras de arte, os alunos buscam interpretar as patologias ali registradas e, com isso, constatar nos pacientes sinais físicos típicos de certas doenças. Assim, aprendem a analisar sinais e sintomas em todas as suas características, ou seja, sinais notórios, expressão facial, gesticulação etc., para chegar a possíveis diagnósticos. Tais observações também permitem que se percebam incongruências em determinadas telas, o que serve para aprimorar o olhar clínico dos futuros médicos.

Comprovando a teoria de Nava, o neurologista brasileiro José Geraldo Speciali (2010), professor da Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto, especialista em dor de cabeça, utiliza pinturas em suas aulas para desenvolver nos alunos a capacidade de observação e a habilidade de enxergar detalhes para um perfeito diagnóstico. Em uma de suas viagens, diante da pintura “O Grito”, do pintor norueguês Edvard Munch, o médico percebeu que a expressão do personagem retratado revela uma dor de cabeça muito forte, produzida pela cefaleia em salvas, um dos piores tipos de dor e que costuma vir em fortes ondas. Segundo Speciali, a pálpebra caída da figura retratada, também revela outra característica da cefaleia em salvas.

Importante observar que o quadro apresenta quatro versões, ou seja, a primeira versão é de 1893 e está na Galeria Nacional de Oslo. A segunda versão, também de 1893, pertence ao acervo da mesma Galeria. A terceira versão, de 1895, pertence atualmente a um colecionador particular. A quarta versão, de 1910, está igualmente na Galeria Nacional de Oslo, na Noruega. Todas elas mostram a mesma figura agoniada, com as mãos segurando a cabeça como se estivesse em desespero. As formas distorcidas do quadro, como se fossem ondas, revelam a sensação de dor extrema.

Figura 6: Quadro O Grito, de Edvard Munch.



Fonte: <https://www.culturagenial.com/quadro-o-grito-de-edvard-munch/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

O depoimento de um paciente acometido pela cefaleia em salvas, registrado pelo Doutor Alexandre Feldman (2016), deixa claro o sofrimento que as crises provocam:

Enquanto as punhaladas vigorosas continuam dessa maneira, uma crescente dor ‘surda’ vai tomando conta da região do olho e da têmpora, ocupando a área de um palmo. Essa área vai gradualmente se estreitando, ao mesmo passo em que a intensidade da dor vai se magnificando. Percebo estar inclinando meu pescoço para baixo, levemente, como se minha cabeça estivesse sendo discretamente empurrada de trás. Meu pescoço, na região da base do crânio, encontra-se enrijecido. A sensação é a de estar usando um colar cervical. (FELDMAN, 2016)

E a crise atinge o seu grau máximo de dor, quando

[...] ao olhar no espelho, uma face lúgubre, pegajosa e pálida perscruta em retorno. Minha pálpebra direita encontra-se levemente abaixada [...]. Por sentir dificuldade em ficar no mesmo lugar por muito tempo, deixo o espelho para continuar minha alternância de andar e sentar. [...] Como de costume, encontro-me dominado pelo temor adicional de que a dor nunca passará. Contudo, eu descarto completamente essa possibilidade, uma vez que, se fosse esse o caso, eu certamente me mataria. A dor, agora localizada em algum ponto atrás e acima do meu olho, piora. Essa dor pode ser melhor descrita como sendo uma ‘força’ empurrando meu olho para fora com poder tão incrível que minha cabeça parece estar se movendo para trás, para produzir resistência. A ‘força’ vai e vem, porém, a duração das exacerbações sucessivas parece aumentar. A ‘salva’ encontra-se agora em seu pico, o qual é celebrado por uma torrente de lágrimas do meu olho direito somente. (FELDMAN, 2016)

A pintura de Munch, feita com pinceladas em ondas, apresenta uma figura que aparenta estar em profundo sofrimento, provavelmente causado pela dor intensa. As mãos levadas à cabeça, os olhos esbugalhados e a boca aberta parecem revelar o clímax da dor, completamente ignorado pelos transeuntes que sequer imaginam a situação de desespero vivida pelo personagem.

Já no claustro do Convento de São Francisco, em Salvador, prédio adjacente à igreja de São Francisco, encontram-se inúmeros painéis decorando as paredes. O conjunto mais significativo fica na parte térrea do claustro, onde estão 37 painéis que retratam cenas baseadas em gravuras do pintor holandês Otto van Veen. No painel 16 temos um exemplo de politelia bilateral. A pintura representa uma mulher com 4 mamas, uma sobre a outra, sendo que as mamas regulares são maiores que as mamas supranumerárias. Esses azulejos foram pintados em grande parte à mão, na cor azul, entre os anos 1749 e 1752 pelo mestre da azulejaria do século XVIII, Bartolomeu Antunes de Jesus, e trazidos de Lisboa em 1753. Os painéis representam uma importante contribuição da azulejaria portuguesa para o Brasil. Cada um deles traz uma epígrafe latina extraída do poeta e filósofo Horácio. O de número 16 exibe o seguinte princípio: *Natura Moderatrix Optima* (A natureza é a melhor moderadora).

Figura 7: Painel 16 – Igreja de São Francisco.



Fonte: <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/252293>. Acesso em: 10 ago. 2024.

Em outro painel vamos encontrar um caso de ginecomastia, ou seja, o aumento da mama na pintura que representa um soldado posicionado à es-

querda, no painel 32, que traz a seguinte máxima: *Pecuniae Obediunt Omnia* (Tudo obedece ao dinheiro).

Figura 8: Painel 32 – Igreja de São Francisco



Fonte: <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/252293>. Acesso em: 10 ago. 2024.

Os azulejos da Igreja de São Francisco reproduzem patologias não muito comuns e suscitam a curiosidade dos inúmeros visitantes que passam pelo Pelourinho, em Salvador, representando uma grande fonte informativa para o estudo da História da Medicina.

3. *Considerações finais*

Pode-se perceber que Pedro Nava, ao utilizar o desenho para amparar as suas descrições, consegue tornar perceptíveis as patologias de cada personagem, pois a imagem tem a capacidade de condensar informações que sofrerão expansão no decorrer da escritura. Importante salientar que os livros do memorialista não eram ilustrados. Os desenhos serviam apenas como um mapa de orientação quando o autor não dispunha de uma fotografia na qual se basear (Cf. PANICHI, 1986).

Da mesma forma, a pintura de Edvard Munch é um exemplo de como a arte pode ajudar os estudantes de Medicina a analisarem o paciente de forma mais ampla, observando atentamente os sinais que, embora nem sempre sejam completamente evidentes, são passíveis de serem percebidos para um diagnóstico mais seguro. No que diz respeito às pinturas presentes no claustro do Convento de São Francisco, podemos concluir que são uma compro-

vação da importância da arte não apenas como forma de deleite, mas também como fonte de informação para a arte médica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MODIGLIANI, Amedeo. *Grandes mestres*. São Paulo: Abril S.A., 2011.

NAVA, Pedro. *Capítulos da história da medicina no Brasil*. Cotia-SP: Ateliê Editorial: Londrina-PR: Eduel; São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2003.

_____. *Beira-mar: memórias* 4. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

PANICHI, Edina. *Um Pedro Nava inédito*. Estado de Minas. Belo Horizonte, 1986. p. 21.

SALLES, Cecília Almeida. *Gesto inacabado: processo de criação artística*. 5. ed. São Paulo: Intermeios, 2011.

VINCI, Leonardo da. *Os cadernos anatômicos de Leonardo da Vinci*. Tradução do italiano para o inglês, comentários e introdução: Charles D. O'Malley e J. B. de C. M. Saunders. Trad. de Pedro Carlos Piantino Lemos e Maria Cristina Vilhena Carnevale. Cotia: Ateliê Editorial/Campinas: UNICAMP, 2012.

WERNECK, Humberto; BARBOSA, Ricardo Corrêa. O minerador do tempo. *Revista Isto É*. São Paulo, 08. 06.1983, p. 54.

Outras fontes:

FELDMAN, Alexandre. <https://www.enxaqueca.com.br/cefaleia-em-sal-vas-relato/06/09/2016>. Acesso em: 10 ago. 2024.

Igreja e Claustro do Convento de São Francisco. <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/252293>. Acesso em: 10 ago. 2024.

SPECIALI, José. https://istoe.com.br/38641_A+ARTE+AJUDA+A+MEDICINA/08/01/2010. Acesso em: 20 jul. 2024.

**AS HORAS DE AUGUSTO MATRAGA:
A JORNADA DO HERÓI ROSEANO**

Daniella Tavares Potrique (UERJ)

daniellatavares96@gmail.com

Cimélio Senna Vasconcelos da Silva (UVA)

senna20012@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de descrever a jornada heroica de Augusto Matraga, personagem principal da novela “A hora e vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa. Para tanto, realizamos uma revisão de literatura, a fim de elucidar as questões que envolvem o herói mitológico e a obra de Guimarães Rosa. Contamos com os estudos de Silva (1984), Bosi (1997), Candido (2002), Rónai (2001; 2016), Hansen (2012), Pacheco (2008) e D’Onofrio (2007) que nos ajudaram a compreender o regionalismo metamorfoseado por Rosa e o enquadramento de sua obra na narrativa de semiotização de acontecimento. Por fim, contamos com a saga heroica proposta por Campbell (2007) com comentários de Müller (1987) para acompanhar a jornada de Augusto Matraga.

Palavras-chave:

Herói. Augusto Matraga. Guimarães Rosa.

ABSTRACT

This work aims to describe the heroic journey of Augusto Matraga, main character of the novel “A hora e vez de Augusto Matraga”, by Guimarães Rosa. To this end, we conducted a literature review in order to elucidate the issues surrounding the mythological hero and the work of Guimarães Rosa. We rely on the studies of Silva (1984), Bosi (1997), Candido (2002), Rónai (2001; 2016), Hansen (2012), Pacheco (2008) and D’Onofrio (2007) who helped us understand regionalism metamorphosed by Rosa and the framing of his work in the semiotic narrative of an event. Finally, we have the heroic saga proposed by Campbell (2007) with comments by Müller (1987) to accompany Augusto Matraga’s journey.

Keywords:

Hero. Augusto Matraga. Guimarães Rosa.

1. Considerações iniciais

Augusto Matraga, personagem principal da novela – ou conto, como alguns defendem – “A hora e vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, é um tipo que desperta a aversão do leitor, pois tem uma personalidade agressiva e egoísta.

Entretanto, se considerarmos as características pessoais que são valorizadas no contexto em que se passa o conto, a personalidade de Matraga torna-se justificável e até heroica. Principalmente após uma transformação

intensa, que o faz assumir uma personalidade de caráter aceitável em um contexto maior que o de sua origem. Esse personagem e sua jornada guardam representações importantes para a literatura brasileira e para o estudo do ser humano como criador de significados.

Este trabalho tem o objetivo principal de traçar a jornada heroica de Augusto Matraga e possui como mapa de aventura do herói a proposta do mitologista Joseph Campbell (2007). Em seu livro, “O herói de mil faces”, Campbell separa a jornada do herói em três partes principais – a partida, a iniciação e o retorno – e destaca etapas dentro de cada uma dessas partes. Todo esse processo é feito com exemplos de heróis de diferentes épocas e culturas, o que dá significado ao termo “mil faces” no título da obra.

A fim de explicar o herói roseano, faremos uma apresentação do autor e sua obra por meio do autor Anazildo Vasconcelos da Silva (1984), que oferece importantes contribuições para o seu enquadramento retórico como modernista e que, conseqüentemente, segue a lógica do acontecimento. O que será complementado pelas observações de seus recursos linguísticos dados por Alfredo Bosi (1997), que ultrapassam os limites entre narrativa e lírica. Essa ultrapassagem é o que permitirá relacionar o seu regionalismo a uma contextualização universal e mítica, o que permite que Rosa crie o que Alfredo Bosi (1997) e Antônio Candido (2002) chamam de alquimia.

Antes de detalharmos a jornada de Augusto Matraga, faremos uma exposição sobre o herói roseano como um herói regionalista, que apresenta enfrentamentos psicológicos universais. Nesta parte, contaremos com as explicações de Paulo Rónai (2001; 2016) sobre Riobaldo e Augusto Matraga, com contribuições de Salvatore D’Onofrio (2007) e Ana Paula Pacheco (2008). Ao fim dessa exposição, iniciaremos a jornada de Augusto Matraga, guiados por ele e por Joseph Campbell (2007).

2. O herói roseano

2.1. Guimarães Rosa e sua obra

A obra de Guimarães Rosa faz parte da terceira geração do modernismo. Como narrativa do século XX, ela se encaixa, em termos semióticos, na lógica – ou semiotização – do acontecimento, tendo como base os estudos de Anazildo Vasconcelos da Silva (1984). A lógica do acontecimento não é objetiva – como a lógica do espaço – nem subjetiva – como a lógica do personagem (Cf. SILVA, 1984). Ou seja, as convenções sociais não se sobrepõem aos anseios subjetivos do personagem, nem o contrário.

Como parte de um período de ruptura, o personagem moderno tem um conflito com ele mesmo. E Rosa fará uso de recursos linguísticos para expressar esses conflitos. Afinal, “como para os mestres da prosa moderna (um Joyce, um Borges, um Gadda), a palavra é sempre um feixe de significações: mas ela o é em um grau eminente de intensidade se comparada aos códigos convencionais de prosa” (BOSI, 1997, p. 485), pois a escrita de Rosa opera anulando de forma intencional os limites entre a narrativa e lírica. (BOSI, 1997)

E é por meio dessa mescla entre narrativa e lírica que se explora o mítico, já que:

O princípio fundamental da linguagem poética, genialmente intuído por Vico, é o da analogia a arcana “lógica poética”, lógica dos sentidos, que vincula a fala inovadora às matrizes de toda língua. Ora, o pensamento analógico é pensamento mítico. (BOSI, 1997, p. 487)

Assim, “Rosa inventa um mundo mitológico que vive a sua autonomia fictícia com inteireza épica, bárbara e aparentemente fechada sobre si mesma” (HANSEN, 2012, p. 128). Esse mundo é o sertão, e é aparentemente fechado porque, no final das contas, esse sertão é ao mesmo tempo regional e ao mesmo tempo universal. É dessa maneira que ocorre a metamorfose do regionalismo operada por Guimarães Rosa: um regionalismo universalizante. Construído por meio de um procedimento retórico que envolve “a integração das referências sertanejas em níveis metafóricos ou alegóricos de significação em que elas passam a conotar referências filosóficas e literárias universais” (HANSEN, 2012, p. 121).

De acordo com Alfredo Bosi (1997):

O regionalismo, que deu algumas das formas menos tensas de escritura (a crônica, o conto folclórico, a reportagem), estava destinada a sofrer, nas mãos de um artista-demiurgo, a metamorfose que o traria de novo ao centro da ficção brasileira. A alquimia, operada por João Guimarães Rosa, tem sido o grande tema da nossa crítica desde o aparecimento dessa obra espantosa que é Grande Sertão: Veredas. (BOSI, 1997, p. 484-5) (grifos do autor)

Essa alquimia ocorreu, porque Guimarães Rosa construiu um regionalismo mais genuíno e perdurável; ele concebeu “uma experiência total em que o pitoresco e o exótico são animados pela graça de um movimento interior, em que se desfazem as relações de sujeito a objeto para ficar a obra de arte como integração total de experiência” (CANDIDO, 2002, p. 186).

Inclusive, é possível considerar que essa concepção ocorreu antes mesmo de Grande Sertão: Veredas, em Contos, primeira versão do que viria a ser Sagarana, o regionalismo já foi metamorfoseado por Rosa, afinal:

Sagarana não vale apenas na medida em que nos traz um certo sabor regional, mas na medida em que constrói um certo sabor regional, isto é, em que transcende a região. A província do sr. Guimarães Rosa, no caso Minas, é menos uma região do Brasil do que uma região da arte, com detalhes e locuções e

vocabulário e geografia cosidos de maneira por vezes quase irreal, tamanha é a concentração com que trabalha o autor. (CANDIDO, 2002, p. 187) (grifos do autor)

Rónai (2001) exemplifica como ocorre essa universalização quando faz alguns esclarecimentos sobre o herói de Grande Sertão: Veredas:

O seu Riobaldo, esse Fausto sertanejo, entre inculto mas dotado de imaginação e poesia, ao passar revista aos acontecimentos de sua vida aventurosa, enfrenta seguidamente todas as contingências do ser – o amor, a alegria, a ambição, a insatisfação, a solidão, a dor, o medo, a morte – e relata-as com a surpresa, a reação fresca de quem as experimentasse pela primeira vez no mundo, reinventando as explicações dos filósofos numa formulação pitoresca e ingênua. (RÓNAI, 2001, p. 19)

E também, o mesmo autor (2016), explica como isso ocorre em “A hora e vez de Augusto Matraga”:

Aplicação ainda mais perfeita deste processo observa-se em “A hora e vez de Augusto Matraga”, a novela talvez mais densa de humanidade de todo o volume. A vida retraída do valentão arrependido que, depois de ter sido deixado como morto pelos capangas do adversário, levou anos a restaurar a saúde do corpo e a amansar o espírito sedento de vingança inspira ao leitor uma inquietação crescente. Treme-se por esta alma perdida e reencontrada, que por fim só escapará à tentativa da desforra por outro ato louco de valentia que o redime, mas ao mesmo tempo o aniquila. (RÓNAI, 2016, p. 17)

A seguir, vamos entender como se relacionam as características de um herói mítico a um herói sertanejo, que dão origem ao herói roseano.

2.2. O herói roseano

O herói universal apresenta características como coragem, altruísmo e a capacidade de transitar entre dois mundos. Mas não podemos esquecer que esse universal ganha representações diferentes do que é ser corajoso ou altruísta dependendo do contexto no qual está inserido. O herói roseano, além de representar o homem em crise do modernismo, e ser expresso por meio de uma retórica moderna, autorreferente, que faz uma revisão crítica de si mesmo (Cf. SILVA, 1984), é um herói sertanejo, o jagunço.

Sertanejo porque é um ser do sertão, um lugar distante, com leis diferentes. Um jagunço porque faz valer a valentia inerente ao herói universal de maneira regional, sertaneja, uma valentia violenta. Pois, “os heróis míticos (...) buscam estabelecer o Bem no sertão por via de uma ética interna em que a violência jagunça adquire caráter ordenador, enquanto um homem fora, que quer o progresso e exclama “vivas” à lei, pretende acabar com o jagunçismo” (PACHECO, 2008, p. 183). Porém, até chegar a isso, o personagem herói precisa passar por etapas:

O herói, começo da narrativa, normalmente possui apenas o querer, faltando-lhe o saber e o poder. Esse “poder” lhe é fornecido pelo actante ajudante, que pode ser o doador ou outro ator que tem a incumbência de auxiliar o herói. Como também, de outro lado, o herói pode encontrar obstáculos no seu caminho: é a função do actante oponente, exercida pelo vilão ou um ajudante deste. A significação do eixo ajudante->sujeito<-opponente prende-se, do ponto de vista cósmico, aos elementos protetores ou eufóricos da natureza, as forças do bem (simbolizadas pelo papel do ajudante), em contraste com os elementos do mal (encarnados pelo oponente) e, do ponto de vista psíquico, a vontade de possuir o objeto do desejo em contraste com o medo do fracasso perante os virtuais obstáculos. Nesse caso, evidentemente, trata-se de uma narrativa de fundo psicológico. (D’ONOFRIO, 2007, p. 76)

Agora que passamos pela ideia de herói mítico para chegar à ideia de herói sertanejo, podemos iniciar a última etapa do nosso trabalho. Iremos demonstrar um exemplo de herói roseano através da jornada de Augusto Matraga que, na verdade, começa como nada.

3. *As Horas de Augusto Matraga*

3.1. *Augusto Estêves, ou Nhô Augusto*

“Matraga não é Matraga, não é nada” (ROSA, 2016, p. 324).

Augusto Matraga, para merecer esse nome, tem que passar por uma longa e transformadora jornada. Augusto Estêves, ou Nhô Augusto, tem um início de estória que já expõe seu caráter: “duro, doido e sem detença, como um bicho grande do mato” (ROSA, 2016, p. 329). Ele arremata uma moça num leilão – Sariema – só para causar desgosto no rapaz que a queria, tanto que faz pouco dela e a abandona logo em seguida: “você tem perna demanuel-fonseca, uma fina e outra seca! E está que é só osso, peixe cozido sem tempero... Capim pr’a mim, com uma sombração dessas!... Vá-se embora, frango-d’água! Some daqui!” (ROSA, 2016, p. 328).

Depois de abandonar a moça, ele encontra um de seus aliados, Quim Recadeiro, que traz um recado de sua esposa, Dona Dionóra, para que ele volte para casa e termine os arranjos para a viagem. Ao que Augusto responde: “Desvira, Quim e dá o recado pelo avesso: eu lá não vou!” (ROSA, 2016, p. 328).

A novela possui uma narrativa em ordem cronológica, em terceira pessoa e narrador onisciente, que expõe os pensamentos dos personagens. Um exemplo disso é o momento em que Dona Dionóra recebe o recado de Augusto dado por Quim: “não deu ar de seus pensamentos (...), mas muitos que eles eram” (ROSA, 2016, p. 328). Nesse momento, também, é que apa-

rece o relato da infância de Nhô Augusto – “uma meninice à louca e à larga, de filho único de pai pancrácio” (ROSA, 2016, p. 329) – e da existência de Ovídio Moura, pois Dionóra fica pensando na proposta que ele a fez de fugir com ele.

Ovídio é o oposto de Augusto: “Gostava dela, muito... Mais do que ele mesmo dizia, mais do que ele mesmo sabia, da maneira de que a gente deve gostar. E tinha uma força grande, de amor calado, e uma paciência quente, cantada” (ROSA, 2016, p. 330). Não é à toa esse nome, Ovídio foi um poeta romano, autor de “A arte de amar”, tema que condiz muito com a personalidade do personagem.

Por fim, Dionóra e a filha – Mimita – viajam sozinhas. Elas pernoitam no sítio de um tio, “tio nervoso” (ROSA, 2016, p. 330), com o qual Dionóra conversa sobre o descaso de Augusto. O tio nos apresenta mais relatos da infância dele:

Mãe do Nhô Augusto morreu, com ele ainda pequeno... Teu sogro era um leso, não era pr’a chefe de família... Pai era como que Nhô Augusto não tivesse... Um tio era criminoso, de mais de uma morte, que vivia escondido, lá no Saco-da-Embira... Quem criou Nhô Augusto foi a avó... Queria o menino pr’a padre... Rezar, rezar, o tempo todo, santimônia e ladainha... (ROSA, 2016, p. 330).

De manhã, elas retomam a viagem e Mimita se queixa sobre a falta do pai: “Por que é que o pai não gosta de nós, mãe?” (ROSA, 2016, p. 331). Nesse mesmo momento, Ovídio aparece para levar as duas com ele, e deixa o seguinte recado, para Augusto, com Quim: “Volta você, e fala com seu patrão que Siá Dona Dionóra não quer viver mais com ele, e que ela de agora por diante vai viver comigo, com o querer dos meus parentes todos e com a bênção de Deus!” (ROSA, 2016, p. 331). Quim, fiel à Nhô Augusto, amaldiçoa Ovídio - “Homem sujo!... Tomara que uma coruja ache graça na tua porta!...” (ROSA, 2016, p. 331) – e se prepara para avisar a Augusto que “a casa estava caindo” (ROSA, 2016, p. 331).

Nota-se que Ovídio também é corajoso, afinal, ele, por amor, enfrentou o perigo de roubar a esposa e a filha de Nhô Augusto. Entretanto, essa coragem não é o tipo de coragem valorizada pelo sertanejo, que está mais para uma valentia agressiva contra os inimigos, nada por amor. Quim Recadeiro reconhece e admira a valentia de Nhô Augusto e vê a atitude de Ovídio como uma desonra entre homens, tanto que o amaldiçoa.

A partir daqui a situação de Nhô Augusto começa a mudar. Seguiremos, agora, guiados pela jornada heroica de Augusto com o auxílio dos comentários de Joseph Campbell e Lutz Müller. É a hora da partida, e ela virá não apenas com um chamado, mas dois.

3.2.A hora da partida

“Tempo do bem-bom se acabou, cachorro de Estêves!...” (ROSA, 2016, p. 334).

A aventura do nosso herói começa quando ele recebe duas notícias ruins, uma atrás da outra. Quim Recadeiro é o mensageiro dessas notícias, e encontra Augusto totalmente despreparado para receber a primeira: “estava deitado na cama – pior lugar que há para se receber uma surpresa má” (ROSA, 2016, p. 332). Por isso, ele já chega avisando: “Levanta e veste a roupa, meu patrão Nhô Augusto, que eu tenho uma novidade meia ruim, p’ra lhe contar” (ROSA, 2016, p. 332).

Augusto o responde pulando da cama e se vestindo num instante. “Fala tudo!” (ROSA, 2016, p. 332). E Quim contou, justificando que não fez justiça ele mesmo porque era “negócio de honra, com sangue só p’ro dono” (ROSA, 2016, p. 332). Nhô Augusto aprovou a atitude dele – mais uma vez o caráter sertanejo aparece – e mandou que chamasse seus homens. Quim retorna com a segunda má notícia: seus homens o abandonaram e agora faziam parte do grupo do Major Consilva.

Nesse momento, Nhô Augusto toma uma decisão que vai mudar a sua vida. De acordo com Campbell (2007), é possível que o herói não atenda ao chamado, mas esse não foi o caso do valente Augusto: “quase qualquer um capia outro, sem ser Augusto Estêves, naqueles dois contratemplos teria percebido a chegada do azar, da unhaca, e passaria umas rodadas sem jogar” (ROSA, 2016, p. 333). “Mas Nhô Augusto era couro ainda por curtir” (ROSA, 2016, p. 333) e partiu para a sua batalha sozinho, o que demonstra muita coragem, pois ele decide ir primeiro à casa do seu inimigo, Major Consilva. Entende-se que, de acordo com as leis do sertão, a ofensa de Consilva era maior, por isso, deveria ser a primeira a ajustar.

Essa decisão terá um fim trágico, entretanto, o herói será recompensado mais adiante, afinal o caminho se abre para o herói que ousa seguir na jornada (Cf. CAMPBELL, 2007). Mal Augusto chegou à casa do Major e esse último anunciou: “tempo do bem-bom se acabou, cachorro de Estêves!...”. Os seus capangas partiram para cima de Nhô Augusto - com mais gosto ainda o “capiuzinho mongó que amava a mulher-à-toa Sariema” (ROSA, 2016, p. 334). Eles bateram muito e Augusto sofreu, tanto que já o estavam dando por morto: “Não tem mais nenhum Nhô Augusto Estêves, das Pindaibas, minha gente?! (...) Não tem não! Tem mais não!” (ROSA, 2016, p. 335). De certa forma, eles estavam certos.

Não satisfeitos com as agressões, os capangas decidiram humilhar Augusto e deixar nele uma marca de ferro: “abrasaram o ferro com a marca

do gado do Major – que soía ser um triângulo inscrito numa circunferência –, e imprimiram-na, com chiado, chamusco e fumaça, na polpa glútea direita de Nhô Augusto” (ROSA, 2016, p. 335). A dor que sente faz com que ele grite e dê um salto. Esse salto o ajuda a chegar à beira do barranco e rolar para baixo. Certos de que Augusto Estêves estava morto, os capangas decidem que não há necessidade de conferir: “arma uma cruz aqui mesmo, Osório, para de noite ele não vir puxar teus pés...” (ROSA, 2016, p. 336).

Aparentemente, está tudo acabado para Augusto, mas como recompensa pela sua coragem ele recebe um auxílio sobrenatural. Essa etapa representa a proteção da mãe cósmica para o herói, simbolizada pelo poder “benigno e protetor do destino” (CAMPBELL, 2007, p. 76). Esse poder aparece por meio da ajuda de um casal:

O preto que morava na boca do brejo, quando calculou que os outros já teriam ido embora, saiu do seu esconso, entre as taboas, e subiu aos degraus de mato do pé do barranco. Chegou-se. Encontrou vida funda no corpo tão maltratado do homem branco; chamou a preta, mulher do preto que morava na boca do brejo, e juntos carregaram Nhô Augusto para o casebre dos dois. (ROSA, 2016, p. 336)

Esse casal, inicialmente, cuida para que ele tenha uma morte digna, mas Nhô Augusto dá um sinal de vida: “me matem de uma vez, por caridade, pelas chagas de Nosso Senhor...” (ROSA, 2016, p. 336). Ele fica num estado de delírio, falando coisas sem sentido, “pra gente ausente” (ROSA, 2016, p. 336) e Quitéria – aqui ainda chamada de “a preta” – fica espantada com a revolta e o desamparo em que Augusto se encontra:

– Deus que me perdoe, [...] mas este homem deve de ser ruim feito cascavel barreada em buraco, porque está variando que faz e acontece, e é só braveza de matar e sangrar... E ele chama por Deus, na hora da dor forte, e Deus não atende, nem para um fôlego, assim num desamparo como eu nunca vi! (ROSA, 2016, p. 336)

O casal cuida de Augusto, cuida como filho, Quitéria até canta cantigas para ele. Enquanto isso, Augusto pensa e se arrepende:

Nhô Augusto se lembrou da mulher e da filha. Sem raiva, sem sofrimento, mesmo, só com uma falta de ar enorme, sufocando. Respirava aos arrancos, e teve até medo, porque não podia ter tento nessa desordem toda, e era como se o corpo não fosse mais seu. Até que pôde chorar, e chorou muito, um choro solto, sem vergonha nenhuma, de menino ao abandono. E, sem saber e sem poder, chamou alto soluçando:

– Mãe... Mãe... (ROSA, 2016, p. 337-338).

E é com esse arrependimento que Augusto comenta que gostaria de ser absolvido de seus pecados. Então, o casal busca um padre, para que ele possa se confessar. Por meio das recomendações desse padre, Augusto chega ao primeiro limiar. O primeiro limiar é “uma passagem pelo véu que separa

o conhecido do desconhecido” (CAMPBELL, 2007, p. 85), o padre recomenda que ele faça tudo que deixou de fazer antes, que viva a sua outra vida ao contrário:

– Você nunca trabalhou, não é? Pois, agora, por diante, cada dia de Deus você deve trabalhar por três, e ajudar os outros, sempre que puder. Modere esse mau gênio: faça de conta que ele é um poldro bravo, e que você é mais mandante do que ele... Peça a Deus assim, com esta jaculatória: “Jesus, manso e humilde de coração, fazei meu coração semelhante ao vosso...” (ROSA, 2016, p. 339)

Esse primeiro limiar é o que antecede o limiar mágico, caminho para a iniciação, o ventre da baleia (Cf. CAMPBELL, 2007). O ventre é o limiar transmutador, assim, o antigo precisa morrer para o novo nascer: a “passagem do limiar constitui uma forma de autoaniquilação” (CAMPBELL, 2007, p. 92). Augusto continua em sua jornada com determinação:

Nunca mais seria gente! O corpo estava estragado, por dentro, e mais ainda a ideia. E tomara um tão grande horror às suas maldades e aos seus malfeitos passados, que nem podia se lembrar; e só mesmo rezando. (ROSA, 2016, p. 340)

Agora, nosso herói está pronto para a iniciação.

3.3.A hora da iniciação

“– Eu vou pr’a o céu, e vou mesmo, por bem ou por mal!... E a minha vez há de chegar... Pr’a o céu eu vou, nem que seja a porrete!...” (ROSA, 2016, p. 340).

Augusto e o casal – Quitéria e Serapião – partem para morar em outro lugar: “junto com o casal de pretos samaritanos, que, ao hábito de se desvelarem, agora não o podiam deixar nem por nada, pegou chão, sem paixão” (ROSA, 2016, p. 340). Eles foram morar no povoado do Tombador, onde Augusto coloca em prática as orientações do padre.

Agora, o herói vive uma vida totalmente diferente, e retribui o cuidado que seus pais cósmicos tiveram com ele:

Trabalhava que nem um afadigado por dinheiro, mas, no feito, não tinha nenhuma ganância e nem se importava com acrescentes: o que vivia era querendo ajudar os outros. Capinava para si e para os vizinhos do seu fogo, no querer de repartir, dando de amor o que possuísse. E só pedia, pois, serviço para fazer, e pouca ou nenhuma conversa.

O casal de pretos, que moravam junto com ele, era quem mandava e desmandava na casa, não trabalhando um nada e vivendo no estadão. Mas, ele, tinham-no visto mourejar até dentro da noite de Deus, quando havia luar claro. (ROSA, 2016, p. 341)

Mas faz parte da iniciação o caminho de provas. Ele apareceu e Augusto foi devidamente auxiliado pelos seus novos pais – “o negro e a negra eram agora pai e mãe de Nhô Augusto” (ROSA, 2016, p. 342). No caminho de provas, “o herói é auxiliado, de forma encoberta, pelo conselho, pelos amuletos e pelos agentes secretos do auxiliar sobrenatural que havia encontrado antes de penetrar nessa região” (CAMPBELL, 2007, p. 102).

Augusto trabalhava arduamente, na esperança de obter a sua hora e a sua vez, esse era o seu foco. Ele estava num lugar distante e seguro, propício para a sua evolução como ser humano, mas “como tudo é mesmo pequeno, e o sertão ainda é menor, houve que passou por lá um conhecido velho de Nhô Augusto – o Tião da Thereza” (ROSA, 2016, p. 342). E esse conhecido trouxe notícias que deixaram Augusto muito abalado. Tião da Thereza contou que

A mulher, Dona Dionóra, continuava amigada com seu Ovídio, muito de-bem os dois, com tenção até em casamento de igreja, por pensarem que ela estava desimpedida de marido; com a filha, sim, é que fora uma tristeza: crescera sã e se encorpara uma mocinha muito linda, mas tinha caído na vida, seduzida por um cometa, que a levava do arraial, para onde não se sabia... O Major Consilva prosseguia mandando no Murici, e arrematara as duas fazendas de Nhô Augusto... (ROSA, 2016, p. 343)

Essas notícias já tinham deixado Nhô Augusto cheio de desgosto, e a última, sobre Quim, fechou a lista de sua desolação:

Mas o mais mal-arrumado tinha sido com o Quim, seu antigo camarada, o pobre do Quim Recadeiro – “Se alembra?” – Pois o Quim tinha morrido de morte-matada, com mais de vinte balas no corpo, por causa dele, Nhô Augusto: quando soube que seu patrão tinha sido assassinado, de mando do Major, não tivera dúvida: ...jurou desforra, beijando a garrucha, e não esperou café coado! Foi cuspir no canguçu detrás da moita, e ficou morto, mas já dentro da sala-de-jantar do Major, e depois de matar dois capangas e ferir mais um... (ROSA, 2016, p. 343)

Augusto pede para Tião parar de falar e não contar a ninguém que ele está vivo, pois é como se ele tivesse morrido, aquele Augusto Estêves morreu: “não tem nenhum Nhô Augusto Estêves, das Pindaíbas, Tião...” (ROSA, 2016, 343). Tião responde, com ar de desprezo, que realmente não tem: “estou vendo...” (ROSA, 2016, p. 343).

Mesmo após se distrair com o trabalho, Augusto pensava em tudo o que Tião contou. Isso o fez pensar que talvez fosse melhor voltar a ser o que era antes, ideia que logo se desfez, quando lembrou as palavras do padre. Mas continuava triste e envergonhado. Seus novos pais o apoiaram, eles representavam a ajuda nas provas.

Ele contou que se sentia “desonrado, desmerecido, (...) tão sem homênia” (ROSA, 2016, p. 345), que sentia desgosto pela mulher, que estava sendo feliz com outro, e a filha, que havia se perdido na vida. Grande tristeza também sentia por não ter honrado a fidelidade de Quim, o único que o defendeu até o fim: “como é que eu vou me encontrar com o Quim lá com Deus, com que cara?!...” (ROSA, 2016, p. 345). Augusto já não sabia mais se realmente seria possível entrar no céu e mãe Quitéria o consolava: “vira o demônio de costas, meu filho... Faz o que o seu padre mandou!” (ROSA, 2016, p. 345).

Com a ajuda de seus protetores, Augusto começa a se sentir melhor, fica confiante novamente. Mas começa a cometer pequenos deslizes, como fumar e beber um pouco. Parecia um anúncio do novo desafio que estava por vir. O caminho da iniciação, de acordo com Campbell (2007), pode apresentar como prova o encontro com o lado negativo do pai – energia masculina – ou da mãe – energia feminina – que representam os opostos das coisas, a duplicidade. Müller (1992) explica essa duplicidade através do irmão-sombra: “esse caráter duplo se mostra no aparecimento de um irmão (gêmeo) ou de um inimigo igualmente forte” (MÜLLER, 1992, p. 32).

Augusto, como já possuía um histórico de infância infeliz, foi de certa forma recompensado e nasceu de novo nos braços de pais cuidadosos – Quitéria e Serapião – então, o lado oposto apareceu como a sua sombra, um homem bem parecido com o seu passado – Estêves. Chegou um bando no povoado que assustou a todos, por motivos compreensíveis, se acompanharmos a descrição do chefe do bando:

O mais forte e o mais alto de todos, com um lenço azul enrolado no chapéu de couro, com dentes brancos limados em acume, de olhar dominador e tosse rosnada, mas sorriso bonito e mansinho de moça. [...] O arranca-toco, o treme-terra, o come-brasa, o pega-à-unha, o fecha-treta, o tira-prosa, o parte-ferro, o rompe-racha, o rompe-e-arrasa: Seu Joãozinho Bem-Bem. (ROSA, 2016, p. 348)

Ele causou medo em todos, menos em Nhô Augusto:

O povo não se mexia, apavorado, com medo de fechar as portas, com medo de ficar na rua, com medo de falar e ficar calado, com medo de existir. Mas Nhô Augusto, [...] quando soube do que havia, jogou a carga no chão e correu ao encontro dos recém-chegados. (ROSA, 2016, p. 348)

Joãozinho Bem-Bem era a sombra de Augusto e o destino deles possuía duas opções: “o adversário quase sempre é vencido pelo herói depois de uma luta longa e difícil, ou a luta termina empatada” (MÜLLER, 1992, p. 32). Mas esse desfecho só ocorre muito depois, a princípio eles ficam muito amigados.

Augusto convida Bem-Bem e todo o seu bando para passarem a noite em sua casa e oferece a todos eles muita comida, bebida e o que mais desejarem. Nesse momento, que é praticamente uma confraternização, Joãozinho e seus capangas contam sobre as coisas que fazem e o chefe faz questão de dizer que tudo é feito de acordo com a lei – a lei do sertão: “gente minha só mata as mortes que eu mando, e morte que eu mando é só morte legal!” (ROSA, 2016, p. 350).

As conversas seguem e Augusto fica numa oscilação - se empolga e se reprime. Bem-Bem o incentiva a atirar num passarinho, mas ele não quer machucar “a criaçõzinha de Deus” (ROSA, 2016, p. 353) e atira num galho. Ele logo percebe que está se deixando levar pela presença de alguém tão parecido com o seu passado e fica desanimado, mas continua tratando bem os seus hóspedes. Pela manhã, quando Joãozinho Bem-Bem e seu bando estão de saída, Augusto recebe uma proposta, na verdade duas, muito tentadoras. A primeira é a chance de se vingar de seus inimigos, sem nem fazer esforço: “A pois, se precisar de alguma coisa, se tem um recado ruim para mandar para alguém... Tiver algum inimigo alegre, por aí, é só dizer o nome e onde mora” (ROSA, 2016, p. 353). A tentação é grande, mas não fala nada.

A segunda proposta é a de fazer parte do bando de Bem-Bem:

Está-se vendo que não viveu sempre aqui nesta grota, capinando roça e cortando lenha... Não quero especular coisa de sua vida p’ra trás, nem se está se escondendo de algum crime. Mas, comigo é que o senhor havia de dar sorte! Quer se amadrinhar com meu povo? Quer vir junto? (ROSA, 2016, p. 355)

Novamente, a tentação é grande, ainda mais pela honra que é receber um convite desses. “O convite de seu Joãozinho Bem-Bem, isso, tinha de dizer, é que era cachaça em copo grande! Ah, que vontade de aceitar e ir também...” (ROSA, 2016, p. 354). Mas Augusto quer ir para o céu e continua no seu propósito.

Campbell (2007) explica que uma das etapas da iniciação pode consistir no aparecimento da mulher como tentação. Essa questão aparece para Nhô Augusto em dois momentos: um quando ele sente falta e outro quando vê uma moça bonita passar. Mas ele não é influenciado por essas tentações.

Após vencer todas as provas e tentações e se aproximar do fim da sua iniciação, Augusto tem momentos de profunda tranquilidade. De tanto lutar para ser uma boa pessoa e fazer isso, ironicamente, de formar agressiva consigo mesmo, ele tirou a fúria com os outros e a colocou para trabalhar contra o seu demônio interior. É o momento da apoteose (CAMPBELL, 2007), a unidade da dualidade bem e mal de Augusto: “Bastava-lhe rezar e aguentar firme, com o diabo ali perto, subjugado e apanhado de rijo, que era um prazer” (ROSA, 2016, p. 356).

Chega a merecida bênção última de Augusto. Após completar suas tarefas com sucesso, ele se sentiu preparado – e até convocado – para a partida. A bênção última é como um prêmio de paz, pelo sucesso em sua jornada (CAMPBELL, 2007). Esse novo Augusto “resultante da morte simbólica do eu não é eterno, nem imortal, mas um homem transformado pela morte” (MÜLLER, 1992, p. 43). Ele tornou-se “um homem que desistiu de fugir de si mesmo e da morte, despertando por isso para uma nova vida, com uma nova vitalidade” (MÜLLER, 1992, p. 43).

Na despedida de Augusto, Rodolpho Merêncio oferece um jegue, que na hora ele não aceita, mas depois que mãe Quitéria lembra o significado sagrado desse animal na vida de Jesus, ele decide aceitar. E, assim, parte nosso herói para a última parte da jornada: “Adeus, minha gente, que aqui é que eu não mais fico, porque a minha vez vai chegar, e eu tenho que estar por ela em outras partes!” (ROSA, 2016, p. 358).

3.4. A hora do retorno, ou a hora e vez

“Ô gostosura de fim-de-mundo!...” (ROSA, 2016, p. 366).

Apesar de ter se apresentado como uma pessoa ruim e difícil, Augusto é um herói que passa facilmente pelas etapas heroicas propostas por Campbell (2007), principalmente no final da jornada. Ele não recusa o retorno, pelo contrário, o faz por livre e espontânea vontade. Desta forma, ele não precisa da fuga mágica nem do resgate com auxílio externo (Cf. CAMPBELL, 2007). Ele segue feliz o caminho da volta: “achava muitas coisas bonitas, e tudo era mesmo bonito, como são todas as coisas, nos caminhos do sertão” (ROSA, 2016, p. 358).

Augusto vai direto para o limiar do retorno (Cf. CAMPBELL, 2007) na companhia de seu jegue, o guia que decide o rumo da viagem: “Não me importo! Aonde o jegue quiser me levar, nós vamos, porque estamos indo é com Deus!...” (ROSA, 2016, p. 361). Ao abandonar a sua reclusão, o herói torna-se um dançarino cósmico, um senhor dos dois mundos. “O dançarino cósmico, declara Nietzsche, não se mantém pesadamente no mesmo lugar; mas, com alegria e leveza, gira e muda de posição” (CAMPBELL, 2007, p. 225). E foi assim, leve, que Augusto continuou seu caminho: “Oh coisa boa a gente andar solto, sem obrigação nenhuma e bem com Deus!...” (ROSA, 2016, p. 360).

Ele aproveita toda a beleza natural do caminho e, numa tarde, conversa com um senhor cego, que tem um bode como guia, aplaude a declamação que o senhor faz, conversa um pouco e continua seu caminho com o jegue.

Finalmente, Augusto chega ao lugar que dará a sua hora e vez: arraial do Rala-Coco. Logo ele percebe uma agitação no lugar e o informam que é “a jagunçada de seu Joãozinho Bem-Bem” (ROSA, 2016, p. 361). Animado, ele vai atrás do bando e é muito bem recebido, principalmente pelo chefe, que oferece a ele o mesmo tratamento que recebeu quando esteve no povoado do Tombador.

Esse clima ameno logo irá se converter numa zona de guerra. Joãozinho Bem-Bem, como sombra de Augusto, só pode ter um destino: morrer. Mas nos resta saber se Augusto vai junto ou não. Bem-Bem informa a Augusto que eles estão numa missão de vingança, pois mataram um de seus Jagunços, o Juruminho, e também aproveita para fazer, novamente, o convite para que Augusto faça parte do seu bando. Mais uma vez, surge a tentação, mas o herói não colocará agora, no final do caminho, todo seu esforço de lado. Ele agradece muito, mas recusa e pede para não tocarem mais no assunto.

Logo em seguida, aparece um senhor desesperado, pedindo a piedade de Bem-Bem: “– Ai, meu senhor que manda em todos... Ai, seu Joãozinho Bem-Bem, tem pena!... Tem pena do meu povinho miúdo... Não corta o coração de um pobre pai...” (ROSA, 2016, p. 364). Ele é o pai do homem que matou o Juruminho e, como o filho fugiu, Bem-Bem achava justo compensar a perda com o sacrifício da família. O pai até ofereceu a sua morte para compensar, mas Joãozinho não quis aceitar. Ele estava seguindo a regra: “– Lhe atender não posso, e com o senhor não quero nada, velho. É a regra... Senão, até quem é mais que havia de querer obedecer a um homem que não vinga gente sua, morta de traição?... É a regra.” (ROSA, 2016, p. 364).

Essa regra era a mesma regra que Augusto seguia antes, a regra do sertão, do jagunço, mas agora ele estava seguindo uma regra diferente, uma regra mais universal. Augusto estava na última etapa de sua jornada, liberdade para viver: “o alvo do mito consiste em dissipar a necessidade dessa ignorância diante da vida por intermédio de uma reconciliação entre consciência individual e vontade universal” (CAMPBELL, 2007, p. 232). Augusto ia resolver essa situação como um jagunço, mas um jagunço universal; pela família daquele senhor e pelas suas memórias, mas, principalmente, por ele mesmo, pois a sua hora e vez chegou e ele quer ir para o céu.

Augusto pediu para Joãozinho Bem-Bem não executar a vingança, o que pareceu uma grande ofensa. E não tinha jeito, ele teria que resolver isso da melhor forma que sabia: pela violência. Bem-Bem, que simpatizava muito com Augusto, não queria começar uma guerra com ele, mas um de seus capangas se adiantou e foi inevitável. Augusto anunciou que sua vez havia,

finalmente, chegou: “Nomopadrofilhospritosantamêin! Avança, cambada de filhos-da-mãe, que chegou a minha vez!...” (ROSA, 2016, p. 366).

A partir daí são apenas descrições de tiros e sangue. De fato, Joãozinho Bem-Bem morreu pelas mãos de Augusto, mas deixou o recado:

– Estou no quase, mano velho... Morro, mas morro na faca do homem mais maneiro de junta e de mais coragem que eu já conheci!... Eu sempre lhe disse quem era bom mesmo, mano velho... É só assim que gente como eu tem licença de morrer... Quero acabar sendo amigos... (ROSA, 2016, p. 367)

Eles acabam amigos. Augusto, que agora é Augusto Matraga, faz seus últimos pedidos e deixa seus últimos recados antes de partir:

– P’ra dentro de casa, não, minha gente. Quero me acabar no solto, olhando o céu, e no claro... Quero é que um de vocês chame um padre... Pede para ele vir me abençoando pelo caminho, que senão é capaz de não me achar mais...

E riu. (ROSA, 2016, p. 368)

Augusto Matraga ainda conta com a presença de um conhecido de sua antiga vida, João Lomba, que pode passar o recado para a sua família:

Então, Augusto Matraga fechou um pouco os olhos, com sorriso intenso nos lábios lambuzados de sangue, e de seu rosto subia um sério contentamento.

Daí, mais, olhou, procurando João Lomba, e disse, agora sussurrado, sumido:

– Põe a benção na minha filha... seja lá onde for que ela esteja... E, Dionóra... Fala com a Dionóra que está tudo em ordem!

Depois, morreu. (ROSA, 2016, p. 369).

4. Considerações finais

Existem estórias que nos encantam, que nos divertem, que nos emocionam e que nos fazem refletir. E existem estórias que nos tiram do eixo, que nos fazem, quase imperceptivelmente, entrar em outro mundo. A estória de Augusto Matraga pode se encaixar nessa última descrição, afinal, ao ler a sua jornada acabamos, mesmo sem querer, desejando que ele consiga realizar a sua vontade de ir para o céu. Por esse motivo, é importante encarar o Augusto Matraga como um herói mitológico. Mesmo com as suas particularidades de jagunço, ele nos faz, ao longo da sua jornada, encarar dramas profundamente humanos: o arrependimento e o desejo de salvação.

Matraga é um dos heróis que carregam as heranças da linguagem simbólica que estrutura os mitos ao longo de incontáveis séculos, preservada no inconsciente coletivo. Guimarães Rosa, o alquimista do regionalismo, conseguiu criar um herói sertanejo universal chamado Augusto Matraga. Uma evidência disso é o fato de a sua jornada seguir a mesma lógica da jornada

dos heróis de mil faces – e mil eras – proposta por Joseph Campbell. Matraga é uma dessas mil faces de herói que, nas suas singularidades, formam um só: o herói com o qual todo ser humano se identifica por razões que tem raízes muito remotas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1997.

CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. São Paulo: Pensamento, 2007.

_____. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CANDIDO, Antonio. *Textos de intervenção*. São Paulo: Editora 34, 2002.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Forma e sentido do texto literário*. São Paulo: Ática, 2007.

HANSEN, João Rodolfo. Forma literária e crítica da lógica racionalista em Guimarães Rosa. *Letras Hoje*, v. 47, n. 2, p. 120-30, Porto Alegre, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/11308>. Acesso em: 20 mai. 2020.

MÜLLER, Lutz. *O herói: todos nascemos para ser heróis*. São Paulo: Cultrix, 1992.

PACHECO, Ana Paula. Jagunços e homens livres pobres: o lugar do mito no Grande sertão. *Novos estud. – CEBRAP*, n. 81, p. 179-88, São Paulo, jul. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 de mar. 2020.

RÓNAI, Paulo. A arte de contar em Sagarana. In: ROSA, J.G. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

_____. Três motivos em Grande Sertão: Veredas. In: ROSA, J.G. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

_____. Carta de João Guimarães Rosa a João Condé, revelando segredos de Sagarana. In: ROSA, J.G. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

SILVA, Anazildo Vasconcelos da. *Semiotização literária do discurso*. Rio de Janeiro: Elo, 1984.

AS PRESENCAS ENCONTRADAS NAS CORRESPONDÊNCIAS DE CUNHO FAMILIAR: UMA ANÁLISE EPISTOLOGRÁFICA

Mariana Rodrigues Ferreira Fantinelli Delecrode (UEL)

mariana.rffantinelli@uel.br

Edina Regina Pugas Panichi (UEL)

edinapanichi@sercomtel.com.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar e analisar o manuscrito de uma correspondência enviada por Benigno Bittencourt Moraes a Otávio Rodrigues Ferreira, a fim de verificar neste material indícios documentais e históricos que comprovam esta carta como correspondência de cunho familiar, já que possuíam grande vínculo de amizade. Para subsidiar os aportes teóricos utilizados, a saber, Epistolografia e Estilística Lexical, também utilizamos trechos da entrevista presencial feita com uma das filhas do senhor Benigno, Leiva Moraes de Castro, que comprovou dados e concedeu acesso a outros documentos de processo importantes para a constituição do corpus desta pesquisa. A intenção é que a carta apresentada possa permitir que os analistas assimilem os aspectos epistolográficos e estilísticos existentes nos conjuntos ou nas missivas com os quais estabelecer contato e que o leitor perceba que as ausências são facilmente ocupadas pelas presenças encontradas nas correspondências de cunho familiar.

Palavras-chave:

Documentos. Epistolografia. Correspondência familiar.

ABSTRACT

This article aims to present and analyze the manuscript of a correspondence sent by Benigno Bittencourt Moraes to Otávio Rodrigues Ferreira, in order to verify in this material documentary and historical evidence that prove this letter as correspondence of a family nature, since they had a great bond of friendship. To subsidize the theoretical contributions used, namely Epistolography and Lexical Stylistics, we also used excerpts from the face-to-face interview with one of Benigno's daughters, Leiva Moraes de Castro, who verified data and granted access to other important process documents for the constitution of the corpus of this research. The intention is that the letter presented may allow analysts to assimilate existing epistolographic and stylistic aspects in the sets or missives with which they establish contact and that the reader perceives that absences are easily filled by the presences found in correspondence of a family nature.

Keywords:

Documents. Epistolography. Family correspondence.

1. Introdução

Quantas presenças e quantas ausências podem ser encontradas em uma correspondência? Os elementos que marcam os relacionamentos também podem ser verificados no corpo das cartas? Os contextos que circundam

a vida privada e a vida pública dos correspondentes podem ser extraídos nas linhas das mensagens enviadas e recebidas? Este artigo tem a intenção de responder aos questionamentos apontados por meio da análise da correspondência enviada por Benigno Bittencourt Moraes a Otávio Rodrigues Ferreira. Este rico material de fonte histórica foi encontrado no acervo pessoal do destinatário, o qual foi preservado pelos integrantes da família Rodrigues Ferreira, na Fazenda Santana, em Cambará-PR.

Com o intuito de corroborar as informações da carta, realizamos, em 14 de março de 2023, uma entrevista presencial em Curitiba-PR, com a filha do senhor Benigno, a senhora Leiva Castro Moraes, de 94 anos, que colaborou respondendo a uma série de questionamentos baseados em documentos de processo, a saber: artigos de jornais da época, propagandas, fotografias, os quais testificam a rede de contatos estabelecida entre o seu pai e o senhor Otávio e entre os dois e outros nomes influentes da política e da sociedade.

Empregaremos dois aportes teóricos basilares para os assuntos abordados: a Epistolografia e a Estilística. Com relação ao primeiro pressuposto teórico, daremos especial atenção aos textos que desenvolvem os estudos sobre a rede de sociabilidade, o grau de relacionamento mantido entre os correspondentes, bem como em que contexto sócio-histórico ocorreu a troca, a fim de compreendermos a mensagem tratada na carta em tela.

Ao aplicarmos os estudos estilísticos, iremos nos debruçar especialmente na seleção lexical empregada para realizar a troca mútua de informações: cabeçalho, apostos e vocativos, ortografia aplicada, termos carregados de valor afetivo, marcas pessoais do remetente, entre outros itens notados na análise do *corpus*.

O exame da carta permitirá o entendimento de como se instaurou e como se desenvolveu esta amizade, na medida em que conheceremos uma pequena parte do dia a dia e da rotina destes homens, assim como nos aproximará da rede de instituições e demais pessoas com quem preferencialmente se relacionavam.

2. A correspondência entre amigos – Epistolografia familiar

A carta pode ser considerada uma mensagem que surge no cotidiano das vidas e dos relacionamentos. Antonio Candido (2006) considera o estudo desta expressão artística como a ciência dos homens. Segundo Gomes (2005, p. 7), “(...) as cartas são escritas para serem lidas por uma certa pessoa, selando um ‘pacto epistolar’, abarcando assuntos variados e até íntimos e um pouco secretos”. É o tipo de comunicação que mandamos para um ausente, a

fim de dizer aquilo que diríamos se estivéssemos em condições de falar presencialmente com ele.

A interação na escrita acontece na ausência entre os participantes das trocas; portanto, há um hiato entre o tempo de escrita, o tempo de envio, o de recebimento e o de leitura. Carvalho (2005) diz que a carta

[...] deixa mais evidente a disjunção pragmática, impossibilitando a partilha do tempo e do espaço entre os participantes da cena comunicativa. Isso a torna interessante como forma de interação [...], obrigando o enunciador a convocar recursos de ordem não-tecnológica (diferentes dos recursos tecnológicos utilizados nos meios virtuais), para construir uma cenografia que o presentifique ao outro, presentificando-o a si. (CARVALHO, 2005, p. 18)

Esta defasagem temporal e espacial se projeta no movimento de contramão entre destinatário e remetente. Haroche-Bouzinac (2016, p. 114) explica que o relógio epistolar assim se configura: “qualquer remetente sabe que o presente da escrita corresponde ao futuro da recepção, qualquer destinatário sabe igualmente que o presente da recepção remete ao passado da expedição”.

O primeiro estará situado no passado. A mensagem chegará “desatualizada”, com decisões já tomadas e eventos apresentados já realizados. O segundo estará voltado para o futuro e deve antecipar as reações do receptor. Esta troca só será bem-sucedida se ambos aceitarem essa noção de descompasso de forma descontraída.

As cartas sofreram mudanças ao longo do tempo e das grades culturais em que são realizadas as interações verbais. Cabe, então, ao analista estabelecer as conexões e as singularidades que podem ser levantadas no gênero textual, lembrando que a correspondência pessoal “(...) é, sobretudo, (...) um espaço revelador de suas ideias, de seus projetos, opiniões, interesses e sentimentos. Uma escrita de si que constitui e reconstitui suas identidades pessoais e profissionais do decurso da troca das cartas” (GOMES, 2005, p. 13).

O objeto carta também pode ser apontado como material testemunhal para retratar elementos que serão investigados pelo epistológrafo que estuda tais documentos, isto é, em que conjunto de circunstâncias se dá o ato da comunicação: o contexto social, o espaço, a reconstituição histórica que liga remetente-destinatário, o grau de relacionamento e o *status* dos participantes, bem como a imagem que cada interlocutor tem de si, os temas abordados, o meio utilizado, ou seja, será possível encontrar pontos considerados essenciais para compreendermos como se deram as discussões em torno dos fenômenos sociais, das transformações culturais, de momentos íntimos, relacionais ou comerciais e a relação com o mundo ao qual pertenciam e interagiam.

O contexto histórico presente nas cartas é assim explicado por Haroche-Bouzinac (2016):

A carta depende de fatores ligados ao contexto histórico: situação das vias e das comunicações postais, estrutura hierárquica das relações sociais, maior ou menor grau de aceitação de uma moda ou etiqueta, acesso à escrita de uma massa variável dos sujeitos que produzem as mensagens. Todos esses parâmetros influem no conteúdo e na forma da mensagem enviada e condicionam igualmente sua recepção. (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 26)

Espera-se deste instrumento de pesquisa que, conforme a época retratada, sejam apresentadas notícias da vida política, da vida privada, relatos agradáveis, confidenciais, análises, reflexões, expressões de sentimentos, ou seja, de acordo com as evoluções, seu conteúdo também evolua.

Cada época e cada grupo social equilibram, desta forma, à sua maneira, a problemática entre mim e o outro. Haroche-Bouzinac (2016, p. 30) explica que “reconhecer esses diversos modos de manejar a aptidão a corresponder é, sem dúvida, compreender melhor o que faz com que uma comunidade exista, cimentada pelo compartilhamento dos mesmos usos, das mesmas normas, dos mesmos sonhos (...)”.

A chamada *carta aos familiares* compreende o círculo de parentes e amigos, os serviçais e os encarregados unidos à família por laços próximos. Esta forma de correspondência beneficia-se de um estilo mais informal, desituído de “pomposas”. Há certa liberdade permitida em virtude da proximidade dos vínculos. O tom de conversa é notado nas linhas escritas. Chapelain, em uma carta datada de 19 de fevereiro de 1653, diz estar

[...] convencido de que toda carta familiar, figurando no lugar dessa palavra imediata o modo como aparece na conversação entre pessoas de bem [*honnêtes gens*], se transparecer estudo, se contiver declamação, se adotar tom pomposo para se elevar, peca contra sua natureza e cai na afetação, ou seja, não é boa, por mais bela que seja, e terminará chocando os que possuem gosto sensato. (CHAPELAIN, 1653)

Por meio das trocas epistolares, é possível notar “a manutenção de espaços de socialização coletivos para seus descendentes e de uma convivência familiar intensa em festas e eventos que moldaram de maneira sólida e duradoura os laços de família” (FERREIRA, 2001, p. 3).

A estrutura composicional da carta organiza um modo de dizer, de acordo com os elementos constitutivos: o papel pode sinalizar o ofício do destinatário, bem como o cabeçalho traz a indicação do lugar e a data em que se deu a enunciação. O vocativo constrói no texto a figura do destinatário e a relação que tem com o remetente, do mesmo modo que a despedida e a assinatura identificam o grau de relacionamento ou de proximidade com o reme-

tente. O assunto, isto é, o tema específico, objeto da troca comunicativa, também é requisito da forma composicional.

À luz dos estudos epistolográficos e da literatura contemporânea, autores como Stênio Gradel, Aline Bei, Gabriel Abreu e Annie Ernaux dissertam sobre o novo fôlego dados às correspondências, no sentido de não ter sido um gênero que entrou em extinção, de fato. De acordo com Diaz (2002), o que ocorreu e ocorre são transformações que assumem diferentes facetas e que dificultam uma leitura única, retomadas pela definição “a correspondência é um Proteu” (DIAZ, 2002, p. 67), alusão ao mito sobre a divindade marinha que possuía o dom de transformar-se em qualquer forma que quisesse.

3. *A Estilística e suas contribuições para a seleção lexical*

Ao contemplar os estudos estilísticos, será possível potencializar a qualidade e a relevância do material de pesquisa selecionado, visto que ricos exemplos empregados pelos remetentes e destinatários das missivas poderão ser extraídos durante a análise.

O estilo comunica ao leitor/pesquisador o valor hierárquico dos participantes do processo de comunicação, o grau de proximidade entre os interlocutores, manifestando-se como uma reunião de traços linguísticos particulares. O estilo varia conforme os papéis desempenhados pelos sujeitos, a posição social de cada um, as respectivas idades.

Além do aspecto estritamente pessoal, a utilização de vocábulos informais e característicos, a carta é uma opção que leva consigo diversas outras manifestações, como fotografias, poemas, letras de músicas, trechos de documentos, dentre outros gêneros ligados ao domínio documental ou artístico. Ou seja, uma carta não é meramente um manuscrito, e sim um registro de épocas e pessoas, com suas particularidades. Logo, a troca de correspondências [...] testemunha o intercâmbio dos reais valores intelectuais e humanos, sejam relacionados à esfera do conhecimento popular, seja à do erudito (SANTOS; FERREIRA; BATISTA, 2019, p. 91)

Nilce Sant’Anna Martins, em sua *Introdução à Estilística* (2012), logo no primeiro capítulo interroga o leitor entusiasta em estudos sobre o estilo com importantes questionamentos:

O que é Estilística? Eis uma pergunta a que não se responde fácil e prontamente. Pode-se dizer, como princípio de explicação, que Estilística é uma das disciplinas voltadas para os fenômenos da linguagem, tendo por objeto o estilo, o que remete a outra embaraçosa e infalível pergunta: o que é estilo? (MARTINS, 2012, p. 17)

Inúmeros são os estudos e os estudiosos que se debruçaram em apreciar novas abordagens, tendências e concepções sobre a Estilística e sobre o estilo. Ambos os termos, para serem compreendidos em sua integralidade, também são dependentes das posturas metodológica, epistemológica e teórica de seus autores e das tendências de estudos que abraçaram. A professora Beth Brait (2014) explica que,

[...] nesse percurso, Nilce Sant’Anna abre espaço para a inclusão de perspectivas que possam corroborar, no passado e no presente, não somente suas escolhas em relação a estilo, a perspectiva tão cuidadosamente explorada ao longo de sua obra, mas outros tantos pontos de vista sobre essa importante questão presente nos estudos da linguagem. (BRAIT, 2014, p. 264)

A Estilística tem o potencial de complementar e de assimilar a Gramática ao perceber as ligações com o léxico, sintaxe, fonética, fonologia e morfologia, daí a classificação em estilística fônica, estilística lexical, estilística da enunciação e estilística sintática. É possível encontrar na carta as marcas de expressividade do autor, as quais são transmitidas coesiva e coerentemente ao seu leitor, como em um processo de “negociação de entendimento”:

[...] ler ou escrever um texto é muito mais do que apenas compreender ou organizar palavras em frases e parágrafos. É algo que envolve um amplo mecanismo a partir do qual o pensamento e as pretensões comunicativas do autor se apresentam para a reflexão e avaliação do leitor. Como se constroem esses textos? Com palavras, sintagmas, termos e orações – elementos que mantêm entre si um relacionamento interno de concordância, de regência de atribuição (HENRIQUES, 2008, p. 15)

Martins (2012, p. 97) explica que a estilística léxica ou da palavra “estuda os aspectos expressivos das palavras ligados aos seus componentes semânticos e morfológicos, os quais, entretanto, não podem ser completamente separados dos aspectos sintáticos e contextuais”. A linguista enfatiza que o sentido das palavras é constituído pelos elementos emotivos, os quais são responsáveis por garantir a tonalidade afetiva das palavras, dependendo do contexto de uso, da entonação, de recursos gráficos, dentre outros itens que corroboram a compreensão do enunciado pretendido.

Já Mattoso Câmara Jr. (1997) afirma que a estilística lexical:

[...] estuda a seleção vocabular e os fenômenos de conotação e polissemia, referentes aos valores afetivos, emotivos, ou socialmente convencionais que se aderem à significação das palavras. Assim, entram aí a exploração do vocabulário, o emprego de diminutivos e aumentativos afetivos, o emprego de diminutivos pejorativos ou maliciosos, a exploração da polissemia, da sinonímia e da paronímia, mais a exploração dos antagonismos entre determinados campos semânticos. Somem-se ainda a coesão semântica obtida a partir da seleção vocabular, os fenômenos de denotação e conotação, a monosssemia ou a monossignificação versus a polissemia ou plurissignificação, as figuras de linguagem tais como as comparações, as metáforas e metonímias, as hipérboles e

as sinestias, os neologismos (criação estilística de novas palavras) e a adequação vocabular. (Câmara Jr., 1997, p. 110)

A estilística oferece, assim, mais acuidade, clareza e sistematização para construir uma relação entre os textos e suas interpretações, sendo, portanto, uma abordagem que permite a construção de estratégias interpretativas sólidas e de práticas pedagógicas eficientes.

Assim, ao refletir sobre o emprego da Estilística e a sua importância para os estudos da linguagem, torna-se muito claro o entendimento de que sua função é romper limites, permitir “o brincar” com as palavras e expressões, trazer ao texto novos efeitos de sentido e estimular a criatividade do autor da obra, pontos estes observados na obra.

4. Análise do corpus

A correspondência e as figuras utilizadas para a composição do corpus deste artigo foram coletadas em dois momentos: a) em uma visita à sede da Fazenda Santana, situada em Cambará-PR, local que abriga parte do acervo pessoal da família Rodrigues Ferreira e b) em viagem da autora à Curitiba-PR para a realização da entrevista presencial com a filha do senhor Benigno Bittencourt Moraes, Leiva Castro Moraes, 94 anos, bibliotecária, procuradora geral do Estado do Paraná e, depois de ter obtido a aposentadoria, assessora no Tribunal de Justiça, que aceitou participar de forma voluntária, concedendo acesso ao seu acervo pessoal de registros fotográficos.

Cabe ressaltar que a entrevista foi gravada por meio de um aplicativo de gravador de voz e alguns trechos serão reproduzidos, conforme desenvolvimento da análise em tela. A entrevistada nos relatou que o pai e Otávio Rodrigues Ferreira conheceram-se antes de virem residir em Cambará-PR. Por um tempo, moraram em Itápolis, cidade interiorana do estado de São Paulo. Este, provavelmente, pode ter sido o primeiro encontro dos dois.

Ambos eram descendentes de portugueses e, então, estabeleceram um princípio de amizade. Antes de vir com a família para Cambará-PR, o senhor Benigno residiu em Ourinhos, município situado no interior do estado de São Paulo e local de nascimento da entrevistada. Quando houve a mudança para Cambará-PR, aquele que se fixou primeiro tratou de receber o outro em suas necessidades momentâneas.

Benigno era conhecido pelos funcionários como “Pai dos pretos”. Era amigável, acolhedor, trabalhador e um pai amoroso e dedicado, conforme relato da filha. Era proprietário da “Machina S. Benedito de beneficio e re-beneficio de café”, também comprador de “algodão, café e cereaes”. Também era proprietário de uma pequena fazenda. Da mãe, Hilda de Castro Mo-

raes, também fala com muito amor e intensa carga de saudades. Abaixo, a fotografia do enlace matrimonial do casal.

Figura 1: Enlace matrimonial de Hilda de Castro e de Benigno Bittencourt Moraes³.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

Ambos exerceram funções políticas no município de Cambará-PR. Otávio Rodrigues Ferreira foi vereador por várias legislaturas e prefeito no período de 03 de dezembro de 1947 a 03 de dezembro de 1951 sob a bandeira do União Democrática Nacional (UDN), tendo sido chefe político e presidente do diretório no município. Os jornais da época listam a presença da família de Benigno no banquete de posse de Otávio. Também foi Provedor da Santa Casa de Misericórdia desde a sua fundação.

Benigno Bittencourt Moraes, também afiliado ao UDN, foi presidente da Câmara de Vereadores do município e foi um dos vereadores mais votados na época. Presidiu o Rotary Club, organização internacional de serviço humanitário, e auxiliou na fundação de outros clubes pela região.

Eram líderes influentes que mantinham contato frequente com a alta cúpula do UDN em Curitiba-PR e conseguiram importantes recursos para melhorar a infraestrutura da cidade de Cambará-PR.

³ A amizade entre os dois conterrâneos e as respectivas esposas favoreceu o apadrinhamento dos filhos: José Rodrigues Ferreira, afilhado de Benigno e Hilda, e Cleyde Moraes, afilhada de Otávio e Virgínia. Em um dado momento da entrevista, a senhora Leiva contou que “todo dia, a gente jantava e ia tomar cafezinho na fazenda”.

Figura 2: Os amigos “compadres” Benigno Bittencourt Moraes (esquerda) e Otávio Rodrigues Ferreira (direita).



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

Há, por parte dos cambaraenses que viveram os fatos políticos do período, a lembrança de um fato acontecido durante as intensas manifestações populacionais em apoio ao UDN: houve um comício na cidade e, para tanto, foi construído um palanque para a apresentação dos projetos e dos ideários. Como muitos apoiadores subiram no palanque, este cedeu. Alguém, no meio dos espectadores, levantou um lençinho branco e bradou em alta voz: “É o peso da democracia”.

A entrevistada narrou um triste episódio que marcou a vida dos pais recém-casados quando estes ainda residiam em Ourinhos-SP: o falecimento do irmão recém-nascido, Antonio Wilson. O acontecimento foi transcrito em sua integralidade, e as marcas originais foram preservadas com o intuito de reforçar o estreitamento dos laços de amizade entre as famílias Moraes e Rodrigues Ferreira:

Antes de eu ter nascido, nasceu um irmãozinho meu que faleceu lá em Ourinhos. Uma vez, nós fomos até para a fazenda da Dona Virgínia, o seu Otávio era falecido. E a mamãe queria ver a campa do meu irmãozinho, sabe [...]. Então nós até ficamos lá na fazenda com a dona Virgínia. Ela era um amor de pessoa, meu Deus do céu. E a campa dele ficava, assim, deve ficar ainda, perto do cruzeiro. Era uma campa e tinha um anjinho em cima, sabe, e uma tampa de granito, qualquer coisa assim, não me lembro bem, mas era assim, altinha, pequenininha. Quando nós fomos lá, embaixo estava cheio de velas. Eu acho que o pessoal pedia as coisas para ele e viam que era um anjinho. Ele faleceu com meses. Nem se sabe o motivo, porque ele estava na cama e, de repente, quando a mamãe foi lá ele tinha falecido. Não sabe se foi a poeira que entrava pela janela que sufocou [...] foi uma loucura. Encontrar ele ou falecido ou quase falecido [...]. Tentaram ressuscitar, tentaram fazer tudo e não conseguiram, mas acho que ele foi sufocado ou então o leite também [...] ficou meio no ar. Não faziam autópsia para ver o que era [...]. Primeiro filho. A inexperiência. Foi um golpe. Não sei nem se foi isso que fez o papai ir para Cambará, não sei.

Durante a nossa conversa, lembrou um momento curioso das idas à Fazenda Santana:

A gente era garota ainda e naquele tempo secava o café ali no terreiro de cimento. Éramos bem crianças ainda nesta época. Acontecia o seguinte: quem achasse o “filipe”, que eram dois grãos secos de café grudadinhos, ganhava um presente. Então a criançada toda ficava não sei quanto tempo procurando. A gente [sic] acho que ganhava bala ou moedinha, ganhava alguma coisa. Toda a criançada ficava quase que a tarde inteira catando os “filipes”.

De acordo com informações extraídas do site Café Point, o pesquisador José Braz Matiello confirma essa formação diferenciada dos frutos ao relatar que “a formação de frutos filipe está relacionada à duplicação dos pistilos, comum também em outras espécies, em geral associada à falta de água. No caso da planta que dá a maior parte de filipes, que é raro, pode ter ocorrido uma mutação” (CAFÉ POINT, 2020, p. 1-2).

O engenheiro agrônomo confirma que a brincadeira narrada por Dona Leiva realmente existia:

Segundo algumas lendas, os grãos filipe significam sorte e existem várias crenças e brincadeiras ao redor do tema. A mais conhecida diz que, quando encontrado na lavoura, vale uma prenda, um presente. Quem acha este grão o esconde por alguns dias até encontrar uma maneira ideal de passá-lo para outra pessoa (CAFÉ POINT, 2020, p. 1-2).

Figura 3: Pé de café com frutos filipe.



Fonte: Reis (2020⁴).

Naturalmente, o vínculo amistoso foi estendido dos pais para os filhos. A entrevistada recordou a personalidade bondosa de Maria Helena, a única filha de Otávio e Virgínia, por meio da narração de uma passagem: “Sabe o que ela fazia? Naquela ocasião, mulher não dirigia. O seu Otávio, lógico que tinha carro. Ela atravessava o pasto, todo dia, e ia lecionar para as crianças

⁴ Este ano refere-se à publicação em: <https://www.cafepoint.com.br/noticias/giro-de-noticias/ja-ouviu-falar-dos-graos-filipe-220103/>. Acesso em 18 mai. 2023.

pobres. Ela não era professora nomeada, não ganhava nada. Era por caridade mesmo”.

A Figura 4 retrata a já citada afilhada de Otávio e Virgínia, Cleyde de Castro Moraes (à esquerda), a amiga de longa data, Maria Helena Rodrigues Ferreira (ao centro), e a mãe da entrevistada, a senhora Hilda de Castro Moraes (à direita). A alegria atesta a felicidade do encontro. A entrevistada também tinha outras duas irmãs: Leila de Castro Moraes e Maria Cecília de Castro Moraes.

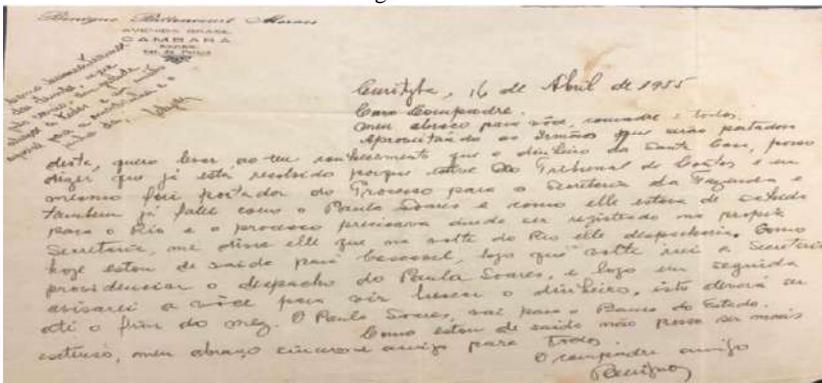
Figura 4: Cleyde, Maria Helena e D. Hilda.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

A correspondência de cunho familiar escolhida subsidia o referencial teórico, pois é possível, por meio dela, extrair vários pressupostos levantados. O remetente da carta foi Benigno Bittencourt Moraes e o destinatário era Otávio Rodrigues Ferreira. O cabeçalho contém dados importantes para situarem espaço e tempo de envio e recebimento: “Curitiba, 16 de abril de 1955”. Infelizmente, não há registros arquivados da resposta desta carta.

Figura 5: Correspondência enviada por Benigno Bittencourt Moraes a Otávio Rodrigues Ferreira.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

O analista lança mão dos sentidos da visão, do tato e do olfato para substituir a presença do remetente. O suporte escolhido para guardar o manuscrito é muito significativo. O papel da carta contém o endereço comercial do Sr. Benigno e a sigla R.V.P.S.C, que significa Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. Provavelmente o senhor Benigno tinha algum contrato com a antiga R.V.P.S.C. De acordo com informações repassadas por Flávio Hermogenes Gaspar, engenheiro residente e chefe do Departamento Comercial da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), atualmente aposentado, os fornecedores recebiam um bloco de papel com o endereço comercial e o timbre da antiga R.V.P.S.C com o propósito de descreverem a quantidade de materiais que haviam repassado à rede. R.V.P.S.C faturava os pedidos e efetuava os pagamentos. Dada tal explicação, é possível compreender que o papel escolhido para o envio da correspondência possui valor documental e comercial.

No canto superior esquerdo, há um recado informal da afilhada Cleyde para os padrinhos. Os laços afetivos são, mais uma vez, confirmados. O casal Benigno e Hilda havia se mudado de Cambará-PR para Curitiba-PR e a filha perdeu o contato diário com os padrinhos. A escrita do bilhete é carregada de forte carga emocional, contribuindo para transformar o material num “substituto carnal” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 66), ou seja, uma espécie de abraço que não pôde ser dado presencialmente.

O exórdio, expressão inicial da carta, traz o vocativo “Caro compadre”, que revela a origem social do remetente. Mesmo que fossem amigos e compadres, o contexto social primava por uma comunicação respeitosa, dotada de certos formalismos. Sendo comerciante, era provável que se dirigia aos demais amigos da mesma forma.

Haroche-Bouzinac (2016) explica que a narração ou desenvolvimento da carta

[...] pode compreender todos os tipos de outras formas de relatos, descrições, diálogos reproduzidos ou encenados, anedotas, enigmas para prender a atenção do correspondente. A narração inclui eventualmente as respostas “artigo por artigo” a uma carta anterior ou a uma indagação. Cada artigo corresponde a uma parte que constitui a unidade mínima da mensagem. (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 35)

Como dito, cremos que esta não seja a resposta a uma carta enviada anteriormente, mas que seja, dado o conteúdo exposto, uma carta a fim de levar ao conhecimento do destinatário alguns assuntos que já haviam sido conversados em algum momento oportuno. O tom geral da carta diz respeito a uma verba solicitada para auxiliar a manutenção da Santa Casa de Misericórdia de Cambará. Benigno confirma a ida ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a entrega para registro na Secretaria da Fazenda e, em seguida, o

recebimento do despacho por parte de Paulo Soares, assim que este voltasse de viagem. Tanto Benigno como Otávio eram benfeitores na instituição hospitalar. Há a sinalização de que outra correspondência seria enviada, assim que fosse necessário ir à Curitiba para buscar o dinheiro levantado.

O registro ortográfico não pode deixar de ser contemplado, já que é forte indício para compreendermos a linguagem empregada nesta relação de amizade, além de comprovar o contexto sócio-histórico contemplado.

O Acordo Ortográfico entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras que vigorava à época era o de 1931, aprovado em 11 de junho de 1931, pelo presidente da República, Fernando Magalhães. As bases do acordo para os casos relacionados versavam o seguinte:

**BASES DO ACORDO ORTOGRÁFICO ENTRE A ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA E A ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS
ELIMINAR:**

2o – As consoantes geminadas: sábado, belo, efeito, em vez de sabbado, bello, effeito.

3o – O h mudo mediano: sair, tesouro, compreender.

SUBSTITUIR:

3o – O y por i: juri, martir, Potí, Andaraí.

5o – O z final por s nas palavras como agua-rás, português, país, após (BRASIL, 2014, p. 59-60)

O mesmo documento, na seção Formulário Ortográfico, desenvolve as normas acima:

LETRAS DOBRADAS:

II – Não se duplicará nenhuma consoante. Assim, escrever-se-á: sábado, acusar, adido, efeito, sugerir, belo, chama, pano, aparecer, atitude, e não sabbado, accusar, addido, suggerir, bello, chamma, panno, apparecer, attitude.

EMPREGO DO h INICIAL, MEDIO E FINAL:

IV – É proscrito o h:

a) quando figurar no meio das palavras, com exceção dos casos acima indicados: sair, compreender, coorte, cair, exumar, proibir, e não sahir,comprehender, cohorte, cahir, exhumar, prohibir;

AS LETRAS K, W E Y:

VII – São proscritas de todas as palavras portuguesas, ou aporuguesadas, as letras, k, w, y, que serão substituídas do modo que se segue:

c) O y por i – juri, mártir, tupí. Andaraí

O EMPREGO DO s:

X – Escrever com s final e não z:

g) os monossílabos e palavras agudas seguintes: aliás, ananás,após, arnês, ar-rás, arriós, arsis, ás, atrás, através, calcês, camoês, carajás, catrapús, convés, cós, cris, daruês, dês, (desde), detrás, enapupês, enxós, filhós, freguês, gilvás, grós, linaloés, luís (moeda), macis, mês, obús, pardês, paspahlós, pavês, piós, princês, rês, réis, revês; tornês, trás, tris, viês, zástrás, etc (BRASIL, 2014, p. 61-63)

Recortamos da correspondência os termos “Curityba”, situado no cabeçalho da carta, “elle” (l. 7 e l. 9), “sahida” (l. 7) e “mez” (l.13), os quais merecem especial atenção com relação às normas explanadas. Mesmo que a norma trouxesse a substituição do y por i, a eliminação da consoante dobrada, a exclusão do h médio e a troca do z final por s, é possível notar que o remetente ainda faz o emprego das palavras sem aplicar as alterações regidas pelo Acordo. Isto significa que a mudança legal é mais rápida do que a assimilação cultural. Observamos apenas na palavra “saida” (l. 10 e l. 14) a tentativa de aplicar a novidade da norma ortográfica. Por ser comerciante e lidar com vários tipos de relacionamentos comerciais e pessoais, notamos que o remetente busca aplicar uma redação coerente e bem escrita para comunicar a mensagem pretendida.

Destacamos, por fim, os lexemas que conferem tonalidade afetiva ao conteúdo da correspondência. Os adjetivos, os substantivos, os verbos e os advérbios são os responsáveis por realçarem a emotividade pretendida no ato da fala e na descrição sobre quem se fala. Assim, Otávio é qualificado como “Caro Compadre”; Benigno se coloca como “O compadre amigo”; o abraço é “sincero e amigo”, ou seja, todos os substantivos e adjetivos confirmam, estilisticamente, o carinho que Benigno mantinha pelo amigo de longa data, Otávio.

5. Considerações finais

O estudo de correspondência, tipo de documentação que recentemente tem ganhado importância e destaque como fonte histórica, mostra que ainda são escassos os trabalhos acadêmicos que se dedicam a explorar as correspondências trocadas no âmbito doméstico, ou seja, aquelas que ligam o remetente e o destinatário por um vínculo de amizade e/ou familiar. Pode ser considerado, contudo, um rico instrumento de análise histórica e os manuscritos são tidos como um tesouro documental.

Infelizmente, não temos arquivada a resposta da carta apresentada para realizarmos comprovações ou confrontações. A ausência da continuidade do assunto não tem a intenção de significar desimportância e nem mesmo que os temas tratados não sejam os mais inusitados ou que aqui se ache uma grande revelação ou confidência. O que é contado sobre o cotidiano, sobre o ordinário também é revelador: destaca que Otávio e Benigno primavam por sempre estar em contato, por manter, mesmo que à distância, acessa a chama da amizade e do bom relacionamento que sempre tiveram. Era muito importante que a toda a família também mantivesse os vínculos sempre ativos. Como pudemos perceber, muitos episódios marcaram a vida dos Rodrigues Ferreira e dos Moraes.

Esperamos que este artigo possa contribuir para a constituição do arcabouço teórico da Epistolografia e da Estilística, permitindo que os analistas assimilem estes e outros aspectos existentes nos conjuntos ou nas missivas com os quais estabelecer contato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAIT, B. A dimensão dialógica de estilo. In: OLIVEIRA, E.G. de; SILVA, S. (Org.). *Dimensões atuais do significado e do estilo: Homenagem a Nilce Sant Anna Martins*. V. 1, Campinas: Pontes, 2014. p. 263-79

BRASIL. *Acordo ortográfico da língua portuguesa: atos internacionais e normas correlatas*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação das Edições Técnicas, 2014. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508145/000997415.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2023.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CÂMARA JR, Joaquim M. *Contribuições à estilística da Língua Portuguesa*. 24. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1997.

CARVALHO, Paulo César de. *Fragmentos epistolares de um discurso amoroso: elementos para uma análise semiótica do estatuto do gênero carta de amor*. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. 265f. Disponível em: <https://docplayer.com.br/21816054-Fragmentos-epistolares-de-um-discurso-amoroso-elementos-para-uma-analise-semiotica-do-estatuto-do-genero-carta-de-amor.html>. Acesso em: 01 jul. 2024.

CHAPELAIN, Jean [Carta]. 19 fev.1653. 1 carta.

DIAZ, Brigitte. *L'épistolaire ou la pensée nomade: formes et fonctions de la correspondance dans quelques parcours d'écrivains au XIXe. siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Correspondência familiar e rede de sociabilidade. In: XXV Encontro anual da ANPOCS, 2001, Caxambu. *Seminários temáticos...* Caxambu: ANPOCS, 2001, p. 2-20. Disponível em: <https://silo.tips/download/correspondencia-familiar-e-rede-de-sociabilidade>. Acesso em 24 mai. 2023.

GOMES, Ângela de Castro. *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

HAROCHE_BOUZINAC, Geneviève. *Escritas Epistolares*. Tradução de Lígia Fonseca Ferreira. São Paulo: USP, 2016.

HENRIQUES, Claudio C. Estilística em foco. In: _____. *Estilística e Discurso: estudos produtivos sobre o texto e expressividade*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018. (Coleção Português na Prática)

JÁ ouviu falar dos grãos filipi? *Café Point*, São Paulo, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cafepoint.com.br/noticias/giro-de-noticias/ja-ouviu-falar-dos-graos-filipe-220103/>. Acesso em: 23 mai. 2023.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à Estilística: a expressividade na língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Caroline N. N. dos Santos; FERREIRA, José Luiz; BATISTA, Ray M. de M. Cartas: registros de amizade e vida intelectual. In: ARAÚJO, H.H. de. (Org.). *Cartas de Escritores: vida literária em epistolografia “modernista”*. Natal: EDUFRN, 2019. p. 88-110

**AS TRANSFORMAÇÕES NAS ABORDAGENS
DA SEMÂNTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO
FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS**

Silvânia Aparecida Alvarenga Nascimento (UFCAT)
aparesilvania5@gmail.com

RESUMO

Os conhecimentos primordiais da educação têm passado por transformações com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) a partir de 1997 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017. Diante das orientações desses importantes documentos, os livros didáticos precisaram readequar seus conteúdos e atividades para atenderem às novas demandas educacionais. Assim, nosso trabalho tem como objetivo realizar um confronto entre a abordagem da semântica em dois livros didáticos de períodos distintos da Educação Básica. Nosso aporte teórico está centrado em Valente (1997), Ilari (2001), Caçado (2008), Abraão (2018), entre outros. A metodologia empregada é qualitativa e a pesquisa é documental, uma vez que confrontaremos o ensino da semântica no livro didático intitulado “Reflexão e Ação”, de Prates (1984), destinado à 8ª série do Ensino Fundamental, e na obra denominada “Português: linguagens”, de Cereja e Vianna (2022), voltada para o 9º ano do Ensino Fundamental. Analisamos como cada obra aborda os conceitos de semântica, as atividades propostas e a forma como incentivam a reflexão e o entendimento dos alunos sobre a temática. Como resultado, constatamos que as mudanças nos documentos curriculares influenciaram a forma como os livros didáticos tratam a semântica. Houve uma transição importante de uma abordagem tradicional e mecanicista, com práticas repetitivas, para uma perspectiva mais contextualizada e reflexiva, promovendo uma compreensão mais significativa dos fenômenos semânticos.

Palavras-chave:

Documentos oficiais. Livros didáticos. Semântica.

ABSTRACT

The fundamental knowledge of education has undergone transformations with the implementation of the National Curricular Parameters (PCN) in 1997 and the National Common Curricular Base (BNCC) in 2017. In the face of the guidelines of these important documents, textbooks have needed to readjust their contents and activities to meet the new educational demands. Thus, our work aims to carry out a confrontation between the approach of semantics in two textbooks from different periods of Basic Education. Our theoretical contribution is centered on Valente (1997), Ilari (2001), Caçado (2008), Abraão (2018), among others. The methodology employed is qualitative and the research is documentary, since we will confront the teaching of semantics in the textbook entitled “Reflexão e Ação”, by Prates (1984), intended for the 8th grade of Elementary School, and in the work called “Português: linguagens”, by Cereja and Vianna (2022), aimed at the 9th grade of Elementary School. We analyze how each work addresses the concepts of semantics, the proposed activities and the way in which they encourage students’ reflection and understanding of the subject. As a result, we found that changes in curricular documents have influenced the way textbooks deal with semantics. There has been an important transition from a traditional and mechanistic approach, with repetitive

practices, to a more contextualized and reflective perspective, promoting a more meaningful understanding of semantics.

Keywords:

Semantics. Textbooks. Official documents.

1. Introdução

Os conhecimentos primordiais da educação têm passado por transformações com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) a partir de 1997 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017. Esses documentos representam marcos importantes na organização e direcionamento do ensino no Brasil, estabelecendo diretrizes que visam promover uma educação de qualidade e equidade em todas as etapas da Educação Básica. Com a implementação dos PCN, houve uma primeira grande orientação no currículo, buscando padronizar e assegurar uma base comum para as escolas em todo o país. A BNCC, além de dar continuidade aos princípios dos PCN com ênfase no texto e gêneros textuais, promove uma abordagem mais detalhada, dividida em habilidades, competências gerais e específicas com vistas a desenvolver o aluno ao longo de sua trajetória escolar, aspectos cognitivos e socioemocionais na promoção de uma formação integral.

Diante das orientações desses importantes documentos, os livros didáticos precisaram readequar-se para atenderem às novas demandas educacionais. Isso inclui a incorporação de uma maior diversidade de gêneros textuais, a valorização da pluralidade cultural e linguística, e a incorporação de ferramentas tecnológicas. Essas diretrizes trouxeram transformações significativas no modo como os conteúdos curriculares são abordados, inclusive a semântica. Assim, nosso trabalho tem como objetivo realizar um confronto entre a abordagem da semântica em dois livros didáticos de períodos distintos da Educação Básica. Nosso aporte teórico está centrado em Valente (1997), Ilari (2001), Cançado (2008), Abrahão (2018), entre outros.

A metodologia empregada é qualitativa e a pesquisa é documental, uma vez que confrontaremos o ensino da semântica no livro didático intitulado “Reflexão e Ação”, de Prates (1984), destinado à 8ª série do Ensino Fundamental, e na obra denominada “Português: linguagens”, de Cereja e Vianna (2022), voltada para o 9º ano do Ensino Fundamental, com o propósito de evidenciar as diferenças e similaridades nas abordagens semânticas adotadas nesses dois livros didáticos de períodos distintos, promovendo uma reflexão mais ampla sobre o ensino da semântica. Para tanto, analisamos como cada obra aborda os conceitos de semântica, as atividades propostas e a forma como incentivam a reflexão e o entendimento dos alunos sobre a temática.

Nossa pesquisa está organizada em cinco etapas. A primeira delas é a introdução, que acaba de ser apresentada, seguida pela fundamentação teórica, na qual abordaremos autores relevantes que discutem a semântica. A terceira etapa será dedicada à apresentação dos resultados, em que analisaremos as obras didáticas selecionadas. Posteriormente, traremos as considerações finais, refletindo sobre as contribuições deste estudo para o ensino da semântica. Por fim, a pesquisa será encerrada com as referências bibliográficas que embasam e sustentam o estudo.

2. *Fundamentação teórica*

A semântica dedica-se ao estudo do significado das línguas, sendo um campo diversificado e abrangente, que varia conforme as diferentes abordagens adotadas pelos estudiosos. A complexidade na interpretação do significado, as múltiplas vertentes teóricas e as diversas metodologias utilizadas contribuem para essa diversidade. Em decorrência disso, podemos identificar vários ramos, como a semântica diacrônica, lexical, sentencial, proposicional, estrutural, gerativa, interpretativa, funcional, cognitiva, atencional, formal, transcendental, do discurso, da enunciação, argumentativa, prototípica, das catástrofes, entre outras (Cf. ABRAHÃO, 2018).

Tamba (2006) reforça esse posicionamento ao garantir que existem diversas definições sobre o que constitui a semântica, o que reflete a complexidade de abordagens do seu estudo. Um exemplo dessa variação conceitual pode ser observado na definição de Lyons (1978, p. 9), que descreve a semântica de forma ampla como “o estudo do sentido”. Em consonância com o autor, Guiraud (1955, p. 4) garante que “a semântica é o estudo do sentido das palavras”. Já Lerat (1983, p. 3) expande essa visão ao definir a semântica como “o estudo do sentido das palavras, das frases e dos enunciados”. Por sua vez, Ullmann (1972, p. 3) sustenta que “a semântica é o estudo do significado das palavras”.

Em contrapartida, Bechara (1997, p. 340) conceitua a semântica como “o estudo da significação dos vocábulos e das transformações de sentido que esses vocábulos sofrem”. Na perspectiva de Valente (1997, p. 36), é “o estudo da significação das palavras”, dividindo-a em “semântica descritiva (sincrônica) e semântica histórica (diacrônica)”. Enquanto Cançado (2008, p. 15) afirma que a semântica “é o estudo do significado das línguas”, com foco na interpretação das expressões, destacando aquilo que permanece constante em uma construção linguística (Cf. CANÇADO, 2008).

Diante dessa diversidade de definições, Marques (1990) argumenta que não é possível definir a semântica e o seu objeto de estudo de forma

consensual entre os teóricos. Para a autora, semântica é a ciência da significação das formas linguísticas ou ainda pode ser conceituada como o estudo do significado e do sentido das palavras e do contexto. Assim, a semântica trata essencialmente do sentido e do significado das estruturas linguísticas. Contudo, o ponto de maior divergência entre os estudiosos da área reside na definição de “significação”, já que, por ser um conceito amplo, ele carrega uma multiplicidade de interpretações, resultando em diferentes enfoques.

Nessa perspectiva, Ferrarezi Jr. (2008) apresenta uma distinção importante entre os conceitos de significado e sentido. O autor descreve significado como “um objeto ainda desconhecido em sua totalidade, mas concebido como tendo natureza neurológica, um objeto de nível da cognição pura. O significado é visto como aquilo que é cognitivamente ativado pela linguagem no nível neurológico”. Em contrapartida, o sentido é definido como “(...) as manifestações linguísticas do significado [que] podem ser definidos como: as pontes que fazem a ligação entre os sinais mais próprios da língua (sons na forma de palavras e de melodias entonacionais)” (FERRAREZI JR., 2008, p. 21-2). O sentido é formado por traços de significado produzidos pela cultura e tidos como importantes para a sociedade. Esses traços são utilizados por uma comunidade específica para representar, por meio de sinais, elementos ou eventos de um determinado mundo (Cf. FERRAREZI JR., 2008).

Essa complexidade na definição provoca diferentes concepções sobre o que é semântica e como definir seu objeto de investigação. Ao longo do tempo, os teóricos têm buscado definir e conceituar o que é significado. Marques (1990) apresenta três diferentes abordagens, a saber:

- (a) o significado de uma forma linguística é a sua referência, a entidade, classe de entidades, o acontecimento, classe de acontecimentos, que a forma nomeia ou designa, isto é, a que se refere;
- (b) o significado de uma forma linguística é a imagem mental, o conceito, a que essa forma serve de sinal externo intersubjetivo;
- (c) o significado de uma forma linguística é o seu uso, ou seja, o seu emprego de acordo com estímulos que a condicionam e as respostas ou reações, verbais e não-verbais, adequadas às circunstâncias, finalidades e condições em que é utilizada. (MARQUES, 1990, p. 19)

Marques (1990) assevera que as abordagens semânticas desenvolvidas no âmbito do estruturalismo e do gerativismo “(...) têm procurado desenvolver o tratamento da linguagem como ciência, com base em métodos analíticos formalmente rigorosos, análogos aos empregados nas demais áreas do conhecimento consideradas científicas” (MARQUES, 1990, p. 25). A autora afirma que essa distinção referente ao objeto de estudo da semântica ainda se encontra em processo de análise devido à sua natureza multifacetada e da variedade de interpretações (Cf. MARQUES, 1990).

Esse cenário se relaciona a uma tradição de longa data, que remonta aos gregos, onde a língua já era analisada sob duas perspectivas conceituais distintas: a teoria dos naturalistas e a teoria dos convencionalistas. A visão naturalista entende que cada palavra nomeia uma entidade ou acontecimento da realidade, na qual o significado está diretamente ligado ao referente, ou seja, àquilo que a palavra designa. Já a perspectiva convencional concebe as palavras como reflexos da realidade, enfatizando que, em suas relações com os objetos, ideias ou coisas que representam, é possível distinguir duas partes: um material, sensível e sonora, e outra conceitual e inteligível, que é convencionalizada a essa forma sonora (Cf. MARQUES, 1990).

A autora destaca que nesse segundo enfoque, as palavras ganham um valor simbólico por meio da articulação dos sons, e seu significado é o conceito mental que elas evocam. Portanto, as palavras não representam diretamente os conceitos, mas são abstrações que refletem e evocam mentalmente as coisas que designam. Dessa forma, seria esperado que cada palavra correspondesse exclusivamente a um único objeto ou indivíduo, entretanto, essa premissa não se sustenta, pois um mesmo vocábulo pode designar diferentes seres ou objetos, como as homonímias, que envolvem palavras idênticas na forma escrita e/ou sonora, mas com significados distintos. As sinónímias, que consistem em palavras com significados semelhantes ou próximos; e as antonímias, palavras com significados opostos. Essas variações mostram a complexidade da linguagem e o desafio de estabelecer uma correspondência direta entre palavras e seus referentes (Cf. MARQUES, 1990).

Além disso, o contexto também desempenha um importante papel na semântica, pois “(...) uma palavra tem tantos sentidos quantas sejam as suas diversas realizações contextuais” (MARQUES, 1990, p. 61). Nesse sentido, o significado de uma palavra não é fixo, mas moldado por fatores como lógica, emoção, combinações linguísticas, evocações e associações que acrescentam interpretações ao seu sentido básico. Assim, as palavras podem ser caracterizadas como denotativas, quando prevalece seu significado descritivo; ou conotativas, quando o contexto lhes atribui novos significados, gerando diferentes camadas interpretativas. Certamente, as palavras ou expressões com significado conotativo se configuram a partir do contexto e da situação comunicativa em que são utilizadas pelos falantes (Cf. MARQUES, 1990).

Ilari (2001, p. 41) acrescenta à definição de conotação, afirmando que é “o efeito de sentido pelo qual a escolha de uma determinada palavra ou expressão dá informações sobre o falante, sobre a maneira como ele representa o ouvinte, o assunto e os propósitos da fala em que ambos estão engajados (...)”. Desse modo, o sentido conotativo é figurado e o denotativo é expresso pelo seu sentido literal (ILARI, 2001).

Essa complexidade semântica também é percebida por Oliveira (2012), ao afirmar que o objeto de estudo da semântica vai além do significado das sentenças, uma vez que o foco está na capacidade interpretativa do falante, que envolve não apenas o conhecimento dos significados das partes que compõem uma sentença, mas também a habilidade de combiná-las de maneira recursiva, permitindo a dedução de novos significados. Dessa forma, a dinâmica do significado está intrinsecamente ligada à competência comunicativa do falante e ao contexto em que as expressões são utilizadas.

O falante da língua vai construindo ao longo do tempo novos significados, e a semântica dedica-se ao estudo dessas mudanças que as palavras podem ter dentro de diferentes contextos, provocando certos significados. A semântica é considerada uma ciência, a parte da linguística que estuda os significados das palavras, das construções linguísticas, dos símbolos e imagens. Diante disso, o ensino da semântica desempenha um papel vital no desenvolvimento das competências linguísticas dos estudantes. Ao explorar os diversos aspectos da significação, os alunos ampliam a compreensão e interpretação de textos, além de se comunicarem de maneira mais eficaz e precisa.

3. Resultados e discussão

A BNCC estabelece as aprendizagens essenciais para a Educação Básica no Brasil, definindo competências e habilidades para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação minimamente igualitária, independente da região ou tipo de escola que frequentam. Nesse sentido, o documento procura promover a formação dos alunos para enfrentar desafios profissionais e pessoais.

No que diz respeito à semântica nos anos finais do Ensino Fundamental, a Base destaca algumas habilidades específicas, como a (EF06LP12) a capacidade de utilizar, ao produzir textos, recursos de coesão referencial (como nomes e pronomes), além de recursos semânticos que envolvem a sinonímia, antonímia e homonímia, bem como mecanismos de representação de diferentes vozes, incluindo o discurso direto e indireto. Outras habilidades importantes são as (EF07LP13) e (EF08LP14) que determinam que o aluno deve interpretar verbetes de enciclopédia, identificando a estrutura e as informações semânticas. Há também a habilidade (EF09LP13) na qual é preciso que o estudante justifique, pelo contexto semântico e linguístico, o significado de palavras e expressões desconhecidas (Cf. BRASIL, 2017).

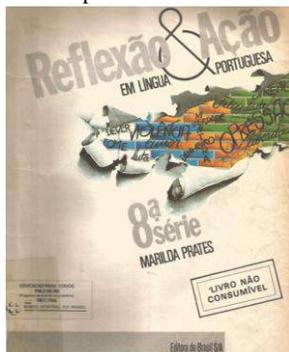
Antes da BNCC, os PCN já desempenhavam um papel orientador nos currículos educacionais, no entanto, os Parâmetros não abordavam o

ensino de semântica de maneira tão específica quanto a BNCC. Anteriormente a esses documentos, a educação não tinha diretrizes padronizadas para um ensino mais igualitário para todos. Assim, a proposta deste estudo é analisar as transformações que ocorreram nos livros didáticos antes e depois da introdução dos PCN e da BNCC. Para tanto, selecionamos dois livros didáticos de períodos diferentes, destinados aos anos finais do Ensino Fundamental.

Essa análise permitirá compreender como as orientações curriculares influenciaram a abordagem semântica nas obras didáticas, evidenciando as mudanças no ensino. Dessa forma, o estudo também busca identificar se a aprendizagem da semântica tornou-se mais acessível e dinâmica após as atualizações curriculares, e como essas mudanças impactam diretamente a formação dos alunos, contribuindo para seu letramento e sua capacidade de interpretar e produzir textos de forma mais crítica e eficaz. Ressaltamos que devido à vasta quantidade de atividades relacionadas à semântica presentes em ambos os livros, optamos por selecionar, para nossas análises, apenas algumas atividades, buscando abordar uma diversidade de fenômenos semânticos trabalhados nessas obras.

Assim, apresentamos as capas dos dois livros didáticos do nosso estudo, conforme ilustrado na Figura 1:

Figura 1: Capa dos livros didáticos *Reflexão & Ação* e *Português: linguagens*.



Fonte: Prates (1984).



Fonte: Cereja e Vianna (2022).

As obras analisadas, voltadas para o atual 9º ano do Ensino Fundamental, trazem abordagens distintas para a aprendizagem da semântica, refletindo as diferentes concepções pedagógicas de suas épocas. O livro *Reflexão & Ação*, de 1984, apresenta uma abordagem tradicional e detalhada, com um foco especial em atividades voltadas para a sinonímia, fornecendo aos alunos um arcabouço teórico consistente antes de aplicar os conceitos. Esse método mais tradicional valoriza a prática de exercícios voltados para a

fixação dos conteúdos e uma compreensão mais formal dos fenômenos semânticos.

Por outro lado, na obra *Português: Linguagens*, de 2022, os autores adotam uma perspectiva mais moderna e contextualizada, alinhada com as diretrizes estabelecidas pela BNCC. Nessa obra, a semântica é explorada a partir de textos e gêneros discursivos variados, permitindo que os alunos aprendam dentro de contextos mais práticos e próximos de suas vivências cotidianas. Isso torna o processo de aprendizagem mais dinâmico e envolvente, favorecendo o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura crítica. Diante disso, iniciamos nossas análises com a primeira atividade do livro *Reflexão & ação* na qual é proposto o preenchimento das lacunas com homônimas homógrafas. Prates (1984) apresenta a conceituação de homônimas homógrafas, que são palavras que possuem a mesma escrita, mas com significados distintos. Após a definição, a autora apresenta um exemplo que ilustra o conceito de forma objetiva e acessível, conforme exposto na Figura 2:

Figura 2: Homônimas homógrafas.

PARA COMPREENDER E FIXAR

• **PALAVRAS HOMÓGRAFAS** — são palavras que têm a mesma grafia, mas significado diferente.

Veja: [Ele não pôde ir ao comício. / Ele não pode ir ao comício.

1 Preencha as lacunas com **pêlo** ou **pelo**:

a) O _____ do animal é usado _____ homem para fazer agasalhos.
 b) Conclui-se _____ que o vira-lata disse, que é o _____ do povo que agüenta as conseqüências.
 c) O _____ daquele cachorro "pedigree" foi avaliado como o melhor da raça juiz da competição.

3 Preencha as lacunas com **por** ou **pôr**:

a) Os candidatos foram eleitos _____ eles.
 b) O vira-lata queria _____ as cartas na mesa.
 c) Os cães de raça chamaram o vira-lata para _____ os votos na urna.
 d) O vira-lata é interrompido _____ cães da platéia.
 e) É preciso _____ ordem na casa!

Fonte: Prates (1984, p. 39).

Essa atividade é importante, porque permite que os alunos observem a diversidade semântica da língua e como diferentes palavras podem gerar múltiplos sentidos, sendo essencial para o desenvolvimento da habilidade de ler com precisão. Além das homônimas homógrafas, as quais são o foco da atividade, também podemos mencionar as homônimas homófonas. Estas referem-se a palavras que, ao serem pronunciadas, possuem o mesmo som, mas apresentam grafia e significados diferentes. Outro tipo de homonímia são as perfeitas, que consistem em palavras com grafia e som iguais, mas com significados distintos.

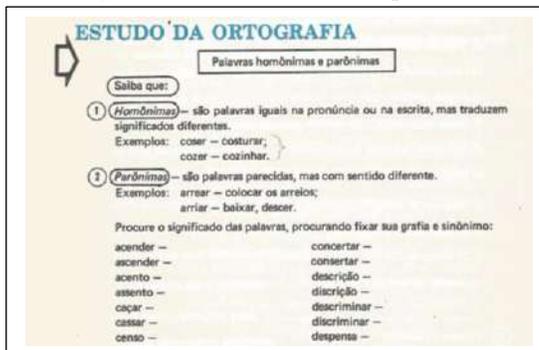
O conhecimento sobre homonímias é crucial para que os alunos reconheçam que a semelhança na grafia e/ou na pronúncia entre palavras não implica que tenham o mesmo significado. Essa habilidade evita equívocos na comunicação, pois, muitas vezes, palavras que parecem idênticas podem levar a interpretações indesejáveis. Além disso, conhecer as homonímias permite ao aluno diferenciá-las de outro fenômeno semântico importante: a polissemia. Embora ambos os fenômenos envolvam palavras com múltiplos significados, na polissemia, os significados são relacionados entre si, enquanto na homonímia, eles são completamente independentes.

O domínio sobre homonímias também ajuda o aluno a reconhecer a ambiguidade que essas palavras podem provocar. Por exemplo, em uma construção linguística na qual uma palavra homônima é utilizada, sem o contexto apropriado, pode haver mais de uma interpretação, comprometendo assim a objetividade e eficácia da mensagem. A habilidade de identificar e interpretar a ambiguidade é extremamente importante quando se estuda gêneros discursivos como piadas, publicidade, quadrinhos, charges, entre outros, uma vez que o uso de homonímias e da polissemia é intencional para gerar duplo sentido. Entretanto, a ambiguidade em outros gêneros, como artigo científico, manual de instruções, receitas, bulas, dentre outros, é inadequada, pois esses gêneros exigem uma produção textual precisa.

A atividade proposta busca reforçar o aprendizado dos alunos tanto de maneira conceitual quanto prática, utilizando um exercício repetitivo que visa consolidar o conhecimento adquirido sobre as homonímias homógrafas. Esse tipo de atividade mecanizada era uma metodologia comum no passado, frequentemente utilizada para promover a memorização. Embora essa abordagem ainda seja encontrada com facilidade em livros didáticos contemporâneos, muitos estudiosos argumentam que métodos repetitivos não são os mais eficazes para uma aprendizagem significativa.

Na próxima atividade, o livro didático explora tanto as palavras homônimas quanto as parônimas. Inicialmente, a autora apresenta definições claras para esses dois fenômenos semânticos, evidenciando suas características. Em seguida, são apresentados exemplos e, depois, uma lista abrangente é proposta, na qual os alunos devem preencher os espaços em branco, o que os ajudará a distinguir esses conceitos de forma prática, conforme ilustrado na Figura 3.

Figura 3: Palavras homônimas e parônimas.



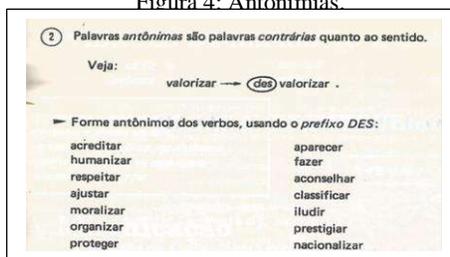
Fonte: Prates (1984, p. 176).

O livro didático procurou apresentar para o aluno a distinção entre esses dois fenômenos semânticos, mostrando que as palavras homônimas podem ter escrita e som idênticos, grafia distinta e som igual, ou escrita equivalente e som diferente, mas, em todos os casos, seus significados são sempre distintos. As palavras parônimas, por sua vez, são apenas parecidas na pronúncia e na escrita, entretanto seus significados são divergentes. Essa diferenciação é crucial, uma vez que os alunos podem facilmente se confundir ao se deparar com esses vocábulos.

A atividade proposta sugere que a busca por significados e sinônimos no dicionário, com o intuito de auxiliar os alunos na memorização dessas palavras, permite que consigam diferenciá-las mais rapidamente ao se depararem com elas. Entretanto, essa abordagem atualmente é, muitas vezes, combatida por não ser capaz de garantir uma compreensão mais aprofundada sobre o que está sendo ensinado. A mera busca por definições pode resultar em uma memorização superficial, sem que os alunos realmente entendam a aplicação prática desses conceitos em contextos variados.

Na sequência de nossas análises, na Figura 4, observamos que o livro também aborda o conceito de antonímias.

Figura 4: Antonímias



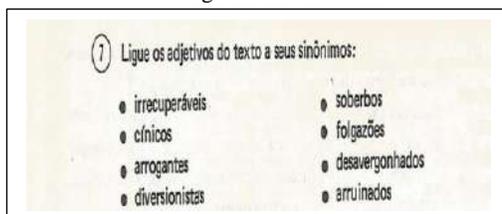
Fonte: Prates (1984, p. 57).

A autora, mais uma vez, busca definir aspectos semânticos antes de apresentar as atividades de fixação. Nesta proposta, a obra foca em verbos que expressam a ideia de contrariedade, utilizando o prefixo “des”. Os antônimos, como sabemos, são palavras que indicam oposição, mas a abordagem empregada aqui precisa de profundidade. Ao apresentar uma extensa lista de palavras para que o aluno adicione mecanicamente o prefixo “des”, a autora ignora a necessidade de promover uma reflexão crítica sobre essa prática. Não há contextualização que permita ao aluno discernir quando e por que o prefixo deve ser utilizado, tampouco se outras estratégias poderiam ser empregadas para a formação de antônimos.

Essa falta de reflexão crítica pode resultar em uma compreensão superficial do conceito, levando os alunos a aplicar o prefixo indiscriminadamente, sem considerar as nuances semânticas de cada vocábulo. A memorização mecânica, sem um entendimento do significado e do uso das palavras em contextos variados, pode limitar a capacidade dos alunos de reconhecer os antônimos.

Dando continuidade à nossa investigação, na Figura 5, encontramos uma atividade que aborda os sinônimos.

Figura 5: Sinônimos.



Fonte: Prates (1984, p. 68).

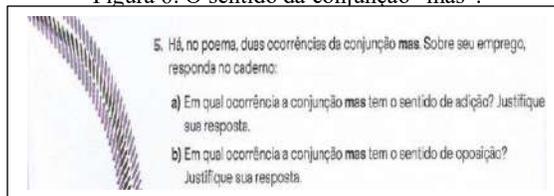
Na atividade proposta, a autora solicita que os alunos conectem os adjetivos a seus respectivos sinônimos. Embora o conceito de sinonímia não seja explicitamente apresentado nesta atividade, ele já foi abordado em exercícios anteriores. Ressaltamos que, por ser um fenômeno fundamental na semântica, é importante lembrar que sinônimos são palavras que compartilham significados semelhantes, o que permite, em alguns casos, a substituição de uma palavra por outra sem alteração significativa no sentido da construção linguística.

A inclusão de diversas atividades focadas na semântica permite aos alunos explorar uma variedade de fenômenos linguísticos, proporcionando a oportunidade de observar, por exemplo, o modo como os sinônimos funcionam e podem ser aplicados. Essa prática enriquece o vocabulário dos estudantes e amplia suas habilidades de expressão e domínio da língua materna.

Ao analisarmos o livro didático de 1984, percebemos que a autora adota uma abordagem que privilegia a conceituação dos fenômenos semânticos, seguida da apresentação de exemplos e, posteriormente, atividades práticas para a fixação do conteúdo.

Esse método mais tradicional, baseado em conceitos e exercícios, busca garantir que os alunos internalizem as definições antes de aplicá-las. Finalizada a investigação da obra didática de Prates (1984), iniciamos as análises de Cereja e Vianna (2022), como ilustrado na Figura 6.

Figura 6: O sentido da conjunção “mas”.



Fonte: Cereja e Vianna (2022, p. 50).

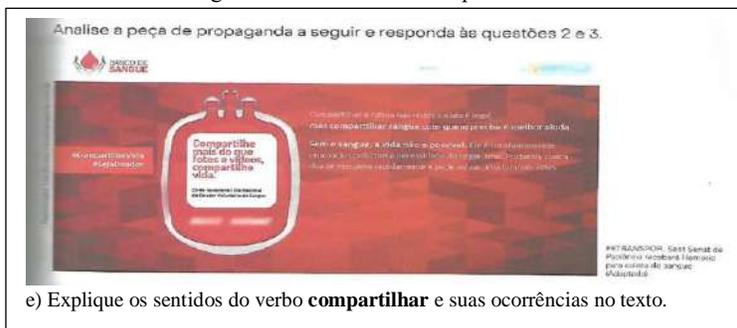
Na atividade, os autores não deixam claro qual aspecto semântico será trabalhado, nem oferecem uma definição ou exemplos que possam guiar os alunos. No exercício, os autores pedem que os alunos observem a conjunção “mas” utilizada no poema e indiquem se ela está expressando uma ideia de adição, sugerindo ampliação/complementação, ou de oposição, transmitindo contrariedade. Essa diferenciação entre os usos da conjunção “mas” requer uma compreensão avançada da polissemia.

Na questão da letra “a”, a conjunção “mas” sugere que a informação que se segue é um acréscimo à ideia já apresentada. No sentido de oposição expressa na questão da letra “c”, a conjunção, “mas” assume um sentido de contradição entre as ideias. Nesse caso, a conjunção indica que a ideia seguinte contrasta com a anterior, criando um efeito de oposição que pode intensificar a mensagem do poema. Esse tipo de análise revela a flexibilidade semântica da conjunção, “ma”, que pode servir tanto para adicionar informações quanto para opor ideias, dependendo do contexto em que é utilizada.

Ao trabalhar com gêneros textuais como o poema, os autores conseguem engajar os alunos de maneira mais eficaz, tornando o aprendizado relevante e atraente. Essa mudança de abordagem destaca a transformação nas metodologias de ensino, evidenciando a importância de uma aprendizagem mais centrada no aluno, que favoreça a construção do conhecimento de maneira crítica e reflexiva.

Avançando nas análises, na Figura 7, os autores empregam uma propaganda como recurso para explorar a semântica. Essa estratégia é interessante, pois utiliza um formato cotidiano que os alunos podem reconhecer e se relacionar. A propaganda não apenas ilustra o uso da linguagem em um contexto real, mas também permite que os estudantes analisem como os elementos semânticos influenciam a persuasão e a construção de significados em diferentes contextos comunicativos. No entanto, a eficácia desse recurso depende da orientação dada aos alunos sobre como interpretar os elementos semânticos presentes na propaganda. É crucial que a abordagem pedagógica ofereça suporte e direcionamento adequados para que os estudantes consigam explorar e compreender plenamente as relações semânticas propostas.

Figura 7: O sentido de “compartilhar”.



Fonte: Cereja e Vianna (2022, p. 125).

Na atividade, a forma verbal “compartilhar” assume sentidos distintos em suas diferentes ocorrências, ilustrando a riqueza semântica do termo. No primeiro uso, “compartilhar” fotos e vídeos é geralmente entendido como uma prática positiva e comum no contexto digital, promovendo a interação social e a troca de experiências. Esse significado reflete a cultura contemporânea de compartilhamento nas redes sociais, na qual o ato de dividir conteúdos visuais é associado à diversão e à construção de conexões. Por outro lado, a expressão “compartilhar” também pode evocar um sentido mais profundo e significativo, relacionado ao ato de partilhar, doar ou repartir. Neste contexto, o verbo ganha uma nova dimensão, a de doação de sangue, logo, “compartilhar” se transforma em um ato de generosidade e altruísmo, pois a pessoa está repartindo algo vital que pode salvar vidas.

Essas duas ocorrências do verbo “compartilhar” criam um contraste semântico que ilustra a dualidade do termo. Por um lado, temos o compartilhamento leve e descontraído típico do ambiente digital; por outro, uma ação concreta de amor que requer um compromisso genuíno com a comunidade. Ao subverter o uso comum do termo no mundo digital, essa atividade desta-

ca a importância de refletir sobre o significado e o impacto que os fenômenos semânticos têm na produção de sentido.

Ao longo da análise dos dois livros didáticos, observamos transformações significativas nas abordagens pedagógicas voltadas para a semântica. O primeiro livro, *Reflexão & Ação*, embora apresente conceitos relevantes, utiliza métodos que podem ser considerados limitados para a aprendizagem efetiva. Já a obra *Português: Linguagens* adota uma abordagem integrada às diretrizes da BNCC, promovendo um aprendizado mais crítico.

Essa transformação é fundamental para o desenvolvimento das competências linguísticas dos alunos, preparando-os para a comunicação cada vez mais complexa e interconectada. Como resultado, constatamos que as mudanças nos documentos curriculares influenciaram a forma como os livros didáticos tratam a semântica. Houve uma transição importante de uma abordagem mecanicista, com práticas repetitivas, para uma perspectiva mais contextualizada e reflexiva, promovendo uma compreensão mais significativa dos fenômenos semânticos.

4. Considerações finais

Ao comparar as duas obras, nota-se uma clara evolução no ensino da semântica, que passou de uma prática voltada para conceitos isolados a uma abordagem que valoriza sua aplicação prática em contextos reais de comunicação. Essa transição reflete uma mudança significativa no objetivo educacional, que busca preparar os alunos para enfrentar os desafios linguísticos do mundo contemporâneo, especialmente no que se refere ao ambiente digital e às interações cotidianas.

A análise demonstra que, em uma das obras, os aspectos semânticos foram trabalhados de maneira descontextualizada, ou seja, apresentando conceitos de forma fragmentada, sem conectar o conteúdo ao uso real da língua. Em contraste, a outra obra enfatizou a importância da língua como ferramenta de interação social e comunicação efetiva em diferentes contextos.

Essa mudança na abordagem pedagógica é de grande relevância, pois promove uma compreensão mais profunda e significativa dos fenômenos semânticos, além de estimular o desenvolvimento de habilidades analíticas e críticas nos alunos. O enfoque sociointeracionista, ao conectar a semântica às práticas sociais, permite que os alunos não apenas compreendam os conceitos linguísticos, mas também saibam utilizá-los em situações práticas, ampliando sua capacidade de interpretar e produzir sentidos em diversos gêneros discursivos.

Assim, a evolução no tratamento da semântica nas obras didáticas reflete um avanço pedagógico que contribui para o desenvolvimento integral dos alunos, preparando-os para uma atuação mais consciente e eficiente nas interações linguísticas do mundo moderno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Virginia Beatriz Baesse. *Semântica, enunciação e ensino*. Vitória-BA: EDUFES, 2018.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Educação é a Base. Brasília: MEC/SEB/Consed/Undime, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024. SOBRENOME, Nome. *Título da obra*. Cidade: Nome da Editora (sem o vocábulo “editora” ou “editorial”, ano.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANÇADO, Márcia. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. São Paulo: Contexto, 2007.

CEREJA, William; VIANNA, Carolina Dias. *Português: linguagens: 9º ano*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

FERRAREZI JUNIOR, Celso. *Semântica para a educação básica*. São Paulo: Parábola, 2008.

GUIRAUD, Pierre. *Semântica*. São Paulo: Perspectiva, 1955.

ILARI, Rodolfo. *Introdução à Semântica: brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto, 2001.

LERAT, Pierre. *A semântica: sua teoria e suas aplicações*. São Paulo: Ática, 1983.

LYONS, John. *Semântica*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

MARQUES, Maria Helena Duarte. *Iniciação à Semântica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 23-54

PRATES, Marilda. Reflexão e ação: língua portuguesa: 8ª série. São Paulo: Brasil, 1984.

TAMBA, Irène. *Semântica*. Trad. de Marco Marciolino. São Paulo: Parábola, 2006.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

VALENTE, André. *A linguagem nossa de cada dia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Leviatã Publicações, 1997.

**CONTRIBUIÇÕES DA FILOLOGIA E DA LINGUÍSTICA
HISTÓRICA NA LEITURA DE UM LIVRO DE EMPRÉSTIMOS DA
BIBLIOTECA DO GABINETE PORTUGUÊS
DE LEITURA DA BAHIA (SÉC. XIX)**

Leonardo Coelho Marques de Jesus (UFBA)
leonardo.coelhom@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho é proveniente de uma pesquisa de mestrado no campo da Filologia em interface com a História Social da Cultura Escrita. O objeto em análise é o primeiro livro de empréstimos de obras da Biblioteca do Gabinete Português de Leitura da Bahia, instituição criada em 1863 na cidade de Salvador por portugueses, com o objetivo de fortalecer a língua e cultura portuguesas em território baiano através da leitura. O referido documento é datado em 1876 e, em seus mais de 400 fôlios, apresenta o registro de saída de livros do Gabinete, indicando, além de entre outros dados, a obra emprestada e o prazo do empréstimo. No escopo da pesquisa está a edição conservadora (semidiplomática) do documento e um posterior levantamento de dados referentes aos empréstimos de livros, bem como a identificação dos gêneros – literários ou não –, das obras emprestadas, localizando possíveis padrões de preferência de leitura entre os sócios. Através pressupostos teóricos da Filologia e da Linguística Histórica, pretende-se, aqui, compreender de que modo esses referenciais teóricos podem ser úteis para leitura de documentos manuscritos do final do séc. XIX.

Palavras-chave:

Filologia. Linguística Histórica. Gabinete Português de Leitura.

RESUMEN

Este trabajo es el resultado de una investigación de maestría en el campo de la Filología en interfaz con la Historia Social de la Cultura Escrita. El objeto de análisis es el primer libro de préstamos de obras de la Biblioteca de la Oficina de Lectura Portuguesa de Bahía, institución creada en 1863 en la ciudad de Salvador por portugueses, con el objetivo de fortalecer la lengua y la cultura portuguesa en Bahía a través de lectura. El citado documento está fechado en 1876 y, en sus más de 400 folios, presenta el registro de libros salidos del Gabinete, indicando, entre otros datos, la obra prestada y el plazo del préstamo. El alcance de la investigación incluye la edición conservadora (semidiplomática) del documento y un posterior levantamiento de datos relativos a los préstamos de libros, así como la identificación de los géneros –literarios o no– de las obras prestadas, localizando posibles patrones de preferencia de lectura entre los socios. A través de supuestos teóricos de la Filología y de la Lingüística Histórica, se pretende comprender cómo estos referentes teóricos pueden ser útiles para la lectura de documentos manuscritos de finales del siglo XIX. XIX.

Palabras clave:

Filología. Linguística histórica. Sala de lectura portuguesa.

1. *Introdução*

O anteprojeto “Entre as páginas e a sociedade: uma análise filológica do livro de empréstimos de 1876 do Gabinete Português de Leitura da Bahia” é uma proposta de análise de um documento manuscrito do século XIX que utiliza a Filologia e a História Social da Cultura Escrita como referenciais teóricos. Este artigo foi escrito com o intuito de pensar a Linguística Histórica em diálogo com o seu campo teórico, refletindo como esta corrente teórica pode ser útil metodologicamente na discussão de seus anteprojetos, aqui neste caso, a Filologia.

Inicialmente, pretende-se trazer possibilidades de conceituar a Filologia, a fim de fazer um panorama de como esta importante ciência tem sido pensada e a reflexão que diversas/os pensadoras/es tiveram sobre ela durante o curso do tempo. O mesmo se dará com a Linguística Histórica. Uma vez que o projeto trata de um documento manuscrito, em seguida, serão trazidas informações acerca de sua composição e características e o local onde está salvaguardado, a biblioteca do Gabinete Português de Leitura. Por fim, serão trazidas algumas reflexões de como a LH e a Filologia podem convergir na leitura de um manuscrito com características similares às do Livro de Empréstimos, uma vez que ambas as ciências debruçam-se sobre o mesmo objeto, o texto, cada uma sob a sua perspectiva.

2. *O texto escrito, a filologia e a linguística histórica*

Os livros configuram-se como uma das tecnologias mais importantes da história da humanidade, tendo ganhado, como aponta El Far (2006, p. 27), “(...) várias formas e propósito, “sempre com o intuito de tornar a leitura algo sedutor e atraente”. Martyn Lyons (2011, p. 7) afirma que a “(...) sua portabilidade, facilidade de referência e capacidade de concentrar uma grande quantidade de dados o tornaram indispensável”. Esse movimento fez com que, paulatinamente, esse objeto passasse a ganhar espaço e relevância na sociedade, fazendo-o tornar-se um objeto singular e de desejo de muitos.

Do surgimento da escrita, passando pelos códices e o surgimento da imprensa e, finalmente, do livro (nos moldes que conhecemos na contemporaneidade), a cultura escrita tornou possível a preservação e disseminação de culturas, religiões, comércios, línguas e saberes ao redor do mundo, sendo fonte de entretenimento, educação, expressão artística etc. Nesse sentido, o texto escrito é um elemento de fundamental importância para a preservação de informações sobre si, já que é através do registro escrito, como

aponta Robinson (2009), que se faz o acúmulo de conhecimento, os registros históricos, a ciência e, é claro, os livros.

A Filologia vem auxiliando nas mais diversas investigações sobre momentos variados da história, sendo a mais antiga das ciências sobre a linguagem (Cf. MILANI, 2008). Por se dedicar exclusivamente ao texto escrito, a Filologia constitui-se como a mais antiga das ciências dedicadas à linguagem no mundo ocidental, tendo, àquela época, o intuito de, nas palavras de Milani (2008), recuperar o formato dos textos da mitologia e da religião helena, que, deixados na tradição oral, estavam caindo no esquecimento.

Na Antiguidade Ocidental, o trabalho filológico tinha um perfil distinto, especialmente entre os gregos, uma vez que cabia ao filólogo a responsabilidade pela edição e conservação de manuscritos, garantindo, assim, a sua fiel reprodução, autenticidade e circulação. No livro *Introdução à Crítica Textual*, o professor Cesar Cambraia traz um panorama histórico e terminológico do termo Filologia, trazendo definições desde a Grécia Antiga, devido ao caráter polissêmico do termo.

Na contemporaneidade, a Filologia assume um viés de análise e compreensão da sociedade através dos textos escritos de momentos variados da história, constituindo-se, nas palavras de Borges e Sacramento,

[...] como um feixe de práticas de leitura, interpretação e edição que, a um só tempo, consideram como objeto, de modo indissociável, língua, texto e cultura. Tem por objetivo a compreensão e estudo dos processos (i) de produção das práticas de cultura escrita; (ii) de transmissão histórica dos textos; (iii) de circulação social do texto, (iii) recepção e reconfigurações que uma dada época constrói para o texto (McKENZIE, 2005) (BORGES; SACRAMENTO, 2012, p. 21)

De acordo com Spina, (1977), a Filologia concentra-se no texto escrito para explicá-lo e prepará-lo para ser publicado. Nas palavras de Milani,

[...] especificamente, a Filologia tem metodologia desenvolvida diretamente para a abordagem do texto em circunstâncias que esse texto não seja objeto de uma revisão de conteúdo, ou sócio-psicológica, como se faz na contemporaneidade, mas requeira uma retomada consciente de estrutura formal e da representação do formato original, tanto do discurso como do texto supor para o conteúdo (MILANI, 2008).

Portanto, o filólogo, ao dedicar-se fielmente ao texto escrito, pode (e irá) fazer uso de outras áreas do conhecimento, afim de melhor compreender o texto que está sendo utilizado como análise, a exemplo, de acordo com Martins (2003), áreas do conhecimento humano como a História, a Literatura, a Filosofia, a própria Linguística, a Paleografia, a Codicologia e outras que forem necessárias para o maior e melhor entendimento do universo tex-

tual (Cf. MARTINS, 2012). Nesse sentido, entende-se aqui a importância da Linguística no fazer filológico, uma vez que, segundo Maia (2012):

Entendida a actividade filológica como análise crítica de textos que visa a sua reconstrução e edição, a Filologia está intimamente associada à Linguística: ela possui um conjunto de recursos interpretativos e explicativos que a Linguística Histórica não pode e não deve desprezar. (MAIA, 2012)

A Linguística Histórica, por sua vez, surge com a intenção de investigar o passado das línguas e a sua evolução ao longo do tempo, buscando compreender a motivação da mudança. Mattos e Silva (2008) afirma:

Tradicionalmente, define-se linguística histórica como o campo da linguística que trata de interpretar mudanças – fônicas, mórficas, sintáticas e semântico-lexicais – ao longo do seu tempo histórico, em que uma língua ou uma família de línguas é utilizada por seus utentes em determinado espaço geográfico e em determinado território, não necessariamente contínuo. (MATTOS E SILVA, 2008)

Embora surgidas em momentos parecidos, Linguística e Linguística Histórica apresentam um afastamento metodológico, uma vez que o estabelecimento da Linguística enquanto ciência se dá com a proposta de dicotomias, afim de estabelecer a língua enquanto objeto de estudo de modo metodologicamente científico. No entanto, ao realizar a separação entre sincronia e diacronia, o modelo estruturalista proposto por Saussure, nas palavras de Maia (2012), deixa escapar a possibilidade de fazer análises sobre a origem e a difusão da mudança, uma vez que, segundo Faraco (1950),

A realidade empírica central da linguística histórica é o fato de que as línguas humanas mudam com o passar do tempo. Em outras palavras, as línguas humanas não constituem realidades estáticas; ao contrário, sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo. E é essa dinâmica que constitui o objeto de estudo da linguística histórica. (FARACO, 1950. p. 12)

Ao interpretar a língua enquanto algo homogêneo, o modelo teórico sugerido por Saussure termina por ignorar fenômenos recorrentes no sistema linguístico, demonstrando o quão estáticos foram os pressupostos teóricos do estruturalismo, enquanto a Linguística Histórica atém-se para a constituição das línguas desde a sua criação, como propõe Mattos e Silva (1988):

Em geral se encontra definida a Linguística Histórica, por exemplo nos dicionários e manuais de Linguística, como aquela linguística que tem por objetivo principal a explicação da constituição das línguas através do tempo, ou seja, aquela que procura explicar a mudança das línguas. (MATTOS E SILVA, 1988, p. 90)

A partir do século XIX, a Linguística Histórica inicia uma série de comparações entre línguas na intenção de encontrar semelhanças, mas também diferenças entre esses idiomas e, também, encontrar pontos de convergência que indiquem um possível parentesco. Essa reflexão significa, segun-

do Paixão de Sousa (2018), um marco divisor na história das histórias do tempo e da linguagem, por inaugurar uma concepção inteiramente nova dos condicionantes dessa relação, e por construir um novo plano para sua análise. Através de quadros comparativos de palavras e estruturas gramaticais, foi possível inferir sobre a existência de uma língua-mãe, através da tradição histórico-comparativa.

Fato é que, por debruçarem-se sobre o mesmo objeto de estudos, o texto, a Filologia e Linguística Histórica apresentam pontos de interseção, pensando aqui que, em concordância com Maia (2012), para obter conhecimentos sobre a língua de épocas anteriores e para explicar processos históricos de mudança, é necessário ter acesso a dados registrados nos textos escritos. É o texto que tem servido de veículo para apresentar os dados de língua. De acordo com Telles e Gama,

O método filológico apóia a análise lingüística, ao fornecer com critérios um texto fidedigno. Por outro lado, elementos linguísticos do texto estabelecido permitem – e têm sempre permitido – estudar a língua aí documentada. (TELLES; GAMA, 2016)

É importante salientar que, por serem campos teóricos que, segundo alguns teóricos defendem, caminhem em paralelo, a Filologia e a Linguística Histórica são essenciais uma à outra, conforme afirma Mattos e Silva (1988),

[...] para mim, a Filologia é uma ciência que não precisa ser definida em relação à Linguística, mas que é essencial à Linguística Histórica stricto sensu, quando esta trabalha com documentação escrita. (MATTOS E SILVA, 1988, p. 97)

Levando em consideração que o ato de ter acesso ao texto escrito para edição e posterior publicação, é importante fazer a utilização de pressupostos de ambas as disciplinas. É de fundamental importância compreender que a edição de textos de períodos recuados da história necessita de um conjunto documental que dê conta de realizar análise de modo a localizar informações de ordem linguística. Esse conjunto documental ganha o nome de *corpus*, ou *corpora* se no plural, que, segundo Guilherme Fromm, na área da Linguística, indica uma coleção de textos reunidos, de áreas variadas ou não, com um propósito específico de análise (Cf. FROMM, 2003). De acordo com Maia,

[...] todas as pesquisas linguísticas de base empírica, tanto em matéria de “oralidade” como de “escripturalidade (KOCH; OSTERREEICHER, 2001) têm que apoiar-se necessariamente em *corpora*. (MAIA, 2012)

Neste sentido, será apresentado na próxima seção o *corpus* adotado nesta pesquisa. Trata-se do Livro de Empréstimos do Gabinete Português de Leitura da Bahia.

3. *O livro de empréstimos do Gabinete Português de Leitura da Bahia*

Levando em consideração que o Livro de Empréstimos faz parte de um acervo vasto e importante para a sua comunidade, convém trazer nesta seção informações acerca de seu local de salvaguarda, o Gabinete Português de Leitura da Bahia.

O Gabinete Português de Leitura da Bahia foi criado em 02 de março de 1863, possuindo “entre suas finalidades, criar uma biblioteca onde os ‘*subditos portugueses*’ pudessem se reunir para desfrutar de obras basilares da cultura portuguesa e de outros idiomas, além de oferecer cursos e atividades de interesse à cultura lusa” (LOSE *et al.*, 2021, p. 26). A primeira ata administrativa informa que o Gabinete Português de Leitura da Bahia (GPLB) foi criado com o intuito de trazer “(...) obras de reconhecida utilidade, escritas nos idiomas português e francês, e mais aquelas que posteriormente se julgarem mais precisas” (ATA nº 1, 1863 *apud* CARVALHO, 1999).

A instituição nasce como uma sociedade de homens portugueses em que seria possível o empréstimo de livros lusos, com a clara finalidade de concentrar elementos da cultura e língua portuguesa em solo soteropolitano. Na sua criação, a instituição conta apenas com membros portugueses na condição de sócios, sendo possível, anos mais tarde, a entrada de brasileiros na sociedade.

O GPLB ocupa um lugar de destaque no cenário cultural da região do Centro de Salvador, representando não apenas um espaço físico de encontro intelectual, mas também um depósito de conhecimento e registros que testemunham a história e a evolução sociocultural da Bahia. O acervo tem um valor inestimável, composto por uma vasta coleção de obras literárias, históricas e culturais que atravessam os séculos, refletindo a intersecção de culturas e influências que moldaram a identidade baiana ao longo do tempo.

No entanto, é preciso notar que a riqueza desse lugar são os livros que estão ali presentes. Há, salvaguardados na prateleira da instituição, documentos que, pelo seu teor, conseguem figurar como verdadeiras janelas para o passado, revelando não apenas os títulos que foram lidos, mas também os interesses, preocupações e aspirações dos leitores da época. O livro de empréstimos de 1876, cujos fólios contam histórias sobre os indivíduos que frequentavam o gabinete, suas escolhas literárias e até mesmo os diálogos culturais que ecoavam entre as prateleiras, é um exemplo dessa riqueza.

Figura 1: Capa e fólio 1 recto do Livro de Empréstimos.



Fonte: Gabinete Português de Leitura da Bahia.

O Livro de Empréstimos é um códice que apresenta pouco mais de 400 fólios escritos no recto e verso, nos quais apresentam-se formulários impressos para registrar a saída dos livros. Num estudo inicial, foi identificado apenas uma única mão, o bibliotecário do período responsável pela biblioteca, porém, ao analisar mais cuidadosamente, observou-se que as assinaturas no fim da ficha de empréstimo são dos sócios que solicitavam os livros. Nesses formulários, o bibliotecário registrava, basicamente, o livro que foi emprestado, em qual estante ele estava, o prazo do empréstimo e, por último, a assinatura da pessoa que fez a retirada. Visando a sua conservação, o livro não é manuseado rotineiramente. Por esse motivo, foram feitos registros fotográficos em boa qualidade de visualização por funcionários do Gabinete, o que permite que a pesquisa seja feita analisando esses registros.

Figura 2: Primeira ficha de empréstimo.



Fonte: Gabinete Português de Leitura.

Figura 3: Proposta de transcrição conservadora da primeira ficha de empréstimo.

Entrou em 20 de	Devo ao Gabinete Português de Leitura a obra <u>0</u>
Março de 28	<u>Arrepêndimto</u> em <u>1</u> volumes da Estante <u>1057</u>
76	que restituí em <u>20</u> dias, e por cada dia de excedencia, obigo-me a pagar cem réis, e a obra no caso de extravio, pelo preço que for arbitrado.
Nota (?)	Bahia, <u>23</u> de <u>Março</u> de 1876
	Por M.º <u>Francisco Per</u>

4. A edição e seus critérios

Para a edição do Livro de Empréstimos, por se tratar de um documento com a peculiaridade de ser parte impresso, parte manuscrito; por se tratar de um documento datado no final do século XIX; e por entender que as edições devem satisfazer as necessidades de uma linguística histórica empírica (Cf. MAIA, 2012) optou-se por uma edição conservadora, entendendo, ainda de acordo com Maia (2012), que esta deve refletir fielmente as características linguísticas dos manuscritos, uma vez que nelas se refletem as marcas da variação da língua da época.

Por se tratar de um documento que é parcialmente impresso e manuscrito, optou-se pela seleção de fontes grafemáticas com estética aproximada na parte tipográfica e com indício de feitas à mão na parte manuscrita. Optou-se, neste momento, pelo não desdobramento de abreviaturas, garantindo, assim, o respeito rigoroso à grafia do texto original, observando também a manutenção de maiúsculas, minúsculas e acentuação. Itens lexicais não identificados serão sinalizados entre parênteses com uma interrogação (?). Neste momento, a edição conservadora mostra-se mais adequada, pois ela

[...] parece ser mais do que justificada quando se considera que a *scripta* do documento tanto pode mostrar os erros óbvios (ou *lapsus calami*) – repetições, transposições, erros devidos ao contexto linguístico ou extralinguístico, os erros de concordância, as autocorreções, as adições, as omissões, as confusões de palavras (MARTÍNEZ ORTEGA, 1999) – como, o que é mais importante, as variantes textuais decorrentes do desempenho do que escreve, do responsável pela *scripta*. (LOSE; TELLES, 2017, p. 289)

Por manter as características originais do texto original, garantindo, assim, a sua fidedignidade, a edição conservadora torna-se útil para a Linguística Histórica na atividade de observar a trajetória de eventuais mudanças na língua através desse registro escrito.

No caso do *corpus* adotado nesta pesquisa, a LH pode ser eficaz ao tentar identificar mudanças de ordem fonético-fonológicas, ou ainda morfológicas, semânticas ou sintáticas, pensando que esses elementos não devem passar despercebidos pelo olhar filológico, já que, de acordo com Telles e Gama (2016), esses elementos da *scripta* permitem o uso do texto para compreensão do momento cultural representado pelo texto (e pelo seu autor). Importante perceber, também, que o Livro de Empréstimos está salvaguardado numa instituição com mais de cento e cinquenta anos de história, sendo um é um registro ativo da dinâmica social de uma instituição como o Gabinete Português de Leitura da Bahia.

Uma vez que a pesquisa ainda está em fase inicial e devido ao extenso tamanho do documento a ser trabalhado, não foi possível finalizar a etapa de transcrição e posterior edição dos fólhos. Portanto, as informações trazidas

são de natureza preliminar de análise. Contudo, seguindo os pressupostos estabelecidos pelos referenciais teóricos adotados para a construção deste artigo e as leituras adotadas na disciplina demonstram claramente a importância da Linguística Histórica para o labor filológico e como ambas as disciplinas andam lado a lado, colaborando mutuamente e trazendo à luz informações relevantes acerca de momentos recuados da história dos povos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Luiz Eleildo Pereira; XIMENES, Expedito Eloísio. Uma revisão do conceito de texto e suas implicações para os estudos filológicos. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 21, n. 1, p. 25-42, [S.l.], 2019. DOI: 10.11606/issn.2176-9419.v21i1p25-42. Disponível em: <https://periodicos.usp.br/flp/article/view/156300>. Acesso em: 5 set. 2024.

BORGES, Rosa. Saberes em diálogo na prática filológica editorial. *Linha D'Água*, v. 31, n. 2, p. 7-27, São Paulo, 2018. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v31i2p7-27. Acesso em: 4 set. 2024.

CAMBRAIA, Cesar Nardelli. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.

FROMM, Guilherme. O uso de corpora na análise linguística. *Revista Factus*, v. 1, n. 1, p. 69-76, São Paulo, 2003.

LOSE, Alícia Duhá *et al.* *O manuscrito fundador do Gabinete Português de Leitura da Bahia: Atas 1863-1875*. Salvador: Memória e Arte, 2021. Disponível em: www.memoriaarte.com.br.

LOSE, Alícia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Para uma filologia na pesquisa em linguística histórica. *Letras*, (60), 2022. p. 11-32. <https://doi.org/10.5902/2176148542058>.

MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (Orgs). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [on-line]*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 533-42

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da Linguística Histórica no Brasil. *Revista D.E.L.T.A.*, v. 4, n. 1, p. 1-162, São Paulo.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008. 208p.

MILANI, Sebastião Elias. Da Filologia, da Gramática Comparada, da Neogramática à Historiografia Linguística. In: SIMELP – Seminário Mundial de Língua Portuguesa. São Paulo, 2008, p. 1-20. Disponível em: https://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/06_8.pdf.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Linguística Histórica. In: PFEIFFER, C.; NUNES, J.H. (Orgs). *Introdução às Ciências da Linguagem: Língua, Sociedade e Conhecimento*. 1. ed. Campinas: Pontes, 2006. V. 3, p. 11-48

TELLES, Célia Marques; DA GAMA, Albertina Ribeiro. Perspectivas da filologia textual. *Revista do GELNE*, v. 4, n. 2, p. 1-6, [S.l.], 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9077>. Acesso em: 4 set. 2024.

_____; LOSE, Alícia Duhá. Qual edição e o que editar. *A Cor Das Letras*, 18(2), p. 271-93, 2017. <https://doi.org/10.13102/cl.v18i2.1863>.

CRÍTICA GENÉTICA E ESTILÍSTICA: UMA ANÁLISE NA CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS JUDICIAIS

Paula Elisie Madoglio Izidoro (UEL)

paula.madoglio.izidoro@uel.br

Edina Regina Pugas Panichi (UEL)

edinapanichi@sercomtel.com.br

RESUMO

Este estudo tem como propósito analisar a elaboração do discurso judicial do Juiz Federal José Carlos Cal Garcia durante o período de 1986 a 1989, utilizando abordagens críticas genéticas e estilísticas. Os manuscritos e prototextos encontrados no Núcleo de Documentação e Memória, do departamento da Justiça Judiciária do Paraná, serão examinados para entender como essas abordagens podem contribuir para a compreensão do processo de construção textual na ciência jurídica. Além disso, buscamos detalhar os aspectos estilísticos e argumentativos desses documentos, bem como investigar a elaboração das decisões judiciais de Cal Garcia e sua justificação linguística e argumentativa. Para alcançar esse objetivo, faremos uso da crítica genética e estilística, com referências aos estudos de Grésillon, Salles e Panichi, visando enriquecer o campo da crítica genética e demonstrar sua eficácia e transdisciplinaridade.

Palavras-chave:

Estilística. Crítica Genética. Justiça Federal.

ABSTRACT

This study aims to analyze the development of the judicial discourse of Federal Judge José Carlos Cal Garcia during the period from 1986 to 1989, using genetic and stylistic critical approaches. The manuscripts and proto-texts found in the Documentation and Memory Center of the Department of Judicial Justice of Paraná will be examined to understand how these approaches can contribute to the understanding of the textual construction process in legal science. Furthermore, we seek to detail the stylistic and argumentative aspects of these documents, as well as investigate the formulation of Cal Garcia's judicial decisions and their linguistic and argumentative justification. To achieve this goal, we will employ genetic and stylistic criticism, with references to the studies of Grésillon and Salles, aiming to enrich the field of genetic criticism and demonstrate its effectiveness and transdisciplinarity.

Keywords:

Stylistics. Genetic Criticism. Federal Justice.

1. Introdução

Em um contexto histórico originado no ano de 1889, o estado brasileiro facilitou uma transformação em sua estrutura governamental, fazendo a transição para uma estrutura republicana, que suplantou a monarquia anteriormente existente, estabelecendo assim os princípios fundamentais para a

formação de um regime democrático na nação, caracterizado pela implementação da separação clássica de poderes – executivo, legislativo e judiciário – e o repúdio resultante do conceito de autoridade moderadora, que foi exercido exclusivamente pelo monarca como supremo líder do estado.

Com o advento da república federativa, ocorreu uma alteração significativa na estrutura do judiciário, correspondendo à bifurcação entre jurisdições estaduais e federais, que, apesar da revogação provisória experimentada durante a governança autoritária das décadas de 1930 e 1940, foi preservada até a era contemporânea, atualmente ancorada na Constituição Federal de 1988.

Estruturados em Juízes Federais e Tribunais Regionais Federais, funcionando como órgãos adjudicatórios de primeira e segunda instância, respectivamente, os tribunais federais têm a tarefa, entre outras responsabilidades, de processar e julgar casos em que o Governo Federal, autoridades locais ou empresas públicas federais têm o status de demandantes, interventores ou réus, conforme delineado nos artigos 106 e 109 da Constituição.

Vale ressaltar que, desde seu início, o escopo operacional do judiciário federal estava confinado às capitais estaduais; no entanto, em resposta ao imperativo de adaptação estrutural para atender às demandas apresentadas à sua jurisdição, a partir da década de 1970, os tribunais federais instituíram a criação de tribunais e cargos adicionais para juízes federais por meio de um processo de seleção nacional, com o objetivo de melhorar a acessibilidade aos seus serviços para municípios situados nas regiões do interior. Isso serve como pano de fundo contextual para a inclusão de José Carlos Cal Garcia como ponto focal de interesse em nossa análise, devido às suas contribuições significativas para o avanço da justiça federal em nosso estado.

Tendo reconhecido a importância de estabelecer a justiça federal no Paraná, particularmente em seus territórios rurais, bem como reconhecendo as principais contribuições feitas por José Carlos Cal Garcia ao longo dessa empreitada, afirmamos a necessidade de investigar os manuscritos de autoria do referido juiz, com o objetivo de aprimorar a narrativa histórica no Estado do Paraná.

Para facilitar essa análise, o estudo apresenta um relato biográfico conciso do indivíduo em questão, examina os manuscritos com o objetivo de delinear parâmetros e trechos específicos e aprofunda o discurso teórico sobre a crítica genética, que sustentará nossos argumentos ao longo da progressão da pesquisa.

Segundo Panichi, a Crítica Genética auxilia os pesquisadores que demonstram interesse no processo de criação, uma vez que a escritura

[...] se constrói em uma pluralidade de caminhos e o texto surge dessa pluralidade onde se organizam os percursos da escritura. [...] Os manuscritos são vestígios da memória do processo textual. Dessa forma, uma informação presente em uma obra pode aparecer em outra, enquadrada de forma diferente ou de forma semelhante. (PANICHI, 2016, p. 70)

Consequentemente, os manuscritos caracterizados por suas rasuras despertam um interesse significativo dos pesquisadores, pois as fissuras nos materiais analíticos são examinadas para facilitar uma compreensão mais profunda do trabalho. A seleção dos estudos conduzidos por Panichi (2003; 2016), Grésillon (2002; 2007; 2009), Salles (2000; 2002; 2007; 2008), ao lado de outros estudiosos da área de crítica genética, será fundamental para elucidar o processo subjacente à formulação das frases de Cal Garcia, pois esses estudos permitem uma compreensão da construção da escrita dentro das intrincadas estruturas de suas anotações pessoais contemplações e contemplações. Além disso, a investigação atual também aprimorará o domínio do Direito, ao revisitar o legado de um contexto histórico notavelmente significativo no estabelecimento da justiça federal no Paraná.

2. *A Crítica Genética*

A busca acadêmica da crítica genética começou inicialmente com textos literários; no entanto, um crescente interesse acadêmico no Brasil em relação à aplicação dessa estrutura analítica em diversos domínios, como Filologia e Edótica, bem como em áreas mais especializadas, como o Direito, tornou-se notavelmente evidente.

Esse arcabouço teórico teve origem na França em 1968, quando Louis Hay e Almuth Grésillon convocaram uma coorte de pesquisadores com o objetivo de organizar sistematicamente os manuscritos do poeta alemão Heinrich Heine, que haviam sido transferidos recentemente para a Biblioteca Nacional da França, conceituando “a literatura como atividade, como movimento”, conforme articulado por Grésillon (2007, p. 19). Durante esse período, os pesquisadores encontraram vários desafios metodológicos em seu envolvimento com os manuscritos acima mencionados (Cf. SALLES, 2008).

Grésillon (1991) designa essas fases como o “Momento ascético germânico”, sucedido pelo “Momento Associativo Expansivo” (1975–1985), durante o qual um diálogo foi iniciado entre esse grupo de pesquisadores e outra coorte interessada nos estudos manuscritos de Proust, Zola, Valéry e Flaubert. Nesse momento, um projeto distinto evoluiu para uma investigação mais ampla, levando ao estabelecimento de um laboratório dedicado exclusivamente ao exame de manuscritos literários (SALLES, 2008).

No Brasil, o engajamento com a Crítica Genética começou em 1985, especificamente no estado de São Paulo, durante o I Colóquio de Crítica Textual, organizado pela Universidade de São Paulo (USP). Consequentemente, coube ao professor Philippe Willemart ser pioneiro na introdução de estudos genéticos no país, conforme delineado no prefácio da edição brasileira de “Elementos da crítica genética: lendo manuscritos modernos”, de autoria de Almuth Grésillon, por meio da qual foi firmado um acordo que facilitou a troca de ideias entre acadêmicos franceses e brasileiros. Assim, a crítica genética transcendeu os limites da USP e proliferou por todo o país, permeando vários locais e referenciando outros autores eminentes.

Apesar de seu início no domínio literário, Salles e Cardoso (2007) postulam que a crítica genética englobava inerentemente o potencial de investigar um reino transdisciplinar que permitiria uma compreensão e um discurso em torno de processos criativos alternativos e expressões artísticas, uma vez que a expansão dos estudos genéticos parecia ser auspiciosa tanto em sua caracterização objetiva quanto em seu foco investigativo.

Se o objetivo das investigações no âmbito da crítica genética era elucidar o processo de formação de uma obra literária específica, e se o ponto focal do exame era a documentação deixada pelos autores em seus manuscritos, segue-se que esse domínio de pesquisa deve, de forma imperativa, transcender os limites da literatura e estender seus limites. Nesse sentido, Salles e Cardoso (2007) afirmam que é possível descobrir metodologias criativas alternativas em qualquer manifestação artística, textual ou não, baseada nos registros deixados pelo criador.

Um exame de materiais dentro do domínio jurídico é de considerável importância, particularmente os manuscritos de José Carlos Cal Garcia, nos quais se pode discernir o emprego de marcadores textuais que significam rasuras cognitivas, posteriormente complementados por modalizadores que são fundamentais na construção do raciocínio lógico, uma vez que

[...] a realização do texto [...] obedece a uma sequência de etapas nas quais se constroem formas, de início provisórias, que mais tarde vão recebendo modificações, até o momento em que se tornam uma frase, um período, um parágrafo, uma composição completa. (PANICHI; CONTANI, 2003, p. 2)

O esforço analítico aqui apresentado, que revisita as interferências envolvidas na construção do texto, tem importância substancial na atribuição de significado aos despachos emitidos. Dado que esses documentos foram inscritos manualmente, torna-se possível traçar as pegadas intelectuais do autor, tentando assim materializar seus processos cognitivos ao longo desse empreendimento.

Os materiais que constituem a trajetória criativa preservada pelo autor destacam a natureza dinâmica da produção textual, que pode ser denominada como resquício das condições preliminares que dão origem a uma obra literária. Esses resquícios são perceptíveis ao longo do processo de escrita e refletem as decisões tomadas pelo autor durante essa expedição intelectual. Como articula Salles (2000, p. 81), “são suas formas de apreender o mundo que insistem nele e em suas relações sobre o que o atrai e que, de alguma forma, ele traz para sua obra sob a criação”.

A necessidade de examinar esses manuscritos para compreender e recuperar contextos históricos é ainda mais justificada, particularmente considerando a importância de Cal Garcia para a busca da justiça no Paraná. Esse esforço emprega mecanismos que se unem para recuperar o passado, que, conforme observado por Nava (*Apud* PANICHI; CONTANI, 2003), engloba tanto a memória involuntária – onde o passado surge inesperadamente – quanto a memória provocada, que envolve a reconstrução dos detalhes vivenciados em uma época passada. Em última análise, nosso objetivo é evocar a memória e reconstruir a trajetória de escrita do Juiz Federal, elucidando assim como a crítica genética opera como uma estrutura transdisciplinar e eficaz em diversos domínios do conhecimento.

A Crítica Genética se dedica ao exame teórico e crítico do processo de criação do texto, abrangendo a gênese da obra em si. Essa abordagem é caracterizada pela aspiração de compreender o processo de criação artística, com base nos registros que o artista gera ao longo de sua jornada. Como afirma Salles (2000), as ações do criador invariavelmente exercem um profundo fascínio sobre os destinatários das obras artísticas e até mesmo sobre os próprios criadores.

Ao embarcar nessa jornada acadêmica, o pesquisador é motivado por uma profunda curiosidade em compreender e interpretar o processo contínuo de criação. O crítico genético aspira a perceber a criação artística em sua totalidade; por meio do trabalho que está em processo de construção, eles buscam descobrir seu contexto histórico. Salles (2008) afirma ainda que o ponto focal do estudo é a trajetória empreendida pelo autor com a intenção de realizar (ou quase realizar) a obra em sua totalidade.

Apoiando essa noção, Salles (2000) também afirma que o manuscrito representa a realização de um processo que está em um estado de contínua metamorfose, e é para esse material que o crítico genético direciona sua atenção, utilizando-o como elemento fundamental para o avanço de seus estudos.

Ao contemplar esse processo, enfatizamos os insights de Bernardet (2016), que postula que as produções não são mais percebidas como diretri-

zes estáticas que poderiam facilitar uma compreensão e análise mais matizadas da obra. Em vez disso, o que importa é o movimento dinâmico do processo, bem como as relações que surgem entre os documentos.

Willemart (2009) concorda ao dizer que o foco da Crítica Genética não se limita, necessariamente, ao estudo dos manuscritos ou de outros esboços, mesmo que esses sejam o embrião da trajetória, pois os estudos genéticos também se tornam possíveis com textos sem manuscritos e com a produção eletrônica, visto que estuda os processos de criação com o objetivo de seguir os caminhos do criador.

O crítico genético mantém interesse, conforme Salles (2016), na discussão das obras vistas como objetos móveis e inacabados, o que se torna bastante diferente dos estudos acerca de fenômenos comunicativos em suas variadas manifestações e que consideram produtos terminados e/ou acabados. Panichi (2016) argumenta que na Crítica Genética, o texto começa a ser estudado como um objeto estético, havendo um deslocamento dos estudos literários de uma percepção estática do texto, rumo uma visão dinâmica do processo.

Dessa forma, o geneticista, ao ter contato com os manuscritos de um determinado autor, terá como função, de acordo com Grésillon (2002), tornar disponíveis, acessíveis e legíveis os documentos que antes de tudo não passam de peças de arquivos, mas que ao mesmo tempo contribuíram para a elaboração de um texto e são os testemunhos materiais de uma dinâmica criadora.

3. *A Estilística*

Quando alguém se envolve com a noção de “estilo”, é imperativo diferenciar entre sua aplicação em um contexto mais amplo e sua relevância específica para a linguagem. De forma mais geral, “estilo” denota os atributos distintivos de uma entidade, abrangendo aspectos como modos de vestuário, padrões comportamentais, modos de expressão ou até mesmo a forma física adotada por um objeto específico. Em cada uma dessas interpretações, existe uma sugestão inerente às atitudes ou emoções dos indivíduos engajados no esforço criativo.

No campo da Linguística, o estilo é caracterizado como um modo distinto de expressão que delinea a escrita ou a comunicação oral de um indivíduo. O campo da Estilística é encarregado de examinar essas seleções linguísticas, facilitando a compreensão de como um texto ou discurso é construído, as motivações subjacentes, os objetivos pretendidos e os efeitos resultantes alcançados (Cf. ZYNGIER; CARNEIRO; NOVODVORSKI, 2023).

Assim, a estilística surge como um componente crucial para elucidar os mecanismos de comunicação e os papéis que padrões linguísticos específicos assumem na evocação de respostas emocionais, estéticas e cognitivas.

A compreensão contemporânea da Estilística é uma disciplina acadêmica relativamente incipiente, tendo surgido no século XX, com uma concentração no desvio e na seleção linguística, ao lado das inúmeras variações linguísticas que surgem de acordo com a situação contextual ou a disposição emocional do falante, além da expressividade e seu consequente impacto no público (Cf. MARTINS, 2012).

Como disciplina acadêmica, a Estilística elucida as utilizações da linguagem que vão além das meras funções denotativas, examinando as aplicações potenciais nos estratos fônico, léxico, morfológico e sintático, que são inerentemente interconectados e não totalmente autônomos uns dos outros (Cf. PANICHI; ROMERO, 2023).

É evidente que, desse ponto de vista, um dispositivo estilístico é considerado um instrumento de expressão; ou seja, um mecanismo empregado para amplificar uma ideia com precisão, aprimorar um conceito com maior riqueza semântica ou identificar um método de comunicação mais adequado, adaptado para cumprir uma intenção específica (Cf. UCHÔA, 2013).

4. *Biografia de Cal Garcia*

José Carlos Cal Garcia nasceu em 9 de abril de 1928, em Salvador. Ele se formou em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia em 1950. Posteriormente, especializou-se em Direito Público e Direito do Trabalho na Universidade Nacional de Tucumán, na Argentina.

Na mesma década, ele se casou e, a convite de um colega, Almir Passo, mudou-se para o estado do Paraná, estabelecendo sua residência na cidade de Maringá. Aproximadamente em 1967 ou 1968, coincidindo com o início da Faculdade de Direito de Maringá, Cal Garcia surgiu como um de seus professores inaugurais, transmitindo conhecimentos no campo do Direito Constitucional.

Também atuou como segundo presidente da Subseção da Ordem dos Advogados de Maringá e foi reitor inaugural da Universidade Estadual de Maringá – UEM, ocupando esse cargo de 1969 a 1974. Dentro desta instituição, o bloco D-34 é nomeado em sua homenagem, onde o programa jurídico é conduzido.

Cal Garcia manteve a advocacia por trinta e três anos e, em 1983, foi aprovado em um concurso público para o cargo de juiz federal, sendo o úni-

co candidato aprovado pelo Paraná. Consequentemente, ele assumiu o cargo em 5 de setembro de 1984, aos 55 anos.

Em 30 de março de 1989, Cal Garcia foi nomeado Juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, designação que não era chamada de “Juiz Federal” na época. Ocupou os cargos de Vice-Presidente e Corregedor-Geral de Justiça do TRF da 4ª Região de 25 de abril de 1990 a 21 de junho de 1991, além de ter atuado como 2º Presidente do TRF da 4ª Região durante o biênio de 1991/1993, período em que a cidade de Maringá foi dotada de sua Corte Federal inaugural, instituída pela Lei nº 8.424/1992. Ele concluiu sua carreira com a aposentadoria em 8 de outubro de 1993 e, em 25 de agosto de 1998, José Carlos Cal Garcia faleceu, deixando um legado significativo para a advocacia no estado do Paraná.

5. *Encaminhamentos metodológicos*

A Crítica Genética é a ciência dos manuscritos, dessa forma, constitui-se na seguinte perspectiva teórico-metodológica:

Seu objeto: os manuscritos literários, tidos como portadores do traço de uma dinâmica, a do texto em criação. Seu método: o desnudamento do corpo e do processo da escrita, acompanhado da construção de uma série de hipóteses sobre as operações escriturais. Sua intenção: a literatura como um fazer, como atividade, como movimento. (GRÉSILLON, 2007, p. 19)

Salles (2008) afirma que a grande pergunta que permeia a Crítica Genética é como o texto é criado, buscando respostas nas análises dos processos criativos na intenção de compreender o próprio movimento de criação, assim como os procedimentos de produção e, dessa maneira, assimilar o processo que antecedeu o desenvolvimento da obra. A autora complementa, tendo como base a seguinte argumentação:

Ao investigar a obra em seu vir-a-ser, o crítico genético se detém, muitas vezes, na contemplação do provisório. Ele reintegra os documentos preservados e conservados – um objeto, aparentemente, parado no tempo – no fluxo da vida. Ele tem, na verdade, a função de devolver à vida a documentação, na medida em que essa sai dos arquivos ou das gavetas e retorna à vida ativa como processo: um pensamento em evolução, ideias crescendo em formas que vão se aperfeiçoando, um artista em ação, uma criação em processo. (SALLES, 2008, p. 29)

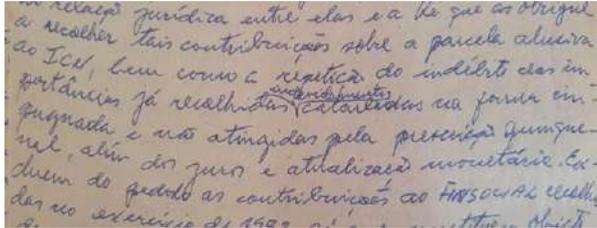
Consideramos que a metodologia dessa pesquisa sustenta o que Morin (2000, p. 23) detalha como “arte de transformar detalhes aparentemente insignificantes em indícios que permitam reconstituir toda uma história”.

Salles (2008) assevera que o que certifica essa especificidade ao método, o que o distingue de outros estudos que também têm manuscritos como

objeto é o seu propósito, ou seja, o fato de tomá-los como índices do processo de criação, sendo um suporte para a produção artística ou os registros da memória da criação e, dessa maneira, dar tratamento metodológico que viabilize maior conhecimento sobre o percurso do autor.

6. Alguns recortes

Figura 1: Recorte A – sentença.



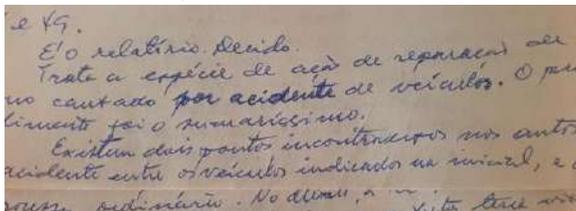
Fonte: Seção de Memória Institucional da Seção Judiciária do Paraná

No recorte A, observamos que, originalmente, havia sido escrito: (...) bem como a repetição do indébito das importâncias já recolhidas calculadas na forma impugnada e não atingidas pela prescrição (...).

Em sua revisão, Cal Garcia resolve inserir o termo “indevidamente”, passando a frase à seguinte leitura (...) bem como a repetição do indébito das importâncias já recolhidas indevidamente calculadas na forma impugnada e não atingidas pela prescrição (...).

Percebemos que a inserção do advérbio modaliza o sentido da frase e o quanto isso se torna relevante, principalmente no contexto jurídico, porque se observa que não era uma cobrança qualquer, era uma cobrança feita de forma indevida e que poderia mudar o rumo do processo. Além disso, a opção por “indevidamente” imprime força ao período, tendo em vista a sua constituição sonora advinda de sua formação polissilábica.

Figura 2: Recorte B – sentença.

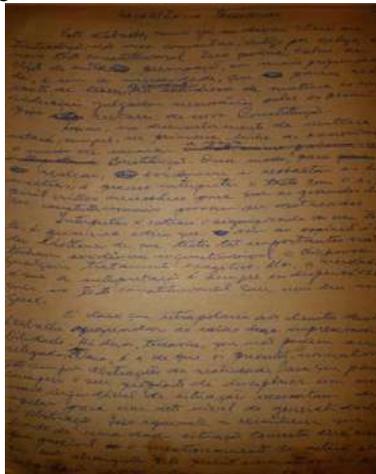


Fonte: Seção de Memória Institucional da Seção Judiciária do Paraná.

No recorte B, lemos: “Trata-se da espécie de ação de reparação de dano causado **por acidente** de veículos”, onde observamos que a expressão “por acidente” está em destaque. Percebemos que o escritor repassa a caneta sobre as palavras na intenção de evidenciá-las.

Devemos salientar que o fato de julgar um caso implica diversos detalhes. Em caso de homicídio, por exemplo, há diferença na pena se constatar-se a intenção ou não de cometê-lo (culposo ou doloso). Diante disso, Cal Garcia quis destacar a expressão, pois isso implicava no resultado da sentença que ora julgava.

Figura 3: manuscrito do livro de Cal Garcia.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Manuscrito: Assim, no desenvolvimento da matéria estará, sempre, na primeira linha de raciocínio o modo de encarar ^{“nova”} ~~o texto, se assim podemos interpretar,~~ constituição. Desse modo, para (ilegível), realçar, ~~pa~~ evidenciar e ressaltar as linhas mestras é preciso interpretar o texto com espírito crítico necessário para que as grandes bases constitucionais possam ser destacadas.

Publicação: No desenvolvimento da matéria estará, sempre, na primeira linha de raciocínio o modo de encarar a constituição. Dessa forma, para realçar¹, evidenciar² e ressaltar³ as linhas mestras é preciso interpretar o texto com espírito crítico necessário para que as grandes bases constitucionais possam ser destacadas.

Observamos a estratégia do autor ao abordar a Constituição, até então uma novidade àquelas pessoas. Em um primeiro momento, o autor opta por “o texto, se assim podemos interpretar”, passando por “nova” e publica-se

“constituição.

Na mesma página, foi suprimida uma importante observação feita pelo Cal Garcia no que diz respeito à interpretação que se deve ter da lei. Podemos presumir a supressão dada à subjetividade de seu texto, que destoa de todo restante do livro que segue caráter técnico e objetivo.

Interpretar é extrair o significado de um texto. A primeira ideia que vem ao espírito é a da lástima de que textos tão importantes não tenham evidência inquestionável a dispensar qualquer tratamento exegético. Delas, a verdade é que a interpretação é sempre indispensável quer no texto constitucional que nas leis em geral. É claro que extrapolaria aos limites deste trabalho aprofundar as raízes dessa imprescindibilidade. Há duas, todavia, que não podem ser relegadas. [...] A interpretação, por outro lado, faz o caminho inverso percorrido pelo legislador. Do abstrato percurso chegar a preceituações mais discretas, o que só é factível procurando extrair o exato significado da norma.

Além disso, podemos destacar um estilo do autor: esclarecer sua fala usando o paralelismo com três estruturas como observado em:

No desenvolvimento da matéria estará, sempre, na primeira linha de raciocínio o modo de encarar a constituição. Dessa forma, para realçar¹, evidenciar² e ressaltar³ as linhas mestras é preciso interpretar o texto com espírito crítico necessário para que as grandes bases constitucionais possam ser destacadas.

Ela reflete, não só pela metodologia usada como também pela realidade brasileira, as aspirações¹, os anseios² e as apreensões³ da Nação.

[...] de esclarecimento¹, de justificativa² e de afirmação³ de princípios.

[...] e pontos obscuros, dando-lhes sentido preciso¹, completo² e adequado³.

Pode parecer, à primeira vista, pouco recomendável num texto constitucional, que se quer duradouro, tais referências. Acredita-se, todavia, que não. A referência direta a tais princípios e diretrizes reflete, sem dúvida, uma multiplicidade de preceitos de boa convivência internacional¹, universais² e imprecívios³, que sobreviverão a qualquer situação anômala.

Entre o Estado e o Poder, colocam-se a liberdade política¹, a liberdade religiosa², a liberdade de imprensa³ com o objetivo de sensibilizar a opinião pública e, através desta, o Congresso Nacional.

O texto consagrou três espécies de direitos: individuais¹, sociais² e políticos³ que, para serem verdadeiramente garantidos, foram concebidos como solidários.

7. *Considerações finais*

A Crítica Genética desempenha um papel importante ao reintroduzir nos campos de estudo uma dimensão histórica que o formalismo estruturalista havia consistentemente negligenciado (Cf. GRÉSILLON, 2007). Tendo em vista isso, nessa pesquisa foi possível percorrer alguns caminhos trilhados pelo Juiz Federal José Carlos Cal Garcia para a elaboração de algumas de suas sentenças judiciais, visto que a Crítica Genética permite revisitar o percurso de criação dos textos.

Através da Crítica Genética e Estilística, duas abordagens que incorporam diversas possibilidades de investigação e, em nossa pesquisa, viabilizada pelos manuscritos de Cal Garcia, pudemos analisar as decisões tomadas pelo escritor em seus documentos de processo que serviram como base para a elaboração das sentenças judiciais.

Também foi possível reviver a memória da justiça federal no estado do Paraná, que tanto preza pelas lembranças, a ponto de destinar uma seção para guardar memórias importantes que contribuíram para o crescimento da ciência jurídica no estado, como o caso dos manuscritos de José Carlos Cal Garcia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARDET, Jean-Claude. Prefácio. In: SALLES. C.A. *Redes de criação*. Vinhedo-SP: Horizonte, 2016. p. 11-12
- CANEZIN, Claudete Carvalho; PANICHI, Edina Regina Pugas. *O discurso jurídico nos processos da Vara Maria da Penha: uma abordagem estilístico-discursiva*. Londrina: EDUEL, 2019.
- FRANCISCO, Eva Cristina. Crítica de processo e ensino-aprendizagem de língua portuguesa. *Revista (Entre Parênteses)*, v. 10, p.1-16, Alfenas-MG. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entreparenteses/article/download/1560/1198/>. Acesso em: 01 out. 2024.
- GRÉSILLON, Almuth. Devagar: obras. In: ZULAR, R. *Criação em processo: ensaios de crítica genética*. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- _____. *Elementos de crítica genética: ler os manuscritos modernos*. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2007.
- _____. Crítica genética, prototexto, edição. In: GRANDO, Â.; CIRILLO, J. (Orgs). *Arqueologias da criação: estudos sobre o processo de criação*. Belo Horizonte: Arte, 2009. p. 41-51

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística*. 4. ed. São Paulo: USP, 2012.

MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Padrão, 1976.

MORIN, Edgar. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

OLIVEIRA, Esther Gomes de; CORDEIRO, Isabel Cristina. Estilística, gramática e argumentação: Pontos de contato. In: STORTO, L.J.; BARBOSA, J.S. dos S.; DUARTE, T.J. *Estudos em estilística e crítica genética: homenagem à Edina Regina Pugas Panichi*. Campinas: Pontes, 2021.

PANICHI, Edina Regina Pugas; CONTANI, Miguel Luiz. *Pedro Nava e a construção do texto*. Londrina: Eduel; São Paulo: Ateliê, 2003.

_____. *Processos de construção de formas na criação: o projeto poético de Pedro Nava*. Londrina: Eduel, 2016.

_____; ROMERO, Susanah Yoshimi Watanabe. Estilística lexical e processos de transformação em Guimarães Rosa: a anedota fósforo. *Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. 2021. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xxiv_CNLF/completos/estilistica_EDINA.pdf. Acesso em: 01 out. 2024.

SALLES, Cecilia Almeida. *Crítica genética: uma nova introdução*. 2. ed. São Paulo: Educ, 2000.

_____. Crítica genética e semiótica: uma interface possível. In: ZULAR, R. (Org.). *Criação em processo: ensaios de Crítica Genética*. São Paulo: Iluminuras, 2002. p. 117-202

SALLES, Cecilia Almeida; CARDOSO, Daniel Ribeiro. *Crítica genética em expansão*. *Cienc. Cult.*, v. 59, n. 1, São Paulo, jan./mar. 2007. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000100019 Acesso em 01 out. 2024.

_____. *Crítica genética: fundamentos dos estudos genéticos sobre o processo de criação artística*. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2008.

SANTOS, Roberto Lima. *Os manuscritos de sentenças do juiz federal Cal Garcia à luz da crítica genética*. Disponível em: <https://memoria.jfpr.jus.br/wp-content/uploads/2022/07/Os-manuscritos-de-sentencas-do-Juiz-Federal-Cal-Garcia-a-luz-da-critica-genetica.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. Estudos estilísticos no Brasil. *Matraga*, v. 20, n. 32, Rio de Janeiro, jan/jun. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/matraga/article/view/19836>. Acesso em: 25 out. 2023.

WILLEMART, Philippe. *Os processos de criação na escritura, na arte e na psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Zyngier, Sonia, Carneiro, Raphael Marco Oliveira; Novodvorski, Ariel. Reflecting on stylistics and the teaching of literature: an interview with sonia zyngier. *SciELO Preprints*, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/01031813v62220238667192>. Acesso em: 26 out. 2023.

DIÁLOGOS INTERTEXTUAIS COM O CORDEL

Maria Isaura Rodrigues Pinto (FFP-UERJ)
m.isaura27@gmail.com

Aline Souza dos Santos (FFP-UERJ)
infalineuerj@gmail.com

RESUMO

Este trabalho, inscrito no âmbito do projeto de extensão *Leitura na CORDELTECA* da FFP, propõe-se a apresentar uma reflexão sobre a literatura de cordel, pautada na noção de intertextualidade. Para tanto, são examinados filmes, samba-enredo, poema e música, que mantêm com o cordel diálogos intertextuais. São eles: os filmes “Auto da Compadecida” e “A Luneta do tempo”, dirigidos, respectivamente, por Guel Arraes (2000) e por Alceu Valença (2014); o samba-enredo da Imperatriz Leopoldinense, escola vencedora no carnaval de 2023; o poema “Vou-me embora pra Pasárgada”, de Manuel Bandeira (2013), e a música “Pavão misterioso”, composta por Ednardo Soares (1974). No que diz respeito à fundamentação teórica, utilizam-se os pressupostos de Ingedore G. Villaça Koch, Ana Cristina Bentes e Mônica Magalhães Cavalcante (2008), relativos ao conceito de intertextualidade, bem como conhecimentos específicos sobre a literatura de cordel, veiculados em renomadas obras que tratam do assunto. O estudo busca evidenciar como se realiza a interconexão textual, no processo de releitura dos folhetos de cordel, no que tange a questões sociais, a aspectos regionais e de identidade nacional e a características do gênero.

Palavras-chave:

Intertextualidade. Gênero textual. Literatura de cordel.

RESUMEN

Este trabajo, incluido en el ámbito del proyecto de extensión *Lectura en CORDELTECA* del FFP, tiene como objetivo presentar una reflexión sobre la literatura cordeliana, a partir de la noción de intertextualidad. Para ello se examinan películas, samba-enredo, poemas y música, que mantienen diálogos intertextuales con el cordel. Se trata de: las películas “Auto da Compadecida” y “A Luneta do tempo”, dirigidas, respectivamente, por Guel Arraes (2000) y Alceu Valença (2014); el samba-enredo de Imperatriz Leopoldinense, escuela ganadora en el carnaval 2023; el poema “Vou-me embora pra Pasárgada”, de Manuel Bandeira (2013), y la canción “Pavão misterioso”, compuesta por Ednardo Soares (1974). En cuanto a la fundamentación teórica, se utilizan los supuestos de Ingedore G. Villaça Koch, Ana Cristina Bentes y Mônica Magalhães Cavalcante (2008), en relación con el concepto de intertextualidad, así como conocimientos específicos sobre la literatura cordel, transmitidos en obras reconocidas que abordan el tema, en el proceso de lectura. los folletos de cordel, en lo que respecta a cuestiones sociales, aspectos identitarios regionales y nacionales y características de género.

Palabras clave:

Intertextualidad. Género textual. Literatura de Cordel.

1. *Introdução*

O intuito desta pesquisa é examinar, comparativamente – filmes, samba-enredo, poema e música – produções que mantêm com o cordel diálogos intertextuais. Busca-se reconhecer proximidades e distanciamentos instaurados no diálogo entre as obras. Para isso, observamos aspectos sociais, identitários e temáticos, tendo em vista o processo de releitura efetuado. Durante o estudo, procuramos apontar, de forma sucinta, aquilo que é adaptado e mantido, além de indicar o arranjo intertextual que consolida a transformação de um texto em outro, bem como perceber as formas que orientam tais alterações e manutenções.

A abordagem de pesquisa escolhida, neste caso, é qualitativa, pois a metodologia empregada para estudar o tema envolve a análise de dados derivados do referencial teórico designado. Para esse exercício de investigação, na primeira parte, apresentamos alguns conceitos de intertextualidade, a fim de esclarecer o significado de termos que designam formas de diálogo. Na segunda parte, examinamos o diálogo de diversas expressões artísticas com o cordel, desde o cinema até a música. Para finalizar, temos as Considerações Finais.

2. *Intertextualidade*

O conceito de dialogismo bakhtiniano aborda a estreita relação entre um enunciado, de qualquer natureza, com o que fora dito anteriormente. Essa relação dialógica é concebida pela assimilação e reorganizada de acordo com o contexto, o destinatário e as intenções do falante. Seguindo os passos de Mikhail Bakhtin (1997), Julia Kristeva (1969), na década de 1960, propõe a extensão do conceito de dialogismo à intertextualidade, termo que se refere à complexa rede de relações entre os textos. A autora reconhece que todo texto é um complexo de influências, referências e citações de outros textos. Seus estudos ressaltam que a criação textual é um ato interativo, sendo cada texto construído em diálogo com textos anteriores. É a partir da seguinte colocação que a autora introduz a definição inicial de intertextualidade: “(...) cada texto é construído como um mosaico das citações, todo texto é absorção e transformação de outro texto” (KRISTEVA, 2005, p. 68).

Atuando dentro dessa perspectiva, a Linguística Textual incorpora o postulado de que todo discurso é fundamentalmente dialógico, pois representa uma manifestação atualizada de discursos já existentes. Diante do exposto, um folheto de cordel, que serve como fonte de inspiração, seja para filmes, seja para músicas, entre outros gêneros textuais, ao ser recriado, revisitado, participa de um diálogo entre textos.

Ingedore G. Villaça Koch, Ana Cristina Bentes e Mônica Magalhães Cavalcante (2008) apontam dois tipos de intertextualidade: a *stricto sensu* segundo a qual “(...) em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva (...) dos interlocutores (...)” (p. 17) e a *lato sensu*, que se refere aos diálogos construídos entre textos de gêneros discursivos distintos. (p. 85). A abordagem mais ampla da intertextualidade permite uma compreensão mais holística e dinâmica das relações entre os textos e ressalta a complexidade e a riqueza da comunicação textual.

Segundo as autoras, a intertextualidade *stricto sensu* possui diversas classificações. São elas: (1) “intertextualidade temática”, que pode ser identificada em textos científicos, jornalísticos ou em textos literários. Além de estar presente na relação entre um livro e sua adaptação para televisão ou cinema; (2) “intertextualidade estilística”, em que se estabelece uma conexão entre textos por meio da paródia ou da repetição de variações linguísticas.

Nesse contexto, os elementos estilísticos de um texto são reproduzidos, imitados ou reinterpretados em um novo contexto textual, com o intuito de criar humor ou até mesmo efeitos críticos; (3) “intertextualidade explícita”, como o nome sugere, realiza-se quando a fonte do intertexto é diretamente mencionada, isto é, existe uma referência explícita a um texto anterior dentro do novo texto, quer por meio de citações literais, paráfrases, quer por outras formas de indicação direta da origem do intertexto; (4) “intertextualidade implícita” ocorre quando a fonte do intertexto não é explicitamente mencionada no texto principal.

Devido a isso, o diálogo entre os textos não possui uma referência direta à origem do intertexto. Os elementos intertextuais apresentam-se por meio de alusões, referências veladas, temas recorrentes ou estilos linguísticos similares, tendo, como pré-requisito, a necessidade de inferências feitas pelo leitor, a fim de identificar as conexões entre os textos. (Cf. KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008, p. 18-30). As releituras das histórias de folheto de cordel são muitas e se inserem em diferentes tipos de intertextualidade, pois existem diversas formas de adaptação e de reinterpretação, seja para filme, seja para samba-enredo e para outras produções artísticas.

Neste trabalho, não pretendemos nos aprofundar em questões relativas à classificação do tipo de intertextualidade, o que se impõe, sobremaneira, à nossa consideração no momento, é o reconhecimento de como ocorrem alguns dos expedientes instauradores do diálogo entre as obras.

3. *Diálogos entre o cordel e diferentes produções artísticas*

“Auto da Compadecida” (1955), peça teatral de Ariano Suassuna, foi escrita tendo como inspiração o cordel. Posteriormente, no ano de 2001, a peça foi transformada no filme “O Auto da Compadecida”, segundo Arraes (2000), dirigido por Guel Arraes. Em sua elaboração, a obra de Suassuna reúne três folhetos, dois pertencentes ao cordelista Leandro Gomes de Barros, “O cavalo que defecava dinheiro” (1976) e “O dinheiro” ou “O testamento do cachorro” (1909) e um de autoria de Silvino Pirauá de Lima, “O castigo da soberba” (1953), como veremos mais detidamente adiante.

O cordel foi trazido pelos colonizadores para o Brasil e, no século XIX, adquiriu força no Nordeste, expandindo-se, depois, para inúmeras regiões brasileiras. Essa forma de produção literária, advinda da Europa, ganhou, em solo brasileiro, novas temáticas sociais e aspectos regionais ao longo do tempo. Hoje o cordel do Brasil é tido como uma expressão artística tipicamente nordestina.

A literatura de cordel brasileira surgiu de maneira tardia, porque antes da vinda da Corte Portuguesa, em 1808, era proibida a existência de prelos aqui no Brasil. A poesia popular oral ou manuscrita, que já existia desde os tempos de Agostinho Nunes da Costa, seus filhos Nicandro e Hugolino do Sabugi, Inácio da Catingueira e Romano da Mãe D’água, só viria a se servir dos tipos móveis quando o poeta Leandro Gomes de Barros mudou-se da Vila do Teixeira, na Paraíba, para Vitória de Santo Antão (PE), e passou a editar os primeiros folhetos nas tipografias de Recife (Cf. VIANA, 2006, p. 10).

O cordel é um poema narrativo, cuja estrutura composicional envolve o uso de rimas, versos e estrofes. Dentre suas principais características está o caráter satírico, regional e social. Para confeccionar as capas dos folhetos, são feitas incisões em madeiras, a fim de construir uma espécie de carimbo, isso recebe o nome de técnica de xilogravura. Em face dessa estrutura, percebe-se que a adaptação do cordel para o audiovisual vai além da mudança de gênero textual e inclui também a não subordinação ao “texto-fonte”, como pontua Robert Stam (2006) ao referir-se à impossibilidade de fidelidade literal ao texto relido. Dessa forma, analisar uma adaptação não é apenas compará-la ao seu “original”, mas também entender como ela responde ao texto relido e dialoga com o contexto em que foi produzida. É a partir do postulado de Bakhtin, somado à contribuição de Kristeva, que se abandona a ideia de um texto original e exclusivo.

Inicialmente, com o intuito de ilustrar, de forma abreviada, como pode se dar a interação entre as duas obras (a “original” e a adaptada), focalizaremos

mos alguns aspectos do processo de adaptação que dizem respeito tanto ao auto de Suassuna, quanto à versão fílmica de Arraes.

Na esfera dos folhetos humorísticos, Ariano Suassuna deparou-se com o personagem emblemático que moldaria sua dramaturgia, João Grilo, o qual, durante o seu processo de aculturação, adquiriu traços semelhantes aos de outro personagem astuto de herança ibérica, Pedro Malazarte. Esse mesmo João Grilo foi ressignificado na peça do poeta paraibano.

Por sua vez, o folheto “O cavalo que defecava dinheiro” (1976), de Leandro Gomes de Barros, reaproveitado por Suassuna, é um poema narrativo que mostra como um homem astuto, no estilo de João Grilo, consegue ludibriar um duque invejoso, ao convencê-lo de que um cavalo é capaz de realizar o feito descrito no título. Tanto na peça, quanto na sua versão para o cinema, o cavalo foi substituído por um gato. Esse folheto apresenta questões como a ambição e as consequências inesperadas da busca pela facilidade de enriquecimento. Ao longo da narrativa, os personagens são confrontados com situações que testam seus valores e levam a pensar sobre o verdadeiro significado da riqueza e da felicidade.

O outro cordel de Leandro Gomes de Barros revisitado por Suassuna é “O dinheiro” ou “O testamento do cachorro” (1909). O poema narra, em versos rimados, uma história cômica sobre um cachorro que deixa um testamento inusitado antes de morrer, repartindo seus bens com os que conviviam com ele. O texto mistura elementos da cultura popular com críticas sociais. Na peça e, conseqüentemente, no filme, percebe-se, nitidamente, a influência desse cordel na cena em que o padre e o bispo recebem a incumbência de realizar o enterro do cachorro em latim, a fim de serem beneficiados com uma suposta herança.

Como foi dito, também serviu de inspiração a Suassuna o folheto “O castigo da soberba” (1953), de Silvino de Pirauá de Lima (alguns dizem ser de autoria desconhecida). Trata-se de uma narrativa poética enriquecida pela forte presença de referências medievais que permeiam a obra de Gil Vicente, outra fonte de Suassuna. Os personagens alegóricos enfatizam a influência da moralidade na vida das pessoas e na religião. Dentre os personagens arquetípicos extraídos do folheto supracitado, temos: Nossa Senhora desempenhando o papel de advogada, Jesus atuando como juiz e o Diabo, como acusador. Durante o tribunal celestial, João Grilo e seus companheiros são submetidos ao juízo divino. O Diabo tenta incriminá-los, mas é confrontado pela intervenção da Compadecida, que os protege e intercede a favor deles. Jesus, então, livra as suas almas do inferno. Como se pode ver, diversos intertextos provenientes da literatura de cordel permeiam tanto o auto quanto a sua versão fílmica.

O filme “A luneta do tempo”, lançado em 2014, é um longa-metragem concebido e dirigido por Alceu Valença. Seu roteiro mescla elementos de romance e cangaço, incorporando músicos violeiros e artistas circenses. Utilizando uma narrativa inspirada na tradição do cordel e na improvisação poética, o filme põe em destaque a figura emblemática do cangaceiro brasileiro, Virgulino Lampião, o que confere à obra uma aura épica. Entretanto, na urdidura de sua trama não se destaca, especificamente, nenhum folheto de cordel como fonte de inspiração (diferentemente, do que ocorre em *Auto da Compadecida*) e sim, elementos temáticos e recursos composicionais inerentes a esse gênero textual e a sua formatação. Nesse sentido, alguns expedientes são utilizados, a saber: os diálogos são versificados, os personagens têm o cordel como profissão, episódios da vida de Lampião e Maria Bonita servem de argumento para a obra. Nesse cordel cinematográfico, utiliza-se uma variedade de formas poéticas ao longo do roteiro, incluindo as clássicas quadras e oitavas, que são tradição da cantoria.

No contexto da poesia de cordel, destaca-se o uso frequente da composição de estrofes de dez versos decassilábicos, com tônicas nas sílabas 3, 6 e 10 e esquema de rimas ABBAACCDDC, além da presença essencial da sextilha. Ao longo do filme, observa-se a incorporação dos recursos poéticos do cordel e da cantoria, juntamente com o uso de instrumentos da cultura nordestina, os quais compõem o rico universo musical do diretor. Conclui-se que a intertextualidade com o cordel funcionou, mais uma vez, como fator de inspiração à sétima arte.

Leandro Vieira, carnavalesco da Imperatriz Leopoldinense, escola de samba campeã do Carnaval de 2023, utilizou dois folhetos de cordel como ponto referência temática para escrever o samba-enredo vencedor. São eles: “A chegada de Lampião no Inferno” e “O grande debate de Lampião e São Pedro”, ambos de autoria do cordelista José Pacheco. As duas narrativas se completam, visto que o cangaceiro não é bem recepcionado pelo diabo no inferno e nem pelo santo no céu. Com isso, sem juízo de valor, Vieira reescreve o destino de Lampião e o revela na Marquês de Sapucaí com o tema “O aperreio do cabra que o excomungado tratou com má-querença e o Santíssimo não deu guarida”, além de propagar o estilo do cordel por meio das fantasias, música, dança e literatura. Com o intuito de ilustrar a interação entre as produções referidas, será fornecido, a seguir, um quadro comparativo contendo fragmentos das obras.

Fragmento do cordel A <i>Chegada de Lampião no Inferno</i> , de José Pacheco Não senhor, Satanás disse Vá dizer que vá embora	Fragmento do cordel O <i>Grande Debate que Teve Lampião com São Pedro</i> , de José Pacheco Você não entra, atrevido!	Fragmento do samba-enredo Nos confins do submundo onde não existe inverno Bandoleiro sem estrada pediu abrigo eterno
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Só me chega gente ruim	(São Pedro lhe disse assim)	Atiçou o cão catraz, fez furdunço
Eu ando muito caipora	Ingresso a quem é ruim	E Satanás expulsou ele do inferno
Eu já estou com vontade	Nesta porta é proibido	O jagunço implorou um lugar no
De botar mais da metade	Não sabes que és bandido	céu
Dos quem tem aqui pra fora	Roubador da vida humana	Toda santaria se fez de bedel
	Alma ferina e tirana	Nem rogando a Padim Ciço ele teve
	Coração cruel e perverso	salvação
	Como queres o ingresso	
	Nesta mansão soberana?	

O folheto *Viagem a São Saruê* (1956), de Manoel Camilo dos Santos, apresenta, em seus versos, a história de um lugar perfeito e idealizado. Segundo a história, é um lugar, onde é possível viver desfrutando de simpatia, de amor e prazer. Além de ser o espaço ideal para se recitar poesia, como afirma o eu lírico.

O folheto possui dez páginas e é constituído por trinta e uma sextilhas e duas décimas, estrofes em décimas e com versos decassílabos. São 212 versos com esquema de rima BABABA. Nessa linha temática, Manuel Bandeira escreve um poema sobre o desejo de ir embora para Pasárgada, um espécie de paraíso perdido, onde não há problemas. Trata-se de um lugar perfeito para escapar do peso da realidade. Abaixo, está, por meio de fragmentos, a comparação entre as obras, a fim de indicar o diálogo intertextual.

Fragmento do cordel *Viagem a São Saruê*, de Manoel Camilo dos Santos

Lá não se vê mulher feia
e toda moça é formosa
bem educada e decente
bem trajada e amistosa
é qual um jardim de fadas
repleto de cravo e rosa.

[...]

É um lugar magnífico
onde eu passei muitos dias
bem satisfeito e gozando
prazer, saúde, alegrias
todo esse tempo ocupei-me
em recitar poesias.

Lá existe tudo quanto é beleza
tudo quanto é bom, belo bonito
parece um lugar santo e bendito
ou um jardim da divina Natureza:
imita muito bem pela grandeza
a terra da antiga promessa
para onde Moisés e Aarão
conduziam o povo de Israel,
onde dizem que corriam leite e mel

Fragmento do poema “Vou-me embora pra Pasárgada”, de Manuel Bandeira

Vou-me embora pra Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei
Vou-me embora pra Pasárgada

Vou-me embora pra Pasárgada
Aqui eu não sou feliz
Lá a existência é uma aventura
De tal modo inconsequente
Que Joana a Louca de Espanha
Rainha e falsa demente
Vem a ser contraparente
Da nora que nunca tive

E como farei ginástica
Andarei de bicicleta
Montarei em burro brabo
Subirei no pau-de-sebo
Tomarei banhos de mar!
E quando estiver cansado
Deito na beira do rio
Mando chamar a mãe - d'água

e caía manjar do céu no chão.

Pra me contar as histórias
Que no tempo de eu menino
Rosa vinha me conta

Tanto o folheto “Viagem a São Saruê” (1956) quanto o poema “Vou-me Embora pra Pasárgada” (2013) descrevem um paraíso, onde é possível encontrar felicidade e realização. Ambas as obras aludem a uma fuga da realidade cotidiana em direção a um local imaginário e utópico. No primeiro, o protagonista viaja em busca de São Saruê, um lugar mítico, onde a vida é melhor e mais prazerosa. Já no poema “Vou-me Embora pra Pasárgada”, o eu lírico expressa a sua vontade de fugir para Pasárgada, uma terra idealizada onde ele espera encontrar liberdade, diversão e realizar seus desejos. Os dois poemas refletem a aspiração humana por um refúgio, um lugar ideal, onde possa viver plenamente e sem restrições.

A música “Pavão Misterioso” (1974), de Ednardo Soares e o folheto “O romance do Pavão Misterioso” (2011), produção de José Camelo de Melo Rezende estão interligados por meio da história folclórica do personagem lendário, o pavão misterioso. Na produção musical, prevalecem a exaltação à beleza do pássaro e o tom misterioso que circunda esse símbolo arquetípico de animal alado. O pavão misterioso é enaltecido, na canção, como sendo um representante fascinante da liberdade. Essa metáfora se configura em forma da denúncia contra a ditadura militar no Brasil. Por outro lado, no folheto, a ave desempenha um papel central nas ações do protagonista.

Ela o auxilia no resgate da princesa e o ajuda a conquistá-la como esposa. Determinado, o jovem decide sequestrar a donzela a qualquer custo, visto que está presa na torre do palácio. A trama é permeada por momentos de heroísmo, culminando no emocionante escape dos amantes. Conclui-se que as duas obras contribuem para a preservação e difusão da folclórica figura do pavão misterioso, símbolo, na cultura nordestina, de ousadia e liberdade. Nesse caso, a intertextualidade temática contribui para manter viva a lenda e os elementos culturais relacionados ao pavão misterioso, que é uma figura icônica dentro do imaginário popular da região nordeste. De modo geral, os diálogos intertextuais com o cordel auxiliam na promoção da sua valorização e continuidade.

4. Considerações finais

A reinterpretação, a partir do processo de intertextualidade, serve como meio de promoção do conhecimento da literatura de cordel. Este gênero é uma potente fonte de inspiração, pois aborda fatos do cotidiano, aspectos regionais e da identidade nacional e características sociais, muitas vezes, comuns aos seus leitores.

A partir das reflexões realizadas, foi possível identificar semelhanças e diferenças entre os folhetos e suas adaptações audiovisuais e poéticas. Observou-se que, no contexto intertextual estabelecido pela adaptação, as reinterpretações foram inseridas em moldes e valores regionais e, no processo de transposição de um gênero para outro, o conteúdo temático geral do texto(s) primeiro(s) (com exceção do filme “A luneta do tempo”) permaneceu (permaneceram) no texto novo, ainda que de forma atualizada.

Em suma, a análise da intertextualidade revela-se importante para a compreensão das relações entre textos literários, culturais e sociais. Com o ato de identificação das influências entre diferentes gêneros e obras, é possível aumentar o conhecimento de mundo e enriquecer a compreensão sobre arquétipos e significados que formam nossa cultura. Ademais, a intertextualidade permite que reflexões sobre autoria, originalidade e interpretação sejam realizadas, desafiando-nos a investigar os fundamentos da criação artística. Diante disso, ao examinarmos os caminhos que circundam o processo de referência e citações que conectam os textos, ampliamos o nosso senso crítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRAES, Guel. *O Auto da Compadecida*. São Paulo: Globo Filmes, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BANDEIRA, Manuel. *Vou-me Embora pra Pasárgada*. Libertinagem. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.
- BARROS, Leandro Gomes de. *O Dinheiro ou o Testamento do Cachorro*. Folheto de cordel. Recife: [s.n.], 1909.
- _____. *O Cavalo que Defecava Dinheiro*. Folheto de cordel. Fortaleza: [s.n.], 1976.
- EDNARDO, Soares. *Pavão Misterioso*. No álbum “Pessoal do Ceará”, Estúdio A da RCA, São Paulo, 1974.
- KOCH, Ingedore G. Villaça; BENTES, Ana Cristina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2008.
- KRISTEVA, Julia. Introdução à semanálise. Trad. de Lúcia Helena França Ferraz. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LIMA, Silvino Pirauá de. *O Castigo da Soberba*. Folheto de cordel. [s.n.], 1953.

PACHECO, José. *A hegada de Lampião no Inferno*. Folheto de Cordel. [s.n.], 1954.

PACHECO, José. *O grande debate de Lampião e São Pedro*. Folheto de Cordel. Mossoró-RN, Coleção de Cordel, 2005.

RESENDE, J. C. M. *O romance do Pavão Misterioso*. Fortaleza: ABC-Academia Brasileira de Cordel; Tupinanquim, 2011.

SANTOS, Manoel Camilo dos. *Viagem a São Saruê*. Campina Grande: [s.n.], 1956.

STAM, Robert. *Teoria e Prática da Adaptação: da fidelidade à intertextualidade*. Ilha do Desterro, n. 51, p. 19-53, Florianópolis, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://periodico.ufsc.br/index.php/desterro/article/viewFile/2175.../9004>.

SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*. 34. Ed. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

VIANA, Arievaldo Lima. *Acorda Cordel na sala de aula*. Fortaleza: Tupynanquim Editora Queima Bucha, 2006.

Outra fonte:

A Luneta do Tempo. Direção: Alceu Valença. Produção de Yanê Montenegro, Jaime A. Schwartz. Brasil: Distribuição própria, 2014. Disponível em: [<https://www.youtube.com/watch?v=bReHiHx0aFA>]

EDIÇÃO E ESTUDO FILOLÓGICO DA “CARTA A RODRIGO ROCHA, COMUNICANDO QUE NÃO PODERÁ PARTICIPAR DE EVENTO EM HOMENAGEM AO BARÃO DO RIO BRANCO POR QUESTÕES PESSOAIS”

Michelli dos Santos Maciel (USP)

michellimaciel@usp.br

Karina de Jesus Araujo (USP)

kjaraujo@usp.br

Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (USP)

msantiago@usp.br

RESUMO

Com o objetivo de elaborar a edição da “Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais”, este estudo filológico pretende fornecer notas sucintas de caráter histórico, paleográfico, codicológico e diplomático. A análise será realizada a partir do fac-símile digitalizado, disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A correspondência, assinada por Silvestre Rodrigues da Silva Travassos, foi escrita em 6 de fevereiro de 1904, na Bahia. Busca-se também ilustrar as ocorrências presentes no manuscrito, além de fornecer um breve histórico sobre os indivíduos envolvidos na comunicação: Rodrigo Rocha, Silvestre Rodrigues da Silva Travassos e a figura homenageada, o Barão do Rio Branco.

Palavras-chave:

Filologia. Crítica Textual. Barão do Rio Branco.

ABSTRACT

With the aim of preparing the edition of the “Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais”, this philological study intends to provide concise notes of a historical, paleographic, codicological, and diplomatic nature. The analysis will be carried out based on the digitized facsimile, available in the digital collection of the National Library of Rio de Janeiro. The correspondence, signed by Silvestre Rodrigues da Silva Travassos, was written on February 6, 1904, in Bahia. It also aims to illustrate the occurrences found in the manuscript, in addition to providing a brief historical overview of the individuals involved in the communication: Rodrigo Rocha, Silvestre Rodrigues da Silva Travassos, and the honored figure, the Baron of Rio Branco.

Keywords:

Philology. Textual Criticism. Baron of Rio Branco.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é realizar um estudo filológico da “Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em home-

nagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais”⁵, com sucintas notas históricas sobre os envolvidos na comunicação, além de breves comentários paleográficos, codicológicos e diplomáticos sobre o documento. Para alcançar esse propósito, o estudo será dividido nas seguintes seções: 2. Considerações iniciais; 3. Figuras envolvidas na comunicação; 4. Edições; 5. Breve análise paleográfica, codicológica e diplomática. Além dessas, o trabalho contará com Introdução, Considerações finais e Referências.

Na segunda seção, optou-se por contextualizar o manuscrito e a coleção a que ele pertence, além da homenagem mencionada na carta. Na terceira seção, serão apresentadas as figuras envolvidas na comunicação: Rodrigo Rocha, Silvestre Rodrigues da Silva Travassos e o Barão do Rio Branco. A quarta seção trará a edição fac-similar do manuscrito e a edição semidiplomática. A quinta seção exibirá breves comentários paleográficos, codicológicos e diplomáticos sobre o documento, juntamente com o estudo das ocorrências identificadas a partir da análise das edições.

2. *Considerações iniciais*

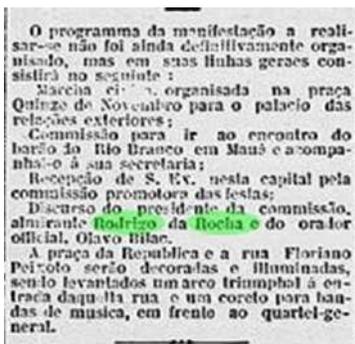
A carta integra a Coleção Ernesto Senna, que reúne mais de 1.400 documentos. O manuscrito encontra-se fisicamente disponível no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na série *Correspondência de terceiros*, e também em formato digital no site da Instituição. Ernesto Senna, carioca, jornalista, escritor e biógrafo, nasceu em 22 de setembro de 1858 e faleceu em 19 de outubro de 1913. Desde jovem, engajou-se em seus objetivos para alcançar seu maior sonho: tornar-se jornalista. Atuou ativamente na política, envolveu-se em causas literárias e em questões humanitárias. Além de militar e jornalista, era também colecionador. De acordo com Juvêncio e Araújo (2022, p. 484), Ernesto Senna reuniu uma vasta e diversificada coleção de documentos de personalidades de sua convivência ou de épocas anteriores. Entre esses materiais, destacam-se escritos, autógrafos, cartas, assinaturas, desenhos e partituras, compondo um acervo de grande diversidade.

Muitos políticos, figuras influentes e membros da sociedade civil foram convidados a participar da homenagem ao Barão do Rio Branco, realizada em 20 de fevereiro de 1904. O evento foi inclusive noticiado em jornais da época. Numa dessas publicações, na edição de 3 de fevereiro de 1904, do

⁵ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

jornal *Gazeta de Notícias*⁶, é possível constatar que o Contra-almirante Rodrigo José da Rocha era membro de uma das comissões responsáveis pela celebração.

Figura 1: Recorte do jornal *Gazeta de Notícias*, de 3 de fevereiro de 1904.



Fonte: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1904.

Outra figura conhecida que integrou uma comissão diferente foi o Coronel Ernesto Senna, responsável por colecionar, posteriormente, a carta de Rodrigo Rocha.

3. Figuras envolvidas na comunicação

Pelo menos três figuras estão presentes na carta pertencente ao acervo de Ernesto Senna, são eles: Rodrigo Rocha, Silvestre Rodrigues da Silva Travassos e Barão de Rio Branco.

Rodrigo José da Rocha nasceu em 5 de abril de 1846, em São Gabriel, no estado do Rio Grande do Sul. Segundo a *Revista Marítima Brasileira*⁷ (1906), ele “(...) desempenhou varias e importantes commissões, as quaes serviram sempre de testemunha da sua competencia, recommendando-o á estima e consideração dos seus collegas⁸ (...)”. Recebeu diversas medalhas por sua participação na Guerra do Paraguai e construiu uma carreira militar na Marinha, onde atuou até falecer tragicamente na explosão do navio *Aqui-*

⁶ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1904. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&pesq=%22Rodrigo%20Rocha%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=7093. Acesso em: 29 out. 2024.

⁷ *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, janeiro de 1906. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=008567&pagfis=14162>. Acesso em: 9 jul. 2024.

⁸ A grafia original foi mantida.

dabã, ocorrida na noite de 21 de janeiro de 1906, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro.

O General Silvestre Rodrigues da Silva Travassos nasceu em 7 de dezembro de 1848, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. Ele ingressou no Exército aos 19 anos e seguiu carreira militar. No entanto, em 14 de novembro de 1904, liderou uma revolta contra a vacinação obrigatória contra a varíola (BRASIL, 1904), tomando o controle da Escola Militar de Praia Vermelha e destituindo o comandante da instituição, conforme a seguir:

O general de brigada [...] Silvestre da Silva Rodrigues Travassos, depôs o comandante da Escola Militar da Praia Vermelha, general Alípio de Macedo da Fontoura Costallat, e assumiu o comando dos cerca de 300 alunos, que, em sua quase totalidade, aderiram à revolta. (CASTRO; GAGLIARDI, 2009, p. 48)

Durante o episódio, Travassos foi gravemente ferido, o que resultou em sua morte em 22 de novembro do mesmo ano, poucos dias após o levante na Escola Militar de Praia Vermelha. José Maria da Silva Paranhos Júnior, nascido em 20 de abril de 1845, no Rio de Janeiro, ficou conhecido como o Barão do Rio Branco. Diplomata, historiador e político brasileiro, destacou-se por seu papel crucial na consolidação das fronteiras do Brasil no final do século XIX e início do século XX. Em 20 de fevereiro de 1904, ao encerrar o discurso proferido no Palácio do Itamaraty, declarou:

Sinto-me feliz por haver colaborado nesta obra de paz e de confraternidade e não posso considerar como dirigidas a mim pessoalmente as demonstrações de apreço e de aprovação de que me tornais alvo. Recebo-as, entretanto, com a mais profunda gratidão, por mim, pelos meus colegas na negociação finda, mas compreendendo perfeitamente que o principal mérito no resultado cabe e deve pertencer aos presidentes das duas Repúblicas, sem cuja vontade firme e corajosa não teríamos podido conseguir. (RIO BRANCO, 2012, p. 120)

Como diplomata, ele é mais conhecido por sua atuação na resolução pacífica de conflitos de fronteira do Brasil com países vizinhos, sendo lembrado até os dias atuais. Sua habilidade em negociar e resolver disputas sem o uso da força deixou um legado duradouro, inspirando gerações futuras de diplomatas. Nomeado Ministro das Relações Exteriores em 1902, cargo que ocupou até sua morte, em 10 de fevereiro de 1912, ele modernizou o serviço diplomático brasileiro e fortaleceu as relações internacionais do país.

4. *Edições*

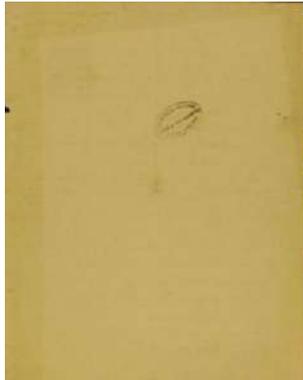
O manuscrito estudado possui sete páginas. A edição fac-similar será apresentada e, na sequência, virá a edição semidiplomática do respectivo fólio. A edição paleográfica ou semidiplomática pressupõe um “grau médio de mediação” (CAMBRAIA, 2005, p. 95), ou seja, o editor faz uma inter-

venção moderada (Cf. CAMBRAIA, 2005). Já na edição fac-similar, supõe-se “grau zero de mediação” (CAMBRAIA, 2005, p. 91), pois o manuscrito é reproduzido mecanicamente. Dessa forma, a edição em fac-símile apresenta uma reprodução fotográfica do manuscrito, fiel ao suporte textual, sem alterações.

A edição semidiplomática, por sua vez, adota uma abordagem de transcrição altamente conservadora, utilizando técnicas de composição tipográfica moderna para apresentar o texto exatamente como encontrado no suporte original (Cf. CASTRO, 1995).

As normas para a elaboração da edição semidiplomática foram seguidas, o que implica uma transcrição conservadora, incluindo o desdobramento das abreviaturas e a manutenção da forma original do texto conforme aparece no manuscrito. A primeira página do manuscrito apresenta apenas o carimbo molhado da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com os dizeres: “Bibliotheca Nacional Rio de Janeiro”. No centro, parece estar escrito “SECÇÃO DE MANUSCRITOS”, embora algumas letras estejam apagadas, como mostrado a seguir:

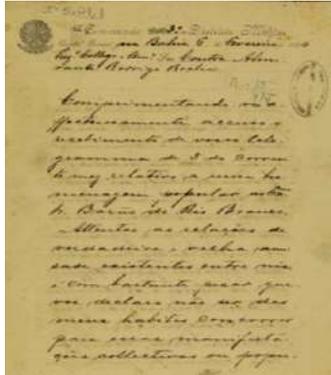
Figura 2: Fac-símile Reto⁹ inicial da Carta a Rodrigo Rocha.



Fonte: Travassos (1904).

⁹ Não foi possível constatar se é uma folha avulsa que funciona como capa para o manuscrito ou a escrita da carta ocorre no verso do fôlio, dessa forma, optou-se por não numerar essa página.

Figura 3: Fac-símile Reto 1 da Carta a Rodrigo Rocha.



Fonte: Travassos (1904).

4 Commando do 3º Districto Militar¹⁰

Quartel General na Bahia 6 de Fevereiro de 1.904

Prezado Collega e Amigo **Senhor.**¹¹ Contra-Almirante Rodrigo Rocha.¹²

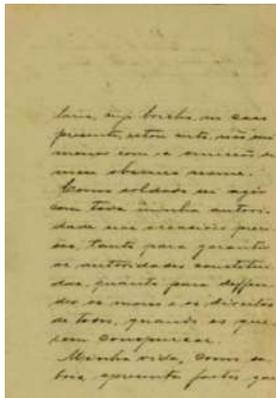
- 5 Comprimentando-vos affectuosamente, accuso o recebimento de vosso telegramma de 3 do corrente mez relativo a uma homenagem popular ao *Exellentissimo*
- 10 *Senhor* Barão do Rio Branco. Attentas as relações de verdadeira e velha amizade existentes entre nós,
- 15 é com bastante pesar que vos declaro não ser dos meus habitos concorrer para essas manifestações collectivas ou popu-

¹⁰ O papel timbrado apresenta o brasão da República do Brasil na margem superior esquerda, algumas inscrições fazem parte da folha timbrada e já estão impressas. Há ainda uma anotação tardia, escrita a lápis: “I-5,21,I”.

¹¹ A abreviatura encontra-se na parte timbrada.

¹² Após o endereçamento da carta, há uma inscrição: R. nº 13/9/4, os números são escritos à caneta e há um carimbo molhado com as letras. Ao lado direito, há outro carimbo molhado em formato elíptico, com os dizeres: “Bibliotheca Nacional Rio de Janeiro” e no centro, “SECCÃO DE MANUSCRIPTOS”, com algumas letras apagadas.

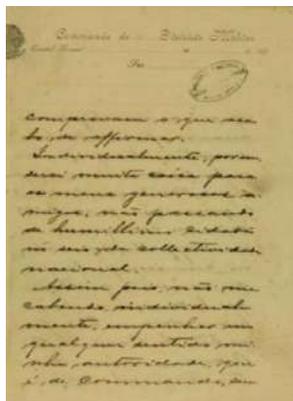
Figura 4: Fac-símile Verso 1 da Carta a Rodrigo Rocha.



Fonte: Travassos (1904).

20 lares, cujo brilho, no caso
presente, estou certo, não será
menor com a omissão de
meu obscuro nome.
25 Como soldado sei agir
com toda minha autori-
dade nas occasiões preci-
sas, tanto para garantir
as autoridades constitui-
das, quanto para deffen-
30 der os meus e os direitos
de todos, quando os que-
rem conspurcar.
Minha vida, como sa-
beis, apresenta faltas que

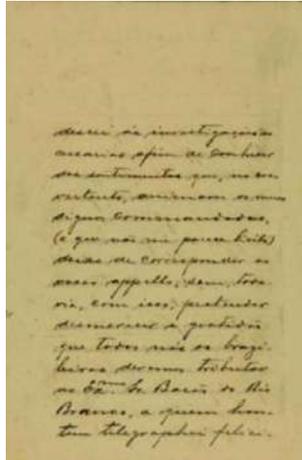
Figura 5: Fac-símile Reto 2 da Carta a Rodrigo Rocha.



Fonte: Travassos (1904).

- 35 **Commando do Districto Militar**¹³
Quartel General de de 1.90....
Snr.¹⁴
 comprovam o que aca-
 bo de affirmar.
- 40 Individualmente, porem,
 serei muita coisa para
 os meus generosos a-
 migos, não passando
 de humillimo cidadão
- 45 no seio da collectividade
 nacional.
 Assim pois, não me
 cabendo, individual-
 mente, empenhar em
- 50 qualquer sentido mi-
 nha autoridade, que
 é de commando, sem

Figura 6: Fac-símile Verso 2 da Carta a Rodrigo Rocha.



Fonte: Travassos (1904).

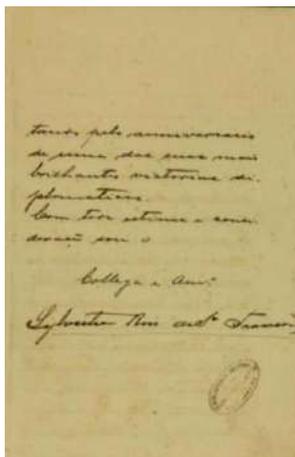
- 55 descer ás investigações ne-
 cessarias afim de conhecer
 dos sentimentos que, no caso
 vertente, animam os meus
 dignos commadados,
 (o que não me parece licito)
 deixo de corresponder ao

¹³ O papel timbrando apresenta o brasão da República do Brasil na margem superior esquerda, nenhuma parte da folha timbrada está preenchida.

¹⁴ Carimbo molhado em formato elíptico após timbre, com os dizeres: “Bibliotheca Nacional Rio de Janeiro” e no centro, “SECÇÃO DE MANUSCRIPTOS”, com algumas letras apagadas.

- 60 vosso appello, sem, toda-
via, com isso, pretender
desmerecer a gratidão
que todos nós os brazi-
leiros devemos tributar
- 65 Ao *Excellentissimo* Senhor Barão do Rio
Branco, a que hon-
tem telegraphiei felici-

Figura 7: Fac-símile Reto 3 da Carta a Rodrigo Rocha.



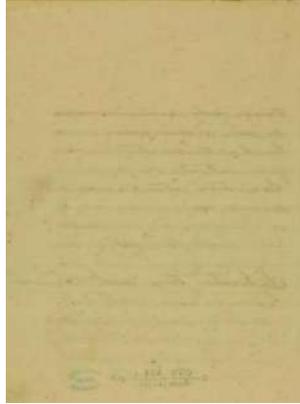
Fonte: Travassos (1904).

- tando pelo aniversario
de uma das suas mais
70 brilhantes victorias di-
plomaticas.
Com toda estima e consi-
deração sou o
Collega e Amigo
- 75 Sylvestre Rodrigues da Silva Travassos¹⁵

O verso da página 3 apresenta o carimbo molhado em formato elíptico com a inscrição “BIBLIOTECA NACIONAL” nas bordas e “BRASIL” no centro do carimbo. Ao lado direito do carimbo, aparece a lápis o seguinte texto: “Reg. 1.352.080/10/02/2012 c”. Tanto o carimbo quanto a marcação estão centralizados na margem inferior.

¹⁵ Carimbo molhado em formato elíptico, na margem inferior direita, abaixo da assinatura da carta, com os dizeres: “Bibliotheca Nacional Rio de Janeiro” e no centro, “SECÇÃO DE MANUSCRIPTOS”, com algumas letras apagadas.

Figura 8: Fac-símile Verso 3 da Carta a Rodrigo Rocha.



Fonte: Travassos (1904).

5. Breve análise paleográfica, codicológica e diplomática

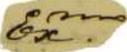
Este estudo baseia-se no fac-símile digital, assim alguns pontos foram selecionados para a exposição neste trabalho. Para os comentários paleográficos, adotam-se alguns aspectos propostos por Cambraia (2005), tais como:

- a) classificação da escrita, localização e datação; b) descrição sucinta de características da escrita; c) descrição sucinta do sistema de sinais abreviativos empregados na referida escrita; d) descrição de outros elementos não alfabéticos existentes e de seu valor geral: números, diacríticos, sinais de pontuação, separação vocabular intralinear e translinear, paragrafação, etc.; e) descrição de pontos de dificuldade na leitura e as soluções adotadas. (CAMBRAIA, 2005, p. 24)

O manuscrito foi escrito em 6 de fevereiro de 1904, na Bahia, segundo Berwanger; Leal (2008, p. 68), grande parte da documentação brasileira está inscrita como humanística. A letra é cursiva, com inclinação para a direita. Sobre a Escrita Humanística Cursiva, Andrade (2010, p. 82) orienta que “apresenta traçado oblíquo à linha, as letras se inclinam à direita, o que se nota, sobretudo, pelas hastes superiores, e são enlaçadas entre si, com separações claras entre palavras”. A pessoa que assina o documento é a mesma que o escreve. O traçado da letra é firme, o *ductus* da escrita se mantém ao longo do documento, o escrevente demonstra habilidade na escrita, embora a letra cursiva demonstre rapidez na execução, o documento estudado apresenta uma ligadura evidente apenas na assinatura, demonstrando que no restante do documento o escrevente teve tempo para concluir a tarefa. A escrita parece bem uniforme, contudo, é possível perceber que algumas letras possuem um peso maior do que as outras.

O quadro a seguir ilustra todas as abreviaturas presentes no manuscrito:

Quadro 1: Abreviaturas constantes no *corpus*.

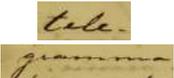
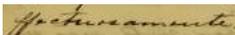
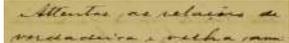
Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Localização
	Prez.º	Prezado	f. 1r, l.3
 	Am.º	Amigo	f. 1r, l.3 f. 3r, l.74
¹⁶ 	Snr.	Senhor	f. 1r, l.3
 	Ex. ^{mo}	Excellentissimo	f. 1r, l.8 f. 2v, l.65
 	Sr.	Senhor	f. 1r, l.9 f. 2v, l.65
	Roris	Rodrigues	f. 3r, l.75'
	Sª	Silva	f. 3r, l.75'

Fonte: Elaboração própria.

O quadro 2 traz alguns elementos encontrados no *corpus*, mas não lista todas as ocorrências, ou seja, devido a brevidade dos comentários paleográficos e a extensão do manuscrito, optou-se por indicar apenas alguns elementos encontrados. No documento analisado há números, diacríticos, sinais de pontuação, separação de sílaba e paragrafação (Cf. CAMBRAIA, 2005).

¹⁶ A abreviatura já estava impressa no papel timbrado.

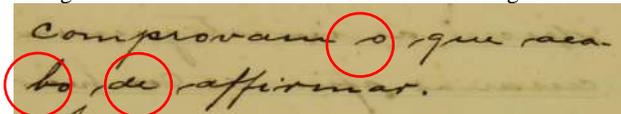
Quadro 2: Recorte dos elementos não alfabéticos existentes no *corpus*.

Elemento	Valor geral	Localização
	Número	f. 1r, l.2
	Diacrítico (Acento grave)	f. 1r, l.14
	Separação de sílaba	f. 1r, l.8 e 9
	Pontuação (Vírgula)	f. 1r, l.6
	Paragrafação	f. 1r, l.12 e 13

Fonte: Elaboração própria.

Foram encontradas inúmeras consoantes duplas durante a análise paleográfica, porém, como o documento possui cinco fólios com mancha escrita, compor um quadro com todas as ocorrências ultrapassaria a extensão deste artigo. Outra observação relevante está na grafia da palavra “mez” com “z” no final, diferentemente da usada atualmente. Verificou-se também que a palavra amizade está grafada com a letra “s”. De cunho paleográfico, o escrevente acrescenta um sinal gráfico nas letras iniciais mais arredondadas perceptível antes do “a”, “d” e “q”, podendo ser facilmente confundido com uma vírgula, pois há um leve espaço entre a letra e o sinal, porém, parece fazer parte do modo de escrita do autor.

Figura 9: Recorte do Fac-símile da Carta a Rodrigo Rocha.



Fonte: Travassos (1904).

Para a elaboração da breve análise codicológica, utilizou-se o *Guia Básico de Descrição Codicológica* proposto por Cambraia (2005, p.28), com algumas alterações, justamente pela utilização do fac-símile digitalizado para o estudo. Anteriormente mencionado, a carta faz parte da série *Correspondência de terceiros* pertencente à Coleção Ernesto Senna e foi assinada por Silvestre Rodrigues da Silva Travassos, em 06 de fevereiro de 1904, na Bahia. Endereçada a Rodrigo Rocha, a comunicação tenta justificar a ausência do emitente no evento em homenagem ao Barão do Rio Branco.

Como a versão fac-similar digitalizada foi utilizada, não seria possível informar a dimensão do fólio, mancha escrita ou margens, contudo, é possível observar que o texto foi escrito em papel. A contagem das linhas foi

iniciada a partir da primeira linha do papel timbrado, do início ao fim do manuscrito, contaram-se 75 linhas, incluindo a assinatura do escrevente. O documento apresenta sete páginas no total, porém apenas cinco páginas com mancha escrita, a primeira página apresenta apenas o carimbo da instituição de arquivo e parece ser mais uma capa para a correspondência do que fazer parte do conteúdo, já a última página conta também com a numeração “Reg. 1.352.080/10/02/2012 c” escrita a lápis, além do carimbo. A carta foi escrita em papel timbrado e apresenta o brasão da República do Brasil em dois fólhos, alguns dizeres já estão previamente impressas na folha timbrada.

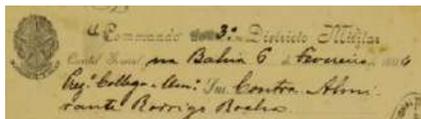
Há ainda uma anotação tardia, escrita a lápis: “I-5,21,l” no reto 1. O documento apresenta em vários fólhos o carimbo molhado em formato elíptico com os dizeres: “Bibliotheca Nacional Rio de Janeiro” e no centro, “SECÇÃO DE MANUSCRITOS”, contudo, algumas letras estão apagadas. A inscrição “R. nº 13/9/4” aparece no primeiro fólho (reto 1), apenas os números são escritos à caneta, as letras são em formato de carimbo molhado.

O texto apresenta ainda uma pauta perceptível, segue alinhado e com tabulação de parágrafo. A sombra da escrita pode ser vista, mas não atrapalha a leitura. Apenas dois fólhos apresentam o cabeçalho impresso no timbrado, o reto 3 não apresenta a parte impressa. O manuscrito está em ótimo estado de conservação, com raras manchas no corpo do texto, possui algumas manchas nas extremidades da folha, que não impedem a leitura do texto. Não há indicação da ação de papirógrafos ou pragas. O fólho também não apresenta rasgos ou perfurações, nem oxidação de tinta e nem borrões, nem letras sobrescritas ou rasuras.

Apesar de a carta ser considerada por Bellotto (2002; 2008) como um documento não diplomático, possui certa padronização e geralmente contém os seguintes elementos: protocolo inicial, texto e protocolo final. O protocolo inicial apresenta datas (“tópica” ou “cronológica”), endereçamento e direção; já o texto, inclui o objetivo da carta em formato de parágrafo; e o protocolo final compreende o desfecho da carta, composto pelo “fecho de cortesia”, assinatura e nome de emitente (Cf. BELLOTTO, 2002, p. 51-2). O manuscrito, em análise, apresenta basicamente todos os elementos para ser considerado uma carta.

Tem-se como protocolo inicial o recorte do fac-símile a seguir:

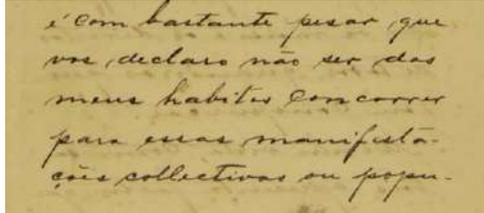
Figura 10: Recorte do Fac-símile da Carta a Rodrigo Rocha.



Fonte: Travassos (1904).

Na sequência, apresenta-se o texto com os motivos pelos os quais o emitente não poderá participar do evento, o fac-símile está exposto integralmente na seção Edições. Contudo, abaixo será apresentado o momento de recusa ao convite para participar da homenagem ao Barão do Rio Branco:

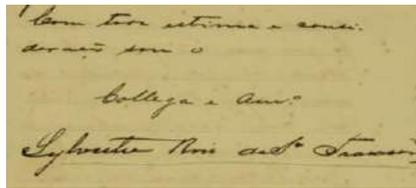
Figura 11: Recorte do Fac-símile da Carta a Rodrigo Rocha.



Fonte: Travassos (1904).

O protocolo final consta no último trecho da carta, conforme o recorte do fac-símile abaixo:

Figura 18: Recorte do Fac-símile da Carta a Rodrigo Rocha.



Fonte: Travassos (1904).

6. Considerações finais

A proposta inicial era realizar um estudo filológico sobre a “Carta a Rodrigo Rocha, comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais”. Por meio deste artigo, foi possível não apenas obter conhecimento sobre o manuscrito, mas também sobre as figuras envolvidas na comunicação e sobre o evento propriamente dito.

Ocorreu um resgate da homenagem ao Barão do Rio Branco, realizada em 20 de fevereiro de 1904. Descobriu-se, inclusive, que o Contra-almirante Rodrigo José da Rocha e o próprio Ernesto Senna eram membros de comissões diferentes responsáveis pela mesma comemoração. Em contrapartida, o General Silvestre Rodrigues da Silva Travassos liderou uma revolta contra a vacinação obrigatória contra a varíola (Cf. BRASIL, 1904), fato que resultou em sua morte, após ter sido ferido durante o levante. O Barão do Rio Branco,

por sua vez, é conhecido por sua atuação na diplomacia do país, ao optar pela resolução pacífica de conflitos de fronteiras com países vizinhos.

A edição semidiplomática do manuscrito apresentada após o fac-símile digitalizado facilita a leitura e o entendimento do texto. Os breves comentários paleográficos enriquecem o estudo, ilustrados por meio de quadros que apresentam todas as abreviaturas presentes no *corpus* e recortes dos elementos não alfabéticos do manuscrito. A breve descrição codicológica considerou a versão digital do fac-símile, constatando que o manuscrito apresenta um total de 75 linhas, incluindo a assinatura do escrevente. Além disso, incluiu uma descrição do estado de conservação do documento, bem como exemplos das intervenções de terceiros. Embora a carta não seja considerada um documento diplomático, sua estrutura contém o protocolo inicial, o texto e o protocolo final, conforme observado na análise diplomática.

Contudo, este artigo não esgota todas as possíveis análises e modos de exercer o labor filológico sobre o documento estudado. Mesmo alcançando o objetivo de realizar um estudo filológico sobre o manuscrito, conclui-se que este trabalho proporcionou conhecimento sobre fatos históricos de uma época pretérita, bem como sobre personagens que foram relevantes para a produção e execução da carta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Cecília Jurado de. Paleografia. In: SAMARA, E. de M. (Org). *Paleografia, documentação e metodologia histórica*. São Paulo: Humanitas, 2010. p. 9-146

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

_____. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de Paleografia e de Diplomática*. 3. ed. rev. e ampl. Santa Maria: UFSM, 2008.

BRASIL. Lei nº 1261, de 31 de outubro de 1904. *Torna obrigatórias, em toda a República, a vacinação e a revaccinação contra a variola*. Rio de Janeiro, DF: Diário Oficial da União, 1904. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/542905/publicacao/15777796>. Acesso em: 09 jul. 2024.

BUENO, Francisco da Silveira. *Estudos de filologia portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1967. p. 6-11

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, Celso; GAGLIARDI, Juliana. *A revolta da Escola Militar da Praia Vermelha* (1904). *Militares e Política*, nº 5, jul.dez.2009, p. 47-64. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/article/view/33819>. Acesso em: 09 jul. 2024.

CASTRO, Ivo. Filologia. Biblos. In: *Enciclopédia Verbo das literaturas de língua Portuguesa*. Lisboa: Verbo, 1995.

FACHIN, Pablo Roberto Marchis. *Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2008.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique; ARAÚJO, André Vieira de Freitas. *Marcas de proveniência como vestígios de uma história: A trajetória da coleção de ernesto senna*. PontodeAcesso, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 483-504, 2022. DOI: 10.9771/rpa.v16i3.52321. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/52321>. Acesso em: 23 jun. 2024.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Os manuscritos e impressos antigos: a via filológica. In: GIL, B.D.; CARDOSO, E. de A.; CONDÉ, V.G. (Orgs). *Modelos de análise linguística*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-34

SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica/crítica textual*. São Paulo: Ars Poética: USP, 1977.

TRAVASSOS, Silvestre Rodrigues da Silva. [*Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais*]. Bahia [Salvador-BA]: [s.n.], 06/02/1904. 5p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervodigital/div_manuscritos/mss1352080/mss1352080.pdf. Acesso em: 11 Abril 2024.

Outras fontes:

Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais. Bahia [Salvador, BA]: [s.n.], 06/02/1904. 5p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1352080/mss1352080.pdf. Acesso em: 11 Abril 2024.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1904. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=10373004&pesq=%22Rodrigo%20Rocha%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.gov.&pagfis=7093>. Acesso em: 29 out. 2024.

Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, janeiro de 1906. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=008567&pagfis=14162>. Acesso em: 9 jul. 2024.

Obras do Barão do Rio Branco IX: discursos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

EDIÇÕES FAC-SIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA DO
CAPÍTULO “ABANDONO”, DO ROMANCE “O ALAMBIQUE”

Manoel Oliveira de Jesus (UEFS)¹⁷

mannoel.oliveira@hotmail.com

Patrício Nunes Barreiros (UEFS)¹⁸

patricio@uefs.br

RESUMO

Estamos apresentando a edição filológica do capítulo “Abandono”, do romance “O Alambique”, de autoria do escritor Clóvis Amorim. Esse romance, publicado na década de 1930, tematiza a cultura da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano, na primeira metade do século XX. Este trabalho está correlacionado à pesquisa de doutoramento intitulada *O vocabulário de Clóvis Amorim*, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, vinculada ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais, Filologia e Acervos de Escritores, coordenado pelo Prof. Dr. Patrício Nunes Barreiros. A pesquisa está sendo desenvolvida com vistas a trazer à tona a representação histórica, cultural e sociolinguística do Recôncavo Baiano, constante nas obras de Clóvis Amorim. No plano da edição, o trabalho está lastreado especialmente nos pressupostos teóricos da Crítica Textual (CAMBRAIA, 2005; SPINA, 1994), sob uma perspectiva de abordagem em torno da filologia pragmática, histórica e social, dando ênfase à sociologia do texto e ao papel do editor-leitor-autor – o filólogo, à luz de teóricos como McKenzie (2018) e Barreiros P. (2017). O processo metodológico está pautado nos critérios de edição empregados por Barreiros (2018), dando destaque aos escritores não vistos como canônicos.

Palavras-chave:

Clóvis Amorim. Crítica Textual. Edição filológica.

ABSTRACT

We are presenting the philological edition of the chapter “Abandono”, from the novel “O Alambique”, written by the writer Clóvis Amorim. This novel, published in the 1930s, focuses on sugarcane culture in Bahian Recôncavo, in the first half of the 20th century. This work is correlated to the doctoral research entitled *O vocabulário de Clóvis Amorim*, developed within the scope of the Postgraduate Program in Linguistic Studies, at the State University of Feira de Santana, linked to the Center for Interdisciplinary Studies in Humanities Digital, Philology and Writers' Collections, coordinated by Prof. Dr. Patrício Nunes Barreiros. The research is being developed with a view to bringing to light the historical, cultural and sociolinguistic representation of the Bahian Recôncavo, constant in the works of Clóvis Amorim. In terms of editing, the work is based especially on the theoretical assumptions of Textual Criticism (CAMBRAIA, 2005; SPINA, 1994), from an approach perspective around pragmatic philology, historical and social philology,

¹⁷ Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo fomento (CNPq).

¹⁸ Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo fomento (PQ-2).

emphasizing the sociology of the text and to the role of the editor-reader-author – the philologist, in the light of theorists such as McKenzie (2018) and Barreiros (2017). The methodological process is based on the editing criteria used by Barreiros (2018), highlighting writers not seen as canonical.

Keywords:

Clóvis Amorim. Philological edition. Textual Criticism.

1. Introdução

O presente artigo está pautado na edição parcial do romance “O Alambique”, do escritor Clóvis Amorim, publicado no ano de 1934. O romance tematiza a cultura da cana-de-açúcar e da produção de aguardente no Recôncavo Baiano, na primeira metade do século XX e exibe uma verdadeira representação do cotidiano das fazendas da região de Santo Amaro-BA e da atual cidade de Amélia Rodrigues-BA. A edição foi realizada com vistas a trazer à tona a representação histórica, cultural e sociolinguística do Recôncavo Baiano, existente na referida obra.

O texto está lastreado nos pressupostos teóricos da Crítica Textual, assentado nos critérios empregados pela equipe de pesquisadores que estuda e edita as obras de Eulálio Motta, sob uma perspectiva de abordagem da filologia pragmática, histórica e social, dando ênfase à sociologia do texto e ao papel do filólogo-editor-autor, à luz de McKenzie (2018) e Barreiros P. (2014; 2017). Trata-se de um artigo ligado à Pesquisa de Doutorado intitulada *O vocabulário de Clóvis Amorim*, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – PPGEL, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. A pesquisa comporta-se dentro da área de concentração *Linguagem e Sociedade*, vinculada ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais, Filologia e Acervos de Escritores, da UEFS, coordenado pelo Prof. Dr. Patrício Barreiros.

Para a realização deste trabalho, buscou-se dar visibilidade ao texto editado, explorando o seu contexto de produção e circulação, numa proposta de reposicionar a obra do escritor Clóvis Amorim na cena literária e histórica que, de certa forma, ficou à margem dos estudos literários no Brasil. A proposta metodológica deste artigo pautou-se, mais especificamente, nos métodos da Crítica Textual empregados por Barreiros L. (2012; 2017) e Barreiros P. (2013; 2018). Nessa perspectiva, os textos foram selecionados, depois digitalizados, compilados e, posteriormente, convertidos para o formato PDF.

No contexto da edição filológica, vale destacar que os acervos de escritores figuram como genuínas fontes de memórias, que contribuem significativamente para preservar e difundir a história de um povo. Nesse panorama

ma, as práticas editoriais no contexto dos trabalhos filológicos têm cada vez mais explorado o universo dos acervos de escritores. Desse modo, um dos trabalhos do editor, todos críticos em sua essência, é examinar as relações contextuais entre os textos que compõem tais acervos, a fim de possibilitar, ao leitor, sua compreensão ampla, através do conhecimento acerca dos contextos de circulação, recepção e apropriação desse texto.

Quando se trata de uma prática editorial no âmbito dos acervos de escritores, por exemplo, faz-se imprescindível pensar que esse arquivo documental não apenas remete à imagem, lembrança e memória do escritor, mas também reflete sua(s) identidade(s) e de uma dada comunidade. A edição de textos de escritores, a exemplo dos textos de Clóvis Amorim, requer do filólogo uma ação para além dos limites visuais do texto, fazendo-se necessário um olhar que transcende os sentidos explícitos nas linhas do texto.

2. *Filologia e Crítica Textual*

De acordo com Cambraia (2005, p. 294), “a crítica textual é um campo do conhecimento com nítida afinidade à filologia (ambas têm o texto como objeto de estudo), embora o objetivo daquela (restituir a forma genuína de um texto) seja mais restrito do que o desta (explorar um texto de forma global)”. Ele destaca que Filologia é um termo técnico longevo, que remonta à Grécia antiga e, em virtude do desenvolvimento dos estudos linguísticos, ao longo dos séculos, o termo tornou-se polissêmico.

O termo Filologia sempre esteve vinculado à língua e, nesse aspecto, Cambraia (2005) defende o emprego do referido termo para designar o estudo global de um texto, a exploração exaustiva e conjunta dos mais variados aspectos de um texto, sejam eles linguísticos, literários, crítico-textuais, históricos, sociológicos, dentre outros. Nesse viés, o trabalho filológico desenvolvido em torno das obras do escritor Clóvis Amorim configura-se como de enorme relevância para o aprofundamento do estudo textual aqui pretendido, buscando abarcar principalmente seus aspectos históricos, sociais e culturais. Não existe método específico e único para o exercício da filologia, de modo que cada um dos aspectos a serem explorados no trabalho filológico faz juz à eleição ou escolha da teoria e do método que melhor atenda às suas especificidades. Logo, o crítico textual, o filólogo-editor-autor, no exercício da edição filológica, pode ocupar-se de um mesmo texto de forma ampla e autônoma.

A Filologia é uma ciência histórica que trabalha com documentos que têm como processo a crítica e possibilita o estudo da língua em sua amplitude, no tempo e no espaço, ocupando-se do processo histórico dos textos

em seus processos de produção e transmissão. Desse modo, a Filologia contribuiu significativamente para o estudo aqui proposto, a partir da exploração das obras do escritor Clóvis Amorim, especialmente em suas dimensões social e histórica. Nessa conjuntura, Spina (1994) argumenta que História é a disciplina que mantém maior diálogo com a Filologia. Corroborando, Barreiros P. (2017) acrescenta:

Diversas áreas de conhecimento dialogam com a filologia, mas a história é indispensável ao seu exercício, pois toda escrita está inserida num passado (longínquo ou imediato). O ato da escrita é gerido pela lógica do passado, escreve-se porque existe uma continuidade temporal que justifica a necessidade do texto para comunicar algo numa possível ausência. Como disciplina histórica, cabe à filologia compreender a escrita num determinado tempo e isso, naturalmente, implica em conhecer as práticas de produção, circulação e usos dos textos. (BARREIROS P., 2017, p. 402)

Para Moraes (1789 *apud* CASTRO, 1995, p. 603), o termo “Philologia” era definido como a “Arte, que trata da inteligência e interpretação crítica gramatical, ou Rhetorica, dos autores, das antiguidades, histórias, etc.”. Segundo Castro (1995), no século XVIII a Filologia era tratada como a arte que, conjuntamente, se ocupava dos sentidos, da língua e do estilo dos autores clássicos e também da literatura antiga em geral, através dos seus textos escritos. Ainda segundo o autor, duzentos anos mais tarde a definição ainda continuava, praticamente, a mesma, com enfoque disciplinar historicista, mantendo associados os estudos de uma língua e da literatura nela produzida.

O termo Ecdótica ou Edótica, frequentemente utilizado quando se pensa na hermenêutica e exegese textual, é, por vezes, empregado como sinônimo de Crítica Textual. Conforme Cambraia (2005), quando um crítico textual restitui a forma genuína de um texto e o material produzido nesse processo é organizado de forma coerente e consistente para posterior e oportuna divulgação ao público leitor, os procedimentos técnicos utilizados para realizar essa divulgação, normalmente realizados pelo próprio crítico textual, estão no domínio da Ecdótica, razão pela qual os termos Crítica Textual e Ecdótica entram em sinonímia, por exemplo.

Segundo Spina (1995) a Edótica pode ser periodizada em quatro momentos: uma *Edótica clássica*, que se aplica aos códices de textos clássicos gregos e latinos, até o fim do período helenístico e da latinidade; uma *Edótica medieval*, para os códices pertencentes à Alta e Baixa Idade Média; uma *Edótica moderna*, para o texto impresso, desde os primeiros incunábulo até os textos do século XIX e uma *Edótica contemporânea*, que contempla a realidade dos dias atuais. A edição de texto é competência da Crítica Textual e ocorre através de determinados modelos. No contexto das edições baseadas na forma de estabelecimento do texto, existem duas grandes classes consa-

gradas: as monotestemunhais e as politestemunhais (Cf. CAMBRAIA, 2005). As edições monotestemunhais dividem-se em quatro tipos, a saber: fac-similada, diplomática, semidiplomática e interpretativa.

A edição fac-similada ocorre através de processo fotográfico ou equivalente, sem retoques, com grau zero de mediação por parte do crítico textual. A edição diplomática reproduz em transcrição bastante conservadora, mas em composição tipográfica moderna, o texto tal como ele se encontra em determinado suporte, com baixo grau de mediação, preservando todos os elementos presentes no texto, tais como sinais abreviativos e de pontuação, paragrafação, separação vocabular, dentre outros. A edição semidiplomática ocorre com um grau médio de mediação por parte do crítico textual. Nesse tipo de edição, o texto passa por modificações em seu processo de reprodução, a fim de torná-lo mais compreensível a um público não especializado em decodificar certas características do texto original, tais como os sinais abreviativos.

A edição interpretativa é a que admite o “grau máximo de mediação” (CAMBRAIA, 2005, p. 97), por parte do crítico textual, permitindo que o texto passe por um forte processo de uniformização gráfica, além de intervenções que exprimem o texto do que seria sua forma genuína. Nesse tipo de edição, assim como na semidiplomática, é cabível o desenvolvimento de conjecturas. Desse modo, a edição interpretativa possibilita a apresentação de um texto mais apurado e acessível a um público amplo, visto que os elementos estranhos à presumível forma genuína do texto aparecem claramente assinalados.

Já as edições politestemunhais são divididas em dois tipos: a crítica e a genética. A edição crítica caracteriza-se pelo confronto de mais de um testemunho, geralmente apócrifos, no processo de estabelecimento do texto, com o objetivo de reconstituir a última forma que seu autor lhe havia dado e ocorre através de dois componentes. Um deles oferece a transcrição, conservadora ou normalizada, de um texto, a qual pode combinar lições de dois ou mais suportes e pode ainda incorporar emendas conjecturadas pelo editor – texto crítico. O outro, em separado, apresenta os grupos de variantes dentro dos quais o editor escolheu as formas que fixou no texto - aparato crítico. A edição genética, por sua vez, assim como a edição crítica, ocorre através da comparação de mais de um testemunho, porém, geralmente autógrafos e/ou idiógrafos, com o objetivo de registrar as diferenças entre a forma preliminar que um texto apresenta e a forma final dada pelo seu autor.

Nesse contexto, é notável a extrema importância do filólogo, o crítico textual, o filólogo-editor-autor, para o estabelecimento do texto, e a suma importância do seu papel nesse processo filológico-crítico-editorial. Para

Marquilhas (2010), o trabalho do crítico textual sempre foi, desde o século XIX, o de resgatar a memória do texto original, graças a um paciente trabalho de comparação e reconstrução, chegando a um texto cuja forma alcançava o estado mais próximo de sua origem. Nesse viés, a execução deste trabalho envolve uma série de atividades, por vezes extremamente complexas e que requerem apurado conhecimento da língua, de sua história e também da tradição literária de uma dada época, mais especificamente a década de 1930, período em que as obras de Clóvis Amorim começaram a figurar no cenário da literatura, a partir de sua publicação.

Nesse horizonte, Barreiros P. (2017) pondera que a escrita tem uma força de ação criadora e, como “linguagem fabricada”, reflete a sociedade de onde ela nasce, bem como representa os sujeitos, suas identidades, sua cultura, ou seja, reflete a imagem do homem e da sociedade. Assim procede a escrita de Clóvis Amorim, pois as narrativas de suas obras suscitam um retrato do dia a dia das fazendas da região de Santo Amaro - BA, bem como refletem, nas falas dos personagens, a linguagem do povo do Recôncavo Baiano. Nessa perspectiva, nota-se que todos os aspectos das sociedades modernas sofrem, direta ou indiretamente, alguma interferência da escrita. Desse modo, é cabível afirmar que a escrita viabiliza o registro do cotidiano, assim como propicia o desenvolvimento de práticas sociais, as quais são, essencialmente, um dos pilares das sociedades desenvolvidas.

Por isso, não dá para dissociar texto e dimensões histórica e social, ou seja, não dá para manipular um texto sem levar em consideração toda sua historicidade e suas condições de produção, circulação e apropriação. Nesse sentido, ressalta-se aqui o pano de fundo histórico e social da obra “O Alambique”, marcado pelo debate da questão social, em meio à cultura da cana-de-açúcar e as explorações humanas diversas em torno do seu cultivo, da sua colheita e da produção de aguardente. Assim, toda abordagem e manipulação em torno do texto, seja ele manuscrito ou impresso, requer a compreensão dos seus significados e de suas condições histórica, social e também material. Nessa perspectiva, Barreiros P. (2017) pondera:

Nesse sentido, o texto escrito exige uma interpretação histórica desde o primeiro momento de sua existência porque ele é testemunho da experiência humana, forjado no cotidiano e se relaciona com práticas sociais peculiares de sujeitos historicamente constituídos. Esses sujeitos, por sua vez, também se inventam a partir das relações estabelecidas com os textos, entendidos como práticas escriturísticas. Essa é uma questão deveras complexa e diz respeito a todas as disciplinas que adotam o texto escrito como objeto de estudo. (BARREIROS P., 2017, p. 391)

Barreiros P. (2017) ainda considera que foi através da escrita que se constituiu a ideia ou noção de homem histórico. Dessa maneira, ela tornou-se um dos fenômenos mais importantes da humanidade, no contexto de sua

evolução cultural e como sociedade, e para o processo de civilização humana. Nesse panorama, a escrita apresenta sua face social, onde suas práticas ecoam as identidades, as culturas, as histórias dos sujeitos na sociedade. Fala-se, aqui, da Sociologia do Texto, crucial para o processo de inovação e exploração das potencialidades do texto, a partir de sua concepção com um construto histórico, social, cultural e linguístico. Ela busca extrair sentido de como os textos “ganham vida” na sociedade, à luz da história das práticas de escrita e de leitura de tal sociedade.

Em “O Alambique”, por exemplo, que na década de 1930 trazia à tona a realidade política e social da época, vê-se que, nesse sentido, o texto está essencialmente submerso no contexto das denúncias das mazelas e da vida quase desumana encaradas por parte da sociedade brasileira daquela época, especialmente pelos povos africanos escravizados.

A Sociologia do Texto busca dar conta de uma análise mais profunda do texto, como um produto social, levando em consideração o contexto cultural, político e social em que o texto foi produzido. Segundo McKenzie (2018), a principal relação entre a Sociologia do Texto e a Crítica Textual é que ambas se dedicam ao estudo e análise dos textos, a despeito de suas diferenças quanto às abordagens. A Sociologia do Texto, pois, toma o texto como um construto material de signos sociais, que responde a aspectos históricos e culturais. Já a Crítica Textual concentra-se na análise das versões e variantes de um texto ao longo do tempo, buscando estabelecer o texto original e sua autenticidade.

Nesse contexto, o crítico textual, na manipulação do texto, seja ele manuscrito ou impresso, cópia ou original, toma-o como testemunho histórico capaz de lançar luz ao entendimento de como ele foi escrito, disseminado e utilizado. A obra “O Alambique”, por exemplo, foi escrita e editada num período de reafirmação dos valores culturais da época, pensado, escrito e publicado numa perspectiva de apresentar uma realidade nacional, de maneira “nua e crua”.

De acordo com Barreiros (2014), as práticas escriturísticas apresentam diferentes significados, em cada tempo e em cada lugar. Desse modo, o crítico textual ampara-se em todas as informações extralinguísticas e paratextuais, bem como nos documentos que, de alguma forma, apresentam alguma relação com o texto, a fim de que seu trabalho alcance o resultado mais completo, autêntico e fidedigno possível. Assim, o filólogo-editor-autor compreende que:

Os erros de impressores, as várias edições e testemunhos, as notas marginais e demais marcas de cada “encarnação” do texto têm uma história que interessa conhecer, principalmente porque revelam o modo como os sujeitos de um determinado tempo se relacionaram com os textos e imprimiram suas marcas neles [pois] os significados dos textos não estão apenas nos aspectos alfanuméricos que os transmitem, mas também nos suportes, nas formas materiais que garantem a sua existência, nas relações que mantêm com os seus diferentes testemunhos e nos usos que se fizeram deles ao longo do tempo. (BARREIROS P., 2017, p. 405, 407)

Ainda conforme o autor, ao adotar uma postura crítica diante do texto, o filólogo compreende sua materialidade, o modo como ele foi lido e também as condições políticas e culturais que permitiram com que esse texto chegasse ao leitor final. Assim, os “operários do texto”, conforme Barreiros P. (2017, p. 408) “decidem desde o tipo de letra, a disposição do texto na página, o tipo de papel, a encadernação, a capa e tomam decisões sobre palavras e trechos”.

Esses operários são editores e também autores, especialmente no contexto das Humanidades Digitais, das hiperedições, das tecnologias de produção e difusão do texto, das edições digitais. Para isso, o filólogo faz uso dos seus conhecimentos sobre o texto, amparado em todos os elementos dispostos no próprio texto, ou extratextuais, e em seus suportes, físicos ou digitais. Nessa perspectiva, Barreiros pontua:

A depender do contexto, a escrita digital converte-se numa mídia a que, além dos elementos da cultura impressa, agregam-se som e movimento e, quando disponibilizada na internet, ganha conotações culturais bastante amplas, sendo necessário expandir a noção de texto, editoração, autoria e acesso à informação. (BARREIROS, 2014, p. 38)

As edições digitais, sobretudo as hiperedições, exigem enorme atenção e rigor do filólogo-editor-autor, considerando todo o trabalho que envolve o processo que resultará na estrutura final do texto, seja na tela de um computador, celular ou tablet. Desse modo, o editor “cria menus, ícones e o layout, aplica técnicas de design gráfico, ou seja, determina como tudo irá funcionar, desde a aparência às funções mais simples” (BARREIROS, 2014, p. 48).

Nesse plano, é o filólogo-editor-autor quem toma as decisões acerca da aparência dos textos e é quem define quais códigos bibliográficos devem ser preservados. É ele quem deve assumir a autoria da editoração, direcionando e hierarquizando as informações, a partir do seu conhecimento sobre o texto e suas relações de valor linguístico, histórico, social e cultural.

Dentro dessa realidade digital, o filólogo-editor-autor consegue realizar todo o trabalho de edição, desde o labor filológico primordial até a entrega do texto final, ou seja, ele passa a ser o editor em todos os aspectos. To-

davia, “editar textos que foram produzidos e lidos no contexto da cultura impressa exige perícia filológica e profundas reflexões acerca do modo de produção, circulação e recepção desses textos...” (Barreiros, 2014, p. 34). Ainda segundo o autor, o meio digital estabelece uma nova forma de pensar o trabalho do editor, trazendo à tona um novo paradigma editorial que pode ser considerado como uma nova “idade de ouro” da Crítica Textual. Nesse sentido, a Crítica Textual ganha espaço no campo da interpretação, buscando compreender e estabelecer o texto em seus aspectos social, histórico e cultural.

3. Edição filológica do capítulo *Abandono*

Nesta seção, apresenta-se a edição fac-similar e a edição semidiplomática do capítulo “Abandono”, do romance “O Alambique”, de autoria do escritor Clóvis Amorim. Trata-se de um trabalho filológico que visa à reprodução de um texto impresso, componente de uma obra da década de 1930.

A edição está disposta conforme as páginas do documento e a transcrição segue o mesmo viés. O fac-símile foi produzido com vistas a disponibilizar, ao público, uma representação fiel dos aspectos da materialidade do texto. A transcrição foi realizada com baixo grau de intervenção em alguns aspectos do texto, buscando manter sua identidade e fidedignidade.

Além da reprodução e transcrição do texto, a edição explora outros elementos ligados a ele, tais como o contexto de sua produção, circulação, recepção e disseminação. O trabalho filológico e editorial com acervos de escritores possibilita o conhecimento mais aprofundado acerca de suas histórias e realidades pessoais, suas vidas, comunidades, culturas e seus contextos sociais. Também, abre caminho para discussões e reflexões acerca da historicidade e materialidade do texto e considerações importantes sobre a escrita. Para isso, faz-se necessário conhecer os contextos de produção e difusão do texto, nos mais diversos aspectos: históricos, sociais, culturais e econômicos, por exemplo.

A edição aqui utilizada seguiu os critérios filológicos utilizados pela equipe de pesquisadores que estuda e edita as obras de Eulálio Motta, buscando preservar os principais aspectos linguísticos do documento e dos elementos necessários à compreensão do texto. A transcrição considerou a escrita do texto, em seus aspectos de materialidade e contexto, além de outros elementos que constituem parte da sócio-história do texto.

3.1. Contexto sócio-histórico da obra

Abandono é um dos primeiros capítulos do romance que é considerado o de maior sucesso do escritor Clóvis Amorim: “O Alambique”. Ambientado na região do Recôncavo Baiano, esse capítulo está situado no início da narrativa literária do romance que retrata parte da história da primeira metade do século XX. A obra teve sua 1ª edição publicada no ano de 1934 e a 2ª edição no ano de 1980, tendo como pano de fundo a cultura da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano, marcada pelo cultivo da cana e pela produção de aguardente. Trata-se de uma obra que é uma verdadeira representação do cotidiano das fazendas da região de Santo Amaro-BA e Amélia Rodrigues-BA.

Clóvis Amorim foi um escritor ameliense que começou a figurar no cenário da literatura baiana a partir da década de 1930, com a publicação de suas obras de maior sucesso: “O Alambique” e “Chão de Massapê”. Natural do município de Amélia Rodrigues-BA (antigo distrito de Lapa, pertencente ao município de Santo Amaro da Purificação-BA), Clóvis Amorim é um legítimo representante da literatura local e também nacional.

Em “O Alambique”, Clóvis Amorim rompeu com os cânones da literatura vigente, especialmente no que dizia respeito à linguagem e à estrutura da escrita. Clóvis Amorim extraiu, na fala do povo, o material e a mão-de-obra necessários à estrutura narrativa de suas obras. Esse romance foi um verdadeiro divisor de águas entre o realismo naturalista e o realismo crítico, onde suas narrativas deram ao seu autor a fama de acusador público, levando ao debate questões de ordem social e denunciando o que havia de falso e desumano em sua comunidade local e na sociedade brasileira, da época, como um todo.

Retratando uma realidade política e social, mas sem compromisso de natureza política ou doutrinária, a obra impunha uma tomada de consciência ante uma realidade carente não só de ser mostrada, mas, sobretudo, de ser denunciada. Nesse panorama, o capítulo *Abandono* apresenta parte da contextualização inicial da narrativa que expunha as condições sub-humanas em que viviam os trabalhadores dos canaviais, dos engenhos, dos alambiques e das usinas do Recôncavo Baiano nas décadas de 1920 e 1930.

3.2. Critérios adotados na edição

A edição semidiplomática foi realizada à luz dos seguintes critérios:

1. Os fac-símiles constam à esquerda e as transcrições à direita;
2. As linhas das transcrições estão numeradas de 5 em 5;

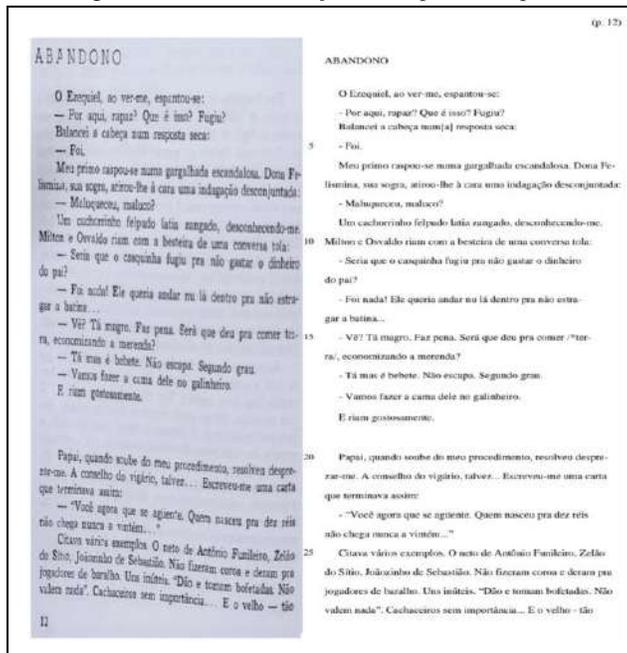
3. Os números das páginas constam à margem direita superior;
4. Os textos apresentam-se em fonte Times New Roman padrão Word, de tamanho 11, justificados à margem esquerda;
5. Os títulos estão transcritos como se encontra no original;
6. Estão mantidos os lapsos do autor, as interpolações, a ortografia, a acentuação, o uso de maiúsculas, a pontuação e registram-se todas as correções e acréscimos, através da utilização de símbolos;
7. A grafia dos nomes próprios está apresentada como consta no original.

Os símbolos utilizados foram os seguintes:

1. [] Acréscimo no curso da linha;
2. / * / Leitura conjecturada.

3.3. As edições fac-similar e semidiplomática do capítulo *Abandono*

Figura 1: Fac-símile e edição semidiplomática p. 12.



Fonte: Elaborado pelo autor.

4. *Considerações finais*

A edição do capítulo “Abandono”, do romance “O Alambique”, de autoria do escritor Clóvis Amorim, abriu espaço para uma breve, mas importante, discussão em torno da Filologia, em termos mais pragmático, histórico e social, com ênfase na sociologia do texto, na importância do trabalho filológico e no papel do filólogo-editor-autor. A edição, pautada nos pressupostos teórico-metodológicos da Crítica Textual, apresenta um verdadeiro recorte da identidade sociolinguística do Recôncavo Baiano, representada pela escrita de Clóvis Amorim, através de sua obra literária.

Uma das atividades que competem ao filólogo é possibilitar, ao público interessado, o acesso a documentos que dificilmente estariam à sua disposição, pelas mais diversas razões. A edição realizada neste trabalho acadêmico, alcançou uma de suas principais funções, que é dar disponibilidade, acesso, de forma autêntica e fidedigna, a um texto do passado e tentar facilitar sua leitura, tanto aos leitores atuais como também às gerações futuras.

Trata-se de um trabalho considerável, não pela sua extensão, mas pela delicadeza e grandeza que é transcrever, estudar, editar um manuscrito capaz de revelar, em diversos contextos, aspectos históricos, sociais, culturais e linguísticos da época em que ele foi escrito e da região nele retratada. Um estudo que possibilita ao pesquisador, e aos leitores, adentrar e passear pelos momentos históricos e socioculturais da vivência de um indivíduo e de um povo. Através deste artigo, é possível discutir, trazer à tona e compartilhar parte das riquezas cultural e histórica do Recôncavo Baiano, representadas nas obras de Clóvis Amorim, buscando valorizar ainda mais as identidades cultural e sociolinguística dessa região. Além disso, a discussão em torno da Crítica Textual e da edição filológica reforça a importância da Filologia e do papel do filólogo-editor-autor.

Enfim, ao longo de muitos anos, a Crítica Textual esteve voltada para uma abordagem do texto focada mais em seus aspectos linguístico e literário, em razão de sua estreita relação com a linguística e a literatura. No entanto, os estudos e as reflexões hodiernos em torno do texto suscitam um novo pragmatismo filológico, para além dos aspectos ligados apenas à linguística e à literatura, uma abordagem filológica que dialogue com outras disciplinas, outras áreas e que considere o texto como um produto sócio-histórico-cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIROS, Liliane Lemos Santana. *Bahia Humorística de Eulálio de Miranda Motta*: edição e estudo lexical de causos sertanejos. 181f. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) – Departamento de Ciências Humanas, campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2012.

_____. *O vocabulário de Eulálio Motta*. 359f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 2017.

BARREIROS, Patrício Nunes. Novas práticas culturais da escrita, novas perspectivas da Crítica Textual: rumo às hiperedições. *Linguística e Filologia Portuguesa*, v. 16, São Paulo, 2014.

_____. *O pasquineiro da roça*: edição dos panfletos de Eulálio Motta. 325f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

_____. Por uma abordagem da história cultural das práticas de escrita na edição de textos. *ALEA*, v. 19/2, p. 389-414, Rio de Janeiro, mai-ago, 2017.

_____. Princípios e critérios para edições digitais de documentos de acervos literários. In: ALMEIDA, I.S. de; BARREIROS, P.N; SANTOS, R.B. dos (Orgs). *Filologia e humanidades digitais*. Feira de Santana: EDUEFS, 2018. p. 281-317.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção leitura crítica)

CASTRO, Ivo. Filologia. In: Enciclopédia Verbo das literaturas de Língua Portuguesa. Lisboa: Verbo, 1995. p. 602-9

MARQUILHAS, Rita. Filologia oitocentista e crítica textual. In: ALVES, F.M. et al. (Org.). *Filologia, Memória e Esquecimento*. Act. 20. Lisboa: Húmus, 2010. p. 355-67

MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliografia e a Sociologia dos Textos*. São Paulo: USP, 2018 [1986].

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poética/EDUSP, 1994.

**ESTRATÉGIAS HERMENÊUTICAS
NA PESQUISA HISTÓRICA DE TOPONÍMIA**

César Nardelli Cambraia (UFMG)
nardelli@ufmg.br

RESUMO

A recuperação da referência de topônimos atribuídos em épocas mais pretéritas da Cidade de Belo Horizonte coloca desafios metodológicos, uma vez que é realizada fundamentalmente através de dedução. A ausência de parâmetros bem definidos para esse processo costuma resultar em análises pouco sistemáticas, muito dependentes da intuição do pesquisador. Discute-se aqui adoção de estratégias hermenêuticas baseadas em princípios de estruturação da toponímia urbana segundo a abordagem de toponímia histórica proposta por Cambraia e Seabra (2024). A aplicação prática dessa abordagem é ilustrada tomando como base os princípios da unicidade, da unidade temática e da pertinência, bem como os critérios da cronologia e da saliência.

Palavras-chave:

Toponímia. Linguística Histórica. Cidade de Belo Horizonte.

ABSTRACT

The recovery of the reference of toponyms attributed in earlier periods of the City of Belo Horizonte poses methodological challenges, since it is carried out fundamentally through deduction. The absence of well-defined parameters for this process usually results in unsystematic analyses, very dependent on the researcher's intuition. It is discussed here the adoption of hermeneutic strategies based on principles of structuring urban toponymy according to the historical toponymy approach proposed by Cambraia and Seabra (2024). The practical application of this approach is illustrated based on the principles of uniqueness, thematic unity and relevance, as well as the criteria of chronology and salience.

Keywords:

Toponymy. Historical Linguistics. City of Belo Horizonte.

1. Introdução¹⁹

Topônimos são nomes próprios de lugar. O conjunto de topônimos de uma localidade forma sua toponímia. A toponímia é o objeto de estudo da toponomástica, um dos ramos da onomástica, que se ocupa do estudo de nomes próprios de forma geral.

¹⁹ Este trabalho se insere em um conjunto de estudos vinculados ao Projeto “Dicionário Toponímico da Cidade de Belo Horizonte”, em realização na Faculdade de Letras da UFMG, do qual também participa a colega Maria Cândida Seabra.

Topônimos têm a função primária de *orientação espacial*: dar nome a um lugar é uma forma criar pontos de referência no espaço, de mapear o espaço. A referência a um ponto na superfície terrestre pode ser feita de forma técnica com as coordenadas de latitude (com referência à distância da linha do Equador) e de longitude (com referência à distância do meridiano de Greenwich): assim, por exemplo, uma pessoa pode informar que se encontra em um ponto na latitude de 19°55'08.9" ao sul da linha do Equador e na longitude de 43°56'18.9" a oeste do meridiano de Greenwich. Mas essa referência pode ser feita de forma mais simples através de outro recurso: um topônimo. No caso em questão, a pessoa diria que se encontra na Praça Sete de Setembro da Cidade de Belo Horizonte ou, mais informalmente, na Praça Sete de Beagá.

Esse mesmo topônimo já evidencia que existe uma outra função muito relevante para esse tipo de recurso linguístico: a de *memória social*. Nomear um lugar é também uma forma de perenizar, na memória de uma comunidade, pessoas, lugares, eventos, dentre outros. No caso de *Praça Sete*, perenizou-se na memória dos habitantes da cidade a data da declaração da Independência do Brasil por D. Pedro I em 1822.

Mas não são apenas essas as funções, porque topônimos refletem também outras dimensões da vida humana. Consistem não raramente em palco de disputas ideológicas, como se viu no contexto da Cidade de Belo Horizonte da década de 1910 (CAMBRAIA; SEABRA, 2022b). Isso significa que o estudo de topônimos é de grande importância, não apenas para a linguística, já que se trata de formas linguísticas com funções peculiares que se estruturam em um complexo sistema, mas também para a história, para a geografia, para antropologia, para a sociologia e para tantos outros domínios do saber humano.

Não resta dúvida, portanto, sobre a importância do estudo dos topônimos. Mas como fazê-lo?

Antes de adentrar a questão principal da presente discussão, que é de natureza metodológica, convém contextualizar brevemente a história da Cidade de Belo Horizonte que é a localidade da qual serão tomados os topônimos que consistem em objeto de estudo aqui.

2. A formação da Cidade de Belo Horizonte: de 1895 a 1935

Segundo Barreto (1996, v. I, p. 91), o primeiro assentamento na região da atual Cidade de Belo Horizonte foi resultado da chegada do bandeirante paulista João Leite da Silva Ortiz (falecido em 1730), genro de Bartolomeu Bueno da Silva (1672-1740), o Anhanguera. Em 1701, Ortiz constituiu uma

fazenda conhecida como *Cercado* nessa região e a ele foi concedida, em 19 de janeiro de 1711, a carta de sesmaria respectiva. Junto dessa região, formou-se um povoado conhecido como *Arraial do Curral d'El-Rey*. Após a Proclamação da República, decidiu-se pela mudança da sua denominação, que passou a ser *Arraial de Belo Horizonte* (Decreto Estadual nº 36, de 12 de abril de 1890). Também logo após a Proclamação da República, houve uma mobilização para mudança da capital do Estado, então Ouro Preto (ex-Vila Rica): foram consideradas as localidades de Barbacena, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Paraúna (hoje Costa Sena) e Várzea do Marçal. Foi escolhido o Arraial de Belo Horizonte em 1893 e foi constituída a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), chefiada pelo engenheiro paraense Aarão Reis (1853–1936) em 1894. Através do Decreto Estadual nº 817, de 15 de abril de 1895, aprovou-se “a planta geral e definitiva da cidade de – Minas – futura Capital do Estado de Minas Geraes” (MINAS GERAIS, 1895). A inauguração da nova capital foi oficializada pelo Decreto Estadual nº 1.805, de 12 de dezembro de 1897. A nova capital passou a ser denominada oficialmente *Belo Horizonte* através da Lei Estadual nº 302, de 1º de julho de 1901.

No plano da CCNC, a cidade era dividida em três regiões: *área urbana* (dentro dos limites da Avenida 17 de Dezembro, atual Avenida do Contorno), *zona suburbana* e *sítios*. A partir de 1899, foram aprovados seis núcleos coloniais (ou colônias): *Núcleo Colonial Carlos Prates*, *Núcleo Colonial Américo Werneck*, *Núcleo Colonial Bias Fortes*, *Núcleo Colonial Adalberto Ferraz*, *Núcleo Colonial Afonso Pena* e *Colônia da Vargem Grande*. Entre 1911 e 1923 se deu a emancipação dessas colônias e, a partir de 1912, essas colônias foram sendo incorporadas à zona suburbana. Em 1919, aprovou-se a criação de vilas, loteadas geralmente fora do perímetro da zona suburbana: a primeira foi a Vila Bela Vista, aprovada em 31/03/1925, na região que era a antiga Fazenda do Pastinho. Entre 1925 e 1935, foram aprovadas em torno de 63 vilas.

3. A questão da referência

Quando se prioriza, no estudo da toponímia, a sua função de memória social, é imprescindível recuperar a referência do topônimo, ou seja, a que ele se refere. Trata-se certamente de um dos tópicos mais problemáticos do ponto de vista metodológico.

No que tange à história recente, a questão da identificação da referência dos topônimos é menos problemática, pois a norma que regula o processo de outorga de denominação a próprio público na Cidade de Belo Horizonte – Lei Municipal no 9.691, de 19 de janeiro de 2009 – exige um “relato explicativo sobre o nome indicado”, que é justamente onde se esclarece a referên-

cia para o topônimo proposto, como se vê, p. ex., no art. 24, referente a outorga por lei:

Art. 24 – O processo de outorga de nome oficial por lei a próprio público ou a passagem será instruído com:

I – indicação do próprio público ou da passagem;

II – indicação do nome que se pretende outorgar;

III – *relato explicativo sobre o nome indicado*;

IV – informação sobre a identificação, a localização, a oficialização e a regularidade do próprio público ou sobre a caracterização como passagem;

V – informação sobre os nomes de bairro nos quais o próprio público ou a passagem se localizem;

VI – códigos do Cadastro Técnico Municipal. (BELO HORIZONTE, 2009, redação de 23/09/2009, itálicos nossos)

No que se refere à história mais pretérita, a questão é mais problemática, porque não havia uma formalização sistemática do processo: a outorga era feita por instrumentos muitos diversos, como leis, decretos, resoluções e portarias. Eventualmente se informava, na parte introdutória (o *caput*) da norma, a referência, como no caso do Decreto Estadual nº 43, de 7 de setembro de 1929, promulgado justamente no aniversário da declaração da Independência do Brasil:

O Prefeito de Bello Horizonte, usando de atribuições legais e considerando que a historia patria não registra episodio mais relevante para a vida nacional que o de sua *independencia da metropole portugueza*:

Considerando que nelle e para elle pelearam denodadamente a cultura, a tenacidade, a intelligencia e a grande expressão de *José Bonifacio de Andrada e Silva* e de seus irmãos *Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva* e *Martim Francisco Ribeiro de Andrada*;

Considerando terem sido *José Joaquim da Rocha* e o *padre Belchior Pinheiro* mineiros ilustres cujo patriotismo se poz ao serviço da mesma causa;

Considerando que é um dever civico perpetuar, por toda forma, na lembrança publica, os nomes de todos quantos luctaram pela alforria politica brasileira; decreta:

Art. 1º – Passa a dominar-se *Independencia* a nova *praça* situado no cruzamento da avenida Tocantins com a rua da Bahia;

Art. 2º – Chamar-se-á *Andradas* a *avenida* marginal do Arrudas, no trecho compreendido entre a rua Guaycurús e a avenida do Contorno;

Art. 3º – A *rua* marginal do correjo do Leitão, no trecho compreendido entre a avenida Paraopeba e a rua Santa Catharina, passará a se denominar *Padre Belchior*;

Art. 4º – Denominar-se-á *Conselheiro Rocha* a rua que partindo da avenida Araguaya, margeando as linhas da Central do Brasil, vem ter a Itambé. (BELO HORIZONTE, 1929) (itálicos nossos)

No entanto, na grande parte das normas até o ano de 1935 consultadas, não constam informações dessa natureza. De forma que a identificação da referência na grande maioria dos casos tem de ser feita por *dedução*. Exemplos ajudam a evidenciar a complexidade dessa questão.

Por um lado, tem-se na toponímia da Cidade de Belo Horizonte a forma *Avenida Afonso Pena*. Nesse caso, não há nenhuma dificuldade para recuperar a referência do topônimo. Ele já constava do conjunto documental cartográfico elaborado pela Comissão Construtora da Nova Capital e aprovado pelo Decreto Estadual nº 817, de 15 de abril de 1895. Esse topônimo se refere Afonso Augusto Moreira Pena (Santa Bárbara/MG, 30/11/1847 – Rio de Janeiro/DF, 14/06/1909), que foi advogado, professor e político; foi também o primeiro Presidente do Estado de Minas Gerais (14/07/1892 – 07/09/1894), Vice-Presidente do Brasil (17/06/1903 – 15/11/1906) e Presidente do Brasil (15/11/1906 – 14/06/1909) (MONTEIRO, 1994, v. 2, p. 512-514). Foi durante o mandato de Afonso Pena como Presidente do Estado de Minas Gerais que ocorreram a aprovação do antigo Arraial de Belo Horizonte como localidade para a nova capital e a constituição da Comissão Construtora. A preservação de sua memória na toponímia da cidade era certamente um imperativo, dada a sua importância nesse processo.

Por outro lado, tem-se também na toponímia da Cidade de Belo Horizonte a forma *Rua Mucury* (considerando a grafia original). Qual é a referência desse topônimo, que também já constava do conjunto documental cartográfico da Comissão Construtora? Consultando-se a obra *Apontamentos para o Dicionário Geographico do Brazil* (PINTO, 1894-1899) elaborada em época próxima à da construção da nova capital, constata-se que o topônimo *Mucury* tinha 11 referências possíveis (PINTO, v. 2, 1896, p. 581):

- (1) “MUCURY. Dist. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Theophilo Ottoni”;
- (2) “MUCURY. Arraial do Estado das Alagôas, no mun. da União”;
- (3) “MUCURY. Log. do Estado da Bahia, á margem do rio Pojuca”;
- (4) “MUCURY (S. José do). Log. do Estado de Minas Geraes no dist. de Theophilo Ottoni”;
- (5) “MUCURY. Estação no kil. 122 ela E. de F. Bahia e Minas no logar denominado Páo Alto²⁰”;
- (6) “MUCURY. Igarapé do Estado do Amazonas”;
- (7) “MUCURY. Rio trib. da margem dir. do Purús²¹”;

²⁰ Pau Alto era um povoado no município de Viçosa no Estado da Bahia.

- (8) “MUCURY. Riacho do Estado do Piauí”;
- (9) “MUCURY. Rio do Estado da Bahia”;
- (10) “MUCURY. Era assim antigamente denominado o rio Vianna, que atravessa o Estado do E. Santo”; e
- (11) “MUCURY. Grande rio, cujas origens estão no Estado de Minas (mun. de Philadelphia ou Theophilo Ottoni)”.

A qual dessas 11 possibilidades se vinculava o topônimo *Rua Mucury* do conjunto documental cartográfico da Comissão Construtora?

Esse caso exemplifica a principal questão a ser discutida aqui: como se identifica a referência de um topônimo?

4. *Princípios de estruturação da toponímia urbana*

Em estudo recente (CAMBRAIA; SEABRA, 2024), foi proposta uma análise da toponímia urbana com base em princípios de estruturação, que apresentam uma complexa relação de interação. Foram apresentados e discutidos 16 princípios:

a) *Princípio da unicidade*: um topônimo não deve apresentar duplicidade;

b) *Princípio da universalidade*: todo logradouro deve apresentar topônimo;

c) *Princípio da estabilidade*: um topônimo deve ser permanente, exceto em certas circunstâncias;

d) *Princípio da extensão limitada*: um topônimo deve ter extensão curta;

e) *Princípio da impessoalidade*: um topônimo não deve se referir a pessoa viva;

f) *Princípio da moralidade*: um topônimo não deve se referir a pessoa que tenha tido conduta reprovável;

g) *Princípio da significância*: um topônimo não provisório deve apresentar um significado;

h) *Princípio da legibilidade*: um topônimo deve ser legível pela população;

²¹ O Rio Purus fica banha os estados do Amazonas e do Acre.

i) *Princípio da legalidade*: um topônimo é provisório até que seja oficialmente outorgado;

j) *Princípio da pertinência*: um topônimo deve ter conexão com a geografia ou a história da localidade;

l) *Princípio da continuidade*: um mesmo topônimo deve ser aplicado a todo o trajeto de uma via pública se ela não apresentar interrupção;

m) *Princípio da unidade temática*: topônimos de um novo parcelamento devem apresentar unidade temática;

n) *Princípio da supletividade*: a ausência de topônimo de um tema deve ser suprida com a adoção de topônimo correlato;

o) *Princípio do vetor antropotopônimo*: topônimos novos devem ser antropotopônimos;

p) *Princípio da relação biotópica*: antropotopônimos devem a ser atribuídos a logradouro com vínculo com a biografia do homenageado;

q) *Princípio da resiliência*: tipos diferentes de logradouros apresentam graus diferentes de resistência à mudança toponímica.

Esses princípios foram deduzidos não só do comportamento da toponímia da Cidade de Belo Horizonte ao longo de sua história, mas também de estudos de outras localidades e, sobretudo, de normas que trataram do tema no ordenamento jurídico referente à cidade.

São esses princípios que constituem as principais estratégias hermenêuticas para a identificação da referência dos topônimos da Cidade de Belo Horizonte: eles foram deduzidos de casos incontroversos e são aplicados na resolução de casos controversos. Alguns desses princípios serão debatidos na análise que se segue.

5. *Hermenêutica guiada por princípios: aplicação prática*

A única diretriz hermenêutica que a CCNC externalizou para a compreensão da referência dos topônimos da cidade planejada consta do Ofício nº 26 (23/03/1895) emitido por Reis:

Vam denominadas as praças, avenidas e ruas, tendo sido escolhidos *nomes de cidades, rios, montanhas, datas históricas mais importantes do Estado de Minas e da União*, e, bem assim, *de alguns cidadãos que, por seus serviços relevantes, merecem ser perpetuados na lembrança do povo*. (CCNC, 1895, v. II, p. 60) (itálicos nossos)

Essa diretriz era limitada, porque havia, no plano da cidade, topônimos que não se encaixavam nas categorias mencionadas, como os descritivos: p. ex., *Avenida do Commercio*. Então é necessária uma reflexão para interpretar as referências de forma geral.

Um primeiro aspecto que deve ser observado na identificação da referência de um topônimo é a questão da *cronologia*. Assim, por exemplo, na toponímia da zona suburbana presente no conjunto documental cartográfico elaborado pela CCNC, constavam topônimos como *Rua do Beryllo* e *Rua da Turmalina*. Como existem hoje as cidades mineiras de Berilo e Turmalina, poder-se-ia pensar que se tratava de referência a essas cidades: Reis havia mencionado “nomes de cidades” como categoria no seu ofício. Mas as cidades de Berilo e de Turmalina receberam essa denominação apenas com a Lei Estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, pois, antes, ainda como distritos apenas, se chamavam, respectivamente, *Água Limpa* e *Nossa Senhora da Piedade*. Como a decisão de adotar esses topônimos se deu ainda na época da CCNC (ainda que tenham sido atribuídos só um pouco mais tarde²²), a referência não poderia ser a essas cidades: trata-se, portanto, de referência a minerais, decisão em perfeita consonância com a história do Estado de Minas Gerais. Note-se, a propósito, que os minerais são uma das categorias que não foram citadas explicitamente no ofício de Reis.

Também é muito importante observar o *princípio da unidade temática* (topônimos de um novo parcelamento devem apresentar unidade temática) na tomada de decisão sobre a interpretação de uma referência toponímica. Observando o nome das praças da zona suburbana, constatam-se os seguintes topônimos: *Praça da Turqueza*, *Praça da Esmeralda*, *Praça do Topazio*, *Praça do Rubim*, *Praça da Amethysta*, *Praça da Saphira* e *Praça da Opala*. É bastante evidente que há um traço em comum entre essas denominações: referirem-se a minerais que são considerados gemas ou pedras preciosas. A presença desse traço comum é manifestação do princípio da unidade temática, pois se verifica que, no parcelamento da zona suburbana, havia efetivamente unidade temática entre as praças. Entretanto, existia, na mesma zona suburbana, outros tantos topônimos, mas da categoria de rua, que também apresentavam o traço comum de se referirem a minerais: *Rua do Cristal*, *Rua do Graphito*, *Rua da Cerusa*, etc. Esses dados evidenciam que o traço comum de muitos topônimos da zona suburbana era, na verdade, serem minerais, e não necessariamente gemas (embora ocorressem de forma sistemática

²² O parcelamento que deu origem à atual Rua Turmalina foi aprovado em 11/06/1913 (CP 042-022-I) e o que deu origem à antiga Rua Berilo foi aprovado em 20/06/1907 (CP 026-058-M). CP é o croqui de parcelamento cadastrado no Sistema de Informações Urbanísticas e Endereços (SIURBE) da Subsecretaria de Regulação Urbana (SUREG) da Prefeitura da Belo Horizonte (PBH).

no nome de praças). Havia, no entanto, alguns casos controversos relacionados a minerais, como o topônimo *Rua da Prata*. No ano de 1895, quando foi aprovada a planta da cidade de Belo Horizonte (na verdade, plantas, porque foram encaminhadas quatro delas na época), já existia no Estado de Minas Gerais a cidade de Prata: o distrito de Carmo de Morrinhos foi elevado à categoria de vila com a denominação de *Prata* pela Lei Provincial nº 668, de 27 de abril de 1854 e à condição de cidade pela Lei Provincial nº 2002, de 15 de novembro de 1873. Então *Rua da Prata* poderia ter como referência um mineral ou uma cidade do Estado de Minas Gerais, categoria esta que também era muito frequente na zona suburbana. Para esse caso controverso, é justamente o princípio da unidade temática que vai apresentar uma solução. A maioria das ruas que tinham contato com o logradouro chamado de *Rua da Prata* era de fato com topônimo referente a minerais (*Rua do Ouro*, *Rua do Ferro*, *Rua do Cobre* e *Rua do Chumbo*), além de uma paralela imediatamente abaixo (*Rua do Nickel*). As demais em contato eram: *Rua do Pico* (que era direcionada ao pico da Serra do Curral), *Rua dos Andes* (referente a cadeia montanhosa da América do Sul), *Rua do Rio das Velhas* (referente à cidade mineira de Santa Luzia do Rio das Velhas), *Rua Monte Alegre* (referente a cidade mineira) e *Rua de Palmas* (também referente a cidade mineira), além de uma paralela imediatamente acima nomeada *Rua Palmyra* (igualmente referente a cidade mineira). Sendo assim, há mais topônimos relativos a minerais no entorno do logradouro chamado *Rua da Prata* do que, p. ex., relativos a cidades mineiras. É, portanto, racional admitir que a sua referência fosse a mineral, e não se tratava de mineral genericamente, mas especificamente de elementos químicos que são classificados como metais de transição: ouro, prata, chumbo, ferro, cobre e níquel.

O princípio da unicidade (um topônimo não deve apresentar duplicidade) também contribui na resolução de casos controversos. Assim, por exemplo, consta, no *Indicador de Ruas do Almanak Laemmert de 1935*, que havia duas ruas diferentes com a mesma denominação na cidade: (*Rua*) *Aliança* na Vila Bela Vista (mais precisamente, na Vila Santa Rita, adjacente à Vila Bela Vista) e *Rua Aliança* na Vila Minas Gerais. Teriam esses dois topônimos uma única e mesma referência? Segundo o princípio da unicidade, não, pois resultaria em caso de duplicidade evidente. Se não tinham a mesma referência, então qual seria a de cada um deles? No caso da Vila Minas Gerais, a resolução é bastante simples: esse parcelamento tinha observado nitidamente o princípio da unidade temática, porque seus topônimos faziam referência a cidades mineiras – *Rua Alvorada*, *Rua Bom Retiro*, *Rua Ypiranga*, *Rua Bello Valle*, *Rua Campo Alegre*, etc. – e o próprio nome da vila v *Minas Gerais* – tornava evidente o tema de seus topônimos. Mas, no caso da Vila Santa Rita, a questão era mais complexa, porque ela não obser-

vava rigorosamente o princípio da unidade temática: havia topônimos referentes a cidades mineiras (*Rua Bemfica* e *Rua Mendanha*), a elementos positivos (*Rua Graça* e *Rua Felicidade*) e de natureza diversa (*Rua Águias*, ave; *Rua Bonaparte*, general francês; *Praça Rialto*, estação ferroviária fluminense; e *Rua Rosais*, árvore). Se se interpreta o topônimo *Rua Aliança* na Vila Santa Rita com referência a cidade mineira, há violação do princípio da unidade, mas, se se interpreta com referência a elementos positivos, há observância a esse princípio. Como, em qualquer uma dessas hipóteses, o topônimo faria parte de um dos conjuntos temáticos da própria vila (cidades mineiras ou elementos positivos), então o princípio da unidade temática não é resolutivo *per se*: é o da unicidade que apresenta a melhor solução. Convém salientar que não se tratava de caso inédito de topônimos com mesma forma mas com referências diferentes: era o que se passava com *Rua Porto Alegre* na Vila Palmital (com referência à capital brasileira) e *Rua Porto Alegre* no Bairro Carlos Prates (com referência à cidade mineira). Mas o princípio da unicidade acabou pesando para além da referência apenas e atualmente não existem mais essas duas homônimas: a antiga *Rua Aliança* da Vila Santa Rita se chama hoje *Rua Conde de Prados* e a antiga *Rua Porto Alegre* da Vila Palmital se chama hoje *Rua Miracema*. A *Rua Aliança* da Vila Minas Gerais acabou desaparecendo em função da construção do antigo Aeroporto Carlos Prates no ano de 1943 e hoje desativado, mas ainda há *Rua Porto Alegre* do Bairro Carlos Prates.

Segundo o *princípio da pertinência*, um topônimo deve ter conexão com a geografia ou a história da localidade. Um exemplo de sua aplicação está no topônimo *Rua Cardoso*, que foi aberta em um parcelamento na zona suburbana. No seu entorno, havia *Ruas Guandú* e *Maracanã* (referentes a rios fluminenses), *Rua Fuchsita* (referente a mineral), *Rua Soledade* (referente a cidade mineira) e *Avenida Mem de Sá* (referente a administrador colonial): vê-se, portanto, que, neste caso, o princípio da unidade temática não tinha expressão forte (senão pelos rios fluminenses) e, além disso, o item *Cardoso* não é claramente associável à referência de nenhum desses topônimos. Onde buscar então uma resposta? Na pertinência, ou seja, em algum aspecto relacionado à localidade. A região em que o logradouro foi aberto ficava relativamente próxima ao marco do Cardoso, um dos pontos notáveis estabelecidos pela CCNC para a delimitação da nova capital. Esse marco tinha esse nome pelo fato de situar-se na região de mesmo nome, o qual remontaria ao de um antigo proprietário do terreno segundo Barreto (1996, v. I, p. 270). Essa região, ademais, era atravessada pelo Córrego do Cardoso. Como a *Rua Cardoso* era paralela a um trecho do percurso desse córrego, desfaz-se assim a dúvida: o topônimo *Rua Cardoso* tinha como referência o Córrego do Cardoso, ou seja, a referência era à geografia da localidade. A referência a córregos da cidade não foi incomum na história de sua toponí-

mia: *Rua Cercadinho, Rua Tombador, Avenida do Navio, Avenida do Pastinho*, etc. No caso das avenidas, a denominação tinha a particularidade de se dever ao fato de seu trajeto acompanhar o percurso do córrego, cujo curso se situava no centro da avenida.

Nem sempre os princípios parecem ser suficientes, porque sua aplicação pode continuar levando a mais de uma possibilidade. Justamente por isso, considerou-se que se deveria trabalhar também com a noção de *saliência*. Até o momento, não se pode ter conhecimento da fonte exata de onde os administradores públicos (no caso dos funcionários da prefeitura responsáveis pela avaliação dos projetos de loteamento) e os proprietários dos terrenos extraíram as formas dos topônimos adotados em cada caso. Entretanto, sabe-se que tinha sido externalizada a orientação de se contemplarem os nomes de cidades mineiras que estavam sendo criadas, como se constata na seguinte manifestação do então prefeito Olinto Meirelles no relatório referente ao ano administrativo de 1910/1911:

Lembraria a essa ilustrada corporação a conveniência de auctorizar o Prefeito a dar a essas ruas *os nomes das villas recentemente creadas pelo Congresso do Estado e os das antigas ruas existentes antes da criação das colonias nos arredores da Capital*. (MEIRELLES, 1912, p. 35-36) (itálicos nossos)

Essa informação aponta para a necessidade de se considerarem as leis que estabeleceram a divisão administrativa do Estado de Minas Gerais em cada época para identificar a origem dos topônimos. Assim, por exemplo, atribuiu-se o topônimo *Rua Antônio Dias* a um logradouro aberto na 6ª seção suburbana no ano de 1924 (CP 026-038-B, 12/12/1924). Consultando-se a Lei Estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, constata-se a existência de dois distritos chamados de *Antônio Dias*: um que pertencia ao município de Ouro Preto e um que pertencia a município homônimo (desmembrado em época anterior do município de Itabira). Diante dessa dupla possibilidade, o critério da *saliência* indica que se deve optar pelo distrito pertencente a município homônimo como referência para o topônimo em questão. Ser nome de município dá ao topônimo mais visibilidade: em documentos cartográficos antigos figuram geralmente os nomes de municípios, e não os de distritos; na Lei Estadual nº 843, nome de município ocupa lugar superordenado na organização do texto. Então se foi consultado um mapa ou a referida lei para se escolher o topônimo, era com referência a município que ele teria mais visibilidade.

A aplicação de princípios como os da unicidade, da unidade temática e da pertinência e a de critérios como o da cronologia e da *saliência* são expedientes para conferir mais sistematicidade à identificação da referência de topônimos. Mas naturalmente eles não substituem a necessidade de aprofundamento no conhecimento do processo de atribuição dos topônimos de cada

região. Há referências que são recuperáveis apenas por uma investigação mais verticalizada, de natureza histórico-biográfica. Assim, por exemplo, no loteamento da Vila Mauá, constava originalmente o topônimo *Rua Arthur Rocha* (BALEEIRO, 1929, p. 62). A recuperação dessa referência exigiu um exame mais detalhado da documentação disponível. No relatório do engenheiro-chefe da seção responsável pela análise dos projetos de loteamento, consta que a Vila Mauá teve seu loteamento aprovado em 31/05/1929, sendo de propriedade de Faria, Rocha & Cia. Ltda. (Cf. BALEEIRO, 1929, p. 53). A coincidência entre o nome do proprietário e parte do topônimo (*Rocha*) mostrou o caminho. Como, no croqui de parcelamento (31/05/1929, CP 104-001-I), o nome dos proprietários aparece por extensão, foi possível conhecer mais amplamente a sua composição familiar através de consulta aos dados do SINEC²³ (Sistema de Necrópoles do município de Belo Horizonte) e da base do *Family Search*²⁴. Pode-se apurar que Antônio da Rocha Diniz, um dos proprietários, era filho de Artur Alexandrino Rocha: tratava-se, portanto, de topônimo com referência a um membro da família. Topônimos com referência a familiares não eram incomuns: basta lembrar aqui o caso emblemático existente na Vila Maria Brasilina (parte do atual Bairro Sagrada Família): *Rua Stela de Souza*, *Rua Célia de Souza*, *Rua Vicentina de Souza*, *Rua Genoveva de Souza* e *Rua João Gualberto Filho*, todos de ruas próximas. Consta nos croquis de parcelamento (16/10/1935, CP 115-001-M; 18/10/1935, CP 115-002-M) que um dos proprietários do terreno era João Gualberto de Souza: João Gualberto de Souza era cônjuge de Maria Brasilina (nome da vila) e pai de Stela (nome de rua), Célia (nome de rua), Vicentina (nome de rua), Genoveva (nome de rua) e João Gualberto Filho (nome de rua).

6. Para encerrar

A fim de não deixar a dúvida inicial no ar, volta-se ao ponto de partida: qual é a referência para o topônimo *Rua Mucury* da Cidade de Belo Horizonte? Assinalou-se já que há 11 possibilidades.

Aplicando-se o princípio da *pertinência*, são excluídas todas as oito opções que não dizem respeito ao Estado de Minas Gerais, restando apenas três:

- (1) “MUCURY. Dist. do Estado de Minas Geraes, no mun. de Theophilo Ottoni”;
- (2) “MUCURY (S. José do). Log. do Estado de Minas Geraes no dist. de Theophilo Ottoni”; e

²³ Disponível em: <https://sinec.pbh.gov.br>.

²⁴ Disponível em: <https://www.familysearch.org>.

- (3) “MUCURY. Grande rio, cujas origens estão no Estado de Minas (mun. de Philadelphia ou Theophilo Ottoni)”.

Aplicando-se o princípio da *unidade temática*, são excluídas as opções que se referem a localidades mineiras, porque os topônimos referentes a estas estavam restritos, na zona urbana, à 8ª e à 12ª seção e o topônimo *Rua Mucury* era de logradouro situado na 14ª.

Reiteram esse resultado os critérios da *cronologia* e da *saliência*, porque, na divisão administrativa do Estado de Minas Gerais de 1891 estabelecida pela Lei Estadual nº 11, de 13 de novembro de 1891 (a vigente na época da CCNC, que selecionou o topônimo em questão), Mucuri não constava como localidade com estatuto de cidade, diferentemente das outras presentes na toponímia da 8ª e da 12ª seção urbana, que efetivamente constavam: Ouro Preto, Paracatu, Juiz de Fora, Barbacena e Uberaba²⁵.

Sendo assim, com base na hermenêutica principiológica²⁶, a referência para *Rua Mucury* é o Rio Mucuri, situado no leste do Estado de Minas Gerais e com bacia de grande importância para esse Estado. Trata-se de interpretação em perfeita harmonia com a descrição de Aarão Reis sobre a toponímia escolhida: “nomes de cidades, rios, montanhas, datas históricas *mais importantes do Estado de Minas e da União*” (itálicos nossos). Em seu dicionário da toponímia da zona urbana de Belo Horizonte, Gomes (1992, p. 148) apresenta uma descrição com marca de hesitação: “O nome, *provavelmente*, é uma homenagem ao Rio Mucuri, que banha os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia” (itálicos nossos). Uma abordagem principiológica como a apresentada aqui permite a supressão do modalizador *provavelmente* da descrição.

Não se deve pensar, no entanto, que essa hermenêutica principiológica resolve a totalidade dos casos controversos, porque há situações que, de tão complexas, acabam exigindo a admissão de mais de uma referência. Um caso emblemático é o referente a *Rua São José*. Esse topônimo foi atribuído na Vila São João, aprovada em 1925, e, seguindo o princípio da unidade temática, se trata de nome de cidade mineira que é nome de santo²⁷. Mas, na

²⁵ Não se considera aqui como cidade mineira o caso de *Araguary*, porque, na planta manuscrita de 1895, se tratava de avenida, categoria reservada para rios e não para cidades. Na planta impressa de 1897, no entanto, houve a mudança de avenida para rua, o que poderia levar a se pensar em cidade, mas, se se considera a gênese do processo, *Araguary* se referia a rio (CAMBRAIA; SEABRA, 2022a, p. 32).

²⁶ Esta hermenêutica principiológica é a que foi adotada no estudo recém-finalizado e atualmente no prelo referente ao já citado *Indicador de Ruas do Almanak Laemmert* de 1935, dentro do quadro do Projeto “Dicionário Toponímico da Cidade de Belo Horizonte”.

²⁷ Os nomes de santo na toponímia, na maioria dos casos, faziam referência ao padroeiro da cidade (ou *orago*).

já referida Lei Estadual nº 843, há 11 distritos com essa forma como parte do seu nome: *São José da Barra, São José da Lagoa, São José da Varginha, São José das Perobas, São José do Alegre, São José do Barroso, São José do Congonhal, São José do Jacuri, São José do Paraopeba, São José do Picu e São José dos Paulistas*. Como todos esses nomes são apenas de distritos, e não de algum município, o princípio da saliência, segundo o qual, nesse caso, se deve selecionar a referência que seja município em preferência à de apenas distrito, não é resolutivo. Até que se identifiquem novos princípios que possam vir a resolver casos como este, a decisão mais recomendável é a de informar as 11 possibilidades de referência, e não escolher arbitrariamente apenas uma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALEEIRO, Jefferson Fernandes. Terceira Seção. In: PREFEITURA DE BELLO HORIZONTE. *Mensagem apresentada pelo prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Bello Horizonte em 10 de outubro de 1929 e relatórios anexos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1929. p. 42-63. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/1928-1929-Christiano-Monteiro-Machado.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

BARRETO, Abílio. *Bello Horizonte: memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Rex, 1936. 2 v. (v. 1, História antiga; v. 2, História média). [2. ed., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos, 1996. 2 v. (v. 1, História antiga; v. 2, História média)]. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CAMBRAIA, César Nardelli; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Variação na gênese da toponímia da Cidade de Belo Horizonte. *Investigações*, v. 35, p. 1-36, Recife, 2022a. DOI: <http://dx.doi.org/10.51359/2175-294x.2022.254329>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/254329>. Acesso em: 27 ago. 2024.

_____; _____. A batalha dos topônimos: reversão toponímica nos primórdios da Cidade de Belo Horizonte. *Humanidades & Inovação*, v. 9, p. 84-100, Palmas, 2022b. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/7713>. Acesso em: 27 ago. 2024.

_____; _____. Princípios de estruturação da toponímia urbana: uma análise comparativa da toponímia do primeiro trintênio da Cidade de Belo Horizonte. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 68, p. e18222, São Paulo, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e18222>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/18222>. Acesso em: 27 ago. 2024.

GOMES, Leonardo José Magalhães. *Memória de ruas: dicionário toponímico da cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

MEIRELLES, Olyntho Deodato dos Reis. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em setembro de 1912*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1912. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1911-1912-Olyntho-Meirelles.pdf>. Acesso: 27 ago. 2024.

MONTEIRO, Norma de Góis. *Dicionário biográfico de Minas Gerais: período republicano 1889-1991*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994. 2 v. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/128>. Acesso em: 27 ago. 2024.

PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o dicionario geographic do Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1887-1888. 4 v. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242759>. Acesso em: 27 ago. 2024. [2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894-1899. 3 v. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518636>. Acesso em: 27 ago. 2024].

Outras fontes:

BELO HORIZONTE. *Decreto nº 43, de 7 de setembro de 1929*. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/43/1929>. Acesso em: 27 ago. 2024.

BELO HORIZONTE. *Lei nº 9.691, de 19 de janeiro de 2009*. Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/9691/2009>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CCNC [COMISSÃO CONSTRUCTORA DA NOVA CAPITAL]. *Revista geral dos trabalhos: publicação periodica, descritiva e estatistica, feita com autorização do governo do estado, sob a direcção do engenheiro chefe Francisco Bicalho: II. Agosto de 1895*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C., 1895. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/revista/339997>. Acesso em: 27 ago. 2024.

INDICADOR de ruas. In: ALMANAK Laemmert (guia geral do Brasil) fundado em 1844, edição para 1935 (91º ano). Rio de Janeiro: Empreza Al-

manak Laemmert Limitada, 1935. V. II, p. 67-83. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/313394/115956>. Acesso em: 27 ago. 2024.

MINAS GERAIS. *Decreto nº 36, de 12 de abril de 1890*. Regula o disposto no art. 2º da Lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4695>. Acesso: 27 ago. 2024.

MINAS GERAIS. *Decreto nº 817, de 15 de abril de 1895*. Aprova a planta geral da Cidade de Minas, futura capital do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/817/1895>. Acesso: 27 ago. 2024.

MINAS GERAIS. *Decreto nº 1805, de 12 de dezembro de 1897*. Declara instalada a Cidade de Minas e para ela transferido o governo. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/1085/1897>. Acesso: 27 ago. 2024.

MINAS GERAIS. *Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891*. Divisão judiciária e administrativa do Estado. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4699>. Acesso em: 27 ago. 2024.

MINAS GERAIS. *Lei nº 302, de 1º de julho de 1901*. Muda para “Belo Horizonte” a denominação da Capital do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/302/1901>. Acesso: 27 ago. 2024.

MINAS GERAIS. *Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923*. Dispõe sobre a divisão administrativa do Estado. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/843/1923>. Acesso: 27 ago. 2024.

MINAS GERAIS. *Lei Provincial nº 668, de 27 de abril de 1854*. Restaura a Villa do Carmo de Morrinhos com a denominação de Villa do Prata. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3165>. Acesso: 27 ago. 2024.

MINAS GERAIS. *Lei Provincial nº 2002, de 15 de novembro de 1873*. Lei que crêa diversas comarcas, altera a organização de outras; eleva á categoria de cidade as villas do Prata e Bom Sucesso; crêa a parochia do Páo Grosso, incorpora á freguezia da Contagem o districto do Bom Jardim, e á do Curvello o districto do Morro da Graça. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3538>. Acesso: 27 ago. 2024.

GESTOS DE CRIAÇÃO NOS TEXTOS DE TEATRO
DE ILDÁSIO TAVARES

Rosa Borges (UFBA)
rosaborges@ufba.br

RESUMO

No Acervo Ildásio Tavares localizado no Espaço Lugares de Memória, da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, encontram-se vários textos da produção deste sujeito múltiplo, um homem de muitos papéis. Ildásio Tavares, nascido a 25 de janeiro de 1940 e falecido a 31 de outubro de 2010, atuou como tradutor, professor, letrista, ensaísta, poeta, contista, romancista, dramaturgo, colunista, Obá de Xangô no terreiro de candomblé Ilê Axé Opô Afonjá. Dentre os documentos do referido acervo, selecionei os que estão reunidos na *Série 04 – Produção no teatro, na música e em outras artes, subsérie b – criação teatral*, para, em perspectiva filológica, expor sobre os textos de teatro em seus diversos testemunhos e peculiaridades, examinando as vias e os modos particulares através dos quais se desenvolveram os processos de produção, circulação e recepção de cada texto, em suas diferentes versões, observando as intervenções de Ildásio Tavares, ao revisar, reescrever e modificar seu texto, bem como as de outros agentes que deixaram na materialidade textual as marcas de sua atuação, dentre outros aspectos que possam interessar ao estudo de tais textos.

Palavras-chave:

Acervo. Materialidade Textual. Gestos de criação.

ABSTRACT

In the Ildásio Tavares Collection, located in the Espaço Lugares de Memória at the Reitor Macedo Costa University Library, there are several texts produced by this multifaceted individual, who was a man of many roles. Ildásio Tavares was born on January 25th, 1940, and passed away on October 31st, 2010. He worked as a translator, teacher, lyricist, essayist, poet, short story writer, novelist, playwright, columnist, and Obá de Xangô at the Candomblé temple Ilê Axé Opô Afonjá. Among the documents in the aforementioned collection, I selected those gathered in *Series 04 – Produção no teatro, na música e em outras artes, subsérie b – criação teatral* (Production in theater, music and other arts, subseries b – theatrical creation) with the goal of discussing the texts in their various testimonies and peculiarities from a philological perspective, examining the particular ways and means in which the processes of production, circulation and reception of each text were developed, in its different versions, observing the Ildásio Tavares' interventions by revising, rewriting and modifying his text as well as of other subjects who left marks of their performance in the textual materiality, besides other aspects that may be of interest to the study of such texts.

Keywords:

Collection. Creation features. Textual Materiality.

1. Críticas filológica e genética para leitura de um acervo

Comprometidos com a preservação da memória literária contemporânea, filólogos e geneticistas textuais investem na coleta, guarda, conservação, restauração e publicação desses “papéis” (testemunho-documento-monumento) que se encontram em arquivos, bibliotecas, entre outras instituições. Preservar acervos de escritores para que sirvam de fonte documental aos diversos investigadores é algo que somente aos poucos foi se inscrevendo nos estudos da cena literária.

Segundo Eneida Souza (2008, p. 121):

[...] O destino material e analítico desse acervo literário [Coleção Archivos] passou a ser uma das maiores metas da crítica filológica e genética, no sentido de se considerar a obra não mais como objeto fechado e acabado, mas sujeita a modificações e transformações interpretativas. Se o trabalho de recuperação do texto original exige do pesquisador exame exaustivo das diferentes edições e mudanças processadas pelo autor ou causadas pelos erros de edição, a crítica genética revela o lado inconcluso e incompleto da criação, permitindo que a abordagem dos documentos não mais se restrinja ao texto publicado e ao seu estatuto de objeto intocável e inerte. (SOUZA, 2008, p. 121)

Desse modo, crítica textual e crítica genética trabalham juntas, embora com métodos e fins distintos.

Nos documentos que integram os arquivos pessoais ou públicos, a materialidade dos textos mostra as ações de vários sujeitos, desde o autor/escritor ao colega, amigo, revisor, editor, censor, entre outros, que deixam os rastros de sua intervenção nos suportes que transmitem o texto/a obra. Manuscritos, datiloscritos, provas gráficas e impressos evidenciam as características próprias de cada situação textual, além das condições técnicas e materiais de produção e difusão dos impressos. Nesse momento, a crítica genética e a sociologia dos textos fazem-se relevantes para a crítica textual, pois darão conta de analisar o processo genético e social de produção e transmissão do texto, produto cultural em constante mudança, considerando a dimensão social e disseminação literárias.

No teatro, o texto é escrito, sobretudo, para a encenação, mas também para ser publicado. Na produção do texto cênico, durante os ensaios, na relação com o diretor e os atores, o autor pode modificar uma rubrica, alterar diálogos, encadeamentos, transformar o texto de uma réplica, fazer anotações que podem resultar de uma conversa entre autor e diretor, de comentários do diretor, de colegas ou amigos, das sugestões de atores, produtores etc. O texto também é modificado para a publicação impressa. Deve-se considerar, no entanto, que o gênero teatral, para além do texto e suas transformações, envolve outros elementos do “universo cênico (autores, vozes, gestos, cenário, espaço, iluminação)” (GRÉSILLON, 1995, p. 271).

Em sua forma manuscrita²⁸, o texto permanece aberto e móvel, e resulta de um acúmulo de funções por parte de uma mesma pessoa, o escritor/dramaturgo, autor, revisor, crítico etc., ou ainda de uma produção coletiva, colaborativa. Os documentos do Acervo Ildásio Tavares (AIT) testemunham registros manuscritos do próprio Ildásio Tavares e intervenções de outros sujeitos que propõem reformulações, anotações, reescritas, levando em conta a escolha dos atores, os imperativos da cena, a mudança de alguma palavra, supressão de outra, as indicações cênicas, detalhes sobre a construção da cena, figurinos, cenários, entre outros.

Dentre os vários documentos que integram o AIT, um deles, chamou-me à atenção, o documento intitulado “O arquivista”²⁹, sobretudo pela importância atribuída pelo escritor aos materiais que ele havia produzido ao longo dos anos, ao fazer a doação, em vida, de seus manuscritos ao, à época, Acervo de Manuscritos Baianos, hoje, Lugares de Memória. Cito alguns trechos a seguir:

O Arquivista
(Ildásio Tavares)

Sempre fui um sistemático arquivista, tentando congelar o passado, num processo sentimental amoroso. [...].

[...] Ora, no afã de enxugar, eu, às vezes, esterilizava cerebralmente; mas, ao percebê-lo, retornava à forma mais discursiva. Por isso, não destruo nada. Tudo guardo. O passado é um grande mestre. [...]

O surgimento da crítica genética foi-me uma grata surpresa, porque eu a fazia comigo mesmo; com a minha gaveta; “avant la lettre”.

Doei meus originais ao Acervo de Manuscritos baianos justamente para socializar esta minha tortura individual pela palavra, pela expressão exata do sentir/pensar, percurso – exaustivamente árduo (e humilde) de 43 anos, 5 livros de poemas, 2 romances e um livro de ensaios editados, três peças e uma ópera (libreto) encenadas e 26 títulos na gaveta, além de 40 músicas gravadas. Espero que esta dedicação, este empenho, este esforço, este carinho apaixonado no trato com o texto sirva de alguma coisa aos que estudam a literatura, e, até aos que a fazem. [...].

No referido documento, o escritor identifica-se como “o arquivista”, ciente da responsabilidade de guardar tudo, de mergulhar no passado, de que suas produções seriam objeto de estudo da crítica genética e dos que estudam ou fazem literatura. Assumindo o compromisso com tal objeto de estudo

²⁸ Na filologia e na crítica genética, manuscrito (moderno) é qualquer documento produzido da mão do autor ou supervisionado por ele. Assim, os textos datilografados, revisados e modificados pelo Ildásio Tavares, são, no nosso entender, manuscritos, independente do fato de ter sido outra pessoa a datilografar os textos.

²⁹ Depoimento de Ildásio Tavares quando fez a doação de seus manuscritos ao Acervo de Manuscritos Baianos.

do, escolho algumas cenas de sua dramaturgia para abordar sobre os processos de produção e transmissão textuais.

2. *Gestos de criação em documentos do Acervo Ildásio Tavares*

No âmbito do Projeto de Pesquisa Acervo de Escritores Baianos, coordenado pela Prof^a Dr^a Evelina Hoisel, apoiado pelo CNPq, ocupei-me do Acervo Ildásio Tavares no espaço Lugares de Memória (LM) da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, com o propósito de preparar dossiê(s) para edição e crítica filológica de texto(s) selecionado(s), a partir da massa documental organizada, sobretudo relativa aos textos teatrais. Em tal acervo, encontram-se textos teatrais, poemas, contos, romances, matérias jornalísticas, além de ensaios, traduções, resenhas, publicações em matérias de jornal, revistas e livros, material de ensino, artigos, textos acadêmicos e científicos, cartas, discursos, entre outros. Nestes documentos, identifica-se o sujeito múltiplo, o homem de muitos papéis, Ildásio Tavares, nascido a 25 de janeiro de 1940 e falecido a 31 de outubro de 2010, como tradutor, professor, letrista, ensaísta, poeta, contista, romancista, dramaturgo, colunista, Obá de Xangô no terreiro de candomblé Ilê Axé Opô Afonjá.

Recorto os documentos reunidos na **Série 04 – Produção no teatro, na música e em outras artes, subsérie b – criação teatral**, para expor sobre os textos de teatro em seus diversos testemunhos e peculiaridades, examinando as vias e os modos particulares através dos quais se desenvolveram os processos de produção, circulação e recepção de cada texto, em suas diferentes versões, observando as intervenções de Ildásio Tavares, ao revisar, reescrever e modificar seu texto, bem como as de outros agentes que deixaram na materialidade textual as marcas de sua atuação, dentre outros aspectos que possam interessar ao estudo de tais textos.

Quanto aos textos de teatro que se encontram no AIT, listam-se seis, se considerarmos que três deles integram um conjunto de textos, (1) *Medo: Três peças em um ato*³⁰ (escritos 1967): *A volta/morte do agregado*, *Medo e Funeral doméstico* (submetidos à Censura em 1976, encenados no mesmo ano e publicados em 2004). Na sequência, temos (2) “Caramuru” (texto submetido à Censura em 1975, encenado em 1978 e publicado em 2004); (3) “O Barão de Santo Amaro”³¹ (datado de 6 de abril de 1976 a 26 de julho de

³⁰ No Arquivo Textos Teatrais Censurados (ATTC), têm-se os textos submetidos à Censura, embora estejam dentro de um espetáculo, foram examinados separadamente.

³¹ Texto de teatro retomado em 1987 por Ildásio Tavares para transformá-lo na ópera “Lídia de Oxum”, conforme depoimento do autor, gravado por Filipe Cavalieri (TAVARES, 2010). Conferir site: <https://www.youtube.com/watch?v=SSzC8YQPrxI>.

1977); (4) “Mulher de roxo” (1987); (5) “O vendedor de joias” (1987) e (6) “Lídia de Oxum: uma ópera negra”³² ([1987]; 1995). Têm-se ainda “Canção de Natal”³³ e “Tem-tem baiano balangandã”³⁴ (uma produção do Teatro Livre da Bahia). Destes, estão publicados na Coleção Dramaturgia da Bahia (TAVARES, 2004): “Lídia de Oxum”, “Homem e Mulher” (“A morte do agregado”, “Medo” e “Funeral doméstico”), “Mulher de Roxo”, “Caramuru” e “O Vendedor de Jóias”³⁵.

A peça “Medo” (Três peças em um ato) ou “Homem/Mulher” (“Medo”)³⁶

foi encenada pela primeira vez no Teatro Gamboa em 1976 em comemoração aos 200 anos da Independência dos EEUU, com o título Medo e em 1992 no Teatro Lauro César Alvim – Rio de Janeiro com o título – A Beleza Oculta do Lugar Comum, ambas montagens com direção de Eduardo Cabus. (TAVARES, 2004, p. 13)

Cada texto apresenta-se em dois testemunhos (T) no LM:

- a) **A volta do agregado/A morte do agregado:** T1: 9f.; datiloscrito; folhas numeradas de 2 a 7, exceto capa e primeira folha (04b01.001-67T1); T2: 5f.; datiloscrito com alterações manuscritas; folhas numeradas ao centro, de 2 a 4. Ao final do texto, registra-se a informação: “Traduzido e adaptado por Ildásio Tavares em março de 19[67]” (há uma rasgo no papel onde deveria ter “67”) (04b01.001-[67]T2);
- b) **Medo:** T1: 4f.; datiloscrito; folhas numeradas de 2 a 3, no ângulo superior direito (04b01.002-67T1); T2: 3f. não numeradas; datiloscrito com algumas emendas manuscritas em tinta azul e vermelha; na última folha, tem-se a anotação manuscrita: “Tradução e adaptação/ Ildásio Tavares, 1967.” (04b01.002-67T2);
- c) **Funeral doméstico:** T1: 5f.; datiloscrito; folhas numeradas de 2 a 4 no ângulo superior esquerdo, trazendo ao final do texto a informação datiloscrita: “Traduzido e

³² O texto do libreto traz a data de publicação pela Fundação Casa de Jorge Amado: 1995, porém, em depoimento de Tavares (2010), o texto fora produzido em 1987, originando-se da transformação de “O Barão de Santo Amaro” em “Lídia de Oxum”.

³³ “Canção de Natal” (04b01.1.001-sd (1-26)) é um vídeo de criação coletiva, com seleção de textos, roteiro e direção de Ildásio Tavares, com 26 folhas. Há anotações a lápis referentes ao espaço para datilografia do texto, em caligrafia de outra pessoa. Em tinta preta, há marcas de revisão do texto datilografado, uso de maiúsculas, separação de palavras, letras que faltam, supressão de trechos etc.

³⁴ “Tem-tem baiano balangandã” traz textos de vários autores, dentre eles, de Ildásio Tavares, com seleção, adaptação e direção de Haroldo Cardoso, conforme testemunhos que se encontram no acervo do Espaço Xisto Bahia e panfleto no AIT no LM. Tal peça foi submetida à Censura, em 1974, por “autores diversos”, encenada no Teatro Vila Velha (TVV) no mesmo ano (informação nos documentos que integram o Arquivo Textos Teatrais Censurados – ATTC).

³⁵ Na capa, os títulos se apresentam nesta ordem.

³⁶ Na Coleção “Dramaturgia da Bahia” em 2004, registra-se o título “Homem e Mulher”.

adaptado em 1967” (04b01.002-67T1); **T2**: 3f., não numeradas; datiloscrito com algumas emendas em tinta azul; ao final do texto, registra-se: “Tradução e adaptação de Ildázio Tavares [datiloscrito] 1967 [manuscrito]” (04b01.003-67T2).

Dentre as rasuras que se mostram nos testemunhos do texto da peça, destacam-se alguns exemplos: a mudança no título: “A volta do agregado” (4b01.001-67T1) para “A morte do agregado” (04b01.001-[19--]T2); alguns registros de substituição, como de “vendo” por “olhando”, “criança” por “menino”, em “Funeral doméstico” (04b01.003-67); substituição por supressão e acréscimo na entrelinha superior de “faculdade” (04b01.001.[19--]T2), em “A morte do agregado”; e supressão de “O que você disse?” e substituição à frente por “O que filho?” (04b01.002-67T2), em *Medo*.

“Caramuru”³⁷ foi submetido à Censura em 1975, encenado pela primeira vez em 1978 no Teatro Castro Alves (TCA) e publicado em 2004. “Caramuru trata da história do descobrimento da Bahia, da baía de Todos os Santos, o local onde D. Diogo naufragou, o encontro com os índios, donos da terra e, conseqüentemente, toda a tragédia que acompanhou a nossa história.” (“CARAMURU”..., *Jornal da Bahia*, 10 set. 1978). Trata-se de uma superprodução da Companhia Baiana de Comédias, dirigida por Jurema Penna, contando com: Leonel Nunes, Maria Luiza Mascconi, Reinaldo Nunes, Zoíla Barata, Eduardo Moraes, André Luiz Torreta, Lúcia Mascarenhas, Antônio Alcantara, Neiva Rezende, Marisilda, Moaba, Maria Auxiliadora, Jaciara Menezes, Marcos Rebu, Hamilton Lima, entre outros. O espetáculo foi concebido para ser montado ao ar livre, de preferência no Rio Vermelho. Sua montagem, porém, ocorreu no TCA, de 20 de setembro a 1º. de outubro de 1978, às 21 horas (“CARAMURU”..., *Diário de Notícias*, 19 set. 1978). Contava com “[...] músicas de Caetano Veloso, Wagner, Vila Lobos, Djalmá Correia e temas afros.” (“CARAMURU”..., *A Tarde*, 20 set. 1978).

No Lugares de Memória, encontram-se 6 testemunhos não datados de “Caramuru” (3 completos e 3 fragmentos, sendo que para um deles, tem-se apenas 1 folha), a saber: **T1**: 50f.; datiloscrito; folhas numerada desde a f.1, faltam as folhas 27 e 28, da f. 26 (fim do primeiro ato) passa à f. 29 (início do segundo ato) e vai até a f. 52 (04b02.001-s/d (1-50)); **T2**: 50f.; datiloscrito; folhas numerada desde a f. 1, faltam as folhas 27 e 28, da f. 26 (fim do primeiro ato) passa à f. 29 (início do segundo ato) e vai até a f. 52 (04b02.002.s/d (1-50)). Os testemunhos 1 e 2 reproduzem a mesma matriz, porém há pequenos ajustes em **T2**; **T3**: 29f.; texto datiloscrito no verso do

³⁷ No ATTC, tem-se 4 testemunhos, sendo que três deles reproduzem a mesma matriz, diferenciando-se apenas pelos registros do processo de circulação do texto ao ser encaminhado para exame censório, passando pela Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT) e, na seqüência, pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). O outro testemunho é o texto em cópia digitalizada publicado na Coleção Dramaturgia da Bahia em 2004.

papel timbrado do jornal Tribuna da Bahia (folha para datilografar o texto dentro daquele espaço), com anotações e rasuras manuscritas autorais, revendo e fazendo ajustes ao texto (maioria a tinta e poucas a lápis); traz a informação: “Ópera baiana / de Keiler Rego³⁸ e Ildásio Tavares”; numeração manuscrita, à direita: folhas 2, 4, 5, e da 17 a 29, demais folhas trazem a numeração datiloscrita (da f. 6 a 13); a partir da f. 14, risca-se o número datiloscrito e, ao lado, coloca 17 para 14, 18 para 15, 19 para 16, depois retoma a numeração em 17, desconsiderando as alterações realizadas; na sequência, o segundo Ato (numerado de 17 a 29). Há uma folha solta (f.4) (04b02.003.s/d (1-30)); **T4**: 6f.; trecho datilografado (f.11) e, da f.12 a 16, texto manuscrito para ser datilografado, conforme anotação manuscrita (um bilhete): “Simone: minha máquina quebrou. / Será que dá pra v. bater/ são 17 p./ it [assinatura]” (0402.004-s/d (11-16)); **T5**: 5f.; datiloscrito (fragmento), com folhas numeradas de 12 a 16 (0402.005-s/d (12-16)); **T6**: 1f.; datiloscrito em folha avulsa: “CARAMURU / ÓPERA BAI[A]NA DE KEILER REGO E ILDÁSIO TAVARES”. Texto emoldurado por um desenho a lápis, com algumas rasuras manuscritas e datiloscritas (04b02.006.s/d)).

Da análise dos testemunhos, observam-se rasuras de supressão, acréscimo, revisão do texto datilografado, corrigindo os erros de datilografia, enxugando o texto, que de 50 folhas passa a 29, considerando as diferenças entre os Testemunhos 1 e 2 (50 folhas) e o Testemunho 3 (29 folhas). Verifica-se a transformação do texto, de prosa em versos, objetivando a elaboração do texto de uma ópera, e assim está publicado na Coleção referida acima. Comparando a última folha dos testemunhos completos de *Caramuru*, evidenciam-se textos diferentes entre si, exceto para o Testemunho 3 (T3) e aquele publicado em 2004 (T2004), que, conforme alterações manuscritas feitas em T3 e aceitas no impresso (T2004), sugere ser T3 o texto de base da versão impressa.

Figura 1: Cotejo entre os testemunhos T3 e T2004.



Fonte: T3 no AIT no Lugares de Memória e T2004 no ATTC.

³⁸ Keiler Rêgo é maestro e compositor, nascido em Salvador a 16 de abril de 1954.

Quanto ao texto da peça “O Barão de Santo Amaro” (1976-1977), Ildásio Tavares o escreveu na época da ditadura, mas não há registro desta peça no Arquivo Nacional de Brasília, na DCDP; ao que parece não se fez a submissão do texto para exame censório. No LM, têm-se dois testemunhos desta peça: **T1**: 29f.; numeração das folhas à esquerda (2-8) e à direita (9-29), da f.2 a 29; datiloscrito com modificações autorais, datado, ao final do texto: “6 de abril de 1976 a 26 de julho de 1977”, com rasuras a tinta que resultam da retomada e revisão do texto, acolhidas na versão do testemunho 2, trazendo alterações bastante significativas que modificam o conteúdo do texto (04b05.001-76/77); **T2**: 29f.; datiloscrito; numeração da f.2 a f. 28, à direita; primeira folha, capa; segunda, início do texto, sem numeração. Ao final do texto, data: “06.04.76 a 26.07.77”. Versão passada a limpo (04b05.002-76/77). O texto desta peça é retomado em 1987 e transformado no texto da ópera “Lídia de Oxum” (TAVARES, 2010).

“Mulher de roxo” (1987) é o texto com o maior número de testemunhos, 12 no total, que traz além das alterações autógrafas, intervenções de outros sujeitos na materialidade dos textos. São eles: **T1**: 15f.; sem data; folhas numeradas a partir da f. 2, à direita (2-15); texto datilografado em caixa alta, trazendo algumas alterações manuscritas em caixa alta (04b04.001-s/d); **T2**: 17f.; sem data; datiloscrito; anotação manuscrita “4^a versao”; folhas numeradas de [1] a 16, contando a partir de 2, sendo a f. 16 repetida (04b04.002-s/d); **T3**: 29f.; datiloscrito; folhas numeradas da f. 2 a 29, a primeira folha não traz numeração; rasuras manuscritas autorais, em tinta azul, além do realce da escrita esmaecida na cópia do texto datilografado (determinadas passagens do texto não estão nítidas). Na última folha, em tinta azul, tem-se “198/7\” (1987) (04b04.003-s/d[87]); **T4**: 18f.; sem data; numeração datiloscrita da f.2 a 17, com repetição da folha 8; datiloscrito com intervenções manuscritas em tinta verde, azul, vermelha e preta. O verso de algumas folhas tem anotações e desenhos. Uma anotação manuscrita, letra de Ildásio Tavares, f. 8: “Faça as páginas coincidir urgente/ Tem linhas sobrando/ Espiche as linhas” (04b04.004-s/d); **T5**: 18f.; sem data; datiloscrito; numeração iniciada em 2 a 17, sendo que duas folhas receberam a mesma numeração “8”; é uma cópia do testemunho anterior (T4), porém com outras intervenções (04b04.005-s/d); **T6**: 23f.; sem capa, numeração desde a primeira folha, de 1 a 23 (foi acrescentada a folha 8 que faltava), no ângulo superior direito; texto datilografado em letras maiúsculas; nos versos de algumas folhas, há anotações; uso de setas na cor vermelha para indicar onde começa e termina o texto; a folha 17 foi datilografada em outra fonte, com caracteres minúsculos (tal folha integra o documento 04b04.008-s/d (T8)). No final, traz o ano “1987” (04b04.006-1987); **T7**: 20f.; 1987; datiloscrito; folhas numeradas de 1 a 20 (folhas 1-5; 7-8; 10-20; 21-30, numeração datiloscrita; folhas 6, 9, 20A, numeração manuscrita); traz rasuras manuscritas

em tinta preta e azul (com tons diferentes), esferográfica e hidrocor (04b04.007-87); **T8**: 9f.; sem data; datiloscrito; traz primeiro ato numerado de 1 a 8; há anotações manuscritas em tinta azul, vermelha e preta (04b04.008-s/d); **T9**: 31f.; 1987; datiloscrito; folhas numeradas de 1 a 30, com a inserção de uma folha 20-A; texto submetido à apreciação de outra pessoa que destaca, comenta, faz observações manuscritas em preto e azul, e ainda se vale do uso de marcador de texto na cor rosa (04b04.009-87); **10**: 31f.; 1987; datiloscrito; anotação manuscrita “2ª versao”; folhas numeradas de 1 a 30, incluindo a folha “20-A” (manuscrita) (04b04.010-87); **T11**: 31f.; 1987; anotação manuscrita “3ª versao”; folhas numeradas de 1 a 30, incluindo a folha “20-A” (datiloscrita); texto datilografado em caixa alta, com poucas rasuras (04b04.011-87); **T12**: 32f.; [1987]; na capa, sem numeração, há uma dedicatória a Jurema Penna; datiloscrito numerado no ângulo superior direito da f. 2 a 31; traz rasuras manuscritas em tinta preta e azul (04b04.012-[87]) (data reconstituída a partir da dedicatória). Em tais testemunhos, observam-se rasuras diversas, anotações, enumeração de versões, além de intervenção de outra mão, alguém a quem o autor tenha confiado o texto para apreciação e/ou colaboração.

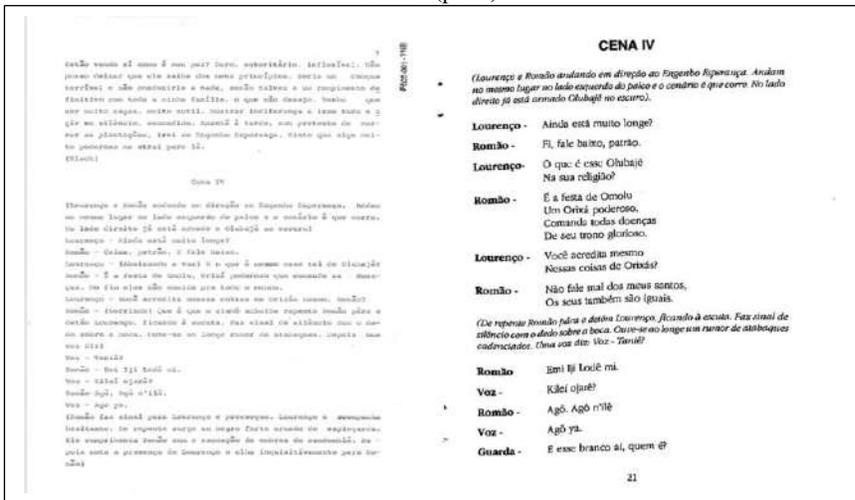
O texto de “O Vendedor de jóias” (1987) apresenta-se em dois testemunhos datiloscritos: **T1**: 80f.; datado de abril de 1987; traz uma anotação manuscrita: “Primeira versão”, na capa, e, ao longo do texto, registram-se rasuras a tinta que resultam da retomada e revisão do texto; folhas numeradas de 2 a 75, sendo que depois da 21, têm-se 21A e 21B; as três primeiras folhas não foram numeradas: capa e lista de personagens (04b06.001-87); e **T2**: 89f., sem data; na capa, tem-se a informação manuscrita “2ª.versão” em tinta azul, há também uma modificação manuscrita, risca o nome de “Ildásio Tavares”, e, abaixo, escreve “Antônio Marques”, em tinta azul; folhas numeradas de 2 a 87, exceto capa e lista de personagens (datilografado em vermelho) que não trazem numeração; da folha 14 passa para 14A (“A” manuscrito em tinta azul) e retorna para 15; há algumas emendas e rasuras em tinta azul ao longo do texto (04b01.005-s/d).

Por fim, trago a tradição textual de “Lídia de Oxum: uma ópera negra” composta de 6 testemunhos (sendo 4 datiloscritos e 2 impressos): **T1**: 49f.; sem data; datiloscrito; folhas numeradas de 2 a 49, ao centro, com algumas rasuras manuscritas (diferentes caligrafias); o texto parece incompleto (04b03.001.s/d); **T2**: 25f.; sem data; datiloscrito; o texto não traz numeração e as folhas estão sem ordem aparente (04b03.002-s/d); **T3**: 31f.; sem data; datiloscrito; o texto não traz numeração e as folhas estão sem ordem aparente (04b03.003-s/d); **T4**: 44f.; sem data; datiloscrito; f.1 e 2, lista de personagens e ação; numeração das folhas: de 2 a 40 (folhas 13 e 13A), faltando a f.18, da 17 passa para a 19; traz anotações e rasuras manuscritas em verme-

lho e preto, com caligrafias diferentes (04b03.005-s/d); **T5**: 56p.; sem data; impresso com anotações manuscritas e modificações textuais; numerado da p. 7 a 55; há uma folha que parece complementar o texto (mesma fonte); na capa, algumas rasuras: “Lídia / [uma] / Ópera Negra / [Texto de] Ildásio Tavares/ e / [música de] Lindembergue Cardoso (o que está entre colchetes foi acrescentado à mão) (04b03.004-s/d); **T6**: 56p.; [1995]; publicação da peça-roteiro “Lídia de Oxum/ Uma Ópera Negra”, pela Fundação Casa de Jorge Amado; traz na folha de rosto dedicatória ao filho, Júnior (Ildazio Tavares), pela primeira montagem da peça, com data: “22-ix-95”; há anotações e rasuras manuscritas a lápis e em tinta azul (04b03.006-95).

O texto de “Lídia de Oxum” foi produzido em 1987, a partir de outro texto, como disse anteriormente, “O Barão de Santo Amaro”, escrito nos anos de 1976 e 1977. Em depoimento, Ildásio Tavares (2010) conta que a ideia de fazer uma peça de teatro voltada para a cultura negra partiu de um pedido feito por Sebastião Prata (Grande Otelo). Relata ainda que ao encontrar-se com Lindembergue Cardoso, casualmente, lhe falou do interesse em fazer uma ópera; em outro encontro, desta vez combinado, Ildásio mostrou o texto da peça escrito na década de 1970 e resolvem que, a partir daquele texto, iriam trabalhar no preparo da ópera negra “Lídia de Oxum”. Ildásio Tavares transformou toda prosa em poesia e dali nasceu o texto do libreto entregue a Lindembergue Cardoso no início de 1988 para musicá-lo, conforme matérias do jornal A Tarde, 2 fev. 1988 e 10 maio 1988 (O DUETO..., 1988; GUSMÃO, 1988). A imagem a seguir mostra tal transformação:

Figuras 2: Cotejo entre os textos de “O Barão de Santo Amaro” (f. 7) e “Lídia de Oxum” (p. 21).



Fonte: AIT no Lugares de Memória.

Libreto de Ildásio Tavares e música de Lindembergue Cardoso, assim nasceu “Lídia de Oxum”. Esta é a primeira ópera negra do Brasil escrita em português com trechos em iorubá. Aborda o tema do conflito racial, a relação entre brancos e negros. Seus autores pretendiam encená-la em 1988, em comemoração ao Centenário da Abolição da Escravatura (1888–1988), mas infelizmente, não foi possível; sendo somente encenada em 1995, desta vez, para comemorar os 300 anos da morte do líder negro Zumbi dos Palmares (1695–1995), com estreia em 29 de junho, depois 30 de junho, 2 e 3 de julho, no Teatro Castro Alves, sob a direção de Paulo Dourado. Também foi encenada no Teatro Municipal de São Paulo e no Teatro Nacional de Brasília (Cf. TAVARES, 2010). Depois disso, em 1996, dias 1 e 2 de julho, com direção do próprio Ildásio Tavares, e regência do maestro Júlio Medaglia, no Parque Metropolitano do Abaeté (Cf. TAVARES, 2010). Voltou a cartaz no período de 20 a 23 de novembro de 2019 no TCA, sob a direção artística de Gil Vicente Tavares e direção geral de Ildazio Tavares Júnior, para celebrar os 80 anos de Ildásio Tavares (1940–2010) (PRIMEIRA..., 2019).

Em fevereiro de 1988, uma nota, no *Jornal A Tarde*, trazia: “o poeta Ildásio Tavares já concluiu o argumento da ópera “Lídia”, drama lírico de sua autoria que já está aos cuidados do maestro Lindembergue Cardoso, que irá musicá-lo” (O DUETO..., *A Tarde*, 2 fev. 1988), o que se confirma nesta outra matéria: “No começo deste ano [1988] o libreto já estava na mão do compositor para que fosse criada a música [...]” (GUSMÃO, *A Tarde*, 10 maio 1988). Lindembergue Cardoso “agora está mergulhado na criação de música para Lídia de Oxum, uma ópera um pouco mais próxima dos padrões convencionais, (...) primeira ópera negra brasileira. O libreto é assinado pelo poeta, escritor e jornalista Ildásio Tavares.” (GUSMÃO, *A Tarde*, 10 maio 1988).

Ainda em fevereiro de 1988 anunciava-se a estreia da peça para outubro daquele ano no Teatro Castro Alves (O DUETO..., *A Tarde*, 2 fev. 1988). Em matéria do *Tribuna da Bahia* (A ÓPERA..., 4 ago. 1988), afirma-se que a ópera afro-baiana prepara-se para estrear no dia 21 de outubro [de 1988]. Em 22 de maio de 1993, em matéria do *Correio da Bahia*, intitulada “Ópera inédita e memórias”, já anunciava que em breve tal ópera seria conhecida do público (Cf. PEDREIRA, 1993), mas também não se teve notícia, até a presente data, se houve ou não encenação anterior a de 1995. Sabe-se apenas que “[a] ópera Lídia de Oxum teve sua ‘avant-première’ de gala a 29 de junho de 1995, no Teatro castro Alves, em Salvador-BA.” (TAVARES, 1995)³⁹.

³⁹ Impresso 04b03.006-95 publicado pela Fundação Casa de Jorge Amado.

“[A] obra mistura romance e tragédia durante a luta dos escravos” (GOMES, *Tribuna da Bahia*, 15 abr. 1995). “O enredo de *Lídia de Oxum* se desenrola aqui no Recôncavo [Santo Amaro da Purificação] na época da abolição. Ela é filha do proprietário do Engenho Esperança, um mestiço chamado Bonfim, que aderiu a luta pelo fim de escravidão (...)” (GUSMÃO, *A Tarde*, 10 maio 1988). *Lídia* participa de uma rebelião de escravos e se apaixona por dois homens: o negro Tomaz de Ogum e o branco Lourenço, um europeu abolicionista (Cf. GOMES, *Tribuna da Bahia*, 15 abr. 1995).

Em documento datiloscrito com rasuras autorais, intitulado “A ópera é dos operários”, dirigido à Claudio Bandeira, em papel timbrado do jornal *Tribuna da Bahia*, Ildásio Tavares refere-se à equipe que montou pela primeira vez “*Lídia de Oxum*” (03a09m.044-s/d, f.1-2): direção de Paulo Dou-rado, regência de Júlio Medaglia, coreografia (muitas danças e dança afro) de Carlos Moraes, figurinista, Samuel Abrantes, cenógrafo, José Dias, maestro da OSBA, Paulo, solistas Amim Feres, Marcos Tadeu e Lazzo (“já escolhidos por Begue⁴⁰”), Inácio e Elizeth por Paulo e Júlio. “Com esta constelação e seis ensaios de conjunto *Lídia de Oxum* estourou.” (TAVARES, [199-], f.2 (03a09m.044-s/d)).

Outro documento datiloscrito, não datado, intitulado “A ópera do povo”, produzido pelo próprio Ildásio Tavares, também dirigido a Cláudio Bandeira, editor do 2º Caderno, faz referência à encenação de “*Lídia de Oxum*” no Parque do Abaeté, para “mais de dez mil pessoas” e faz menção aos agentes que participaram de tal produção, entre atores, coreógrafo, iluminadores e outros: Luciano Fiúza, Margareth Menezes, Inácio di Nonno, Marcos Tadeu, Geraldo Cunha, Júlio Medaglia, Carlos Moraes, Paulo Cerqueira, Serginho, Gil Vicente, Irma Vidal, João Américo, Fernando Coelho, produção da Viramundo com Marcelo Nascimento, Adrea May e Ildazio Júnior. No texto, Ildásio Tavares fala da parceria com Carlos Moraes (coreógrafo) no trabalho de direção, afirma:

[...] neste meu primeiro trabalho [esforço] grande de direção, o prazer de trabalhar com essa equipe maravilhosa de *Lídia de Oxum*. De estar lado a lado trocando ideias e aprendendo uma lição de seriedade e criatividade com este gênio que é Carlos Moraes. [...] ele é um “metteur-en-scène” da melhor qualidade e poderia, se quisesse, ter dirigido o espetáculo sozinho, porquê, ao contrário de muitos diretores locais, Carlinhos sabe trabalhar o ator. (TAVARES, [199-?], f.1 (03a09m.044. [s.d.]])

Em depoimento de Ildásio Tavares (2010), gravado por Filipe Cavali-eri, tais informações se confirmam, além da data da encenação, 1996.

⁴⁰ Como Ildásio Tavares chamava Lindemberg Cardoso.

Em outro datiloscrito com rasuras autorais, Ildásio Tavares fala de seu propósito em relação à ópera “não queríamos, por um lado, fazer uma ópera tradicional, italiana, como também (...), por outro lado, [não queríamos] fazer uma ópera destrambelhada de vanguarda, vazia, hermética, tediosa e fria” (TAVARES, [199-], f.1 (03a09m.296.[s.d.])). No depoimento gravado por Cavalieri, Ildásio Tavares (2010) afirma ter feito alterações que levaram em conta as diferenças de classe: a classe social opressora falava em decassílabos e o povo falava em redondilhas (Cf. TAVARES, 2010). Outras mudanças foram realizadas.

[T]ratando-se de uma ópera negra, sugeri a Lindembergue Cardoso desierarquizar os seus valores. Assim, [tradicionalmente,] o mocinho é sempre o tenor. Em Lídia de Oxum, os tenores são os negros, em sua primeira récita, Lazzo e Marcos Thadeu. [...] Outrossim, todas as partes da antiópera podem ser cantados por cantadores populares, desmi[s]tificando a ideia que só vozes operísticas, cultivadas podem projetar-se e ter boa execução na ópera. (TAVARES, [199-], f.4 (03a09m.296.[s.d.]))

Lídia de Oxum foi, desde o início, uma peça de teatro convertida em versos, toda rubricada, com as marcações de cena todas, com as descrições das danças e até indicação dos corais, e dos toques de atabaque. Tudo escrito e roteirizado nos mínimos detalhes. Os Cânticos africanos de candomblé fui eu quem dei a Lindembergue e eles aparecem às vezes iguais, às vezes magistralmente desenvolvidos, como o tema do Olubajé e mais ainda o tema e leit-motiv de Lídia [...] que é uma canção ijexá de Oxum, [a minha predileta como Ogan deste Orixá]⁴¹. [...] acima de ser um libreto, [...] Lídia de Oxum nasceu como uma peça para ser musicada [...] um drama lírico afro-brasileiro [...] (TAVARES, [199-], f.5-6 (03a09m.296. [s.d.]), grifo do autor)

“Na montagem, muito de nossa proposta se realiza. Afora alguns momentos de besteiro que nem eu nem Lindembergue escrevemos, mas que parece ser inevitável (...)” (TAVARES, [199-], f.6 (03a09m.296. [s.d.])). No final do documento, uma crítica: “Se Lídia de Oxum pecou no palco, foi por excesso e todo excesso numa ópera, inda mais uma ópera baiana, ambos grandiloquentes, é perdoável. Se bem que eu e Lindembergue nada queríamos de excessivo em nossa antiópera nem o derramamento é o nosso estilo.” ((TAVARES, [199-], f. 7 (03a09m.296. [s.d.]), grifo do autor).

Quanto ao texto, pronuncia-se Ildásio Tavares ([199-], f.1 (03a09m.044.[s.d.]):

Se o texto é coeso em sua estrutura, é arriscado nele mexer. Qualquer interferência numa parte, por menor que seja, de uma estrutura, afeta o todo e o pode descaracterizar, desfigurando a intenção original, sem criar uma verdade nova. Não a linguagem, [...] mas a essência do significado precisa ser bem lida para que o diretor possa substituir, acrescentar ou interpolar.

⁴¹ Acréscimo da mão do autor no texto datilografado.

O que posso concluir, a partir dos gestos de criação expostos nos datiloscritos, depoimento e impressos que fizeram circular a produção dramaturgicamente de Ildásio Tavares ou discorreram sobre ela, é que o autor mostra um trabalho de muita entrega, esforço, zelo e dedicação à literatura que produziu, e também é cômico dos processos que envolvem a gênese de uma obra, o processo de escritura, os agentes envolvidos com a produção, transmissão e recepção das obras, entre outros aspectos a considerar em uma análise mais aprofundada.

3. *Tecendo os fios de uma conclusão pela filologia*

As informações trazidas a partir dos processos de produção, circulação e apropriação dos textos (adaptações e traduções), além de conectar o leitor com a tradição textual dos documentos que a compõem, fornece ao pesquisador elementos para a prática filológica, na elaboração de notas, comentários, estudos hermenêuticos e formatos editoriais próprios à tradição e transmissão textuais. Trata-se de uma ação crítico-interpretativa do filólogo que propõe para os textos estudados novos sentidos, novas leituras, bem como sua inserção no panorama de determinada literatura (Cf. BORGES, 2019).

[...] [O]s **manuscritos e outros documentos** que integram os arquivos pessoais de autores contemporâneos ora espelham o **pulsar da oficina de escrita** própria de cada criador (mostrando a gestação e o devir da sua obra), ora desvendam o especioso percurso de que foi feito o impulso, sucesso ou insucesso, de muitas **intervenções singulares e movimentos colectivos** (literários, artísticos, cívicos, etc.) **que marcaram decisivamente a nossa história cultural mais recente**. (OLIVEIRA, 2007, p. 375) (grifo meu)

Ao estudar as modificações autorais com vistas à compreensão do processo de criação de um autor, assume-se, cada vez mais, na crítica textual, o interesse pelo processo de construção do texto, conciliando, além da perspectiva filológica, orientações de outros campos do saber, da teoria literária, das críticas, literária e biográfica, da história literária e da arquivística literária. O momento em que o autor entrega sua produção aos leitores, que dá por encerrado o percurso genético, inicia, assim, outro processo, o da recepção e interpretação.

Desse modo, nos processos de produção e publicação de um texto/obra, passa-se da esfera privada à “esfera pública de circulação de bens culturais” (GRÉSILLON, 1995, p. 270), podendo ainda o autor trazer a público novas edições revistas e corrigidas. Nesse momento, nós, filólogos, atuamos no processo de transmissão como mediadores editoriais que, através da edição crítica de textos, fazemos circular uma versão do texto que contém

a história de sua produção e transmissão textuais, que damos a ler por meio de uma crítica filológica ética e política.

Pelo viés da filologia, conduzi minha leitura de alguns dos documentos que integram o *Acervo Ildásio Tavares no Lugares de Memória*. Destaco, para finalizar meu texto, algumas das situações textuais ali verificadas: texto escrito para a encenação e para publicação; datiloscritos que registram mudanças (visando ao texto e/ou à encenação) por conta das relações entre autor, compositor, diretor, produtor e outros sujeitos não identificados; datiloscritos com rasuras autorais, alterações nas rubricas, nos diálogos, transformação do texto, enxugando-o, modificando prosa em versos; impressos com rasuras etc.

Em alguns documentos, registram-se ainda casos de modificação textual que resultam de uma escritura a várias mãos, da colaboração de outros agentes sociais e culturais, sobretudo, quando se considera a produção do espetáculo, pois “(...) o componente cênico coexiste com o texto desde o projeto inicial, embora de modo latente, não dito, até mesmo não dizível, como que recalçado pelo código da linguagem escrita” (GRÉSILLON, 1995, p. 282). Assim, tanto no que se refere ao texto quanto ao espetáculo, Ildásio Tavares e outros colaboradores (diretor, compositor, regente, coreógrafo, atores, figurinista etc.) trabalharam juntos na construção dessa dramaturgia baiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Rosa. Diálogos entre Filologia e Arquivística: acervos de dramaturgos baianos. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 23., 2019, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFil, v. 23, n. 3. p.180-195, 2019. Disponível em: www.filologia.org.br/xxiii_cnlf/cnlf/tomo01/14.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

GOMES, Márcia. Bahia leva ao palco a sua ópera negra. *Tribuna da Bahia*, [Salvador], 15 abr. 1995. Recorte de jornal. Acervo Ildásio Tavares (AIT) no Lugares de Memória (LM).

GRÉSILLON, Almuth. Nos limites da Gênese da escritura do texto de teatro à encenação. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 23, p. 269-85, 1995.

GUSMÃO, Marcus. Lídia de Oxum: Uma ópera negra. *A Tarde*, [Salvador], 10 maio 1988. Recorte de jornal.

MAESTRO Lindembergue Cardoso: Ópera Lídia de Oxum. Disponível em: http://www.lindemberguecardoso.mus.ufba.br/destaques_lidiadeoxum.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.

OLIVEIRA, António Braz de. Arquivística literária: notas de memória e perspectiva. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, v. 8, p. 372-82, Porto Alegre, 2007. Disponível em: https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/arquiv%C3%ADstica_liter%C3%A1ria_notas_de_mem%C3%B3ria_e_perspectiva. Acesso em: 03 set. 2020.

PEDREIRA, Cláudia. Ópera inédita e memórias. *Correio da Bahia*, 22 maio 1993. Recorte de jornal. Acervo Ildásio Tavares (AIT) no Lugares de Memória (LM).

SALVADOR monta primeira ópera negra do Brasil. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 20 abr. 1995. Recorte de jornal. Acervo Ildásio Tavares (AIT) no Lugares de Memória (LM).

SANTOS, Rosa Borges dos. Literatura, teatro e história: o texto em cena. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS, 2., 2007, Feira de Santana. *Anais do II Seminário de Estudos Filológicos – SEF*. Filologia e História: múltiplas possibilidades de estudo. Salvador: Quarteto, 2007. p. 71-82

SOUZA, Eneida Maria de. A biografia, um bem de arquivo. *ALEA*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 121-29, jan.-jun. 2008.

TAVARES, Ildásio. *A ópera é do povo*. [Salvador], [199-]. 1f. Datiloscrito em atenção a Cláudio Bandeira (03a09m.044-s/d).

_____. *A ópera é dos operários*. [Salvador], [199-]. 2 f. Datiloscrito em atenção a Cláudio Bandeira (03a09m.044-s/d).

_____. *Ildásio Tavares comenta origem da Ópera Lídia de Oxum*. Rio de Janeiro, 2010. Depoimento gravado por Filipe Cavalieri no ano de 2010, em Copacabana-RJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SSzC8YQPrxI>. Acesso em: 12 abr. 2021.

_____. *Lídia de Oxum; Homem e mulher; Mulher de roxo; Caramuru; O vendedor de jóias*. Salvador: SCT, 2004. Coleção Dramaturgia da Bahia.

_____. *O Arquivista*. [Salvador], [198-]. 2f (f.2 escrita no anverso e verso). Depoimento do escritor quando fez a doação de seus manuscritos ao Acervo de Manuscritos Baianos.

_____. *Quando decidimos...* [Salvador], [199-]. 7f. Datiloscrito com rasuras autorais (03a09m.296.s/d).

_____; CARDOSO, Lindembergue. *Lídia de Oxum: uma ópera negra*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, [1995].

Outras fontes:

“CARAMURU” e a eliminação do índio em todo o mundo. *A Tarde*, [Salvador], 20 set. 1978. Recorte de jornal. Arquivo Textos Teatrais Censurados (ATTC).

“CARAMURU” tem estréia amanhã pela Cia. Baiana de Comédias. *Diário de Notícias*, Salvador, 19 set. 1978. Recorte de jornal. Arquivo Textos Teatrais Censurados (ATTC).

“CARAMURU” vem aí e promete ser marco no teatro baiano. *Jornal da Bahia*, Salvador, 10 set. 1978. Recorte de jornal. Arquivo Textos Teatrais Censurados (ATTC).

O DUETO da ópera. *A Tarde*, [Salvador], 2 fev. 1988. Recorte de jornal. Acervo Ildásio Tavares (AIT) no Lugares de Memória (LM).

A ÓPERA afro-baiana de Lindenbergue[sic] Cardoso. [*Tribuna da Bahia*, Salvador, 04 ago. 1988]. Recorte de jornal. Acervo Ildásio Tavares (AIT) no Lugares de Memória (LM).

PRIMEIRA ópera negra baiana será reencenada no TCA após 24 anos. *Correio 24 horas*, [Salvador], [2019]. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/primeira-opera-negra-baiana-sera-reencenada-no-tca-apos-24-anos/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

METÁFORAS DA MORTE NOS DISCURSOS LITERÁRIO E MÉDICO DURANTE A EPIDEMIA DE HIV/AIDS NO BRASIL

Urandi Rosa Novais (UFS)
urandinovais@gmail.com

RESUMO

O estudo empreendido objetivou estudar metáforas e metonímias conceituais de morte, em textos literários e da área de medicina, mapeando como os aspectos cognitivos, sociais, históricos e culturais estão atrelados a esse processo de significação. O trabalho está embasado nos pressupostos teóricos da Semântica Cognitiva Sócio-Histórica-Cultural (SANTANA 2019; ALMEIDA, 2020; NOVAIS, 2023), da Teoria da Metáfora Conceptual (LAKOFF; JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1987), da Visão multinível da Metáfora Conceptual (KÖVECSES, 2020; Leal, 2020; Silva, 2021) e na Teoria da Metonímia Conceptual (Paiva, 2011). A pesquisa possui uma abordagem qualitativa de caráter descritivo, explicativo e interpretativo, bibliográfico e documental. O *corpus* foi composto por contos e artigos científicos da área médica, publicados entre os anos de 1980 a 2000, constituído a partir da Teoria dos Fractais (MANDELBROT, 1982; PAIVA, 2011; 2010) e da Técnica da Saturação Teórica (FLAQUETTO *et al.*, 2018; FONTAELLA, 2011; SANTANA, 2019). Os resultados encontrados nos possibilitaram refletir sobre como as metáforas e metonímias conceituais podem moldar determinados discursos na sociedade.

Palavras-chave:

HIV/AIDS. Metáfora Conceptual 2. Metonímia Conceptual.

ABSTRACT

The study undertaken aimed to study conceptual metaphors and metonymies of death, in literary and medical texts, mapping how the cognitive, social, historical and cultural aspects are linked to this process of meaning. The work is based on the theoretical assumptions of Socio-Historical-Cultural Cognitive Semantics (SANTANA 2019; ALMEIDA, 2020; NOVAIS, 2023), Conceptual Metaphor Theory (LAKOFF; JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1987), Multilevel Vision Conceptual Metaphor (KÖVECSES, 2020; LEAL, 2020; SILVA, 2021) and the Theory of Conceptual Metonymy (PAIVA, 2011; SPERANDIO, 2014; 2015). The research has a qualitative approach of a descriptive, explanatory and interpretative, bibliographic and documentary nature. The corpus was composed of short stories and scientific articles from the medical field, published between 1980 and 2000, based on the Fractal Theory (MANDELBROT, 1982; PAIVA, 2011; 2010) and the Theoretical Saturation Technique (FLAQUETTO *et al.*, 2018; FONTAELLA, 2011; The results found allowed us to reflect on how conceptual metaphors and metonymies can shape certain discourses in society

Keywords:

HIV/AIDS. Conceptual Metaphor. Conceptual Metonymy.

1. Introdução

O tema da morte é algo que instiga a humanidade desde tempos pretéritos. Para alguns a morte é vista como castigo divino para a humanidade enquanto para outros ela pode ser vista como a mola propulsora de muitas atividades humanas. Conforme Becker (1973), em a *Negação da morte*, das muitas coisas que movem o ser humano, o terror da morte é a mais forte e determinante, fazendo com que o animal humano busque diversas maneiras de afastar de si a ideia de finitude.

Esse medo da morte fica muito evidente quando o ser humano enfrenta determinadas doenças que fogem do seu controle. Se fizermos uma retrospectiva, na história, perceberemos que, em determinados momentos, muitas pessoas foram dizimadas por determinadas doenças, fazendo com que a ideia de morte fosse algo próximo e a convivência com ela fosse diária. No entanto, com o passar o tempo e, principalmente, os avanços na área de saúde com a descoberta de medicamentos e tratamentos mais eficazes na prevenção e combate de determinadas enfermidades, essa ideia de morte passou a ser distanciada.

Dito isso, o presente trabalho teve por objetivo estudar metáforas e metonímias conceptuais de morte, em textos literários e da área de medicina, mapeando como os aspectos cognitivos, sociais, históricos e culturais estão atrelados a esse processo de significação. Pois, no momento da conceptualização, há uma gama de informações que são acionadas no processo de significação e são essas informações que nos interessam mapear, para compreender como essas metáforas e metonímias moldaram os discursos médico e literário, no contexto da epidemia de HIV/AIDS, no Brasil, entre os anos de 1980 a 2000.

O estudo empreendido se justifica pela necessidade de ampliar as investigações acerca da significação da morte, abarcando um período específico da história do nosso país. Além disso, as mortes decorrentes da epidemia de HIV/AIDS foram conceptualizadas das mais diversas formas, englobando experiências religiosas, científicas, morais etc. Dessa maneira, acreditamos que os textos produzidos nesse contexto, principalmente, os selecionados para compor o nosso corpus de estudo, devem contribuir nesse processo de investigação acerca da conceptualização da morte.

No tocante à metodologia, nossa investigação é de caráter qualitativo, utilizando os seguintes tipos de pesquisa: explicativa, descritiva, documental e bibliográfica, pois essas técnicas contribuem para o estudo interpretativo dos dados encontrados no *corpus* abordado; este foi constituído de textos literários, contos, escritos por Caio Fernando Abreu (1948–1996), e textos da área de saúde publicados em cinco periódicos de grande circulação nacional

(*Revista Bioética, Informe Epidemiológico do SUS, Revista de Saúde Pública, Revista Brasileira de Epidemiologia, e os Cadernos de Saúde Pública*) publicados por diferentes pesquisadores. A composição da nossa amostra de pesquisa se deu a partir do uso da Técnica da Saturação Teórica (SANTANA, 2019; FLAQUETTO *et al.*, 2018; FONTAELLA, 2011) e a Teoria dos Fractais (MANDELBROT, 1982; PAIVA, 2011; 2010).

Os resultados encontrados nos possibilitaram refletir sobre como determinadas metáforas conceptuais são capazes de moldar os discursos de uma época, pois a ideia e conceito que se constrói de morte não é apenas um estado, mas também um símbolo complexo que varia de pessoa para pessoa e de uma cultura para outra (BECKER, 2020/1973).

2. *A Semântica Cognitiva Sócio-Histórica-Cultural e suas teias teóricas*

O trabalho empreendido se ancorou nos pressupostos teóricos da Semântica Cognitiva Sócio-Histórica-Cultural, doravante SCSHC. Essa vertente de pesquisa é mais uma das muitas ilhas teóricas dos estudos em Linguística/Semântica Cognitiva. A SCSHC “está embasada em uma visão experiencialista da cognição e considera, em suas investigações, a simbiose entre as dimensões social, histórica, cultural, além da dimensão cognitiva, na geração do significado” (ALMEIDA; SANTANA, 2020, p. 113).

Assim, o pensamento adotado nos estudos em SCSHC está embasado em uma visão experiencialista da cognição e relaciona a capacidade cognitiva dos indivíduos ao contexto sócio-histórico-cultural-político-ideológico (ALMEIDA; SANTOS, 2019). Sendo assim, ao realizar estudos e pesquisas na perspectiva da SCSHC:

Compreendemos que falamos e/ou escrevemos sobre a visão que construímos do mundo e não propriamente sobre o mundo, tal como dado independente de nós. Então, os conceitos gerados pela espécie humana acham-se inter-relacionados ao tempo, à cultura, à ideologia que os produzem e os recriam ou, até mesmo, às posições individuais que afloram no uso linguageiro. Assim sendo, qualquer significado é posicionado, já que, ao ser construído nas diferentes interações humanas, as perspectivas daqueles que o elaboram, no discurso, impõem-se. (ALMEIDA; SANTOS, 2019, p. 141)

Para conceber essa ideia de significado perspectivista, experiencialista e corpóreo, a SCSHC considera a linguagem enquanto um fenômeno atrelado à biologia humana. Pois, todas as dimensões da nossa experiência visual como, por exemplo, o movimento, a textura, a forma etc., como as demais modalidades perceptivas ratificam a ideia de que nossa experiência está indissolúvelmente atrelada à nossa estrutura. Assim, “(...) quando examinarmos mais de perto como chegamos a conhecer esse mundo, descobriremos

sempre que não podemos separar nossa história das ações – biológicas e sociais – a partir das quais ele aparece para nós” (MATURANA; VARELA, 2001 [1984], p. 28).

Desse modo, ao buscar compreender e produzir sentidos acerca do mundo que constrói e no qual está inserido, o ser humano utiliza-se dos mais diversos processos cognitivos e, dentre eles, a metáfora merece destaque. Ela desempenha esse papel por fazer parte da nossa vida cotidiana, estando presente na nossa linguagem, no nosso pensamento e, também, nas nossas ações, ou seja, “(...) Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do que pensamos e atuamos, é fundamentalmente de natureza metafórica” (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 39).

Neste trabalho, estudamos a metáfora conceptual (MC) a partir da visão multiníveis adotada por Kövecses (2017; 2020). Segundo o referido pesquisador, há, em uma metáfora conceptual, uma articulação simultânea de estruturas conceptuais ou unidades que podem ser identificadas a partir de níveis de esquematicidade. Em seus estudos, ele aborda 4 deles: o nível dos Esquemas de Imagem (EIs), o dos Domínios (DMs), o dos *Frames* (*FRs*) e o dos Espaços Mentais (EMs), considerando ainda mais um nível, o nível cinco, em que a metáfora conceptual seja instanciada, ou seja, esse nível está relacionado às expressões linguísticas que instanciam as metáforas e ao contexto em que os textos estudados estão articulados.

Além de estudar os níveis esquemáticos da MC, buscamos estabelecer relações entre metáforas e metonímias conceptuais, pois a metonímia é também elemento da cognição humana e está presente em nossa vida cotidiana, possibilitando-nos compreender os mais diversos conceitos. Assim, podemos afirmar que a metonímia é “um processo cognitivo e linguístico através do qual usamos uma coisa para nos referirmos a outra” (LITTLEMORE, 2015, p. 1).

A importância da metonímia enquanto processo cognitivo e linguístico se dá pela necessidade que temos de englobar o máximo possível de informações sobre o mundo de uma maneira mais administrável (Cf. SILVA, 2021; LITTLEMORE, 2015). Assim, as características metonímicas (parte/todo, característica por pessoa, continente pelo conteúdo, causa por efeito, marca pelo produto etc.) nos possibilita reunir o máximo de informação possível de uma maneira mais prática e objetiva.

Por isso, nossa pesquisa adotou uma postura teórica que investigou as relações existentes entre metáfora e metonímia, sendo essa relação necessária à investigação que realizamos sobre a conceptualização da morte. Pois, ao desenvolver nosso estudo, estabelecendo a interação entre metáfora e metonímia, foi possível compreender melhor o fenômeno estudado.

3. *Caminhos metodológicos*

O estudo, aqui apresentado, foi realizado a partir de uma pesquisa de caráter qualitativo, pois essa abordagem de pesquisa abarca, em sua realização, diferentes métodos de investigação, para estudar um determinado fenômeno situado em um local, para entender seu sentido, como também interpretar os sentidos que as pessoas dão a esse fenômeno (Cf. CHIZZOTTI, 2003).

Essa escolha se deu pelo fato de os estudos em SCSHC buscar articular o texto ao contexto em que foi produzido. Pois, em nosso estudo, não nos interessa apenas a expressão linguística que instancia a metáfora e/ou metonímia conceptual, mas, também, o contexto em que o texto de onde a expressão linguística foi retirada e o sujeito escrevente. Pois, como afirma Mattos e Silva (2004), ao realizarmos estudos que articulam texto e história, principalmente os estudos linguísticos, devemos abordar não só as questões sobre “língua”, mas também sobre quem fala, ou seja, os sujeitos escreventes. Assim, ao considerarmos, em nossa investigação, texto-contexto-sujeito escrevente, acreditamos abarcar o máximo de informações possíveis no processo de conceptualização de morte nos discursos médico e literário, durante a epidemia de HIV/AIDS, no Brasil.

Nosso corpus de pesquisa foi composto por textos literários (contos) e artigos científicos da área médica. Para delimitação da nossa amostra de pesquisa, utilizamos a Técnica da Saturação Teórica⁴² que, conforme Thiry-Cherques (2009), é um mecanismo que valida a pesquisa, abordando e colhendo informações nos diversos setores e áreas em que seja impossível ou desnecessário o tratamento por probabilidade da amostra de pesquisa.

Embora seja uma técnica adotada nas áreas de saúde, administração e marketing, ela tem sido utilizada nas pesquisas em Letras, especialmente no campo da Linguística/Semântica Cognitiva (Cf. ALMEIDA, 2020; SANTANA, 2019), sendo que essas pesquisadoras mantiveram a preocupação e a responsabilidade do fazer científico no que concerne ao fechamento da amostra de pesquisa por saturação teórica.

Aplicamos essa técnica de maneira que a coleta de dados foi interrompida a partir do momento em que os Domínios Matrizes começaram a se repetir, como mostra a tabela abaixo:

⁴² A técnica da saturação teórica é uma ferramenta utilizada em pesquisas qualitativas, para estabelecer e delimitar o tamanho de uma amostra de estudo, evitando, dessa forma, a captação de dados não relevantes para o estudo do fenômeno observado. Isso se deve ao fato de esses estudos prezarem pela qualidade dos dados e não apenas pela probabilidade da quantidade (NOVAIS, 2023, p. 102).

Tabela 1: Ponto de Saturação nos artigos científicos.

Artigos Científicos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Dominios Matrizes												
CONSEQUÊNCIA	X		x		x		x	x	x	x	x	x
PERIGO							x					
GUERRA		x										
EVENTO		x				x						
ORGANISMO VIVO			x									

Legenda: X novo Domínio Matriz; x Recorrência do Domínio Matriz.

Fonte: NOVAIS (2023, p. 196).

Conforme a tabela acima, fica evidente o momento em que os artigos científicos deixaram de nos oferecer novos DMs relacionados à conceptualização de morte. Essa aplicação também foi realizada com os textos literários, conforme a tabela abaixo.

Tabela 2: Ponto de Saturação nos contos

Contos	1	2	3	4	5
Dominios Matrizes					
EVENTO	X	x			
ORGANISMO VIVO	X		x		
SENTIMENTO		x			
PERIGO			x		
GUERRA			x		
VIAGEM			x	x	
PROCESSO					x

Legenda: X novo Domínio Matriz; x Recorrência do Domínio Matriz.

Fonte: NOVAIS (2023, p. 196).

Conforme apresentado na tabela 2, não houve ponto de saturação, pois apenas 5 contos do já citado autor nos forneceu expressões linguísticas que instanciam metáforas conceptuais de morte.

Delimitado tamanho da nossa amostra de pesquisa, ou seja, 8 artigos científicos e 5 contos, recolhemos os excertos textuais que apresentavam as expressões linguísticas em que encontramos metáforas e metonímias conceptuais de morte.

Depois de recolher todos os excertos textuais, organizamo-los a partir das metáforas conceptuais que instanciavam e qual Domínio Matriz era acessado no processo de conceptualização conforme o quadro abaixo.

Quadro 1: Organização do estudo do corpus⁴³

Excerto textual	Metáfora Conceptual	Domínio Matriz
[...] e agora vejo apenas um rapaz dentro do qual a morte caminha inexorável, só não sabemos quando o golpe final , mas virá [...] (ABREU, 1994, p. 191).	MORTE É GUERRA	GUERRA

Fonte: elaboração nossa.

Realizada essa organização, passamos ao estudo do corpus da seguinte forma: apresentação da metáfora conceptual e as expressões linguísticas que as instanciaram; em seguida, apresentamos o estudo dos níveis esquemáticos e a relação entre metáforas e metonímias conceptuais, como veremos na seção a seguir.

4. *Metáforas e Metonímias podem moldar o pensamento coletivo: estudo do corpus*

O estudo da metáfora conceptual MORTE É GUERRA busca demonstrar como determinadas metáforas podem estruturar os discursos de uma determinada sociedade, revelando estigmas e preconceitos que precisam ser revistos e combatidos.

4.1. MORTE É GUERRA

Estudos surgidos a partir da teoria proposta por Lakoff e Johnson (1980) evidenciam como recorremos ao domínio da GUERRA, para a compreensão de outros domínios. No nosso estudo, por exemplo, recorremos ao referido domínio, para compreender o fenômeno da conceptualização da MORTE.

⁴³ Apresentamos nesse trabalho apenas o estudo da Metáfora Conceptuais: MORTE É GUERRA. Pretendemos, em estudos futuros apresentar outras metáforas conceptuais que foram encontradas em nosso corpus de estudo.

Quadro 2: Ocorrências da Metáfora Conceptual MORTE É GUERRA.

MORTE É GUERRA		
Ocorrência ⁴⁴ 06	Autor ABREU (1994)	Excerto textual [...] e agora vejo apenas um rapaz dentro do qual a morte caminha inexorável, só não sabemos quando o golpe final , mas virá [...] (p. 191).
11	COHEN et al. (1993)	Ocorre que o diagnóstico, com efeito de uma bomba, põe em xeque as defesas psíquicas anteriores, uma vez que denuncia toda a vulnerabilidade humana, antes impossível de ser percebida. <i>Desse confronto com a morte</i> a melhor saída é a de quem estima a própria vida e nela acredita, mesmo levando em conta a sua contingência, inclusive porque o abatimento emocional debilita o corpo, tornando-o ainda mais vulnerável. (p. 02).

Fonte: Novais, 2023, p. 140

Ao aplicarmos a visão multiníveis da metáfora (KÖVECSSES, 2020; 2017; LEAL, 2020; SILVA, 2021), é possível identificar os seguintes Esquemas de Imagem envolvidos na MC MORTE É GUERRA: LIGAÇÃO, PARTE/TODO, FORÇA, FORÇA CONTRÁRIA e TRAJETÓRIA. O EI LIGAÇÃO é estrutural, ligando os dois domínios envolvidos no processo de conceptualização; o EI PARTE/TODO, também, é estrutural, pois usamos parte dos elementos do domínio GUERRA para compreender MORTE. O EI de FORÇA, mais especificamente, o de FORÇA CONTRÁRIA se dá a partir das seguintes expressões linguísticas: “Desse confronto com a morte” e “golpe final”, pois, essas expressões nos possibilitam estabelecer uma relação com nossa experiência corpórea de confronto, combate, luta, ou seja, nos opor a uma força contrária, sendo que esses sentidos estão articulados ao DM da GUERRA.

Ainda é possível, na ocorrência 06, identificar o EI TRAJETÓRIA, com foco na META, ou seja, o objetivo final que, neste caso, é a morte do sujeito portador de HIV/AIDS, como é possível perceber na seguinte expressão linguística: “(...) e agora vejo apenas um rapaz dentro do qual a morte caminha inexorável, só não sabemos quando o golpe final, mas virá”. Pela

⁴⁴ As ocorrências 06 e 11 foram as que instanciaram a metáfora conceptual MORTE É GUERRA. Por isso, mantivemos o número, obedecendo a ordem encontrada no corpus da pesquisa. Ressaltamos que, neste trabalho, apresentamos apenas uma das muitas metáforas encontradas.

expressão, é possível perceber que a morte traça um determinado trajeto para cumprir seu objetivo final: ceifar a vida do indivíduo.

No segundo nível esquemático temos o Domínio Matriz GUERRA. Isso se dá, principalmente, pelo fato de a morte ser causada por uma doença, AIDS. E, quando se fala de doença, as metáforas da guerra são evocadas. O DM GUERRA acaba se constituindo por diversos *frames*; estes compõem o terceiro nível esquemático da referida MC, sendo eles: LUTA e GOLPE FINAL presentes na expressão linguística “só não sabemos quando o golpe final, mas virá”; ESTRATÉGIA DE ATAQUE/DEFESA presente na expressão linguística “põe em cheque as defesas psíquicas”; BOMBARDEIO evocado na expressão linguística “Ocorre que o diagnóstico, com efeito de bomba”; CONFRONTO presente em “Desse confronto com a morte”.

Nessa evocação de *frames* para elaboração do conteúdo conceptual, chegamos ao nível menos esquemático e mais específico da MC, ou seja, os Espaços Mentais, pois é a partir deles que conseguimos mapear os sentidos presentes nas ocorrências. A ocorrência 06 foi extraída de um texto literário e aciona o EM de CONFIR-MAÇÃO, pois a referida ocorrência é oriunda de um conto datado e localizado no contexto da epidemia de HIV/AIDS, em um momento em que não existia tratamento para a doença. Assim, a pessoa que se descobria portadora de HIV/AIDS, de certa forma, travava uma luta pela vida. Mas, infelizmente, com ausência de tratamento efetivo e a ação do vírus, enfraquecendo o sistema imunológico do paciente, era uma luta perdida, pois acabava morrendo em decorrência dos agravamentos da doença.

Na ocorrência 06, temos a expressão linguística que confirma essa derrota sofrida pelo sujeito com HIV/AIDS, naquele contexto epidêmico: “a morte caminha inexorável, só não sabemos quando o golpe final, mas virá (...)”. Nessa expressão, levando em consideração o item léxico “*inexorável*” usado para caracterizar a morte e, considerando o contexto em que o referido texto foi publicado, podemos perceber o quanto a morte era implacável e severa, ou seja, naquele contexto, descobrir-se portador de HIV/AIDS era confirmar a perda da luta pela vida, sofrendo a severidade das ações da doença por todo o corpo até o momento do “*golpe final*”, isto é, da morte do sujeito infectado por HIV/AIDS.

Já na ocorrência 11, oriunda da área médica e escrita por um médico, evoca o EM de ENFRENTAMENTO. Nela, temos a seguinte construção de sentido: o sujeito se vê diagnosticado de forma positiva para HIV/AIDS, “Ocorre que o diagnóstico, com efeito de bomba”, relacionando ao bombardeio de informações e sensações sentidas pela pessoa ao receber o diagnóstico positivo, para uma doença que lhe levaria à morte. Por outra parte, o *frame* ESTRATÉGIAS DE DEFESA acionado pela expressão linguística põe

em cheque as defesas psíquicas” pode ser relacionado à situação psicológica do sujeito que se vê condenado à morte por uma doença que, neste caso, é a AIDS e, por fim, ao evocar o *frame* CONFRONTO, “Desse confronto com a morte”, é acionada a ideia de confrontar a morte, possibilitando ao paciente, naquele contexto epidêmico, lidar, da melhor maneira, com a ideia de morte, para evitar o abatimento emocional e não ficar ainda mais vulnerável à doença que o mataria.

Além disso, quando trazemos o contexto da ocorrência, relacionando-o ao gênero textual artigo científico e ao conceptualizador escrevente, um médico. É possível compreender o uso dos *frames* evocados pelos EMs para a construção da prática real de comunicação. Pois, é comum, no discurso da área médica, o acionamento da nossa experiência com guerra, para falar sobre as doenças e, também, sobre a morte.

Para além da MC MORTE É GUERRA, é possível identificarmos a metonímia conceptual que se apresenta de duas formas, a depender da perspectiva que adotamos. Seguindo os pressupostos de Lakoff (1987) e Radden e Kövecses (1999), temos a metonímia conceptual como um efeito prototípico, pois, ao retomarmos a expressão linguística “*Desse confronto com a morte*”, na ocorrência 11, temos o item léxico “confronto”; este, considerando o contexto em que os textos estão datados e localizados, pode ser considerado o elemento mais prototípico da categoria GUERRA que é acionada como DM estruturante da referida MC. Esse efeito prototípico do item CONFRONTO, como já discutido, levou em consideração aspectos do contexto sócio-histórico-cultural, ou seja, entre os muitos itens que compõem a categoria GUERRA, o que mais forneceu informações sobre a guerra travada contra a morte em decorrência de HIV/AIDS foi o item CONFRONTO.

Por outro lado, adotando a perspectiva da metonímia conceptual enquanto um fractal da linguagem (PAIVA, 2010; 2011; ALMEIDA, 2015; SANTANA, 2019), a referida expressão linguística, ao trazer o item léxico “confronto”, realiza um processo de compressão de todo o DM GUERRA, pois, o *frame* CONFRONTO tem a capacidade de comprimir todo o cenário de guerra, sendo que, partindo da nossa experiência, em um confronto, podemos mapear: os adversários envolvidos na guerra, as estratégias de ataque e defesa, o lado mais vulnerável, as vítimas mortas e feridas, entre outras características que perpassam um ambiente de guerra.

Assim, ao evocar “Desse confronto com a morte”, no cenário de epidemia de HIV/AIDS, há, no item léxico “confronto”, uma compressão de todo o processo envolvido desde o diagnóstico da doença, a aceitação, o enfrentamento dos preconceitos e estigmas sociais, os abalos psicológicos, os tratamentos paliativos e até mesmo a aceitação da ideia de morrer.

Na ocorrência 06, é possível, também, perceber a metonímia enquanto um elemento fractal da linguagem não só pela relação PARTE/TODO, mas, principalmente, pela capacidade de compressão que ela exerce nesse contexto de uso, pois “golpe final” comprime uma gama de informações que, a partir do contexto em que o texto está inserido, pode ser acionado: o sujeito se descobre com HIV/AIDS, em um contexto sem tratamento efetivo – “um rapaz dentro do qual a morte caminha inexorável”, trava uma luta pela vida com tratamentos paliativos que não surtem efeito; a doença se instala no organismo, debilitando o sistema imunológico, deixando o paciente suscetível às doenças oportunistas – “só não sabemos quando o golpe final, mas virá”, essas doenças levam o indivíduo à morte, ou seja, na luta pela vida entre o sujeito convivendo com HIV/AIDS e a morte, esta sai vencedora ao dar o golpe final no paciente. E, em uma luta, o golpe final aciona o vencedor (morte) e o perdedor (paciente convivendo com HIV/AIDS).

5. *Considerações finais*

Estudar as metáforas conceptuais a partir da visão multinível (CF. KÖVECSSES, 2020; 2017) nos possibilitou mapear os aspectos estruturantes de uma metáfora conceptual. Além do mais, esses aspectos ratificam os procedimentos teóricos e metodológicos adotados pela SCSHC que, em suas investigações, considera a ideia de mente corporificada, ou seja, os aspectos cognitivos, sociais, históricos e culturais estão atrelados a esse processo de significação.

O estudo nos demonstrou como as metáforas e metonímias conceptuais podem determinar o pensamento e comportamento da sociedade em relação à morte provocada por uma doença, pois, conforme Sontag (1989) muitas metáforas fazem o doente sofrer mais que a própria doença. Assim, ao relacionar o diagnóstico positivo para HIV com a ideia de morte, muitas pessoas, convivendo com o HIV/AIDS, viam-se desesperadas, desamparadas e excluídas do convívio social.

Tanto o discurso médico quanto o discurso literário, ao apresentar a MC MORTE É GUERRA, possibilitaram-nos perceber a visão estigmatizada e preconceituosa da sociedade da época da epidemia de HIV/AIDS, no Brasil. Por isso, é necessário debater, rever conceitos, para combater os estigmas que ainda existem em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Caio Fernando. *Os dragões não conhecem o paraíso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- ABREU, Caio Fernando. *Ovelhas negras*. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- ALMEIDA, A. Ariadne Domingues. Estamos sempre em guerra? Estudo Cognitivo Sócio-Histórico de uma metáfora da Gripe Espanhola e da COVID-19. *Estudos Linguísticos e Literários*, n. 69, 2020, Salvador: p. 366-395.
- _____; SANTANA, Neila Maria Oliveira. Semântica cognitiva sócio-histórica: estudos sobre o significado. Salvador: EDUNEB, 2020.
- _____; _____. O estudo do significado léxico em semântica sócio-histórico-cognitiva. *Macabéa – Revista eletrônica do Netlli*, Crato, v. 8, n. 2, p. 136-57, 2019.
- _____; _____. A Semântica Cognitiva Sócio-Histórico-Cultural: Questões Epistemológicas", p. 113 -132. In: LOPES, N. da Silva; SANTOS, E.S. dos; CARVALHO, C. dos S. (Orgs). *Língua e Sociedade: Diferentes Perspectivas*, Fim Comum. São Paulo: Blucher, 2019.
- BESSA, Marcelo Secron. *Histórias positivas: a literatura (des)construindo a AIDS*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- COHEN, Cláudio; FAIMAN, Carla Júlia Segre. AIDS: ataque ao sistema de defesas psíquicas. *Revista Bioética*, v. 1, n. 1, p. 01-05, 1993.
- KÖVECSSES, Zoltán. *Extendend conceptual metaphor theory*. Cambridge: Cambridge University press, 2020. p. 50-92
- _____. Levels of metaphor. *Cognitive linguistics*, n. 28, v. 2. Amsterdam, p. 321-47, 2017.
- LAKOFF, George. *Woman, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University Chicago Press, 1987.
- _____; TURNER, Mark. *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago: The University Chicago Press, 1989.
- LEAL, Morgana de Abreu. *Metáforas do medo*. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Educação e Humanidades – Instituto de Letras – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, 2020. 241fls.
- LITTLEMORE, J. *Metonymy: Hidden Shortcuts in Language, Thought and Communication*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

MANDELBROT, Benoît. Fractais. In: FAUSTO, R. *et al.* (org.). *Fronteiras da ciência: desenvolvimentos recentes Desafios futuros*. Coimbra: Gradiva, 2003.

MATURANA, H.; VARELA, F. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Trad. de Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2001.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. O processamento metonímico/metafórico à luz da teoria do caos/complexidade. *Revista Portuguesa de Humanidades / Estudos Linguísticos*, p. 51-66, 2011.

_____. A metonímia como processo fractal multimodal. *Veredas online – atemática*, p. 07-19, PPG linguística/UFJF, Juiz de Fora, 2010.

SANTANA, Neila Maria Oliveira. Estudo Sócio-Histórico-Cognitivo das conceptualizações e categorizações do amor em cartas dos séculos XIX e XX. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras – Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2019. 212f.

SONTAG, Susan. *Aids e suas metáforas*. Trad. Paulo Henrique de Brito. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TUIRY-CERQUES, Hermano Roberto. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. *Revista Brasileira de Pesquisas em Marketing (PMKT)*, v. 2, p. 20-7, setembro, 2009.

NOVAIS, Urandi Rosa. *A epidemia de HIV/AIDS no Brasil: um estudo semântico cognitivo sócio-histórico-cultural da conceptualização da morte no século XX*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2023. 193f.

**NORMA CULTA EM FOCO: ANÁLISE SOCIOLINGÜÍSTICA
DE PRODUÇÕES ESCRITAS DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**

Fatiny Moura (UESB)

fatiny.moura@hotmail.com

Vivian Antonino (UESB)

viviantonino2@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa propõe-se a analisar qualitativamente textos escritos de discentes dos 1º, 3º, 5º e 7º semestres do curso de Licenciatura em Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus Jequié, e mapear o uso da norma culta a fim de diagnosticar os desvios recorrentes e suas motivações e verificar se de fato a norma culta é alcançada com a conclusão do curso superior. Sabendo-se que os fatores sociais são basilares para a análise linguística, nesta pesquisa, ao utilizar o conceito de língua como um sistema diferenciado, provido de heterogeneidade e sistematicidade, fez-se coleta de dados sociais dos informantes para a efetivação da análise considerando-se as vivências dos indivíduos. Tendo como objetivo o mapeamento das recorrências de desvios gramaticais e estruturais, desde a divergência com o acordo ortográfico à má estruturação de parágrafos-padrão, com períodos longos e lapsos de elementos coesivos adequados para a construção de sentido de uma unidade coesa e coerente, a hipótese inicial era de que tendências a desvios de norma culta com maiores ocorrências de base variacionista fossem mais comuns nos primeiros semestres, visto que, com o decorrer do curso, formador de docentes de Língua Portuguesa, é esperado que haja uma apropriação da variação culta.

Palavras-chave:

Norma culta. Produção escrita. Variação linguística

ABSTRACT

This research aims to qualitatively analyze texts written by students of the 1st, 3rd, 5th and 7th semesters of the Licentiate Degree in Letters at the State University of Southwest Bahia, Jequié campus, and to map the use of the cultured norm in order to diagnose the recurrent deviations and their motivations and verify if, in fact, the cultured norm is reached with the conclusion of university education. Knowing that social factors are fundamental for linguistic analysis, in this research, when using the concept of language as a differentiated system, provided with heterogeneity and systematicity, the informants' social data was collected to carry out the analysis, considering their individual experiences. Aiming at mapping the recurrences of grammatical and structural deviations, from the divergence with the orthographic agreement to the poor structuring of standard paragraphs, with long periods and lapses of cohesive elements suitable for the construction of meaning of a cohesive and coherent unit, the initial hypothesis was that tendencies to deviations from the cultured norm with greater occurrences of variationist base were more common in the first semesters, since, along the course, that trains portuguese language teachers, it is expected that there will be an appropriation of the cultured variety.

Keywords:

Cultured norm. Linguistic variation Written production.

1. Introdução

Afirmar que língua e sociedade apresentam uma relação íntima e que é praticamente impossível conceber língua sem sociedade ou sociedade sem língua não é grande novidade, a partir de um olhar sociolinguístico. E se esta influência é tão certa e inquestionável, também o é o caráter variável da língua. Assim, tomando por base tal variabilidade, neste trabalho busca-se, através da observação da escrita de estudantes universitários do curso de Licenciatura em Letras, analisar se uma formação superior acadêmica traria marcas que indicassem a consolidação da norma culta na competência comunicativa dos graduandos.

Partimos da hipótese inicial de que há tendências a desvios de norma culta característicos por período, com maiores ocorrências nos primeiros semestres, provavelmente atrelados ao convívio com a linguagem urbana comum, e posterior aproximação com o padrão normativo, visto que a licenciatura forma docentes de Língua Portuguesa, os quais supostamente têm domínio das dinâmicas dos constituintes que afetam a escrita. A construção do trabalho sustenta-se no objetivo de analisar o perfil da norma culta hodierna, a fim de diagnosticar os desvios recorrentes e verificar se a norma culta, de fato, é alcançada com a conclusão do curso superior, a partir do mapeamento das ocorrências de desvios.

2. Fundamentação teórica

Sabendo-se que os fatores sociais são basilares para a análise linguística, nesta pesquisa, utiliza-se o conceito de língua como um sistema diferenciado, provido de heterogeneidade e sistematicidade, como proposto pela Sociolinguística (Cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]).

Ainda, entende-se aqui o português brasileiro como produto de um cenário sociolinguístico plural e polarizado (Cf. LUCCHESI, 2015), no qual os usos linguísticos que mais se afastam do padrão normativo são reflexos de uma enorme desigualdade social que tem raízes históricas e que se evidenciam por meio do preconceito linguístico (Cf. BORTONI-RICARDO, 2005).

Nessa perspectiva, a norma é concebida, consoante Eugenio Coseriu, como o conjunto de fatos linguísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as pessoas de certa comunidade, incluindo os fenômenos em variação. Aqui, então, para fins de esclarecimento, é preciso distinguir as normas linguísticas. Embora a norma linguística modelar, imposta no século XIX, receba “múltiplas denominações: norma culta, norma-padrão, norma gramatical, gramática, língua culta, língua padrão, língua certa, língua cuidada, língua literária, entre tantas outras” (FARACO, 2008) respaldadas em

concepções de língua conflitantes e equivocadas, perpetradas a partir de representações ideológicas assentadas nos processos históricos da construção política da sociedade, é preciso desmitificar o problema da terminologia: norma-padrão e norma culta não são sinônimos.

A norma-padrão é entendida como o “conjunto de regras padronizadas, descritas e prescritas pelas gramáticas normativas, inspiradas em estágios passados da língua e principalmente nas opções de um grupo restrito de escritores consagrados” (BAGNO, 2007, p. 130), sendo, portanto, idealizada e artificial; enquanto que a norma culta, embora seja a variedade que mais se aproxima do padrão normativa, diz respeito à variedade linguística real que caracteriza a fala e a escrita dos cidadãos urbanos letrados e socioeconomicamente privilegiados (Cf. BAGNO, 2007). Assim, tem-se que a norma culta, conforme estabelecido pelo Projeto da Norma Urbana Culta (NURC), corresponde à variedade de uso corrente entre falantes com escolaridade superior completa⁴⁵, em situações monitoradas, uma vez que pressupõe envolvimento com atividades relacionadas à cultura escrita (FARACO, 2008).

A expressão norma culta/comum/standard (...) designa o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso de falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita. Esse vínculo com os usos monitorados e com as práticas da cultura escrita leva os falantes a lhe atribuir um valor social positivo, a recobri-la com uma capa de prestígio social (Cf. FARACO, 2008, p. 71).

É válido, ainda, esclarecer que a norma culta falada e a norma culta escrita são modalidades distintas. Logo, parte-se da hipótese de que a escrita de graduandos se aproxime da norma culta, caracterizada como a norma linguística praticada por grupos economicamente e socialmente privilegiados em situações de maior grau de monitoramento, como é o caso da escrita de trabalhos acadêmicos. É válido destacar que os materiais escritos aqui analisados tinham finalidade avaliativa e foram produzidos em casa, com tempo para possíveis reescritas e acesso a editores de textos que ajudam na correção da escrita, ou seja, o contexto corrobora para uma produção altamente monitorada. Assim,

[...] esperar-se-ia o emprego de estruturas padrão dos grupos mais escolarizados e mais sensíveis à diversidade linguística em relação à necessidade de adequação dos usos alternativos em estilos e gêneros de grau diferenciado de formalidade tanto na fala quanto na escrita. (MOLLICA, 2010, p. 29)

Assim, supondo que o ensino universitário seja crucial para o desenvolvimento de competências linguísticas e comunicativas que permitam a

⁴⁵ Este conceito já vem sendo revisto para se adequar melhor à nova realidade social, no entanto, aqui, optamos por manter esta definição mais tradicionalmente conhecida.

apropriação da norma culta, sobretudo no curso de formação de professores de Língua Portuguesa, espera-se que, com o decorrer do curso, as ocorrências de base variacionista, provavelmente atreladas ao convívio com a linguagem urbana comum, diminuam, a partir do desenvolvimento do domínio das dinâmicas dos constituintes que afetam a escrita.

2.1. Metodologia

A pesquisa sociolinguística aqui realizada se propõe a uma análise quali-quantitativa de dados obtidos a partir da produção escrita de discentes do curso de Licenciatura em Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus Jequié, em distintos momentos da trajetória acadêmica (1º, 3º, 5º e 7º semestres), escolhidos aleatoriamente. Para isto, houve autorização por parte dos discentes, através da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Num primeiro momento, aplicou-se um questionário sociocultural, a fim de se compreender a realidade em que estes discentes estavam inseridos. Assim, 40 graduandos do curso de Letras, 10 de cada semestre em estudo, responderam perguntas voltadas para a sua identificação social, como gênero, faixa etária, ocupação e procedência escolar e seu comportamento estudantil, como tempo de leitura diária, quantidade de livros lidos anualmente, usos da escrita e participação em atividades complementares de leitura e/ou produção textual.

No segundo momento, recolheram-se textos produzidos com o fim avaliativo em diferentes disciplinas do curso. Foram variados os gêneros, indo desde respostas dissertativas a questões até relatório de estágios. Em seguida, o material foi digitalizado e transcrito para, depois, se realizar uma primeira análise dos desvios relativos ao padrão. Após a análise preliminar, realizou-se a separação das ocorrências em quatro grandes quadros de maior recorrência: desvios sintáticos, ortográficos, estruturais e morfológicos.

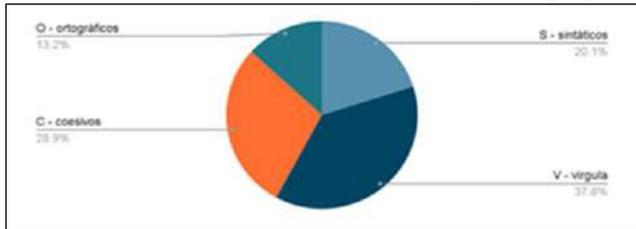
Na terceira etapa, então, deu-se a codificação dos dados, bem como o seu processamento estatístico e análise, uma vez que os dados quantitativos apresentados servem de subsídio à apreciação qualitativa, com o intuito de sinalizar aspectos relevantemente concernentes ao ensino e à aprendizagem da norma culta no ambiente acadêmico.

2.2. Análise dos dados

Ao analisar os textos coletados, notou-se a recorrência de desvios relativos aos aspectos ortográficos (O), morfossintáticos (S), à coesão textual

(C) e ao emprego da vírgula (V), especificamente, como demonstrado no gráfico 1 abaixo

Gráfico 1: Distribuição dos desvios conforme a categoria a que pertencem.



Fonte: Elaboração própria.

Pelo caráter majoritariamente qualitativo desta pesquisa, as ocorrências de desvios presentes na escrita dos estudantes serão, agora, contextualizadas, descritas e comentadas.

A categoria *O* (desvios ortográficos) subdividiu-se em: erro ortográfico, acentuação, separação silábica e emprego inadequado de trema, hífen e aspas. Em *erro ortográfico*, *acentuação* e *emprego inadequado de trema, hífen e aspas*, encontram-se vocábulos escritos de forma incongruente com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (2008).

A seguir, são apresentados exemplos referentes aos desvios de ortografia presentes no *corpus*:

(1) A **perspectiva** cognitivista são estratégias e habilidades que o leitor cria e executa inconscientemente para compreender um texto.

(2) Apesar do contato entre as línguas, a língua **indígena** da mãe era a língua falada pelos filhos e pela maioria dos habitantes da região.

(3) Em termos de estruturais, O Colégio Estadual Luiz Viana Filho dispõe de salas muito amplas com ventiladores, com cadeiras de madeira, lousa e uma TV para reproduções **multi-mídia**.

(4) A **expressão** “língua geral” se definiu nos séculos XVII e XVIII, quando em São Paulo (...)

Observa-se que em (1) a grafia do termo *perspectiva* encontra-se em dissonância com os mais diversos dicionários de língua portuguesa revisados conforme a nova ortografia, ao refletir na modalidade escrita um fenômeno característico da fala urbana comum em situações de não monitoramento de apagamento do fonema /R/ em coda silábica. Em (2), vê-se a não acentuação gráfica da palavra proparoxítona *indígena*. Já em (3), nota-se que não houve atenção à alteração da regra de utilização do hífen, já que a grafia expressa

no exemplo está em desacordo com a determinação de que o hífen não mais deve ser empregado na formação de palavras com os prefixos de origem grega e latina, como é o caso de *multi-*. Por fim, é possível perceber o desvio em relação à não separação das letras do dígrafo *ss* em *ex.pres.são*.

Em *S* (desvios morfossintáticos), observaram-se casos de concordâncias verbal e nominal, conjugação de tempo verbal, regência, colocação pronominal e crase. A crase, embora esteja relacionada à subcategoria de regência, por ser a fusão entre a preposição *a*, exigida pelo verbo/nome regente, e os artigos *a/as* ou pronomes *a/as/* e *aquele/a/s, aquilo*, é compreendida como uma categoria à parte por ser um fator particular à escrita, já que na modalidade oral não é possível diferenciar o *a* do *à* com o acento grave para assinalar a crase.

Seguem abaixo exemplos de ocorrências referentes aos desvios morfossintáticos:

(5) Por fim, é importante ressaltar que, as obras de Lima Barreto, não só antigamente, mas atualmente, são de grande importância para a cultura brasileira, pois **retrata** a verdadeira face da sociedade brasileira (...)

(6) O analfabetismo em todos os seus níveis (absoluto, o iletrista, o funcional, o político, entre outros) gera isto nos indivíduos, uma dificuldade de compreender o mundo e de serem pensadores críticos, os reduzindo a viverem na caverna da ignorância, **no qual** as correntes que aprisionam são os tabus e dogmas sociais (...)

(7) Os leitores sempre pode **está** indagando, quem é branco ou negro na história.

(8) Logo, as línguas Gerais surgem a partir dessa condição de contato, diferentemente do pidgin, que é uma língua emergencial que surge da necessidade do povo negro, até então, escravizado, **para** se comunicar com seus dominadores ponto (...)

(9) É fato notar que a consequência dessas limitações impostas, não pela natureza, mas sim pelo menos social, leva o indivíduo a não **alfabetizar-se**.

(10) Tudo em forma de denúncia, como já mencionado, com críticas e sátiras **a** sociedade da época.

(11) Pidgin e língua geral **tem** contextos de surgimento totalmente opostos.

Em (5), é possível perceber desvio de concordância verbal partir da relação estabelecida entre “as obras de Lima Barreto” e o verbo *retratar*; trata-

se de um caso claro em que a não concordância se dá em decorrência da distância entre sujeito e verbo, interpostos por apostos, adjuntos adverbiais e orações intercaladas e subordinadas adjetivas ou adverbiais. Em (6), a ocorrência relaciona-se à não concordância nominal, já que o pronome relativo *no qual*, conjugado no masculino singular está em dissonância ao seu referente, a *caverna*. Já em (7), o verbo *estar*, verbo principal empregado na oração ao lado do verbo auxiliar *poder*, deveria estar no infinitivo, pois em construções de locução verbal apenas o verbo auxiliar é conjugado para indicar o tempo, o modo e o número. Nesse caso específico, uma possível explicação para o equívoco é o fato de que o /R/ em posição final de palavras tende a sofrer apagamento, que ocorre porque, conforme Bagno (2007, p. 121), “(...) é um traço característico de todas as variedades linguísticas brasileiras, independentemente da região ou da classe social do falante, a eliminação do R final dos infinitivos”. Assim, é possível que haja confusão na grafia de verbos no infinitivo por influência de fenômenos característicos à fala, como é o caso da apócope, isto é, a supressão, muito difundida no português brasileiro, da consoante /r/ em final de palavra, sobretudo de infinitivos verbais.

Em (8), ocorre o caso de desvio de regência nominal estabelecida entre o nome *necessidade* e a preposição *para*. Em (9), a ocorrência em análise refere-se à colocação pronominal da partícula *se*, empregada equivocadamente em posição enclítica. Conforme a norma-padrão, da qual a norma culta, sobretudo na modalidade escrita, almeja aproximar-se, se precedido de palavras ou expressões negativas, como o *não*, o pronome deve vir em próclise. Em (10), verifica-se o desvio relativo ao (não) emprego da crase e, por fim, em (11), nota-se o destaque aos casos de concordância verbal em que a diferença entre as conjugações verbais, na escrita, é determinada apenas pelo acento circunflexo, o que pode gerar confusão entre os falantes do português ao redigir um texto.

No que se refere à categoria *C* (desvios relativos a aspectos coesivos), a subdivisão contempla gerundismo e queísmo, paralelismo, pontuação, conectivos, emprego de pronomes, hipercorreção, período longo, coerência e falta de atenção na escrita, responsável por ocasionar erros tipográficos nos textos produzidos através dos meios digitais. Estes elementos de análise foram selecionados a fim de destrinchar o que, “para Halliday e Hasan (1976), diz respeito às relações de sentido que ocorrem no interior do texto, por meio das quais uma sentença se liga à outra” (KOCHE; BOFF; PAVANI, 2009, p. 31).

O gerundismo e o queísmo correspondem ao “vício de linguagem” de repetição excessiva dessas construções ao longo do período, responsável por torná-lo truncado e, não raras vezes, confuso. O paralelismo refere-se à cor-

respondência de funções gramaticais e semânticas existentes nas orações, a qual, além de melhorar a compreensão textual, contribui para o desenvolvimento de um texto de leitura mais agradável. Já a pontuação concerne aos recursos prosódicos que conferem às orações ritmo, entoação e pausa, bem como indicam limites sintáticos e unidades de sentido.

Os conectivos referem-se aos elementos linguísticos que servem para orientar a sequência do discurso, isto é, “para determinar os encadeamentos possíveis com outros enunciados capazes de continuá-lo” (KOCH, 1993, p. 104-5 *apud* KOCH; BOFF; PAVANI, 2009, p. 31), tornando o período coeso e coerente. A parte destinada ao emprego de pronomes está embasada na utilização adequada desta classe gramatical no encadeamento de ideias das orações, com foco maior nos pronomes relativos, os quais devem estar em consonância ao seu referente. A hipercorreção, por sua vez, relaciona-se à preocupação excessiva com a correção textual, o que pode levar a usos pouco comuns na língua ou a desvios que consistem na substituição da forma correta por uma incorreta.

No que tange à análise de períodos longos, busca-se verificar como a pontuação inadequada e o excesso de informações em um único **período** são capazes de ocasionar um texto não claro e ambíguo, com falhas que comprometem o entendimento dos interlocutores. Por fim, em nível de coerência, procura-se analisar a construção de sentido dos enunciados ou a falta de lógica, de nexos entre fatos, ideias e/ou ações descritas.

(12) Por fim, percebe-se **que** a educação de jovens e adultos (EJA), é um projeto **que** visa levar uma educação de qualidade para pessoas **que** abandonaram os estudos muito cedo e **que** a leitura tem um papel transformador na vida destes indivíduos (...).

(13) Por fim, o trabalho foi concluído de forma bastante positiva, com ótimas recomendações tanto **dos** alunos, quanta **(da)** professora regente e **(da)** vice-diretora.

(14) **O conto em questão intitulado: “Carta de um defunto fico”,** extraído do livro “Os 100 melhores contos de humor da literatura universal”, Ediouro – 2001, p. 368, organização de Flávio Moreira da Costa. **Traz a figura de um aristocrata,** mesmo que, postumamente, ainda tinha algumas considerações a fazer.

(15) A produção de Lima **mesmo** nesse conto fazendo essa intertextualidade com a produção de Machado, **porém** se diferencia, da produção Machadiana que visava tratar da realidade, mesmo que tripudiando em cima da burguesia (...).

(16) Enquanto o pidgin se dá através de uma situação emergencial **onde** um dominado se vê na obrigação de aprender à força expressões da língua do dominante para sobrevivência (...).

(17) (...) a maioria dos guerrilheiros eram negros, porque essa talvez fosse a única chance de que eles **tinham** de se **libertarem** totalmente da escravidão.

(18) Para chegar a uma conclusão consistente, é preciso, então, entender qual o contexto social do período em questão; os dados demográficos dão conta de que o número de negros que vieram escravizados para o Brasil era maior que o número de índios que aqui viviam, outro fato que merece destaque é o tratamento dado aos portugueses para os índios e para o negro; em ambas as relações, havia uma força de dominação, porém, é sabido que a relação dos portugueses com os negros eram muito mais violenta, como consequência disto, os negros aprendiam o português de maneira mais abrupta que os índios, isso se constata nas formações de línguas pidgins a língua geral; por último, vale ressaltar o processo de interiorização do Brasil, o qual os negros foram enviados nessas expedições, portanto, dados todos esses fatores podemos afirmar que os negros foram responsáveis por difundir o português popular.

(19) E era tratado com completa **importância** e com **descaso**; daí a necessidade da denúncia.

(20) Diferentemente das narrativas da estética romântica, o **canto** de Lima traz a objetividade, a descrição, os cenários urbanos, características da estética realista.

Em (12), é possível verificar o uso excessivo do *que* em um mesmo período em construções que poderiam ser substituídas, sem prejuízo coesivo, por outras capazes de deixar o texto mais harmonioso. Em (13), por sua vez, nota-se a ausência de paralelismo na utilização da expressão *tanto de... quanto de...* em decorrência da omissão da preposição *de* na sentença. Já em (14), é evidenciado como a utilização equivocada dos sinais de pontuação podem comprometer a concatenação de ideias no período: verifica-se, pois, que o ponto continuativo foi empregado no local onde deveria estar posta uma vírgula, já que a intenção era apenas isolar o aposto.

Em (15), verifica-se como o uso inadequado dos elementos coesivos *mesmo* e *porém* gerou a anulação do sentido de oposição almejado na construção do período, fazendo com que a assertiva se tornasse incoerente. Nota-se, em (16), o emprego inadequado do pronome relativo *onde*, o qual deve ser utilizado somente para substituir substantivos que exprimem a ideia de lugar. É possível perceber facilmente o fenômeno da hipercorreção, em (17),

no emprego do infinitivo flexionado do verbo *libertar* logo após o verbo auxiliar *ter* já flexionado conforme a conjugação exigida. Em (18), observa-se que foi construído um período muito longo, no qual são desenvolvidas diversas ideias encadeadas por sinais de pontuação inadequados. Em (19), há um claro exemplo de incoerência, já que os termos utilizados para qualificar uma única atitude são de sentidos antitéticos: *importância* e *descaso*. Por fim, em (20), nota-se, através da confusão entre as palavras *canto* e *conto*, apenas um caso de desatenção do discente ao redigir o texto.

A categoria V (desvios relativos ao uso da vírgula) abarca o sinal de pontuação vírgula e algumas de suas respectivas regras de uso, das quais destacam-se a separação do sujeito da oração de seu predicado e a separação do verbo de seu complemento. Aqui, vale ressaltar que, embora a vírgula encaixe-se na subcategoria pontuação contida em C, as ocorrências de tal sinal gráfico foram tão frequentes que foi preciso criar uma categoria específica para este tópico, a fim de abarcar todas as suas singularidades, já que o mal emprego deste sinal é capaz de tornar o enunciado completamente inteligível.

A seguir são apresentados exemplos de cada uma das regras de uso de vírgula encontradas, bem como são descritas e comentadas as ocorrências de desvios encontrados:

(21) Portanto, **a diferença da língua geral para a pidgin, é que na língua geral nenhuma língua desaparece em relação a outra**, pois não existe um opressor, e no *pidgin* uma língua é deixada de lado para o benefício do dominador.

(22) Lima Barreto, diferentemente de Machado de Assis, **trazia em suas obras, exposições da vida no subúrbio do Rio de Janeiro**, criando reflexões sobre a posição do homem pobre/negro/mulato e da mulher pobre/negra/mulata, trazendo-os como protagonistas das histórias.

(23) Por outro lado, a língua geral foi uma segunda língua criada pelos Jesuítas, **que almejando compreender os dialetos nativos falados pelos índios, assimilaram o Tupi**, dialeto falado pelos Tupinambás, objetivando conquistar novos fiéis a religião católica.

(24) No conto, **a mãe de Ernesto também recebe a nomenclatura de “crioula” que, assim como outras expressões como “negrinha” e “pretinha”, eram evitadas no espaço público**.

(25) **Jeff Benzos, o atual homem mais rico do mundo** relata que grande parte do seu sucesso foi consequência do impacto da Leitura na sua vida.

(26) No texto de Moacyr Scliar, o texto ou: a vida - uma trajetória literária relata que após uma família com rotina tipicamente brasileira, à noite após a janta o pai ou a mãe diz que é para o filho Caçula dormir, logo ele protesta, **mas quando diz que vai contar uma historinha vai para a cama sem hesitar.**

(27) Em seu poema “Profissão de Fé”, um de seus sonetos mais famosos, Bilac traz a obsessão pela forma perfeita, empregando rimas ricas e impecáveis, locuções rebuscadas e complexas, **atraindo assim a elite intelectual daquela época.**

(28) A Barganha, já que os dois principais personagens, um é português e o outro se trata de um armênio, Lima mostra através de sua escrita a veracidade dos fatos, o que realmente estar acontecendo, não se colocando como narrador personagem, **mas como alguém que experimentou, ou presenciou determinados fatos.**

(29) **As obras de Lima Barreto** apresentavam alguns aspectos literários e o conto *Uma Conversa Vulgar* apresenta alguns desses aspectos que não passam despercebidos.

(30) A língua pidgin e a geral ambas surgem numa situação de contato entre povos, mas toma rumos diferentes pois no pidgin existe momento de dominação de um grupo sobre o outro, **como no Brasil por exemplo**, no caso dos europeus e povos africanos, no qual a minoria branca se sobressaía obtinha o poder sobre a maioria do povo negro, criando a interrupção da sua língua materna.

(31) Além disso, outra diferença marcante entre Lima e Machado é que **o primeiro é reconhecido como um grande escritor Pré-modernista e o segundo como um escritor Realista.**

Em (21) e (22), é possível perceber o emprego da vírgula de forma inadequada, pois os verbos se encontram separados do sujeito gramatical e do complemento verbal, respectivamente. Em (23) e em (24), observa-se o não uso da vírgula “para separar as orações reduzidas de gerúndio, particípio e infinitivo” e “para separar os adjetivos e as orações adjetivas de sentido explicativo”, respectivamente (ROCHA LIMA, 2019). Já em (25), vê-se que houve o uso inadequado da vírgula “para isolar o aposto”, culminando na separação entre sujeito e predicado.

Em (26), percebe-se a não utilização da vírgula, conforme a regra estabelecida pela gramática normativa (ROCHA LIMA, 2019), “para separar as orações subordinadas adverbiais (iniciadas pelas conjunções subordinativas não integrantes), quer antepostas, quer pospostas à principal”, enquanto que, em (27), nota-se a não utilização da vírgula para isolar as conjunções

conclusivas: *assim*. Em (28), é exposto um caso em que a vírgula é empregada de forma equivocada antes de *ou*. Já em (29), não foi empregada a vírgula para, conforme Rocha Lima (2019), “separar as orações coordenadas ligadas pela conjunção *e*, quando os sujeitos forem diferentes”.

Por fim, em (30) e (31), são observados casos em que a vírgula deixou de ser empregada “para isolar certas palavras e expressões explicativas, corretivas, conclusivas” (LIMA, 2019), como *por exemplo*, e para “marcar a supressão do verbo” (KOCHE; BOFF; MARINELLO, 2014), nesta ordem.

Por possuir caráter descritivo, a análise quantitativa dos dados apresentados serve de subsídio à apreciação qualitativa da realidade observada, de modo que o objetivo primordial é mapear esta realidade e identificar o que ela pode sinalizar sobre o ensino e a aprendizagem de norma culta no curso de formação de professores de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas. Assim, tem-se que foram contabilizadas 1937 ocorrências de desvios ao padrão normativo, as quais são distribuídas nas quatro grandes categorias conforme evidencia o quantitativo geral dos desvios observados na Tabela 1.

Tabela 1: Distribuição dos desvios conforme a categoria a que pertencem.

Categorias	Ocorrências/Total	Frequência
Ortografia (O)	255/1937	13.2%
Morfossintaxe (S)	390/1937	20.1%
Coesão (C)	559/1937	28.9%
Vírgula (V)	733/1937	37.8%

Fonte: elaboração própria.

Os resultados observados demonstram a predominância de desvios ligados aos usos da vírgula, com 37,8% de frequência. A partir da análise do produto bruto da codificação, é possível inferir que o fato de o maior número de ocorrências estar relacionado ao emprego da vírgula provavelmente diz respeito, sobretudo, ao conceito vago empregado em diversas gramáticas tradicionais, que definem a vírgula como marcação de uma pausa de pequena duração, como “a vírgula marca uma pausa de pequena duração. Emprega-se não só para separar elementos de uma oração, mas também orações de um só período” (CUNHA; CINTRA, 2017, p. 658). Este tipo de abordagem conceitual dos sinais de pontuação é, pois, responsável por abrir margem para diferentes interpretações, posto que não se configura como um critério de caráter objetivo, e por, assim como a listagem excessiva de regras de uso, não revelar o funcionamento do sistema da língua.

Já em relação às ocorrências morfossintáticas, que contabilizam uma frequência de 20,1%, percebeu-se uma recorrência de variação na concor-

dância verbal de um modo geral. Ao analisar linguisticamente as motivações para tal fato, notou-se que a maior parte de ocorrências de desvio da norma culta estão relacionados à inversão do padrão sintático aprendido no processo de aquisição da linguagem: sujeito-verbo-complemento e, sobretudo, à distância entre sujeito e verbo, interpostos por apostos, adjuntos adverbiais e orações intercaladas e subordinadas adjetivas ou adverbiais.

Sabendo-se que todas as produções textuais analisadas foram produzidas fora do espaço de sala de aula e com tempo adequado para planejamento, monitoramento e revisão dos usos da escrita, é válido mencionar que o alto índice de problemas relacionados à coesão é bastante preocupante (28,9%), estando, por vezes, relacionado a mais de um elemento, visto que esta categoria diz respeito à estruturação dos períodos e parágrafos e ao encadeamento de ideias.

Diferente do esperado, 2, pode-se observar, a partir dos dados da *Tabela*, que, com o decorrer do curso de Licenciatura em Letras, a frequência dos desvios nas amostras coletadas tende a manter-se relativamente estável, com pequenas oscilações características a cada período.

Tabela 1: Distribuição dos desvios por tipo ao longo dos semestres.

Semestres	S	V	C	O	% Total de ocor.
1º	97	169	131	56	23,40%
3º	102	187	155	97	27,90%
5º	50	94	43	51	12,30%
7º	141	283	230	51	36,40%

Fonte: elaboração própria.

A partir dos dados, pode-se supor que a formação acadêmica não estaria atuando de forma significativa para a construção e desenvolvimento de uma dita norma culta, ou seja, não há, como se poderia supor uma progressiva apropriação de novas habilidades e competências linguísticas e comunicativas.

É preciso que se diga, contudo, que este trabalho é fruto de uma pesquisa de iniciação científica e tem um caráter preliminar. Caberia, sem dúvidas, uma ampliação do corpus e um aprofundamento das análises a fim de se poderem fazer afirmações mais consistentes.

3. Considerações finais

Com esta pesquisa, buscou-se construir um material descritivo capaz de identificar os principais pontos de inadequação dos discentes dos 1º, 3º, 5º

e 7º semestres do curso de Licenciatura em Letras da UESB, *campus* Jequié, em relação à norma culta em textos formais produzidos no âmbito acadêmico. No entanto, por compreender que a realidade da língua é dinâmica e complexa e reconhecer o *corpus* levantado como rico em material analisável, não se tem aqui a presunção de esgotar as possibilidades de discussões acerca dos usos linguísticos na modalidade escrita monitorada; ao contrário, busca-se apenas suscitar a reflexão sobre o ensino de língua e a formação de professores de Língua Portuguesa.

Assim, a partir da análise dos dados, verificou-se que talvez a ideia de que a norma culta seja um conhecimento incorporado pelo indivíduo a partir da conclusão do ensino superior deva ser reavaliada. Só através de uma reflexão crítica a respeito do processo de ensino–aprendizagem universitário é que as instituições de ensino passarão a ser capazes de propiciar aos licenciandos uma formação acadêmica completa, tornando-os usuários da língua eficientes e seguros para transitar pelos diversos gêneros textuais, sobretudo os que exigem um grau mais elevado de monitoramento linguístico. Ao supor que os estudantes ingressam no ensino superior já com uma base sólida de conhecimento sobre a língua e as normas que regem o padrão, os cursos de formação de professores tendem a perpetuar um ensino de Língua Portuguesa ainda deficitário.

É preciso, consoante Bagno (2007), reeducar sociolinguisticamente o alunado, ampliando o repertório linguístico do aprendiz e expandindo sua competência comunicativa, de modo que seja capaz de se apropriar das regras gramaticais que não pertencem à sua variedade, sobretudo aquelas que permitirão a produção de textos escritos nos mais diversos gêneros e o emprego da língua falada em situações de interação distintas, sem desvalorizar ou deslegitimar as variedades estigmatizadas. Para que isso seja possível, faz-se necessário um trabalho conjunto entre a universidade, onde são desenvolvidas as pesquisas linguísticas e as discussões sobre os rumos da educação, e os professores da educação básica, a fim de mobilizar a reestruturação do ensino de língua: um ensino no qual o estudo da forma padrão da língua alia-se ao estudo da variação linguística, atentando-se para o desenvolvimento da capacidade linguística de adequação do discurso aos diversos espaços nos quais o falante está inserido cotidianamente.

Assim, ressalta-se a importância de o estudo do uso da linguagem ser direcionado para a adaptação do repertório ao contexto, isto é, o uso das variedades não-padrão da língua em ambientes de menor formalidade e emprego das variantes de prestígio, segundo as normas, em locais que exigem tal monitoramento, tanto na fala quanto na escrita.

Isto posto, abre-se margem para a idealização de estratégias, metodologias e ferramentas que permitam um processo de ensino–aprendizagem mais eficiente para professores e estudantes, a fim de levar o educando a uma reflexão sobre sua produção linguística. Afinal, a sala de aula é o espaço em que os educandos vão adquirir e ampliar recursos comunicativos que permitem o desempenho competente e seguro em usos especializados da língua, os quais constituem tanto práticas sociais de letramento quanto da cultura de oralidade (Cf. BORTONI-RICARDO, 2004).

Ademais, reiteramos, a partir das análises propostas, as quais podem servir de ponto de partida para a reflexão sobre a atuação docente no ensino de língua materna, a necessidade do trabalho conjunto entre a pesquisa científica amplamente difundida nos espaços acadêmicos e a prática na educação básica, para um melhor desenvolvimento de uma pedagogia da variação linguística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Tem a sociolinguística efetiva contribuição a dar à educação? In: _____. *Nós chegamos na escola, e agora?* Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2004.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

KOCHE, Vanilda Salton; BOFF, Maria Benetti; MARINELLO, Adriane Fogali. *Leitura e Produção Textual: gêneros textuais do argumentar e expor*. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

_____; BOFF, Maria Benetti; PAVANI, Cinara Ferreira. *Prática textual: atividades de leitura e escrita*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LUCCHESI, Dante. A polarização sociolinguística do Brasil: formação histórica. In: _____. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 85-121

MOLLICA, Cecília. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Trad. de M. Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

NOTAS SOBRE UMA PROPOSTA DE ANÁLISE
LEXICOLÓGICA DO CAMPO DO HUMANO NO PROJETO
DE LEI Nº 2.338/2023, QUE DISPÕE SOBRE A INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL NO BRASIL

Carla Maria França (UNEB)

c_carlafrancan@hotmail.com

Maria da Conceição Reis Teixeira (UNEB)

conceicaoreis@terra.com.br

RESUMO

Na presente comunicação, almejamos tecer considerações sobre estudo lexicológico em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Estudos e Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia. No referido estudo, objetiva-se identificar e classificar as marcas lexicais deixadas no texto do Projeto de Lei (PL) 2.338/2023, visando contribuir com a compreensão da consideração da centralidade humana e seu alcance sobre a distribuição e uso da inteligência artificial. O estudo documental de cunho qualitativo encontra-se ancorado no aporte teórico e metodológico da teoria dos Campos Lexicais postulada pelo linguista romeno Eugenio Coseriu (1986 [1977]). O texto do projeto de lei que integra o *corpus* da pesquisa encontra-se em tramitação no Senado Federal com previsão de aprovação no segundo semestre de 2024. Cabe destacar que o campo lexical do humano posto em funcionamento no PL 2.338/2023 e seu texto substitutivo consta lexias referentes ao campo do humano e evidencia o lugar do homem em relação às práticas e aos lugares sociais que ocupa, agora, em relação com a inteligência artificial. Para tanto, as lexias estudadas são, *a priori*, classificadas em dois grandes grupos: funções sociais e/ou atribuições e qualificadores humanos.

Palavras-chave:

Humano. Campos lexicais. Inteligência artificial.

ABSTRACT

In this communication, we wish to make considerations about a lexicological study in progress in the Graduate Program in Studies and Languages (PPGEL) of the Universidade Estado da Bahia (UNEB). No referido. study, aims to identify and classify the lexical marks left in. text of Bill (PL) 2.338/2023, aiming to contribute to the understanding of the consideration of human centrality and its scope on the distribution and use of artificial intelligence. The qualitative documentary study is anchored in the theoretical and methodological contribution of the theory of the Lexical Fields postulated by the Romanian linguist Eugenio Coseriu (1986 [1977]). The text of the bill that integrates the corpus of research is under processing in the Federal Senate with approval expected in the second half of 2024. It should be noted that the lexical field of human put into operation in PL 2.338/2023 and its substitute text contains lexias referring to the human field and highlights the place of man in relation to the practices and social places he occupies, now, in relation to artificial intelligence. For this, the lexias studied are, *a priori*, classified into two main groups: social functions and/or attributions and human qualifiers.

Keywords:

Human. Lexical fields. Artificial intelligence.

1. Introdução

A análise de um texto de lei, patrimônio do direito civil e registro das normas que regem relações demandadas no território nacional, oferece uma visão detalhada e comprometida com pormenores de um tema maior e instigante que poderiam passar despercebidos, contudo, permitem entender as relações de poder tensionadas nas relações sociais. Os estudos lexicais, segundo alguns teóricos contemporâneos, possibilitam acessar o nível da língua (léxico) que registra valores, crenças, hábitos e as inovações tecnológicas de uma comunidade.

O ser humano, no desenvolvimento de técnicas de sobrevivência e interação, sempre buscou algo que facilitasse suas tarefas cotidianas. Em síntese, ao processo, técnicas, instrumentos e produtos dessa busca dá-se o nome de tecnologia. Materializada nos equipamentos físicos e sócio-organizacionais, a tecnologia acompanha ações cognitivas e físicas do ser humano no percurso de sua história. Após adentrar na era das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a humanidade chega agora, à era da Inteligência Artificial (IA), com a qual se alimenta de um sistema com dados vindos de determinado campo para que, com eles, o sistema aprenda e extraia padrões. Assim, como a TV acabou por influenciar modos de ser e de agir sobre os nativos da época de sua disseminação no século XX, a IA provoca efeitos na sociedade, mas não tão aparentes quanto os da tecnologia televisiva. Ela surge do questionamento do que fazer com o crescente número de dados gerados dos processos de interações estabelecidas na *internet*. Em consequência do surgimento dessa nova tecnologia, as sociedades foram obrigadas a lidar com inédita mediação da realidade. Essa mediação é percebida pelo alcance de algoritmos que mapeiam os padrões comportamentais dos usuários dos aplicativos de interação social, bem como das redes neurais inspiradas no cérebro humano.

Nesse cenário, este artigo é um recorte da dissertação em andamento no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) cujo objetivo é identificar registros do campo lexical do humano no texto inicial do Projeto de Lei (PL) 2.338/2023. O estudo em desenvolvimento busca averiguar como a centralidade humana em seu escopo constitucional é considerada no corpo do texto do referido projeto de lei. O texto do projeto de lei que integra o *corpus* da pesquisa encontra-se em tramitação no Senado Federal, por isso, optou-se pelo texto inicial, anterior às mais de cem emendas já propostas. O conteúdo do texto inicial do PL 2.338/2023 trata explicitamente de riscos, direitos e deveres dos atores envolvidos no uso e governança de sistemas de IA.

Trata-se de uma pesquisa documental quali-quantitativa construída sob o aporte teórico-metodológico dos princípios da Lexemática ou Semântica Estrutural aplicados aos conceitos dos campos lexicais.

Espera-se, com a dissertação intitulada “Análise Lexicológica do campo lexical do humano no projeto de lei que regula o uso da Inteligência Artificial no Brasil”, suscitar uma reflexão linguística acerca do atual momento de tomada decisões em torno do desenvolvimento tecnológico. Acredita-se que um estudo lexicológico do referido projeto de lei possa contribuir a compreensão de aspectos da estrutura social em que o documento está inserido. Segundo Teixeira, o estudo do léxico “permite entrever aspectos do funcionamento da estrutura social da comunidade de fala de uma dada língua” (TEIXEIRA, 2017, p. 296).

As seções que seguem dão notícia sobre, respectivamente, a questão da pesquisa e seus objetivos, aporte teórico-metodológico, o *corpus* e seu contexto de produção, e, por fim, algumas notas de uma análise prévia de cinco lexias que integram o *corpus*.

2. *Questão de pesquisa e objetivos*

Linguagem e sociedade estão necessariamente imbricadas nas produções de enunciados que viabilizam as práticas sociais nas diversas esferas. A língua, materializada na fala ou na escrita, possibilita várias perspectivas de investigação, levando-se em consideração a sua relação com a sociedade. Uma delas é enveredar pela análise do léxico a partir de um texto produzido em determinado momento histórico. Segundo Abbade, “estudar o léxico de uma língua é abrir possibilidades de conhecer mais um pouco da história social do povo que a utiliza” (ABBADE, 2011, p. 1332).

Em função disso e partindo da concepção do texto de lei como patrimônio nacional, o desafio da investigação é responder à questão: como a centralidade humana, em seu escopo constitucional, é considerada no corpo do texto do projeto de lei 2.338 de 2023?

A partir da questão aqui colocada, tem-se como objetivo geral a configurar do campo lexical do humano no projeto de lei originalmente proposto pelo senador Rodrigo Pacheco (nº 2.338/2023), que busca regular o uso da Inteligência Artificial no Brasil. Tem-se, então, como objetivos específicos: a) inventariar as lexias referentes ao campo do humano no texto do PL; b) organizar as lexias inventariadas em macrocampos e, conseqüentemente, sua divisão em microcampos, a partir das relações de oposição entre as lexias; c) construir as entradas lexicais do *corpus* em análise levando em consideração o contexto da língua em uso no texto, bem como os aspectos social e econô-

mico do Brasil; d) analisar a relevância da centralidade humana nos enunciados do corpo do texto da referida lei.

3. *Aporte teórico-metodológico*

O texto do projeto de lei que regula o uso da IA possui um conjunto de termos conhecidos na atualidade, no que se refere a área do direito e da informática, mas muitos outros certamente desconhecidos no que tange aos mesmos temas e às relações de mercado, o que pode ativar sentidos específicos dependendo da esfera social de interesse no assunto. Assim, considerar os princípios da Lexemática, aplicados à teoria dos campos lexicais permite dialogar com esferas diversas da atividade humana, trazendo à reflexão expressões e registros que poderiam passar indiferentes por se tratar de um tema recente e emergente: a inteligência artificial.

Conforme dito anteriormente, o problema da proposta de pesquisa refere-se à centralidade humana, fundamento constitucional, na perspectiva jurídica. Essa centralidade humana, no âmbito constitucional, compreende a consideração dos direitos fundamentais da pessoa humana, a saber: direito à vida, direito à liberdade, direito à igualdade, direito à segurança, direito à propriedade, direito à educação, direito à saúde, direito à moradia, direito ao trabalho e direito ao lazer.

Cabe observar que tais direitos não são encontrados, à primeira vista, no texto da Carta Magna, contudo, são objeto de interpretação da Doutrina e Jurisprudência (Cf. BRASIL, 1988).

No estabelecimento desses direitos, o conceito de pessoa humana, construído na tradição filosófica desde a Roma Antiga, é essencial, pois proporciona entendimento do conceito de dignidade humana, inerente à natureza humana (Cf. MENDONÇA; RAMIRO, 2022, p. 74). Pode-se definir assim, a centralidade humana:

A centralidade da pessoa humana como fundamento constitucional compreende sua proteção, e a garantia de sua dignidade e direitos inalienáveis, sendo assunto em constante debate, defesa e interações com outras classificações que vêm lhe dar plena compreensão e sentido. (MENDONÇA; RAMIRO, 2022, p. 73)

Quanto ao sentido de humano, optou-se pelo sentido antropológico, assim como concebe Jean Paul Sartre (2005). Para este autor, o ser humano é um ser-para-si, um ser livre e a liberdade só se realiza na ação, na capacidade humana de modificar a realidade. Ele é móvel, livre para si, para lutar pela sua vida.

O estudo aqui delineado caracteriza-se como uma pesquisa quali-quantitativa do tipo descritiva para a composição de um resultado lexicológico: um quadro descritivo dos lexemas referentes ao humano. Aplicar-se-ão os princípios da lexicática, especialmente seguindo alguns conceitos da teoria dos campos lexicais assim postulados por Coseriu (1977). A princípio, o método descritivo foi tomado para identificar e registrar as lexias referentes ao humano, conforme objetivos específicos do projeto. Ao conceitualizar as lexias e o campo estudado, acredita-se contribuir para uma reflexão crítica quanto ao advento e gestão do momento de produção e divulgação científica e tecnológica liderado pela IA.

De início, buscar-se-á selecionar os itens que constituiriam o campo lexical do humano tanto quanto nome, como qualificador, para compor, em seguida, os macrocampos e microcampos. Em vista dos objetivos específicos, para prosseguir com a seleção das lexias, serão utilizados programas de busca, como por exemplo, o *AntConc* e as ferramentas do *Word*. No processo de registro das entradas lexicais, serão consultadas obras lexicográficas corrente da língua portuguesa), o *Novíssimo Aulete: Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (Cf. AULETE; GEIGER, 2011) vocabulário jurídico (Cf. SANTOS, 2001; SILVA, 2012 ou sua versão digital).

Na perspectiva da teoria dos campos lexicais, cada lexia agrupada em dado campo possui um valor lexical comum com as demais do mesmo campo, opondo-se, ao mesmo tempo entre si, por traços distintivos mínimos de conteúdo. Cada lexia organiza-se em função de um campo conceitual comum, nesse caso, o conceito do humano em oposição ao conceito do artificial ou cibernético.

A teoria dos campos lexicais serve à Lexicologia, Lexicografia, Terminografia, Semântica e às demais áreas que precisarem e, assim optarem, lançar mão da materialidade lexical na diversidade de textos circulantes nas esferas sociais.

O ser humano nomina ou conceitua a realidade a seu redor através do léxico, o que, na teoria dos campos lexicais, dá-se por categorias léxico-gramaticais, como explica Biderman: “A conceptualização da realidade configura-se lingüísticamente em modelos categoriais arbitrários não coincidentes” (BIDERMAN, 1998, p. 92). Enfim, o estudo a partir dos campos lexicais, por lidar com unidades de sentido construído pela sua realização na sociedade, permite registrar e categorizar frequências, repetições de ocorrências lexicais, em textos de relevância social como notícias, documentos legais, cartas políticas e outros.

4. *O corpus e seu contexto de produção*

A língua, além de registrar e acumular as aquisições culturais, espelha a vida do povo, retrata as influências pelas quais passam os grupos humanos, traduzindo os anseios que assinalam as diferentes épocas, evidenciando as tendências que marcam cada momento, fornecendo, sempre e em qualquer época, elementos para uma leitura da sociedade (Cf. TEIXEIRA, 2017, p. 294). O *corpus* sobre o qual será feita a análise desta pesquisa é o texto de um projeto de lei de 33 páginas, oriundo de um anteprojeto de lei elaborado por uma comissão de juristas e especialistas em direito civil e digital e do então senador Rodrigo Pacheco, que foi coordenada por Ricardo Villas Bôas Cuevas, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Segundo a página do Senado, edição escrita por Iara Farias Borges, em maio de 2023:

Para elaborar o anteprojeto, a comissão de especialistas realizou quatro audiências públicas, um seminário internacional e 12 painéis temáticos que ouviram mais de 60 especialistas. Além disso, encomendou estudo legislação sobre o assunto (BORGES, 2023, [n.p.]

O projeto foi apresentado pelo Senador e Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, também autor do projeto, para a apreciação do Plenário (Senado) em três de maio de 2023. O PL 2.338/23 nove capítulos, em páginas numeradas no rodapé e codificadas conforme normas para anteprojetos e projetos estabelecidas pelo Senado Federal.

Assim, o PL 2.338/23, tornado público via acesso pelo site do Senado Federal (<https://www25.senado.leg.br>), traz a característica da sua transitoriedade nas palavras e em sua formatação.

Em seu teor, o PL 2.338/2023 descreve obrigações de autoridade competente para fiscalizar a governança, uso e divulgação dos sistemas de IA no país. Além disso sugere valores de multa proporcionais para pessoas físicas e para pessoas jurídicas. Em sua configuração original, “prevê avaliação de riscos, responsabilização dos agentes envolvidos e direitos de pessoas eventualmente afetadas pela Inteligência Artificial” (BORGES, 2023, [n.p.]) e dá definições metalinguísticas sobre termos do PL.

Uma regulação da IA tornou-se necessária e urgente, principalmente depois da promulgação do *AI Act* da União Europeia, considerando o caminho trilhado por outros cenários internacionais. Há, segundo alguns especialistas, com uma regulação oficial, a facilitação de um diálogo entre legislações de diferentes nações, a partir de uma interoperabilidade, ou seja, uma convergência regulatória, o que aumentaria a “boa vontade” dessas nações nas oitivas e atendimentos nos quesitos informação, segurança e parcerias em relação ao Brasil, pois tais países não teriam grande “esforço de adequação” ao contexto brasileiro.

Ainda há que se considerar, nesse mesmo contexto de produção, que, ao tratar com questões cibernéticas, os atores envolvidos na elaboração, aprovação e promulgação de leis, lidam com o chamado “problema de ritmo” (*problem pacing*), especialmente, no caso da IA, que possui uma aceleração de mudança exponencial. É que, simplesmente, tal problema faz com que a regulação não dê conta de acompanhar seu objeto de regulação – a tecnologia. Na visão dos envolvidos e de estudiosos no assunto, a demora na implementação de regras e, proporcionalmente, a desatualização de quaisquer normas aprovadas para a regulação são adversidades potenciais que acompanham as legislações em IA (Época, 2024, [n.p.]). A primeira emenda ao PL 2.338 refletiu primordialmente sobre o *problem pacing*, propondo a descrição e visualização clara dos riscos do desenvolvimento e uso de sistemas em IA à centralidade humana em seus diversos graus.

5. *Algumas notas da análise lexicológica*

Partindo dessas noções, apresentadas *en passant* neste artigo, separou-se cinco itens lexicais localizadas no início do documento do PL 2.338/2023. As lexias “pessoa humana”, “direitos humanos”, “participação humana”, “consumidor”, “fornecedor de sistema de inteligência artificial” encontram-se agrupadas em macrocampos, conforme pode-se ver no quadro a seguir:

Quadro 01: Ocorrências de lexias nominais e seus macrocampos

MACROCAMPO	LEXIA
Antropológico	Pessoa humana
	Direitos humanos
	Participação humana
Profissão/função social	Consumidor
	Fornecedor de sistema de inteligência artificial

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No corpo do texto do projeto de lei há lexias voltadas a profissões ou funções sociais (posições ou lugares sociais nos âmbitos político, jurídico, familiar e demais), que são denominadas lexias nominais porque são constituídas por grupos de sintagmas nominais. Nas estruturas paradigmáticas e sintagmáticas, as escolhas lexicais são realizadas nos processos qualificadores e especificadores. O adjetivo “humana” qualifica nomes salientando a necessidade atual de diferenciar “humano” e “artificial” como em “participação” e, mais adiante, em “revisão”, os quais estão no macrocampo antropológico.

As lexias nominais simples e compostas do macrocampo das profissões ou funções ocupados pelos sujeitos na sociedade podem ser pensadas em oposição aos ramos de atividade humana como em “fornecedor de sistema de inteligência artificial”. O item lexical “consumidor”, por sua vez, pode ser pensado em oposição a “usuários”, o qual é comumente utilizado no campo lexical da literatura informática.

2. *Considerações finais*

O propósito deste artigo foi apresentar algumas notas de uma análise lexicológica que se pretende desenvolver à luz da Lexemática, operando com alguns conceitos da teoria dos campos lexicais.

Os modos de produção da sociedade são frutos de sua organização em resposta às necessidades de cada tempo e é através do léxico que linguisticamente ficam registrados construtos sociais do funcionamento dessa organização.

Acredita-se que a análise das lexias do campo do humano permite confirmar a importância das deliberações humanas ante a emergência de uma tecnologia generativa, capaz de ser cocriadora de relações sociais e seus produtos, enfim, permite refletir na atividade e responsabilidade do homem individual e social com os engenhos que constrói e suas consequências presentes e futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, Celina Márcia de S. Lexicologia e a Teoria dos Campos Lexicais. In: XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. 2011. *Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. Disponível em: 105.pdf (filologia.org.br). Acesso 18 abr. 2024.

AULETE Caldas; GEIGER, Paulo. Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BIDERMAN, Maria Tereza C. Dimensões da palavra. *Filologia e Lingüística portuguesa*, n. 2. p. 81-818. Araraquara, 1998. Disponível em: Biderman 1998_0.pdf (usp.br). Acesso 28 jun. 2024.

BORGES, Iara Maria. Pacheco apresenta projeto de regulação da Inteligência Artificial sugerido por comissão de especialistas. *Rádio Senado*. 8 mai. 2023. Disponível em: Pacheco apresenta projeto de regulação da Inteligência Artificial sugerido por comissão de especialistas – Rádio Senado. Acesso em 30 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília-DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Projeto de lei nº 2.338, de 03 maio de 2023. *Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial*. Brasília-DF. Senado Federal, 2024. Disponível em: documento (senado.leg.br). Acesso em 18 abr. 2024.

BRASIL. *Atividade Legislativa – Comissões*. Disponível em: CTIA – Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil – Atividade Legislativa - Senado Federal. Acesso em: 26 abr. 2024.

COSERIU, Eugenio. *Princípios de Semântica Estrutural*. Madrid: Gredos, 1977.

_____. Linguistic competence: what is it really?. *Modern Language Review*, Cambridge, n. 80, v. 4, p. xxv-xxxv, 1985.

_____. *Lições de linguística geral*. Trad. de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1980.

_____. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Trad. de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

_____. Sincronía, diacronía y tipología. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA ROMÁNICAS, 11., 1965, Madrid. *Actas [...]*, Madrid: Facultad de Filosofía y Letras, 1968. p. 269-81.

_____. Georg von der Gabelentz et la linguistique synchronique. *Word, Philadelphia*, v. 23, n. 1-3, p. 74-100, 1967.

_____. Structure lexicale et enseignement du vocabulaire. In: Premier Colloque International de Linguistique Appliquée, 1966, Nancy. *Actes [...]*, Nancy: Faculté des lettres et des sciences humaines de l'Université de Nancy, 1966. p. 175-252

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Léxico e semântica: estudos produtivos sobre palavra e significação*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

HUMBOLDT, W. V. *Humboldt on language: on the diversity of human language construction and its influence on the mental development of the human species*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SANTOS, Washington dos. *Vocabulário jurídico universitário*. Imprensa: Divinópolis, Apollo, 2001.

SARTRE, Jean Paul. *O ser e o Nada*. São Paulo: Vozes, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 26. ed. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix: 1995.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. 31. ed. São Paulo: Forense, 2012.

TEIXEIRA, Maria da Conceição R. Uma análise lexicológica dos instrumentos e das relações de trabalho em Seara Vermelha, de Jorge Amado. *A Cor Das Letras*, 18(2), 294-302, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.13102/cl.v18i2.1862>. Acesso em: 20 abr. 2024.

Outras fontes:

Consumidor. Disponível em: BRASIL. Lei n. 8.078 – 1990. Código de defesa do consumidor.

Direitos humanos – Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/o-que-sao-direitos-humanos#:~:text=Os%20direitos%20humanos%20pertencem%20a,cada%20um%20de%20n%C3%B3s%20iguaigm&text=os%20direitos%20humanos%20s%C3%A3o%20normas,os%20direitos%20de%20outra%20pessop>. Acesso em 21 out. 2024.

**O CAMPO LEXICAL DO ENVELHECER
E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
EM “MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS”**

Paulo Roberto Santos Reis Soares (UNEB)
psipaulorobertoreis@gmail.com

Celina Márcia de Souza Abbade (UNEB)
celinabbade@gmail.com

RESUMO

A evidência de que há um crescimento vertiginoso da população envelhecida, no âmbito mundial, provoca uma série de observações e estudos sobre a temática do envelhecimento. Diante desse contexto, surge a necessidade de um novo olhar para as perspectivas linguísticas do envelhecimento investigando o arcabouço lexical da literatura Machadoiana, que evidencia, como um de seus elementos, a complexidade do processo de envelhecer. O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise sobre o campo lexical do envelhecer e suas representações sociais, na obra “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, do escritor realista Machado de Assis, numa perspectiva lexicomática. O estudo bibliográfico de cunho qualitativo encontra-se fundamentado no aporte teórico e metodológico da teoria dos Campos Lexicais postulada por Eugenio Coseriu (1986 [1977]). Os resultados evidenciam que o fenômeno do envelhecer não compreende apenas a ordem do biológica, mas, também, aspectos psicológicos, existenciais, sociais e, sobretudo linguísticos.

Palavras-chave:

Envelhecer. Lexemática. Campos lexicais.

ABSTRACT

The evidence that there is a dizzying growth in the aging population, worldwide, provokes a series of observations and studies on the subject of aging. Given this context, there is a need for a new look at the linguistic perspectives of aging, investigating the lexical framework of Machado's literature, which highlights, as one of its elements, the complexity of the aging process. This article aims to present an analysis of the lexical field of aging and its social representations, in the work “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, by the realist writer Machado de Assis, from a lexicomatic perspective. The qualitative bibliographic study is based on the theoretical and methodological contribution of the Lexical Fields theory postulated by Eugenio Coseriu (1986 [1977]). The results show that the phenomenon of aging does not only comprise the biological order, but also psychological, existential, social and, above all, linguistic aspects.

Keywords:

Lexematics. Get old. Lexical fields.

1. Introdução

Estudar o léxico de “Memórias Póstumas de Brás Cubas” é resgatar a memória do surgimento do Realismo brasileiro que, se opondo ao Roman-

tismo, trouxe elementos concretos da vida de um homem recém-chegado à velhice. A obra em questão é um marco histórico, pois remonta uma mudança na literatura brasileira. A substituição da idealização do homem, diante de uma sequência lógica temporal e subjetiva, para uma visão não linear e objetiva acerca do indivíduo, enquanto ente social, faz do movimento Realista uma mola propulsora de crítica e problematização de novas representações sociais.

Com o advento do cientificismo, o convencionalismo da linguagem do Romantismo já não era capaz de responder às indagações da razão, que desnudava o ser humano evidenciando a sua natureza biopsicossocial (Cf. CADEMARTORI, 1985). Nota-se, a partir do repertório machadiano, que o homem real é atravessado por marcadores de um tempo, que não segue divagações virtuosas nem heroicas. A temporalidade em “Memórias Póstumas de Brás Cubas” postula a escrita da verossimilhança. As personagens fogem da romantização e apresentam uma ideia de homem que durante o seu curso de vida percebe a sua existência que dicotomiza com a finitude e a morte.

Nessa esteira, Machado de Assis não releva apenas a sua própria história, mas também as suas percepções e vivências sobre o processo de envelhecimento, desde o nascimento até a morte, no século XIX. A ideia presente no pensamento de Abade (2011) corrobora o entendimento de que as palavras trazem características de quem as profere. Contudo, esses elementos lexicais podem ser encontrados nas diversas representações sociais da nossa atualidade, que se depara com as temáticas do desenvolvimento humano (Cf. MOSCOVICI, 1961).

Pretende-se, aqui, promover discussões relacionando aspectos do envelhecimento e da velhice, a partir do levantamento de seu léxico na obra literária Machadiana. Para tanto, a teoria dos campos lexicais contribuirá na estruturação do conjunto de palavras presentes na obra, com o intuito de agrupar lexias que estejam inseridas num mesmo campo lexical. Nesse ínterim, faz-se necessária uma investigação do vocabulário da obra e dos aspectos dos personagens, como ferramentas de contextualização histórico-cultural (Cf. ABBADE, 2011).

Considera-se, a partir de tais pressupostos, a linguagem como elemento constitutivo da comunicação e interação da pessoa humana com o social. Antes de cumprir a finalidade de comunicar, a linguagem serve para promover a elaboração e construção do pensamento (Cf. FRANCHI, 2011). Esse elo, entre a dimensão social da palavra e os seus sentidos, é multidisciplinar.

Ao organizar o campo lexical do envelhecer, em “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, numa perspectiva lexemática, almeja-se evidenciar os diversos constructos acerca do envelhecimento humano na sociedade hodierna.

Destarte, os estudos lexicais podem contribuir efetivamente para a discussão e formação, no que tange aos aparatos da promoção da longevidade, saúde mental e qualidade de vida, uma vez que “estudar o léxico de uma língua, é estudar também a História do povo que a fala” (ABBADE, 2006, p. 213). O presente trabalho pretende refletir sobre o campo lexical do envelhecer e suas representações sociais em “Memórias Póstumas de Brás Cubas”.

2. *Língua, Léxico e Literatura*

A língua se caracteriza como um sistema de signos e regras e ocupa um lugar central na vida humana, porque é responsável pela mediação entre o indivíduo, na sua concretude, e a sociedade. Sem a língua o homem estaria impossibilitado de desenvolver as habilidades de comunicação social. Dessa forma, a organização interna de uma língua favorece a construção de repertórios heterogêneos em meio a códigos comuns, sendo a linguagem a ferramenta de agrupamento, interação e socialização de mensagens (Cf. POLGUÈRE, 2018).

Nesse processo, o léxico é fundamental para a compreensão da língua e da linguagem como recursos imprescindíveis para a construção da cultura e da sociedade. Outrossim, cada lexia traz consigo definições de seu contexto sociocultural perante o testemunho de sua época. Em outras palavras, o léxico envereda-se pela história, costumes e hábitos de um povo, que constantemente constrói memórias (Cf. ABBADE, 2008). Na incursão pela entidade das lexias, a comunidade dos falantes acumula palavras e sentidos ao longo da sua trajetória prestando o serviço de comunicar elementos constitutivos de cada língua (Cf. VILLALVA, 2014).

Embora a língua seja viva, no sentido de sempre estar permutando com o tempo, algumas lexias parecem continuar carregando consigo algumas representações sociais em épocas diferentes. Vilalva (2014), retrata que uma das dimensões do léxico é a acumulação. As palavras de hoje estão interligadas às palavras do passado. Essa sincronicidade surge, sobretudo, na escrita documentada. Não obstante ao pensamento anterior, Antunes (2012) pontua, que o léxico é um sistema de caráter aberto, inesgotável e sempre renovador, já que pela dinâmica interna das palavras os significados podem ser alterados.

Pela mediação do léxico, a literatura aparece como um mecanismo criativo e competente na formação de novos contornos, além de prospectar a pessoa, enquanto um ser capaz de compreender o mundo e agir sobre ele. Diante disso, a literatura intercambia o homem e a cultura como produção e aquisição de novos saberes, valores e crenças, suscitando sentidos de vida.

Assim sendo, existe um diálogo, mesmo que ainda tímido, entre léxico e literatura.

A literatura realiza interações entre vocabulários, culturas, sociedades etc. Ao se deparar com uma obra literária, tem-se um mundo, que independente das variações linguísticas, conserva uma narrativa sociocultural, com capacidade para preservar a língua como patrimônio de um povo. Nesse ensejo, a literatura machadiana tende a evidenciar a potencialidade do léxico e a natureza humana nas dimensões biopsicossociais. Assim,

[...] o léxico, enquanto descrição de uma cultura, está no seio mesmo da sociedade, reflete a ideologia dominante, mas, também, as lutas e tendências dessa sociedade” (ARAGÃO, 2016, p. 39)

Com o advento do Realismo brasileiro, Machado de Assis (1839–1908), na sua obra “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, contribui para o entendimento de que o léxico pode inferir realidades do indivíduo na relação com a cultura e com a sociedade. Numa linguagem irônica, o defunto-autor denuncia as contradições do seu tempo e, ao mesmo tempo, evidencia as singularidades da identidade do homem. Homem este que não é retratado com lexias romantizadas, mas através de significados ambivalentes. Ora, o homem não é totalmente bom nem totalmente ruim, na obra literária em estudo. O autor seleciona e organiza lexias que expõem as oposições de sentimentos, pensamentos e comportamentos humanos.

2.1. Memórias Póstumas, Cultura e Envelhecimento Humano

A evidência de que há um crescimento vertiginoso da população envelhecida, no âmbito mundial, provoca uma série de observações e estudos sobre a temática do envelhecimento. O Brasil, seguindo o itinerário de tantos outros países em desenvolvimento, é exemplo desse quadro estatístico. Estima-se que, daqui a alguns anos, as pessoas velhas representarão mais de 13% da população, isto é, mais de 30 milhões de pessoas. A projeção é que a taxa de natalidade continue a decrescer, enquanto o público idoso permaneça ascendendo progressivamente (Cf. IBGE, 2022).

Diante desse contexto, surge a necessidade de um novo olhar para as realidades do envelhecimento e da velhice, revisitando a literatura Machadiana, que evidencia, como um de seus elementos, a complexidade do envelhecimento humano. Tal fenômeno não compreende apenas a ordem biológica, mas, também aspectos psicológicos, existenciais, sociais e linguísticos (Cf. DARDENGO; MAFRA, 2018). Nesse sentido, a Psicogerontologia, enquanto ciência que faz o diálogo entre a Psicologia e a Gerontologia, con-

tribui para o entendimento das particularidades do processo do envelhecer e suas representações sociais (Cf. NAZARÉ; MORAIS, 2009).

Outrossim, a teoria das representações sociais é uma das ferramentas que ajuda a compreender a dinâmica das relações entre grupos, sob o prisma da cultura e da sociedade. Dessa forma, o indivíduo tem a possibilidade de construir e descrever explicações para os objetos sociais. Moscovici (2003) acentua, que o propósito das representações sociais são a comunicação e a condução na elaboração de novos discursos.

Assim, o livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, escrito por Machado de Assis, foi escolhido como *corpus* de estudo para abordar o modo como as diversas representações sociais do envelhecimento e da velhice estão presentes na língua, história e cultura. Desse modo,

[...] língua, história e cultura caminham sempre de mãos dadas e para conhecermos cada um desses aspectos, faz-se necessário mergulhar nos outros, pois nenhum deles caminha sozinho e independente. Portanto, o estudo da língua de um povo, é consequentemente, um mergulho na história e cultura deste povo (ABBADE, 2006, p. 214)

Os estudos em lexicologia, numa perspectiva sócio-histórica, evidenciam as diferentes lexias, os entes sociais e os aspectos da cultura. Em síntese, a ciência lexicológica inquire o léxico nas suas interlocuções linguísticas, pragmáticas, discursivas, culturais, políticas e sociais (Cf. ABBADE, 2009). Contudo, investigar as representações sociais do envelhecimento e da velhice, em “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, não é apenas entender a estrutura linguística da palavra, mas como os indivíduos manifestam a sua identidade e as suas percepções sobre o mundo. Daí a relevância do léxico, que não é um mero catálogo de palavras (Cf. ISQUERDO, 1998; QUEIROZ, 2013), mas um arsenal que permite conhecer a vida como ela é. É navegar na vida de um grupo em uma determinada época histórica, através do seu sistema lexical (Cf. ABBADE, 2009).

Para que haja esse mergulho no léxico, faz-se necessária a análise do ambiente de produção sociocultural. Por isso, as condições contextuais do ser humano são fundamentais para o melhor entendimento acerca da interdependência entre língua, cultura e sociedade (Cf. TEIXEIRA, 2009). Entretanto, a língua provoca mudanças significativas ao longo do tempo, e essas alterações modificam os contextos, como bem recorda o próprio Machado de Assis:

Não há dúvida de que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é deci-

siva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade (1972, p. 7)

A linguagem cultural do envelhecimento é uma espécie de genealogia. Em cada época, os indivíduos tecem seu entendimento sobre o processo de envelhecer sob uma gênese de sentidos e significados. Em “Memórias Póstumas”, há uma arqueologia do envelhecer que inverte as etapas do curso de vida. O escritor começa a sua narrativa a partir do evento da sua própria morte. Machado de Assis aponta três justificativas para tal escolha, a saber: ele se considera um defunto autor; o escrito ficaria mais elegante; e por fim, traz o exemplo bíblico de Moisés, que também narrou a sua própria morte, porém colocando-a no final do seu texto (Cf. ASSIS, 1994).

Nota-se, diante dos critérios adotados, a ironia, capaz de escancarar um dos dilemas mais complexos existentes no processo de envelhecer: a morte. A morte aparece como um dos principais temas da obra machadiana. Na dedicatória, disse: “ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver...” (ASSIS, 1999, p. 25). O verme – referência ao tempo – denuncia a fragilidade da vida humana e a sua finitude. Ao mesmo passo, as lexias “verme”, “cova”, “túmulo” e outras vão criando uma representação de que o sistema da morte é uma condição de quem está envelhecendo. Machado de Assis sublinha, portanto, que Brás Cubas – o defunto autor – já estava com sessenta e quatro anos de idade, demarcando a última etapa do curso de vida: a velhice.

Não obstante a passagem do tempo, a velhice, na cultura vigente, continua sendo associada à morte. Nessa esfera, as perdas vividas na velhice são reais e simbólicas. Envelhecer implica sucessivas rupturas ao longo da vida. As rupturas são mortes de pessoas, no caso de Brás Cubas evidencia-se perdas de entes queridos e a sua própria morte, até as mudanças no corpo [verme que roeu], na subjetividade e nas relações sociais. Dessa maneira, envelhecer exprime caráter de uma série de finitudes.

Em “Memórias Póstumas”, o envelhecimento é caracterizado, ainda, como uma estrutura que iguala a todas as pessoas. Para Machado de Assis, independentemente da posição social, todas as pessoas passam pelo processo de envelhecer. Itinerário esse feito também de fragilidades e complicações na saúde, como, enfermidades. Assim, envelhecer desencadeia a perda gradual das reservas fisiológicas, onde a pessoa fica mais suscetível às doenças e um declínio nas suas funções cognitivas (Cf. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015; PELEGRINO, 2009).

A complexidade de envelhecer, na vida de Brás Cubas, revela representações positivas, mas, também negativas. Assim, o autor explicita as diferentes facetas do envelhecimento humano. Cada faixa etária é uma constru-

ção social. O recorte etário não é definido apenas pelas alterações fisiológicas da pessoa, mas, sobretudo pelo ritmo de entendimento do indivíduo e da sociedade do seu tempo. Logo, infere-se envelhecimentos, no sentido de que cada indivíduo constrói o seu processo de envelhecer. Esta passagem do tempo não se assemelha a uma estrutura homogênea. O envelhecer apresenta uma considerável variação (Cf. DEBERT, 2007, p. 54).

3. *A Lexemática e a Teoria dos Campos Lexicais*

Em meados do século XIX surgiu a Lexemática, também chamada de Semântica Estrutural, que é uma ramificação da Lexicologia, cuja finalidade é a averiguação do léxico no sistema linguístico particular, por meio de uma determinada língua. Assim, a Lexemática ocupa-se do significado do léxico, investigando as mudanças estruturais. Não são objetos dos estudos da Lexemática as interjeições, artigos, numerais e preposições. Estas palavras não são estruturáveis e, portanto, não são passíveis de significados (Cf. COSERIU, 1977).

A ideia de “campo”, nos estudos lexicais, emerge de uma Semântica de base estruturalista. Apesar de se reconhecer todo o processo discursivo sobre o assunto antes mesmo do Curso de Linguística Geral (CLG), de Ferdinand Saussure, foi a partir de Coseriu (1977) que se desenvolveu o arcabouço teórico e metodológico dos Campos Lexicais. Para Coseriu, os campos lexicais participam das estruturas lexemáticas primárias. Além do mais, o teórico acentua que os lexemas estão inseridos numa cadeia de fala formando uma relação de oposição.

[...] Un campo léxico es un conjunto de lexemas unidos por un valor léxico común (valor del campo), que esos subdividen en valores más determinados, oponiéndose entre sí por diferencias mínimas de contenido léxico. (COSERIU, 1981, p. 135)

Dessa forma, os campos lexicais podem assumir diferentes níveis de estruturação, como, por exemplo, o campo lexical da “velhice” pode ser incluído no nível superior do campo do “envelhecimento”. A velhice é uma fase circunscrita do envelhecer, sendo o envelhecer um processo maior que engloba diversas faixas do curso de vida.

O significado de cada lexia terá uma relação direta com o significado das palavras vizinhas. Contudo, há uma organização hierárquica para articular o campo lexical. Logo, não tem como compreender uma lexia independente do seu conjunto – campo – mas, a observação de tal lexia precisará se dá por meio de um todo (Cf. ABBADE, 2011). Nessa perspectiva, a teoria coseriana busca organizar o vocabulário de uma língua em categorias. Tal

oposição e associação semânticas contribuem para um entendimento ainda mais aprofundado e completo sobre cada lexia (Cf. COSERIU, 1977).

3.1. O Campo Lexical do Envelhecer em “Memórias Póstumas”

Nesse ensejo, a Teoria dos Campos Lexicais proposta por Coseriu (1986 [1977]) pode contribuir no redimensionamento e organização do vocabulário da obra machadiana, sobretudo para compreender o envelhecimento humano. É possível notar nas lexias que se referem ao contexto do envelhecer e suas representações sociais uma tentativa de contextualizar a atmosfera sociocultural no qual o autor estava envolvido. Outrossim, o campo lexical do envelhecer pode oferecer um panorama conceitual a respeito do envelhecimento humano, bem como sobre as percepções, vivências e constructos acerca das etapas do curso de vida.

Dessa forma, o campo lexical do envelhecer não é uma estrutura estática. Inicia-se o processo de envelhecimento a partir do nascimento. Daí a conceptualização de Machado de Assis que insere o nascimento em sua obra, haja vista, que não tem como falar de envelhecer sem abordar sobre a gênese de todos os seres humanos. As fases do curso de vida estão interligadas umas às outras, embora existam caracteres específicos em cada período. Assim sendo, tratar sobre o envelhecer é reconhecer a cronologia, os traços socio-culturais e psicológicos do indivíduo. (IRIGARY; SCJHNEIDER, 2008).

Para Palácios (2004), o envelhecer envolve fatores endógenos e exógenos, que devem ser considerados na demarcação de cada fase. Acentua, ainda, que o envelhecimento não é sistema unitário e não ocorre de modo simultâneo. A existência de cada indivíduo revela um *modus operandi* de envelhecer. Frisa-se que o envelhecer é singular, mas, ao mesmo tempo, social e cultural. O que é envelhecer para uma pessoa pode ser diferente do que é para uma outra, assim também acontece com as sociedades e culturas. Essa constatação realça a dimensão complexa do campo do envelhecer, que não pode ser compreendido de forma reducionista.

Os discursos atuais sobre o envelhecimento humano perpassam por uma série de estereótipos que associam o envelhecer e a velhice à “melhor idade” e “idade feliz”. Acredita-se, inclusive, no chamado mito do idoso feliz – aquele que não sente dor, não sofre, que virou uma criança. Nesse sentido, “Memórias Póstumas” pode ajudar a entender melhor o campo lexical do envelhecer de forma realista, trazendo elementos de um processo não linear. Ora elementos tristes, ora elementos alegres. Um misto de reações frente aos eventos da vida, como, doenças, mortes, mendicidade e fragilidades (Cf. LEVY, 2022).

As crenças sobre o envelhecimento influenciam na comunicação sobre a sua definição. Se envelhecer é visto como um processo negativo, abordado como um sistema de tristeza, doenças e mortes, a pessoa tende a considerar essas lexias como palavras chaves na sua autopercepção sobre o que é tornar-se velha. Esse tipo de representação encontra-se presente na atmosfera do contexto da obra machadiana, mas, também, na atualidade, pois toda e qualquer representação parte da sociedade em que o indivíduo vive (Cf. LEVY, 2022).

A ancoragem das representações sociais do envelhecer e suas representações sociais dependerá da organização da pessoa em relação à sua posição social, bem como da sua estruturação simbólica sobre a vida e a passagem do tempo (Cf. DOISE, 2002). Em “Memórias Póstumas”, o defunto autor apresenta múltiplas faces do envelhecimento humano relacionadas às mudanças da sociedade de sua época. Nessa lógica, tem-se a simbologia de um tempo que estava envelhecido, como, por exemplo, a camada burguesa e o romantismo ideológico; mas, também, a marcação de um novo tempo, com o surgimento do realismo e seus desdobramentos sociopolíticos.

Do ponto de vista da subjetividade, os personagens de “Memórias Póstumas” retratam o envelhecimento como algo natural. Vale destacar, que a dinamicidade lexical do envelhecer, na obra em questão, performa o princípio de mutabilidade das palavras, bem como a heterogeneidade do léxico. Se o ser humano envelhece, o envelhecer torna-se um domínio linguístico. As experiências de transição etária só podem ser compreendidas se os indivíduos que envelhecem narrarem as suas histórias através do uso da língua. A língua está associada diretamente à sociedade (Cf. FERRAZ, 2006).

Dessa forma, tratar sobre o envelhecimento machadiano engloba o desnudamento do contexto social de seu tempo, das representações sociais do que seria uma antropologia do envelhecer e das expectativas dos indivíduos que envelhecem. Registra-se, assim, o universo lexical de pessoas, culturas e sociedades. Logo, o léxico ajuda a descrever as realidades linguísticas e extralinguísticas, onde os atores em processo de envelhecimento manifestam as suas crenças sobre o tempo, a idade e o cotidiano, enquanto matizes da Lexicultura (Cf. BARBOSA, 2009).

Nesse ínterim, o campo lexical do envelhecer assume o homem que envelhece e continua a envelhecer. Essa condição pragmática e natural já não podia mais ser ignorada diante do crescimento de pessoas velhas. Debert (1999), explica que:

[...] esse movimento que marca as sociedades modernas, onde, a partir da segunda metade do século XIX a velhice é tratada como uma etapa da vida ca-

racterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais. (DEBERT, 1999, p. 14)

Contudo, o avanço do sistema capitalista priorizou a produção e os bens de consumo em detrimento de quem não pode produzir de forma acelerada. Sendo assim, a pessoa envelhecida já não encontra tanto espaço dentro dessa atmosfera cultural de exploração da força. Ora, se o velho é fraco, não possui condições necessárias de sobrevivência. Porém, Machado de Assis aponta a velhice como a indesejada que sobrevive aos ditames de uma sociedade burguesa e que é passível de fragilidades e morte. A arbitrariedade de se negar a senescência para a exaltação do trabalho e das máquinas [época da Revolução Industrial] demarcava ainda mais uma configuração social, que transformava as instituições e as relações familiares (Cf. REZENDE, 2008).

O quadro a seguir apresenta uma amostra do campo lexical do envelhecer, no âmbito das relações sociais:

Quadro1: Campo das Representações Sociais do Envelhecer em “Memórias Póstumas”.

LEXIAS	ABONAÇÕES
VIDA	[...] a vida é uma coisa doce. (ASSIS, 2019, p. 118).
MORRER	Morrer! Todos nós haveremos de morrer ; basta estarmos vivos. (ASSIS, 2019, p. 19).
DOENTE	Não tinha mais ninguém no mundo e estava quase velha e doente . (ASSIS, 2019, p. 110)
VELHO	Virgília nutria grandes esperanças em que esse velho parente, avaro como um sepulcro [...] (ASSIS, 2019, p.123).
DESASTRE	Sucedeu por esse tempo um desastre : a morte do Viegas. (ASSIS, 2019, p. 123).
VELHICE	A velhice ridícula é, porventura, a mais triste e derradeira surpresa da natureza humana. (ASSIS, 2019, p.118).
MENDICIDADE	[...] aleguei que a velhice de Dona Plácida estava agora ao abrigo da mendicidade . (Assis, 2019, p.11)
ARFAGEM	Virgília chegaria a ver o que era um velho de gosto. [...] Falava, como se pode supor, lentamente e a custo, intervalado de uma arfagem incômoda para ele e para os outros. De quando em quando, vinha um acesso de tosse; curvo, gemendo, levava o lenço à boca. (ASSIS, 2019, p.126).

4. *Considerações finais*

Em “Memórias Póstumas”, é possível realizar um estudo lexicológico, sob uma diacronia estrutural, dando enfoque ao campo lexical do envelhecer e suas representações sociais, no sentido de explorar as fases do curso de vida, bem como as diferentes lexias que remontam ao processo de envelhecimento. Há elementos que constituem a infância, a adultez e a velhice. Sendo que o curso de vida pode ser identificado como passagem do tempo, idade ou desenvolvimento humano. A noção de mudança está presente no curso de vida. Constata-se que a pessoa muda ao longo do tempo, e que cada idade traz significados e representações distintas. Sendo Machado de Assis, no contexto da obra, um homem idoso naturalmente retratará a partir do viés da velhice.

Assim, cada etapa do curso de vida é uma construção subjetiva, psicológica e sociocultural, mas, sobretudo linguística. Vivências e interpretações de um indivíduo resultam em representações singulares – com lexias específicas – que podem ser inferidas como positivas ou negativas. No caso de Machado de Assis, a perspectiva do que é bom ou ruim pode ser compreendida como a estrutura do real. Desse modo, a narrativa do envelhecer torna-se relativa e heterogênea.

Há múltiplos fatores associados ao envelhecer. Sob a percepção de Machado de Assis, por exemplo, a morte e as doenças são parte integrante desse processo multifatorial. O indivíduo que envelhece interage com fenômenos comportamentais, ambientais e linguísticos. Assim, o retrato do envelhecer feito pelo autor defunto oferece um panorama de como o desenvolvimento da pessoa humana é complexo, e como a língua tem um papel fundamental na compreensão do processo do envelhecer e suas representações sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADÉ, Celina Márcia de Souza. A lexicologia e a teoria dos campos lexicais. *Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/105.pdf.

_____. *Um estudo lexical do primeiro manuscrito da culinária portuguesa medieval: o Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*. Salvador: Quarteto, 2009.

_____. O estudo do léxico. In: _____. *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006.

_____. *Os campos lexicais do livro de cozinha da infanta D. Maria. Anais da XX Jornada – Gelne 2004*, João Pessoa-PB. Disponível em: <http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2004/PDF/Celina%20M%20E%20Ircia%20de%20Souza%20Abbade.pdf>. Acesso em: 09 de julho 2023.

_____. *Campos lexicais no Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2003.

_____. O estudo do léxico. In: TEIXEIRA, M.C.R.; QUEIROZ, R. de C.R. de; SANTOS, R.B. dos (Orgs). *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006 p. 213-25

ANTUNES, Irlandé. *Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2012.

ASSIS, Machado. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

_____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Lafonte, 2019.

_____. Crítica literária. *Apud LUFT, C.P. Vestibular de português: textos e testes*. Porto Alegre, Globo, 1972.

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção. O conceito de lexicultura e suas implicações para o ensino-aprendizagem de português língua estrangeira. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59812>.

COSERIU, Eugenio. Introducción al estudio estructural del léxico. In: _____. *Principios de semántica estructural*. Vers. esp. de Marcos Martínez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1977. p. 87-142

_____. Las Estructuras lexemáticas. In: _____. *Principios de semántica estructural*. Vers. esp. de Marcos Martínez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1977. p. 162-84

_____. Para uma semântica diacrônica estrutural. In: _____. *Principios de semántica estructural*. Vers. esp. de Marcos Martínez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1977. p. 11-86

_____. *O homem e sua linguagem*. Madrid:Gredos, 1977.

_____. Hacia una tipología de los campos léxicos. In: _____. *Principios de semántica estructural*. Vers. esp. de Marcos Martínez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1977 p. 210-42

DARDENGO, Cassia Figueiredo Rossi; MAFRA, Simone Caldas Tavares. Os conceitos de velhice e envelhecimento ao longo do tempo: contradição ou adaptação?. *Revista de Ciências Humanas*, v. 18, n. 2, Minas Gerais, jul./dez. 2018.

FRANCHI, C. Linguagem – atividade constitutiva. In.: FIORIN, J.L.; FRANCHI, E. (Orgs). *Linguagem – atividade constitutiva: teoria e poesia*. São Paulo: Parábola, 2011.

FERRAZ, Aderlande. A inovação lexical e a dimensão social da língua. In: SEABRA, M.C.T.C. de (Org.). *O Léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 217- 234.

FIGUEIREDO, Roseana Nunes Paracat de Souza. A crítica Social m Memórias Póstumas de Brás Cubas. *SCRIPTA*, Belo Horizonte-MG, 2000. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/10360/8462>.

ISQUERDO, Aparecida N. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: UFMS, 1998.

IIGARY, Q.; SCHNEIDER, R.H. O envelhecimento na atualidade: Aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de Psicologia*, 2008.

JACINTO, Paulo de Andrade; RIBEIRO, Eduardo Pontual. Crescimento e envelhecimento populacional brasileiro: menos trabalhadores e trabalhadores mais produtivos?. *Pesquisa e planejamento econômico*, v. 45, n. 2, 2015.

LEVY, B. *Breaking the Age Code. How Your Beliefs About Aging Determine How Long and Well You Live*. Willim Morrow Publisher, 2022.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.* 19(3):507-519, Rio de Janeiro, 2016.

MOSCOVICI, S. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

PALÁCIOS, J. Mudança e Desenvolvimento Durante a Idade Adulta e a Velhice. In: C. Coll, J. Palacios & A. Marchesi. *Desenvolvimento Psicológico e Educação*, 2004. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/354022359/Mudanca-e-Desenvolvimento-Durante-a-Idade-Adulta-e-a-Velhice>.

POLGUÈRE, Alain. *Lexicologia e semântica lexical: noções fundamentais*. Trad. Sabrina Pereira de Almeida. São Paulo: Contexto, 2018.

QUEIROZ, Rita C. R. “Arte de cozinha”: estudo léxico-semântico de um documento português do século XVII. *Cadernos do CNLF*, v. 17, n. 2, p. 186-95, Rio de Janeiro, 2013.

REZENDE, C. B. *A Velhice na Família: estratégias de sobrevivência*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. 156f. Disponível em: https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/Cristiane_Barbosa.pdf.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. *Resumo do Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde*. Genebra: OMS, 2015. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>.

TEIXEIRA, Maria da C. R. Representações dos escravizados: o vocabulário de alguns anúncios publicados em periódicos baianos no século XIX. In: QUEIROZ, R. de C.R. de (Org.). *Língua, cultura e sociedade: estudos sobre o léxico*. Feira de Santana-BA: UEFS, 2009. 1 CD-ROM.

VILLALVA, Alina. *Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do Português* / Alina Villalva, João Paulo Silvestre. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014. (Coleção de Linguística)

VILELA, Mário. *Ensino da língua portuguesa: léxico, dicionário, gramática*. Coimbra, Portugal: Almedina, 1995.

O CONCEITO DE SÍLABA NAS GRAMÁTICAS DE JOÃO DE BARROS (1540) E DE ANCHIETA (1595)

Leonardo Ferreira Kaltner (UFF)
leonardokaltner@id.uff.br

RESUMO

A palestra tem por objetivo debater o conceito gramatical de sílaba na perspectiva da gramática humanística do século XVI, pela fundamentação teórico-metodológica da disciplina de Historiografia da Linguística (HL) (KOERNER, 2014; SWIGGERS, 2019). Para atingir esse objetivo desenvolvemos uma leitura historiográfica no modelo da análise koerniana dos fatos linguísticos. Temos como *corpus* de análise duas gramáticas humanísticas representativas de seus contextos: a gramática de língua portuguesa, de 1540, do humanista João de Barros, e a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de 1595, de Anchieta. O conceito gramatical de sílaba é oriundo do pensamento filosófico aristotélico e teve grande repercussão na gramatização das línguas ocidentais, tendo emprego até os dias atuais.

Palavras-chave:

Gramaticografia. Humanismo renascentista. Conceito de sílaba.

ABSTRACT

The lecture aims to discuss the grammatical concept of the syllable from the perspective of 16th-century humanistic grammar, grounded in the theoretical and methodological framework of the discipline of Historiography of Linguistics (HL) (KOERNER, 2014; SWIGGERS, 2019). To achieve this objective, we undertake a historiographical reading based on Koernian analysis of linguistic facts. Our analysis corpus includes two humanistic grammars representative of their contexts: the 1540 Portuguese grammar by the humanist João de Barros and the 1595 *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* by Anchieta. The grammatical concept of the syllable originates from Aristotelian philosophical thought and has had significant influence on the grammaticalization of Western languages, remaining relevant to this day.

Keywords:

Grammaticography. Renaissance humanism. Concept of syllable.

1. Introdução: o conceito de sílaba na gramática humanística

A presente palestra tem como objetivo central debater o conceito gramatical de sílaba, abordando-o sob a perspectiva da gramática humanística do século XVI, com base na fundamentação teórico-metodológica desenvolvida pela disciplina de Historiografia da Linguística (HL), conforme proposto por Auroux (1992), Koerner (2014) e Swiggers (2019). No contexto renascentista, a gramática não era apenas um instrumento descritivo das línguas, mas antes era fruto de uma prática intelectual inspirada pela especula-

ção filosófica, que buscava criar uma metalinguagem capaz de sistematizar e normatizar o uso linguístico, cujo principal técnica descritiva era a adaptação das partes da oração (*partes orationis*) da gramática greco-latina aos vernáculos modernos (Cf. AUROUX, 1992). Neste contexto, a atividade gramatical era essencialmente uma atividade de recriação da metalinguagem greco-latina para o emprego nas línguas vernaculares, ao passo que a produção poética, desenvolvida também pelos humanistas, buscava exercitar essa descrição gramatical, como se registra nas obras de Gil Vicente (1465–1536), Sá de Miranda (1481–1558) e de Camões (c. 1524–1579/1580), por exemplo, inspirados em humanistas itálicos, como Petrarca (1304–1374).

Nesse sentido, a poesia e a prosa dos humanistas do Renascimento, nas línguas vernaculares europeias, se configuravam como uma atividade epilinguística, na conceituação de Swiggers (2019), diretamente vinculadas à metalinguagem das gramáticas humanísticas, em uma prática letrada em que a linguagem era utilizada de maneira criativa e expressiva, para se repensar a própria língua, sempre em contraste com a gramática latina e com os autores da Antiguidade clássica, como cânone dos humanistas, com o objetivo de testar os limites da normatização gramatical dos vernáculos modernos. A poesia humanística dialogava diretamente com a gramática humanística e vice-versa, em um contexto em que as línguas europeias se desterritorializavam pelas navegações e os descobrimentos de rotas marítimas para o Oriente, junto à expansão das atividades mercantis comerciais dos reinos europeus na constituição de seus impérios ultramarinos (Cf. KALTNER, 2016; 2020a; 2020b; 2020c; 2020d).

A criação da gramática humanística alterou a ecologia do contato de línguas, de acordo com Sylvain Auroux (1992), ao introduzir a escrita vernácula como uma prática linguística hegemônica, no Renascimento, fato linguístico que teve continuidade até a época contemporânea, quando as línguas ágrafas passaram a ser tratadas de modo estigmatizado:

O Renascimento europeu é o ponto de inflexão de um processo que conduz a produzir dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo (e não somente vernáculos europeus) na base da tradição greco-latino. Esse processo de gramatização mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento / dominação sobre as outras culturas do planeta. (AUROUX, 1992, p. 8-9)

Para se compreender essa dinâmica social e linguística, na formação do pensamento dos humanistas, é necessário contextualizar essa discussão, sobretudo, nos séculos XV e XVI, em um contexto marcado pela redescoberta dos textos clássicos e pelo intenso interesse nos estudos filológicos e gramaticais da Antiguidade clássica (AUROUX, 1992). Nesse cenário, o conceito de sílaba, oriundo do pensamento filosófico aristotélico, assume um

papel central na estruturação das línguas ocidentais, sobretudo na relação entre a fala e a escrita, pois a gramatização dependia do instrumental greco-latino para a sistematização da escrita vernacular, o que os missionários jesuítas estenderam ao Brasil do século XVI (Cf. KALTNER, 2024; KALTNER, SANTOS; 2024a; 2024b; 2024c). A sílaba, elemento fundamental da prosódia, era considerada uma das partes da gramática humanística, assim não só organizava o ritmo e a prosódia das palavras e orações, mas também desempenhava uma função central na poesia e na música, disciplinas profundamente interligadas no pensamento dos humanistas. A sílaba era, portanto, uma unidade de medida que ia além da simples divisão fonética, sendo crucial para o estudo sistemático da fala, e mesmo para a criação poética e musical humanística, no canto.

A importância da sílaba na criação poética é inegável, visto que a métrica poética da versificação humanística dependia diretamente da estrutura silábica das palavras. A contagem das sílabas em um verso define, portanto, seu ritmo e sua harmonia, elementos essenciais para a musicalidade do poema, processo que foi explorado pelos humanistas do Renascimento. Nesse sentido, a poesia do século XVI pode ser vista como uma prática epilinguística (SWIGGERS, 2019), e assim objeto de análises da Historiografia da Linguística, sendo o seu emprego poético uma situação de uso específica em que a linguagem é moldada e utilizada de maneira artística, explorando as potencialidades expressivas da língua, com uma funcionalidade estética. Já a música do Renascimento, sobretudo o canto, intimamente ligado à poesia, utilizava a sílaba como base para a construção melódica, onde cada nota correspondia ao menos a uma sílaba, criando uma relação intrínseca entre o som e sentido melódico, ou harmônico, a “*modulatio*” (modulação) da voz.

A atividade epilinguística não é restrita aos poetas, mas é uma atividade derivada da competência linguística de todos os falantes de modo geral, todavia os poetas humanistas buscam empiricamente uma reflexão em sua própria prática linguística. Auroux (1992) debate como a atividade epilinguística antecede a metalinguagem, o que podemos estender ao fato de a poesia anteceder a gramática, inclusive no contexto greco-latino:

O saber linguístico é múltiplo e principia naturalmente na consciência do homem falante. Ele é epilinguístico, não colocado por si na representação antes de ser metalinguístico, isto é, representado, construído e manipulado enquanto tal com a ajuda de uma metalinguagem. (AUROUX, 1992, p. 16)

Para explorar esses aspectos, desenvolvemos uma leitura historiográfica inspirada no modelo de análise koerniana dos fatos linguísticos que nos permitirá compreender a evolução do conceito de sílaba e sua aplicação em duas gramáticas humanísticas do período (Cf. KOERNER, 2014). Nosso *corpus* de análise é composto por duas obras representativas da gramática

humanística do século XVI: a *Gramática da língua portuguesa*, publicada em 1540 pelo humanista João de Barros (1496–1570), e a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de 1595, elaborada pelo jesuíta José de Anchieta (1534–1597) (Cf. KALTNER; SANTOS, 2024a). Ambas as obras são exemplares da tentativa renascentista de sistematizar e normatizar as línguas vernáculas, aplicando os princípios da gramática latina às línguas emergentes.

A gramática de João de Barros, de 1540, é uma das primeiras tentativas de gramatização da língua portuguesa, e nela o conceito de sílaba é tratado de acordo com a descrição gramatical do Latim, em seu “horizonte de retrospecto” (AUROUX, 1992, p. 11). Barros, influenciado pela tradição latina e aristotélica, vê na sílaba não apenas uma unidade fonética, mas também um elemento estrutural crucial para a compreensão da língua, uma unidade ou elemento. Sua obra reflete a preocupação dos humanistas em dotar as línguas vernáculas de uma estrutura gramatical que lhes conferisse legitimidade e prestígio, equiparando-as às línguas clássicas, o que estava em seu “clima de opinião” (KOERNER, 2014).

Por sua vez, a gramática de Anchieta, de 1595, voltada para a língua tupinambá, representa um esforço de gramatização de uma língua indígena, utilizando os mesmos princípios da gramática latina (Cf. KALTNER, 2020^a; KALTNER, 2024b), situando-se como uma “gramática latina estendida” no sentido de Auroux (1992). Anchieta adapta o conceito de sílaba para uma língua que possui características fonéticas e prosódicas distintas das línguas românicas, e mesmo indoeuropeias, mostrando a flexibilidade e a universalidade do conceito. Sua obra é tida como um exemplo de como a atividade gramatical renascentista não se limitava às línguas europeias, mas buscava abarcar e sistematizar todas as línguas com as quais os europeus entravam em contato, isto é, buscava a universalidade.

O impacto do conceito de sílaba, portanto, transcende o período renascentista, influenciando a gramatização das línguas ocidentais e permanecendo relevante até os dias atuais, sendo um tema da ciência básica linguística. A sílaba continua a ser uma unidade fundamental nos estudos linguísticos, especialmente na fonologia e na prosódia, e seu papel na poesia e na música mantém-se relevante para a compreensão dessas artes. Além disso, o estudo da sílaba é essencial para os estudos da fala, pois ela constitui a base rítmica da linguagem falada, influenciando diretamente a fluência e a inteligibilidade do discurso, isto é, a sua prosódia.

Dessa forma, ao revisitar o conceito gramatical de sílaba através da ótica da gramática humanística do século XVI e da análise historiográfica, buscamos não apenas compreender a evolução desse conceito, mas também

destacar sua importância duradoura para a linguística, a poesia, a música e os estudos da fala. Através da análise das obras de João de Barros e de José de Anchieta, evidenciamos como o pensamento dos humanistas moldou a compreensão da linguagem e contribuiu para a consolidação das línguas vernáculas no cenário ocidental.

2. *Aristóteles e o conceito de sílaba: um horizonte de retrospectão*

A sílaba era originalmente um termo vinculado à língua grega *συλλαβή* (syllabé). Seu sentido se resguarda, mesmo adaptado à língua portuguesa no século XVI, como uma unidade fundamental da linguagem, em que os vocábulos podem ser segmentados, uma unidade que desempenha um relevante papel na estruturação do discurso, tanto na fala quanto na escrita. Essa concepção foi desenvolvida a partir da concepção cultural do mundo da antiga Hélade, de língua grega, quando a escrita passou a registrar os sons vocálicos em um sistema que adotava também o silabário, afastando-se da escrita ideogramática, por exemplo. Temos a impressão de que os gramáticos gregos foram pioneiros em normatizar o emprego de sons vocálicos na língua grega antiga, e em suas variantes. Na língua grega antiga as sílabas eram categorizadas gramaticalmente por sua quantidade, ou ritmo, em breves e longas (*μακρά, βραχεία συλλαβή*), e em português, são qualificadas em tônicas e átonas.

A sílaba é um conceito central não apenas para a gramática, mas também para a prosódia e métrica poética, sendo um ponto de interseção entre as tradições filosóficas e gramaticais do Ocidente. Vejamos a concepção de sílaba de Aristóteles (384–322 AEC), que influenciou nos gramáticos gregos. Essa conceituação está na obra *Categorias*, o primeiro texto do filósofo, do conjunto de obras do *Órganon*, o seu tratado de lógica:

Por este motivo, o número é quantidade discreta, e não contínua, e o mesmo é predicável da oração, que também é uma quantidade discreta. Medida em sílabas longas e breves, a oração é uma quantidade, cujas partes não têm um comum limite. Não há um limite comum para união das sílabas e cada uma é, com efeito, uma quantidade discreta. (ARISTÓTELES, *Cat.* 4b, trad. PINHARANDA GOMES, 1985, p. 61)

O conceito de sílaba de Aristóteles influenciou nas gramáticas de Dionísio, o Trácio (170–90 AEC), a *Tékhne Grammatiké*, e a *Ars grammatica*, do ano 350, de Donato, gramático latino (Cf. AUROUX, 1992).

Aristóteles aborda a sílaba a partir de uma perspectiva teórica filosófica empiricista, tratando-a como uma “quantidade discreta”, ou seja, numérica, em oposição às quantidades contínuas, ou geométricas, como as linhas e circunferências. Para o filósofo, o número, assim como a sílaba, é uma enti-

dade discreta, por analogia, o que implica que cada sílaba possui uma identidade única, sem limites comuns com outras, isto é, ela pode ser numerada, ou contada. Para se compreender essa oposição, elementos geométricos, por exemplo, não podem ser numerados, ou contados, pois o ponto geométrico não é um número, por exemplo. Não há como se contar a quantidade de pontos em uma linha, ou circunferência, mas há como se contabilizar o número de sílabas de qualquer oração, ou verso.

Em termos linguísticos, Aristóteles sugere que a sílaba é medida em termos de duração, distinguindo-se entre longas e breves, em sua categorização gramatical na língua grega. Essa distinção não apenas é fundamental para a métrica poética, mas também para a compreensão do ritmo na fala na Hélade clássica. A ideia de que a sílaba é uma unidade distinta com função métrica e rítmica continua a ser um aspecto central na análise poética e gramatical até os dias atuais, ainda que as quantidades de tempo da sílaba só estejam presentes no canto em língua portuguesa, parte da teoria musical do ritmo, e não em uso na língua de modo natural.

3. *O conceito de sílaba na obra de João de Barros*

João de Barros, o mais renomado e prestigiado gramático e humanista no contexto do reino de Portugal no século XVI, em sua obra *Gramática da Língua Portuguesa* (1540), dedica-se a uma análise e descrição linguística detalhada da sílaba, abordando-a como uma das quatro partes fundamentais da gramática, que corresponde à prosódia, de acordo com a recepção da tradição gramatical greco-latina. Note-se que a gramática do humanista é um produto do reinado de D. João III (1502–1557), que reinou entre 1521 e 1557, e foi o responsável pela renovação cultural humanística em Portugal, com a transferência da universidade para Coimbra e com a fundação do Colégio das Artes, em 1548, em que a sua obra gramatical é contextualizada. Para Barros, a prosódia envolve tanto o acento, a língua em uso, quanto o canto, enfatizando a natureza fonética e musical da sílaba. Ele define a sílaba como a junção de uma vogal com uma ou mais consoantes, criando uma unidade sonora indivisível, correspondente à prosódia, ou à fala. Essa definição reflete uma preocupação não apenas com a estrutura fonológica, mas também com a estética sonora da língua, que o humanista relaciona diretamente à musicalidade inerente à prosódia.

Sua definição da sílaba a apresenta com a aderência de uma letra vogal com no mínimo uma consoante, formando uma unidade, um “aiütamêto de hũa uogal, cõ hũa e duas e as uezes tres cõsoantes”:

Da syllaba e seus açidentes.

Syllaba, é hũa das quátro pártes da nóssa Grammática que corresponde á Prosodia, que quer dizer acento e canto: aqual Syllaba é aiütamêto de hũa uogal, cõ hũa e duas e as uezes tres cõsoantes, que iütamente fazê hũa só uóz. Digo hũa cõsoante, quãdo se aiütã desta maneira, li, & cõ duas, uro, & com tres, uros, que iütamête fazê este nome liuros. (BARROS, 1540, fol. 3v-4r)

Barros exemplifica a constituição da sílaba através de combinações diversas de letras vogais e consoantes, destacando uma incerteza teórica sobre a possibilidade de uma sílaba ser formada por uma vogal isolada, e afirmando serem sílabas as combinações mais complexas de consoantes e vogais. Ele utiliza dois exemplos, na segmentação de “dições” (palavras): “li” (vogal + consoante), “uro” (consoante + vogal + consoante), e “uros” (consoante + vogal + duas consoantes), culminando na formação do termo “liuros”, para ilustrar como essas combinações produzem unidades sonoras distintas, na decomposição de uma “dição” com um significado único, a palavra “livros”. Sua análise vai além da simples descrição das combinações possíveis, sugerindo que a sílaba, enquanto unidade básica da prosódia, possui uma função tanto estrutural quanto estética na língua, o que permite seu emprego na arte poética para a métrica dos versos. Note-se que o humanista não cita nenhum poeta português em sua descrição linguística, apenas o uso.

Vejamos a segunda parte dessa descrição quinhentista:

E por que ás uezes hũa só letera uogál sérue de syllaba, própriamête a esta tál nã chamaremos syllaba: mas àquella que for compõsta de uogal e cõsoãte. Os latinos fazê ás uezes hũa só syllaba com çinquo consoantes: como nestas dições, scrobs, stirps. A nóssa syllaba nam pássa de tres, como uimos nesta diçã atrás, liuros, as quães ou sérue no pr̄çipio, como. Pr̄çipe, ou no fim, como, Raínhas. (BARROS, 1540, fol. 4r)

Ao discutir a formação das sílabas, Barros também introduz a ideia de que, embora uma vogal isolada possa funcionar como uma sílaba, ele reserva o termo sílaba para aquelas unidades que combinam uma vogal com uma ou mais consoantes. Essa distinção entre sílabas compostas e sílabas simples reflete uma concepção mais sofisticada da fonologia, em que a combinação de sons é evidenciada como fundamental para a estrutura e o ritmo da fala, isto é, a sílaba é considerada um som em cadeia, ou sequencial, diferentemente da unidade diretamente anterior, a letra, que não é pronunciada na cadeia da fala, assim, podemos inferir que a vogal isolada era considerada pelos humanistas uma letra, e não uma sílaba. Barros reconhece, ainda, que, enquanto o latim pode formar sílabas com até cinco consoantes, o português geralmente não ultrapassa três, exemplificando isso com termos como “*scrobs*” e “*stirps*” em latim, contrastando com li-vros e prín-ci-pe em português.

Ao analisar o que é a sílaba, o humanista resgata o conceito de acidentes da gramática latina, que são consideradas as variações possíveis da sílaba, e as suas qualidades, ou propriedades como entes individuais:

Toda syllaba tem tres açidentes, Numero de leteras, Espaço de tempo, Açêto álto ou báixo. O numero de leteras, ia ô uimos pelos exemplos atras. Espaço de tẽpo, por que hũas sam curtas e outras lõgas, como nesta diçã. Bárborã, que a primeira é lõga. & as duas sã breues. Por que tâto tẽpo se gásta na primeira, como nas duas seguintes, à semelhança dos musicos, os quães tanto se detẽ no ponto desta primeira figura bár, como nas duas derradeiras, bo, ra. E os Latinos e Grégos, sentẽ melhor o tẽpo das syllabas, por causa do uérso, do que ô nós sentimos nas trouas: por que casi mais espéra a nõssa orelha o consoãte, que a cãtidade, dado que a tẽ. O terçẽiro açidente da Syllaba, é canto álto ou baixo: por que como os musicos aleuantam & abaixã [7] a uoz cantando, assy nos temos a mesma órdem, como nesta diçã, le,mos, que na primeira Syllaba aleuãtamos, e na segunda abaixamos. (BARROS, 1540, fol. 4r-5f)

Barros introduz os três “acidentes” da sílaba em sua descrição linguística: o número de letras, a duração do tempo e o acento. O número de letras em uma sílaba, como exemplificado anteriormente, é um fator importante na classificação e descrição das sílabas, mas é na discussão sobre a duração do tempo e o acento que Barros realmente explora a conexão entre a fonologia e a musicalidade da língua. Ele diferencia sílabas curtas e longas, utilizando o exemplo da palavra “Bár-ba-ra”, onde a primeira sílaba é considerada longa, enquanto as duas subseqüentes são breves. Essa distinção, baseada no tempo de pronúncia, é comparada à maneira como os músicos tratam as notas na composição musical, gastando o mesmo tempo em uma nota longa quanto em duas notas curtas. A comparação entre a prosódia da língua e a música é central para Barros, que sugere que os latinos e gregos eram mais sensíveis à duração das sílabas devido à sua prática na poesia métrica, em contraste com a métrica das “trovas” em português, onde a “orelha” tende a perceber mais a consoante do que a quantidade de tempo das vogais.

Na seqüência, Barros aborda o terceiro “acidente” da sílaba, que é o acento, ou canto, alto ou baixo. Ele compara o movimento ascendente e descendente da voz na música com o padrão de acentuação na fala, dando como exemplo a segmentação da palavra “le-mos” em duas sílabas, onde a primeira sílaba é acentuada (alta) e a segunda é não acentuada (baixa), o que por adequação teórica (Cf. KOERNER, 2014), consideramos como tônica e átona, respectivamente. Essa abordagem, que associa diretamente a prosódia da língua ao canto, reforça a visão de Barros de que a linguagem é intrinsecamente musical, e que o estudo da sílaba é tanto uma questão de fonologia quanto de estética sonora, o que atualmente é estudado no campo da fonologia métrica.

Por fim, a análise de João de Barros sobre o conceito de sílaba revela uma visão profundamente integrada da gramática, onde a fonologia, a prosódia e a musicalidade da língua estão interconectadas. Ele trata a sílaba não apenas como uma unidade básica de som, mas como uma entidade complexa que envolve a combinação de letras, a duração do tempo e o acento, que qualifica cada sílaba individualmente. A obra de Barros reflete uma concepção renascentista da linguagem, em que a gramática é vista como uma disciplina que não apenas descreve a estrutura da língua, mas também explora sua dimensão estética e musical. Ao associar a sílaba à prosódia, ao canto e à música, Barros contribui para uma compreensão mais rica e multifacetada da fonologia da língua portuguesa, e sua análise continua a ser relevante para estudiosos da linguística e da história da língua, pois a diferença entre a fala e o canto é um tema ainda de interesse dos Estudos de Linguagem.

4. *O conceito de sílaba na obra de Anchieta*

O conceito de sílaba, embora não explicitamente teorizado por José de Anchieta em sua *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), desempenha um papel crucial na estruturação e descrição da língua tupinambá, pela adaptação do modelo gramatical latino para descrever a língua indígena predominante na ecologia do contato de línguas da colonização do Brasil do século XVI. Anchieta, um jesuíta europeu e importante figura na história linguística do Brasil, foi pioneiro na sistematização da língua tupinambá através de uma “gramática missionária” (*missionary grammar*) (Cf. ZWARTJES, 2002) que buscava adaptar conceitos e metodologias da gramática humanística latina para a língua falada pelos povos indígenas (Cf. KALTNER; SANTOS, 2023a; 2023b).

O estudo sistemático das gramáticas missionárias foi iniciado pelo naturalista e filólogo alemão Julius Platzmann (1832–1902), que reeditou contemporaneamente no século XIX diversas obras gramaticais sobre línguas indígenas da América latina, e foi o autor da obra *Verzeichniss einer Auswahl Amerikanischer Grammatiken, Wörterbücher, Katechismen, u.s.w.* (Lista de uma seleção de gramáticas, dicionários, catecismos americanos etc.), publicada em 1876, que formou o cânone das gramáticas, léxicos e catecismos missionários para o estudo das línguas indígenas no período da colonização. Julius Platzmann enquadra-se no papel do historiógrafo da linguística pioneiro, que desenvolve o cânone, ou o *corpus* de trabalho para o estudo da história do pensamento linguístico no âmbito da Linguística Missionária. A obra gramatical de Anchieta foi tema de suas pesquisas.

Em sua obra, Anchieta adota o termo “sílabas” de acordo com a tradição gramatical latina, utilizando-o para descrever as unidades básicas de som

na língua tupi, tanto para segmentar a fala quanto o canto na língua indígena. Embora ele não teorize ou ofereça uma definição explícita do termo, seu emprego do conceito de sílaba está em consonância com as práticas gramaticais latinas, evidenciando a influência da gramática humanística. A grafia “syllaba”, por exemplo, segue o padrão estabelecido por gramáticos como João de Barros, o que demonstra a continuidade e adaptação de tradições europeias no estudo das línguas indígenas americanas:

¶ B. P. in medio, vel fine dictionis, quali sempre se muda em, m. ou, mb. quando precede na vltima syllaba, til, ou, m ou, n. ainda que este o n. no fim da penultima, vt Anga. [...]

¶ R. mudafe em, n. onde præceder til. m. ou, n. in vltima syllaba, vt in futuro conjunctiui, nupa^ç, nupâneme, pro nupâreme, irumô, irumôneme, & sic de cæteris vt suprà. [...]

¶ Oa. Oe, sempre são monosyllabos, ou contractos se são simples precedente consoante, vt coára, poéra dissyllabos. Nos præteritos tambem se escreue, ve, como oe, compolto, vt ocuéra timbuéra, &c. [...]

Excipe, coema, moéma, que são trifyllabos, & si quæ sunt alia. [...] (ANCHIETA, 1595, Cap. 2, fol. 3f)

Anchieta descreve as palavras em tupinambá como sendo compostas por monossílabos, dissílabos, trissílabos e quadrissílabos, categorizando-as de acordo com o número de sílabas que as compõem, um dos acidentes das palavras, ou “dições” (*dictiones*). Essa classificação é semelhante àquela encontrada em gramáticas latinas e reflete uma tentativa de mapear a estrutura da língua tupinambá utilizando as ferramentas conceituais disponíveis em sua época, em seu “clima de opinião” (Cf. KOERNER, 2014), a tecnologia gramatical greco-latina, conforme Aurox (1992). A divisão de sílabas, como realizada por Anchieta, segue as regras da prosódia latina, que era uma parte fundamental do ensino gramatical renascentista, focando na prescrição linguística, na correta acentuação e ritmo das palavras, e na divisão dos sons da fala articulada (*vox articulata*), isto é, aquela que transmite o significado.

No entanto, a aplicação desses conceitos latinos à língua tupinambá envolveu desafios únicos, sobretudo em relação ao vocalismo da língua em contraste com o latim, e o português. O tupinambá, uma língua aglutinante da família tupi-guarani, possui características fonológicas e morfológicas distintas das línguas indo-europeias, como o latim, e mesmo das línguas românicas que derivaram do latim. As palavras no tupinambá são frequentemente compostas por raízes e sufixos que, juntos, formam unidades de significado, o que pode resultar em palavras longas e complexas, muitas vezes contendo várias sílabas, o que dificulta a segmentação silábica. Nesse contexto, a divisão silábica realizada por Anchieta segue não apenas as con-

venções da prosódia latina, mas também busca capturar a estrutura fonológica própria do tupi.

Anchieta também lidou com a transformação de sons dentro das palavras, as mudanças de fones, ou metaplasmos (*metaplasmi*) na teoria gramatical humanística greco-latina, descrevendo, por exemplo, como certas consoantes mudam dependendo do contexto silábico em que se encontram. Em sua gramática, ele observa que a consoante “b”, o fonema /b/, quando aparece no meio ou no final de uma palavra, frequentemente se transforma no fone [m] ou [mb], quando precedida por uma sílaba terminada em /n/ ou /m/, como em “Anga” (An-gá, alma). Essas observações mostram um esforço de Anchieta em adaptar as regras fonológicas europeias para descrever fenômenos específicos do tupinambá, compreendendo a dinâmica da língua indígena.

A influência do conceito de sílaba na poesia tupinambá, como exemplificado nos poemas escritos em redondilha por Anchieta, também é notável. O missionário, ao compor versos em tupi, uma variação do tupinambá, para serem recitados ou cantados, como na fala de Guaixará no auto “Na Festa de S. Lourenço”, emprega a métrica e a rima de maneira que reflete tanto a musicalidade da língua indígena quanto os padrões poéticos europeus. O uso das sílabas no poema para estabelecer uma métrica versificada revela uma atenção cuidadosa à prosódia e ao ritmo, com as sílabas sendo distribuídas de forma a criar uma cadência natural na fala dos personagens, enquanto preserva a métrica necessária para a recitação poética no modelo da redondilha menor de Gil Vicente.

Vejamos a primeira estrofe do segundo ato do texto teatral, segmentados quanto à divisão silábica:

Xe moa-jú ma-ran-ga-tú, (Me deixa zangado a “bondade”)

Xe moy-rõe-te-ka-tu-á-bo (Me irritam demais)

Ai-pó te-kó py-as-sú (Essas vidas novas)

A-bá se-rã o-gue-rú (Que homens, talvez, a trouxeram)

Xe re-tá-ma mo-mo-xyá-bo? (Para arruinar a minha terra) (ANCHIETA, 1989 [1954], p. 689, *apud* Kaltner; Santos 2024b)

Os versos “*Xe moa-jú ma-ran-ga-tú*” e “*Xe moy-rõe-te-ka-tu-á-bo*” mostram a utilização do conceito de sílaba para recriar uma estrutura métrica regular, facilitando a memorização e a recitação oral, que eram essenciais na transmissão cultural e religiosa no contexto colonial. Além disso, o emprego das sílabas na poesia de Anchieta reflete uma tentativa de integrar a estética poética europeia com as tradições orais indígenas, criando um hibridismo cultural que foi uma característica marcante do período missionário no Brasil.

Dessa forma, o conceito de sílaba em Anchieta, embora não explicitamente teorizado, desempenha um papel fundamental em sua abordagem gramatical e poética. Ele utiliza as sílabas como unidades básicas tanto para a análise linguística do tupi quanto para a composição de versos poéticos, adaptando métodos gramaticais europeus para descrever e sistematizar uma língua indígena. Anchieta demonstra uma habilidade notável em conciliar diferentes tradições culturais e linguísticas, utilizando a gramática como um meio de conectar a prosódia latina com a estrutura fonológica do tupinambá, ao mesmo tempo em que cria uma forma de expressão poética que reflete a complexidade cultural do Brasil colonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, José de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: António de Mariz, 1595.

_____. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Apresentação Dr. Carlos Drummond e aditamentos de Pe. Armando Cardoso, S.J. São Paulo: Loyola, 1990 [1595].

ARISTÓTELES. *Categorias; Periérmeneias*. Trad., pref. e notas Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães, 1985.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni Puccinelli. Campinas: Orlandi. Campinas-SP: Unicamp. 1992.

BARROS, João de. *Grammatica da lingua portuguesa*. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Latin in colonization of sixteenth century Brazil. *Cadernos de Letras da Uff*, n. 26 (53), p. 39-60, 2016.

_____. Monumenta Anchieta à luz da Historiografia Linguística: o trabalho filológico de Pe. Armando Cardoso-SJ (1906–2002). *Cadernos de Linguística da Abralín*, ano 1, n. 1, p. 01-15, 2020a.

_____. *O pensamento linguístico de Anchieta e de Carl von Martius: estudos historiográficos*. Ponta Grossa: Atena, 2020b.

_____. Por uma edição crítica da gramática de Anchieta (1595). *Revista Philologus*, ano 26, n. 76, v. 2, p. 717-31, Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez. 2020c.

_____. Regna Brasillica: contextualização da Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595). *Revista da Abralín*, n. 19, p. 1-25, 2020d.

_____. A obra de Julius Platzmann (1832–1902) e a Linguística Missionária no Brasil: leitura crítica da descrição da mudança do fonema [r] a [n] na gramática de Anchieta. *Revista de Letras (UFPR)* v. 107, p. 66-84, Curitiba, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v108i0.89696>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/89696>. Acesso em: 08 agosto 2024.

_____; SANTOS, M. C. S. Anchieta gramático: a ecologia do contato de línguas na América portuguesa e os fonemas [b] e [p] mediais e finais na língua tupinambá. *Confluência*, v. 66, p. 71-89, Rio de Janeiro, 2024a. DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2024n66.1343>. Disponível em: <https://re-vista-confluencia.org.br/rc/article/view/1343>. Acesso em: 08 agosto 2024.

_____; _____. & o vso de diuersas partes do Brasil sera o melhor mestre: o conceito de uso no pensamento linguístico de Anchieta. *Revista da Abralin*, Campinas, v. 23, p. 1-13, 2024b. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v23i1.2254>. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2254>. Acesso em: 08 agosto 2024.

_____; _____. Folclore brasílico no segundo ato de Na festa de São Lourenço, de Anchieta (1587). *Revista Gragoatá (UFF)*, v. 29, p. e58856, Niterói, 2024c. DOI: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v29i63.58856.pt>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/58856>. Acesso em: 08 agosto 2024.

_____; _____. History of Linguistic Thought and Grammar Praxis in Brazil: It Possible to Periodize? *Cadernos de Linguística*, v. 4, p. e679, Campinas, 2023a. DOI: <https://10.25189/2675-4916.2023.v4.n1.id679>. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/679>. Acesso em 08 agosto 2024.

_____; _____. O conceito de letra nas gramáticas de Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1540) e Anchieta (1595): Uma leitura historiográfica. *Fortunatae. Revista Canaria de Filología, Cultura y Humanidades Clásicas*, v. 37, p. 29-48, Tenerife, 2023b. DOI: <https://doi.org/10.25145/j.fortunat.2023.37.02>. Disponível em: <https://www.ull.es/revistas/index.php/fortvnatae/article/view/4741>. Acesso em: 08 agosto 2024.

KOERNER, Konrad. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

SWIGGERS, Pierre. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas e problemas. In: BATISTA, R. et al. *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 45-80

ZWARTJES, Otto. The description of the indigenous languages of portuguese america by the jesuits during the colonial period. The impact of the Latin Grammar of Manuel Álvares. *Historiographia Linguistica*, n. XXIX: 1/2, p. 19-70. Amsterdam: John Benjamins, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/7972042/The_description_of_the_indigenous_languages_of_Portuguese_America_by_the_jesuits_during_the_colonial_period_The_impact_of_the_latin_grammar_of_Manuel_%C3%81lvares.

**O ENTRECROUZAR DE OLHARES EM UM PROCESSO-CRIME
OITOCENTISTA: DO SUPORTE A ALGUMAS
PARTICULARIDADES DOS ESCRIVENTES**

Fabrício dos Santos Brandão (IFBAIANO campus Catu)
birobahia2014@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho, concentra-se o olhar em questões relacionadas aos materiais, processos e arquitetura de um Sumário de culpa do período oitocentista, lavrado na Vila de Santana do Catu (1886), na Bahia. O referido documento faz parte do acervo do judiciário sob a guarda do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO)–campus Catu. O objetivo aqui é evidenciar como o texto escrito enquanto atividade filológica dialoga com outras ciências, como a Codicologia e a Paleografia, em uma relação de troca e empréstimos mútuos na contextualização do documento. Por isso, elementos analisados no bojo de tais ciências, como: a questão da numeração, do uso dos reclamos, a presença de capas nos autos, das marcas d'água e das assinaturas são fatores necessários para se entender os modos de produção documental e que certamente ampliam as observações no labor filológico. O conhecimento do suporte material em diferentes dimensões (tipo e dimensões do papel empregado e estado de conservação), somado às idiosincrasias dos escreventes (assinaturas e particularidades linguísticas) são de extrema relevância na leitura, decifração e transcrição por parte do crítico textual, possibilitando, assim, esclarecer os vestígios deixados tanto no que concerne à época, como as possíveis modificações sofridas ao longo do tempo. Dessa forma, ratifica-se que se debruçar sobre esses aspectos em um processo-crime oitocentista é de suma importância para o melhor entendimento de como no âmbito do judiciário os operadores do Direito produziam, circulavam e recepcionavam as diferentes espécies documentais.

Palavras-chave:

Codicologia. Paleografia. Processo-crime oitocentista.

ABSTRACT

This paper focuses on issues related to the materials, processes and architecture of a Sumário de culpa from the 19th century, drawn up in the town of Santana do Catu (1886), in Bahia. This document is part of the judicial collection held by the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia (IFBAIANO)-Campus Catu. The aim here is to show how the written text as a philological activity dialogues with other sciences, such as Codicology and Palaeography, in a relationship of mutual exchange and borrowing in the contextualization of the document. For this reason, elements analyzed in the context of these sciences, such as: the issue of numbering, the use of claims, the presence of covers in the records, watermarks and signatures are necessary factors for understanding the modes of document production and certainly broaden the observations in philological work. Knowledge of the material support in different dimensions (type and dimensions of the paper used and state of conservation), together with the idiosyncrasies of the scribblers (signatures and linguistic peculiarities) are extremely important when reading, deciphering and transcribing for the textual critic, thus making it possible to clarify the traces left behind, both in terms of the period

and the possible modifications undergone over time. In this way, it is ratified that looking at these aspects in a nineteenth-century criminal case is of the utmost importance for a better understanding of how, within the judicial sphere, the operators of the law produced, circulated and received the different types of documents.

Keywords:

Codicology. Paleography. Nineteenth-century criminal proceedings.

1. O labor filológico e o diálogo com outras ciências: um ponto de partida

O trabalho filológico se constitui por sua natureza transdisciplinar, pois envolve um conjunto de operações que visa esclarecer diferentes aspectos intrínsecos e extrínsecos à fonte escrita. Dentre as áreas que mais impactam diretamente o exercício do crítico textual, encontram-se a Codicologia e a Paleografia, como bem sinaliza Cambraia (2005) ao dizer:

Uma das características mais instigantes da crítica textual é sua transdisciplinaridade. Para o efetivo exercício da fixação de textos é sempre necessário um conjunto muito diversificado de conhecimentos, o que obriga o trânsito por diversas áreas do conhecimento. (CAMBRAIA, 2005, p. 22)

Essa articulação se deve à abrangência que o estudo filológico envolve na percepção material e na existência histórica do texto escrito que busca situá-lo tanto em seu “aspecto” físico (modo de produção, de transmissão e de recepção), como nos “elementos” físicos (componentes gráficos, gramaticais, lexicais, discursivos, as técnicas usadas na preparação e publicação de edições de texto).

Por esse motivo, toma-se aqui como análise um processo-crime da Vila de Sant’Anna do Catu iniciado em 1885 e concluído em 1886 com a absolvição do acusado. O documento supracitado se encontra disposto em 97 fólios (recto e verso), custodiado no Acervo do Judiciário, pertencente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO) – *Campus Catu*.

Dessa forma, para se compreender a materialidade da fonte escrita é preciso partir do processo-crime para sua exterioridade, ou seja, dos autos para fora, pois na produção de cada auto que se configura em uma espécie documental específica, pode-se inferir informações sobre os fatos, os seus produtores e receptores e até mesmo da sociedade catuense da época.

No entanto, um dos caminhos que possibilita examinar a dimensão material do documento é o “lugar de produção”, por ser capaz de oferecer dados quanto à “escolha e utilização das técnicas de elaboração, além das marcas e vestígios que revelam seu uso ao longo do tempo” (ALMADA, 2014, p. 136).

Nessa perspectiva, a referida autora salienta que o pesquisador pode analisar aspectos que participam da construção de sentido do texto e que também se encontram para além da malha textual. Destaca que é necessário introduzir as fontes escritas dentro do escopo teórico-metodológico dos estudos históricos em torno da cultura material, isto por que

[...] [t]em-se discutido na historiografia atual sobre o uso dos objetos como fonte de pesquisa. Este debate tem contribuído para a ampliação do conceito de cultura material, ao pretender tecer teias metodológicas interdisciplinares para a capacitação de historiadores no uso de outras fontes além dos documentos escritos. No entanto, ao se questionar o uso extensivo e prioritário das fontes textuais, os próprios documentos não têm sido considerados objetos de natureza material e, como tal, constituídos historicamente. (ALMADA, 2014, p. 136)

Diante do exposto, essa cultura material mencionada pela autora pode ser vista no processo-crime em análise a partir da relação dos operadores do direito e os demais participantes, na sequência dos autos, ou seja, como foram encartados, se simultaneamente ou em espaço-tempo diferente e como circularam. Na verdade, o suporte em que se lavrou o documento carrega essas marcas e vestígios do uso, das alterações e da guarda e que merecem ser abordados aqui.

Sendo assim, esses vestígios se encontram no objeto em questão desde a numeração dos fólios refeita à medida que se anexam outros documentos produzidos anteriormente ou solicitados no decorrer da tramitação processual; na inserção de capas aos autos; na quantidade de mãos que sinalizam as circunstâncias de produção de cada auto e os lugares onde circularam, evidenciando as manifestações materiais do pensamento humano, neste caso, da organização judiciária em um Sumário de culpa do século XIX.

2. Aspectos codicológicos presentes em um documento oitocentista na Vila de Santana do Catu

Conforme Castro (1997, p. 605) a Codicologia se concentra no “(...) estudo do livro manuscrito como artefacto, com relevo para os materiais, processos e arquiteturas da sua confecção, para os centros produtores (...) para a sua circulação (...)”. Embora, o documento analisado se trate de um processo judicial, elementos observados no bojo da análise codicológica se aplicam, por esse motivo, podem ser considerados, a saber: a numeração, o uso de reclamo, a presença de capas nos autos e das marcas d’águas são aspectos necessários para compreender as formas de produção documental.

Em linhas gerais, trata-se de um processo-crime materializado em diferentes espécies documentais, abarcando desde a petição de denúncia até a

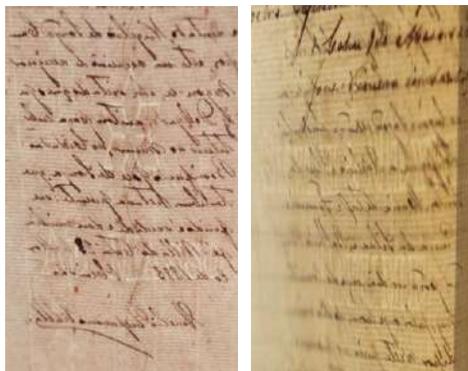
sentença de absolvição e segue completo, possuindo 97 fólhos, sendo que apenas 79 deles possuem mancha escrita no recto e no verso e os demais não possuem, a saber: 1v, 3v, 7v, 12v, 19v, 36v, 45v, 56v, 59v, 66v, 68v, 72v, 77v, 78v, 84v, 87v, 93v e 97v, totalizando dezoito fólhos.

No geral, é composto por in-fólhos, isto é, resultantes da folha dobrada uma vez (quatro páginas) e apenas cinco dos fólhos presentes são in-planos, ou seja, se encontram em um fólho simplesmente, portanto, duas páginas (o recto e o verso), a saber: f.1r e v (capa dos autos), 2r e v (petição de denúncia), 3r e v (capa do inquérito policial), f.20r e v (notificação ao carcereiro) e f.45 r e v (capa da petição do exame de sanidade).

A respeito do papel usado é predominantemente almaço com pauta e em alguns casos específicos, como os fólhos 1, 45, 47 e 48 apresentam-se sem pauta e em uma gramatura um pouco mais espessa. Ainda sobre esse suporte material é importante destacar a presença das marcas d'água que possibilitam não somente identificar a procedência do papel e estimar a datação de documentos não datados, como também servem para apontar quais fabricantes se fizeram mais recorrentes em uma determinada época, por inúmeras razões: das políticas de acesso, decorrentes da escassez do papel, da demora em chegar a determinados lugares e do custo, e ainda de quais papeleiros foram priorizados pela administração no sistema imperial brasileiro.

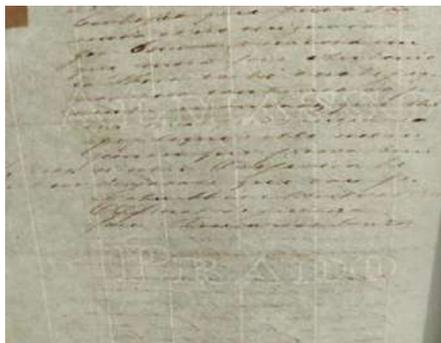
No processo-crime, há presença de duas fabricantes: a fabricante portuguesa Prado Thomar, utilizada em menor quantidade na inserção das capas nos autos e a fabricante inglesa Smith & Meyner Fiume, nos demais fólhos, como se vê nas figuras a seguir.

Figura 1: Marcas d'água do fabricante Smith & Meyner nos fls. 7v e 35v, respectivamente.



Fonte: Imagem capturada pelo autor.

Figura 2: Marca d'água com a inscrição ALMASSO/PRADO no f.47 v.



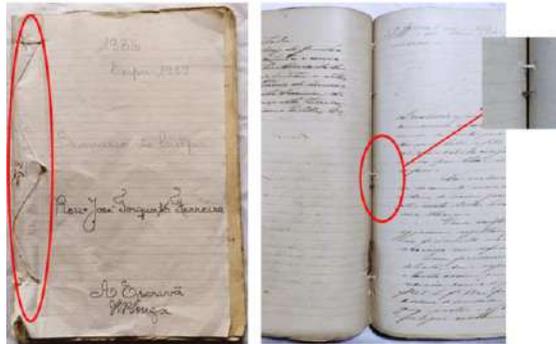
Fonte: Imagem capturada pelo autor.

Outro elemento codicológico fundamental vinculado ao suporte material é a questão da encadernação, revelando o tipo de intervenção que o documento sofreu em dois contextos de produção distintos: a) o da aposição dos autos ao longo do processo-crime no período em que se desenvolveu e b) a intervenção posterior que sofreu com a inserção de uma capa em 1959, para fins de catalogação na comarca de Catu. Isso fica evidente através das marcas de furos, pelo tipo de papel empregado e pela diferença ente os barbantes no processo de costura.

A inserção de capa posterior ao período em que se desenvolveu o processo-crime sinaliza pelo menos que quem executou, preocupou-se em preservar os limites da encadernação anterior, configurando-se assim, como elemento que permite sob o prisma da materialidade perceber que “(...) guardam os vestígios dessa trajetória no tempo através das inúmeras marcas de uso e de guarda e das modificações que recebem ao longo do tempo pelos mais diversos sujeitos (...) testemunham relações culturais que podem ser percebidas em seus suportes” (Almada, 2014, p.136).

Na figura a seguir é possível notar os vestígios deixados no processo-crime posterior à época em que tramitou. À direita e no interior da imagem, tem-se a percepção de dois barbantes em posição simétrica: um em tom marrom, certamente, mais escurecido pelas ações do tempo e o outro branco. Por sua vez, a presença externa do barbante branco no documento confirma a intervenção posterior realizada para fins arquivísticos do processo no Fórum de Catu, como se observa na imagem à esquerda.

Figura 3: Capa inserida em 1959 e detalhe para os barbantes e furos entre os fls. 61v e 62r.



Fonte: Imagens capturadas pelo autor.

2.1.A organização do processo-crime: a questão da numeração, assinaturas e reclamações

A organização do processo-crime nos oitocentos simboliza como cada ato processual se realiza em manuscritos independentes até o momento de sua encadernação, sobretudo, para os documentos produzidos posteriormente ao regulamento lei nº 2.033, de 20 de setembro de 1871, em que se deu a descentralização das atividades judiciais, definindo as atuações da justiça e da polícia.

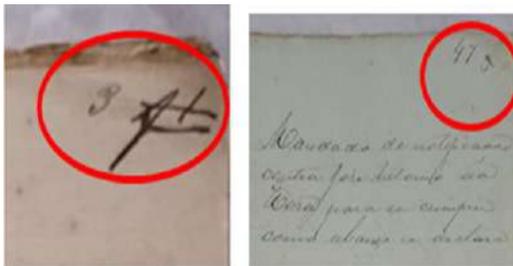
Os documentos constantes no processo-crime, como o caso do objeto em análise, poderiam se configurar em duas fases distintas da sua produção: a do inquérito policial vinculada à fase administrativa e anterior à judicialização e à fase judicial, instante que o sumário de culpa é instaurado (a autoridade recebe a denúncia e dá os encaminhamentos necessários).

Essa divisão de funções permitiu que o inquérito se tornasse um espaço de atuação exclusivamente policial, em que os elementos probatórios do crime já se encontravam lavrados antes mesmo do oferecimento da denúncia, como: o auto de exame e corpo de delito ou até mesmo o auto de prisão em flagrante. Com isso, tais documentos recebiam uma numeração no momento de sua produção nessa esfera e ao serem tramitados no âmbito judicial recebiam uma nova numeração.

Isso explica a reordenação atribuída pelo *scriptor* toda vez que nos autos se anexam documentos já sequenciados em outros contextos de suas produções, mostrando-se dado relevante para se entender que a correção da numeração não se deve a um lapso do escrevente, na verdade, demonstra dois diferentes momentos da produção documental.

Assim, por exemplo, presencia-se a renumeração inicialmente entre os fólhos 3r ao 21r provocada pela inserção do inquérito policial, posteriormente, entre os fólhos 45r e 49r com a petição do exame de sanidade na vítima. A existência da numeração se dá no ângulo superior direito de quase todos os fólhos rectos, com exceção do último, o f.97r, que não se encontra numerado.

Figura 4: Fragmentos contendo a numeração refeita nos fls. 3r e 47r, respectivamente.

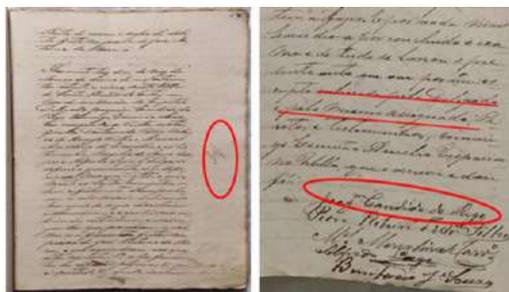


Fonte: Imagens capturadas pelo autor.

Essa reordenação ainda mostra que associado a isso, os reclamos e assinaturas eram usados para ordenar/sequenciar cada documento. No que se refere à assinatura, nem sempre o responsável por escrever os documentos era o que autenticava, por isso, no término da lavratura de alguns, o amanuense reforça a necessidade da autoridade para além de assinar a peça processual, ele deveria rubricá-la como um indício de conferência e autenticação da pessoa responsável por aquele procedimento.

No processo-crime, os fólhos 5r e 6r se encontram rubricados na vertical da margem direita e no fólho 6v ao final da lavratura do corpo de delito segue a assinatura da autoridade, ambas do delegado Joaquim Candido do Rego, ilustrando a importância desses elementos para tal propósito.

Figura 5: Rubrica no f. 5r e assinatura no fragmento do f. 6v do Auto de exame de corpo e delito.

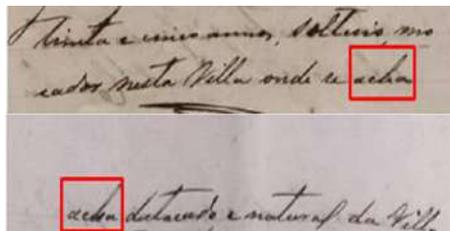


Fonte: Imagens capturadas pelo autor.

Essas informações são essenciais para a compreensão das mãos que compunham o manuscrito, porque conforme mencionado, nem sempre quem escreve a peça jurídica, como o caso do escrivão, é quem valida o documento, como já discutido. E o modo como ocorre essa validação é indicador da disposição da assinatura ou rubrica na mancha escrita.

Quanto aos reclamos, nota-se que o principal *scriptor*, Aurelio Vespasiano Vilella, usava de forma consciente esse recurso textual, porque de forma recorrente aparecem em seus escritos, sobretudo, pelo fato dos manuscritos serem produzidos de forma independente e serem agrupados à medida que se concluíam um ato processual e começava outro. Então, infere-se que esse era o mecanismo mais eficaz para se garantir a progressão documental, uma vez que novos documentos poderiam ser anexados, exigindo a reordenação dos autos ou ainda de um in-fólio se tornar um in-plano por algum motivo.

Figura 6: Reclamo “acha” pelo punho de Aurelio Vilella nos fls. 18r e v.



Fonte: Imagens capturadas pelo autor.

3. Aspectos paleográficos presentes em um documento oitocentista na Vila de Santana do Catu

No processo-crime, foram consideradas apenas as mãos que redigiram a documentação, sendo: dois escrivães, um promotor, um carcereiro, dois oficiais de justiça, um delegado, um juiz municipal, um juiz da comarca, um representante do réu, um representante da vítima (soldado de polícia), um médico e outros dois punhos não identificados. Apesar de um número considerável de punhos, na maioria são os operadores do direito que deixam sua caligrafia registrada nos autos.

Os principais escreventes respectivamente são os escrivães, Aurelio Vespasiano Vilella e Gracindo Pinto Ribeiro Bulhões, oferecendo particularidades acerca da escrita da época e revelando o grau de letramento dos indivíduos. No geral, as diferentes mãos que compõem o documento se mostram hábeis no desenvolvimento de sua atividade laboral ainda que em um mo-

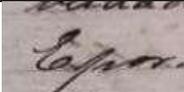
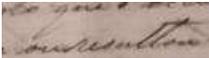
mento ou outro apresentem particularidades quanto aos traços físico-caligráficos, porém mesmo assim os grafemas possuem formas contínuas e com ligaduras sugestivas de traçado realizado com segurança.

Grosso modo, os escreventes no processo-crime produziram uma escrita quase sem borrões ou rasuras, com alguns casos de ausência de fronteiras entre palavras e respeitam em quase sua totalidade a pauta e as linhas imaginárias, com uniformidade nas margens, dentre outros aspectos.

Das ocorrências da falta de fronteiras entre palavras no documento, observou-se a presença em quase todos os punhos, sobretudo, no principal *scriptor*, Aurelio Vespasiano Vilella, que devido às especificidades de seu ofício como escrivão se encontrava em alguns contextos frente à iminente atividade de transcrever os atos processuais e os demais termos concomitantemente ao tempo do ato judicial acontecido (depoimentos e inquirições), exigindo-lhe mais rapidez e, por isso, escrevia com o material de escrita em continuidade e sem o descanso da mão.

Esse contexto pode favorecer, a depender da habilidade do escrevente, uma maior ou menor frequência de uso, ou não de fronteiras entre palavras. No processo-crime, podem-se observar, a seguir, alguns exemplos de ausência de fronteiras entre palavras em decorrência do instrumento de escrita continuar se movendo na própria pauta ou em sentido ascendente.

Quadro 1: Casos de ausência de fronteiras entre palavras no punho do principal escrevente no processo-crime.

PUNHO	IMAGEM	FÓLIO
Aurelio Vespasiano Vilella	 (Epor)	15v, l.9
	 (ouresultou)	5v, l.2
	 (OEscrivão)	7r, l.12

Fonte: Elaborado pelo autor.

Muito embora outras peculiaridades possam ser destacadas, concentra-se aqui em outro aspecto paleográfico que merece ser salientado que é o

recurso do “gesto característico” utilizado nas suas assinaturas e rubricas dos operadores do direito e demais envolvidos no processo-crime. Este termo é mencionado por Santos (2004, p. 62) para as assinaturas pessoais que imprimem ao traçado uma fisionomia especial que nenhum outro escrevente consegue reproduzir fielmente.

Este autor enumera dez elementos gráficos que servem como traço característico nas assinaturas, a saber: gancho, clave, golpe de sabre, inflação, espiral, laço, movimento em triângulo, bucle, arco, guirlanda e serpentina. Destes gestos, no presente documento, encontram-se os ganchos que consistem no movimento de regressão situado nos finais das letras ou nas barras do “t” e os laços que se referem ao movimento de retorno ao ponto de partida, podendo ser ao início ou ao meio da assinatura.

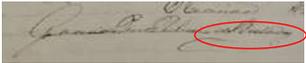
Os laços ou laçadas nas assinaturas pessoais podem aparecer marcado na última letra por um traço sinuoso ou não e no mesmo movimento de escrita, ou seja, no mesmo *cursus*. Por esta razão, ao falar dos manuscritos brasileiros, Acioli (1994) destaca que

O uso mais frequente das assinaturas restringiu o emprego dos selos, generalizando-se os impressos em papel para documentos cartoriais. Sendo geralmente redigidos por escrivães de notas, os documentos têm nas assinaturas a definição da sua autenticidade ou falsidade. Suas transcrições, contudo, constituem numa das tarefas mais árduas na leitura de textos manuscritos. Os autógrafos vêm, às vezes acompanhados de traços supérfluos chamados de cetras – laçaria caligráfica acrescentada a uma firma – que dificultam a sua interpretação. Também é grande o número de nomes abreviados e não existe uma rigidez na composição das letras que formam a palavra reduzida. (ACIOLI, 1994, p. 57)

Ainda, no que se refere às assinaturas presentes no processo-crime, é possível perceber as mesmas observações encontradas em Santos (2004, p.60), isto é, de modo geral, “(...) as letras e as partes constitutivas da mesma apresentam pequenas desigualdades rítmicas (...)”, evidenciando uma simetria da escrita, denotando que a proporção empregada nas assinaturas revela um alto calibre por parte dos escreventes por inúmeros aspectos, a saber: o tamanho dos traços gráficos proporcionais à ocupação na caixa de linha, ao ângulo de inclinação para a direita, ao emprego da pontuação e acentuação (mínimos gráficos), a velocidade da escrita que é um fator importante para se entender o cuidado no traçado e na individualização das letras, na identificação de uma escrita angular e na regularidade do módulo.

Acredita-se aqui, que os gestos característicos (ganchos e laçadas) discutidos em Santos (2004) não só reforçam o que apresenta Acioli (1994) sobre a autenticidade ou falsidade documental atrelada às assinaturas pessoais, como também revelam quais os mecanismos predominantes na escrita que se valeram cada um dos escribas.

Quadro 2: Exemplos de algumas assinaturas pessoais dos escreventes no processo-crime

IMAGEM	FÓLIO	IDENTIFICAÇÃO
	69	Assinatura pessoal de Adolpho Edmundo Lages (negociante), sem ganchos e sem laço.
	7r	Assinatura pessoal de Aurelio Vespasiano Vilella (principal Escrivão), com laçada.
	2v	Assinatura pessoal de Ernesto Paiva Leite (Juiz Municipal), com laçada.
	62v	Assinatura pessoal de Filoteo da Costa Rego, (escrevente a rogo do réu), com laçada.
	50r	Assinatura pessoal de Gracindo Pinto Ribeiro de Bulhões (escrivão), com laçada.
	2v	Assinatura pessoal de Jayme Lopes Villas Boas (Promotor), com laçada.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No manuscrito em estudo, percebe-se que o gesto característico com laçada é o mais usado nas assinaturas tanto pelos operadores do direito como dos demais envolvidos. Certamente, a sua predominância entre os escreventes se deva pelo fato desse recurso caligráfico dificultar ou evitar a falsificação nos documentos, ainda que as laçadas fossem “traços supérfluos” (Cf. ACIOLI, 1994, p. 57). Para Santos (2004), o movimento em um mesmo *cursus*, como o que caracteriza a laçada, dificulta a sua reprodução, porque exige um traçado mais longo do que o empregado no gancho, sem parada e principalmente sem elevação do objeto de escrita.

4. *Considerações finais*

O trabalho transdisciplinar com a Codicologia e a Paleografia oferece ao filólogo subsídios indispensáveis para o entendimento da fonte escrita tanto na dimensão do texto como do documento, pois ao situá-la no tempo e espaço de sua produção com seus produtores, receptores e demais envolvidos é possível mapear aspectos históricos, culturais, políticos e tantos outros da Vila de Santana do Catu oitocentista.

Em suma, o conhecimento do suporte material em diferentes dimensões (tipo e dimensões do papel empregado e estado de conservação), somado às idiossincrasias dos escreventes (assinaturas e particularidades linguísticas) são de extrema relevância na leitura, decifração e transcrição por parte do crítico textual, possibilitando, assim, esclarecer os vestígios deixados tanto no que concerne à época, como as possíveis modificações sofridas ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, V. L. C. *A escrita no Brasil colônia*. Recife: Universitária, Fundação Joaquim Nabuco; Massagana, 1994.

ALMADA, M. *Cultura escrita e materialidade: possibilidades interdisciplinares de pesquisa*. Pós: Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 134-47, 2014.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, I. *Filologia. Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Lisboa: Verbo, 1997. Vol. 2

SANTOS, C. R. *Análise de Assinaturas Manuscritas Baseada nos Princípios da Grafoscopia*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós Graduação em Informática Aplicada. Curitiba, 2004. 132p. Disponível em: https://www.ppgia.pucpr.br/pt/arquivos/mestrado/dissertacoes/2004/2004_cesar_roberto_santos.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024.

**O JEITINHO BRASILEIRO E O PERIGO
DOS ESTEREÓTIPOS: BREVES REFLEXÕES À LUZ
DA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA**

Patrícia Rebouças Oliveira (UNEB)⁴⁶
reboucaspatricia1@gmail.com

RESUMO

O jeitinho brasileiro é um aspecto cultural amplamente difundido em nossa sociedade. Concebido como forma de resolver situações usando a esperteza ou a inteligência em prol de um objetivo pessoal, pode ser entendido como positivo ou negativo. Dito isso, pretende-se, com este artigo, apresentar algumas reflexões acerca do estereótipo do jeitinho brasileiro e o perigo de propagar a identidade deste povo, unicamente, por meio de uma imagem pejorativa, estigmatizada e reducionista. A discussão está fundamentada na teoria da Análise de Discurso de linha francesa, fundada pelo filósofo francês Michel Pêcheux (1997), com as contribuições de Orlandi (2009), com foco no conceito de interdiscurso, por recuperar e ressignificar esse sentido sobre o brasileiro. Além disso, são utilizados os estudos sobre estereótipos de Charaudeau e Maingueneau (2004) e Amossy e Pierrot (2022) e os trabalhos dos autores DaMatta (1986), Ribeiro (2017), Adichie (2019) e Alvarez (2020), para incrementar a discussão sobre a imagem que se perpetua sobre a nacionalidade brasileira. O trabalho realizado foi baseado numa metodologia de caráter qualitativo e bibliográfico acerca dessa prática. Desta forma, se estabeleceu uma relação entre a linguagem, a sociedade e os sujeitos, observando como a imagem do brasileiro é frequentemente estereotipada, excluindo outras identidades.

Palavras-chave:

Estereótipo. Jeitinho brasileiro. Análise de Discurso Francesa.

RESUMEN

El modo brasileño es un aspecto cultural ampliamente difundido en nuestra sociedad. Concebida como una forma de resolver situaciones utilizando la astucia o la inteligencia en favor de un objetivo personal, puede entenderse como positiva o negativa. Dicho esto, el objetivo de este artículo es presentar algunas reflexiones sobre el estereotipo del estilo brasileño y el peligro de propagar la identidad de estas personas únicamente a través de una imagen peyorativa, estigmatizada y reduccionista. La discusión se basa en la teoría del Análisis del Discurso francés, fundada por el filósofo francés Michel Pêcheux (1997), con aportes de Orlandi (2009), centrándose en el concepto de interdiscurso, para recuperar y ressignificar ese significado sobre el brasileño. Además, se utilizan los estudios sobre los estereotipos de Charaudeau y Maingueneau (2004) y Amossy y Pierrot (2022); y las obras de los autores DaMatta (1986), Ribeiro (2017), Adichie (2019) y Alvarez (2020), para incrementar la discusión sobre la imagen que se perpetúa sobre la nacionalidad brasileña. El trabajo realizado se basó en una metodología cualitativa y bibliográfica sobre esta práctica. De esta manera, se estableció una relación entre lengua, sociedad y sujetos, observando cómo la imagen de los brasileños muchas veces es estereotipada, excluyendo otras identidades.

⁴⁶ Agradeço à FAPESB pelo fomento da bolsa de pesquisa.

Palabras clave:
Estereotipo. Modo brasileiro. Análisis del Discurso Francés.

1. Primeiras palavras

Por mais frequente que seja o discurso de que o Brasil é o país do trambique, da malandragem e da corrupção, não se sabe, com exatidão, de onde surgiram essas ideias ou o que fez elas se tornarem tão utilizadas. O que se sabe é que, na nossa sociedade, fatores históricos e sociais formaram um aspecto cultural bastante peculiar e característico nomeado jeitinho brasileiro.

Para os estudiosos desse aspecto social, é difícil encontrar uma definição precisa para essa expressão, mas ela é comumente apontada em situações que envolvem tirar proveito e é inegável que ela faz parte da nossa cultura. Segundo Capra (1996, p. 13), “quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes”.

Desta forma, apesar de parecer ser uma questão bastante trivial, existem vários pesquisadores que se dedicam ao estudo desse constructo cultural ligado às habilidades cognitivas dos indivíduos, como é o caso dos antropólogos DaMatta (1986) e Barbosa (1982); e do historiador e sociólogo Holanda (2016).

Para complementar essa ideia de jeitinho, faz-se necessário falar sobre a noção de estereótipo. Amossy e Pierrot (2022, p. 12), afirmam que “os estereótipos e os clichês remetem à questão da opinião e da expressão individual, eles acabaram se transformando em temas de reflexão dos diferentes campos das ciências humanas”. Desta forma, efeitos de sentidos ligados a esse estereótipo são possíveis, ponderando a imagem que se tem do Brasil e, conseqüentemente, do brasileiro, tendo em vista o jeitinho como uma espécie de patrimônio nacional, por meio de uma imagem reconhecida e propagada também internacionalmente.

Seguindo essa linha de pensamento, a escritora Chimamanda Adichie (2019, p.7) afirma: “o que isso demonstra, acho, é quão impressionáveis e vulneráveis somos diante de uma história”; nesse caso, ao estereótipo do jeitinho brasileiro, que embora também possa refletir um lado positivo de ser, é muito mais utilizado quando se trata do aspecto negativo, altamente difundido em nossa sociedade.

Deste modo, o jeitinho brasileiro é amplamente difundido em nossa cultura. Entretanto, segundo Paixão e Madureira (2019, p. 43), “entre pala-

vras e sentidos não há uma correspondência direta”, produzindo, frequentemente, deslizamentos de sentidos. Desta forma, ora é caracterizado como positivo, quando se trata de uma maneira criativa e inovadora do brasileiro frente a problemas do dia a dia, ora é identificado como negativo, quando se refere a uma atitude ilegal, que fere normas e leis em prol de um objetivo pessoal. Assim, definir esse jeitinho enquanto positivo ou negativo não é um trabalho simples; antes, se faz necessário compreender o contexto que o envolve.

A corrente teórica escolhida para embasar essa discussão é a Análise de Discurso de linha francesa proposta pelo filósofo Michel Pêcheux, na década de 60 do século XX. Essa teoria permite a problematização das maneiras de ler, abandonando a ideia de sentido único e verdadeiro que se tinha sobre um determinado texto. É um campo de conhecimento que investiga e analisa a linguagem, considerando-a uma prática em que se relaciona o simbólico e o político e que nos leva a um outro nível de criticidade.

Dito isto, pretende-se, neste artigo, discutir a noção de estereótipo relacionada à prática do jeitinho enquanto elemento caracterizador da identidade do brasileiro visto como malandro e corrupto, observando como essa identidade foi se constituindo ao longo do tempo, pois, segundo Leite (1992, p. 99), essa discussão gira “em torno de duas questões fundamentais: de um lado, a relação entre cultura e personalidade; de outro, a existência de culturas nacionais”. Isso porque todo discurso é uma construção social que reflete uma visão de mundo vinculada a de seus sujeitos e à sociedade em que estão inseridos.

2. O jeitinho brasileiro: resquícios da colonização

O jeitinho brasileiro é conhecido por caracterizar um conjunto de práticas e soluções para situações conflituosas ou de difícil resolução adotando métodos de caráter contestável, burlando leis estabelecidas previamente. Não se sabe, com precisão, a origem deste termo, entretanto, momentos históricos apontam situações que contribuíram para que esses dizeres fossem validados no tocante à representação identitária do que é ser brasileiro, construindo uma imagem que pode ir da criatividade até a ilegalidade.

Segundo o antropólogo DaMatta (1986), diante da rigidez das normas que regem uma sociedade,

[...] o ‘jeito’ é um modo e um estilo de realizar. Mas que modo é esse? É lógico que ele indica algo importante. É, sobretudo, um modo simpático, desesperado ou humano de relacionar o impessoal com o pessoal; nos casos – ou no caso – de permitir juntar um problema pessoal (atraso, falta de dinheiro, ignorância das leis por falta de divulgação, confusão legal, ambiguidade do texto

da lei, má vontade do agente da norma ou do usuário, injustiça da própria lei, feita para uma dada situação, mas aplicada universalmente etc.), com um problema impessoal. (DAMATTA, 1986 p. 101)

Como já dito, observa-se a frequência do discurso de que o Brasil é o país do trambique, da malandragem e da corrupção. Refletindo sobre a questão, percebe-se que essa imagem é validada e reconhecida tanto por estrangeiros quanto pelos próprios brasileiros, o que não quer dizer que todo brasileiro tenha essa característica e nem tampouco que esse traço identitário não exista em outros países e seja uma exclusividade do Brasil.

Isso porque, segundo Paixão e Madureira (2019), essa imagem não deve ser pensada individualmente e, sim, de forma coletiva; ideia complementada por Alvarez (2020), sobre o estereótipo da baianidade, trazida aqui para pensar sobre o jeitinho brasileiro

[...] como um conjunto de características e traços que constituem um modo de ser peculiar [...], diferenciando-o de outros povos, [...] uma forma de caracterização histórica desse povo, o que envolve a existência de estereótipos, de sentidos cristalizados, e indica características únicas do povo. (ALVAREZ, 2020, p. 31)

Para o antropólogo DaMatta (1986), vários fatores influenciaram essa forma de ser do brasileiro, entre eles a colonização, resposta encontrada para o seguinte questionamento: “Como um povo se transforma em Brasil? A pergunta, na sua discreta singeleza, permite descobrir algo muito importante. É que no meio de uma multidão de experiências (...) o Brasil foi descoberto por portugueses e não por chineses” (DAMATTA, 1986, p. 16).

Para Ribeiro (2017, p. 43, 44), “esses questionamentos são fundamentais para que possamos entender lugares de fala. Dentro desse projeto de colonização, quem foram os sujeitos autorizados a falar?” Assim, essa herança colonial portuguesa pode ter gerado o efeito de sentido de que o trabalho inferioriza o homem, gerando discursos como “É possível ganhar mais sem fazer tanto esforço” ou até mesmo “Trabalhar para quê?”.

Aprofundando ainda mais o pensamento, além da religião e da língua, a cultura e os costumes praticados pelos portugueses também foram incutidos nesse processo de colonização. De acordo com Amossy e Pierrot (2022, p. 53), “a origem dos estereótipos desvalorizantes atribuídos ao outro é frequentemente concebida em termos de tensões sociais mais que em termos de personalidade”. Assim, partindo de uma troca, da concepção de suborno, a prática do jeitinho passou a se constituir desde os primórdios da nação.

Por esta razão, para pensar na construção do discurso do jeitinho brasileiro, antes, se faz necessário falar sobre poder. Segundo Adichie,

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. (ADICHIE, 2019, p. 12)

Vale pontuar que, de forma geral, essa prática está intimamente ligada à educação e ao fato do país, no caso específico do Brasil, ser um país altamente desigual, fazendo dessa ação uma forma de sobrevivência. Essas práticas corroboram a noção de identidade que paira sobre o país quando pensadas além do aspecto individual. Antes, considera o coletivo a partir da imagem que se assenta sobre a malha social em questão.

Tomando como base os estudos de Alvarez sobre a baianidade, quando pensamos no jeitinho brasileiro, tem-se

[...] uma ideia, que parte de uma construção social que diferencia os povos a partir de suas características gerais, mas, ao mesmo tempo, desconsidera os aspectos heterogêneos de um povo para representá-lo a partir de elementos homogeneizantes. (ALVAREZ, 2020, p. 31)

Fato é que a prática desse jeitinho não é realizada apenas por pessoas relacionadas ao poder. Essas práticas se assentam, também, em ações cotidianas como: furar ou facilitar a passagem para conhecidos em filas, estacionar em lugares proibidos ou em vagas para deficientes e gestantes, pedir uma informação rápida e tomar a frente de outras pessoas, andar pelo acostamento ou avançar o sinal vermelho por estar com pressa, dentre outros inúmeros acontecimentos.

Conforme Alvarez (2020), é importante pontuar o papel da mídia e dos meios de comunicação, como redes sociais e televisão, na manutenção de estereótipos. No tocante ao jeitinho brasileiro, a repetição de discursos que levam a esse efeito de sentido faz com que sujeitos se identifiquem ou desidentifiquem com essa formação discursiva. Segundo Althusser (1980), a mídia atua como um dos Aparelhos Ideológicos do Estado responsável pela atualização desta e de outras noções, pois “o aparelho de informação insere, através da imprensa, da rádio, da televisão, em todos os ‘cidadãos’, doses quotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc.” (ALTHUSSER, 1980, p. 63).

Nesse sentido, são criados e veiculados programas, músicas, postagens, séries e muitas piadas sobre o jeitinho, fato que contribui para a homogeneização da identidade brasileira. Conforme Adichie (2019, p. 12): “É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma

coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna.”. Todavia, se faz imprescindível mostrar o outro lado da moeda, afinal, como já dito, esse jeitinho também pode ser positivo e até mesmo constituir um lugar de fala daqueles que buscam formas alternativas de sobrevivência em meio a tantas injustiças ou burocracias do nosso país.

A partir desse pensamento, segundo Ribeiro,

[...] pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva. (RIBEIRO, 2017, p. 39)

Diante do exposto, define-se o jeitinho brasileiro como uma essência flexível de ser, podendo causar prejuízos a terceiros ou não. Ele é um fenômeno multifacetado: criatividade, corrupção e quebra de normas sociais. A prática generalizada do jeitinho cria condições de aceitação social: como todo mundo já está fazendo, não deve ser errado. Por isso, o jeitinho brasileiro, juntamente com o estereótipo, se mostra um caminho muito arriscado, porque aponta para uma forma de driblar regras que raramente permitem flexibilidade, uma espécie de reprodução da forma de administração herdada dos portugueses no processo de colonização.

3. Nas entrelinhas do estereótipo do jeitinho brasileiro

Sabe-se que o Brasil é um país conhecido mundialmente por suas praias, festas populares, clima tropical, belas paisagens, carnaval, futebol, cerveja, feijoada e samba. Além disso, é conhecido por ter um povo receptivo e harmonioso, criando uma imagem positiva do país. Também é frequente ter como resposta Rio de Janeiro, carnaval, Pelé quando a pergunta é: O que é o Brasil? Essas ideias que vão se fixando ao longo do tempo, são baseadas no senso comum e “dizem respeito tanto à linguagem quanto aos comportamentos (...). Elas são frases prontas para dizer, prontas para pensar, prontas para fazer, prescritas pelo discurso social” (AMOSSY; PIERROT, 2022, p. 32).

Existem alguns dizeres além desses citados anteriormente que são propagados pelo mundo e corroboram a construção do imaginário sobre o país, dentre eles, a ideia de que todo brasileiro já nasce com samba no pé é muito forte, chegando a ser considerado um absurdo quando a resposta para a pergunta “você sabe sambar?” é negativa. Inclusive, para muitos estrangeiros, o único ritmo existente no Brasil é o samba. Segundo Alvarez,

[...] as identidades culturais, a exemplo da baianidade e outras, não são elementos fixos que correspondem à essência dos sujeitos sociais, antes de tudo

são construções sociais, ou seja, são ideias que circulam no imaginário social e que caracterizam os diversos grupos nos seus modos de agir, vestir, pensar, falar etc.” (ALVAREZ, 2020, p. 31)

Assim, também é forte a ideia de que todo brasileiro sabe jogar e ama futebol. Seguindo a linha de pensamento das estudiosas Amossy e Pierrot (2022, p. 32), o que define essas ideias preconcebidas é a “relação com a opinião, assim como seu modo de asserção. Elas inscrevem julgamentos, crenças, maneiras de fazer e de dizer, em uma formulação que se apresenta como uma constatação de evidência e uma afirmação categórica”. Todavia, para os dois casos, é preciso entender que existem outros ritmos musicais e outros esportes que os brasileiros se interessam e praticam.

Nesse sentido, o antropólogo DaMatta afirma:

[...] temos no Brasil carnavais e hierarquias, igualdades e aristocracias, com a cordialidade do encontro cheio de sorrisos cedendo lugar, no momento seguinte à terrível violência dos antipáticos “sabe com quem está falando?” E também temos samba, cachaça, praia e futebol, mas de permeio com “democracia relativa” e “capitalismo à brasileira”, um sistema onde só trabalhadores correm riscos, embora, como se sabe, não tenham lucro algum. (DAMATTA, 1997, p. 16)

Não poderia ficar de fora dessa análise a imagem de que, no Brasil, é carnaval o ano todo. Muitos chegam a propagar a ideia de que ano só começa após o carnaval, o que não deve ser considerado um axioma. Além dessas ideias preconcebidas que circulam quando o assunto é o Brasil, também são disseminados comentários como: “No Brasil têm animais selvagens andando pelas ruas de várias cidades”; “Todo mineiro ama pão de queijo”; “Paulista não só trabalha”; “Baiano é preguiçoso”; “O português do Brasil é o mesmo de Portugal”; “Todo brasileiro come feijão com arroz e vive na praia”.

Ressalta-se aqui que esse processo de imaginar o outro, o diferente e o novo é percebido como natural, já que se trata de uma visão sobre algo desconhecido, assim como os brasileiros também têm suas ideias a respeito de outras nacionalidades, pois “seja tomando-o num sentido pejorativo, seja tomando-o num sentido neutro, as ciências sociais fazem do estereótipo um conceito bem definido, que permite analisar a relação do indivíduo com o outro e consigo mesmo ou as relações entre os grupos e seus membros” (AMOSSY, PIERROT, 2022, p. 37).

Para Charaudeau e Maingueneau (2004), o estereótipo está diretamente ligado ao pré-construído, sendo complementado por Pêcheux (2009), quando afirma que o pré-construído diz respeito ao “sempre-já-aí”. Além dessas referências, as pesquisadoras Amossy e Pierrot (2022) apresentam uma série de contribuições acerca dessa noção de estereotipia também utilizadas neste artigo, pois

[...] de maneira mais geral, o pré-construído procede de uma concepção do sujeito que não é o sujeito idealista intencional da pragmática linguística, mas um sujeito tomado numa linguagem, na qual o pré afirmado governa o afirmado. O estereótipo emana, assim, de duas maneiras do pré-construído: no sentido em que designa um tipo de construção sintática que desencadeia o pré-afirmado e no sentido, mais amplo, em que o pré-construído é compreendido como o traço, o rastro no enunciado individual, de discursos e julgamentos prévios cuja origem está apagada. Evidência sem história, o estereótipo apresenta, como as frases enciclopédicas do dicionário, esse efeito de ‘verdade imediata’ [...] (AMOSSY; PIERROT, 2022, p. 125)

Culturalmente falando, o estereótipo, por vezes, tende a ser uma reprodução de um pensamento reducionista sobre algo ou alguém, como o caso abordado aqui. Parte disso deve-se ao aparelho ideológico de informação – mídia – que acaba veiculando e reforçando essas ideias preconcebidas. Para Charaudeau (2017, p. 573), antes de se debruçar sobre a noção de estereótipo propriamente dita se faz imprescindível pensar sobre o que o envolve, pois “a forma com que concebemos a noção da linguagem à realidade e o lugar que damos ao fenômeno das representações sociais”, são fatores que culminam na produção e reprodução deste.

A palavra estereótipo vem do latim “*stereos*” e “*typos*” e significa “impressão sólida”. Era um termo usado para se referir às impressões de moldes de placas metálicas que reproduziam cópias, porém, em 1922, esse termo passou a ter uma nova significação, de cunho sociológico, depois que o jornalista americano Walter Lippman usou para se referir a um conjunto de crenças generalizadas e comuns a pessoas e coisas.

Com o desenvolvimento das sociedades, os estereótipos passaram a ser usados para padronizar ou tentar tornar fixo os diversos aspectos relacionados ao ser humano e suas ações, de modo que foram se repetindo com o passar do tempo, resultando em padrões impessoais. Eles são reproduzidos pelas culturas, veiculados em diferentes meios e podem ser relacionados a conceitos históricos, culturais e físicos relacionados a crenças e costumes.

Em uma palestra proferida em 2009, a escritora Chimamanda Adichie narrou histórias pessoais que, em seguida, resultaram em um livro intitulado *O perigo de uma história única*. Para ela, reafirmar histórias negativas é simplificar a história de um povo. Ainda segundo Adichie (2019, p. 14), “a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história.” Dito de outro modo, os estereótipos são versões hiper simplificadas sobre pessoas ou grupos e não costumam condizer com a realidade.

De maneira geral, essa imagem simplificada a que chamamos estereótipo é propagada sob a perspectiva de uma característica, podendo ser positi-

va ou negativa, como já explicado. A grande questão é que os estereótipos tentam tornar tudo homogêneo, além de considerar uma ideia que, na maioria das vezes, leva ao constrangimento de um grupo. São sempre vários pensamentos idealizados pelo ponto de vista do senso comum que, ao serem utilizados para categorizar um indivíduo ou grupo quanto a sua identidade ou comportamento, se mantêm, porém eles só são eficientes através da repetição exaustiva. Sendo assim, as mídias sociais e televisivas, por exemplo, cumprem esse papel utilizando os estereótipos, tornando-os incansavelmente repetidos, para que a mensagem seja assimilada no menor tempo possível.

Essa discussão nos leva, diretamente, ao conceito de interdiscurso, que, segundo Orlandi (2009, p. 31), “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. Sendo assim, o trabalho de memória, que faz o discurso ter ligação com os já ditos, chamado de interdiscurso é inatingível, pois comporta tudo o que já foi dito organizado por meio da linguagem, que se apropria de outras ideias configuradas anteriormente.

Ou seja, tudo o que já foi dito por alguém, em algum lugar, em outra época, mesmo que muito distantes, tem efeito sobre o que está sendo produzido agora ou que ainda será produzido, pois é através dele que o saber discursivo torna possível todo dizer e volta sob a forma do pré-construído, não como um todo, mas em partes que o identificam. Além das noções já explicadas, ressalta-se que o interdiscurso tem o seu papel definido, pois todo discurso remete a um outro, nunca é isolado. Então, o discurso ao ser produzido constitui uma ação social em um contexto ideologicamente marcado, tanto no tocante ao jeitinho brasileiro, quanto para qualquer outro.

4. Considerações finais

O trabalho apresentado apontou para possibilidade de efeitos de sentidos sobre a identidade do brasileiro, revelando como o discurso se transforma de forma inesperada e diferente para cada ser. A capacidade de se reinventar e se atualizar impressiona e se volta para a arte de se dar bem sem muito esforço. É importante ressaltar que uma mesma palavra ou expressão pode assumir sentidos opostos para sua significação, no caso do jeitinho brasileiro, porque envolve fatores aparentemente simples, mas que alcançam questões extremamente complexas, pois abarcam fatores históricos, sociais, culturais, éticos, morais e psicológicos.

Nesse sentido, o trabalho realizado buscou destacar acontecimentos, imagens, crenças e dizeres que estigmatizam mais que um grupo, uma nação, e está relacionado ao exercício necessário de reflexão das representações

coletivas como forma de compreender o impacto mundial existente sobre a identidade nacional e como isso afeta as conexões entre os grupos e seus respectivos membros. Vale ressaltar que analisar esse jeitinho brasileiro sob o viés da Análise de Discurso de linha francesa possibilitou observar essas ações de forma coletiva, sobre o que é aceito ou não em nossa sociedade, contribuindo para a reflexão acerca dessa imagem que se propaga sobre identidade brasileira.

Vale acrescentar que, neste artigo, se estabeleceu uma relação entre a linguagem, a sociedade e os sujeitos, observando como a imagem estereotipada do brasileiro é frequentemente propagada. Em outras palavras, este trabalho saiu da perspectiva de se considerar apenas a estrutura linguística, indo além ao investigar de que maneira o social interfere nessa representação e como os sujeitos se apropriam de dizeres. É uma junção entre linguagem, discurso e sociedade.

Por fim, parafraseando as palavras de Adichie (2019), é preciso se desprender do estereótipo da história única e olhar para as inúmeras identidades e características do nosso país e do nosso povo. Dito isso, é importante entender o outro e compreender as diferenças e semelhanças entre as culturas. O positivo e o negativo coexistem na ótica das representações, não se deve desconsiderar que a existência de binarismos justamente porque eles são inversamente dependentes e a representação do outro é, antes, um ato de partilha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Trad. de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 6-17. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamento-ao-racismo/obras_digitalizadas/chimamanda_ngozi_adichie_-_2019_-_o_perigo_de_uma_historia_unica.pdf. Acesso em: 17 jul. 2024

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e os aparelhos ideológicos de estado: notas para uma investigação*. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980. p. 41-104

ALVAREZ, Palmira Heine. Toda menina baiana tem um jeito? Corpo, memória e discurso sobre a mulher baiana em postagens na internet. In: ABBADE, Celina Márcia de Souza; CARVALHO, Cristina dos Santos; SANTOS, Elisângela Santana dos. (Orgs). *Linguagem, discurso e sociedade: caminhos que se entrecruzam*. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 31-46. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/33311/3/linguagem-discurso-e-sociedade> Acesso em: 23 jul. 2024.

AMOSSY, R. PIERROT, A, H. *Estereótipos e clichês*. São Paulo: Contexto, 2022.

BARBOSA, Livia. *O Jeitinho Brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Trad. Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coord. da trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil: Edição crítica – 80 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional do brasileiro. História de uma ideologia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MADUREIRA, André. Sujeito, linguagem e discurso: análise discursiva do livro didático de Língua Portuguesa. *Linguagem & Ensino*. v. 20, n. 1, p. 5-20, Pelotas, jan./jun. 2017.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas-SP: Pontes, 2009.

PAIXÃO, Alissan; MADUREIRA, André. Are We Carnival? O discurso da identidade baiana. In: MADUREIRA, A.; ABBADE, C.; SOBRAL, G. *Estudos de Linguagem: Léxico e Discurso*. Curitiba: Appris, 2019. p. 43-56

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi et al. 4.ed. Campinas-SP: UNICAMP, 1997.

_____. *O discurso: Estrutura ou acontecimento?* Tradução de Eni Pucignelli Orlandi. 5. ed. Campinas-SP: Pontes, 2009.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017. p. 30-50. (Feminismos Plurais)

O LETRAMENTO COMO INSTRUMENTO MULTICULTURAL

Beatriz dos Santos Alves (FFP-UERJ)

bhia.santos22@gmail.com

Maria Isaura Rodrigues Pinto (FFP-UERJ)

m.isaura27@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho surgiu a partir de estudos desenvolvidos na disciplina de Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa e Literatura II, na qual realizamos estudos sobre diferentes literaturas e elaboramos sequências de atividades, visando contribuir para a formação leitora dos alunos do ensino médio. Utilizamos na fundamentação teórica os conceitos de multiculturalismo de Ana Canen (2000), ancestralidade de Ailton Krenak (2023), de literatura indígena de Janice Cristine Thiél (2013) e de antirracismo de Djamila Ribeiro (2019). Além dos conceitos de letramento de Magda Soares (1998), de letramento literário de Rildo Cosson (2015) e de educação libertadora de Freire (2014). Para a elaboração das propostas de atividades, inspiramo-nos no modelo de Sequência Básica de Cosson. A proposta apresentada pauta-se em estudos de diferentes modalidades de literatura e poderá ser utilizada em escolas de educação básica. Nosso objetivo é contribuir para fortalecer o letramento literário dos alunos, principalmente, no que diz respeito à literatura indígena. Em um contexto pós-pandêmico, em que a maioria dos alunos apresenta dificuldades de letramento literário, a exploração desse campo pode auxiliar no processo de construção de uma cultura leitora. Além disso, a abordagem do tema visa gerar criticidade e criatividade e ampliar conhecimentos acerca da literatura indígena e da literatura negra.

Palavras-chave:

Literatura indígena. Literaturas multicultural. Prática de Ensino.

ABSTRACT

This study emerged from research developed in the Supervised Internship in Portuguese Language and Literature II course, focusing on diverse literatures and designing activity sequences aimed at enhancing high school students' reading development. The theoretical foundation integrates concepts of multiculturalism from Ana Canen (2000), ancestry from Ailton Krenak (2023), Indigenous literature from Janice Cristine Thiél (2013), and anti-racism from Djamila Ribeiro (2019), as well as literacy principles from Magda Soares (1998), literary literacy from Rildo Cosson (2015), and Paulo Freire's (2014) liberating education approach. Activity proposals are modeled on Cosson's Basic Sequence framework, exploring various literary genres suitable for basic education contexts. The goal is to strengthen students' literary literacy, particularly with Indigenous and African literatures. In a post-pandemic context, where many students face challenges with literary literacy, this approach seeks to foster a reading culture while promoting critical thinking, creativity, and a broader understanding of Indigenous and Black literature.

Keywords:

Multiculturalism. Indigenous literature. Teaching Practice.

1. *Introdução*

O presente trabalho contempla a relação entre teoria e prática como parte essencial da formação de professores, pois volta-se para a aplicabilidade de conhecimentos teóricos no cotidiano da sala de aula. A proposta envolve reflexão teórica e produção de materiais didáticos. A ideia de pesquisa surgiu a partir de atividades desenvolvidos na disciplina de Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa e Literatura II, do curso de Letras da Faculdade de Formação de Professores, no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, na qual discutimos ideias concernentes ao conceito de letramento literário (Cf. COSSON, 2015), repensando-o a partir de uma perspectiva decolonial.

Tendo isso em consideração, o trabalho em questão busca favorecer a leitura de textos de literaturas que não fazem parte do cânone instituído, são elas, a literatura indígena e a literatura negra, mais especificamente a indígena. Nas aulas da disciplina mencionada, após discutirmos a temática dos textos, observarmos sua estrutura e contemplarmos os recursos linguísticos neles utilizados, elaboramos, entre outras, uma proposta de atividade, baseada no modelo de Sequência Básica (Cf. COSSON, 2015), que receberá destaque na parte final deste trabalho.

Desde o início da graduação, participei ativamente de programas de iniciação à docência que correlacionam a práxis das escolas aos ensinamentos da universidade, a fim de refletir sobre os atuais padrões de ensino. Deparei-me, então, nas disciplinas de Estágio Supervisionado do meu curso, especificamente, na disciplina de Estágio de Língua Portuguesa e Literatura II, ministrado pela professora Maria Isaura, com questionamentos que se relacionavam diretamente com reflexões feitas por mim, anteriormente, no início da vida acadêmica, os quais tinham como foco a valorização de uma educação plural, multicultural e decolonial.

Vivemos em uma sociedade racista, homofóbica e desigual moldada por parâmetros herdados da colonização, iniciada com a invasão e pautada na exploração e escravidão. Ela formula ideias padronizadas, identificadas com a realidade do colonizador, ignorando, assim, outras culturas aqui presentes. A educação escolar deve, então, empenhar-se em oferecer um ensino multicultural e multimodal como instrumento de enriquecimento do letramento dos nossos jovens estudantes.

Vale ressaltar que, atualmente, nos encontramos em um contexto pós-pandêmico, em que a maioria dos alunos apresentam dificuldades de alfabetização e de letramento. Sendo assim, o contato com atividades diversificadas pode auxiliar no processo de construção de uma cultura leitora. O conceito de leitura aqui adotado é o produzido por Paulo Freire, segundo o qual

“A leitura de mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1986, p. 22). Há também a leitura de imagens e de expressões, assim como há diversos tipos de letramentos, “(...) estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita” (SOARES, 1998, p. 6), como o digital, matemático, literário etc., sendo todos importantes para a formação de um sujeito criticamente ativo na sociedade.

É na etapa dos estágios que, efetivamente, teoria e prática se encontram e que podemos descobrir vários caminhos de uma práxis libertadora para “valorizar e acolher identidades plurais sem representar ameaças ou quaisquer formas de naturalização do preconceito e desrespeito à vida humana” (SILVA; BRANDIM, 2008, p. 51). A exploração desse campo de pesquisa tem sensibilizado professores em formação e também os já atuantes, isso favorece uma prática de reparação histórica na sociedade.

2. *O que diz a teoria?*

Para Canen e Franco (2001), o multiculturalismo é um instrumento primordial para promover as diversas culturas presentes na sociedade em diferentes contextos, especialmente no campo educacional. Os autores, na maioria, veem o multiculturalismo como um movimento que vai além da simples convivência de diferentes culturas, enfatizando a necessidade de questionar as relações de poder e as desigualdades que permeiam essas interações:

Conforme tem sido apontado (McLaren, 2000; Canen, 1997; Canen & Moreira, 1999), multiculturalismo é um termo polissêmico, que pode abarcar desde posturas de reconhecimento da diversidade cultural sob lentes de exotismo e folclore, passando por visões de assimilação cultural, até perspectivas mais críticas de desafio a estereótipos e a processos de construção das diferenças. (CANEN; FRANCO, 2001, p. 164)

O multiculturalismo crítico, ou seja, o segundo tipo apresentado na citação, especificamente no campo de ensino-aprendizagem, visa à desconstrução de estereótipos direcionados às culturas que se diferenciam do padrão eurocêntrico. Aproximar os alunos de diferentes vozes e formas literárias, como a literatura indígena, negra, asiática e outras, promove um letramento plural e contextualizado, identificado com as propostas do multiculturalismo crítico.

Isso posto, elaboramos atividades baseadas em propostas de Cosson, apresentadas em seu livro *Letramento literário*, de 2006, no qual o autor aponta formas de elaboração de atividades sequenciais, que podem estimular o interesse dos alunos pela leitura, com o objetivo de contribuir para a prática leitora dos mesmos. As atividades são distribuídas em quatro etapas,

sendo elas: motivação, introdução, leitura e interpretação. Como proposto pelo autor, cada uma dessas etapas têm uma função fundamental para atingir os objetivos da chamada Sequência Básica. A “motivação” é a etapa que prepara o aluno para a atividade de leitura, conectando-o ao contexto da obra a partir de atividades lúdicas, a “introdução” corresponde à fase em que são apresentados o autor e os elementos paratextuais da obra a ser utilizada (capa, imagens etc.), a “leitura”, por seu turno, deve ser feita pausadamente de acordo com o que será combinado com a turma; e a “interpretação” é o momento em que o aluno será incentivado a produzir inferências acerca do que foi lido. É preciso considerar que o desenvolvimento do pensamento crítico literário envolve uma série de habilidades cognitivas e metacognitivas que permitem aos estudantes não apenas compreender o conteúdo de uma obra, mas também questioná-la, avaliar suas ideias e relacioná-la com outros textos e contextos culturais.

Magda Soares diz, em sua obra *O que é letramento e alfabetização. Letramento: um tema em três gêneros*, de 1998, que o termo letramento apareceu pela primeira vez no livro de Mary Kato, *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, de 1986. O conceito de letramento, ainda complexo para muitos e pilar de diversas pesquisas, é fator primordial para a formação de uma sociedade crítica, que a partir dos diversos tipos de letramento acaba por construir uma visão crítica de mundo. Soares considera que a alfabetização é um processo de decodificação de símbolos da língua escrita, já o letramento refere-se ao uso social das habilidades de leitura e escrita. O indivíduo letrado não apenas decodifica símbolos, ele utiliza a leitura e a escrita no seu contexto social.

Ailton Krenak, em suas obras, trata do conceito de ancestralidade. Em “Pensando com a cabeça na Terra”, de 2017, ressalta de forma primorosa a relação entre os povos indígenas e a Terra. Para Krenak, ancestralidade não é apenas uma questão de linhagem familiar, mas sim algo muito mais amplo, que envolve pertencimento cósmico ao mundo, e a natureza faz parte desse ciclo ancestral. No ambiente escolar, o conceito de ancestralidade deve ser amplamente explorado, visto que os alunos e suas respectivas origens devem ser valorizados. Isso poderá criar uma maior conexão com temáticas multiculturais, que podem ser ensinadas na escola. Essa valorização também combate a marginalização e o silenciamento de grupos historicamente oprimidos.

Janice Cristine Thiél em seu artigo “A literatura dos povos indígenas e a formação do leitor multicultural” (2013), faz um recorte muito condizente com os propósitos deste trabalho, analisando aspectos da escrita indígena. A autora destaca alguns aspectos, entre eles:

[...] o uso de fórmulas linguísticas de repetição do já dito, a fim de garantir referência ao que já foi dito e continuidade narrativa; interação com o público

de forma a provocar sua reação; referência ao cotidiano da vida humana. (THÉL, 2013, p. 1180)

Tais características estão presentes em diversas obras da literatura indígena, como, por exemplo, no livro “Pássaro encantado”, de 2014, de Eliane Potiguara. Trata-se de um livro voltado para um público infantojuvenil, que exemplifica bem os aspectos destacados por Thiél. Além desses aspectos, o livro faz constantes menções a elementos da natureza e é a expressão de uma cultura rica e diversificada, que valoriza as tradições, histórias e cosmovisões dos povos indígenas.

Para refletir sobre antirracismo e literaturas de autoria negra, nos pausamos nos ensinamentos de Djamila Ribeiro, que em sua obra *Pequeno manual antirracista*, de 2019, enfatiza a importância da educação antirracista, defendendo que escolas e instituições de ensino devem abordar o racismo de forma crítica. A autora também incentiva a leitura de autores negros e o aprendizado sobre a cultura e a história africana e afro-brasileira. Ela assim se pronuncia:

É importante lembrar que, apesar de a Constituição do Império de 1824 determinar que a educação era um direito de todos os cidadãos, a escola estava vetada para pessoas negras escravizadas. A cidadania se estendia a portugueses e aos nascidos em solo brasileiro, inclusive a negros libertos. Mas esses direitos estavam condicionados a posses e rendimentos, justamente para dificultar aos libertos o acesso à educação. (RIBEIRO, 2019, p. 6)

Relembrar o passado escravocrata do Brasil é um fator primordial para pensar formas decoloniais da pedagogia contemporânea. Krenak e Djamila discorrem, em suas respectivas obras, sobre problemáticas relacionadas à discriminação sofrida pelos povos negros e indígenas no Brasil. Tratam de questões nacionais e identitárias extremamente importantes para a luta contra a exclusão.

O patrono da educação brasileira, Paulo Freire, defende os conceitos de alfabetização e de leitura de mundo, em seu livro *Pedagogia do oprimido*, de 1968. Adotando uma perspectiva multicultural, discute as relações sociais de opressão e sua influência sobre a educação. Consideramos que é indispensável utilizar uma pedagogia freiriana que promova diálogo, respeito à diversidade cultural e emancipação, na escola. Ou seja, uma educação que se oponha à prática de dominação. Em uma educação plural, os educandos são incentivados a pensarem criticamente, a questionarem e a refletirem sobre o mundo à sua volta. Isso é fundamental para a formação de cidadãos capazes de lutar por uma sociedade mais igualitária e democrática.

Além disso, chamamos atenção para o conceito de multiletramento, desenvolvido por Rojo (2017), o qual surge como uma resposta às transformações culturais, sociais e tecnológicas da contemporaneidade, que exigem

novas formas de interação com os textos e as diferentes práticas de leitura e escrita. O termo refere-se à multiplicidade de letramentos necessária para lidar com a diversidade de linguagens, mídias e culturas que existem no mundo globalizado.

Por fim, gostaria também de chamar atenção para o livro produzido pelo Coletivo Investigador da UERJ-FFP, organizado pela professora Sueli Moreira, intitulado *Descolonizar e recriar a formação docente: um projeto coletivo*, lançado em 2023, no qual são expostos relatos de experiências de iniciação à docência, a partir de uma perspectiva crítica em constante diálogo com os conceitos aqui utilizados. A obra busca valorizar uma nova pedagogia, uma pedagogia transformadora e emancipatória à qual tanto aspiramos.

3. *O currículo e suas problemáticas*

O currículo escolar contemporâneo deveria ser elaborado a partir de uma perspectiva multicultural, visando não apenas à transmissão de conteúdos instituídos, mas também ao reconhecimento e à valorização da diversidade cultural presente na sociedade. A necessidade de um currículo multicultural surge a partir do entendimento de que a educação é um instrumento central para formação de sujeitos críticos. Essa perspectiva multicultural implica o reconhecimento de diferentes saberes, tradições e identidades que coexistem no ambiente escolar, desafiando a hegemonia de uma visão eurocêntrica: “Não basta mais a escola enfatizar apenas os letramentos da letra e do impresso, bem como os gêneros discursivos da tradição, é preciso dar enfoque nos multiletramentos presentes na vida dos estudantes.” (MEDEIROS; MORAES, 2022, p. 4).

Com relação aos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental* (1998), convém ressaltar que o que vem neles estabelecido deveria ser alcançado. Entre o previsto está que os alunos sejam capazes de: “perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente” (PCNs, 1998, p. 7) e também “desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania” (PCNs, 1998, p. 7). Sendo assim, percebemos que é também papel da escola dar espaço à valorização das diversas vozes e culturas dos alunos.

De acordo com Jean-Pierre Jallade (2000 *apud* LOPES, 2004, p. 111), “o currículo é o coração de um empreendimento educacional e nenhuma política ou reforma educacional pode ter sucesso se não colocar o currículo no seu centro”. A elaboração de um currículo eficaz deve contemplar questões sociais e ser mais do que um simples conjunto de conteúdos. Ele deve representar a visão, os valores e as metas que orientam o processo de ensino-aprendizagem, para que as reformas educacionais tenham um impacto positivo na comunidade escolar.

A falta de uma formação leitora eficaz influencia não só nas questões pedagógicas dentro da escola, mas também interfere na leitura de mundo do aluno, na sua visão crítica da sociedade e na sua própria existência dentro dela. É a partir daí que surge uma das maiores problemáticas presentes nas escolas atualmente: poucas escolas possuem projetos de incentivo à formação multicultural. Nesta pesquisa, reconhecemos a importância da criação desses espaços dialógicos, não só na comunidade escolar, mas também na academia, para que a formação docente e discente se amplie e se enriqueça.

Os PCNs, de 1998, preveem, ainda, acerca do ensino de língua portuguesa, que os alunos sejam capazes de compreender a cidadania como participação social e política, o exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais. Além disso, cita a necessidade de se utilizar a linguagem na escuta e produção de textos orais e na leitura e produção de textos escritos de modo a atender a múltiplas demandas sociais, responder a diferentes propósitos comunicativos e expressivos, e posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais. Isso posto, podemos observar que são vários os caminhos que podem legitimar o trabalho a ser desenvolvido. Para analisar produções escritas vinculadas à oralidade, nada melhor do que utilizar textos em que a modalidade oral da língua é valorizada, como os da literatura indígena, por exemplo.

Deve ser levado em consideração que são múltiplas as realidades e as diferentes formas de escolas encontradas no Brasil. Não podemos esquecer de que realidades distintas não têm as mesmas demandas e os mesmos objetivos. É certo que um estudante de escola pública, com pouca infraestrutura e sem acesso à internet, não terá o mesmo letramento digital de um aluno que tem acesso a aulas de informática. Da mesma forma, um aluno que não possui acesso a livros e a materiais de leitura não terá o mesmo letramento literário de alguém que tem acesso contínuo a uma biblioteca.

4. *A Pesquisa-Ação: Como?*

A metodologia utilizada neste trabalho é a da pesquisa-ação, ou seja, “uma maneira de se fazer pesquisa em situações em que também se é uma pessoa da prática e se deseja melhorar a compreensão desta” (ENGEL, 2000, p. 182). Sendo assim, enquanto sujeitos formativos (educandos e educadores) a prática da pesquisa-ação contribui não só para os interesses acadêmicos de produzir dados de análise, mas também contribui coletivamente, de alguma forma, com o “objeto de pesquisa”, neste caso, a escola e seus sujeitos. Franco acerca da questão, assim se posiciona:

Acredito que toda pesquisa-ação tem caráter formativo; no entanto, no caso da pesquisa-ação pedagógica, a formação pedagógica dos sujeitos da prática passa a ser a finalidade primeira. É um trabalho participativo, colaborativo, pedagógico, entre pesquisadores e professores, na perspectiva de formação crítico-reflexiva, que, por pressuposto, reverterá na melhoria do ensino. (FRANCO, 2016, p. 513)

A busca por uma prática pedagógica emancipatória está diretamente relacionada aos objetivos aqui citados. Ela visa a uma educação multicultural que valorize as mais diversas identidades. Concordamos com a seguinte argumentação de Canen (2000):

Argumentamos que implicações curriculares, nessa perspectiva, traduzir-se-ão em diretrizes em que a dialética universal-multicultural, global-local, seja trabalhada de forma articulada. Busca-se, dessa forma, desnaturalizar discursos de identidade nacional que excluem vozes culturais não-dominantes de sua “história”, ou que tratem da diversidade cultural de forma estática, homogeneizadora de grupos culturais, ignorando o dinamismo, a hibridização cultural e os mecanismos discriminatórios que legitimam a valorização diferencial dos padrões socioculturais. (CANEN, 2000, p. 140)

É, portanto, a articulação entre prática e pesquisa um caminho valioso para a valorização da pluralidade cultural. Os estudos realizados na academia dão-se a partir de leituras sobre temáticas atuais e os encontros formativos resultam em propostas a serem desenvolvidas no ambiente escolar, como por exemplo, oficinas, produção de material, debates dialógicos, jogos educativos, dinâmica de grupo, desenhos, leituras e rodas de conversa. Esse material é utilizado nas escolas parceiras e contribui para a formação dos estudantes, considerados sujeitos portadores de conhecimentos a serem mutuamente compartilhados conosco.

5. *A literatura indígena e de autoria negra*

A literatura indígena e a literatura negra no Brasil desempenham um papel fundamental na preservação e valorização das culturas e identidades desses grupos historicamente marginalizados. Através de narrativas que re-

fletem suas vivências, lutas e sabedorias ancestrais, essas literaturas oferecem uma perspectiva única sobre a formação social e cultural do país.

A literatura negra é fundamental no combate ao racismo, pois fortalece a resistência e a busca por reconhecimento e igualdade. Essa forma de produção literária não apenas denuncia as injustiças históricas e contemporâneas, mas também celebra a riqueza da cultura afro-brasileira e sua influência na formação da identidade nacional.

O contato com a literatura negra, por exemplo, promove a valorização das contribuições culturais e intelectuais da população negra na formação da identidade nacional. Obras de autores como Machado de Assis, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e outros oferecem uma visão crítica sobre a sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que desafiam estereótipos e preconceitos. Incorporar obras de autores negros ao currículo é fundamental para promover a representatividade dos alunos que se identificam com essas narrativas.

A literatura indígena, também, enriquece o currículo escolar ao introduzir novas formas de pensar e de se relacionar com o mundo, oferecendo uma educação que valoriza a diversidade cultural. A inclusão dessas vozes é essencial para formar cidadãos conscientes e preparados para atuar em um mundo plural e interconectado.

Valorizar essas autorias requer apresentar as obras e os autores aos alunos de forma cuidadosa. Baseando-nos no conceito de Sequência Básica proposto por Cosson, buscamos ar destaque à cultura e à obra do autor. Para tanto, valemo-nos de imagens, vídeos, filmes e outros materiais.

6. *Objetivos: A escola que queremos e a escola que queremos*

[...] nós, domesticados pelo pensamento colonial, passamos a reproduzir isso de uma maneira tão eficiente que em torno de nós criamos colônias de pessoas subjugadas, submetidas e humilhadas, que vão se sentir sempre menores do que são, em qualquer lugar que estiverem, porque estão espelhando um modelo de vida que não é o que ele traz em si, mas sim o que estão oferecendo para ele. (KRENAK, 2017, p. 7)

Para pensar em que tipo de escola gostaríamos de ter no futuro, devemos refletir sobre a escola do passado até chegar na que temos atualmente. O que representa a escola, cada uma delas, em seu diferente contexto e espaço? O que quase todas as escolas do tempo atual têm em comum: a colonização. Como apontado por Krenak (2017) e aprofundado por Luiz Rufino em “A escola dos sonhos” (2021), o chão da escola também possui uma ancestralidade que não pode ser descartada, pois são “chãos (...) nos quais se escava-

ram as histórias antepassadas e se cultiva a esperança e a semeadura de um novo tempo” (RUFINO, 2021, p. 61). As escolas, na época da colonização, eram direcionadas para um público restrito, naquele tempo, negros e indígenas não podiam frequentá-las; mas, ainda hoje, resquícios delas perseveram nas escolas atuais, regidas por um padrão colonial, que faz com que muitos alunos não consigam significá-las, vê-las como algo que lhes pertence.

A educação decolonial valoriza o conhecimento tradicional e comunitário, reconhece que diferentes formas de saber têm igual importância na formação dos estudantes e busca promover um espaço seguro e acolhedor para todos, independentemente de sua origem étnica, cultural ou social.

7. *Resultados: proposta de atividades*

Desenvolver o pensamento literário é desafiador, especialmente quando se trata de estudantes que têm pouca exposição a textos complexos ou que vêm de ambientes onde a leitura crítica não é incentivada. Intervenções educacionais eficazes incluem a introdução gradual de textos de complexidade crescente, a realização de discussões em sala de aula que promovam a análise crítica e a orientação dos professores para ajudar os estudantes a desenvolver habilidades.

Durante a realização da pesquisa, desenvolvemos propostas de atividades para serem aplicadas em escolas. Tendo em vista que as pautas sociais e as questões de letramento são as mais urgentes no ambiente escolar, elaboramos atividades utilizando obras pertencentes às literaturas indígenas e negra. Apresentamos a seguir uma das propostas de trabalho com o modelo de Sequência Básica, que elaboramos para turmas de primeiro ano do ensino médio.

➤ Sequência básica

➤ *Motivação*

Para dar início à sequência básica, será proposta uma oficina de argila. Cada aluno será incentivado a produzir com a argila um objeto que lembre sua casa. Em seguida, os estudantes deverão assistir a vídeos sobre a cultura indígena, como o vídeo: *#AbriÍndigena – Povo Apinajé*, o qual fala sobre aulas, na época da pandemia, na comunidade indígena Apinajé e também o vídeo “Povos Indígenas no Brasil: Cultura e Organização Social”. Também será exibido um vídeo de música do grupo “Brô MC’s”, que focaliza o dia a dia na aldeia e artefatos artísticos indígenas. Em seguida, será projetado um

mapa mostrando a porcentagem da população indígena por região do país. A partir daí serão realizados debates sobre o conceito de “etnia”.

➤ *Introdução*

A técnica utilizada, nesta etapa, será a da aula invertida – assim sendo, os alunos pesquisarão em casa sobre aspectos da cultura indígena e apresentarão, em grupos, para a turma, informações sobre a cosmovisão indígenas. Os elementos paratextuais do livro serão projetados e, a partir disso será discutido o conceito de autoria. Além disso, apresentaremos um documentário sobre o povo Apinayé: *Documentário Conhecer para Preservar – Povos indígenas do Tocantins*, para que os alunos aprofundem conhecimentos sobre a cultura dos autores das etnopoemas, que serão analisadas.

➤ *Leitura*

Esta fase vai além da simples decodificação; ela envolve uma leitura ativa e crítica, na qual o aluno buscará compreender tanto o conteúdo literal quanto os sentidos implícitos, explorando a estrutura do gênero literário e o contexto da obra. É, nesta etapa e em seus intervalos, que o professor poderá perceber as possíveis dificuldades dos alunos.

A leitura será realizada com pausas previamente definidas. A cada pausa para discussão sobre a obra, será proposta uma atividade. No primeiro intervalo, os alunos escolherão um dos poemas para recitá-lo para a turma; no segundo, farão desenhos que representem o poema escolhido; no terceiro, destacarão palavras que não conhecem e irão buscar os significados no dicionário, já, no quarto, observarão marcas da oralidade presentes nos textos.

➤ *Interpretação*

Nesta fase, o objetivo é que o aluno interprete o texto, conectando suas próprias vivências, conhecimentos e visões de mundo com as informações e temas apresentados. Para tanto, será preciso considerar o contexto social, histórico e cultural da obra. As possibilidades de interpretação são diversas e dependerá das experiências individuais dos alunos e do contexto no qual a turma estará inserida.

A turma será incentivada a montar uma peça teatral em que os protagonistas não são pessoas e sim elementos da natureza com o propósito desmontar o estereótipo de “fantasias de índio” e valorizar a relação dos povos originários com os elementos da natureza e sua ancestralidade. A peça será apresentada para a comunidade escolar e ressaltará valores da cultura indígena.

Buscando articular a proposta com a realidade vivida pelos alunos, também serão realizadas atividades envolvendo *raps* nacionais com letras,

que simbolizam a resistência negra, como as de Projota, Emicida e o grupo de *rap* indígena “Brô MC’s”. Serão utilizados recursos tecnológicos para tornar as atividades mais dinâmicas. Além disso, haverá a proposta de passeios culturais a comunidades indígenas e quilombolas.

8. *Considerações finais: Para não esquecer*

Desconstruir padrões, em vigor há muitos anos, não é nada fácil, mas também não é impossível. Em uma sociedade, cada vez mais avançada como a nossa, não podem ser admitidas formas de ensino que vão de encontro a uma conduta básica e garantida por lei: o respeito. A literatura, em muitos casos, é instrumento de denúncia de visões racistas, xenofóbicas e repletas de muitos outros preconceitos.

A literatura indígena e a literatura negra não devem ser somente consideradas como instrumento de reparação histórica, mas também como mecanismo de luta e de valorização da arte e da cultura. Ressaltamos que, não há, de forma alguma, oposição ao estudo das obras do cânone literário instituído, que são adotadas nas escolas. O que se propõe é um acréscimo de obras de legítima importância artística e cultural para a formação de nossos estudantes, pertencentes à literatura indígena e negra.

Utilizar a pesquisa acadêmica, articulando-a com ações diversificadas de leitura literária, contribui, de diversas formas, para diminuir as dificuldades encontradas no chão da escola. Levar os alunos a se sentirem pertencentes à realidade escolar, protagonistas de suas ações e orgulhosos de sua ancestralidade é um dever do professor.

Portanto, um letramento literário plural é essencial para o crescimento pessoal e social dos indivíduos. Ele constitui a base para uma vida rica e significativa e promove o desenvolvimento de habilidades e valores que são fundamentais para a convivência em uma sociedade tão diversa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) Língua Portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

CANEN, A.; ARBACHE, A. P.; FRANCO, M. Pesquisando Multiculturalismo e Educação: o que dizem as dissertações e teses. *Educação & Realidade*, [S.l.], v. 26, n. 1, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoe realidade/article/view/41321>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CANEN, Ana. Educação multicultural, identidade nacional e pluralidade cultural: tensões e implicações curriculares. *Cadernos de Pesquisa*, p. 135-49. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742000000300007>. Acesso em: 02 jul. 2024.

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2015.

ENGEL, Guido Irineu. Pesquisa-ação. *Educar em Revista*, p. 181-191. Paraná: Universidade Federal do Paraná, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.214>. Acesso em: 05 ago. 2024.

FRANCO, M. A. Pesquisa-ação pedagógica: práticas de empoderamento e participação. *Revista de Educação Temática*, v. 18, n. 2, p. 511-13. Campinas: UNICAMP, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8637507>. Acesso em: 01 set. 2024.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três textos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1986.

_____. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

JALLADE, Jean-Pierre. Secondary education. In: *Europe: main trends*. Paris: BID, 2000.

KATO, Mary Aizawa. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

KRENAK, Ailton. Pensando com a cabeça na Terra. *Anais da ReACT - Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia*, v. 3, n. 3. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2017. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/2641>. Acesso em: 14 ago. 2024.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos?. *Revista Brasileira de educação*, p. 109-18. Rio de Janeiro: ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000200009>. Acesso em: 24 de set. 2024.

MEDEIROS, Lucas Ayub de; MORAES, Jerusa Vilhena de. Multiletramentos, web 2.0 e pbl: uma contribuição ao processo de alfabetização científica em geografia. *Anais CIET: Horizonte*. 6, n. 1, São Carlos: Universidade Fe-

deral de São Carlos, 2024. Disponível em: <https://ciet.ufscar.br/submissao/index.php/ciet/article/view/966>. Acesso em: 29 set. 2024.

MOREIRA, Sueli de Lima. *Descolonizar e recriar a formação docente: um projeto coletivo*. Curitiba: CRV, 2023.

ROJO, Roxane. Entre Plataforma, ODAs e Protótipos: Novos multiletramentos em tempos de WEB2. *The Specialist*, v. 38, p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/32219>. Acesso em: 06 abr. 2024.

RUFINO, Luiz. A escola dos Sonhos. In: RUFINO, L. *Vence-demanda :educação e descolonização*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Maria José Albuquerque da; BRANDIM, Maria Rejane Lima. Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural. *Diversa*, v. 1, p. 51-66, 2008.

SOARES, Magda. O que é letramento e alfabetização. *Letramento: um tema em três gêneros*, v. 2, p. 27-60, 1998.

THIÉL, J. C. A literatura dos povos indígenas e a formação do leitor multicultural. *Educação & Realidade*, v. 38, n. 4, [S.l.], 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/38161>. Acesso em: 11 nov. 2023.

O NÃO DITO EM “ANA TERRA”

Cesar Christian Ferreira dos Santos (CMSM)
cesarchristian2@gmail.com

RESUMO

“Ana Terra” é um texto de Erico Veríssimo, que faz parte de sua grande obra: “O tempo e o vento”; mais especificamente, está dentro do tomo “O continente I”. “Ana Terra”, como todo clássico, não é um texto que se despe completamente à primeira leitura, sendo necessárias diversas outras para que possamos preencher as informações lacunares e não ditas na obra. Também é necessário, se se nos propormos a um estudo mais aprofundado, um conhecimento prévio de toda a obra “O continente I”. Dessa forma, a partir de uma visão hermenêutica, que dialoga com a história, e, de uma visão a partir da estética recepção podemos chegar a problemas teóricos mais profundos, como, por exemplo, as questões que envolvem literatura e sociedade na obra, ou ainda, as tensões existentes na obra, como, por exemplo, a questão da posse da terra, que é pano de fundo de toda a narrativa de Veríssimo e também não deixa de ser uma informação lacunar que mostra já de cara a importância do sobrenome de Ana Terra.

Palavras-chave:

Informações lacunares. Não ditos. Tensões na narrativa.

ABSTRACT

Ana Terra is Erico Veríssimo’s text, that belong to his great work: “O tempo e o vento”, more specifically, it is inside of the tome “O continente I”. “Ana Terra”, as all classic text, doesn’t undress completely at first read, being necessary, to many others readers to fill in all lacunars and unsaid in the text. It’s necessary too, if our purpose is a further study, a knowledge about all the work “O continente I”. That way, from a hermeneutic view, which dialogues with history, and, from a view based on aesthetic reception, we can reach deeper theoretical problems, such as, for example, the issues involving literature and society in the work, or even, the tensions that exist in the text, such as the issue of land ownership, which forms the background of Veríssimo’s entire narrative and is also a piece of missing information that immediately shows the importance of Ana Terra’s surname.

Keywords:

Missing information. Unspoken. Tensions in the narrative.

1. *Texto literário, romance regional e a obra de Erico Verissimo*

Diversos teóricos tentaram ao longo da história da literatura defini-la, entendê-la e para tal também ensaiaram algumas definições teóricas. Estabelecendo então conceitos diversos, uns mais completos outros menos sobre a “coisa chamada literatura”. Dessa forma, a pergunta “O que é literatura?” passou a ter diversas respostas complexas que se autocompletavam.

Eagleton (2006) propõem que a literatura seja uma escrita “imaginativa” no sentido de ser ficção, ou seja, uma escrita que pode não ser literalmente verídica, mas o próprio autor na sequência de seu raciocínio admite que uma abordagem diversa seja necessária e que “talvez a literatura seja definível não pelo fato de ser ficcional ou ‘imaginativa’, mas porque emprega uma linguagem peculiar” (EAGLETON, 2006, p. 3) e completa seu argumento, citando o crítico russo Roman Jakobson. Segundo este último, a literatura escrita seria uma “violência organizada contra a fala comum”, o que certamente causaria no leitor o chamado estranhamento, que é uma das características da literariedade, segundo os formalistas.

Mas então, como textos iguais aos que, por exemplo, fazem parte da obra de Erico Verissimo conseguiram ser tão populares e alcançar uma “universalidade”, trazendo em seu bojo uma linguagem tão distante da linguagem comum? Os textos de Verissimo, sem dúvida, afastam-se dessa linguagem comum e aproximam-se da definição do referido autor, pois o emprego de vocábulos regionais sem abrir mão da norma culta compõe um texto singular, que ao mesmo tempo se aproxima da linguagem comum e regional (variação diatópica) afasta-se da mesma ao ser impecável no uso da norma culta.

Aqui talvez nós possamos completar as definições que Eagleton nos traz em um primeiro momento, observando que Verissimo tem a habilidade de tecer parte de sua obra (*O tempo e o vento*, por exemplo) com um pano de fundo histórico, e, sendo assim, até mesmo causando dificuldades de distinguir o que se tratava de ficção e o que se tratava de realidade, pois a história narrada na obra em questão era a história de muitas famílias da Província de São Pedro do Rio Grande, tornando-se dessa maneira uma obra profundamente identitária. Podemos presumir então, que essa identitariedade da obra é que fê-la tornar-se universal, “se queres ser universal, cante sua aldeia”, para ilustrar nossa ideia fazemos a seguinte citação:

A história de duas famílias, os Terra Cambará e os Amaral, atravessando dois séculos de vida perigosa, é o fio romanesco que une os episódios do ciclo e embasa as manifestações de orgulho, de ódio de amor e de fidelidade; paixões que assumem uma dimensão transindividual e fundem-se na história maior da comunidade. (BOSI, 2012, p. 436)

A obra de Erico Verissimo como um todo faz parte do que se convencionou ser chamado pela crítica literária de Romance Regional da geração de 30 e ao lado de Jorge Amado alcançou grande sucesso junto ao público, “Só há um romancista brasileiro que partilha com Jorge Amado o êxito maciço junto ao público: Erico Verissimo” (BOSI, 2012, p. 434). Mas Verissimo foi à época alvo de muitos comentários e análises depreciativas (talvez depreciativa não seja o termo mais adequado) como, por exemplo, a crítica do pró-

prio Bosi (2012, p. 436) “não se trata, aqui, de fechar os olhos aos evidentes defeitos de fatura que mancham a prosa do romancista: repetições abusivas, incerteza na concepção de protagonistas, uso convencional da linguagem”. Porém, quando Bosi fala de “uso convencional da linguagem” é porque Veríssimo coloca em sua obra muito do léxico regional, e com isso atinge o leitor médio.

Sendo assim, a própria variação linguística regional, as questões regionais, a história regional foram o material estético que Veríssimo usou como matéria prima para moldar suas obras. O elemento humano da região também faz parte dessa construção estética, e, neste trabalho vamos abordar uma de suas principais obras, que é homônima de uma de suas principais personagens femininas.

Ana Terra é um dos livros que compõem a complexa narrativa de Veríssimo, “O tempo e o vento”⁴⁷. Vamos brevemente falar, para situar nosso leitor sobre a estrutura da referida obra. Dentro dela temos:

– “O continente I”: “O sobrado I”, “A fonte”, “O sobrado II”, “Ana Terra”, “O sobrado III”, “Um certo Capitão Rodrigo”, “O sobrado IV”.

– “O continente II”: “A teiniaguá”, “O sobrado V”, “A guerra”, “O sobrado VI”, “Ismália Caré”, “O sobrado VII”.

“O continente” inicia a narrativa que conta a saga da família Terra Cambará, apresenta essa leitura de forma não linear, pois se formos lê-la linearmente deveríamos começar em “A fonte” que conta a história do nascimento de Pedro Missioneiro, para depois iniciarmos a história de “Ana Terra”, “Um certo Capitão Rodrigo” e “O sobrado I, II, III e IV”.

Feita então, essa breve contextualização sobre onde se situa a obra a ser analisada neste trabalho, podemos agora partir para a análise propriamente dita a que se propõe este pequeno artigo: O não dito em “Ana Terra”.

2. Informações lacunares presentes na obra

Quando falamos que o texto literário se afasta da linguagem comum, talvez possamos inferir que ele seja mais complexo do que um texto co-

⁴⁷ A obra de Veríssimo, “O tempo e o vento” é composta além de “O continente” (2 volumes), “O retrato” (2 volumes) e “O arquipélago” (3 volumes). Porém, neste trabalho faremos menções apenas aos livros pertencentes ao “O continente”, a fim de que não percamos o escopo ou tornemo-lo demasiado grande.

mun⁴⁸ porque é sobrecarregado da função poética da linguagem, onde a ênfase está no elemento estético do texto e não na sua capacidade de transmitir a mensagem. Sendo assim, podemos dizer que o texto literário não se despe aos olhos do leitor com rapidez:

Não se trata do prazer do strip-tease corporal ou do suspense narrativo. Em ambos os casos, não há rasgão, não há margens; há uma revelação progressiva: toda a excitação se refugia na esperança de se ver o sexo (sonho de colegial) ou de conhecer o fim da história (satisfação romanesca). (BARTHES, 2013, p. 16)

Essa conotação sexual, dada por Barthes ao processo de leitura, dá-se, tendo em vista o envolvimento emocional que texto literário pode despertar em seu leitor, mas, sobretudo, a questão do *strip-tease* do texto literário é porque ele é cheio de informações lacunares que vão sendo preenchidas lentamente pelo leitor, muitas vezes sendo necessário mais de uma leitura do mesmo texto. Isso dá características de obra de arte ao texto de Verissimo, pois a obra de arte:

Sem negar a validade dos conceitos ou das ideias racionais, a obra de arte trabalha com a técnica das evocações lacunares, isto é, com não-ditos que pairam, silenciosa e indiretamente articulados em torno de metáforas e imagens que se espelham mutuamente conteúdos de extrema complexidade, mas que não são explicitados em proposições claras. (ROSENFELD, 1997, p. 79)

Ana Terra é um desses textos, que possui informações lacunares e não ditos, que se constroem a partir de metáforas diversas, construindo informações que se preenchem de acordo com o nível do leitor e o objetivo da leitura.

2.1. Lacunas estéticas observadas em “Ana Terra”

Talvez não tenha ficado claro até o presente momento, que iremos analisar a obra e seus personagens e não somente a personagem que dá nome à obra em questão. Também é importante analisarmos que toda a narrativa de “O continente I”, na qual está inserida “Ana Terra”, tem como pano de fundo a luta pela posse da terra (e pelo poder advindo de sua posse), constituindo tal luta em uma tensão constante, castelhanos contra portugueses, farrapos contra imperiais, maragatos contra chimangos, e a própria luta entre as famílias Terra Cambará contra os da família Amaral. Por essa exposição, já podemos ter um panorama da importância do sobrenome Terra, escolhido cuidadosamente pelo autor.

⁴⁸ Não faz parte do escopo deste trabalho discussões sobre o que é um “texto comum”, apenas abordamos algumas características comuns aos textos literários para que estas pudessem servir de subsídio para desenvolvermos nosso raciocínio.

Erico Verissimo tem como característica desenvolver personagens femininas extremamente fortes e com personalidades marcantes, e esse é exatamente o caso de Ana Terra. A família Terra tem suas origens na Capitania de São Paulo, neta de um bandeirante, Juca Terra, que errava pelo continente de São Pedro tropeçando e em busca de terras para tomar posse:

Quando a mulher se queixava de que ele era um vagamundo e tinha bicho-carpinteiro no corpo, o velho Terra meio que entristecia e com sua voz grossa e lenta dizia: “Vosmecê pensa que gosto dessa vida de judeu errante? O que eu quero mesmo é um sítio, uma lavoura, um gadinho e uma vida sossegada. Um dia ainda hei de me estabelecer nos meus campos do Continente”. Dizia isso com orgulho, batendo na guaiaca, onde guardava sua carta de sesmaria. (VERISSIMO, 2004, p. 163)

Juca, efetivamente, não toma posse da terra, porém seu filho Maneco Terra o faz, levando toda a família com ele para a Província de São Pedro do Rio Grande, sendo assim, podemos perceber e já aqui analisar uma informação lacunar, que seria a escolha do sobrenome “Terra” para uma família que estava sempre em busca de terras para sua ocupação e posterior posse e fixação. Sendo assim, podemos analisar que a própria descendência de Ana Terra, no caso em questão sua neta Bibiana Terra confirma essa informação apresentada, porque a moça em questão casa-se com o capitão Rodrigo Cambará, que era um aventureiro que carrega um sobrenome que também é nome de uma árvore e que em algum momento decidiu parar suas andanças e fixar-se em um lugar com uma moça com sobrenome Terra:

A Bibiana vai casar. Não diga! Com quem? Com o Bento Amaral? Não. Com aquele homem bonitão que chegou a Santa Fé. O capitão Rodrigo? Esse mesmo. Diz que vai ser um casamento muito lindo. (VERISSIMO, 2004, p. 321)

Podemos estabelecer uma analogia onde a árvore cambará planta-se na terra, desta forma encerrando a mensagem lacunar existente no próprio sobrenome da família Terra.

A complexidade e extensão da obra são um impedimento de abordar todos os aspectos lacunares que ela apresenta, porém a escolha do próprio nome de Ana pode ser considerada um desses aspectos, o nome da heroína vem do hebraico *Hannah*, que significa graça ou cheia de graça. Ou seja, estamos aqui falando da graça divina, podemos dizer que ela era a “graça da terra” ou que ela evocava uma “terra cheia de graças”. O nome Ana carrega a própria essência da criação, a graça divina. E, é claro, Ana Terra vai carregar algumas características de um herói típico do romantismo⁴⁹ como o conhecemos hoje, ou seja, Ana tem a capacidade de se sacrificar para ajudar seu semelhante, sua família mesmo que a família dela tenha feito várias coisas com as

⁴⁹ Não estamos aqui falando que o livro de Verissimo é um romance romântico, apenas nos referimos a algumas características românticas que aparecem na construção da heroína.

quais ela não concordava ou que a fizeram sofrer. Portanto, tal qual o próprio Cristo, Ana se imola para salvar sua família.

Sobre os sacrifícios de Ana Terra, podemos estabelecer aqui outra analogia em relação ao sobrenome da heroína, pois sendo ela Terra, partimos da premissa de que a própria terra para produzir e dar frutos é “ferida” precisa ser sulcada e arada, podemos dizer, sem medo de errar, que em toda a narrativa de “O continente” nenhum personagem, masculino ou feminino sofre tanto quanto a Ana Terra que resiste a tudo e continua, cria seu filho sozinha e vê sua família prosperar.

E talvez, sejam os Terras os principais responsáveis por todo o legado da família Terra Cambará. Pois é Juvenal Terra que dá apoio político na contenda entre o Rodrigo Cambará e o jovem Bento Amaral, garantindo salvo-conduto a Rodrigo, caso viesse a acontecer alguma coisa com seu oponente. Podemos dizer que há na narrativa uma tensão permanente em volta da terra, pois Juvenal Terra ao sentir-se apoiado por Rodrigo Cambará, volta-se contra os Amarais e sua mágoa com a referida família é por conta de uma disputa de terras:

O velho Ricardo Amaral tirou a terra do meu pai. Botou a corda no pescoço do coitado, quando ele ficou mal de negócios. Todo mundo sabe que a maior parte dos campos que esse velho tem foi roubada. Só sinto é ele não estar aqui pra ouvir estas verdades. (VERISSIMO, 2004, p. 380)

Pela citação da fala de Juvenal é nítida essa tensão em torno da terra, o que dá mais significado ainda à escolha do sobrenome Terra por parte de Erico Verissimo. Continuando a mostrar a crescente influência dos Terras, futuramente na narrativa. É Bibiana, pois, quem cria o filho órfão de Bolívar Cambará, seu neto, afastando-o da influência materna, que na visão de Bibiana era perniciosa. Então, ela em uma jogada de mestre, puxa a criança para o seu lado e a influencia mais do que a mãe, desta forma ela cria o neto, Licurgo sob todo o imaginário Cambará, mas transmitindo a eles seus valores, e, ainda, recupera todo o patrimônio (e mais) da família Terra que havia sido praticamente tomado por Agnaldo Silva, avô de Luzia. Ao analisarmos o personagem Licurgo, podemos perceber que ele tem mais características de um Terra do que um Cambará, pois ele é extremamente teimoso e apegado à terra. Dessa forma podemos perceber como Ana Terra deixa um legado muito grande, que é completado por seus descendentes. Então, para concluir, verificamos que Ana Terra ao sofrer todas as coisas que sofreu na narrativa, floresce e dá frutos, possibilitando que sua família se torne influente no futuro, formando um legado que está ligado à terra.

Insistimos que a família Terra, talvez até prolixamente, é mais importante, ou melhor dizendo, mais atuante na construção do legado da família

Terra Cambará porque os personagens masculinos de Verissimo vêm e vão muito rapidamente, como é o caso do próprio capitão Rodrigo Cambará e não é diferente com Pedro Missioneiro, o par amoroso de Ana Terra. Neste momento podemos abrir uma discussão interessante a partir de alguns questionamentos, por que Ana Terra foi envolver-se com um mestiço entre um bandeirante aventureiro e uma índia? Sendo que ela era uma moça de boa família e, até certo ponto, bem criada. Como na narrativa tudo é orgânico e funcional, a escolha do par amoroso de Ana é extremamente intencional, pois a relação de Ana com Pedro, naquele momento resumia o elemento humano da região, ou seja, a união de portugueses, espanhóis e indígenas já catequisados. Além do que a escolha do nome Pedro, também é intencional e está empenhada na tradição cristã, pois Pedro na Bíblia seria o alicerce da nova religião que Jesus deixava, e Pedro em Ana Terra seria o alicerce sentimental e amoroso no qual a moça depositaria todas as suas energias, levando o sangue indígena com nome português a diante, resumindo, de certa forma, a própria formação do povo brasileiro.

A construção do relacionamento de Ana Terra com Pedro Missioneiro é bem interessante e se faz digno de análise. No início Ana rejeita-o por conta das convenções sociais de seu *status* superior de moça de família. Então ela tentou odiá-lo fazendo a Pedro pequenas maldades, a saber, “Um dia botou-lhe cinza fria na comida. Noutro, sem que ele visse, atirou um punhado de sal no pote em que ele ia beber leite” (VERISSIMO, 20XX, p. 153). Mas isso não quer dizer que ela não o desejava ardentemente:

E numa ocasião em que Pedro se inclinou para apanhar algo que caíra ao chão, e ela viu aparecer uma nesga da carne de seu torso tostado, desejou subitamente cravar-lhe as unhas naquela pele até tirar-lhe sangue. Envergonhou-se imediatamente desse desejo [...] (VERISSIMO, 2004, p. 153)

Dessa forma podemos perceber um “que” de naturalismo e também do que muitos teóricos chamam de neorealismo, mas o fato é que inevitavelmente Ana se relacionaria com Pedro Missioneiro pelos motivos já analisados, ou seja, ela se interessa porque ela é Ana Terra e escolhe alguém crioulo da terra para se relacionar, procriar e deixar seu legado.

3. À guisa de conclusão

Ao idealizarmos e ao construirmos esse trabalho pensamos em duas abordagens teóricas, a hermenêutica e a estética da recepção. A primeira parte da premissa de que o significado de um texto literário não se esgota a partir do que pretendia o autor, e pensa que quando a obra passa de um período histórico para o outro ela vai sofrer interpretações a partir daquele contexto. E quem vai fazer essas interpretações é o leitor, ou seja, entramos na

abordagem chamada estética da recepção ou teoria da recepção, onde, as informações lacunares existentes no texto literários, por exemplo: “Ana Terra”, se autocompletam após a leitura dos outros livros de “O continente”, e também pela própria visão de mundo do leitor e do crítico. Nesse processo o leitor cresce de importância, pois a obra só se realizará plenamente com sua ajuda, e foi o que tentamos estabelecer neste pequeno artigo:

O leitor estabelece conexões implícitas, preenche lacunas, faz deduções e comprova suposições, e tudo isso significa o uso de um conhecimento tácito do mundo em geral e das convenções literárias em particular. O texto, em si, realmente não passa de uma série de ‘dicas’ para o leitor, convites para que ele dê sentido a um trecho de linguagem. (EAGLETON, 2006, p. 116)

Sendo assim, é lógico que o leitor no século XX, à época que obra foi escrita não necessariamente pensaria nesses aspectos lacunares existentes na obra de Erico Veríssimo, pois até hoje esses aspectos são poucos explorados até mesmo pela crítica especializada, esta prendendo-se mais à questão da forma do texto de Erico, à leitura das personagens sob sua visão de mundo, e, talvez, à questão da construção do imaginário coletivo brasileiro, pois a obra de Veríssimo transitou para diversas outras manifestações artísticas e influenciou diversos outros escritores a escreverem romances regionais.

A questão da obra de Veríssimo transitar entre algumas manifestações artísticas é um ponto a ser levado em consideração. Podemos citar como exemplo de obras do autor que transitaram: “Incidente em Antares” e “O tempo e vento”, essas obras foram televisionadas nas décadas de 60, 70, 80 e 90, a primeira foi produzida e exibida pela Rede Globo de Televisão em 1994 em formato de minissérie, com doze capítulos. Já a segunda, foi uma novela em 1967, e também minissérie, produzida e exibida pela mesma emissora em 1985 com 26 capítulos. Sendo que posteriormente, já no ano de 2022 ganhou nova adaptação para a televisão, na mesma emissora e no cinema. Podemos sem dúvida atribuir à obra de Veríssimo o título de clássico da literatura brasileira, pois o clássico tem essa capacidade de resistir ao teste do tempo, de transitar entre as manifestações artísticas, e, ainda, fazer parte da construção do imaginário de uma coletividade.

Sendo assim, não só pelas vias do romance escrito, mas também pela transição da construção literária para a dramaturgia, “O tempo e o vento” veio a fazer parte do imaginário cultural coletivo brasileiro e Ana Terra dentro desse contexto se destaca como obra e como personagem feminina que demonstra valores para a construção de uma sociedade saudável e próspera. Sobre essa questão de construir uma sociedade saudável e próspera, podemos citar dois pontos a partir de Antônio Cândido e Jaime Ginzburg.

Antônio Cândido, intelectual famoso por estabelecer e demonstrar os diálogos existentes entre “Literatura e Sociedade”, que é também título de uma de suas obras mais importantes, da qual fazemos a seguinte citação:

[...] a arte é social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção de mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. (CÂNDIDO, 1980, p. 20)

A citação é profícua e mostra como a obra de arte sai de uma sociedade (produzida por um artista) e depois é consumida por essa mesma sociedade, isso ilustra de maneira muito interessante a ideia que queremos concluir, pois podemos dizer que a obra arte pode estabelecer-se em uma antítese hegeliana, para depois estabelecer-se em uma tese, onde os problemas sociais e as tensões estão resolvidas. Na obra de Verissimo, por exemplo, as questões sobre a terra parecem resolvidas, porém com a exclusão de vozes minoritárias como a voz da família Caré, que aparece apenas marginalmente ao longo de toda a narrativa. E isso nos leva às críticas de Ginzburg, onde para este os problemas sociais não se dissolvem em uma síntese hegeliana e problemas sociais como a luta pela terra, evidenciados na narrativa de Verissimo, não estão solucionados e trazem “controvérsia e incerteza” (GINZBURG, 2017), seja na leitura e análise da obra em questão, seja trazendo esses problemas e tensões (como as sobre a posse da terra por exemplo) para a realidade nacional hodierna.

Ou seja, “Ana Terra” é um clássico que proporciona diversos tipos de questionamentos atuais e sua leitura se faz imprescindível para entendermos o presente, a partir de uma visão histórico-literária no mínimo relevante para a construção do imaginário coletivo brasileiro e da sociedade em si. Ao completarmos as informações lacunares em Ana Terra com nossas leituras e visão de mundo iremos ratificar ou tentar retificar problemas sociais brasileiros que se arrastam desde a colonização, passando pelo império até chegar na república, e, finalmente, em nosso presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 48. ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2012.
- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

XXVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. 2. ed. São Paulo: USP, 2017.

ROSENFELD, Kathrin. Nas malhas da morte: as tramas éticas da figura estética. *Porto Arte*, v. 8, n.15, p. 77-91, Porto Alegre, nov. 1997.

VERISSIMO, Erico. *O continente I*. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

O PAPEL DAS PREPOSIÇÕES COMPLEXAS NA PROGRESSÃO TEXTUAL

Carla Barbosa de Farias Santos (FFP-UERJ)

prof.carlafarias@gmail.com.br

Marcos Luiz Wiedemer (FFP-UERJ)

mlwiedemer@gmail.com

RESUMO

Neste artigo, analisamos o papel fórico das microconstruções (*no caso de, em consequência de, em função de, em lugar de, em razão de*), que compõem o esquema [preposição_(em) + substantivo + preposição_(de) X_(SN)]. Nossa hipótese de análise é de que essas preposições complexas operam na estruturação e na progressão do discurso, atuando como conectores textuais que estabelecem relações lógicas entre diferentes partes do texto. Para tal finalidade, lançamos mão do arcabouço teórico da Linguística Textual, mais especificamente, sobre a foricidade. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa a partir de dados extraídos do *Corpus do Português* (<https://www.corpusdoportugues.org/>). Os resultados evidenciam que as microconstruções analisadas retomam e conectam elementos previamente mencionados ou no desenvolvimento de um detalhamento de uma nova informação, promovendo a progressão textual e o desenvolvimento da argumentação.

Palavras-chave:

Foricidade. Coesão textual. Preposições complexas.

ABSTRACT

In this paper, we analyze the phoric role of microconstructions (*no caso de, em consequência de, em função de, em lugar de, em razão de*), which make up the scheme [preposition(em) + noun + preposition(de) X(SN)]. Our analysis hypothesis is that these complex prepositions operate in the structuring and progression of discourse, acting as textual connectors that establish logical relationships between different parts of the text. To this, we used the theoretical framework of textual linguistics, more specifically, foricity. The methodology used is qualitative, based on data extracted from the *Corpus do Português* (<https://www.corpusdoportugues.org/>). The results show that the micro-constructions analyzed take up and connect previously mentioned elements or detail new information, promoting textual progression and the development of argumentation.

Keywords:

Foricity. Complex prepositions. Textual cohesion.

1. Introdução

As preposições complexas, embora muito comuns em português (Cf. WIEDEMER; PAIVA, 2020; COSTA, 2018), apresentam um estatuto gramatical duvidoso, pois ainda há um debate em relação à forma e ao seu significado (Cf. LEITÃO; SOUZA; KEWITZ, 2018). Em geral, as gramáticas

descritivas assinalam a existência de um *continuum* que varia de unidades livres a unidades fixas, bem como reconhecem a existência de preposições complexas (CASTILHO, 2010; NEVES, 2011). Além disso, essa ideia de um *continuum* tem recebido validação empírica em estudos baseados no uso (WIEDEMER; PAIVA, 2020; WIEDEMER; COSTA, 2019; WIEDEMER; COSTA, 2021, entre outros).

Em relação ao significado, a maioria das preposições complexas, comumente, é vista a partir da localização espacial/eixos espaciais (Cf. TYLER; EVANS, 2003; LEHMANN, 2016; CASTILHO, 2010), em que denotam uma relação de um objeto e uma entidade localizada (Cf. WIEDEMER, 2014). Embora esse modelo possa prever diferentes facetas semânticas das preposições complexas, não apresenta uma sustentação explicativa para significados fora deste escopo, conforme estudos desenvolvidos por Costa (2018), que mostra que as preposições complexas desempenham a função de advérbios preposicionais; por Paiva (2016), de relatores circunstanciais; por Leite & Wiedemer (2021) e Monteiro (2024), do uso como encapsulamento promovido por preposições complexas, bem como as pesquisas desenvolvidas por Silva (2024) que indica o uso em construções de concernência.

Além disso, Santos (2023), atesta que o esquema [preposição_(em) + substantivo + preposição_(de) X_(SN)] instancia noções de conformidade, causa/consequência, contraposição e condição. A autora também indica que essas preposições complexas desempenham um papel crucial na estruturação e na progressão do discurso, atuando como conectores textuais que estabelecem relações lógicas entre diferentes partes do texto.

Sobre isso, retomamos a pesquisa desenvolvida por Santos (2023) e aqui analisamos o papel fórico das microconstruções (*no caso de, em consequência de, em função de, em lugar de, em razão de*). Desse modo, tratamos mais especificamente sobre a questão da retomada dos referentes, conforme podemos observar no enunciado (01), a seguir, em que é perceptível que a construção aqui analisada colabora no processo de progressão textual, conforme o exemplo:

(01) “Essa é uma particularidade das favelas da capital portenha: os moradores muitas vezes se organizam em cooperativas para prestar os serviços que em teoria são função do Estado, praticamente ausente nessas regiões. **No caso da Villa 31**, além dos refeitórios, a coleta de lixo e limpeza do bairro são feitas pelos “vizinhos”. (Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/06/30/como-a-crise-na-argentina-mudou-a-vida-na-favela-mais-antiga-de-buenos-aires.ghtml>)

Em (01), a construção “*no caso de*” inicia um novo segmento e, ao mesmo tempo, exemplifica o tipo de favela “Villa 31”, além de retomar o referente “favelas” e o tópico já introduzido anteriormente no texto: a dis-

cussão sobre a organização comunitária em favelas da capital portenha, ou seja, Buenos Aires. O pronome “essa”, no início do trecho, se refere a uma característica previamente mencionada sobre as favelas. Ao utilizar “no caso da Villa 31”, o enunciador especifica um exemplo dentro desse universo mais amplo, particularizando a discussão e focando na Villa 31 como um caso representativo ou exemplar.

Assim, a preposição complexa atua juntamente como SN e orienta na compreensão dos referentes dentro do enunciado, colaborando na coerência e progressão textual, pois na retomada do termo anterior, uma nova informação é apresentada “a coleta de lixo e limpeza do bairro são feitas pelos “vizinhos”, promovendo assim, uma conexão direta com a informação previamente apresentada. A expressão não apenas retoma o tema das favelas, mas direciona o foco da interpretação para essa favela em particular. Isso cria uma expectativa de que informações adicionais ou detalhadas sobre a Villa 31 seguirão.

Em termos metodológicos, esta pesquisa é de natureza qualitativa a partir de dados extraídos do Corpus do Português (<https://www.corpus-do-portugues.org/>).

2. Foricidade e progressão textual

A foricidade ou a anáfora é um mecanismo linguístico de coesão que contribui para a manutenção dos sentidos e expansão temática textual. Pode ser considerada uma estratégia de remissão de termos anteriores ou subsequentes, estabelecidos dentro do texto (referenciação endofórica) e fora do texto (referenciação exofórica), esta última quando a retomada provém de inferências promovidas pelo contexto discursivo e pela ativação cognitiva do conhecimento prévio do leitor (KOCH, 1994). Nesse sentido, Ferreira e Rebello (2011, p. 13) ponderam que a anáfora ocorre “quando a interpretação de uma expressão depende de outra presente no contexto verbal (o antecedente)”.

De acordo com Ferreira e Rebello (2011), a anáfora é um recurso coesivo que busca promover a unidade temática dos textos, num processo de retomada dos referentes. Além do processo de coesão referencial, as autoras propõem que a anáfora é um mecanismo de organização de ideias. Assim, para as autoras, a anáfora também pode ser tratada como um fenômeno de memória operativa ou de trabalho do leitor/interlocutor do discurso. Essa estratégia é utilizada quando o leitor encontra o referente por meio de inferências e ideias implícitas no contexto discursivo.

Sobre isso, Krüger (2003) afirma que o conceito de anáfora sofre um alargamento, na medida em que as ligações estabelecidas entre os elementos

textuais acontecem com base em processos mais complexos e se desenvolvem no ato comunicativo e em operações sociocognitivas. Dessa maneira, o processo de retomada das anáforas é constituído no texto ou na memória discursiva que o interlocutor tem do referente. A autora preceitua o seguinte entendimento:

Apesar de toda expressão anafórica sofrer forte condicionamento por parte do antecedente ou da sentença em que está inserida, os leitores/falantes são capazes de reconhecer o funcionamento de uma cadeia anafórica que abrange ligações não explícitas. (KRÜGER, 2003, p. 49)

Nesse íterim, Figueiredo (2000) reitera que a definição de anáfora, seja ela textual ou de memória (cognitiva) implica a necessidade de se encontrar no texto ou na memória discursiva a entidade pertinente para a sua interpretação.

Cabe ressaltar que o processo de retomada dos referentes estabelece a continuidade temática no texto. Além disso, a ligação entre a informação nova e a informação dada promove a coerência e coesão textual. Por exemplo, quando um texto introduz um tema e, em seguida, utiliza as microconstruções “no caso de” ou “a respeito de”, ele não só retoma o referente, mas também direciona o foco do leitor para uma informação específica, criando uma expectativa de detalhes ou particularidades sobre aquele ponto.

A foricidade contribui para organizar o fluxo de informações. Assim, a retomada dos referentes, associada ao uso adequado da foricidade, não só estabelece a continuidade temática como também colabora na coesão e na coerência textuais. Vejamos um exemplo:

(02) “Estamos abertos (ao diálogo), mas do ponto de vista do TCE vejo como desnecessário esse debate. De 2014 a 2018, (o TCE) já repassou R\$190 milhões e a nossa disposição atual é de continuar efetuando os repasses, até fazendo intervalos menores do que repassar apenas no final do ano. Até já sinalizei essa disposição (de fazer os repasses em intervalos menores) para o governador. Mas em função dessa discussão se criou uma situação de insegurança. Precisamos ver como ficará nosso orçamento para programar os repasses. Muitas vezes me parece que há uma crítica por haver sobras orçamentárias”.

Em (02), temos o lexema “discussão” retomando de maneira coesiva o item “debate”, num processo de *referenciação endofórica*, pois retoma uma ideia previamente mencionada, no caso, o debate sobre os repasses realizados pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado). A microconstrução “em função dessa discussão” conecta a situação atual (insegurança em relação ao orçamento) à discussão que ocorreu anteriormente.

Essa expressão não só faz a retomada do tópico principal do trecho (o debate sobre os repasses) como também estabelece uma relação causal entre

essa discussão e a insegurança mencionada (Cf. SANTOS, 2023). Já em (03), o referente está fora do texto, em que temos uma *referência exofórica*.

(03) “**No caso do PIS**, para quem é correntista da Caixa, o pagamento foi feito 2 dias antes do restante dos outros trabalhadores”. (Fonte: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2019/06/27/mais-de-16-mil-trabalhadores-ainda-nao-sacaram-o-abono-salarial-pispasep-2018-2019-em-sergipe.ghtml>).

Em (03), os lexemas “Caixa” e “PIS” indicam ao leitor que o foco da discussão está sendo restringido a um aspecto específico, neste caso, o PIS (Programa de Integração Social) da Caixa Econômica Federal. As expressões direcionam a atenção do leitor para uma informação de conhecimento externo ou de conhecimento de mundo, além de indicar uma situação particular dentro de um contexto possivelmente mais amplo.

Assim, o uso de “PIS” pressupõe que o destinatário do enunciado tenha familiaridade com o termo. Isso cria uma dependência de um conhecimento externo ao texto para que a comunicação seja eficaz. Além disso, o termo “PIS” se insere em um contexto sociocultural específico, onde as pessoas conhecem os benefícios sociais relacionados ao trabalho. A referência exofórica, portanto, conecta o enunciado ao mundo real, onde o PIS é uma realidade concreta para muitos trabalhadores brasileiros.

2.1. Tipos de anáforas

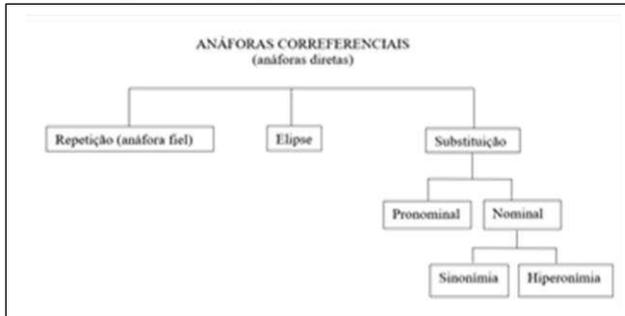
Krüger (2003) esclarece que as anáforas são reconhecidas como um fenômeno de semântica textual de natureza inferencial, sendo capazes de “ativar um novo referente cuja interpretação está dependente de outras expressões referenciais presentes no texto” (FERREIRA; REBELLO, 2011, p. 12). Nesse caso, temos a definição de anáfora indireta ou não-correferencial. Sobre o assunto, Silva e Ferreira (2008, p. 130) apresentam a classificação para essas duas subclasses:

As anáforas diretas caracterizam-se pelo facto de o nome em posição anafórica e o nome em posição antecedente serem co-referentes, ao passo que, nas anáforas indiretas, há uma relação de não-co-referência, estabelecendo-se uma ligação entre o antecedente e a expressão anafórica com base numa relação de implicação. (SILVA; FERREIRA, 2008, p. 130)

2.1.1. Anáfora Correferencial

A anáfora correferencial, também conhecida como anáfora direta, consiste na retomada coespecífica do referente no texto. Marques (2009) apresenta o seguinte esquema ilustrativo:

Figura 1: Tipologia das anáforas correferenciais.



Fonte: Marques (2009, p. 36).

A figura (1) representa a classificação das anáforas em três classes: anáfora por repetição ou anáfora fiel, anáfora por elipse e anáfora por substituição. A anáfora por substituição está subdividida em duas categorias: pronominais e nominais. Esta também se ramifica em anáforas por sinonímia e anáforas por hiperonímia.

A seguir, analisamos um exemplo de *anáfora por repetição*:

(04) “Valores não utilizados pelos fundos FCO, FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) e FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte) no ano em curso seriam direcionados para que os Estados apliquem, como finalidade específica, na implantação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura nos Estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste. “**No caso da Região Centro-Oeste**, o setor produtivo tem acesso aos recursos do FCO desde 2007. O importante é mantê-lo com o setor privado dos Estados. Nossa preocupação é perder até 30% deste recurso, que correm o risco de ficar parados no fundo porque, hoje, os Estados não têm capacidade de investimento”, alertou Longen”. (Fonte: <https://fecomercio-ms.com.br/fecomercio-ms-alerta-para-riscos-de-corte-nos-servicos-do-sistema-s/>)

No exemplo (04), o núcleo nominal Centro-Oeste é reiterado no segmento seguinte com o objetivo de exemplificar e focalizar a região. No processo de retomada dos referentes, a mesma expressão se mantém, trazendo pouco conteúdo novo ao texto. A preposição complexa “no caso de” contribui para o contexto semântico de retomada informacional.

Já em (05), temos um exemplo de *anáfora correferencial por elipse*, processo de retoma por meio do apagamento do termo anafórico.

(05) “O outro ponto importante é desenvolver ainda mais o futebol feminino no País. Atualmente, existem duas divisões nacionais. Na Série A-1 são 16 equipes e o torneio, que foi paralisado em razão do Mundial, está na 9ª rodada. O Corinthians lidera, seguido pelo Santos. Além dos dois rivais, outros exemplos de grandes times que estão na elite são Internacional, Flamengo, Vitória e Sport. Já na Série A-2, a segunda divisão, são 36 clubes e a competição está nas quartas de final. Sobem quatro equipes para a elite. Os jogos são: Ceará x

Cruzeiro, América-MG x Grêmio, Chapecoense x Palmeiras e Taubaté x São Paulo. A disputa será retomada a partir de 12 de julho”. (Fonte: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/esportes/futebol/noticia/2019/06/30/apos-mundial-femini-no-caminho-esta-aberto-para-o-talento-das-jogadoras-do-brasil-382054.php>)

Em (05), a vírgula após a expressão “lidera” retoma anaforicamente o núcleo nominal “torneio” de maneira elíptica. Esse processo tem o objetivo de evitar a repetição vocabular e apesar da supressão do termo, podemos considerar, mesmo que implicitamente, a seguinte sequência: “O Corinthians lidera o torneio seguido pelo Santos”.

2.1.2. *Anáfora não correferencial*

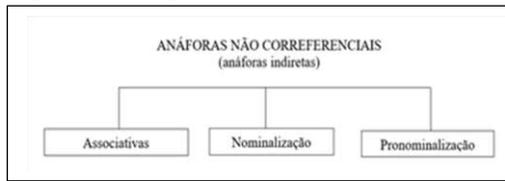
A anáfora não correferencial, também classificada como anáfora indireta, introduz uma entidade ainda não mencionada no texto, mas cuja especificidade depende da entidade denotada pelo antecedente. Diferentemente da anáfora correferencial, que retoma um referente anterior de mesmo valor semântico, apresenta uma *temática* e *remática*, ou seja, uma parte da informação antiga (fornecida pelo antecedente) e uma informação nova (constituída pela entidade nova introduzida pelo antecedente), assegurando, dessa forma, a continuidade e a novidade (Marques, 2009). Por esse motivo, podemos considerar a anáfora indireta um recurso híbrido, tendo em vista, conforme Silva e Ferreira (2008), a relação de não correferência, estabelecida pela ligação entre o antecedente e a expressão anafórica que tem por base uma implicação.

Para Marques (2009, p. 46), existem três propriedades essenciais na definição das anáforas não correferenciais. Vejamos:

- (i) o termo anafórico e o antecedente não possuem a mesma referência virtual;
- (ii) as anáforas indiretas introduzem um referente novo;
- (iii) o processo anafórico estabelece-se com base numa relação de dependência interpretativa, cuja resolução se baseia num cálculo de natureza inferencial (MARQUES, 2009, p. 46)

No entanto, é importante salientar, que a definição de anáfora não correferencial não é consensual entre as variadas áreas de estudos linguísticos. Nesse contexto, esta pesquisa se baseia na proposta de Marques (2009) e Ferreira e Rebello (2011), conforme ilustrado na figura (2) que apresenta o modelo esquemático das anáforas não correferenciais:

Figura 2: Tipologia das anáforas não correferenciais.



Fonte: Marques (2009, p. 36).

A *anáfora não correferencial associativa* estabelece uma relação de implicação (subentendido) entre os lexemas e uma relação da parte do todo. Sendo assim, de acordo com Ferreira e Rebello (2011), caracteriza-se por aspectos particulares de natureza léxico-semântica e conceitual (baseados em conhecimento de mundo e em inferências). Vejamos o exemplo (06):

(06) “Além da continuação de uma estratégia de “eliminação dos subsídios prejudiciais ao ambiente - em particular as isenções e benefícios fiscais associados aos combustíveis fósseis” -, o partido liderado por António Costa quer proceder a uma revisão da fiscalidade sobre os veículos, tendo em vista “reforçar a discriminação positiva dos veículos de melhor desempenho ambiental, mantendo a tributação **em função das** emissões de CO2 e conferindo uma clara vantagem fiscal aos veículos elétricos”. (Fonte: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/ambiente/detalhe/ps-quer-aumentar-impostos-na-poluicao-e-menor-carga-fiscal-sobre-o-trabalho>).

Neste exemplo ocorre uma anáfora não correferencial associativa, tendo em vista que a expressão “emissões de CO2” está ancorada em “eliminação dos subsídios prejudiciais ao ambiente”. Dessa maneira, “em função das emissões de CO2” reativa a expressão destacada, de modo que se relaciona com o antecedente por referência e não por correferência. Nesse sentido, a relação não é de retomada do termo anterior, mas de relação através de elementos semânticos e inferenciais.

Já a *anáfora não correferencial por nominalização* é um fenômeno que contribui para fazer lembrar o ouvinte/leitor o essencial da informação, por meio da síntese de sintagmas, de ligações de partes do texto e resumos de partes do discurso.

(07) “Com os ataques de 11 de setembro de 2001, os “neocons” tiveram o pretexto perfeito para a implementação da sua estratégia de guerra permanente, em substituição ao confronto bipolar da Guerra Fria, voltada para impedir a emergência de um mundo multipolar baseado na cooperação para o desenvolvimento compartilhado, **em lugar da** confrontação bélica favorecida por eles, agenda em pleno vigor”. (Fonte: <https://www.defesa.net.com.br/tecnologia/lorenzocarrasco-sobre-%C2%93trotskistas-de-direita%C2%94e-%C2%93neoconservadores%C2%94>).

Em (07), o termo nominalizado “confrontação” condensa e resume toda a informação apresentada anteriormente. Podemos afirmar também que a

expressão complexa “em lugar de” colabora para a natureza semântica da sumarização e substituição anafórica. Sobre isso, Ferreira e Rebello (2011, p. 18) asseveram que ocorre um “laço predicativo” ou a aparência de uma simples retoma – que é fator de coesão textual – e permite fazer o texto avançar para uma nova direção. Para Marques (2009), alguns autores consideram esse processo como anáfora encapsuladora:

Portanto, o termo anafórico opera uma rotulação do segmento anterior do texto – o antecedente –, empacotando-a numa expressão referencial e, simultaneamente, abre a possibilidade de progressão textual, na medida em que indica ao leitor como a extensão de discurso encapsulada por ele deve ser interpretada, fornecendo o esquema de referência dentro do qual o próximo segmento de texto vai ser desenvolvido. Tal facto explica porque é que alguns autores consideram que este tipo de anáfora se realiza por rotulação encapsulada. (MARQUES, 2009, p. 51)

Ferreira e Silva (2008) asseveram que o processo de encapsulamento sob um rótulo significa que não se nomeia um termo específico, mas referentes textuais ou abstratos, como nomes genéricos, que são relacionados e inferidos pelo contexto textual. As autoras também afirmam que os nomes em posição anafórica constituem rótulos que descrevem como deve ser tomado o enunciado.

A *anáfora não correferencial por pronominalização* é caracterizada pela presença do pronome pessoal ou demonstrativo ao retomar um sintagma nominal. De acordo com Ferreira e Rebello (2011, p. 18), a utilização do pronome nas anáforas não correferenciais é baseado na atribuição de novas categorias aos segmentos do discurso precedente. Vejamos o exemplo (08):

08) “Ou seja, um eclipse observado hoje irá repetir o seu tipo e formato daqui a 18 anos, com um detalhe, ele só não irá ocorrer próximo ao mesmo local, devido o seu ciclo, além dos dias, ter cerca de 8 horas adicionais no dia. No caso de um eclipse solar, isso significa que a região de ocorrência do eclipse solar irá se deslocar a cerca de 120° a oeste, **em razão da terra ter girado** em 8 horas, 1/3 de seu percurso de rotação de um dia”. (Fonte: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/eclip-se-solar-total-ocorre-nesta-ter%C3%A7a-na-am%C3%A9rica-do-sul-1.34.8572>)

Em (08) o pronome demonstrativo “isso” apresenta valor sintético e resume toda a informação anterior sobre o eclipse solar. Além disso, funciona como constituinte de fechamento e continuidade, de forma simultânea. No entanto, Ferreira e Rebello (2011), afirmam que ao contrário da anáfora por nominalização, não acrescenta qualquer conteúdo argumentativo, pois o pronome é isento de determinação semântica.

Sendo assim, as anáforas não-correferenciais apresentam uma referência virtual e uma relação de dependência interpretativa constituída através de subentendidos, pressupostos e inferências.

2.2.A retomada de referentes

Nesta seção, analisamos qualitativamente o processo anafórico que as microconstruções “no caso de”, “em consequência de”, “em função de”, “em lugar de” e “em razão de” apresentam na retomada de referentes. Conforme mencionado, as anáforas constituem uma estratégia discursiva de progressão e coesão textual, tendo em vista que no processo de retomada entre os elementos do texto, os significados são estabelecidos.

Dessa forma, o processo de retomada de referentes impulsiona a progressão textual, bem como o desenvolvimento da argumentação. Conforme observamos, as microconstruções aqui analisadas desempenham papel adverbial, ou seja, complementando a informação textual anterior desenvolvida, a partir de diferentes nuances, seja, apresentando uma causa, seja apresentando uma contraposição ou outros papéis.

Conforme a classificação disposta na figura (1), a anáfora por elipse, ou por substituição pode se subdividir em anáforas pronominais e nominais. Vejamos os exemplos a seguir:

(09) “Como são os personagens de vocês e o que eles estão enfrentando? Hunter Schafer: A Jules é nova na cidade, vai começar o desafio do ensino médio e rapidamente encontra uma melhor amiga, a Rue. A Jules tem uma rotina **em função da** sexualidade dela. Ela quer se sentir bem consigo mesma, então desenvolveu uma rotina para isso, por exemplo se relacionar com homens brancos mais velhos, casados e cisgênero para afirmar a sua feminilidade. Mas esse caminho não é saudável, é tóxico”. (Fonte: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/06/30/penso-no-que-as-pessoas-da-congregacao-va-achar-diz-atriz-trans-de-euphoria.htm?cmpid=copiaecola>).

No enunciado em (09), temos os pronomes “*dela*” e “*consigo*” se referindo a mesma pessoa: Jules. Observamos que o uso do pronome é uma estratégia discursiva de substituição cujo objetivo é evitar a repetição dos vocábulos e estabelecer a progressão textual. Dessa forma, temos uma *anáfora correferencial por substituição de categoria pronominal*.

(10) “A administradora da Administração Geral Tributária (AGT), Inalda Conceição, afirmou que a proposta é consensual e surge **em função do pedido** feito por várias associações do sector produtivo nacional.” (Fonte: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/mais-de-190-empresas-publicas-angolanas-va-ser-privatizadas-460847>)

(11) “Já seu Valmir sofreu uma parada cardiorrespiratória, precisou ser reanimado pela equipe de socorristas ainda no local antes de ser encaminhado às pressas ao HGR. No começo da madrugada de ontem, 30, a vítima morreu **em consequência dos traumas**. A Polícia Militar também esteve no local da ocorrência, isolando a área e relatando os fatos que serão entregues na Delegacia de Acidentes de Trânsito (DAT). (Fonte: <https://folhabv.com.br/noticia/PO-LICIA/Ocorrencias/Dois-morrem-na-Capital-vitimas-de-acidentes/54946>)

No exemplo (10), observamos a *anáfora correferencial por substituição de categoria nominal por sinonímia*. O termo “pedido” foi empregado como sinônimo para retomar a expressão “proposta”. Esse recurso é uma estratégia discursiva de trocar nome por nome, além de evitar a repetição vocabular, mantém o fluxo textual e o valor semântico do referente. O mesmo ocorre em (11), em que o seguimento “em consequência dos traumas” se refere à “parada cardiorrespiratória”. A expressão “traumas” foi utilizada para retomar uma informação já fornecida no texto. Observamos que a própria natureza da construção “em consequência de” colabora com a relação de retomada, uma vez que apresenta o valor de causalidade entre os termos dos enunciados.

(12) “Importante dizer que os gatos costumam se tornar hospedeiros do *Toxoplasma gondii* ao consumirem alimentos contaminados. “Por isso, é importante não dar para eles carne crua”, sugere Lívia. **No caso dos bichanos** criados em lugares onde podem caçar roedores ou aves, a profissional sugere o uso de coleira com guizo, dificultando a captura desses animais – que podem ter um cisto do parasita em seu tecido muscular”. (Fonte: <https://www.otempo.com.br/interessa/toxoplasmose-gatos-nao-sao-os-maiores-viloes-1.2202316>)

(13) “De acordo com o Expresso, 70% dos especialistas não estão em dedicação exclusiva. **No caso dos médicos** hospitalares, a presença intermitente é ainda maior e chega aos 80%. A todos estes profissionais sem exclusividade é permitido trabalhar em simultâneo no privado e trocar as horas extras nas Urgências das suas unidades por outras que pagam mais à tarefa, incluindo no SNS”. (Fonte: <https://zap.aeiou.pt/sns-nunca-tao-medicos-exclusividade-265189>)

No exemplo (12), o termo “bichanos” seguido da construção complexa “no caso de” é hiperônimo do termo “gatos”. Nesse processo, recruta-se o termo “gatos” pertencente a uma categoria mais específica de bichos. A retomada através do termo generalizado é um mecanismo de substituição e além do valor semântico de exemplificação que “no caso de” introduz, também evita a repetição vocabular e promove a progressão textual. Nesse caso, podemos classificar a estratégia de retomada como *anáfora correferencial por substituição de categoria nominal por hiperonímia*. Segundo Marques (2009, p. 42):

A utilização de hiperônimos é um recurso que contribui para assegurar a coesão textual, verificando-se que o hiperônimo pode substituir o hipônimo em todos os contextos, mas o hipônimo não pode substituir o hiperônimo, uma vez que o hipônimo tem um sentido mais genérico. (MARQUES, 2009, p. 42)

Em (13) também temos o mesmo funcionamento, uma vez que a exemplificação apresentada pelo termo “médicos” retoma anaforicamente “especialistas” através de uma hiperonímia. Nesse sentido, há uma relação de sentidos entre um termo mais abrangente com um termo mais específico.

Já as anáforas classificadas como *não correferenciais ou infiéis*, apresentam um mecanismo de retomada da informação antiga e acréscimo de uma informação ainda não mencionada no texto, ou seja, uma informação nova. Vejamos os exemplos (14) a (18).

(14) “A mudança não vai afetar procedimentos considerados urgentes, como manifestações em processos em que o réu esteja preso, audiências e licitações. No caso da Justiça, a medida se aplica a todas as comarcas, mas o funcionamento dos gabinetes no Tribunal de Justiça fica a cargo dos desembargadores. O TJ é a instância mais alta do Judiciário estadual”. (Fonte: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2019/06/30/horario-de-atendimento-da-justica-e-do-mp-serao-reduzidos-durante-o-mes-de-julho. ghtml>)

Em (14), temos a construção “no caso da Justiça” ancorado de forma associativa em “processos”, por meio de uma implicação estabelecida pelo contexto discursivo e pela natureza semântica e conceitual termo “processos”. Essa relação é baseada através do conhecimento de mundo e através de inferências, pois o lexema “Justiça” ativa cognitivamente vários outros elementos semânticos, como “processos”, “réus”, “audiências” e “procedimentos”, que servem como apoio para a interpretação do contexto.

(15) “Os governadores afirmaram que o debate sobre a reforma da Previdência é importante para o país, mas que o foco deve ser outro. “Em lugar de medidas contra os mais frágeis, consideramos ser fundamental que setores como o capital financeiro sejam chamados a contribuir de modo mais justo com o equilíbrio da Previdência brasileira”. (Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/14/governadores-nordeste-reforma-da-previdencia-capitalizacao.htm?cmpid=copiaecola>)

Já em (15), temos uma *anáfora não correferencial por nominalização*. A construção “em lugar de medidas” retoma o segmento “debate sobre a reforma da Previdência” através de um laço predicativo, pois além de retomar o termo anterior, apresenta valor semântico de substituição e permite que o texto avance com novas informações. Além disso, o termo nominalizado “medidas” condensa as informações apresentando um valor resumitivo.

(16) “Eis que, em 28 de maio de 2019, este Desembargador Erivan Lopes estava no Plantão Criminal do Tribunal de Justiça, conforme escala previamente definida por sorteio e devidamente publicada no Diário de Justiça, quando recebeu no período do plantão dois pedidos de habeas corpus, um de Luís Nunes Neto e outro de Madson Roger da Silva Lima, havendo deferido liminar em ambos os processos para substituir a prisão preventiva por outras medidas cautelares. Em razão dessas liminares, o Promotor de Justiça Galeno Aristóteles externou todo seu inconformismo nos autos dos habeas corpus, chegando a pedir reconsideração para este Desembargador, ...”. (Fonte: <https://cidadeverde.com/noticias/302743/fui-vitima-de-uma-calunia-diz-desembargador-erivan-lopes>)

(17) “Segundo essa teoria, em momentos de rápido desenvolvimento econômico haveria uma escassez de mão de obra qualificada. Como o mercado de

trabalho não encontrava trabalhadores qualificados para preencher esses postos de trabalho, estaria disposto a pagar mais por profissionais qualificados e, **em função disso**, pessoas com graduação em áreas estratégicas, por exemplo, poderiam ter salários muito altos”. (Fonte: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2019/06/as-razoes-da-desigualdade-de-renda-do-trabalho-sao-politicas-e-nao-educacionais/>)

(18) “Carlos Almeida afirma que é nas urnas que o PSD de Castelo Branco quer ganhar as eleições, **não na barra dos tribunais**. “Somos um partido moderado. Até ao momento, nunca pedimos a demissão de Luís Correia, apesar de todas as polémicas conhecidas. Mas, **em função desta condenação**, somos consequentes com os nossos princípios e não podemos permitir que a imagem de Castelo Branco continue a ser manchada”, frisa, sublinhando que “ao contrário do que muitos possam pensar, não estamos satisfeitos com esta situação”, defendendo que “o PSD quer o melhor para Castelo Branco”. (Fonte: <https://www.reconquista.pt/articles/politica--psd-pede-demissao-de-luis-correia-->)

No trecho em (16), temos o tipo mais comum de anáfora: a *anáfora não-correferencial por pronominalização*. A construção focalizada “*em razão dessas liminares*” com valor semântico de causa, retomando e apontando simultaneamente para o termo “liminares” por meio do pronome “dessas”. Em (17), a construção “em função disso” apresenta o pronome demonstrativo “isso” funcionando como um encapsulador anafórico resumitivo. Além de retomar toda a informação apresentada, resume todo conteúdo informacional através do elemento anafórico. Em seguida, apresenta uma nova informação, como resultado da coisa, estabelecendo uma relação de causa e consequência.

Já em (18), um exemplo de anáfora não correferencial por pronominalização. O pronome demonstrativo “desta” aponta cataforicamente para o elemento subsequente “condenação”. É interessante observar que o segmento “não na barra dos tribunais” também está intrinsecamente relacionado com a construção “em função desta condenação”, uma vez que o enunciado aponta para um discurso político que implica penalidade na justiça.

Observamos, nos exemplos analisados, que a retomada do referente da anáfora não correferencial acontece através de uma relação interpretativa e por meio de inferências, tendo em vista que o antecedente não possui a mesma referência virtual. Nesse sentido, todos os elementos do contexto discursivo contribuem para a implicação e análise dedutiva.

3. Considerações finais

As preposições complexas aqui analisadas desempenham um papel crucial na estruturação e na progressão do discurso, atuando como conectores textuais que estabelecem relações lógicas entre diferentes partes do texto.

Ao analisar sua função fórica, podemos observar como elas retomam e conectam elementos previamente mencionados ou no desenvolvimento de um detalhamento de uma nova informação. As anáforas não-correferenciais ou infiéis, como a associação, a nominalização e a pronominalização, mostram como essas expressões não apenas retomam, mas também agregam novas informações ao texto, expandindo a compreensão do leitor.

Já as anáforas correferenciais, como a repetição direta, a elipse e a substituição por pronomes ou termos sinônimos, ilustram como essas micro-construções são utilizadas para fazer referência a conceitos ou termos anteriores, mantendo a coesão textual e promovendo uma transição entre as ideias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

COSTA, F. R. G. *Os advérbios preposicionais antes de, diante de, em frente a/de e em face de: gradiência e fixação de padrões construcionais*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

FERREIRA, L. C. V.; REBELLO, L. S. *Anáfora: mecanismo coesivo de referência textual*. Especialização (Gramática e Ensino de Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.

FIGUEIREDO, O. M. F. G. *A Anáfora nominal em textos de alunos: a língua no discurso*. Tese (Doutorado em Linguística Geral e Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras. Universidade do Porto. 2000.

KOCK, I. *A coesão textual*. (Repensando a língua portuguesa). 7. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

KRÜGER, S. L. *Anáforas indiretas e sua ancoragem a antecedentes implícitos*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

LEHMANN, C. *Complex prepositions from Latin to Castilian*. Societas Linguistica Europea, 2016.

LEITÃO, M. L.; SOUZA, J. L. KEWITZ, V. Preposições complexas: moldes e modos. In: TENUTA, A.M.; COELHO, S.M. (Orgs): *Uma abordagem cognitiva da linguagem: perspectivas teóricas e descritivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2018. p. 157-180

LEITE, J. G.; WIEDEMER, M. L. Encapsulamento e sequenciação retroativo-propulsora de objetos de discurso: o uso de construções com preposições complexas na articulação textual. In.: ABREU, M.T.T.V.; CORREIA, C.M.C. (Orgs): *Contribuições da semiótica ao ensino de português no mundo*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2021. p. 548-69

MARQUES, I. G. *Anáfora Associativa – propostas de abordagem em contexto escolar*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística e Ensino) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

MONTEIRO, L. O. M. *Encapsulamento e sequenciação retroativo-propulsora: o uso de construções com preposições complexas na articulação textual*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2024.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2011.

PAIVA, M. P. *Relatores circunstanciais: a gradualidade categorial das preposições acidentais*. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – UERJ, 2016.

SANTOS, C. B. F. *Uma abordagem construcionista da gramática para preposições complexas [no caso de, em consequência de, em função de, em lugar de e em razão de]*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, F.; FERREIRA, I. A. *Anáfora nominal e modificação adjectival*. Universidade do Porto. Faculdade de Letras. 2008.

SILVA, M. E. O. *Construções de concernência: retomada e especificação na articulação textual*. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2024.

TYLER, A.; EVANS, V. *The semantics of English prepositions: Spatial scenes, embodied meaning, and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

WIEDEMER, M. L. Para uma visão conceptual das preposições que complementam verbos de movimento no português brasileiro. *Veredas*, v. 18, p. 102-22, 2014.

_____; COSTA, F. R. G. O advérbio preposicional 'antes de' em construções hipotáticas de realce não finitas. *Revista Odisséia*, v. 4, p. 89-110, 2019.

_____; _____. Gradiência contextual e mudança construcional em advérbios preposicionais. *Estudos da língua(gem)*, v. 19, p. 333-60, 2021.

_____ ; PINTO DE OLIVEIRA, M. P. O estatuto categorial das preposições acidentais/atípicas: a proposição dos -relatores circunstanciais- como classe gramatical. *Confluência*, v. 59, p. 105-15, 2020.

**O PRIMING SEMÂNTICO E A COMPETÊNCIA LEXICAL:
AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS**

Cristiane Rozenfeld (UFMG)
cristiane.rozenfeld@gmail.com

RESUMO

O ensino do léxico da língua portuguesa requer abordagens pedagógicas direcionadas a práticas ativas, voltadas objetivamente ao desenvolvimento da competência lexical dos alunos de língua portuguesa. O objetivo deste artigo é mostrar a contribuição que a análise do *priming* semântico tem a oferecer ao desenvolvimento da competência lexical dos alunos de língua portuguesa à luz da teoria *Lexical Priming*. Para atingir este objetivo, fundamentamo-nos na teoria *Lexical Priming* de Hoey (2005), que norteou a pesquisa. O foco deste trabalho são as expressões idiomáticas, definidas como unidades lexicais de caráter sintagmático indecomponíveis, formadas por dois ou mais elementos constituintes, cujo significado global é diferente da soma dos significados de cada um de seus elementos constituintes. Como conclusão, unindo a teoria à prática, apresentamos algumas propostas de atividades didáticas para o ensino de língua portuguesa centradas nas expressões idiomáticas.

Palavras-chave:

Ensino. *Lexical priming*. *Priming* semântico e ensino de línguas.

ABSTRACT

Teaching the lexicon of the Portuguese language requires pedagogical approaches directed towards active practices, objectively focused on the development of the lexical competence of Portuguese language students. The aim of this paper is to show the contribution that the analysis of semantic priming has to offer to the development of the lexical competence of Portuguese language students in light of the *Lexical Priming* theory. To achieve this objective, we follow Hoey's *Lexical Priming* theory (2005), which guided the research. The focus of this work is the idiom, defined as an indecomposable lexical unit, formed by two or more constituent elements, whose global meaning is different from the sum of the meanings of each of its constituents. In conclusion, combining theory and practice, we present Portuguese language teaching activities centered on idioms.

Keywords:

Teaching. *Lexical priming*. *Semantic priming* and language teaching.

1. Introdução

O trabalho com o léxico em sala de aula requer abordagens pedagógicas direcionadas a práticas ativas, voltadas objetivamente ao desenvolvimento da competência lexical dos falantes de língua portuguesa. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê 41 habilidades voltadas ao estudo da palavra no ensino fundamental, conforme aponta Liska (2017, p. 148). Esse

número corresponde a quase dez por cento das 416 habilidades de Língua Portuguesa estabelecidas pela BNCC. Entre essas habilidades, destacam-se o reconhecimento, a identificação e a inferência dos sentidos das palavras e das combinações de palavras; a análise de seus processos de formação; e a identificação e utilização de recursos de coesão e coerência lexicais (Cf. LISKA, 2017, p. 148).

Esses dados evidenciam a importância de desenvolver práticas pedagógicas focadas no ensino do léxico, com o objetivo de aprimorar a competência lexical dos alunos de língua portuguesa, sendo este artigo parte de uma iniciativa nesse sentido.

Dentro da tipologia de unidades lexicais, escolhemos as expressões idiomáticas – unidades fraseológicas com sentidos conotativos – como objeto de estudo. A escolha se justifica pelas possibilidades didáticas que essas unidades oferecem, além de contribuir para o aprofundamento dos estudos descritivos sobre o léxico.

O objetivo deste artigo é, portanto, mostrar a contribuição que o conceito de *priming* semântico tem a oferecer ao desenvolvimento da competência lexical dos estudantes de língua portuguesa à luz da teoria Lexical *Priming* de Hoey (2005).

2. A teoria lexical *priming* e o *priming* semântico

Michael Hoey publicou seu trabalho *Lexical Priming: A New Theory of Words and Language* em 2005, fundamentando-se na premissa de que as línguas são compostas por um léxico complexo e sistematicamente organizado, e que a gramática seria fruto dessa organização. Tal formulação contraria a visão tradicional de que a gramática é o único elemento estruturado da língua, justificativa que, segundo Hoey (2005, p. 9), ainda sustenta seu papel central no ensino de idiomas.

A teoria Lexical *Priming* é baseada no conceito de efeito *priming*, fenômeno do inconsciente humano, estudado em campos como neuropsicologia e psicologia social desde a publicação de *The Organization of Behavior* por Donald Olding Hebb em 1949. Hebb, neuropsicólogo canadense conhecido por desenvolver a teoria hebbiana do aprendizado, pesquisou o papel dos neurônios em processos psicológicos como memória e aprendizado.

Como dito, o efeito *priming* é um fenômeno relacionado ao inconsciente humano. Schaidhauer *et al.* (2015, p. 285), que estudam o efeito *priming* no comportamento do consumidor, explicam que o fenômeno ocorre quando uma representação mental interna é ativada por um estímulo, fazen-

do com que a pessoa seja influenciada a responder a estímulos subsequentes sem estar ciente disso.

O quadro seguinte sintetiza as considerações acima sobre o efeito priming:

Quadro 1: O efeito *priming*.

Estímulo inicial (<i>prime</i>)	Respostas ao estímulo (alvo)	ao	Estímulos posteriores	Reações aos estímulos posteriores
odores	despertar memórias	de	itens em promoção	decisões de compra
imagens	despertar desejos	de	oferta de um produto	dar um “like”
sons	reações		exposição a notícias	clicar em um link

Fonte: Elaboração própria.

O quadro 1 ilustra como imagens, sons e conceitos têm o poder de despertar memórias, despertar desejos e provocar reações positivas ou negativas nas pessoas, que por sua vez reagem a novos estímulos, como a oferta de produtos em promoção ou a exposição a alguma notícia.

Em suma, o efeito priming acontece quando um estímulo inicial influencia as respostas de um indivíduo a estímulos subsequentes, provocando reações ou alterações em seu comportamento. É importante frisar que o indivíduo não tem controle sobre sua reação. O efeito priming é, por isso, uma propriedade do inconsciente (Cf. SCHAIDHAUER *et al.*, 2015, p. 285).

2.1. O *priming* semântico

Como visto, o efeito *priming* é provocado por diversos estímulos, incluindo os de origem ambiental. Por sua vez, o *priming* semântico acontece a partir da relação semântica entre as palavras.

Por exemplo, a palavra “cachorro” facilita o reconhecimento da palavra “osso”, mas o mesmo não aconteceria com o par “cachorro-céu”. O fato foi comprovado em experimentos que mediram o tempo de reação e a precisão de respostas em tarefas de leitura, como demonstrado por Holderbaum (2009, p. 11).

Deduz-se que, quanto maior a proximidade semântica entre duas palavras, mais rápida e precisa será a resposta do indivíduo ao processamento da palavra-alvo.

Para incorporar o *priming* semântico no ensino do léxico em língua portuguesa, podemos fazê-lo a partir dos conhecimentos prévios dos alunos

sobre palavras. Este seria o ponto de partida de nossas atividades, com o objetivo de desenvolver a competência lexical, ampliando o capital lexical dos estudantes.

Os contextos e co-textos em que novas palavras ou expressões surgem também serão usados como estímulos iniciais, permitindo que os alunos incorporem novas palavras ou significados ao seu léxico ativo, como ilustra o quadro 2:

Quadro 2: efeito *priming* e o ensino do léxico.

	Estímulo inicial (<i>prime</i>)	Resposta ao estímulo (<i>alvo</i>)	Estímulos posteriores	Reações aos estímulos posteriores
Efeito <i>priming</i> e ensino do léxico	conhecimento prévio sobre palavras	Percepção de novos sentidos, novas palavras, novas formas de combinar as palavras	Atividades de leitura e escrita que considerem os conhecimentos prévios e os novos	Desenvolvimento da competência lexical, com a ampliação do <i>priming</i> para palavras novas e conhecidas

Fonte: Elaboração própria.

O quadro 2 ilustra como o fenômeno do *priming* semântico está relacionado com o ensino do léxico. Com base nos conhecimentos prévios que os alunos já possuem sobre o léxico de sua língua, é possível promover a percepção de novas palavras ou de novos significados e usos para palavras conhecidas por meio de atividades que exploram suas relações semânticas.

3. *O desenvolvimento da competência lexical e a Teoria Lexical Priming*

O repertório lexical dos indivíduos é dividido em três categorias, conforme argumenta Ferraz (2010): léxico ativo, léxico de reserva e léxico passivo. O léxico ativo compreende as palavras que o falante utiliza de forma eficaz tanto na fala quanto na escrita. O léxico de reserva inclui as palavras que o falante conhece, mas usa predominantemente em contextos escritos. O léxico passivo engloba as palavras que o falante reconhece, mas não tem plena certeza sobre seu uso ou significado, e por isso, não as utiliza. Com base nessa classificação, o principal desafio no ensino de línguas, tanto materna quanto estrangeira, é expandir o repertório lexical dos aprendizes, promovendo a transferência de palavras do léxico passivo e de reserva para o léxico ativo (Cf. FERRAZ, 2010, p. 1847-8).

Para isso, é fundamental que os textos selecionados estejam adequados ao nível de conhecimento dos alunos. Se as expectativas dos alunos em relação às palavras que ocorrem no texto são incessantemente quebradas na leitura, o estímulo oferecido pelo texto pode não ser suficiente para desenca-

dear o efeito de *priming* semântico, pois o aluno pode não conseguir ativar as representações mentais necessárias para interpretar o texto.

Considerando esses aspectos, é possível entender por que algumas atividades alcançam os resultados esperados com certos alunos, mas não com outros. Alguns estudantes podem não ter em seu repertório lexical as palavras ou o conhecimento extralinguístico necessário para servir como estímulo inicial, trazendo respostas inesperadas. Essas questões podem orientar o professor que busca compreender por que determinadas atividades funcionam para uns e não para outros.

Vale lembrar que nenhuma expectativa em relação à interpretação de texto é definitiva, já que o efeito *priming* é uma propriedade do inconsciente humano, como alertam Schaidhauer *et al.* (2015, p. 285), e há outras variáveis a serem consideradas. Em suma, é legítimo concluir que o conceito de *priming* semântico exerce influência no desenvolvimento da competência lexical.

4. As expressões idiomáticas: conceito

Polguère (2018, p. 58-9) explica que as expressões idiomáticas funcionam como unidades lexicais completas, o que justifica a ideia de que a leixa é um tipo de locução. No entanto, nem toda locução é uma expressão idiomática. Como exemplo, o autor cita a locução verbal “moer os ossos”, que é uma expressão idiomática, e a locução nominal “água de coco”. A principal diferença entre elas está no caráter idiomático: o significado global da expressão idiomática é diferente da soma dos significados de seus componentes. Já a locução nominal é um conjunto pré-estabelecido cuja função é nomear algo.

Segundo Xatara (1998, p. 170) a expressão idiomática é uma combinação fechada, com distribuição única ou bastante restrita. Por essa razão, “é impossível inserir elementos externos nas expressões idiomáticas” (XATARA, 1998, p. 149), como em “chutar o balde [longe?]”. Também não é permitido substituir seus componentes, como em “sair da aba [boné?] de alguém”, nem alterar as categorias gramaticais dos seus elementos, como em “cair bem [bom?]”.

Acrescentando, Ferraz (2012 p. 66) enfatiza que “as expressões idiomáticas são leixas complexas cristalizadas, com significados estáveis devido à sua frequência de uso, o que as torna consagradas”. O autor também destaca que “a repetida utilização dessas unidades lexicais as consagra pela tradição cultural, promovendo sua cristalização em um idioma e assegurando sua estabilidade”.

Em suma, os pesquisadores concordam em alguns pontos sobre a conceituação das expressões idiomáticas:

a) a lexia é um tipo de locução, ou seja, são lexias complexas que funcionam como um elemento da frase;

b) o seu significado global é conotativo, não podendo ser deduzido a partir dos significados individuais de seus componentes;

c) o seu significado é estável, cristalizado pela frequência de uso, o que se confirma por sua característica de reprodutibilidade.

5. *Propostas de atividades*

Como encerramento deste artigo, apresentamos algumas propostas de atividades didáticas para o ensino de língua portuguesa centradas nas expressões idiomáticas.

- *Trabalhando com as expressões idiomáticas na música*

Figura 1. Rita Lee.



Rita Lee é uma das musicistas brasileiras mais bem-sucedidas em vendas da história, com 30 discos lançados e cerca de 55 milhões de cópias vendidas. Além de ser um ícone na música, ela sempre esteve envolvida em causas sociais, e suas músicas, que falam muito sobre independência feminina, têm sido presença garantida nas paradas desde os anos 70.

Aqui está uma nuvem de palavras que resume sua carreira e contribuições à sociedade:

Figura 2.



Responda, considerando as palavras da nuvem:

1. Rita Lee se dedicou a quais movimentos musicais?
2. Quais as habilidades musicais de Rita Lee?
3. A cantora também se dedicou a movimentos sociais. Quais são eles?
4. Você já ouviu as expressões ovelha negra, chove-não-molha e lero-lero? O que elas significam?
5. Pelas palavras apresentadas na nuvem, tente adivinhar o tema da música que iremos ouvir agora.

Agora, ouça a música e veja se a letra aborda os temas que você pensou.

Saúde

(Rita Lee/Roberto de Carvalho)

Me cansei de lero-lero
Dá licença, mas eu vou sair do sério
Quero mais saúde
Me cansei de escutar opiniões
De como ter um mundo melhor
Mas ninguém sai de cima, nesse chove não molha
Eu sei que agora eu vou é cuidar mais de mim
Como vai? Tudo bem
Apesar, contudo, todavia, mas, porém
As águas vão rolar, não vou chorar
Se por acaso morrer do coração
É sinal que amei demais
Mas enquanto estou viva e cheia de graça
Talvez ainda faça um monte de gente feliz
Fonte: <https://www.letras.mus.br/rita-lee/118834/> acesso em 10/08/2024.

• ***Contextualizando e refletindo sobre a canção***

1. Como os cantores lançam suas músicas hoje? Qual é a diferença em relação ao tempo em que Rita Lee lançou a sua música?
2. Na primeira estrofe da música, o eu lírico afirma que vai sair do sério. Qual é a razão?
3. Qual é o tema do lero-lero?
4. Na visão do eu lírico, por que as opiniões sobre como ter um mundo melhor são um lero-lero?
5. Ainda segundo o eu lírico, além de dar opiniões, as pessoas agem para que um mundo melhor seja uma realidade ou ficam apenas no chove não molha?
6. O que o eu lírico quer dizer quando ele anuncia: “quero mais saúde”? Por que o título da música é “saúde”?

7. A decisão do eu lírico de querer mais saúde está relacionada com a ideia: “Mas enquanto estou viva e cheia de graça, talvez ainda faça um monte de gente feliz”. Como essas ideias representam uma mudança na vida do eu lírico?

8. No ano em que a música foi lançada, o Brasil atravessava um período histórico conhecido como Ditadura Militar. À época, Rita Lee teve algumas de suas músicas censuradas pelo regime autoritário. Comparando aquele período com o momento atual, o lero-lero sobre como ter um mundo melhor valeu a pena ou foi tudo só um chove não molha? Explique seu ponto de vista.

9. Na segunda estrofe, por que o eu lírico conclui que independentemente dos seus desejos, as águas vão rolar?

10. Complete este parágrafo, que resume o sentido geral da canção, com as expressões sublinhadas na letra da música:

Em resumo, podemos concluir que o eu lírico está exausto de tanto _____ e de discussões que só ficam no _____ e não resolvem nada. Por isso, o eu lírico decide optar pela sua saúde, afastando-se de todo mal estar, pois _____ de qualquer jeito e ele não vai se entristecer mais.

11. Você concorda com a atitude do eu lírico de afastar-se de discussões infrutíferas? O que você faria diante da mesma situação?

As atividades são flexíveis e refletem o conceito de ensino da língua portuguesa focado no léxico. Vale destacar que as respostas às atividades são abertas, com o objetivo de estimular a reflexão sobre a língua e, por extensão, sobre o mundo ao nosso redor.

6. Considerações finais

O léxico é mais do que o conjunto de palavras de uma língua. É a base que sustenta a clareza, a riqueza e a precisão da comunicação. Conhecer as palavras é ter consciência de que elas são os instrumentos que utilizamos para expressar pensamentos, emoções e informações.

A competência lexical também envolve a compreensão de como as palavras se relacionam e se combinam entre si e saber adaptá-las ao contexto comunicativo. O desenvolvimento da competência lexical é, portanto, uma prioridade no ensino de línguas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRAZ, Aderlande. El desarrollo de la competencia léxica desde el uso del material auténtico en la enseñanza de PLE. In: IX Congreso Internacional de Lingüística General 2010. Universidad de Valladolid. p. 1846-59.

_____. Caracterização de unidades sintagmáticas no discurso publicitário. In ISQUERDO, A.; SEABRA, M. *Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande, UFMS, 2012. Vol. VI.

HEBB, Donald. The Organization of Behavior: A Neuropsychological Theory. *Journal of applied behavior analysis*. New York: John Wiley & Sons, 1949. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/sce.37303405110> Acesso em: 04/10/2024.

HOEY, Michael. *Lexical Priming. A new theory of words and language*. London: Routledge, 2005.

HOLDERBAUM, Candice. *Efeitos de priming semântico em tarefa de decisão lexical com diferentes intervalos entre estímulos*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Porto Alegre-RS, 2009. 60p.

LISKA, Geraldo. Léxico e ensino de palavras e sentidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). In: FERRAZ, A. *O léxico do português em estudo na sala de aula II*. Araraquara: Letraria, 2017.

POLGUÉRE, A. *Lexicologia e semântica lexical: Noções fundamentais*. São Paulo: Contexto, 2018.

SCHAIIDHAUER, José Carlos; DAMACENA, Cláudio; BRONZATTI, Rafael. Pré-ativação: o efeito priming nos estudos sobre o comportamento do consumidor. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 15, n. 1, p. 284-309. Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844503016>. Acesso em 28/10/2024.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O estudo de vocabulário*. São Paulo: Cortez, 2021.

XATARA, Claudia. Tipologia das expressões idiomáticas. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 42, p. 169-76, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4274/3863>. Acesso em 13 out. 2024.

**OBJETOS DE CONHECIMENTO DISCURSIVOS
E O LIVRO DIDÁTICO: O CASO DA MODALIZAÇÃO**

Noelma Oliveira Barbosa (FURG)
noelma_barbosa@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado que investiga o Eixo da Análise linguística/semiótica em livros didáticos (LD) aprovados no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Objetivamos investigar como advérbios modalizadores são explorados pelo LD, se como objeto de modalização ou apenas de morfossintaxe. O corpus do estudo constitui-se de dois LD do 8º ano do ensino fundamental de uma coleção avaliada no âmbito do PNLD 2020 e 2024. A investigação, de natureza documental e descritiva, apresenta análise qualitativa, a partir do aporte teórico-metodológico da Análise Dialógica do Discurso (ADD), com base em Mikhail Bakhtin (2011) e releituras, e dos estudos de Castilho e Castilho (2002), de Castilho (2000), Koch e Elias (2024) e de Koch (2013). Os resultados apontam que ainda falta nesse material didático implementação mais efetiva desse objeto de conhecimento, no tocante ao trabalho com o advérbio enquanto estratégia de modalização e quanto algumas reflexões voltadas a determinações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Palavras-chave:

**Projeto enunciativo-discursivo. Objeto de conhecimento.
Ensino de Língua Portuguesa.**

ABSTRACT

This paper is included in a doctoral research project which investigates the topic of linguistic/semiotic analysis in textbooks approved by the National Textbook Program (PNLD, in Portuguese). The aim was to investigate how modal adverbs are approached in the textbooks, whether as an element of modalization or merely as an element of morphosyntax. The corpus of the study is composed of 8th grade two textbooks from a collection evaluated by the PNLD 2020 and 2024. The research, based on documental and descriptive data, has a qualitative analysis, supported by the theoretical-methodological framework of Dialogical Discourse Analysis (DDA), as outlined in Mikhail Bakhtin (2011) and reinterpretations, and the studies of Castilho and Castilho (2002), Castilho (2000), Koch and Elias (2024 and Koch (2013). The results indicate that this teaching material still lacks more effective implementation of this object of knowledge, in terms of working with the adverb as a modalization strategy and in terms of some reflections focused on determinations of the National Common Core Curriculum (BNCC, in Portuguese).

Keywords:

**Object of knowledge. Portuguese language teaching.
Enunciative-discursive Project.**

1. Introdução

O processo linguístico da modalização é inerente à interação verbal e orienta o propósito enunciativo na construção dos sentidos, materializando-se em marcas do posicionamento do enunciador frente àquilo que se diz. No ensino de Língua Portuguesa, esse fenômeno constitui-se um dos novos objetos de conhecimento propostos pela BNCC para a educação básica. Nosso interesse em elegê-lo como objeto de pesquisa deve-se a sua importante contribuição para o trato das questões enunciativo-discursivas no ensino de língua, perspectiva esta assumida por este documento curricular normativo.

Nesse sentido, nosso objetivo é compreender como os advérbios modalizadores são abordados pelo LD, se como objeto de conhecimento ‘modalização’ ou apenas ‘morfossintaxe’. O *corpus* analisado constitui-se de LD do 8º ano do ensino fundamental da coleção “Se liga na Língua: leitura, produção de texto e linguagem” e é parte de uma pesquisa de doutorado (em andamento) que estuda o advérbio em função de modalização em coleções didáticas aprovadas no âmbito do PNL D 2020 e 2024. A escolha do exemplar de 8º ano se justifica pelo fato de serem os adjuntos adverbiais usualmente conteúdos programáticos para esse ano de escolaridade. Nesse ponto, o nosso propósito foi observar como as determinações da BNCC, no que se refere à modalização enquanto objeto de conhecimento, vem sendo incorporadas ao LD. Disso resulta o propósito de se analisar paralelamente duas edições de uma mesma coleção.

A partir do nosso referencial teórico-metodológico e do objeto de análise que produzimos (i) buscamos observar se o livro apresenta um capítulo (doravante cap) em que o advérbio aparece como conteúdo de reflexão sobre a língua, (ii) procedemos à busca, nesse material, pela palavra ‘modalização’ e pelas hab que a abarcam enquanto objeto de conhecimento, em seguida, pela palavra ‘advérbio’. Tal metodologia considera a “coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica” das coleções, previstas no Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação dos LD do PNL D 2024–2027, segundo o qual a coleção deve “indicar as competências e habilidades específicas que serão trabalhadas em cada capítulo ou unidade da coleção (ou outra segmentação equivalente)” (p. 38). Por fim, procedemos com a análise dos resultados, verificando se os advérbios encontrados apresentam função modalizadora e se esta é percebida e explorada pelo livro nos exercícios que propõe e nas orientações didáticas que os acompanham.

2. *Linguagem e o dialogismo bakhtiniano*

Na perspectiva bakhtiniana, não há separação entre língua e fala, mas o interesse pela linguagem, como resultado do encontro entre os sujeitos, via interação verbal. Essa orientação vê a palavra de forma sempre dinâmica, dentro de um contexto social, histórico e ideológico, como uma espécie de ponte entre os sujeitos, cujo diálogo flui sempre intencionalmente a partir do que, com quem e para quem enunciar.

Nesse processo, um enunciado “de forma alguma pode ser considerado uma combinação absolutamente livre de formas da língua”, diz Bakhtin (2011, p. 285). O enunciado é pleno de tonalidades dialógicas, e sem levá-las em conta é impossível entendê-lo. A nossa própria ideia, seja ela de qualquer natureza, “nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de encontrar o seu reflexo também nas formas de expressão verbalizada do nosso pensamento” (p. 298). Nesse sentido, é o elemento expressivo que determina a composição e o estilo do enunciado. Esse elemento é, por assim dizer, “a relação subjetiva emocionalmente valorada do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado” (BAKHTIN, 2011, p. 289). É essa relação valorativa do falante com o objeto do seu discurso que determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado.

Dada as tonalidades dialógicas do enunciado, o objeto do discurso não se torna pela primeira vez objeto do discurso em um dado enunciado, e um dado falante não é o primeiro a falar sobre ele. Bakhtin adverte que o objeto do discurso do falante “já está ressalvado, contestado, elucidado e avaliado de diferentes modos”; tanto se torna um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos, como nele “se cruzam, convergem e divergem diferentes pontos de vista, visões de mundo, correntes” (BAKHTIN, 2011, p. 300).

Sobral e Giacomelli (2016, p 1079) corroboram ao afirmarem que, no processo interdiscursivo, os enunciados que criamos não são palavras e frases como vindos de gramáticas ou dicionários, mas “a partir de seu uso em enunciados concretos, reais, ditos por alguém em algum momento e lugar a alguém com uma dada intencionalidade, carregados de valor, de valoração”. É nesse sentido que, conforme Bakhtin, o enunciado é uma realidade sónica e todo signo é ideológico, pois recebe uma valoração social, sua natureza é estar carregado de valores e relacionado a um contexto.

Conforme esse pensamento, não há dizer ingênuo, todo enunciado atende a um projeto de dizer, é ideológico. Sobral e Giacomelli (2024, p. 8/9) explicam que, ao ser usado nas interações, o enunciado traz consigo “a valoração dos envolvidos e de seu histórico de uso. (...) um enunciado ou

signo que não assumir um acento subjetivo (valoração, sentido ideológico), não tem vida, desfaz-se”. Ao mesmo tempo, esses pesquisadores advertem que “o signo interior, para deixar de ser uma experiência apenas subjetiva (...) deve integrar-se aos contextos dos enunciados”. Nesse sentido e conforme Volóchinov (2021, p. 181), “nunca pronunciamos ou ouvimos palavras, mas ouvimos uma verdade ou mentira, algo bom ou mau, relevante ou irrelevante, agradável ou desagradável e assim por diante”. Conforme esse estudioso, a forma linguística deve ser assimilada somente como um signo mutável e flexível, pois é apenas a palavra repleta de conteúdo e de significação ideológica ou cotidiana que nos atinge, que compreendemos e respondemos.

De acordo com Geraldi (2019, p. 87-93), a categoria do discurso colocou um terceiro elemento entre o sistema da língua e seu uso, como uma mediação entre a língua e a fala. Esta não mais dicotomicamente “um simples uso livre daquela, mas regulada pelo discurso” a que cada fala se subordina. Assim, “é mais ou menos óbvio que toda a fala se organiza em função dos objetivos a serem atingidos, constrangido o discurso à situação de sua produção”. Nesse processo, “os sujeitos operam com recursos expressivos segundo um conjunto de constrições que não são apenas de ordem gramatical”, mas que presentificam no discurso, e se materializa em textos. Para esse pensamento, o que importa quando falamos é o sentido que se constrói em cada interlocução.

Geraldi (2019) afirma ainda que o desenvolvimento de estudos sobre a língua tem requerido a compreensão de fenômenos que vem contribuindo para a expansão de seu objeto. “Do interior mesmo do projeto de descrição da língua emergiram fenômenos significativos que exigiram a inclusão do discurso para que a própria língua fosse descrita e seus fenômenos explicados.” (GERALDI, 2019). Como exemplo desses fenômenos, o autor cita (entre outros) ‘as modalidades’, “recursos através dos quais se marca no enunciado a atitude do locutor face ao que profere” (GERALDI, 2019), processo por meio do qual se movimenta diferentes recursos linguísticos, desde prosódicos a morfossintáticos.

3. *Os modalizadores no projeto enunciativo-discursivo: caso do advérbio*

A modalização é um fenômeno linguístico-discursivo que consiste em exprimir uma avaliação sobre o conteúdo de uma palavra ou de uma sentença. Mesmo não sendo uma categoria estrutural da gramática, quase sempre está alicerçada na alocação cuidadosa de recursos gramaticais ou lexicais propícios aos efeitos de sentido pretendidos.

A Gramática Clássica descreve esse processo ao distinguir dois componentes da sentença: o componente proposicional, constituído de sujeito + predicado, e o componente modal (*modus*), que é uma avaliação sobre o conteúdo e sobre a forma proposicional. Esse segundo componente ocorre em dois modos: (1) “o falante apresenta o conteúdo de P” numa forma asseverativa, interrogativa e jussiva, ao mesmo tempo (2) “o falante expressa sua atitude com relação ao conteúdo proposicional, avaliando seu teor de verdade, ou expressando um julgamento sobre a forma escolhida para a verbalização desse conteúdo”. O processo (1) é habitualmente designado por modalidade, e o processo (2) por modalização (Cf. CASTILHO; CASTILHO, 2002, p. 201; CASTILHO, 2000, p. 155-6).

Para Castilho e Castilho (2002, p. 201), essa distinção é “um pouco especiosa, pois de qualquer forma há sempre uma avaliação prévia do falante sobre o conteúdo da proposição que ele vai veicular”, decorrendo daí suas “decisões sobre afirmar, negar, interrogar, ordenar, permitir, expressar a certeza ou a dúvida sobre esse conteúdo etc.”. Por isso, esses autores tomam os termos modalidade e modalização sinonimamente como ‘modalização’. Nesse entendimento, são chamados modalizadores os elementos que marcam o posicionamento enunciativo ou sinalizam o modo como aquilo que se diz é dito.

Conforme Koch (2013, 50-2), o estudo das modalidades vem desde a lógica clássica e permeia toda a linguística moderna. A autora aponta os principais tipos de modalidade, as quais se apresentam (lexicalizam) como: necessário/possível; certo/incerto, duvidoso; obrigatório/facultativo. Esses podem ser observados no discurso por diversas formas de expressão, como “certos advérbios ou locuções adverbiais (talvez, provavelmente, certamente, possivelmente etc.); verbos auxiliares modais (poder, dever, etc.); construções de auxiliar + infinitivo [ter de + infinitivo, precisar (necessitar) + infinitivo; dever + infinitivo, etc.]” (KOCH, 2013, 50-2) ou outros, como orações modalizadoras (tenho a certeza de que..., etc.). Para essa autora, um mesmo conteúdo proposicional pode ser veiculado sob modalidades diferentes. Da mesma forma, uma mesma modalidade pode ser expressa por meio de recursos linguísticos variados (advérbios, adjetivos, verbos etc.) e um mesmo indicador modal pode imprimir modalidade diferente, como em “os candidatos devem comparecer em traje social (é obrigatório)”, “o tempo deve melhorar amanhã (= é possível)”, “vamos, a reunião deve estar começando (= é provável)”.

No que se refere aos advérbios, o Projeto da Gramática do português culto falado no Brasil (que é uma amostra do corpus do Projeto Nurc-Brasil) ordena os advérbios predicadores (tradicionalmente reconhecida por sua função semântica de modificação) em modalizadores (predicação por avalia-

ção da classe-escopo), quantificadores (predicação por quantificação da classe-escopo) e qualificadores (predicação por qualificação da classe-escopo). Contudo, Castilho (2000, p. 155) adverte que essas designações se remetem a processos semânticos não excludentes, não opositivos e não negativos. Equivale a dizer que um mesmo item “pode desencadear mais de uma significação, gerando outras tantas ambiguidades que tipificam as línguas naturais como produtos de situações sociais” (CASTILHO, 2000, p. 155).

Logo, o valor semântico dos advérbios ou expressões adverbiais vai depender da significação mais saliente representada em contexto e do modo de interação em curso. Porém, estudos de Castilho e Castilho (2002) apontam que os modalizadores são os advérbios predicativos mais frequentes na amostra do referido Projeto. “Há casos em que o escopo dos advérbios modalizadores pode estar só no enunciado (a sentença, ou um constituinte da sentença) ou, simultaneamente, no enunciado e na enunciação (o falante, a relação comunicativa entre o falante e o interlocutor)” (CASTILHO, CASTILHO, 2002, p. 244). Neste último caso, gera-se um valor semântico complexo.

Com base nessa investigação, esses autores apresentam o seguinte quadro: (1) Modalizadores epistêmicos, expressam uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição, são eles: (a) asseverativos - indicam que o falante considera verdadeiro o conteúdo de P, apresentado por ele como uma afirmação ou uma negação, consiste numa necessidade epistêmica e expressa alta adesão do falante a esse conteúdo; (b) quase-asseverativos – indicam que o falante considera o conteúdo de P quase certo, próxima à verdade, por isso, ele não se compromete com a verdade ou falsidade dessa proposição, disso resulta a baixa adesão do falante com relação ao conteúdo verbalizado; (c) delimitadores – estabelecem os limites dentro dos quais se deve encarar o conteúdo de P e implicam uma negociação entre os interlocutores, necessária à manutenção do diálogo. (2) Modalizadores deônticos, indicam que o falante considera o conteúdo de P como um estado de coisas que deve/precisa ocorrer obrigatoriamente. (3) Modalizadores afetivos, verbalizam as reações emotivas do falante em face do conteúdo de P, subdividem-se em: (a) subjetivos – expressam uma predicação dupla, a do falante em face de P e a da própria proposição; (b) intersubjetivos – expressam uma predicação simples, assumida pelo falante face a seu interlocutor, a propósito de P.

Ainda que a tradição gramatical já considerasse o estudo das chamadas modalidades, foi com as pesquisas da Linguística nas últimas décadas que a modalização se tornou recurso importante no trato das questões enunciativo-discursivas. No que se refere ao ensino de Língua Portuguesa, esta constitui-se um objeto de conhecimento previsto na BNCC, assim, um dos

encaminhamentos necessários na elaboração do material didático de Língua Portuguesa.

4. *(In)determinação sobre modalizadores na BNCC*

A BNCC é o documento com força regulatória que orienta as políticas públicas em educação, a organização curricular dos estados e municípios, formação de educadores e a produção de material didático em geral. No trato do ensino da Língua Portuguesa, adota a concepção enunciativo-discursiva de linguagem e por meio dela propõe estar alinhada com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN.

Nessa perspectiva, muitos dos objetos de conhecimento apresentados no documento são influenciados pelos gêneros textuais/discursivos e pela situação de produção. A intenção é a de que as habilidades de aprendizagem propostas não sejam “desenvolvidas de forma genérica e descontextualizada, mas por meio da leitura de textos pertencentes a gêneros que circulam nos diversos campos de atividade humana” (BRASIL, 2018, p. 75). Com isso, esse dispositivo legal propõe que a demanda cognitiva das atividades de leitura aumente progressivamente, passando de processos de recuperação de informação, a processos de compreensão e de reflexão sobre o texto (como análise, articulação, apreciação e valorações estéticas, éticas, políticas e ideológicas). Esse documento, além dos objetos de conhecimento mais clássicos (como os fonológicos e morfossintáticos) aponta também para objetos de conhecimento mais contemporâneos, fruto do desenvolvimento dos estudos linguísticos, como a modalização e as múltiplas semioses.

No que se refere à modalização enquanto objeto de conhecimento, esta aparece em cinco habilidades do referido documento, todas dentro de práticas de linguagem que contemplam o eixo da Análise linguística/semiótica, são elas: (EF07LP14) e (EF08LP16) para todos os campos de atuação; (EF89LP16) para o campo jornalístico-midiático; (EF89LP31) para o campo das práticas de estudo e pesquisa e (EF69LP28) para o campo de atuação na vida pública. Observamos que todas essas habilidades destinadas ao 8º ano contam (dentre outros) com o advérbio enquanto conteúdo para se trabalhar a modalização, seja com menção direta ao termo ‘advérbio’ ou ‘locações/orações adverbiais’ (caso das duas primeiras) ou com expressões adverbiais que ilustram conteúdos apropriados para os tipos de modalização pretendida: modalização epistêmica e modalização deôntica (caso das duas últimas).

O documento não diz o que define com modalização, mas afirma que a análise linguística/semiótica envolve o conhecimento que se desenvolve

transversalmente aos dois eixos – leitura/escuta e produção oral, escrita e multissemiótica. Nesse sentido, afirma que:

O Eixo da Análise Linguística/Semiótica envolve os procedimentos e estratégias (meta)cognitivas de análise e avaliação consciente, durante os processos de leitura e de produção de textos (orais, escritos e multissemióticos), das materialidades dos textos, responsáveis por seus efeitos de sentido, seja no que se refere às formas de composição dos textos, determinadas pelos gêneros (orais, escritos e multissemióticos) e pela situação de produção, seja no que se refere aos estilos adotados nos textos, com forte impacto nos efeitos de sentido (BRASIL, 2018, p. 80)

Entretanto, como é sabido, esse documento não dá encaminhamentos metodológicos de como realizar esses procedimentos e os próprios conteúdos constantes nas habilidades são possibilidades, alternativas de conteúdos adequados ao alcance de tais habilidades. As orientações didáticas sobre quais desses recursos ou sequência de conteúdos trabalhar são parte das informações de responsabilidade dos currículos locais, da elaboração dos materiais didáticos (a exemplo do LD) e, por fim, do planejamento da escola. No que se refere à modalização no LD, a seção a seguir analisa se os exemplares em pauta trabalham o advérbio como recurso de modalização e como o fazem.

5. *Resultados e discussões*

O LD “Se liga na Língua: leitura, produção de texto e linguagem”, corpus de análise nessa investigação, organiza-se em oito capítulos. Cada um destes apresenta as seções “Leitura 1” e “Leitura 2” (com exceção do cap. 7, que apresenta apenas uma seção com esse título), seguidas da subseção “Textos em conversa” e depois da seção de reflexão sobre a língua, intitulada “Falando sobre a língua”. Ao buscarmos pelas hab. que trabalham objeto de conhecimento modalização e trazem o advérbio como um de seus conteúdos, encontramos no manual do professor a indicação da (EF08LP16), a ser trabalhada nos cap. 5 e 6; a (EF89LP16), proposta para o cap. 2, 4, 6 e 7; a (EF89LP31) para os cap. 6 e 7, e a hab. (EF69LP28) para os cap. 3 e 4. Estes cap. (na ordem de 2 a 7) estão organizados pelos gêneros: Roteiro de cinema, estatuto/regulamento, reportagem, crônica reflexiva, artigo de opinião e debate, respectivamente.

Buscamos pela palavra advérbio(s) e encontramos doze ocorrências, das quais duas aparecem em orientações didáticas ao longo do livro, quatro delas em atividades para o aluno (p. 92, 134, 159 e 169) e dessa apenas nas duas primeiras o advérbio apresenta função modalizadora, as demais ocorrências estão no manual do professor.

Observamos que o advérbio não aparece como conteúdo destacado em nenhum dos cap., embora o manual do professor assim o apresente, a exemplo do item “advérbios como modalizadores que reforçam a argumentação” (p. XCI), apresentado como dos conteúdos do cap. 6. Entretanto, não encontramos ocorrência sobre advérbio no referido cap, apenas os códigos das hab (EF08LP16), (EF89LP16) e (EF89LP31) a serem contempladas no referido cap, porém atendidas por outros conteúdos modalizadores que não o advérbio.

Ainda neste ponto, o manual traz como um dos objetivos do cap. 2 “analisar a modalização realizada na resenha crítica por meio do emprego de advérbios” (p. LXXXI). Ao que observamos, não há ocorrências de uso desse recurso sinalizada neste cap., que vem organizado pelo gênero “roteiro de cinema” e não pela “resenha crítica”. Os advérbios com função modalizadora trabalhados nos exercícios estão recortados nas figuras 1 e 2, embora não considerados nas orientações didáticas ou previstos apenas em partes pelas hab. apontadas pelo manual do professor para os respectivos cap ou seções. Segue a figura 1.

Figura 1: Advérbio expressando modalização deôntica em texto legal.

6. Releia o seguinte trecho.

IV. O livro emprestado deve obrigatoriamente ser devolvido no balcão de empréstimo;

6a. Não. *Obrigatoriamente* reforça o valor do verbo auxiliar *deve*, que já é suficiente para indicar conduta obrigatória.

a) O trecho trata de uma conduta indispensável. Se o **advérbio** *obrigatoriamente* fosse excluído, esse sentido seria eliminado? Justifique sua resposta.

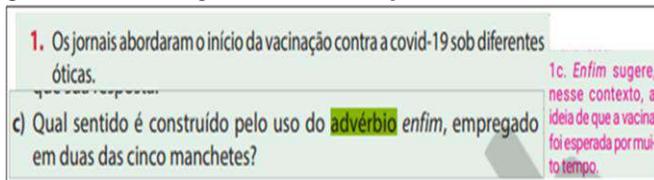
Fonte: Ormundo e Siniscalchi (2022, p. 92).

Esta questão foi recortada do cap. 3, que se apresenta organizado pelo gênero “regulamento”. Como se observa na sugestão de resposta, o LD coloca a ênfase da questão no ‘ser suficiente’ ou não para “indicar conduta obrigatória”, caso em que o advérbio “obrigatoriamente” (modalizador deôntico) apenas reforçaria esse sentido, que não se perderia caso esse advérbio “fosse excluído”.

Entendemos que a questão poderia ser uma oportunidade de se explorar essa co-ocorrência entre esses recursos voltados uma mesma indicação de “conduta obrigatória”, por que utilizá-la e o que ela diz sobre o propósito enunciativo. Percebe-se que, com a exclusão do “obrigatoriamente”, mesmo permanecendo o sentido de “conduta indispensável”, o enunciado sofreria mudança de sentido e esse é (deveria ser) o propósito da questão. Observamos também que os conteúdos e objetivos eleitos para este cap. não enfati-

zam tais efeitos de sentido e as orientações didáticas para esse exercício também não mencionam essa questão 6. Vejamos situação similar no recorte da figura 2 a seguir.

Figura 2: Advérbio expressando modalização afetiva em texto noticioso.



Fonte: Ormundo e Siniscalchi (2022, p. 134).

O exercício recortado nessa figura, que pertence à seção “Leitura 2” do cap. 4 (organizado pelo gênero “reportagem”), apresenta manchetes de alguns jornais que, o dia 18 de janeiro de 2021, destacaram o início da vacinação contra a covid-19 no Brasil. As duas manchetes mencionadas na questão desse recorte pertencem aos textos apresentados na decorrer da seção, são elas: “Enfim, a vacinação” e “Enfim, a notícia que o Brasil mais espera”, dos jornais Estado de Minas e Diário Pernambucano, respectivamente. Como se observa, o exercício pede o sentido “construído pelo uso do advérbio *enfim*” e sugere como resposta “a ideia de que a vacina foi esperada por muito tempo”. Entendemos que essa resposta, em si, é genérica e considera o contexto da publicação das notícias, mas não o propósito enunciativo específico do enunciador, ou seja, a ideia de que tal advérbio (nessa interação verbal) verbaliza uma avaliação fundamentada na percepção que o falante tem de P (Cf. CASTILHO; CASTILHO, 2002), no sentido de que há ênfase do conteúdo proposicional, resultando como efeito de sentido a alta adesão do enunciador a esse conteúdo, o que expressar um juízo de valor do sujeito ou instituição que assume tal autoria frente ao dito.

No manual do professor, esse LD diz que a exploração das leituras de reportagens permite aos alunos “a observação de escolhas efetuadas com o objetivo de promover efeitos específicos (informar, sensibilizar, problematizar, polemizar etc.)”. Nessas leituras incluem o estudos da capas de jornais, “por meio das quais chamamos a atenção para linhas editoriais distintas”. Afirma ainda que o capítulo contribui para “o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico” do estudante (p. LXXXV).

Dentre os objetivos propostos nesta seção, o livro traz (dentre outros) “perceber em texto jornalístico as posições assumidas por meio das modalidades apreciativas”, o que nos parece ser o caso dessa questão da figura 2. Porém, a sugestão de resposta colocada não atinge essa perspectiva e não há orientação didática específica colocada para tal exercício. Vê-se nesses dois

exercícios recortados acima que estão muito a cargo do professor que vai trabalhar com o livro, do seu compromisso e entendimento acerca dessas questões, explorar os efeitos de sentido expressos por esses modalizadores e desenvolver estratégias pedagógicas para a sua compreensão.

A figura 3, por sua vez, ilustra caso de que o advérbio (dentre outros) é lembrado nas orientações didáticas como recurso que pode expressar marca de subjetividade, mesmo não sendo apontado na questão do exercício, uma sugestão para o professor ampliar a discussão com os estudantes sobre essas questões e sobre o gênero envolvido.

Figura 3: O advérbio entendido como marca de subjetividade.

4. Há marcas de subjetividade no texto?

5. O texto explora a interlocução com o leitor, estimulando a formação de uma opinião sobre o conteúdo? Explique sua resposta.

5. Não. O texto oferece informações que não podem ser discutidas. Para fazer uso da biblioteca, a pessoa deve aceitar e seguir as regras.

Questão 4 – Verifique se os estudantes compreendem bem o conceito de subjetividade perguntando que tipo de pistas poderiam evidenciá-la. É esperado que citem o uso de primeira pessoa, de adjetivos ou advérbios que marquem opinião, entre outros.

Fonte: Ormundo e Siniscalchi (2022, p. 91).

O recorte da figura 3 pertence ao mesmo exercício da figura 1, ou seja, recortada do cap. 3, que vem organizado pelo gênero “regulamento” e apresenta para esse exercício um recorte de regimento de uma biblioteca pública. As duas questões aí apresentadas são oportunas à discussão sobre os usos e efeitos de recursos linguísticos que marcam posicionamentos enunciativos, como advérbios. A primeira dela, ao interrogar: “Há marcas de subjetividade no texto?”, sugere que os estudantes, orientados pelo professor, retomem ao texto, onde certamente irão encontrar operadores ou expressões que ilustrem modalizadores, sobretudo os deônticos, que lexicalizam obrigatoriedade (Cf. KOCH, 2013; CASTILHO E CASTILHO, 2002) e são comuns nesse tipo de gênero. Esses procedimentos, reforçados pelas orientações didáticas ao professor, em torno da questão 4 oferecem subsídio para uma discussão satisfatória acerca do gênero “regimento”, sua esfera de utilização e contexto de produção, instigados na questão 5.

Esses recortes foram realizados a partir da versão mais recente da coleção em pauta, ou seja, a do PNLD 2024. Verificamos que os cap aqui recortados, o 3 e 4, organizados nesta versão pelos gêneros reportagem e regimento, respectivamente, foram organizados na versão anterior pelos gêneros debate e estatuto. Na primeira versão desse material, há dez ocorrências para a palavra advérbios, dessas, cinco estão no manual do professor e as demais estão distribuídas no corpo do livro, entre questões de exercício, sugestões

de respostas e orientações didáticas. Porém, em nenhum desses casos esse recurso é destacado como marcas de posicionamento enunciativo ou estratégia de modalização.

6. Conclusão

O estudo dos dois exemplares da coleção didática em pauta nos mostra que o advérbio é tomado como recurso de expressividade e estratégia de modalização para compreensão de efeitos de sentidos apenas em partes, destacados em questões de exercícios apenas na última versão. Em ambos os casos, essas questões carecem de um diálogo mais efetivo entre o manual do professor, exercícios postos para o aluno e as orientações didáticas e lembretes das hab contempladas com tais exercícios. Isso nos leva a entender que o advérbio enquanto recurso de modalização, nos termos da BNCC, ainda não foi efetivamente incorporado às atividades do LD.

As hab da BNCC são apenas apresentadas em códigos nas seções do livro e não estão claramente vinculadas com as questões dos exercícios que as contemplam. Nesse sentido, a investigação (em andamento) nos diz que esse material carece ainda de diálogo mais efetivo entre a adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor por meio do manual com a coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica no decorrer do livro, no sentido de orientações didáticas, apontamentos sobre as hab e atividades que compõem os cap e seções do exemplares didáticos. Com tais observações, sugere-se que essas questões possam ser revistas na produção desse material didático, a fim de garantir o diálogo fluido entre as informações do manual do professor e os conteúdos postos pelo livro, assegurando que todas as habilidades e objetos de conhecimento dispostos na BNCC sejam efetivamente incorporados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Introdução e trad. de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Edital de Convocação 01/2022 – CGPLI*. Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD 2024-2027. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. 2017. Disponível em: <http://basenacional.comum.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 mai. 2024.

CASTILHO, A. de. O modalizador realmente no Português Falado. *Alfa*, n. 44, p. 147-69, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4203>. Acesso em: 27 mai. 2024.

CASTILHO, A. de; CASTILHO, C. M. de. Advérbios modalizadores. In.: ILARI, Rodolfo. (Org.). *Gramática do Português Falado*. Vol. II. Campinas: UNICAMP, 2002.

KOCH, I. *A inter-relação pela linguagem*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

ORMUNDO, W. SINISCALCHI, C. *Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem*. Ensino Fundamental – Anos Finais. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2022.

_____. *Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem*. Ensino Fundamental – Anos Finais. São Paulo: Moderna, 2018.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. O que é trabalhar textos da perspectiva da Enunciação: uma proposta teórico-prática. *Domínios de Linguagem*, v. 18, p. 1823, Uberlândia, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/72438>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso – ADD. *Domínios de Linguagem*, v. 10, n. 3, p. 1076-1094, jul./set., Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/33006>. Acesso em: 25 set. 2014.

VILÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2021.

OS ESTUDOS HISTÓRICO-COMPARATIVOS NO SÉCULO XIX E O SURGIMENTO DA LINGUÍSTICA HISTÓRICA

José Mario Botelho (FFP-UERJ)
jomartelho@gmail.com

RESUMO

Discorrer sobre os estudos histórico-comparativos, que se desenvolveram no século XIX com o método histórico-comparativo, remete-nos ao advento da Linguística Histórica (ILARI, 1992; FARACO, 2005; BASSETTO, 2001). De fato, poder-se-á verificar que, por volta da metade do século XIX, os estudos acerca das línguas originárias do latim – línguas românicas – se faziam sob uma orientação histórica, e por isso, eram estudos romanísticos daquela Linguística Histórica Românica, também denominada Filologia ou Linguística Românica, que é a própria Linguística Histórica ou Comparativa, elemento de reflexão do presente estudo.

Palavras-chave:

Filologia. Linguística Histórica. Estudos histórico-comparativos.

RESUMEN

Hablar de los estudios histórico-comparativos, que se desarrollaron en el siglo XIX con el método histórico-comparativo, nos lleva al advenimiento de la Linguística Histórica (ILARI, 1992; FARACO, 2005; BASSETTO, 2001). De hecho, se puede comprobar que, hacia mediados del siglo XIX, los estudios sobre las lenguas originarias del latín lenguas romances – se realizaban bajo una orientación histórica, y por tanto, eran estudios romanísticos de esa Linguística Histórica, también llamado Filología o Linguística Románica, que es la propia Linguística Histórica o Comparativa, elemento de reflexión en el presente estudio.

Palabras clave:

Filología. Linguística histórica. Estudios histórico-comparativos.

1. *Introdução*

Os estudos das divergências entre línguas da mesma origem, que já aconteciam muito antes do advento da Linguística saussuriana do século XX, são um exemplo de atividade especificamente filológica, porquanto somente um linguista-filólogo estaria capacitado para efetivar esse trabalho, cuja natureza histórico-comparativa é inegavelmente linguístico-filológica. Ou seja, trata-se de um trabalho do filólogo, porque constitui uma análise linguística das línguas que se efetiva sob a orientação da Filologia fundamentalmente. Tal estudo foi expressivo entre os comparativistas do início do século XIX e já tinha sido usado no final do século XVIII pelo incipiente comparativista Sir Willian Jones, orientalista e juiz inglês da Suprema Corte em exercício em Calcutá-Índia, que comparou o sânscrito com outras línguas e concluiu

existir a protolíngua indo-europeu – língua hipotética de um povo ariano que habitava no centro do continente asiático por volta do 2.500 a.C. e que migrou para as terras da Europa.

Sabe-se que o século XIX foi marcado pela “Gramática Comparativa” ou “Linguística Comparativa” dos neogramáticos alemães. Essa corrente procurava estabelecer as origens das línguas a partir da comparação entre elas, como o fez Franz Bopp (1816) com a sua obra sobre o sistema de conjugação do sânscrito em comparação com o grego, o latim e o germânico. Desse estudo, corrobora-se a existência do indo-europeu e a importância do sânscrito na identificação das línguas indo-europeias.

Também é daquele estudo de Bopp que surge a Filologia Moderna em 1816.

De certo que, ainda hoje, se acredita que a Linguística, como estudo científico, ou seja, a Linguística moderna, tenha surgido cem anos depois com os estudos de Ferdinand de Saussure e seu *Curso de Linguística Geral* (1916) – obra póstuma, reunida de suas aulas por um discípulo: Charles Bally, que nem mesmo foi seu aluno nos dois cursos ministrados até 1910. Logo, Filologia e Linguística se distinguem, mas são áreas de estudos afins. Primeiramente, constatamos o elo comum entre elas: o estudo da língua, como um sistema de possibilidades linguísticas.

Observamos, também, que o campo de estudo da Filologia, contudo, é mais amplo, pois cabe à Filologia, por exemplo, o estudo de ortografia e certos aspectos literários, e à Linguística, os fenômenos de mudança no uso da língua ao longo do tempo (numa perspectiva diacrônica) e o estudo descritivo das estruturas linguísticas e o seu funcionamento (numa perspectiva sincrônica). Contudo, pode-se constatar a existência de uma interdisciplinaridade entre Linguística e Filologia (Cf. ALTMAN, 2004; BOTELHO, 2008b).

Sobre a Romanística e os estudos que se desenvolveram sob esse rótulo no final do século XVIII, por volta de 1786, como uma Romanística moderna (que no século seguinte se denominaria Linguística Românica), pode-se dizer que estreou com os estudos do comparativista Sir William Jones (Cf. FARACO, 2005, p. 132). Esse momento, que precede o surgimento da Linguística Histórica (ou Diacrônica), com a elaboração e consolidação do método histórico-comparativo dos neogramáticos, marca o início das atividades da Linguística em si.

Para essa tarefa, vou desenvolver o referido tema, tendo como *leitmotiv* a leitura do texto “Os grandes períodos da linguística histórica”, do item 5, em Faraco (2005). A partir da leitura desse texto, será traçado um breve

histórico dos estudos acerca da linguagem, que, naquela época, se caracterizavam como estudos linguístico-filológicos romanísticos, mas que não tinham tal denominação. Também não eram propriamente linguísticos nem filológicos; não havia uma delimitação do que seria a Filologia, mais especificamente a Filologia Românica, e também nos faltava uma fundamentação teórica, própria da Linguística, já que o termo “linguística” ainda não tinha sido criado, o que veio a acontecer por volta de 1873, do francês: *linguistique* (Cf. MACHADO, 1973?). Todavia, a atividade dessa Linguística propriamente inicia-se nos fins do século XVIII com Sir William Jones (1786), desenvolve-se no início do século XIX com o estudioso alemão Franz Bopp (1816), e se estabelece no início do século XX, com linguista suíço Ferdinand de Saussure (1916).

Logo, os estudos histórico-comparativos, que se desenvolveram no século XIX, marcam o advento de uma Linguística Histórica (Cf. ILARI, 1992; FARACO, 2005). De fato, poder-se verificar que, por volta da metade do século XIX, os estudos acerca das línguas originárias do latim – línguas românicas – se faziam sob uma orientação histórica, e por isso, eram estudos romanísticos da Linguística Histórica Românica, também denominada Filologia Românica ou simplesmente Linguística Histórica.

2. *A interdisciplinaridade entre Linguística e Filologia*

A interdisciplinaridade entre a Filologia e a Linguística ocorre, como por exemplo, quando se relacionam os conteúdos de estudos históricos de uma dada língua e uma análise linguística de um fato gramatical que se tenha desenvolvido ao longo do tempo. Estudos de gramática histórica do português sob uma abordagem linguística têm sido considerados um estudo de Linguística Românica, quando na verdade constitui um estudo filológico com um escopo linguístico. Tem-se, nesse caso, a interdisciplinaridade entre Filologia e Linguística, já que se estabelece a uma orientação acadêmica, que apresenta um processo de solucionar um problema ou de abordar um tópico que abrange os estudos filológicos e os estudos linguísticos concomitantemente.

Outros estudos complexos para serem tratados de forma adequada por uma única disciplina, como é o caso da formação das formas verbais de futuro no português, constituem o que denominamos um estudo filológico-linguístico ou linguístico-filológico – de acordo com o objetivo do analista. Essa e outras abordagens interdisciplinares (linguístico-filológica ou filológico-literária) constantemente ocorrem em uma sala de aula dos Cursos de Letras, cujo objetivo do professor (linguista, filólogo, gramático ou literato)

é simplesmente o de construir uma compreensão mais abrangente do fato analisado.

De fato, a interdisciplinaridade, que se pode constatar em determinados estudos linguístico-filológicos ou filológico-linguísticos, segundo a intenção de seu autor, tem suas raízes na convivência diacrônica entre os estudos filológicos e linguísticos. Além disso, não se pode deixar de considerar a noção de uma “linguística filologizada”, a que se referiu Anttila (1973), visto que já consideramos anteriormente que determinados estudos linguísticos se realizam sob uma orientação filológico-metodológica.

Tomando a Linguística como “o estudo das línguas em todos os seus aspectos, inclusive o filológico”, Elia (1973, p. 94) observa que, embora a Filologia tenha precedido a Linguística, hoje os estudos filológicos “devem situar-se modestamente no quadro geral dos estudos linguísticos” (*Idibidem*, p. 94).

Também o Prof. Edward Lopes (1995), que expressou a sua dificuldade em estabelecer os limites entre Linguística e Filologia, declara: “Sob um certo prisma é possível dizer que a Filologia constitui uma modalidade e uma etapa histórica da Linguística (Linguística Diacrônica).” (LOPES, 1995, p. 26).

Outro exemplo de encontro bem-sucedido dos estudos filológicos e linguísticos é o conjunto de análises lexicográficas sob a perspectiva sócio-histórica que vêm sendo desenvolvidas por equipes multidisciplinares, compostas de terminólogos, lexicólogos, etimólogos, filólogos e tradutores e especialistas no domínio da linguagem em muitas Instituições Acadêmicas brasileiras.

Sob essa perspectiva, muitos são os projetos, mormente, para a criação de atlas, que vêm surgindo em todo o país. Com o objetivo de fazer o registro e o levantamento dos topônimos da língua e dos padrões dialetais brasileiros, desenvolve-se o Projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB), sob a responsabilidade da Prof^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, pela Universidade de São Paulo (USP). Dele, surge o Projeto Atlas Toponímico de São Paulo (Projeto ATESP), também pela USP. Em seguida, surgem outros projetos de Atlas toponímicos pelo Brasil: o Projeto Atlas Toponímico do Paraná (ATEPAR), pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); o Projeto Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul (ATEMS), pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); o Projeto Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (ATEMIG), pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); o Projeto Atlas Toponímico do Tocantins (ATT) e o Projeto Atlas Toponímico de Origem Indígena do Tocantins (ATITO), ambos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT); o Projeto Atlas To-

ponímico do Estado do Maranhão (ATEMA), pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); o Projeto Atlas Toponímico da Bahia (ATOBAB), pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); e o Projeto Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira (ATAOB), pela Universidade Federal do Acre (UFAC), em que se enfatizam os nomes de lugares em línguas orais e línguas de sinais do estado do Acre. Também há o Atlas do Estado do Rio de Janeiro, pelo Departamento de Geografia da UERJ; o Projeto de Extensão Atlas Socioeconômico do Norte Fluminense, pela Universidade Federal Fluminense (UFF); e o grande Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), que constitui o único projeto interinstitucional, uma vez que congrega quinze instituições universitárias em todo o país e reúne uma série de projetos. O ALiB tem, por meta, elaborar um atlas geral do Brasil acerca da língua portuguesa.

Todos esses projetos de atlas têm o objetivo de investigar a escolha dos nomes de espaços geográficos ao longo do tempo e os analisar linguisticamente, estabelecendo o perfil toponímico das diferentes regiões brasileiras.

Para a análise estrutural e semântico-motivacional do topônimo, muitos desses projetos de atlas seguem as propostas teórico-metodológicas de Dick (1990; 1992; 1998), que concebe na toponímia brasileira contornos de ordem geoambiental, antropocultural, socioeconômico, sócio-históricos, além dos linguísticos:

O intérprete-receptor, tornado sujeito do novo ato enunciativo, poderá, nesse momento, alterar o mecanismo criador do primitivo enunciado, tornando-o nome, e deslocando-o da base linguística para a base onomástica, que é também histórica, geográfica, antropológica, social. Cria-se, assim, um novo plano sincrônico, às vezes sintópico, quando distinto da língua *standard* ou distante da compreensão comum dos falantes. (DICK, 1998, p. 2)

Sem dúvida nenhuma, nesse produtivo diálogo entre a Filologia e a Linguística diacrônica, todo o texto configura-se como suporte do repositório vocabular de uma dada língua e, como tal, reflete a cultura do povo usuário dessa língua, como observa Abbade (2008):

Estudar o léxico de uma língua é enveredar pela história, costumes, hábitos e estrutura de um povo, partindo-se de suas lexias. É mergulhar na vida de um povo em um determinado período da história, através do seu léxico. (ABBADE, 2008, p. 716)

Certamente, nos produtivos estudos lexicais e semânticos de natureza diacrônica, verifica-se um feliz encontro entre a Filologia e a Linguística, em que se estabelece a relação de uma dada língua e os diversos aspectos de sua sociedade, compondo a respectiva cultura.

Também se verifica um perfeito encontro entre essas duas ciências (que certos estudiosos as querem diferentes), nos árduos trabalhos de elaboração de dicionários – tarefa da Lexicografia e/ou da Terminologia: esta procura atribuir denominações a conceitos, atuando, pois, do conceito para o termo (processo onomasiológico), e aquela parte da denominação, que é a entrada no dicionário, e a caracteriza funcional e semanticamente, atuando, portanto, do termo para o conceito (processo semasiológico) (Cf. CABRÉ, 1993, p. 32-3).

Na busca de identificação, listagem, seleção do vocabulário, elaboração de conceituações etc., normalmente se envolvem diferentes especialistas entre pesquisadores e informantes e um sem-número de entrevistados – usuários de uma dada língua –, que servem como uma das fontes de consulta; muitas obras antigas – dicionários antigos e outros tipos de textos (antigos e contemporâneos) – normalmente são consultados também. Logo, são analisadas muitas estruturas linguísticas numa perspectiva semântico-linguística e diacrônica na busca do léxico da língua em pauta. Ou seja, o trabalho de elaboração de um dicionário constitui-se, obrigatoriamente, num estudo essencialmente linguístico-filológico, e essa característica é ainda mais acentuada, se se tratar de um dicionário etimológico. Normalmente, uma obra dessa natureza resulta da síntese e da convergência de um tipo de pesquisa que constitui uma verdadeira simbiose entre itens lexicais de existência restrita ou generalizada em uma sociedade, os seres a que se referem e as suas possíveis acepções, que se verificam no tempo, no espaço e nos diferentes usos, o caracteriza uma língua em plena atividade.

Após serem definidas as palavras que entrarão na obra, é hora de preparar o texto dos seus significados, além de pesquisar outras informações que podem complementar os verbetes, como a origem do vocábulo e a data em que ele passou a ser usado na língua. Todo esse trabalho pode levar anos ou até décadas e, invariavelmente, envolve uma grande equipe de pesquisadores. O dicionário Houaiss levou 15 anos para ser feito, contando com mais de 200 colaboradores e lexicógrafos do Brasil e de outros países de língua portuguesa. (Trecho de uma reportagem da Revista Mundo Estranho, de 18/04/11. “Como são feitos os dicionários?”. Disponível em: <http://mundoestranho.abril.com.br/cultura/como-sao-feitos-os-dicionarios/>)

Enfim, muitos são os momentos convergentes nos estudos filológicos e linguísticos, que se podem enumerar, apesar de serem frutos de duas ciências “específicas”. A divergência mais acentuada entre Linguística e Filologia fica mesmo por conta da especificidade de seus “objetos formais”, isto é, “pelo seu ângulo particular de enfoque”, como observa Lopes (1995, p. 26), o qual assevera:

O primeiro interesse do filólogo não coincide com o primeiro interesse do linguista. Aquele busca encontrar num *texto antigo* (um documento escrito) o seu significado, à luz dos conhecimentos daquela etapa cultural. Mas o linguista

antepõe ao estudo da modalidade escrita de um idioma o estudo da sua *modalidade oral* e (embora julgemos mais do que discutível a legitimidade desse desideratum) pode antepor, igualmente, ao estudo do significado a investigação exclusiva da *forma* de expressão desse idioma. [*sic*] (LOPES, 1995, p. 26) (grifos do autor)

Contudo, até mesmo nessa divergência, é possível vislumbrar uma tendência à convergência no estudo de cada uma delas, como sabiamente observou Silva Neto (1988):

Cumpre-nos, ainda, deixar claro que, para a resolução dos problemas filológicos, é necessária e, até, indispensável a base geral linguística. [...] Por sua vez, porém, o lingüista tem de conhecer a história de várias línguas, para poder alcançar os princípios gerais. É com orgulho que os romanistas, por exemplo, salientam a contribuição que, nestes últimos cinquenta anos, a sua ciência tem prestado à Linguística Geral. [*sic*] (SILVA NETO, 1988, p. 16)

Certamente, ao anunciar resumidamente os princípios gerais de uma “Linguística Histórica” (ou “Diacrônica”), o autor faz remissão às tarefas da Linguística, enumeradas por Saussure em seu *Curso de Linguística Geral*. Desta feita, não se pode ignorar a concepção de Saussure, tido como o Pai da Linguística, acerca das tarefas da Linguística e sua relação com a Filologia:

- a) fazer a descrição e a história de tôdas as línguas, que puder conhecer, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família;
- b) procurar as forças que estão em jogo, de maneira permanente e universal, em tôdas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história;
- c) delimitar-se e definir-se a si própria. [*sic*] (SAUSSURE, 1969, Capítulo II, p. 13)

Constata-se, nessa descrição, a especificidade do escopo da Linguística, mas que revela, em certa medida, aquela noção antiliana⁵⁰ de uma orientação teórica de natureza filológico-metodológica (de que tratei anteriormente) dos estudos linguísticos. Afinal, como seria possível “fazer a história das línguas”, “reconstituir as suas protolínguas” e “deduzir todos os fenômenos históricos de sua formação”, se não sob a orientação teórica filológica?

Mais adiante, nesse mesmo Capítulo II, Saussure faz a seguinte asserção:

Quanto à Filologia, já nos definimos: ela se distingue nitidamente da Linguística, malgrado os pontos de contato das duas ciências e os serviços mútuos que se prestam. (SAUSSURE, 1969, p. 14)

⁵⁰ Referente à tese de Raimo Anttila, estudioso alemão, que concebe uma “Linguística filologizada” (1973. p. 177-91).

O linguista genebrino acaba por confirmar que entre Filologia e Linguística há, inexoravelmente, uma interdisciplinaridade. E, ainda que as dicotomias saussureanas difundidas naquele seu *Curso*, mormente a “*diacronia X sincronia*”, nos leve a presumir serem os estudos filológicos e linguísticos fundamentalmente distintos ou, até certo ponto, opostos ou contrapostos, assevero que Filologia e Linguística são ciências afins e que compartilham muitos estudos, porquanto há mais pontos de contatos entre elas do que pontos específicos.

Em suma, ainda que haja uma fronteira entre esses estudos, de modo que se possa reconhecer a existência tanto da Linguística quanto da Filologia sincrônica e diacrônica, não se opõem uma à outra. Não nego que compõem modos legítimos de análise de uma língua e, nisso, Filologia e Linguística são, claramente, distintas e autônomas. Em certo sentido, porém, até mesmo os modos de se estudar as problemáticas linguísticas são complementares, pois nenhuma delas pode prescindir da outra na descrição dessas problemáticas (que se espera ser convincente).

3. *Estudos linguístico-históricos que apontam para o surgimento da Linguística Histórica*

Koerner (1989) sugere voltarmos a atenção para o contexto histórico da relação tradicional entre Filologia e Linguística e atentarmos para os significados que, por volta do século XIX, nos países de língua anglo-saxônica, foram associados aos termos em diferentes períodos:

No entanto, para compreender estas tendências recentes, especialmente nos países anglo-saxões, devemos saber algumas coisas sobre o contexto histórico da relação tradicional entre ‘filologia’ e ‘linguística’, bem como os significados associados aos termos em diferentes períodos no desenvolvimento do estudo da linguagem como ciência⁵¹. (KOERNER, 1989, p. 233) (tradução livre)

Segundo Koerner (1997), os termos francês e alemão para “Linguística Histórica” (*linguistique historique* e *historische Sprachwissenschaft*, respectivamente) não lhe pareciam problemáticos, enquanto os termos em francês e em alemão, sugeridos para o termo inglês *Philology* (*philologie*, formas para o francês e para o alemão), não lhe pareciam convenientes. Grande parte do uso inglês se associou ao “estudo histórico de textos”, na medida em que se usava tradicionalmente no sentido de “Linguística Histórico-Comparativa”, como ocorria em terras de língua alemã, em que era chamado de “Sprach-

⁵¹ “However, in order to understand these recent trends especially in Anglo-Saxon countries, we must know a few things about the historical background to the traditional relationship between ‘philology’ and ‘linguistics’ as well as the meanings associated with the terms in different periods in the development of the study of language as a science.”.

chwissenschaft” (“Linguística” ou “Ciência da Linguagem”), especialmente nos finais do século XIX até meados do século XX, momento em que se dá o surgimento da Linguística Moderna, como estudos autônomos em relação aos estudos filológicos.

A partir do início do século XX, os estudiosos, segundo Koerner (1997), fizeram pouco mais do que simular reflexões acerca da já redefinida relação entre Filologia e Linguística, e reconhecer até que ponto a Linguística poderia se beneficiar do trabalho filológico. Koerner conclui que a “linguística filologizada”, de Anttila⁵², pode não estar mais distante da prática científica normal. Ou seja, para o autor, Linguística e Filologia não só se confundem, mas se fundem num único estudo ou constitui uma linguística de orientação filológica, como propôs Anttila (1973), o qual procura conciliar a dicotomia tradicional, advogando em favor de uma orientação filológico-metodológica da Linguística. Para Anttila, os linguistas devem conhecer linguagens e não apenas a sua língua materna.

E é exatamente esse aspecto, de que fala Anttila, que torna os estudos filológicos e linguísticos tão semelhantes. Portanto, não se pode negar que, apesar de terem suas particularidades, Filologia e Linguística se nos mostram semelhantes, uma vez que a Linguística se efetiva sob uma orientação filológico-metodológica sobre ter o mesmo objeto de estudo da Filologia – a linguagem. Ou seja, a abordagem linguística que praticavam os “filólogos” (ou filologistas) sobre a linguagem humana passou a ser de responsabilidade da Linguística, que a vem desenvolvendo e incorporando especificidades, mas, em certa medida, mantendo aquela orientação filológica.

4. A Linguística durante o século XIX

Antes de tudo, convém relacionar o termo “linguística⁵³” à Linguística Românica, que é uma disciplina ou ciência de orientação histórica, que surgiu na segunda metade do século XIX, com o nome de Filologia Românica (Cf. ILARI, 1992, p. 17-24), a partir dos trabalhos dos comparativistas Friedrich Christian Diez e Wilhelm Meyer-Lübke sobre línguas românicas – línguas advindas da dialeção do latim vulgar. Esses seus estudos de gramática comparativa, Diez, em 1836–1844, com a sua emblemática *Gramatik der romanischen Sprachen* (*Gramática das línguas românicas*) e em 1853,

⁵² Raimo Aulis Anttila, estudioso alemão e autor de “Linguistik und Philologie”. In: BARTSCH, Renate; VENNEMANN, Theo. *Linguistik und Nachbarwissenschaften*. Kronberg/Taunus: Scriptor, 1973. p. 177-91

⁵³ O termo também se refere, em ciência jurídica, ao fundamento do direito romano, que não se relacionam com os estudos linguístico-filológicos, de que trato no presente trabalho.

com o seu *Etymologisches Wörterbuch der romanischen Sprachen* (*Dicionário etimológico das línguas românicas*), e Meyer-Lübke, em 1890, com sua *Grammatik der romanischen Sprachen* (*Gramática das línguas românicas*) e em 1930, com o ensaio *Romanische Philologie* (*Filologia Românica*), anunciam a Linguística (ou Filologia) Românica (ou estudos romanísticos). Na prática, tais estudos romanísticos ou filológicos das línguas românicas já se desenvolviam bem antes, como se pode deprender da seguinte asserção de Ilari (1992):

[...] [Friedrich Diez], cujos textos fundamentais (*Gramática das línguas românicas*, de 1836 e *Dicionário etimológico das línguas românicas*, de 1853) deram um exemplo marcante de rigor e método no tratamento histórico das línguas românicas, mostrando a possibilidade de trata “cientificamente” de uma série de temas que haviam preocupado os intelectuais durante séculos, mas que haviam sempre sido abordados com certa dose de impressionismo e assistemática. (ILARI, 1992, p. 17)

Além de certas atividades específicas da Filologia, o filólogo também se preocupava com identificação de diferenças e semelhança entre as línguas existentes, sem que se tivesse para isso um aparato teórico-metodológico adequado. Contudo, estudiosos do século XIX passaram a se ocupar com as divergências entre línguas de uma mesma origem de uma forma adequada e sob um método conveniente. Daí, ter sido o século XIX marcado pelos estudos dos neogramáticos alemães, os quais procuravam estabelecer as origens das línguas a partir da comparação entre elas, aplicando e aprimorando o método histórico-comparativo.

Frans Bopp fez uso desse método no seu estudo sobre as línguas indo-europeias; Jakob Grimm também o utilizara no seu estudo acerca das línguas germânicas. Mais tarde, Friedrich Diez, que é considerado o pai da Filologia Românica, utilizara-se do método histórico-comparativo no seu emblemático estudo com as línguas românicas e seus dialetos, cujos conhecidíssimos resultados marcam o nascimento da Filologia Românica. Meyer-Lübke, que combinou certos princípios daqueles neogramáticos com o método histórico-comparativo, conseguiu dar aos estudos de Filologia Românica uma perspectiva histórica mais coerente e adequada.

Com a aplicação desse método foi possível estruturar um sólido estudo dos metaplasmos ocorridos em um grupo de línguas originárias do latim, determinar os seus significados e elucubrar sobre novos campos semânticos e definir o(s) motivo(s) de tais formações. Em suma, o método histórico-comparativo mostrou-se eficaz na comparação de grupos de línguas e/ou dialetos genealógicamente afins, já que se trata de uma excelente ferramenta para a análise da relação entre línguas supostamente de uma mesma origem.

Todo esse trabalho do filólogo (ou linguista-filólogo) em busca das origens das línguas e dos linguistas-filólogos romanistas na análise das relações entre línguas de uma mesma origem, que até então se concebiam como sendo de natureza filológica são modernamente atribuídos à Linguística Histórica. Estudos dessa natureza, que se faziam, tendo como objeto de cotejo as línguas e os dialetos de origem latina e suas literaturas, constituem o que se convencionou denominar Romanística ou Filologia Românica ou Linguística Românica, que se confunde com a Linguística Diacrônica ou Histórica ou Comparativa.

Houve um tempo em que se conceituava Filologia Românica como sendo o estudo científico de uma língua românica ou grupo de línguas afins, atestadas por documentos escritos. Nos dias atuais, porém, Filologia Românica designa o estudo comparado e histórico das línguas neolatinas. Logo, estabelece-se uma sinonímia entre os termos Filologia Românica e Linguística Românica.

O termo “Romanística”, que se refere à dedicação aos estudos das línguas e literaturas românicas (ou neolatinas), começa propriamente com os tratados do filólogo alemão Friedrich Christian Diez: *Gramática de las lenguas românicas* (1842) e *Diccionario etimológico de las lenguas românicas* (1854). Porém, como já declarei anteriormente, os estudos romanísticos ou filológicos das línguas românicas começam bem antes.

Já em fins do século XVIII, estudiosos europeus davam início aos estudos de uma língua dos hindus – o sânscrito. Em 2 de fevereiro 1786, em Calcutá na Índia, Sir William Jones, um estudioso juiz inglês, apresentou à Sociedade Asiática de Bengala (Asiatic Society) uma comunicação, em que demonstrou as semelhanças entre o sânscrito, o latim e o grego. Afirmou ele:

A linguagem Sânscrita, seja qual for sua idade, é de uma linda estrutura; mais perfeita que o Grego, mais copiosa que o Latim, e mais precisamente refinada que ambas, ainda compartilha com ambos uma forte afinidade, tanto nas raízes dos verbos quanto nas formas de gramática, que não pode ter sido criada por acidente; é, na verdade, tão forte, que nenhum filólogo poderia examinar as três sem acreditar que tenham nascido de uma fonte comum, que, talvez, nem exista mais. (JONES, 1786, Comunicação oral)

Essa fonte comum, a que se refere Sir William Jones seria uma língua protoindo-europeia (PIE), como denominou o próprio filólogo inglês. Trata-se de um falar ancestral comum hipotético de línguas europeias e hindus, que provavelmente fora falado há mais de 5000 anos, pelos povos indo-europeus, supostamente nas proximidades do mar Negro, o qual originalmente era denominado Ponto Euxino pelos antigos.

Em 1808, Friedrich Schlegel publicou seu texto *Über die Sprache und die Weisheit der Inder*, dando início aos estudos comparativistas na Alema-

nha, pois corroborou a tese de Sir William Jones, que comparou o sânscrito com o latim, o grego, o germânico e o persa, e verificou o parentesco entre essas línguas, sugerindo a existência de uma origem comum entre elas.

Mais tarde, em 1816, é a vez de Franz Bopp, que publica um tratado sobre o sistema de conjugação dessas línguas – o seu *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen, und germanischen Sprache*. E, desse estudo, nasce a Linguística Histórica, o que se pode considerar um marco em relação aos estudos de linguagem.

4.1. Os estudos histórico-comparativos no século XIX e o surgimento da Linguística Histórica

No item anterior, vimos que já ocorriam os estudos linguístico-diacrônicos anos antes de 1816, quando se dá uma nova Filologia, cujos estudos se estabelecem, propriamente, com o desenvolvimento das atividades de natureza diacrônica dos comparativistas. Agora vamos ver como os estudos histórico-comparativos, que se desenvolveram no século XIX, cunharam os estudos linguístico-filológicos ou diacrônicos com o advento da Linguística Histórica.

Vimos que foi Friedrich Schlegel quem deu início aos estudos comparativistas em 1808, na Alemanha, corroborando a tese de Sir William Jones acerca do parentesco do sânscrito com o latim, o grego, o germânico e o persa, sugerindo a existência de uma origem comum entre tais línguas. Entretanto, não havia uma prática teórico-metodológica estruturada nesses estudos comparativos e o objetivo principal daqueles filólogos era o de buscar definir uma protolíngua de línguas europeias e asiáticas. Logo, os estudos de Schlegel e seus contemporâneos, que comparavam diferentes línguas, possibilitaram aos estudiosos da época – os comparativistas – a supor a existência de uma protolíngua para aquelas línguas comparadas – o indo-europeu –, que tem sido aceita como a língua-mãe (ou língua-origem) de inúmeras línguas europeias e asiáticas, que têm parentesco empiricamente comprovado.

Vejam, a partir deste momento, como os estudos histórico-comparativos, desenvolvidos, por volta do meado do século XIX, fizeram emergir a Linguística Histórica ou Linguística Comparativa.

Esses estudos, que se desenvolveram sob o rótulo de estudos histórico-linguísticos durante o século XIX, como uma ciência humana e, sobretudo, como um divisor de águas em relação aos estudos sobre a linguagem, constitui exatamente o que se tem como Filologia ou Linguística Românica, que, grosso modo, é a própria Linguística Diacrônica ou Histórica.

Vimos, também, que Franz Bopp, com o seu tratado sobre o sistema de conjugação das línguas sânscrito, grego, latim, persa e o alemão, em 1816, proporcionou o surgimento dessa Linguística Histórica, que também pode ser considerada uma Linguística Comparativa (ou Linguística Histórica Comparativa). Nesse estudo, Franz Bopp demonstrou, comparando a morfologia verbal daquelas línguas, as correspondências sistemáticas entre elas, e demonstrou metodicamente seu parentesco. O autor também definiu as leis fonéticas que as regem e, ainda, estabeleceu as origens das suas formas gramaticais.

Mais tarde, surge uma nova geração de estudiosos, que impulsionam as pesquisas dessa linha comparativa, porém sob uma nova perspectiva teórico-metodológica. Essa nova geração de linguistas da Universidade de Leipzig, na Alemanha, do século XIX era constituída de estudiosos muito jovens e que surgiram, criticando a postura dos seus antecessores. Estes, por sua vez, os chamavam de *Junggrammatiker*, que era um termo jocoso para assinalar a incipiência daqueles linguistas alemães, tais como: Karl Brugmann (1849–1919), August Leskien (1840–1916) e Hermann Osthoff (1847–1909), Hermann Paul (1846–1921) entre outros, mas que, paulatinamente, se impuseram e demonstraram competência. Apesar desse reconhecimento da Academia da época, não faltaram críticas aos neogramáticos, como a do linguista austríaco Hugo Schuchardt (1842–1927) em seu *Der Vokalismus der Vulgärlatein (O vocalismo do latim vulgar)*, em 1866. Esse importante linguista do final do século XIX ficou conhecido por seus estudos de natureza sociolinguística sobre línguas crioulas e, principalmente, pela oposição aos neogramáticos, a quem desfechou uma pesada crítica com sua obra *Über die Lautgesetze Gegen die Junggrammatiker (Sobre as leis fonéticas. Contra os jovens gramáticos)*. Para desconstruir a teoria dos neogramáticos, Schuchardt apresenta a sua teoria das ondas, que descreve as mudanças linguísticas como fruto de influências externas, e não somente de influências e regras internas, conforme concebiam os neogramáticos (Cf. MORAES, 2019, p. 115-36). Com essa teoria, Schuchardt destacava dois aspectos: a “lei da causalidade” e a “inclusão do espontâneo”. Constata-se, nesses trabalhos de Schuchardt, uma prévia anúncio dos pressupostos da Teoria Variacionista (ou Sociolinguística Laboviana).

Leskien, que se aprofundou nos estudos sobre línguas eslavas e bálticas, foi um dos inspiradores mais influentes do movimento neogramático, juntamente com Karl Brugmann e Hermann Osthoff. Sua maior contribuição consiste na formulação da regularidade das mudanças fonéticas. Segundo ele, essas mudanças não ocorrem aleatoriamente, porquanto são produto de condições observáveis.

Brugmann asseverou acerca da inviolabilidade das leis fonéticas e enfatizou a importância da analogia como um fator linguístico nas línguas modernas.

Osthoff debruçou-se sobre os estudos da reconstrução do tom vibratório indo-europeu, a soante líquida [r̥], que podia assumir funções silábicas. Também tem o seu nome a lei relativo a uma abreviatura de uma vogal indo-europeia longa antes de uma nasal ou líquida, seguida de uma consoante, que ocorre em algumas línguas (entre elas o latim e o grego).

Em consequência disso, tiveram o seu valor reconhecido e passaram a ser chamados de “neogramáticos” (*neogrammatiker* ou *neugrammatiker*), que, grosso modo, faz uma sinonímia com aquele *Junggrammatiker*, porém com uma considerável diferença na carga semântica de cada termo. Logo, o termo “neogramáticos” tem uma carga semântica positiva, que ressalta o respeito de seus pares no universo acadêmico da época.

Esses neogramáticos do final do século XIX desenvolveram aquela prática comparativa com a elaboração do método histórico-comparativo, e a sua consolidação no final do século XIX marca o início das atividades da Linguística Histórica consolidada. Fato é que os neogramáticos passaram a ser respeitados pelos seus contemporâneos, apresentando um programa revolucionário em relação às orientações comparatistas de seus antecessores. Para eles, não era fundamentalmente importante encontrar uma protolíngua; a atenção dos pesquisadores deveria voltar-se para as línguas vivas, em que se podiam observar os processos de evolução linguística em plena atividade.

Sabemos que o método histórico-comparativo consiste em comparar – cotejar – objetos de estudo ao longo do tempo, por isso foi largamente utilizado pelos neogramáticos, que, numa hipótese genética, formulavam questões referentes à sua natureza e destacavam as relações entre as línguas, que eram classificadas em famílias e consideradas como “organismos vivos” – ideia combatida pelos linguistas atuais, principalmente pelos sociolinguistas, que veem a língua como um fenômeno social.

Os primeiros comparativistas do século XIX, os neogramáticos Franz Bopp e Jakob Grimm, e os comparativistas da nova geração de neogramáticos, Friedrich Diez e Meyer-Lübke, fizeram uso do método histórico-comparativo em seus estudos de comparação entre línguas de diferentes regiões.

Assim, o método histórico-comparativo passa a ser o procedimento fundamental dos estudos de Linguística Histórica. A existência de correspondências sistemáticas entre diversas línguas da Europa e da Ásia, reveladas pelos estudos sob esse método, possibilitou a esses primeiros neogramáticos fazerem elucubrações sobre a gramática de línguas afins.

Pode-se dizer que os neogramáticos deram continuidade aos estudos da história das línguas, iniciados pelos comparatistas antecessores, retomando as atividades da Filologia Clássica. Entretanto, eles se concentraram, especialmente, na gramática dessas línguas, o que justifica os rótulos *neogrammatiker* (“neogramáticos”) e *Junggrammatiker* (“jovem gramático”). Convém atentar para a seguinte asserção de Faraco (2005):

Os neogramáticos, no fim do século XIX, criticaram essa perspectiva centrada na reconstrução do passado (cf. Capítulo 5). Para eles, o trabalho em linguística histórica deveria se concentrar muito mais na elucidação dos mecanismos da mudança do que na reconstrução de estágios remotos do passado. (FARACO, 2005, p. 119)

Essa neogramática se fundamentava em princípios de leis fonéticas, que regeriam as alterações da língua, ou seja, para os neogramáticos, toda língua sofre alterações através de fatores fonéticos. Não reconheciam fatores morfológicos ou sintáticos, visto que as alterações se justificariam pela lei do “menor esforço” e/ou da “economia fonética”, a partir das quais a língua se acomodaria com as mudanças fonéticas e a espontaneidade da produção dos sons; o mesmo fenômeno se daria em línguas distintas, cujas alterações poderiam coincidir, pela acomodação entre os sons mais próximos.

Hermann Paul, em 1880, sistematizou a teoria desses estudiosos e a reformulou em uma edição em 1920. De fato, esse neogramático influenciou, sobremaneira, o pensamento linguístico. Em suas pesquisas, embrião da Sociolinguística, Hermann Paul já procurava explicar como se efetivava a mudança no usuário da língua e também na sua comunidade linguística. Esse pensamento foi muito importante para a identificação das regularidades das variações linguísticas.

Logo, o método histórico-comparativo conferia um destacável refinamento metodológico dos estudos histórico-linguísticos, desenvolvido por aquela nova geração de linguistas. Pode-se dizer, porém, que essa nova abordagem negou, mas não anulou o trabalho comparativo de seus antecessores; apenas sugeriu um novo escopo para os estudos históricos que prioriza o caráter da mudança linguística propriamente. Portanto, desde então, muitas possibilidades de respostas se apresentam para o questionamento acerca do fenômeno da mudança e tudo aquilo que a ela está relacionado como o contexto social de ocorrência, seus partícipes, o momento etc.

Em sintonia com essa nova perspectiva, Linguística ou Filologia Românica também toma novo rumo; o método de natureza comparativa assume, então, propósitos genéticos, voltados para a reconstituição de elementos de uma dada língua neolatina. Assim, a semelhança constatada entre expressões linguísticas de duas ou mais línguas neolatinas provaria que elas teriam a mesma origem em uma mesma expressão do latim, i.é, a forma atu-

al em uma dada língua neolatina indicaria a forma da expressão originária em latim.

Para ilustrar tal proposta, Ilari (1992, p. 21) nos mostra que “quando se comparam, por exemplo, port. e esp. *saber*, fr. *savoir*, it. *sapere* fica legitimada a conjectura de que tenham uma origem latina comum”. Podemos perceber que a primeira sílaba dessas palavras começa com a consoante “s”, que representa um fonema sibilante /S/, e na segunda sílaba, que é tônica nas três formas, uma consoante bilabial ou labiodental (a saber: “p”, “b” e “v”). Como sabemos que na passagem do latim para o português e para o espanhol, num estudo de metaplasmos, é regular a sonorização do /p/, surdo e intervocálico, que passa a ser /b/, e que se dá a apócope do /e/ final da desinência de infinitivo latina “-re”, temos “saber” do verbo latino “*sapere*” (Cf.: *sapere* > *sabere* > *saber*). Percebe-se que, também em francês, a mesma apócope do /e/ se dá; a surda intervocálica /p/ passar a /v/, sonora, e o /e/ longo das sílabas tônicas não travadas passa a /ei/, depois /oi/, /oe/, /eu/ e /wa/ (sendo que a grafia acompanhou esta evolução apenas até a forma /oi/: *sapere* > *savere* > *saveire* > *savoire* > *savoir*). Logo, constata-se que a forma originária comum de *saber* (port. e esp.), *savoir* (fr.) e *sapere* (it.) é a forma latina *sapere*, já que aqueles metaplasmos não ocorreram em italiano (Cf.: *sapere* > *sapere*, como em outras formas verbais: *cantare* > *cantare*, *perdere* > *perdere*, *venire* > *venire*).

Vale afirmar que tais ocorrências não são isoladas; são regulares e sistemáticas e compõem um grupo de metaplasmos⁵⁴, que ocorreram na formação do vocabulário das línguas românicas. A reconstituição desse estrato oral, apesar da falta de um material para análise, pôde ser feita a partir de elocubrações com a aplicação do método histórico-comparativo, como observei em outro estudo sobre a história externa da língua portuguesa:

O método histórico-comparativo foi muito útil na reconstituição do léxico de línguas neolatinas, justificando inúmeras de suas formas vocabulares, além de ter sido fundamental na reconstituição do léxico do latim coloquial tardio⁵⁵ e o medieval (do pós-Império), o qual se revelou ser a principal fonte léxica das línguas românicas, embora muitas formas vocabulares latinas do seu uso corrente tenham-se perdido ao longo do tempo. (BOTELHO, 2012, p. 68)

⁵⁴ Metaplasmos são as alterações fonético-ortográficas que sofreram as palavras durante a sua evolução, causadas pelos princípios, relativamente, inconscientes, graduais e regulares, cujo conjunto constitui o Vocalismo e o Consonantismo, estudados no item anterior. (BOTELHO, 2022, p. 207)

⁵⁵ O latim coloquial tardio inclui o período patrístico (filosofia cristã dos três primeiros séculos) e é do século II ao século V, e que se publicou a Vulgata de São Jerônimo, as obras de Santo Agostinho e de Boécio.

Desta forma, com o método histórico-comparativo, foi possível aos romanistas encontrarem, nos textos latinos que nos legaram os romanos e romanizados, muitas formas originárias para diversas formas vocabulares de línguas neolatinas como o português. Em outras palavras, formas vocabulares originárias de inúmeros vocábulos portugueses, por exemplo, podem ser confirmadas mediante provas documentais, já que são inúmeros os textos escritos em latim pelos escritores latinos da época em que o latim era a língua do vasto Império Romano.

Pôde-se, com o auxílio desse método, portanto, criar uma sistematização de alterações morfo-fonético-ortográficas – metaplasmos –, que sofreram as palavras durante a sua evolução nas diferentes línguas românicas.

Seguindo por esse caminho, a denominada Filologia Românica (ou Linguística Românica), por ser o estudo histórico-comparativo de línguas que se originam do latim, tem o seu principal representante o linguista e filólogo alemão Friedrich Christian Diez (1794–1876). Diez é considerado o iniciador desse ramo de investigações, porquanto publicou, entre 1842 e 1854, uma gramática histórico-comparativa e um dicionário etimológico das línguas românicas. Ele se dedicou, ainda, pelo estudo de narrativas em espanhol arcaico. Esse trabalho era de orientação semelhante ao da Filologia Clássica e, por isso, possibilitou a criação da Filologia Românica, com o estudo textual e da consolidação das línguas românicas (ou neolatinas) e de investigação genética dessas línguas.

Assim, a Filologia Românica com o desenvolvimento dos estudos histórico-comparativos passa a ter um papel fundamental nos estudos da linguagem.

Proliferavam-se, pois, os estudos sobre a linguagem sob a perspectiva histórica; na verdade, essa perspectiva era intensa e, praticamente, a preferida de muitos estudiosos da época, se não única, como se pode depreender no seguinte comentário de Silva Neto (1988), que soa como uma crítica à atitude daqueles linguistas-filólogos:

Nas atividades filológicas, há Marta e Maria⁵⁶.

⁵⁶ Na Bíblia, lê-se que, em certa ocasião, Jesus visitara um povoado, onde moravam as irmãs Marta e Maria, e hospedou-se em sua casa. “Maria ficou sentada aos pés do Senhor, ouvindo a sua palavra. Marta, porém, estava ocupada com muito serviço. E, aproximando-se dele, perguntou: ‘Senhor, não te importas que minha irmã tenha-me deixado sozinha com o serviço? Dize-lhe que me ajude!’ Respondeu o Senhor: ‘Marta! Marta! Você está preocupada e inquieta com muitas coisas; todavia, apenas uma é necessária. Maria escolheu a boa parte e esta não lhe será tirada.’” (Lucas 10, versículos 32-42). Com essa referência bíblica, Silva Neto parece querer dizer que tanto os estudos sincrônicos quanto os diacrônicos são importantes e necessários, assim como a intensa Marta e a passiva Maria eram importantes para Jesus.

[...]

No século XIX, como é sabido, houve exagerada preponderância dos estudos históricos, a qual chegou a ficar corporificada na célebre frase de Hermann Paul: ‘não há outro estudo científico da língua senão o histórico’.

[...]

Graças, porém, à reação de um Saussure, um Gilliéron, um Schuchardt, entraram em voga os estudos sincrônicos, isto é, sem preocupação histórica, minuciosas e rigorosas descrições dos estados da língua.

Em sua erudita síntese de história dos estudos lingüísticos e filológicos, Iorgu Iordam caracteriza, como tendência moderna, o estudo da língua viva, dos falares. Pensamos, todavia, que são igualmente perniciosos os extremos. Não deve haver predomínio de Marta, nem de Maria.

Pelo contrário, o ideal parece-nos ser o harmonioso entrosamento das duas tendências. (SILVA NETO, 1988, p. 17)

5. *Considerações conclusivas*

Como é possível observar, a Linguística tradicional já se fazia sentir naquela época, em que predominava a abordagem de natureza diacrônica sobre a linguagem, primeiramente com Hugo Schuchardt (1870), que, contrariando os neogramáticos, já abordava em seus estudos os aspectos da mudança linguística sob uma perspectiva de natureza sociolingüística; depois, com Jules Gilliéron (1910), que também contrariava as propostas dos neogramáticos com seus estudos também sob uma perspectiva sociolingüística; e em 1910–1916, Saussure, no estabelecimento de suas célebres dicotomias e das tarefas da Linguística e sua relação com a Filologia.

Em suma, aquela nova Linguística Histórica representa um marco nos estudos históricos da linguagem, pois os novos linguistas (ou filólogos ou gramáticos), incentivados pelas críticas aos antecessores e pelo maior rigor em certos procedimentos metodológicos, distinguem-se daqueles, dando uma nova direção a Linguística Histórica, a qual caracteriza o perfil da Linguística Histórica do nosso século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. Filologia e o Estudo do Léxico. *CADERNOS DO CNLF*, Série X, p. 716-21, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2008. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_244.pdf.

ANTTILA, Raimo Aulis. Linguistik und Philologie. In: BARTSCH, Renate; VENNEMANN, Theo. *Linguistik und Nachbarwissenschaften*. Kronberg/Taunus: Scriptor, 1973. p. 177-91

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica*. v. I, História Externa das Línguas Românicas. São Paulo: Edusp, 2001.

BOPP, Franz. *Über das Konjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache*. Frankfurt: Andreätschen, 1816. Disponível em: <https://archive.org/details/uberdasconjugat00bopp/goog/page/n14/mode/2up>.

BOTELHO, José Mario. *História e formação do léxico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

_____. Estudos romanísticos sobre a linguagem no século XIX e o surgimento da Linguística Histórica. *Revista Philologus*, v. 27, n. 81 Supl. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2021a. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/955/1023>.

_____; OSÓRIO, Paulo. A latinização da península ibérica: a queda do império romano e as suas consequências na geolinguística da península. *Revista Philologus*, Ano 27, n. 80, p. 11-26. Rio de Janeiro: CiFEFiL, mai./ago.2021b. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/588>.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico: um estudo dialetológico. *Revista Philologus*, Ano 4, v. 10, p. 61-69, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 1998. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/10/07.pdf>.

_____. Toponímia e antroponímia do Brasil: coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.

_____. do A. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

FARACO, C. A. *Linguística Histórica*. São Paulo: Parábola, 2005.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 1992.

JONES, William. Os hindus. Trad. e notas de Rerisson Cavalcante de Araújo, a partir do texto publicado em suas obras completas, The works of Sir William Jones. v. 1, 1799, p. 19-34, editadas por sua esposa Anna Maria Shipley Jones. Disponível em: “https://www.academia.edu/33383809/Sobre_os_hindus_tradu%C3%A7%C3%A3o_de_On_hindus_de_William_Jones_”.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1995.

KOERNER, Ernest Frideryk Konrad. On the Historical Roots of the Philology vs Linguistic Controversy. In: _____. *Practicing linguistic historiography*:

selected essays. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1989. p. 233-44

_____. Linguística e Filologia: o eterno debate. Tradução de Cristina Altman e Lineide do Lago Salvador Mosca. *Revista Filologia e Língua Portuguesa*, n. 1, p. 7-20, 1997; In: KOERNER, E.F.K. *Quatro décadas de Histiografia e Linguística: estudos selecionados*. Trad. por Cristina Altmann et al. Organizado por Rolf Kemmler e Cristina Altman. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto douro, 2015.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica*. São Paulo: Parábola. 2008.

MORAES, J.V. Hugo Schuchardt, os neogramáticos e as leis fonéticas: um debate de interesse historiográfico. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 43, p. 115-36, jul-dez 2019. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao43/cronicas.pdf>.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. São Paulo: Cutrix, 1969. Título original: *Cours de Linguistique Générale*, [1916].

SILVA NETO, Serafim da. *Manual de Filologia Portuguesa: história, problemas, métodos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença/MEC, 1988.

VIARO, Mário Eduardo. Uma breve história da Etimologia. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 15, n. spe, p. 27-67, São Paulo, dez. 2013.

POR UMA PALETA DE CORES DE MINAS GERAIS

Ludmila Reis Pinheiro (UFMG)
ludmilarpletras@hotmail.com

RESUMO

O estudo da Toponímia possibilita descortinar realidades contextuais de povoaamentos, seu ambiente e costumes. O processo de nomeação, portanto, é um ato designativo a partir da relação homem e sociedade. Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo descritivo – língu-cultural – dos topônimos relacionados às cores, isto é, cromotopônimos, presentes no estado de Minas Gerais. O arcabouço teórico que ampara esta é pesquisa é o conceito de cultura de Duranti (2000), os pressupostos teórico-metodológicos de Dick (1990a, 1990b; 2004; 2006) e na teoria da mudança e variação de Labov (1974). O corpus da pesquisa é proveniente do banco de dados do Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico de Minas Gerais. Pertencem à categoria dos cromotopônimos 589 dados, que foram analisados quantitativa e qualitativamente. Em uma análise inicial, constatou-se o uso predominante das cores vermelho, preto, dourado, verde e malhado nos cromotopônimos mineiros, o que pode ser explicado pelo ambiente de atividade mineradora, pecuária e de agriculturas, tão fortemente presentes no estado quando de seu povoamento.

Palavras-chave:

Cromotopônimos. Cultura. Léxico.

ABSTRACT

The study of Toponymy makes it possible to uncover the contextual realities of settlements, their environment and customs. The naming process, therefore, is a designative act based on the relationship between man and society. This work aims to carry out a descriptive study – linguistic-cultural – of toponyms related to colors, that is, chromotoponyms, present in the state of Minas Gerais. The theoretical framework that supports this research is Duranti's (2000) concept of culture, Dick's theoretical-methodological assumptions (1990a, 1990b; 2004; 2006) and Labov's theory of change and variation (1974). The research corpus comes from the database of the ATEMIG Project – Minas Gerais Toponymic Atlas. 589 data belong to the category of chromotoponyms, which were analyzed quantitatively and qualitatively. In an initial analysis, the predominant use of the colors red, black, gold, green and spotted in Minas Gerais chromotoponyms was found, which can be explained by the environment of mining, livestock and agricultural activities, so strongly present in the state at the time of its creation. population.

Keywords:

Chromotoponyms. Culture. Lexicon.

1. Introdução

Esta pesquisa teve como foco apresentar parte dos resultados gerais sobre topônimos referentes a cores – cromotopônimos – presentes em todo o

estado de Minas Gerais. Os estudos toponímicos oferecem um valioso conjunto de indícios para descortinar evidências de cenários natural e cultural de uma região, uma vez que, como importante fator de comunicação, permitem a identificação e a recuperação de fatos linguísticos recorrentes no ato denominativo bem como o reconhecimento e a conservação das tradições e costumes de uma comunidade. Dessa maneira, esta pesquisa visa contribuir para as investigações linguístico-culturais que vêm sendo feitas no Brasil, referentes à língua portuguesa, ao investigar e descrever os nomes de lugares motivados por nomes de cores presentes em todo o território mineiro.

Os dados do *corpus* desta pesquisa foram extraídos do banco de dados sincrônicos do Projeto Altas Toponímico do Estado de Minas Gerais – ATEMIG – desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/UFMG), desde 2005.

O objetivo desta pesquisa foi identificar, analisando o sintagma toponímico, as cores que mais figuram e representam espaços e tempos no processo de povoamento do estado de Minas Gerais.

2. Aspectos teórico-metodológicos

A linguagem é uma instituição humana, um instrumento de comunicação, produto da sociedade, tal instituição é imutável e varia conforme pressão de necessidades diversas e influência de outras comunidades (Cf. MARTINET, 1973). A capacidade da linguagem do ser humano permite-lhe traduzir o mundo em palavras cuja construção lexical advém de recortes do mundo real. A língua teria, portanto, uma palavra para cada categoria. Desse modo, o falante reconhece uma realidade, memoriza-a (por meio da associação da imagem a um nome), distingue-a caso a língua lhe ofereça uma nova palavra para tal (Cf. BROWN; LENNEBERG, 1954 *apud* BIDERMAN, 1981). Dessa forma, as noções de cultura e linguagem se conectam, de forma que a segunda pode ser vista como recurso da primeira (Cf. DURANTI, 2000). Concorde-se, assim, com a definição de que “a cultura não é um fenômeno material; não se trata de coisas, genes, comportamento ou emoções, mas de uma organização de todos eles” (DURANTI, 2000, p. 47). A língua é um fato social sendo influenciada por pressões sociais que operam continuamente sobre ela, portanto o contexto social deve ser considerado (Cf. LA-BOV, 2008 [1972]).

O sistema linguístico permite que os indivíduos se expressem, manifestando elementos da experiência humana advindos de interações com o ambiente físico e cultural (Cf. BIDERMAN, 1981), como valores, ideias, atitudes e condutas, de forma consciente ou não, em situação concretas (ne-

cessidade humana), tornando-os personagens históricos (Cf. DICK, 1990a). O léxico de uma língua natural registra o conhecimento do mundo (Cf. BIDERMAN, 1987).

Nesse cenário, o acervo verbal de um idioma, o português como exemplo, resulta do processo de categorização secular na cultura (Biderman, 1981), constituindo o léxico “um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multiseculares de um povo, podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época, *mots-témoins*” (SEABRA, 2015, p. 73). De tal modo, as línguas organizam seu léxico de acordo com suas necessidades práticas. A variabilidade no léxico reflete o ambiente social, tendo alcance no tempo e espaço. Dependendo da complexidade cultural de um grupo, seu léxico se configura mais ou menos robusto e ramificado (Cf. SAPIR, 1961).

Na Lexicologia, estuda-se a Onomástica, que é campo que pesquisa os nomes próprios. Do grego *onoma*, ela tem como objeto de estudo os nomes próprios de lugar ou de pessoa. Ela possui como áreas de estudo: a Antroponímia (do gr. *antropos* – homem) que engloba nomes próprios individuais, os nomes parentais ou sobrenomes e as alcunhas ou apelidos e a Toponímia (do gr. *topos* – lugar) que investiga nomes próprios de lugares. A Toponímia do grego *topos*, ‘lugar’, investiga o léxico toponímico por meio do estudo dos nomes próprios de lugares. Tem como objeto de estudo – o topônimo – e métodos de pesquisa bem definidos, em que se investigam “os designativos geográficos, em sua bipartimentação física (rios, córregos, morros etc.) e humana, antrópica ou cultural (aldeias, povoados, cidades etc.)” (DICK, 1990a, p. 119). Este trabalho é vinculado a esta disciplina.

A pesquisa toponímica brasileira deve estar pautada nestes dois aspectos importantes: (i) no estudo da natureza linguística dos topônimos que conformam a nomenclatura geográfica brasileira e (ii) – no estudo da motivação ou da natureza semântica dos nomes envolvidos no ordenamento onomástico brasileiro, configurando categorias taxonômicas (Cf. DICK, 1990). Este projeto abrange o “método das áreas”, utilizado por Dauzat, que propõe o remapeamento da divisão municipal de acordo com as camadas dialetais presentes na língua padrão, e a distribuição toponímica em categorias taxonômicas que representam os principais padrões motivadores dos topônimos no Brasil, as quais foram sugeridas por Dick (1990).

Visando constituir um corpus de dados contemporâneos para posteriores análises sincrônicas e diacrônicas, a equipe do Projeto ATEMIG coletou topônimos em todo o território mineiro, seguindo a divisão proposta pelo IBGE, que recorta o estado em 12 mesorregiões, a qual esta pesquisa também seguiu, conforme pode ser visto no mapa a seguir:

Figura: Mapa da divisão das mesorregiões de Minas Gerais.



Fonte: Site do Governo do estado de Minas Gerais.

Após coletados os dados de cromotopônimos, eles foram analisados por meio da ficha lexicográfica, em que se classificam as ocorrências dos topônimos.

A seguir, um exemplo dessa classificação adaptado e proposto por Seabra (2004) e Carvalho (2014) para a divisão regional de Minas Gerais.

(18) PRETO		cor									
DADOS CONTEMPORÂNEOS – BANCO DE DADOS DO PROJETO ATEMIG											
Total de topônimos no Estado: 100											
Origem da base léxica cromotoponímica: português											
Gênero: Masculino e feminino											
Número: singular e plural											
Distribuição dos topônimos nas doze mesorregiões:											
CAMPO AS VERTENTES	CENTRAL MINEIRA	JEQUITINHONHA	METROPOLITANA DE BH	NORDESTE	NORTE	OESTE	SUL/SUDOESTE DE MINAS	TRIÂNGULO MINEIRO	VALE DO MUCURI	VALE DO RIO DOCE	ZONA DA MATA
3	5	12	6	7	3	7	6	1	55	15	
Distribuição dos topônimos entre acidentes físicos e humanos:											
Acidentes Físicos: 95											
Acidentes Humanos: 5											
Descrição morfológica de variantes (ocorrências). Exemplos:											
Capão Preto = Nm [AD]sing]											
Rio Preto = Nm [AD]sing]											
Rio Preto de Itambé = Ncm [AD]sing + {Prep + Ssing}]											
Lagoa Preta = Ncf [AD]sing]											
Lagoa Preta de Baixo = Ncf [AD]sing + {Prep + ADV}]											
Lagoa Preta de Cima = Ncf [AD]sing + {Prep + ADV}]											
Ilha das Pretinhas = Nf [Prep + Artigo plural + Sp}]											
Morro Preto = Ncm [AD]sing]											
Fazenda Pretinho = Nf [Ssing]											
Informações Enciclopédicas:											
<p>Preto, preto (ê). [Do lat. *prettu] Adj. 1. Que tem a mais sombria de todas as cores; da cor do ébano, do carvão. [Rigorosamente, no sentido físico, o preto é a ausência de cor, como o branco é o conjunto de todas as cores. v. cor (1).] 2. Diz-se dessa cor. 3. Diz-se de diversas coisas que apresentam cor escura, sombria; negro: <i>O céu ficou preto de fumaça</i>. 4. Sujo, encardido. 5. Diz-se do indivíduo negro. 6. Diz-se da cor da pele desses indivíduos, ou da cor da pele clara queimada pelo sol; negro. 7. <i>Tip</i>. Diz-se do tipo (ou fio) de traços acentuadamente mais fortes que o normal; negro, gordo. [Nesta acepç., v. <i>meio-preto</i>.] 8. <i>Bras</i>. Difícil, perigoso; roxo: <i>Eu vi as coisas pretas</i>. V. bode, café, chá, fava-a, frades-s, naipes-s, pão e terra-a. S. m. 9. Indivíduo negro. [Aum., nesta acepç.: <i>pretalhão</i>.] 10. A cor preta [v. de cor (3)]: "Toda de preto vestida / como um poema fechado / num envelope de luto" (Raul Bopp, <i>Putirum</i>, p. 147); "Andava quase sempre de preto, cor muiço da época." (Carlos Lacerda, <i>A Casa do Meu Avô</i>, p. 77). [Sin. (salvo na acepç. 7): negro. Pl.: pretos (ê). Cf. preto, adv., Preto, mit. e antr., e pl. Pretos.] Pôr o preto no branco. Passar a documento escrito qualquer declaração verbal.</p> <p>Origem: Português<Latim</p>											

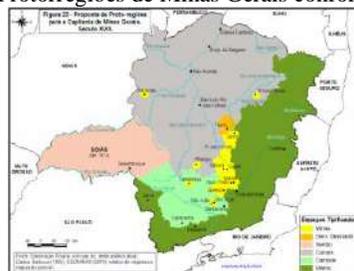
Voltando a discorrer sobre o estado de Minas Gerais, entende-se que a ocupação humana acontecia nos centros da mineração, configurando-se, assim, a partir da base econômica da exploração das minas (ouro e diamantes). Dessa forma:

Os rios descendo em busca do mar cortaram o planalto em sulcos profundos, cada grupo de afluentes do mesmo conjunto hidrográfico dando a imagem exata da mão humana aberta em leque. No fundo desses vales, quando a torrente encachoeirada toma-se em manso rio, as águas depositaram pepitas de ouro no meio do cascalho. Os bandeirantes, subindo o rio, instalaram-se nos vales (TORRES, 2011 [1943], p. 68)

Das águas do Rio São Francisco, caminhos eram trilhados para o povoamento, picadas se abriam, e nelas o gado passava, por onde se ouviriam o chiado dos carros de boi (Cf. DIÉGUES JUNIOR, 1960).

Uma diferenciação interna para a Capitania de Minas Gerais no século XVIII seria a baseada em “protorregiões”, isto é, “uma determinada extensão do espaço geográfico em formação e diferenciação precoce, com a predominância de algum atributo peculiar, responsável por fornecer o critério chave de distinção” (CARNEIRO, 2013, p. 303).

Figura– Mapa das Protorregiões de Minas Gerais conforme Carneiro (2013).



Fonte: Carneiro (2013, p. 304).

A consolidação da povoação se ligava à institucionalização do controle da terra (Cf. MONTE-MÓR, 2001). Levando-se em consideração tal perspectiva, na primeira metade do século XIX, a organização da economia mineira teria sido marcada por fortes contrastes regionais, tendo como principal fator a distribuição da população e a grande variação do nível de atividade econômica, sobretudo a mineração. Logo, as formas de ocupação e exploração econômica definiam processo de desenvolvimento do povoamento e sua fixação (Cf. CUNHA; GODOY, 2003).

A respeito do fenômeno da cor, entende-se que sua percepção advém de um processo físico e cultural, dessa maneira, as cores são encontradas nas paisagens que compõem o território mineiro. Por isso, para aproximar dessas

percepções cromáticas, baseou-se no trabalho de Carneiro (2013), tendo em vista o conceito de protorregião, quais sejam: minas, sertões, matas, campos e currais. Além dessa descrição física, também se apresentam as atividades econômicas e culturais – características das mesorregiões, a saber, mineração por excelência, seguida da pecuária e agricultura, no intuito de descrever como as cores se relacionam e representam as atividades que possibilitaram a fixação do homem no ambiente formando grupos sociais. Essas informações foram extraídas do IBGE bem como de Cunha e Godoy (2003). Dessa forma, correlacionou o conceito de protorregião (Cf. CARNEIRO, 2013), em suas classificações de minas, sertões, matas, campos e currais, ao de mesorregião e suas atividades econômica-culturais. Por exemplo, a mesorregião Norte é considerada uma paisagem que tem características de protorregiões de campos, currais e sertões, e, sendo assim, a base lexical da cor “malhada” – que muito se refere à pelagem de animais/gado – foi mais encontrada nessa região.

3. *A problemática das cores*

Um leque de teorias de origens diversas – filosófica, psicológica, fisiologia, física, estética – vem estudando o fenômeno da cor. Desde Platão e Aristóteles, passando por Leonardo da Vinci (O tratado da pintura e da paisagem – sombra e luz), Newton (óptica – ou um tratado das reflexões, refrações, inflexões e cores de luz) e Goethe (Doutrina das cores), no século XV (Cf. GUIMARÃES, 2000).

Todo o espaço tridimensional é constituído por vetores luminosos que carregam as informações visuais de um objeto e a projeção desses feixes luminosos atinge as pupilas dos olhos do homem (Cf. GUIMARÃES, 2000). O mundo material se apresenta sob duas formas: substância e luz. Esta tem sua existência condicionada pela matéria, tratando-se de radiação eletromagnética emitida pela substância. Newton descobre o mecanismo de coloração dos corpos através da absorção e reflexão dos raios luminosos, determinado pela a propriedade que convencionou chamar de “cores permanentes dos corpos naturais” (PEDROSA, 1977).

A luz solar (o espectro óptico) contém todas as cores que o homem pode visualizar. A faixa projetada por várias cores se denominou espectro (latim *spectrum*). Qualquer ambiente juntamente com seus objetos materiais muda efetivamente de cor conforme suas fontes de luz. A cor dos objetos se altera conforme a luz que os atinge, devido a cor não ser característica dos objetos (Cf. FARINA *et al.*, 2006).

Figura: Cores/bases lexicais encontradas nos sintagmas toponímicos

Cores	Mesorregiões											total_cores	
	Metropolitana	Central Mineira	Noroeste	Jaqutinhonha	Campo das Vertentes	Sul/Sudoeste de Minas	Centro	Norte	Triângulo Mineiro	Rio Doce	Vale do Açu		Zona da Mata
preto	12	3	6	5		7	3	7	6	35	1	15	100
vermelho	17	1	2	5	1	13	4	12	3	15	0	20	93
dourado	4		1	2		18	2	3	32	1	4	1	68
verde	1	3	4	2	1	12		14	5	3	1	1	47
malhado	2	4	1	4		3	1	19	1				35

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Como se pode observar, a base lexical preta foi a que mais ocorreu, tendo 100 casos, seguida de vermelho (93 ocorrências), dourado (68), verde (47) e malhado (35). A seguir, analisam-se esses casos.

4.1. Preto

O significado de preto se relaciona, geralmente, a aspecto materiais como sombra, fumaças, coisas obscuras, sujas, poluídas, e afetivamente, estas se ligam a sentimentos de tristeza e melancolia (Cf. HELLER, 2022; FARINA *et al.*, 2006). As seguintes características faziam parte da paisagem física do ambiente mineiro:

Antes de mais nada, temos que concordar que os efeitos de uma paisagem constituída por montanhas pretas, dominando o conjunto, montanhas que parecem estar pesando sobre o coração dos homens, só poderia realçar os efeitos da tristeza produzida pelo clima e pelo solo. (TORRES, [1943] 2011, p. 70)

De repente, passaram, aos galopes e gritos, uns companheiros, que tocavam um boi preto que iam sangrar e carnear em beira d’água. (ROSA, 1956, p. 35)

Preto se refere e nomeia as paisagens da natureza e seus referentes que constituem as protorregiões. A correlação entre cor, mesorregião, protorregião e atividade econômico-cultural seria assim:

35 ocorrências no Rio Doce / ambiente natural de campos e currais / atividades de pecuária e agricultura.

17 ocorrências na Zona da Mata / ambiente de matas e sertões / atividade de agricultura

12 ocorrências na Metropolitana / ambiente de alternância de minas (por excelência), campos e currais / atividade de mineração

No que se refere às atividades econômicas de mineração, pecuária e agricultura, a cor preta está ligada a elas de formas direta e indireta, via nuances. Na mineração, o preto aparenta ser cinza e turvo. Por exemplo, na mesorregião Metropolitana foram encontrados 12 cromotopônimos de base preta, como Rio Preto. Em se tratando de uma região onde se iniciou a ex-

ploração de ouro, há muita poluição e devastação causadas pela mineração, portanto, essas tonalidades podem qualificar os acidentes, como rio, de forma negativa, uma vez que a cor preta tem também por definição ser algo sujo e sombrio.

Na pecuária, encontrou-se o preto está ligado à cor da pelagem os animais e alguns solos enegrecidos de cinza e poeira. De fato, se encontraram cromotopônimos nas zonas características de tal atividade, Triângulo Mineiro (6), Norte (7) e Jequitinhonha (5).

Na agricultura os solos, muitas vezes, têm cor preta, assim como o fruto do café, cuja cultura foi predominante no estado, tem uma cor escura, preta e avermelhada. Nas lavouras cafeeiras, o fruto do café passa a maior parte de sua existência junto ao pé, quando sua coloração é avermelhada, e escurece ao preto sazonalmente, até que chegue o momento de colheita dos frutos. E, de fato, tiveram ocorrências de cromotopônimos de base preta/negra nas áreas Zona da Mata (15) e Sul/Sudoeste de Minas (7), zonas de plantio de café.

4.2. Vermelho

A base lexical de cor vermelha foi a segunda mais encontrada compondo os cromotopônimos.

A base lexical vermelha foi encontrada em todas as mesorregiões, exceto em Vale do Mucuri. Teve alta frequência em Zona da Mata, 20 ocorrências, Metropolitana, 17, Rio Doce, 15, Sul/Sudoeste de Minas, 13, Norte, 12, nas demais teve baixos índices. Essa tonalidade colore todo o espaço de Minas Gerais.

Ela é a cor por excelência, a primeira de todas as cores, sendo a cor do sangue, da vida. É cor da terra, o início de tudo, onde se minera, pasta e colhe (Cf. HELLER, 2022; FARINA *et al.*, 2006)

E começando pela lavra desta, se o ribeiro depois de examinado com socavão físcou ouro, é sinal infalível que o tem também a terra, na qual, dando ou abrindo catas e cavando-a primeiro em altura de dez, vinte ou trinta palmos, em se acabando de tirar esta terra, que de ordinário é vermelha (...) (ANTONIL, 2012 [1650-1716], p. 197-98)

De repente, passaram, aos galopes e gritos, uns companheiros, que tocavam um boi preto que iam sangrar e carnear em beira d'água. (ROSA, 1956, p. 35)

Vermelho se refere e nomeia as paisagens da natureza e seus referentes que constituem as protorregiões. A correlação entre cor, mesorregião, protorregião e atividade econômico-cultural seria assim:

20 ocorrências na Zona da Mata / ambiente natural de matas e sertões / atividade de agricultura

17 ocorrências na Metropolitana / ambiente de alternância de minas (por excelência), campos e currais / atividade de mineração

15 ocorrências no Rio Doce / ambiente natural de campos e currais / atividades de pecuária e agricultura.

13 ocorrências Sul/Sudoeste / ambiente natural de matas / atividades de agricultura

12 ocorrências no Norte / ambiente natural de campos, currais e sertões / atividades de pecuária

A cor vermelha foi muito encontrada em elementos/referentes que constituem a terra: para minerar (a terra boa era considerada a vermelha), para pastar (pelagem, bem como ao abate, processamento e armazenamento de produtos de origem animal) e para plantar. É possível afirmar, ainda, ter havido um processo de metáfora, mais no sentido de homenagear a exuberância da cor vermelha advinda da vivacidade do solo, do sol, das matas, dos rios, bem como da potência das atividades de mineração, agricultura e pecuária. Mas, em contrapartida, por analogia e metáfora, também se tem o vermelho nomeando rios e serras, mas não no sentido de homenagem e de relevância, mas sim sob o ponto de vista de uma crítica negativa, a algo sombrio e violento das atividades econômicas mencionadas.

4.3. Dourado

A base lexical dourada foi encontrada em quase em todas as mesorregiões, exceto em Vale do Mucuri e Central Mineira. Teve alta frequência no Triângulo Mineiro, 32 casos, Sul/Sudoeste de Minas, 18, as demais regiões tiveram entre 1 a 4 ocorrências. Essa cor é a cor do ouro, relacionando-se a status e poder. É preterida pelos poetas, sendo mais reluzente que o pálido amarelo. É também a cor do sol, tão característico do horizonte das gerais. (Cf. HELLER, 2022; FARINA *et al.*, 2006). Ademais, é a cor da pelagem dos animais, seres sagrados para formação do território mineiro.

Ao relançar das labaredas, e o refreixo das cores dando lá acima nos galhos e folhas, essas trocavam tantos brilhos e rebrilhos, de dourado, vermelhos e alaranjado às brasas, essas esplendências, com mais realce que todas as pedras de Araçuaí, do Jequitinhonha e da Diamantina (ROSA, 1956, p. 536)

Dourado se refere e nomeia as paisagens da natureza e seus referentes que constituem as protorregiões. A correlação entre cor, mesorregião, protorregião e atividade econômico-cultural seria assim:

32 ocorrências no Triângulo Mineiro / ambiente natural de campos e currais / atividades de pecuária e agricultura.

18 ocorrências Sul/Sudoeste / ambiente natural de matas / atividades de agricultura

Dourado foi muito encontrado no Triângulo Mineiro, região agropastoril, sendo caracterizado por temperaturas altas, extensas planícies, chapadões, forte atividade de pecuária, protorregiões de campos e de currais, bem como região de vegetação exuberante. Em seguida, a escala foi encontrada no Sul/Sudoeste de Minas, isto é, liga-se à atividade agrária por excelência, sobretudo, à cafeeira.

4.4. Verde

A base lexical verde foi produtiva nas mesorregiões Norte, 14 casos, seguida da Sul/Sudoeste de Minas, 12, e Triângulo Mineiro, com 5. As demais regiões tiveram entre 1 a 4 ocorrências, com exceção de Oeste que não teve a base lexical.

O verde é a cor característica dos elementos da natureza. (Heller, 2022; Farina *et al.*, 2006). Minas Gerais é banhada pela Mata Atlântica, de potência e exuberância, do sombrio e enegrecido verde das matas.

Verde se refere e nomeia as paisagens da natureza e seus referentes que constituem as protorregiões. A correlação entre cor, mesorregião, protorregião e atividade econômico-cultural seria assim:

14 ocorrências no Norte / ambiente de campos, currais e sertões / atividade de pecuária

12 ocorrências Sul/Sudoeste / ambiente natural de matas / atividades de agricultura

No geral, o Norte tem característica de ter grandes chapadões de montanhas, muitas gramíneas, domínio do ecossistema cerrado para a caatinga. Esse mar de montanha pode apresentar a cor verde – “versicolores”, ou seja, “Todavia, cabe dizer que, em suas nuances de verde, enfeitadas de outras cores, as matas, os campos e serras de Minas acabam por ser versicolores, isto é, “de várias cores (...)” (BORGES, 2004, p. 112). No Sul/Sudoeste de Minas teve forte presença da atividade agricultura, daí a se encontrar os expoentes representativos da cor verde.

4.5. *Malhado*

A base lexical malhada também foi bastante encontrada constituindo cromotopônimos. Malhado ocorreu em todas as mesorregiões, exceto em Campo das Vertentes, Vale do Mucuri, Rio Doce e Zona da Mata. Pintado se manifestou em Norte, Jequitinhonha, Metropolitana. Esta cor de difícil precisão se relaciona à pelagem de animais. Por meio da pata do boi, descobriu-se o sertão, símbolo de progresso. O gado vacum consagrou a alimentação do povo da montanha, bandeirantes, mineradores.

A gente ia para o Buriti-Pintado. A lá, consta de dez léguas, doze, – “Na hora, cada um deve de ver só um algum judas de cada vez, mirar bem e atirar. O resto maior é com Deus...” – já vai que falava. [...] E as malocas de bois e vacas que se levantavam das malhadas, de acabar de dormir, suspendendo corpo sem rumor nenhum, nomeio-escuro, como um açúcar se derretendo no campo. (...) Diadorim, mesmo, a cara muito branca, de da alma não se reconhecer, os olhos rajados de vermelho, o encovo. Aquilo era o crer da guerra. [...] Agora, daquela hora, era meu o cavalo grande, com suas manchas e riscas – ah, como ele pisava peso no chão, e como ocupava tão grande lugar! (ROSA, 1956, p. 126, 403, 500 e 614)

Malhado se refere e nomeia as paisagens da natureza e seus referentes que constituem as protorregiões. A correlação entre cor, mesorregião, protorregião e atividade econômico-cultural seria assim:

19 ocorrências no Norte / ambiente de campos, currais e sertões / atividade de pecuária

Essa cor é encontrada na obra de Guimarães Rosa se remetendo à pelagem de animais, podendo se referir a muitas cores, como malhado-vermelha, malhado-amarela, malhada de preto (Cf. BORGES, 2004). Notou-se que essa base lexical se relaciona e nomeia majoritariamente o referente de mundo cor da pelagem de animais. No entanto, parece se referir mais ao animal que à própria cor, a ponto de se reconhecer e designar o animal pelo hipônimo malhada em vez do hiperônimo gado. Além de designar nomes comuns, essa base lexical motiva, também, a criação de nome próprio, bem como em topônimos.

5. *Considerações finais (ou Conclusão)*

Ao olhar para os sintagmas toponímicos – cromotopônimos – examinando-os, fez-se uma viagem ao passado, no intuito de poder descobrir os aspectos físicos, históricos, culturais, econômicos e sociais relacionados aos termos de cores, servindo como fator motivacional no ato de nomeação dos lugares. Analisou-se, assim, o léxico das cores do estado de Minas Gerais nomeando acidentes físicos e humanos.

Este trabalho demonstrou que as cores estão relacionadas ao ambiente físico, econômico e cultural de Minas Gerais. As bases lexicais mais encontradas foram: preto, vermelho, dourado, verde e malhado. As cores nomeiam tanto o ambiente físico, isto é, quando o homem luta com o meio para se fixar, bem como as relações sociais e econômicas que estabelece para sobreviver. O ambiente físico desta pesquisa foi descrito sob a definição de protorregiões (Cf. CARNEIRO, 2013), já o social foi trabalhado tendo em vista o modelo de regionalização das doze mesorregiões que compõem Minas Gerais, sendo historicamente, classificada como região cultural mineradora (Cf. CUNHA; GODOY, 2003).

Conclui-se, portanto, que a paleta de cores representativa de Minas Gerais foi formada pelas escalas cromáticas de vermelho, preto, dourado, malhado e verde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 2012. Disponível em: <https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/cultura-opulencia-do-brasil.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2023.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A estrutura mental do léxico. In: _____. *Estudos de filologia e Linguística*. São Paulo: EDUSP, 1981.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A estruturação do léxico e a organização do conhecimento. *Letras de Hoje*, v. 22, n. 4, p. 81-96, Porto Alegre, dez. 1987.

BORGES, Maria Zélia. *Coleta de cores: uma ode a Minas Gerais*. São Paulo: SGuerra, 2004.

BROWN, R.; LENNEBERG, E. A study in language and cognition. *The Journal of Abnormal Psychology*, v. 49, n. 3, p. 454-62, Washington, 1954.

CARNEIRO, Patrício Aureliano S. *Do Sertão ao Território das Minas e das Gerais: entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial*. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-95SMJC>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CARVALHO, Ana Paula. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível

em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MGSS-9PMR2U>. Acesso em: 10 maio 2021.

CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. *O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX*. In: Congresso Brasileiro de História Econômica, 5., 2003. Belo Horizonte. *Anais...* Disponível em: https://www.abphe.org.br/arquivos/2003_alexandre_mendes_cunha_marcelo_magalhaes_godoy_-o-espaco-das-minas-gerais-processos-de-diferenciacao-economico-espacial-e-regionalizacao-nos-seculos-xviii-e-xix.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990a.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1960.

DURANTI, Alessandro. *Antropologia linguística*. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho. *Psicodinâmica das cores em comunicação*. 5. ed. São Paulo: Edgar Blucher, 2006.

GONÇALVEZ, Maria Filomena. O ‘Campo das cores’ no dicionário histórico do português de Portugal (sécs. XVI-XVIII). In: Simpósio Mundial de Estudos De Língua Portuguesa, 5., Simpósio 52 – Estudos históricos do léxico e lexicografia do português, 1177-1194. 2017. Disponível em: <http://sibaese.unisalento.it/index.php/dvaf/article/view/17856>. Acesso em: 9 ago. 2021.

GUIMARÃES, Luciano. *A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2000.

HELLER, Eva. *A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão*. 4. reimpr. São Paulo: Olhares, 2022.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

MARTINS, Sabrina de Costa; ZAVAGLIA, Claudia. *Léxico e cores: as expressões cromáticas contribuindo para a ampliação lexical*. 2014. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/10347>. Acesso em: 24 mar. 2023.

_____; _____. *O relativismo linguístico dos nomes populares das espécies da fauna e da flora*. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/176860/178824>. Acesso em: 24 mar. 2023.

MARTINET, André. *Elementos de linguística geral*. Trad. de Jorge Morais Barbosa. 5. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1973.

MONTE-MÓR, R. A fisionomia das cidades mineradoras. *Texto para discussão*, CEDEPLAR-UFMG, n. 163, p. 1-13, 2001a.

OLIVEIRA, Debora Fontoura. *A percepção: um processo objetivo, categórico e não conceitual*. 2015. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

PEDROSA, Israel. *Da cor à cor inexistente*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ed Léo Cristiano, 2002.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1956.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

SAPIR, Edward. *Língua e ambiente*. Linguística como ciência. Ensaios. Livraria Acadêmica, 1969.

_____. *Linguística como ciência*. Ensaios. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Língua, cultura, léxico. In: SOBRAL, G.N.T.; LOPES, N. da S.; RAMOS, J.M. *Linguagem, sociedade e discurso*. São Paulo: Blucher, 2015.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. Coleção Historiografia de Minas Gerais. Série Alfarrábios.

Outra fonte:

GOVERNO DE MINAS GERAIS. Disponível em: mg.gov.br. Acesso em: 20 out. 2023.

REFLEXÕES TEÓRICAS E DISCURSIVAS DA ABORDAGEM
SEMIOLINGÜÍSTICA PARA O ENSINO DE LÍNGUA
PORTUGUESA E LITERATURA

Antonio Cilrírio da Silva Neto (UEMA)

antonioneto5@professor.uema.br

Maria Vitória Sousa Franco de Carvalho (UEMA)

vitoriasousafranco@gmail.com

Paulina da Silva Sena (UEMA)

paulinasenna11@gmail.com

Rebeca Campos Silva (UEMA)

rebecacampos504@gmail.com

RESUMO

O objetivo do presente artigo foi refletir teórica e discursivamente a abordagem Semiollingüística no Ensino de Língua Portuguesa e Literatura, a partir da Cartilha do participante do ENEM 2023 (BRASIL, 2023). Apresentar questões teóricas sobre Semiologia e Semiollingüística voltadas a esse ensino em Orlandi (2008), Charaudeau (1995; 2005; 2014), Fidalgo (2003), Maingueneau (2008), Ducrot (1987) e Rosado (2014). Dessa forma, é explicada como a comunicação se apropria de elementos como o objeto, o referente, o código, o meio de transmissão, o emissor e o receptor. Além disso, são abordadas reflexões acerca do aporte teórico e a construção de mapas mentais sobre a abordagem do discurso e da semiollingüística. Bem como, a apresentação de uma intervenção discursiva e semiológica para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura. Posto isso, perceber-se-á, como exemplo, as reflexões teóricas e discursivas da abordagem semiollingüística para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura na construção semiollingüística e psicossocial da comunicação.

Palavras-chave:

Comunicação. Abordagem semiollingüística. Ensino de língua.

ABSTRACT

The aim of this article was to reflect theoretically and discursively on the Semiollingüistic approach in Teaching Portuguese Language and Literature, based on the ENEM 2023 Participant's Handbook (BRASIL, 2023). Present theoretical questions about Semiology and Semiollingüistics focused on this teaching in Orlandi (2008), Charaudeau (1995; 2005; 2014), Fidalgo (2003), Maingueneau (2008), Ducrot (1987) and Rosado (2014). In this way, it is explained how communication appropriates elements such as the object, the referent, the code, the transmission medium, the sender and the receiver. Furthermore, reflections on the theoretical support and the construction of mental maps on the approach to discourse and semiollingüistics are discussed. As well as, the presentation of a discursive and semiological intervention for the teaching of Portuguese Language and Literature, based on the aforementioned theorists. Having said that, we will see, as an example, the theoretical and discursive reflections of the semiollingüistic approach to teaching Portuguese Language and Literature in the semiollingüistic and psychosocial construction of communication.

Keywords:

Communication. Language teaching. Semiolinguistic approach.

1. Introdução

A Análise do Discurso (AD) é apresentada por Orlandi (2008) como o estudo da linguagem de uma maneira particular. Esse estudo foi desenvolvido para explicar como o discurso ocorre, o que o motiva e por que ele existe da forma que existe. O presente trabalho relaciona Análise do Discurso, Semiologia e Semiolinguística, em conjunto, com suas reflexões teóricas e discursivas para o ensino na Língua Portuguesa e Literatura em sala de aula.

Segundo Orlandi, a Análise do Discurso “(...) não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso” (2008, p. 15), e isso traz o questionamento: “O que é discurso?” De acordo com a autora, o discurso traz a ideia de algo que está em movimento, como um caminho. Então, pode-se entender que o discurso nada mais é que a prática da comunicação, o dito e o entendido pelo homem, o jogo de palavras criada para intercomunicação entre duas ou mais pessoas.

Charaudeau (1995) caracteriza a Semiolinguística como uma parte da comunicação entre pares na sociedade. Para que exista uma transmissão de pensamentos, é necessário que exista uma habilidade desenvolvida entre os sujeitos falantes e ouvintes, a fim de garantir que a mensagem seja entregue e recebida de acordo com determinadas configurações.

Como parte da Semiolinguística, a Semiótica é a área em que, de acordo com Fidalgo (2003) tem como ênfase a criação de significados e a formação das mensagens a serem transmitidas “para que haja comunicação é preciso criar uma mensagem a partir de signos, mensagem que induzirá o interlocutor a elaborar outra mensagem e assim sucessivamente” (FIDALGO, 2003, p. 19).

Conforme as considerações acima, indagou-se: Por que apresentar reflexões teóricas e discursivas da abordagem Semiolinguística para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura? Porque, acreditamos, que a abordagem Semiolinguística pode ser utilizada no ensino de Língua Portuguesa e Literatura.

Desta maneira, abordamos os conceitos de signo, semiótica e semiolinguística para a compreensão dos ideais teóricos. Posto isso, tem-se como objetivo geral refletir teórica e discursivamente a abordagem Semiolinguística para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura, e, como objetivos específicos, a construção de mapas mentais sobre a abordagem da Análise do

Discurso e da Semiologia, e a apresentação de intervenções discursivas e semiológicas para esse ensino.

Assim, portanto, justificamos que a Semiologia, como uma área que abarca estudos Semióticos, possibilitou a reflexão teórica e discursiva da sua utilização para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura.

2. *Metodologia*

A metodologia empregada nesta investigação foi a leitura e análise crítica e argumentativa da bibliografia referente ao tema, a Cartilha do participante do ENEM 2023 (BRASIL, 2023). As análises argumentativas estão apoiadas e discutidas à luz da literatura secundária e crítica. Os resultados obtidos foram discutidos à luz das leituras de Orlandi (2008) em Charaudeau (1995, 2005, 2014), Fidalgo (2003), Fidalgo e Gradim (2005), nas bibliografias de Maingueneau (2008) e Ducrot (1987), Indicou-se, além disso, a leitura da Teoria semiológica e alguns pressupostos de Rosado (2014), além de outras leituras complementares.

3. *Semiologia: estudos teóricos e discursivos*

A conceituação de sinais, signos e da própria semiótica é inerente ao discurso. Segundo Fidalgo os sinais são: “(...) tudo aquilo que pode servir para identificar uma coisa, no sentido de distinguir das demais” (2003, p. 10). O autor, ainda, apresenta diversos exemplos que caracterizam os sinais, como sendo: gestos, objetos, intenções e mais. Com essa definição, temos as palavras como sinais, e assim, identificamos como estes sinais estão presentes na fala e no discurso.

Em seguida, Fidalgo (2003) explicita o que são os signos, e como usualmente são mais compreendidos e utilizados do que os sinais. No dicionário *Oxford Languages*, o signo dentro da semiótica é “qualquer objeto, forma ou fenômeno que representa algo diferente de si mesmo e que é no lugar deste numa série de situações (a balança em lugar de 'justiça'; a suástica, de 'nazismo' etc)” (OXFORD LANGUAGES, 2023).

O teórico segue a mesma linha de pensamento ao apresentar o significado da palavra, mesmo que de forma menos concisa inicialmente, instigando o leitor: “signo é um termo erudito (...) que não sofreu os percalços de uma utilização intensiva como o termo sinal e (...) não foi enriquecido com os termos dele derivados” (FIDALGO, 2003, p. 15).

Analogamente o autor apresenta, finalmente, o que é a semiótica, ressaltando que seu significado e sentido varia de acordo com o que se entende por comunicação:

O modelo semiótico de comunicação é aquele em que a ênfase é colocada na criação dos significados e na formação das mensagens a transmitir. Para que haja comunicação é preciso criar uma mensagem a partir de signos, mensagem que induzirá o interlocutor a elaborar outra mensagem e assim sucessivamente. (FIDALGO, 2003, p. 19)

A propósito da Semiologia, Charaudeau introduz seu significado como:

Semio-, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção de sentido e sua configuração se fazem através de uma relação de forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *lingüística* para destacar que a matéria principal da forma em questão – a das línguas naturais. (CHARAUDEAU, 1995, p. 1)

Dessa maneira, é possível entender que *semio-*, trazendo sentido de meio, metade, incompleto, funciona em conjunto com a linguística, tornando-a completa no sentido da comunicação. O autor exemplifica isso ao mostrar o duplo processo de semiotização do mundo, onde o significante passa a ser significado, entre o sujeito falante e o destinatário:

Figura 1: O duplo processo de semiotização do mundo.



Fonte: Charaudeau, 2005.

Na comunicação, esse processo envolve uma interação interdiscursiva entre quem fala e quem ouve. Como afirma Charaudeau (2014) o locutor é central nesse processo, estabelecendo uma conexão com o interlocutor. O discurso não se limita apenas ao que é dito, mas também à forma como é comunicado e compreendido, considerando os fatores que moldam o contexto linguístico, incluindo aspectos psicossociais. Dessa forma, é possível perceber uma intencionalidade naquilo que é comunicado.

Considerando o pressuposto de que o psicossocial influencia diretamente a situação de comunicação, o discurso se posiciona como elemento

“vivo”, que se manifesta quando os saberes de produção e interpretação são ativados e interagem entre si (Cf. CHARAUDEAU, 2005). Isto é, a produção de sentido se dá pelo fenômeno discursivo que se manifesta da seguinte forma:

O sujeito se apropria da língua, de formas-sentido, para engendrá-las no discurso, em um quadro de ação e tendo um determinado projeto de influência social. Logo, para construir o sentido, o sujeito realiza o procedimento de semiótica do mundo. (ROSADO, 2014, p. 5)

Por isso, o esquema de semiótica do mundo considera: **a) Processo de Transformação:** a parte em que o “mundo a significar” se torna um “mundo significado” a partir da ação de um sujeito falante e suas escolhas discursivas; **b) Processo de Transação:** o mundo já significado (desenvolvido pelo emissor) se insere como objeto de interação entre dois sujeitos falantes: Emissor e Destinatário (Cf. CHARAUDEAU, 2005). De acordo com o teórico da semiolinguística, este cenário de troca é a base e principal mecanismo para uma análise semiolinguística, visto que o discurso interliga a carga psicossocial de ambos os sujeitos.

4. A Semiolinguística no ensino de Língua Portuguesa e Literatura: uma reflexão

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (BRASIL, 2023) no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2022, de 2,3 milhões de participantes que realizaram as provas, apenas 32 alunos tiraram a nota máxima – 1000 – na redação. O número é uma realidade que vem assolando a educação básica nos Censos Escolares há muitos anos e é o reflexo de uma educação pouco focada no ensino do discurso efetivo, que pode ser desenvolvido, a partir do eixo da Semiolinguística, da Semiótica e da Análise de Discurso.

Para que isso aconteça, a área da Semiolinguística traz alguns princípios enunciados por Charaudeau que justificam o seu funcionamento, como: o princípio da alteridade, da pertinência, de influência e de regulação. Em suma, o autor explica que os postulados de intencionalidade a seguir possuam algumas “regras” para que a comunicação exista (Cf. CHARAUDEAU, 1995, p. 3):

- Linguagem como fenômeno de troca entre dois parceiros que devem reconhecer-se como semelhantes e diferentes;
- Os parceiros devem poder reconhecer os universos de referência que constituem o objeto da transação linguageira;

- Todo sujeito que produz um ato de linguagem visa atingir seu parceiro, seja para fazê-lo agir, seja para afetá-lo emocionalmente, seja para orientar seu pensamento;

- (ligado ao princípio anterior) Toda influência pode corresponder uma contra influência.

Por certo, ao seguir os postulados enunciados por Charaudeau (1995), o comunicante conseguirá construir seu discurso conforme os processos de semiotização de mundo para a comunicação realizada na síntese atual em todos os seus aspectos, sejam eles sociais, políticos, gramaticais ou educacionais.

Haja vista que, segundo o autor, “a análise do discurso não é experimental, mas empírico dedutiva, e a linguagem já está configurada em uma certa substância semiológica (verbal)” (CHARAUDEAU, 1995, p. 3), o falante deve entender e conseguir exercitar a sua capacidade de formalização do discurso de acordo com o ambiente que se está inserido, as pessoas com quem deseja falar, a mensagem que quer passar e como prefere fazer isso para que haja a melhor aceitação possível.

A Cartilha do Participante do ENEM 2023 prevê algumas competências que devem ser seguidas para que os estudantes consigam a nota máxima na redação do certame. São elas (Cf. BRASIL, 2023):

- Competência I: Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa;

- Competência II: Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa;

- Competência III: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista;

- Competência IV: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação;

- Competência V: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos.

Todas as competências fazem a utilização de ensinamentos básicos que são dispostos ao decorrer do ensino fundamental e médio: gramática, norma culta, boa escrita etc. Outrossim, todas utilizam a semiolinguística de forma oculta em suas especificações para o desenvolvimento de uma boa redação. Isto é, se o vestibulando que for realizar uma prova como o ENEM (ou similares, como certames próprios para as universidades) tiver conhecimento

mínimo de análise de discurso, semiótica e semiolinguística, a nivelção e capacidade de escrita dele será aumentada indubitavelmente, visto que as possibilidades que o conhecimento traz nesses casos são inúmeros.

A cartilha traz, por exemplo, algumas recomendações que são estudadas na semiótica como forma de coesão textual:

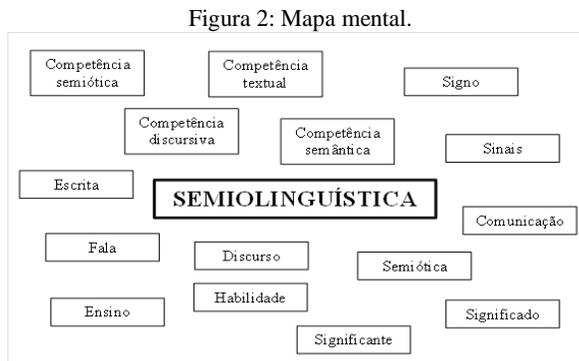
referenciação – pessoas, coisas, lugares e fatos são apresentados e, depois, retomados, à medida que o texto vai progredindo. Esse processo pode ser realizado mediante o uso de pronomes, advérbios, artigos, sinônimos, antônimos, hipônimos, hiperônimos, além de expressões resumitivas, metafóricas ou metadiscursivas. (BRASIL, 2023, p. 18)

Em síntese, conseguimos notar a similaridade e a importância da semiolinguística de forma propriamente dita dentro das salas de aula para auxílio e melhora dos níveis educacionais.

Para fixação do conteúdo, apresentado acima, elaboramos dois mapas mentais, em forma de nuvens, de palavras sobre a abordagem semiolinguística e da análise do discurso em sala de aula:



Fonte: Os autores, 2024 (baseados nos teóricos deste artigo).



Fonte: Os autores, 2024 (baseados nos teóricos deste artigo).

5. Considerações finais

A Semiologia em conjunto com o conhecimento geral de Semiótica, Análise de Discurso, Signos e Sinais são de extrema importância para o ensino e aprendizados qualitativos em sala de aula nas disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura, em quaisquer níveis de ensino, em que estejam sendo lecionados.

Assim, com o intuito de maximizar os ganhos estudantis, se faz necessário que estes conteúdos sejam de fato expostos em sala de aula, garantindo um ensino de qualidade, visando uma estruturação válida e a preparação necessária para práticas de ensino e aprendizagem.

Por conseguinte, o estudo e desenvolvimento de habilidades da análise de discurso desde a educação básica devem ser tratados como prioridade com propósito de melhorar índices comunicacionais do povo brasileiro de forma geral, assegurando os direitos básicos de sociabilidade em todas as áreas que um ser humano deve possuir.

Dessa forma, através do estudo, foi possível refletir teórica e discursivamente a abordagem semiológica no ensino de língua portuguesa e literatura. Para isso, apresentamos as ideias de semiologia, semiótica, signos, sinais e reflexões teóricas e discursivas a respeito destes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A Redação do Enem 2023: cartilha do participante*. Brasília, 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiológica do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M.A.L.; GAVAZZI, S. *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27

_____. *Linguagem e discurso*. Rio de Janeiro: Contexto, 2014.

_____. Uma análise semiológica do discurso. *Le site de Patrick Charaudeau*, 1995. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Une-analyse-semiologique-du,64.html>. Acesso: maio de 2023.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Trad. de Ingedore G. V. Koch *et al.* Campinas: Pontes/EDUNICAMP, 1987.

FIDALGO, António. GRADIM, Anabela. *Manual de Semiótica*. Universidade da Beira Interior: UBI, Portugal, 2005.

FIDALGO, António. *Semiótica: a Lógica da comunicação*. Covilhã: UBI-Pt, 1995.

_____. António. *Manual de Semiótica*. UBI. Covilhã-Pt: Universidade da Beira Interior, 2003-2004.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GALHARDO, Alexandre. GIESEL, Claudia. MOTA, Graziela Borguignon. O livro didático de língua inglesa na construção da identidade do aluno: um estudo à luz dos pressupostos da análise crítica do discurso. *Revista Philologus*, Ano 29, n. 85, Rio de Janeiro: CiFEFiL, mai/ago. 2023.

GUIRAUD, Pierre. *A semiologia*. Santos: Presença, 1973.

MAIGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008.

ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

ROSADO, Leonardo. Teoria Semiolingüística: alguns pressupostos. *Revista Memento*, v. 05, n. 2, Belo Horizonte, julho-dezembro de 2014.

Outra fonte:

OXFORD Languages. Signo. Londres: Oxford University Press, 2023. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt>. Acesso em: 28 de dezembro, 2023.

SINTAXE ORACIONAL DA LÍRICA PROFANA MEDIEVAL Á LUZ DA DIATOPIÁ GALEGA OU PORTUGUESA

Alexandre Rodríguez Guerra (UVigo⁵⁷)
xandre@uvigo.gal

RESUMO

Nesta contribución centrámonos na análise sintáctica no nivel oracional (cunha metodoloxía de base funcionalista) de textos medievais da lírica profana galego-portuguesa, a través da selección dunha serie de temas concretos (valencia –esquemas sintácticos–, marcación do CD, tipoloxías verbais, redobro clítico do CD/CI e posición do verbo finito). Dende unha vertente contrastiva investigamos ata que punto a sintaxe oracional dos autores que a literatura identifica inequivocamente como galegos coincide ou discorda coa dos autores adscritos a unha orixe portuguesa. Empregamos un corpus principal propio constituído pola análise de 1562 oracións (863 de trobadores galegos e 699 de portugueses) e, ademais, estudamos contrastivamente as configuracións sintácticas empregadas para a función semántica Estímulo co verbo *prazer*, grazas a ferramentas en liña como *UC*.

Keywords:

Lírica profana. Sintaxe medieval. Galego & portugués.

ABSTRACT

In this paper we focus on the syntactic analysis (with a functionalist methodology) at the sentence level of medieval texts of secular troubadour poetry in Galician-Portuguese, using a selection of specific topics (valence –syntactic schemes–, DO marking, verbal typologies, DO/IO clitic doubling and finite verb placement). We investigate from a contrastive perspective the coincidence or discordance of the sentence syntax of the authors that the literature unequivocally identifies as Galician compared to that of those ascribed to a Portuguese origin. We use a main corpus based on the analysis of 1562 sentences (863 from Galician troubadours and 699 from Portuguese) and, in addition, we also contrastively analyze the syntactic configurations of the semantic function Stimulus with the verb *prazer*, thanks to online tools such as *UC*.

Keywords:

Medieval syntax. Galician & Portuguese. Secular troubadour poetry.

1. *Introdución*

Cunha metodoloxía de base funcionalista, que aplicamos en traballos como Rodríguez Guerra (2018; 2022a; 2022b), estudamos a sintaxe oracional na lírica profana medieval dende a perspectiva da orixe xeográfica

⁵⁷ Desenvolvín este traballo como coordinador do grupo TALG (Tecnoloxías e Aplicacións da Língua Galega) da Universidade de Vigo, no seo do proxecto de investigación PID2020-113491GB-I00, financiado polo Ministerio de Ciencia e Innovación. Esta pescuda xermolou nunha estada de investigación no CEHUM da Univ. do Minho, onde me deron todas as facilidades para investigar. Ós/ás colegas do CEHUM e a Mario Botelho, beizón.

dos trobadores. Pretendemos comprobar ata que punto algúns aspectos seleccionados de sintaxe oracional permiten obter (ou non) comportamentos específicos motivados pola procedencia galega ou portuguesa dos nosos trobadores medievais. Para a identificación da orixe xeográfica empregamos dúas ferramentas esenciais: as *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas (CMGP)* e a *Base de datos da Lírica Profana Galego-Portuguesa (MedDB)*. Soamente traballamos cos exemplos que proceden de trobadores do noso corpus identificados en ambas as fontes como de orixe inequivocamente galega ou portuguesa.

O corpus para esta investigación está constituído por 1562 exemplos dos cales 863 pertencen a trobadores galegos e 699 a portugueses:

– Os trobadores identificados como galegos son dezanove e contan cunha media de 45,4 exemplos por autor: Afons’Eanes do Coton [002], Afonso Gomez [005], Afonso Soarez Sarraça [010], Airas Carpancho [011], Airas Moniz d’Asma [013], Airas Nunez [014], Bernal de Bonaval [022], Fernand’Esquio [038], Joan Airas de Santiago [063], Joan de Cangas [065], Joan de Requeixo [067], Joan Servando [077], Martin Codax [091], Meendinho [098], Nuno Treez [110], Paai Gomez Charinho [114], Paai Soarez de Taveiros [115], Pero d’Armea [121] e Roi Paez de Ribela [147]. A proporción con que se reparten os exemplos entre os distintos tipos de cantigas son: 49,4% de amigo, 19,6% de amor e 31% de escarnio e maldicir.

– Os autores de procedencia portuguesa son catorce (cunha media de 49,9 exemplos por cada un): Afonso Fernandez Cubel [004], Afonso Lopez de Baian [006], Afonso Meendez de Beesteiros [007], Afonso Paez de Braga [008], Afonso Sanchez [009], Don Denis [025], Fernan Rodriguez de Calheiros [047], Garcia Soarez [055], Joan Lobeira [071], Joan Perez d’Avoín [075], Pero Gomez Barroso [127], Pero Gonçalvez de Portocarreiro [128], Roi Queimado [148] e Vaasco Rodriguez de Calvelo [155]. A proporción con que se distribúen os exemplos estudados segundo a tipoloxía das cantigas é 27% / 49,4% / 23,6% para amigo, amor e escarnio e maldicir, respectivamente.

Este corpus, para un 95% de nivel de confianza, móvese entre unha marxe de erro do 3,203% para os autores galegos e do 3,628% para os portugueses⁵⁸. Por grandes tipoloxías de cantigas as marxes de erro aumentan, para galego e portugués respectivamente, ata o 4,363% / 6,89% nas cantigas de amigo, 7,45% / 5,19% nas de amor e 5,7% / 7,48% nas de escarnio e maldicir.

⁵⁸ O cálculo realizámolo a partir do número aproximado de oracións totais de cada subconxunto de autores segundo a súa orixe galega ou portuguesa.

As funcións sintácticas oracionais que tivemos en conta dentro dos esquemas argumentais son as seguintes⁵⁹:

- Suxeito (SU).
- Complemento directo (CD).
- Complemento indirecto (CI).

Fóra das tres funcións anteriores, (centrais por estaren nunha lingua “máis claramente gramaticalizadas” GARCÍA-MIGUEL, 1995, p. 42, cfr. tamén CIDRÁS, 2015, p. 165), contamos tamén con:

– Complemento oblicuo (CO), (cfr. SÁNCHEZ REI, 2010, p. 49, n. 55; CIDRÁS, 2015, p. 165-66; RODRÍGUEZ GUERRA, 2018, p. 187).

– Complemento predicativo (CP), do SU (PS), do CD (PD), do CI (PI). Inclúese baixo esta denominación tanto os atributos (con verbos coma *ser*) coma os predicativos.

- Complemento axente (CA).

Coa presente investigación pretendemos abrir unha vía de exploración de sintaxe diatópica que nos permita comprobar ata que punto é rendible e ofrece resultados interesantes nun sentido (concordancia) ou noutro (discordancia).

2. Resultados da investigación

No noso percorrido pola sintaxe oracional dos exemplos pertencentes ós trobadores sinalados na primeira epígrafe, tivemos que seleccionar unha pequena serie de temas obxecto de estudo: esquemas sintácticos argumentais (cuantitativa e cualitativamente), tipoloxía verbal, marcación do CD, redobro do CD/CI, posición do verbo finito en oracións enunciativas e configuracións sintácticas da función Estímulo co verbo *prazer*.

2.1. Esquemas sintácticos

En primeiro lugar aproximámonos ós esquemas sintácticos e facémolo dende unha dupla perspectiva, en termos de valencia cuantitativa e cualitativa (cfr. GARCÍA-MIGUEL, 1995, p. 31-4).

⁵⁹ O(s) complemento(s) non argumental(is) identifíca(n)se como Complemento circunstancial (CC).

2.1.1. Valencia cuantitativa

A táboa 1 reflicte os resultados dos esquemas sintácticos oracionais na lírica profana medieval (LP) con 1 argumento (monoargumentais), 2 argumentos (biargumentais) ou 3 funcións argumentais (triargumentais), distribuídos entre os autores de procedencia galega (LP_gal) e portuguesa (LP_pt).

Táboa 1: Esquemas sintácticos por número de argumentos.

%	LP_gal	LP_pt	LP
Monoargumentais	15,1	16,5	15,5
Biargumentais	55,7	54,4	55,7
Triargumentais	28,2	28	27,8

Fonte: Elaboración propia.

Da lectura da táboa 1 advírtese de inmediato unha similitude máxima entre todos os esquemas: tanto para os trobadores de orixe galega coma portuguesa os biargumentais son os maioritarios (con algo máis da metade dos exemplos), seguidos dos triargumentais (practicamente igualados no 28%) e, finalmente, están os esquemas cunha única función argumental na órbita do 15%-16%.

Por grandes tipos de cantigas si se rexistra algo máis de variación:

– Cantigas de amigo: no ámbito galego os biargumentais soben ata o 58% e os monoargumentais sitúanse no 18,1%, mentres que entre os autores portugueses hai unha lixeira redución naqueles (52,4%) e aumento nestes (24,3%); os triargumentais só oscilan 1 punto porcentual.

– Cantigas de amor: entre os trobadores portugueses os biargumentais ascenden ata o 57,7% e os triargumentais quedan nun 31,9%, mentres que entre os galegos hai unha clara redución nos primeiros (50,3%) e aumento nos segundos (36,6%); os monoargumentais coinciden nunha décima parte dos exemplos en ambos os grupos.

– Cantigas de escarnio e maldicir: neste caso os autores galegos atópanse na media nos biargumentais (55,6%) e por debaixo da media nos monoargumentais (13,4%), mentres que, pola súa banda, os portugueses están por debaixo da media naqueles (50,3%) e por riba nestes (21,2%); nos triargumentais hai unha diferenza de case tres puntos porcentuais favorable ós esquemas rexistrados cos autores galegos.

2.1.2. *Valencia cualitativa*

Certamente, alén do número de argumentos dos esquemas, é fundamental coñecermos as funcións sintácticas que configuran estes esquemas sintácticos. Os principais esquemas rexistrados son os seguintes:

Esquemas monoargumentais: obviamente, o esquema moi maioritario en todos os casos é o de (SU)-V (01), pero mentres cos autores portugueses rexistramos un 3,5% de esquemas V-CD (02) –por ningún caso entre os galegos (o que non significa, nin moito menos, que non os haxa, só que non os documentamos no noso corpus)–, o único exemplo de esquema V-CO (03) aparece en Airas Nunez (co verbo *convñir* e o argumento Entidade, que é unha completiva de infinitivo marcada preposicionalmente con *a*, cfr. Rodríguez Guerra, 2023, p. 135-136).

(01) *Ca ven meu amigo. (LP 091)*

(02) *e non á ren que detenha. (LP 155)*

(03) *outro camiño conven a buscar. (LP 014)*

–Esquemas biargumentais: o esquema máis rendible é, sempre, o de (SU)-V-CD (en 6 de cada 10 exemplos, de media –lixeiramente por debaixo cos autores galegos e só un pouco por riba cos portugueses–) (04) e (05). A moita distancia do anterior atópase o esquema (SU)-V-CO, que supón unha cuarta parte dos esquemas biargumentais entre os autores galegos (06) e unha quinta parte entre os portugueses. Os esquemas (SU)-V-PS (07) e (SU)-V-CI (08) presentan un equilibrio na súa representatividade, tanto entre si, coma entre os trobadores galegos e portugueses, que se sitúa ó redor do 8%. As poucas ocorrencias de V-CI-CO só se documentan con autores portugueses (09).

Se comparamos estes esquemas dende a perspectiva das grandes tipoloxías de cantigas, os construídos con SU e CD son sempre os maioritarios e, tamén sempre para trobadores galegos e portugueses, as cantigas de amor son as máis produtivas con este esquema, seguidas polas de escarnio e maldicir, e en último termo son as de amigo as que presentan unhas proporcións máis baixas –sendo maioritarias– deste esquema (e é nestas últimas e para este esquema onde hai unha maior separación entre a marxe galega e a portuguesa, que, con todo, só é algo máis de 3 puntos porcentuais favorables a aquela). Para os esquemas con SU e CO son máis propicias na beira galega as cantigas de amor por máis de 4 puntos porcentuais (nos outros tipos de cantigas as proporcións son semellantes, con lixeiras vantaxes para a portuguesa). Finalmente, co esquema de SU e PS, só se detecta un equilibrio nas cantigas de amor: nas cantigas de escarnio e maldicir a presenza entre os autores galegos está 6 puntos porcentuais por

riba, mentres que nas cantigas de amigo son os exemplos procedentes dos portugueses os que teñen 4 puntos porcentuais máis.

(04) –*Gran folia* pensades. (LP 002)

(05) *Por fazer romaria*. (LP 006)

(06) *u é o mar salido*. (LP 091)

(07) –*São velha*. (LP 002)

(08) *por vos eu non mentir*. (LP 009)

(09) *morte, pois a vos praz én*. (LP 007)

–Esquemas triargumentais: os resultados para galego e portugués están, dende unha perspectiva conxunta, bastante nivelados. En ambos os dous o esquema maioritario é (SU)-V-CD-CI, (10) e (11), con algo máis da metade dos exemplos; a moita distancia do anterior, pero cunhas porcentaxes relativamente importantes (entre o 15,5% e o 9,6%), atópanse outros tres esquemas: (SU)-V-CD-CO (12), (SU)-V-CD-PD (13), e (SU)-V-CO-CI (14), de xeito equilibrado para os dous primeiros, mentres que o terceiro presenta máis de 4 puntos porcentuais na beira portuguesa ca na galega. Outros esquemas como (SU)-V-CO-PS (15), (SU)-V-CI-PI (16) ou (SU)-V-CO-CO (17), son residuais e con valores similares salvo os dous primeiros: o primeiro deles amosa unha clara desproporción favorable á vertente galega, 4,2% fronte a 0,5% para a portuguesa, mentres que o segundo alcanza un 3,6% cos autores portugueses e un 1,7% cos galegos.

(10) *Mia senhor, eu vus direi de mi como façades*. (LP 013)

(11) *Já lhi nunca pediran o castel'a Don Foan*. (LP 007)

(12) *Quant'eu puge no coração*. (LP 147)

(13) *e cura non avedes que chamen clérigu'*. (LP 009)

(14) *que estas todas de que vos falei*. (LP 002)

(15) *com'eu senneira estou en Vigo?* (LP 091)

(16) *des que ora foi casada, chaman-lhe Dona Maria*. (LP 009)

(17) *e sol non meteu i de non poder*. (LP 075)

Se enfocamos a distribución dos esquemas triargumentais en función dos tipos de cantigas verificácase que nas cantigas de amor é onde hai máis proximidade nas proporcións dos esquemas, pois entre eles o habitual é que haxa 1 ou 2 puntos porcentuais, excepto co esquema de SU, CO e CI, en que os casos de autores portugueses suman 6 puntos porcentuais máis ca os

galegos. Cousa diferente acontece coas outras dúas tipoloxías de cantigas, pois as diferenzas son máis acusadas.

Coas cantigas de escarnio e maldicir, os esquemas (SU)-V-CD-CI, (SU)-V-CD-CO e (SU)-V-CO-CI nos autores galegos posúen cadanseus 5 puntos porcentuais máis ca os dos portugueses; por outra banda, os esquemas (SU)-V-CD-PD e (SU)-V-CI-PI son moito máis abundantes nas composicións dos trobadores portugueses (20,5% e 13,6%, respectivamente) ca nas dos galegos (10,8% e 4,1%, respectivamente).

Coas cantigas de amigo, entre as ocorrencias da vertente galega o esquema (SU)-V-CD-PD case alcanza os 5 puntos porcentuais sobre a portuguesa e o esquema (SU)-V-CO-PS sobe ata o 7,9% na galega e non se rexistra no noso corpus na portuguesa. Por outra banda, (SU)-V-CD-CI entre os autores portugueses supón case 11 puntos porcentuais máis ca cos galegos, co esquema (SU)-V-CO-CI a diferenza é 3,6 puntos porcentuais maior na área portuguesa ca na galega.

2.2. Tipoloxías verbais

A táboa 2 reflicte a distribución das seis tipoloxías verbais consideradas (cfr. *ADESSE*) entre os autores galegos e portugueses.

Táboa 2: Distribución segundo a tipoloxía verbal.

%	LP_gal	LP_pt	LP
Mental	26	31,2	28,4
Relacional	11,4	13	12,1
Material	27	21,9	25,2
Verbal	22,1	17,5	19,3
Existencial	5,3	7,6	6,4
Modulación	8,2	8,8	8,5

Fonte: Elaboración propia.

Dos datos ofrecidos na táboa 2 dedúcese que hai unha repartición relativamente equilibrada agás nos subtipos Mental, que é 5 puntos porcentuais máis abundante nos textos da vertente portuguesa, Material, que presenta os mesmos puntos de diferenza pero neste caso a favor da galega, e Verbal, 4 puntos máis abondoso cos trobadores galegos. A proporción entre os trobadores portugueses do tipo Mental (con verbos como *amar, cuidar, oir, sofrer, veer...*) xustifícase pola súa concentración nas cantigas de amor, nas que alcanza un 41,4% (por un 34,3% nos galegos). Os verbos do tipo Material (por exemplo: *bailar, chegar, ir, levar, trager, viir, vivir* ‘morar’...) nas cantigas de amigo son máis abundantes entre os autores galegos (34%)

ca entre os portugueses (28,6%). O tipo Verbal (integrado por verbos como *chamar, dizer, julgar, preguntar, rogar...*) nas cantigas de amor ten moita máis presenza na área galega (33,1%) ca na portuguesa (16,8%). As cantigas de escarnio e maldicir merecen un comentario á parte porque os tipos Mental e Verbal posúen 7 e 3 puntos porcentuais máis, respectivamente, entre os autores galegos, mentres que os tipos Relacional (con verbos como *dar* ‘conceder’, *merecer, seer...*) e Material presentan nos trobadores portugueses 5 e 8,9 puntos porcentuais máis, respectivamente, ca nos galegos.

2.3. Marcación do CD

Por mor da escaseza no noso corpus de casos de marcación preposicional do CD –unicamente un exemplo de autoría galega–, neste punto da nosa análise empregamos o traballo monográfico de LÓPEZ MARTÍNEZ (1993), que se centra neste aspecto da nosa sintaxe medieval. Nese estudo obtemos unha visión moito máis completa da distribución dos casos de CD con preposición *a* na lírica profana medieval e, a partir da revisión dos exemplos proporcionados por esta investigadora, pescudamos un a un os pertencentes a trobadores galegos e portugueses entre as cantigas do *Cancioneiro da Ajuda*, de amigo e de escarnio e maldicir. Na obra de LÓPEZ MARTÍNEZ (1993) adóitanse reproducir todos os exemplos de CD marcado preposicionalmente e unha escolma moi ampla para os dous primeiros tipos de cantigas⁶⁰ dos CD sen preposición. É certo que non podemos obter datos absolutos das cifras globais de uso da preposición, pero si reveladores no que se refire ó carácter contrastivo da autoría galega ou portuguesa porque a metodoloxía empregada con ambos os grupos é idéntica (Cf. táboa 3) e non hai ningún nesgo nin a favor nin en contra de ningún.

Táboa 3: Marcaxe prepositiva do CD.

	<i>Cajuda</i>				CAmigo			
	Gal		Pt		Gal		Pt	
[+humano]	<i>a</i>	Ø	<i>a</i>	Ø	<i>a</i>	Ø	<i>a</i>	Ø
Pronome persoal	2	3	1	6	1	2	-	6
Pronome indefinido	1	2	1	7	-	-	-	1
Pronome demostrativo	-	-	-	2	-	-	-	-
Pronome relativo	2	4	2	3	2	-	1	-

⁶⁰ Por exemplo, segundo os nosos cálculos aproximados, para o *Cancioneiro da Ajuda* supoñen a metade do total (LÓPEZ MARTÍNEZ, 1993, p. 19-27).

Nome propio	-	1	-		-	-	-	-
Nome común	-	16	-	22	-	22	-	15
Total	16,1%	83,9%	9,1%	90,9%	11,1%	88,9%	4,3%	95,7%

Fonte: Elaboración propia a partir dos datos de LÓPEZ MARTÍNEZ (1993)⁶¹.

Alén dun maior uso relativo no *Cancioneiro da Ajuda*, (18) con indefinido e de autor portugués, ca coas cantigas de amigo, (19) con pronome persoal de primeira persoa do singular e de trobador galego, entre ambas as tipoloxías mantéñense as proporcións relativas favorables ós trobadores galegos, 7 puntos porcentuais por riba no *Cancioneiro da Ajuda* e máis de 6 puntos nas cantigas de amigo, en comparación cos portugueses. Os exemplos reproducidos do *Cancioneiro da Ajuda* permítennos, para un total de 10 casos, comprobar que os trobadores de orixe castelá presentan un 10% de uso prepositivo co CD (fronte a un 90% de CD sen preposición *a*), porcentaxe semellante á dos trobadores portugueses⁶².

A información que podemos extraer das cantigas de escarnio e maldicir (LÓPEZ MARTÍNEZ, 1993, p. 33-36, e só para autorías seguras) é de dous casos de *a* + CD –con pronome persoal (20) e nome común– cos trobadores galegos, e de catro ocorrencias –con pronome persoal, outro relativo e dous nomes comúns– cos portugueses. Mais, como xa se indicou, pola escaseza de exemplos ilustrativos de CD sen preposición (sobre todo con substantivos, pois non se dá ningún), as porcentaxes que podemos obter posúen unha marxe de erro moi elevada. En todo caso, se deixamos á parte os nomes comúns, para pronomes e nomes propios a proporción de uso prepositivo cos autores galegos é do 5,9% e do 25% para os portugueses. Mais como os exemplos marcados preposicionalmente son moi poucos e dado que a cantidade xeral de oracións nestas cantigas é propicia ós trobadores portugueses, sospeitamos que as porcentaxes finais serán moito máis baixas e similares entre si (e se fosen favorables á autoría portuguesa, sería por unha marxe pequena).

(18) *que nunca de tal guisa vi vïr a outro. (LP 097)*

⁶¹ Unicamente se contabilizan os exemplos fornecidos que se poden asignar de xeito fiable a autores galegos e portugueses. Para o *Cancioneiro da Axuda* só se teñen en conta as cantigas presentes no manuscrito orixinal que chegou a nós –exclúense as cantigas engadidas como apéndice por C. M. de Vasconcellos, que foi a edición empregada por LÓPEZ MARTÍNEZ– e tampouco se contan os casos dúbidosos por sincretismo co artigo *a*.

⁶² Insistimos en que se trata dunha cifra moi aproximada (e moito máis alta da real) porque non podemos acceder a todos os exemplos de CD sen preposición, mais como partimos do feito de que as ocorrencias seleccionadas foron aleatorias en termos de autoría, coidamos que os resultados son comparables entre si.

(19) *Meu amigo, se vós a min muit'amades. (LP 022)*

(20) *–Senhor, vós creed'a mi. (LP 120)*

2.4.Redobro do CD/CI

A posibilidade do redobro clítico no CD e mais no CI é un dos grandes cambios innovadores da sintaxe romance en relación coa latina (cfr. RIIHO, 1988 e RODRÍGUEZ GUERRA, 2024, p. 123-24). A táboa 4 ofrece os resultados do noso corpus para o CD.

Táboa 4: Redobro do CD.

%	LP_gal	LP_pt	LP
Con estilo directo (sobre o total de ED)	20,5	28,6	23,3
Redobro clítico / non clítico	25/75	33/67	29/71
Sen estilo directo			
CD léxico sempre anteposto (% sobre total de anteposicións)	4,3	9,1	5

Fonte: Elaboración propia.

Como se aprecia na táboa 4, tamén observamos o estilo directo, isto é, aqueles casos en que co verbo da expresión introdutora se redobra a secuencia citada, de xeito clítico (21) ou non (22). No noso corpus detéctase unha maior preferencia polo redobro entre os autores portugueses, que está 8 puntos por riba da amosada polos galegos. Sendo minoritaria nestes casos a opción clítica, nos trobadores portugueses tamén está 8 puntos por riba da atopada nos galegos.

(21) *–Sabede-o por verdade: sol que viu os genetes... (LP 007)*

(22) *pero direi-vos ña ren: quix ben e quer'e querrei tal molher. (LP 002)*

Os exemplos propiamente de redobro clítico do CD son aqueles que se producen fóra do estilo directo. Na táboa 4 verifícase a pouca produtividade deste redobro que, en todo caso, nos trobadores portugueses (23) duplica as ocorrencias das dos galegos (24).

(23) *O anel do meu amado perdi-o so-lo verde ramo. (LP 128)*

(24) *e las que cantavan leixa-las guarir. (LP 038)*

Finalmente, na táboa 5 ofrécense os resultados do redobro clítico do CI.

Táboa 5: Redobro do CI.

	LP_gal	LP_pt	LP
%			
Redobro do CI (CI léxico ant.)	40	44,4	46,4
Redobro do CI (CI léxico posp.)	11,1	31,3	25
Redobro do CI (todos os CI léxicos)	29,2	36	35,7

Fonte: Elaboración propia.

En primeiro lugar, conséntase a maior abundancia deste redobro fronte ó do CD. Cando os CI léxicos se antepoñen ó verbo, emprégase o redobro clítico en 4 de cada dez exemplos, cunha lixeira preferencia de 4 puntos no caso dos autores portugueses (25). Cos CI léxicos pospostos ó verbo, o redobro diminúe moito no caso dos autores galegos (case 29 puntos porcentuais) e, aínda que cos portugueses tamén baixa bastante, a caída non é tan acusada coma cos galegos (26) e redóbranse tres de cada dez exemplos.

(25) *òs que lho dizen diz-lhis el enton.* (LP 006)

(26) *e ali me lançaron a min a falcatrua.* (LP 038)

2.5. Posición do verbo finito (V)

Aplicando os mesmos criterios descritos en Rodríguez Guerra (2024), enxergamos cal é a posición absoluta que ocupa o verbo finito na nosa lírica medieval distinguindo, como xa se vén facendo, entre autores de orixe galega e portuguesa.

Táboa 6: Posición do verbo en oracións enunciativas.

%	LP_gal	LP_pt	LP
V1	55,9	57	55,6
V2	32,3	31,9	32,3
V≥3	11,8	11,1	12,1

Fonte: Elaboración propia.

A táboa 6 reflicte un equilibrio absoluto neste aspecto entre as diferentes posicións consideradas de V, pois todas as cifras están preto das medias e a maior desviación entre elas é só de 1 punto porcentual.

XXVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Táboa 7: Posición do verbo en oracións enunciativas en independentes/subordinadas.

%	LP_gal		LP_pt		LP	
	Indp.	Sub.	Indp.	Sub.	Indp.	Sub.
V1	52,6	60	41,2	65,1	45,8	61,3
V2	34	27,9	48,8	25,7	41,6	27
V≥3	13,4	12,1	10	9,2	12,6	11,7

Fonte: Elaboración propia.

Certamente, a situación debuxada na táboa 7 afástase do reflectido na táboa 6. Agora, mentres cos autores portugueses hai unha nidia preferencia por V1 nas subordinadas (case 24 puntos por riba de V1 nas independentes) e a orde V2 é a maioritaria nas independentes, nos autores galegos V1 é sempre a orde preferida, en seis de cada dez casos nas subordinadas e un pouco máis da metade das independentes, con V2 a bastante distancia (máis de 18 puntos porcentuais nestas últimas). Á vista desta distribución, cómpre afinarmos a análise das independentes e ver, cando menos, o repartimento segundo as tipoloxías das cantigas (cfr. táboa 8).

Táboa 8: Posición de V en enunciativas independentes segundo o tipo de cantigas.

%	LP_gal			LP_pt		
	Amigo	Amor	Escarn.	Amigo	Amor	Escarn.
V1	59,5	26,3	58,6	47,6	32,1	45,2
V2	27	47,4	34,1	33,3	60,7	48,4
V≥3	13,5	26,3	7,3	19,1	7,2	6,4

Fonte: Elaboración propia.

En primeiro lugar, advírtese unha clara diverxencia entre o comportamento nas cantigas de amigo e de escarnio e maldicir por unha banda, e as de amor por outra. Nestas últimas a orde máis habitual, tanto para autores galegos coma portugueses (aínda que a preferencia nestes é moito máis acusada, 13 puntos superior), é V2. Naqueloutras a repartición entre elas tampouco é idéntica: nas cantigas de amigo V1 é a orde preferida, tanto por trobadores galegos coma portugueses (estes quedan a case 12 puntos do documentado para os galegos); nas cantigas de escarnio e maldicir, detectamos nos autores galegos unha situación similar á das cantigas de amigo, cunha nidia predilección por V1, mentres que entre os portugueses hai practicamente un empate entre V2 e V1 (con V2 3 puntos por riba de V1).

2.6.O constituínte Estímulo con (a)prazer

En Rodríguez Guerra (2023, p. 136-137) estudouse a distribución do tipo de unidade que ocupaba na lírica profana medieval o constituínte Estímulo co verbo *prazer*. Analizamos novamente a información recompilada por UC (s. v. *prazer*_i) e na táboa 9 detallamos estruturadamente as diferentes posibilidades do argumento Estímulo proxectándoas segundo os trobadores que as empreguen estean identificados como galegos ou como portugueses⁶³.

Táboa 9: O argumento Estímulo co verbo (*a*)*prazer*.

%		Completivas de infinitivo		Completivas (relativas nominalizadas) finitas		Unidades non oracionais		Sen Estímulo explícito	
		LP_gal	LP_pt	LP_gal	LP_pt	LP_gal	LP_pt	LP_gal	LP_pt
								57,4 [50]	49,2 [48,4]
(A) <i>prazer</i> + CI	+...	3,3 [3,5]	0,8 [=]	1,6 [1,2]	8,1 [7,9]	11,5 [15,1]	17,7 [18,3]		
	+ <i>de</i> +...	11,5 [18,6]	12,9 [13,5]	3,3 [2,3]	2,4 [=]	6,5 [5,8]	4,8 [4,7]		
	+ <i>con</i> +...					4,9 [3,5]	4 [=]		

Fonte: Elaboración propia.

A preferencia, en ambos os grupos de trobadores, apunta cara á non explicitación do argumento Estímulo, (27), (as proporcións iguálanse cando incluímos tamén os autores cunha localización xeográfica non tan fiable). Na tripla clasificación das unidades localizadas na función Estímulo, son as non oracionais, (28), as maioritarias nos dous conxuntos de autores (as porcentaxes vólvense igualar se contamos cos datos dos trobadores cunha localización probable). Van seguidas polas completivas de infinitivo (29) e, en último termo, polas completivas finitas (e relativas nominalizadas)⁶⁴. Polo que se refire á marcaxe prepositiva, son as unidades non oracionais as únicas que admiten tanto *de* coma *con* (30) –mais con prioridade polas unidades sen preposición–; as unidades oracionais, cando son completivas de infinitivo veñen marcadas maioritariamente coa

⁶³ Para a primeira cifra de cada cela só se teñen en consideración os autores cunha filiación xeográfica segura. Entre parénteses rectas fornécense as porcentaxes empregando tamén os datos daqueles trobadores que probablemente sexan galegos ou portugueses.

⁶⁴ As ocorrencias dos trobadores de orixe castelá presentan a seguinte distribución: 36,4% sen explicitación do argumento Estímulo, 45,4% unidades non oracionais (2/5 sen preposición, 2/5 coa preposición *con* e 1/5 con *de*), 9,1% completivas de infinitivo con preposición *de* e 9,1% completivas finitas sen preposición.

preposición *de* –nos dous grupos de trobadores, pero cunha proporción maior entre os portugueses (31)–⁶⁵, mentres que coas completivas finitas (ou relativas nominalizadas) os autores galegos –dentro da acentuada escaseza destas unidades– teñen máis casos con preposición *ca* sen ela, fronte ós portugueses, moito máis abundantes e nos que sucede o contrario (32).

Precisamente, cando o Estímulo está ocupado por unha unidade sintáctica superior, os trobadores portugueses optan nun número importante de ocasións por completivas finitas sen preposición (e só detectamos un caso de completiva de infinitivo sen marca prepositiva), mentres que entre os galegos só identificamos unha de relativo nominalizada sen preposición –non documentamos ningunha completiva co verbo finito sen marca prepositiva– e hai algún exemplo máis de completiva de infinitivo sen preposición.

(27) *e Deus, se lhe prouguer. (LP 079)*

(28) *se vos pesar mia morte e vos prouguer mia vida. (LP 141)*

(29) *Sei que vos praz muito ir-m'eu d'aquen. (LP 063)*

(30) *Dizede, amigo, se vos prazeria con a vossa morte. (LP 145)*

(31) *e a que praz d'eu morrer. (LP 025)*

(32) *pois [a] mia senhor non / praz que eu moira. (LP 073)*

3. Conclusións

Neste percorrido, necesariamente limitado, por diferentes aspectos de sintaxe oracional medieval advertimos unha relativamente grande coincidencia na base entre trobadores galegos e portugueses, mais con singularidades máis ou menos importantes.

–Na valencia cuantitativa os datos observados en xeral concordan, mais discordan se nos achegamos independentemente a cada tipo de cantigas. Dende a perspectiva dos esquemas sintácticos concretos, percibiuse certa predilección dos autores galegos por algúns esquemas con CO.

–Coas tipoloxías verbais comprobouse a existencia de disparidades motivadas en grande medida pola maior –ou menor– querenza de

⁶⁵ Nestes exemplos con *de*+completiva de infinitivo, o SU explícitase nun 15,4% dos casos sobre o total de trobadores inequívoca ou probablemente galegos e nun 18,8% sobre o total de portugueses.

determinados verbos nos grandes tipos de cantigas (tipo Material nas cantigas de amigo e Verbal nas de amor entre os galegos, e tipo Mental nas cantigas de amor e Material nas de escarnio e maldicir entre os portugueses).

– Verbo da marcaxe preposicional co CD, e con toda a cautela por mor dos datos con que traballamos, semella que os autores galegos en comparación cos portugueses, dentro sempre dunhas porcentaxes xerais extremadamente baixas, amosan unha lixeira tendencia a un uso algo maior de *a* con CD.

– A análise do redobro de CD e CI deixou ver que son os trobadores portugueses os que lles levan certa dianteira ós galegos no emprego desta construción sintáctica en ambas as funcións.

– A posición absoluta do verbo é, no global, a mesma, mais nalgúns contextos, nomeadamente coas independentes, as escollas diverxen e estas son aínda máis pronunciadas nalgúns tipos de cantigas.

– Proxectamos tamén o noso estudo sobre as distintas construcións sintácticas que na lírica profana medieval vehiculan a función Estímulo co verbo *prazer*, e o resultado amosa bastantes similitudes pero tamén algunha particularidade ben marcada, coma coas unidades sintácticas superiores con verbo finito e sen marca prepositiva.

Semellanzas si, moitas, pero especificidades tamén, bastantes. Os resultados vistos ata aquí son indicios que parecen sinalar a posible existencia de certas prácticas ou eleccións sintácticas preferentes (non exclusivas) por parte dalgún(s) grupo(s) de trobadores que, neste caso, se distribúen aquí/alén Miño. Para verificar o atinado, ou non, desta hipótese cómpre seguir analizando máis aspectos sintácticos concretos e ampliar o corpus de estudo, só así poderemos comprobar ata que punto as tendencias amosadas nesta investigación adquiren relevancia significativa ou deben ser matizadas á luz de novos focos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADESSE = *Base de datos de verbos, alternancias de diátesis y esquemas sintáctico-semánticos del español*. Vigo: Universidade de Vigo. Disponível en: <http://adesse.uvigo.es/>. Acceso o 30/08/2024.

CMGP = LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro *et al.* *Cantigas Medievais Galego Portuguesas* [base de datos en liña]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA, 2011-. Disponível en: <http://cantigas.fcsh.unl.pt>. Acceso o 28/12/2024.

CIDRÁS, Francisco. Sobre la categorización de las relaciones gramaticales. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, v. 26 (2), p. 145-169. Iberoamericana Editorial Vervuert, 2015.

GARCÍA-MIGUEL, José María. *Las relaciones gramaticales entre predicado y participantes*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1995.

LÓPEZ MARTÍNEZ, M^a. Sol. *O complemento directo con preposición a en galego*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1993.

MedDB = Base de datos da Lírica Profana Galego-Portuguesa (MedDB) [base de datos en liña]. Versión 3.11. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades. Disponible en: <http://www.cirp.gal/meddb>. Acceso o 30/08/2024.

RIIHO, Timo. *La redundancia pronominal en el iberorromance medieval*. Berlin / Boston: Max Niemeyer Verlag, 1988. <https://doi.org/10.1515/9783110945478>

RODRÍGUEZ GUERRA, Alexandre. A lingua de Martin Codax: os esquemas sintácticos. In: RODRÍGUEZ GUERRA, A. e ARIAS FREIXEDO, X.B. *O Pergamiño Vindel e Martin Codax. O esplendor da poesía galega medieval*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2018. p. 185-219. DOI: <https://doi.org/10.1075/z.218.11rod>

RODRÍGUEZ GUERRA, Alexandre. Os suxeitos explícitos no galego medieval. *Revista Galega de Filoloxía*, v. 23, p. 144-63. Universidade da Coruña, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.17979/rgf.2022.23.0.9378>

_____. *Quix e querrei e quero e direivos ùa ren: a sintaxe oracional no Pergamiño Sharrer*. In: PICHEL, R. “*Tenh’eu que mi fez el i mui gran ben*”. *Estudos sobre cultura escrita medieval dedicados a Harvey L. Sharrer*. Madrid: Sílex, 2022b. p. 479-510.

_____. Prototipicidade, marcaxe prepositiva e suxeito no galego medieval. *Revista Galega de Filoloxía*, v. 24, p. 132-49. Universidade da Coruña, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17979/rgf.2023.24.0.9789>

_____. A posición do verbo finito no galego medieval: V1, V2 e V_{≥3}. *Scriptum Digital*, v. 13, p. 93-135. Universitat Autònoma de Barcelona, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/scriptum.135>

SÁNCHEZ REI, Xosé Manuel. *O complemento preposicional en galego. Análise desde a gramática de valencias*. Monografía 6 da *Revista Galega de*

Filoloxía. A Coruña: Área de Filoloxías Galega e Portuguesa da Universidade da Coruña, 2010.

UC = FERREIRO, Manuel (dir.). *Universo Cantigas. Edición crítica da poesía medieval galego-portuguesa*. A Coruña: Universidade da Coruña, 2018-. Disponível en: <http://universocantigas.gal/>. Acesso o 28/12/2024.

**SOBRE O ESFORÇO NA *RECENSIO* DA OBRA
DE MOACYR DE ALMEIDA EM PERIÓDICOS**

Mario Newman de Queiroz (UFRRJ)
mcnqsofocles@gmail.com

RESUMO

Quando começamos a realizar a *recensio* da obra de Moacyr de Almeida (1902–1925), logo percebemos que a presença de seus textos em jornais e revistas era bastante significativa para um poeta de vida tão breve. Seguindo indicações de seu principal biógrafo, Martins de Oliveira, buscamos publicações nos jornais e revistas em que Moacyr de Almeida trabalhou ou já se identificavam publicações. Eram esses: Gazeta de notícias, A Noite, Boa noite, A Rua, A Razão, Correio da Manhã, Careta e Fon-Fon. O número proporcional de poemas encontrados, inclusive encontrando inéditos, foi significativo, mas a maior quantidade deles estava fora desse mapeamento. Não era de causar surpresa também, as revistas Para todos, D Quixote publicavam poemas e textos literários em geral, mas seria na requintada Revista Souza Cruz que sairiam o maior número dos poemas, antes da publicação do livro póstumo, organizado pelo irmão e financiado por amigos. Após a morte do poeta, mesmo decorridas décadas, alguns textos de artigos dele, como homenagem, aparecem em jornais e revistas, por exemplo, o artigo “Hércules e seu último feito”, em 1932, na Souza Cruz. Essas publicações póstumas deixam entrever que a *recensio* não se fechara. Os problemas que se abrem são, localizar a Revista Vanguarda, em que trabalhou no último ano de vida, e, sobretudo, buscar identificar textos anônimos ou sob pseudônimos publicados pelo poeta.

Palavras-chaves:

Ecdótica. Moacyr de Almeida. Poesia e periódicos nos anos 1920.

RESUMEN

Cuando comenzamos a revisar la obra de Moacyr de Almeida (1902–1925), pronto nos dimos cuenta de que la presencia de sus textos en periódicos y revistas era bastante significativa para un poeta de vida tan corta. Siguiendo instrucciones de su biógrafo principal, Martins de Oliveira, se buscaron publicaciones en periódicos y revistas en las que trabajaba Moacyr de Almeida o publicaciones ya identificadas. Estos fueron: Gazeta de Notícias, A Noite, Boa Noite, A Rua, A Razão, Correio da Manhã, Careta y Fon-Fon. El número proporcional de poemas encontrados, incluidos poemas inéditos, fue significativo, pero la mayoría de ellos quedaron fuera de este mapeo. No fue sorpresa tampoco, las revistas Para todos, D Quijote publicaron poemas y textos literarios en general, pero sería en la exquisita Revista Souza Cruz donde aparecería la mayor cantidad de poemas, antes de la publicación del libro póstumo, organizado por su hermano y financiado por amigos. Después de la muerte del poeta, incluso décadas después, algunos textos de sus artículos, a modo de homenaje, aparecieron en periódicos y revistas, por ejemplo, el artículo “Hércules e su mais feat”, de 1932, en Souza Cruz. Estas publicaciones póstumas dejan claro que el *recensio* no había terminado. Los problemas que surgen son localizar la Revista Vanguarda, donde trabajó en el último año de su vida, y, sobre todo, buscar identificar textos anónimos o bajo seudónimos publicados por el poeta.

Palabras clave:

Ecdótica. Moacyr de Almeida. Poesía y publicaciones periódicas en la década de 1920.

1. Moacyr de Almeida

Poeta que já teve surpreendente notoriedade nacional, Moacyr de Almeida (1902-1925) hoje precisa ser apresentado toda vez que se fala sobre ele. Há bem pouco, havia apenas dois bustos de poetas no Passeio Público do Centro do Rio, numa entrada o de Castro Alves, na outra, o de Moacyr de Almeida. Havia, o de Moacyr de Almeida primeiro foi dado por sumido, depois constatou-se que fora retirado e não mais retornou. A notoriedade que alcança o nome do poeta nos anos de 1920 somente se pode dar por uma série de circunstâncias favoráveis. Pois o poeta nasceu numa família pobre e morando longe do circuito chique e cultural da então capital da República. O que a rigor deveria ser obstáculo para a construção da fama de poeta, ainda mais de fama rápida. No mesmo período, apenas por comparação, outro poeta que obtinha atenção das luzes da nomeada em jovem era Raul de Leoni, pouco mais velho, porém rico, filho de delegado, chefe da polícia, e posteriormente Ministro do Supremo Tribunal, Carolino de Leoni Ramos. O próprio Raul, formado em Direito, foi nomeado embaixador, chefe de Gabinete do Presidente do Estado Nilo Pessanha, eleito deputado distrital (estadual). Nada desses “méritos” tangiam a vida do moço franzino Moacyr.

Como se fez a difusão do nome e da poesia de Moacyr de Almeida é fenômeno interessante que se deve a fatores locais e de época muito específicos. O poder e prodigalidade da imprensa na então Capital; a moda de recitais de poesia que favorecia um tipo de oralidade inflamada; ter irmão mais velho já trabalhando no meio da imprensa; formação escolar com colegas de pais influentes em circuitos de poder; ele mesmo tão logo termina a escola, com 17-18 anos, ir trabalhar na imprensa fazendo de tudo e qualquer coisa. Mas nada disso teria feito dele o nome que teve se não houvesse talento poético. Suas primeiras poesias publicadas foram aos 14 anos na prestigiosa revista Fon-Fon, noticiado por sua precocidade. A partir dessa data não cessaria mais de publicar poemas em jornais e revistas. Sua poesia transporia rapidamente, pelo poder irradiador da imprensa da capital, as barreiras regionais, tornando-o poeta reputado nacionalmente, assim, em novembro de 1922, a revista D. Quixote, na linha do humor, o convidaria para falar sobre as correntes modernas do Futurismo e do Penumbrismo.

Figura 1: Entrevista de humor com Moacyr de Almeida na revista D.Quixote, n. 288, de 1922.



De saúde frágil, levando uma vida muito difícil, em que apesar de trabalhar a fome sempre esteve presente, trabalhou em vários jornais e era figura frequente nos saraus, pessoalmente ou através de suas poesias de forte marca declamatória. Não sem razão, como já analisamos num artigo publicado na Revista Graphos (UFPB, 1922), Massaud Moisés ressaltou a presença inconsciente de fortes traços do movimento surrealista, que começava a surgir na Europa, atuando na poesia do jovem carioca. Viria a falecer com 23 anos em 01 de maio de 1925. O seu único livro publicado é póstumo, Gritos Bárbaros, com capa por Cornélio Pena. Foi custeado pelo irmão, Pádua de Almeida e amigos. Mas a obra publicada em periódicos era grande, muita em pseudônimo ou nem assinada. A poesia, esta era assinada, foi relativamente fácil de localizar, embora ainda possam surgir novas em outras fontes. Descobrimos alguns poemas com diferenças por vezes significativas entre a primeira publicação e a em livros, assim como alguns inéditos.

2. Poesias

Na busca por publicações impressas anteriores à da publicação póstuma do único livro, localizou-se na imprensa, 1 poema em Careta; 1 em Correiô da Manhã; 1 poema em Para Todos (que também será publicado em Fon-Fon); 16 poemas publicados na revista Souza Cruz (1 deles também publicado em Fon-Fon); 11 publicados em Fon-Fon, 4 deles nunca publicados em livro antes. De modo que, dos 58 poemas que compõem Gritos Bárbaros, 20 pelo menos tiveram publicação anterior ao livro vir à luz pelas páginas de jornais ou revistas. Três destes somente surgiriam a partir da segunda edição, como “outros poemas”. E quatro deles nunca entraram nas publicações em livro. Esses poemas, que denominaremos de “desconhecidos”, encontramos em 3 números da Fon-Fon, de 1916. O poeta teria 14 anos.

Figura 2: Dois sonetos “desconhecidos” publicados sob o Título geral de “Paisagens”, na revista Fon-Fon, de 26/08/1916.

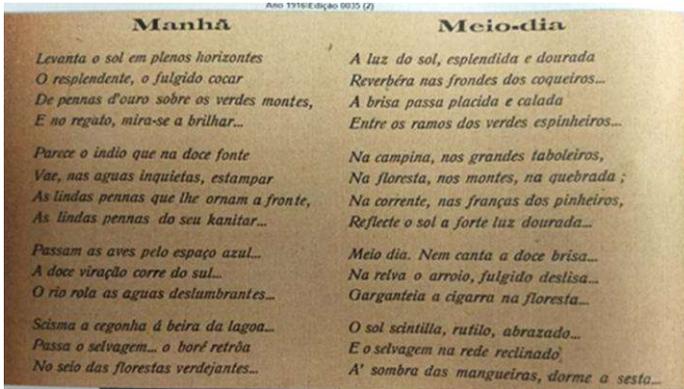


Figura 3: Capa do número 35, ano X, de 26 de agosto de 1916, em que foram publicados os sonetos Manhã e Meio-dia.



As edições em livro são quatro, todas póstumas, apresentam pequenas variações entre si, conforme tratamos em artigo que publicamos na Revista Filologia e Linguística Portuguesa (USP), em 2022, todas buscam ter por referência a edição de Gritos Bárbaros, organizada por seu irmão no ano da morte do poeta. Mas a edição de 1948, sob a supervisão do mesmo irmão que organizara a primeira edição, Pádua de Almeida, organizada e publicada pela casa Zélio Valverde, já acrescentava 21 “outros poemas” e tomava por título, Poesias completas.

Figura 4: Capa da primeira edição de Gritos Bárbaros, 1923.



As edições em livro foram as seguintes:

ALMEIDA, Moacyr de. *Gritos Barbaros*. Com gravação de Manoel Del Valle sobre desenhos de Cornélio Penna, na capa e no corpo do livro. Coordenação de Pádua de Almeida. Rio de Janeiro: Benjamim Costallat & Miccolis, 1925. A primeira edição pelas iniciais do seu organizador responsável, Pádua de Almeida: **PA**.

ALMEIDA, Moacyr de. *Poesias Completas*. Supervisão de Pádua de Almeida. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1948. A edição da Livraria Zélio Valverde por: **ZV**.

ALMEIDA, Moacyr de. *Gritos Bárbaros e outros poemas*. Prefácio “Moacyr de Almeida”, de D. Martins de Oliveira. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960. A edição da Livraria São José por: **SJ**.

CERQUEIRA, Luiz Carlos Oliveira. *Ante as sombras: Moacyr de Almeida, o poeta e sua obra*. Brasília: Thesaurus, 2009. E a edição da antologia pelas duas iniciais finais de seu propositor, Oliveira Cerqueira: **OC**.

Textos em prosa, resenhas, crônicas, críticas.

A dificuldade maior na *recensio* da obra de Moacyr de Almeida está na sua produção em prosa. Sabemos dessa produção através de publicações póstumas, em revistas, em homenagem. Na edição 189, de 1932, da Revista Souza Cruz, é publicado o texto “Hércules e seu último feito”, declarado texto inédito. Outro, apresentado enquanto conto histórico, é publicado em Careta, de 26 de junho de 1954, “El traidor”. Se fora publicado antes e onde, não conseguimos saber.

Outras publicações podemos atribuir a ele por via indireta, por exemplo, através do depoimento de D Martins de Oliveira, artigos sobre a causa irlandesa levou membros da colônia irlandesa a trazerem uma cesta de

flores para render homenagens ao articulista, teriam ficado surpresos quando lhes apresentam não mais que “um simples menino, tímido e desajeitado, com cara de subalimentado”. Isso teria se dado na redação do jornal A rua, onde de fato, a partir de 8 de setembro de 1920, uma série de artigos começa a noticiar a greve de fome do prefeito de Cork, pela causa da independência da Irlanda. “É ali que ele levanta a voz solitária pela defesa da Irlanda, quando do protesto da fome de 74 dias do prefeito de Cork, em artigos memoráveis pela beleza, pela singularidade do evento, pela energia do combate” (OLIVEIRA, 1960, p. 38).

Nenhum desses artigos, acompanhando o caso dia a dia, está assinado. Como assegurar se tratar de textos de Moacyr de Almeida, teriam sido todos escritos pelo jovem poeta jornalista? Era comum à época artigos sem assinatura, ou assinados sob pseudônimo, muitas vezes para encobrir que um mesmo jornalista desenvolvia múltiplas tarefas.

Há publicações que tomamos ciência inteiramente por via indireta, comentários sobre a existência de dado artigo ou resenha crítica, assim se dá sobre sua produção de crítica e resenha teatral em Vanguarda. Na edição de A Rua, de 06 de junho de 1924, numa resenha sobre a peça “A última ilusão” de Oduvaldo Vianna, no Teatro Nacional, o articulista anônimo reúne ao fim uma série de opiniões surgidas em outros periódicos, então, sabemos da existência de resenha de Moacyr de Almeida, em Vanguarda.

Figura 5: Trecho da resenha de A Rua em que o poeta é referido com sua crítica em Vanguarda.



Conforme Martins de Oliveira, seria naquele periódico que firmaria sua “capacidade de jornalista” (*Idem*, p. 38). No entanto, revista ou jornal, **Vanguarda** não se encontra na Hemeroteca Digital da FBN, para piorar a consulta nessa base de dados atravessa por problemas técnicos há mais ne

ano (como se pode ver em observação na página da FBN). Ainda não conseguimos encontrar se estão microfilmados e por motivos diversos não pudemos descobrir se ela se encontra em originais nos arquivos da FBN. Assim, não temos nem como saber se esses artigos eram assinados nominalmente, por pseudônimo, ou anônimos. Há ainda indicação, indireta, da participação dele na revista *América*, também não localizada na FBN ou na Casa Rui Barbosa.

Figura 6: Trecho de tela da página da FBN, em que, numa nota, justifica a impossibilidade de acesso a fontes de periódicos.



Desse modo, pode-se presumir que a obra de Moacyr de Almeida, em sua curta vida, pode ser muito significativa, diversa em aspectos, gêneros e temas. Mas estamos diante de dificuldades de localização e atribuição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Moacyr de. Paisagens: Manhã, Meio-dia. *Fon-Fon*, n. 35, 26 ago; Anno X, [s.p.], Rio de Janeiro: 1916.

_____. *Entrevistado em Futurismo, penumbrismo e Co. D.Quixote*. Rio de Janeiro, 1922; n. 288, 15 de nov; Anno VI, p. 12.

_____. *Gritos Bárbaros*. Com gravação de Manoel Del Valle sobre desenhos de Cornélio Penna, na capa e no corpo do livro. Rio de Janeiro: Benjamim Costallat & Miccolis, 1925.

_____. *Poesias Completas*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1948.

_____. *Gritos Bárbaros e outros poemas*. Prefácio “Moacyr de Almeida”, de D. Martins de Oliveira. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

CERQUEIRA, Luiz Carlos Oliveira. *Ante as sombras: Moacyr de Almeida, o poeta e sua obra*. Brasília: Thesaurus, 2009. (Traz uma antologia que reproduz muito do conforme publicado pela Livraria São José)

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira: simbolismo*. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1988.

OLIVEIRA, D. Martins de. Moacyr de Almeida. In: ALMEIDA, M. de. *Gritos Bárbaros e outros poemas*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

QUEIROZ, Mario Newman de. Palimpsesto surreal em *Gritos bárbaros*. *Revista Graphos (UFPB)*, v. 24, n. 2, p. 108-34 João Pessoa- PB: UFPB, 2022.

_____. *Entre Gritos bárbaros e jornais: a vida poética de Moacyr de Almeida*. *Filologia e Linguística Portuguesa (Online)*. USP, v.24, p.9 - 28, 2022.

_____. *Gritos bárbaros na modernidade carioca: rumo a uma edição crítica de Moacyr de Almeida*. *Cadernos do CNLF*, v. XXV, p. 380-8, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2022.

**UM OLHAR INÉDITO SOBRE O MUNDO:
ASPECTOS SINGULARIZADORES DE CESÁRIO VERDE
NO POEMA “NUM BAIRRO MODERNO”**

Lírian Daniela Martini (UFMT)
lirian_paulista@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar um Cesário Verde completamente inovador na maneira de observar o cotidiano, procurando perceber que é por meio de um olhar agudo e seletivo que o eu poético flagra manifestações impressionistas e surrealistas do mundo que o envolve. Esse olhar agudo não tem somente o objetivo de fazer de Cesário um simples poeta do cotidiano, que já se tornou, aliás, uma afirmação um tanto que estereotipada de sua obra, mas, principalmente, demarcar a expressividade moderna desse olhar semelhante ao olhar agudo e seletivo de uma câmera, que é capaz de captar dimensões que antes eram imperceptíveis, de modo a transcender as imagens dos seres e da paisagem, desconstruindo-as e recriando sobre elas outra realidade. Serão abordados os efeitos contraditórios da linguagem geradores de tensão no poema a fim de evidenciar um Cesário inserido na Modernidade, mas que não está passivo diante dela, e sim voltado para a questão das relações humanas entre as classes sociais.

Palavras-chave:

Modernidade. Cesário Verde. Relações humanas.

ABSTRACT

This work aims to show a completely innovative Cesário Verde in the way he observes everyday life, seeking to perceive that it is through a sharp and selective gaze that the poetic self captures impressionist and surrealist manifestations of the world that surrounds him. This sharp gaze does not only aim to make Cesário a simple poet of everyday life, which has already become, in fact, a somewhat stereotypical statement of his work, but, mainly, to demarcate the modern expressiveness of this gaze similar to the sharp and selective gaze of a camera, which is capable of capturing dimensions that were previously imperceptible, in order to transcend the images of beings and the landscape, deconstructing them and recreating another reality on them. The contradictory effects of language that generate tension in the poem will be addressed in order to highlight a Cesário inserted in Modernity, but who is not passive in the face of it, but rather focused on the issue of human relations between social classes.

Keywords:

Modernity. Cesário Verde. Human relations.

1. Considerações gerais

Em “Num Bairro Moderno”, Cesário Verde realiza um realismo singular, porque focaliza o espaço de maneira a fazer a realidade aparecer como

uma visão deformadora e grotesca, em que as imagens expressam a decadência do homem.

É um poema que tem aproximação com a prosa em relação à sua natureza narrativo-descritiva, uma vez que narra o percurso do “eu poético” pelo espaço urbano. Conforme Gomes (1976), em *Num Bairro Moderno*, Cesário Verde ilustra a “vulgarização” da poesia, pois não interessam mais os motivos burgueses, o cotidiano é agora utilizado como elemento de matéria poética e o eu poético deixa transparecer sua inconformidade diante dos dramas sociais. Para esse autor, “Cesário não se interessa pelo objeto em si, mas pelas ressonâncias que o mesmo possa ter no sujeito” (GOMES, 1976, p. 60).

Um dos aspectos singularizadores da poesia de Cesário Verde são os *flashes* que contribuem para acentuar o dinamismo do espaço focalizado. Um outro aspecto singularizador é a presença de flagrantes do cotidiano, registrados a partir de uma notação realista precisa, por um olhar agudo, semelhante ao de uma câmera. Georg Rudolf Lind, ao se pronunciar sobre as poesias de Cesário Verde, afirma que “as suas imagens da Lisboa de 1880 poderiam substituir a contemplação das gravuras da época” (LIND, 1986, p. 47).

O olhar visualizador se faz presente em todo poema. Tal olhar singularizador não tem somente o objetivo de fazer de Cesário um simples “poeta do cotidiano”, que já se tornou, aliás, uma afirmação um tanto que estereotipada, mas, principalmente, de demarcar a expressividade moderna desse olhar semelhante ao olhar agudo e seletivo de uma câmera. Para Aumont (1993) a câmera ao focalizar o objeto, mergulha tão profundamente nele que evidencia o que antes era imperceptível, captando dimensões que o transcendem. É nesse olhar atento que se constrói a originalidade da poesia de Cesário Verde.

Segundo Eduardo Lourenço (1991), esse olhar inédito sobre o mundo deriva da integração audaciosa de duas perspectivas diversas sobre a realidade: uma reflete “um olhar frio, natural” que caracteriza o eu poético como “positivo e prático”, porque tem o espírito voltado para o concreto, para a verdade, para a observação e não para a intuição, já a outra expressa “um olhar simultaneamente crítico e visionário”, que é o olhar artístico responsável pela ultrapassagem da fugacidade do cotidiano, pelo desvelamento do “espírito secreto” das coisas. Ainda segundo Lourenço (1991), a dupla postulação do olhar de Cesário Verde permite a representação de um mundo “cruel e dolorido”, que está presente na sociedade portuguesa do final do século XIX e que também se faz presente na moderna civilização capitalista do Ocidente.

2. *Análise*

Em “Num Bairro Moderno” o eu poético perambula em busca do que possa ser o objeto da matéria poética, ou seja, consegue enxergar o banal como elemento de construção da linguagem.

Um aspecto da modernidade que se faz presente nesse poema, constituindo um importante processo criador, é o estilo impressionista, ou seja, a realidade exterior existe, mas há também a presença de um eu poético que retira impressões dessa realidade. O importante são as repercussões que o fora provoca dentro do artista. Percebe-se, então, que as imagens do cotidiano assumem dimensões mais exóticas e diferentes, encaminhando-se para um realismo impressionista. Conforme Gomes (1976, p. 60), esse estilo impressionista conduz a um paradoxo, pois se o mundo exterior é o que determina o que o “eu” deve poetizar, então não estamos diante de poesia, e sim de prosa. Mas deve-se levar em conta que Cesário Verde é um poeta Moderno e não lhe interessa mais as convenções de estilos porque, como se sabe, a Arte é feita seguindo ou quebrando as leis que regem a própria Arte.

Cesário Verde, nesse poema, rompe com a tradição artística conservadora, inovando a poesia e, dessa maneira, fazendo-a adquirir inusitadas dimensões que conduzem o leitor a um estranhamento que constitui o ponto de partida para a descoberta do sentido. Para Gomes (1976, p. 60), Cesário não se interessa pelo objeto em si, mas pelas ressonâncias que o mesmo possa ter no sujeito; as coisas do mundo objetivo evocam no Poeta um determinado estado de espírito (...).

As três primeiras estrofes correspondem ao primeiro momento da poesia, evidenciando visualizações do eu poético sobre o despontar físico da cidade através de largos, ruas macadamizadas, casas apalaçadas com jardim.

Na segunda estrofe, é imprescindível observar que as imagens dos objetos têm uma aparente desordem que se faz em flashes, sugerindo a própria multiplicidade e dinamismo da vida moderna. Essa multiplicidade de flashes é evidenciada no registro de pormenores e flagrantes do mundo exterior, num movimento com a linguagem que quase elimina os nexos:

Rez-de-chaussée repousam sossegados,
Abriram-se, nalguns, as persianas,
E dum ou doutro, em quartos estucados,
Ou entre a rama dos papéis picados,
Reluzem, num almoço, as porcelanas.

Percebe-se que nas três primeiras estrofes as descrições dos elementos concretos aparecem de modo vivo. Para alcançar esse efeito, o poeta reúne fragmentos de espaços diferentes que são expostos de maneira instantânea, proporcionando um dinamismo constante às estrofes. Em Cesário Verde, a

percepção do real acontece através de um processo seletivo, em que se privilegiam os fragmentos através do olhar. De acordo com a análise de Gomes (1976, p. 59), os olhos propiciam a integração do “eu” com a realidade, na medida em que se supõe a anulação da subjetividade e a supremacia dos dados do mundo objetivo.

A terceira estrofe mostra um “eu” ciente da miséria social e dos privilégios em torno dele:

Como é saudável ter o seu aconchego
 E a sua vida fácil! Eu descia,
 Sem muita pressa, para o meu emprego,
 Aonde agora quase sempre chego
 Com as tonturas duma apoplexia

A sinestesia é latente. Para Gomes (1976, p. 59), a apreensão dos objetos pelos sentidos parece surgir no texto quase incólume, sem o necessário trabalho da consciência para depurar e analisar os fenômenos da realidade, que se manifestam quase só como sensações. A apoplexia sentida pelo eu poético é resultado das desigualdades presenciadas pelo olhar de *flanêur* que ele lança sobre a cidade e pessoas que vivem nela, evidenciando um poeta inconformado com a realidade que observa. O sentimento da apoplexia demonstra um eu poético desestabilizado com a realidade que presencia. Embora a apoplexia seja uma condição nada agradável, é através dela que o eu poético expande sua sensibilidade e passa a perceber o ambiente que o cerca de maneira mais humanizada, tomando consciência de seu espaço com um olhar mais livre e crítico. É um “eu” que perambula pelo espaço urbano “sem muita pressa”, no desejo de sentir o impacto da multiplicidade do real, introjetando em si as sensações despertadas por esse contato.

Como observa João Gaspar Simões, em Cesário Verde, o real e o concreto funcionam como “estimulantes poéticos”, existindo permanentemente, entre ele e o real, uma “reciprocidade de forças disponíveis” (SIMÕES, 1971).

O segundo momento do poema abrange a quarta, quinta e sexta estrofes. É o momento em que o “eu” observa uma “rapariga vendedora de hortaliças”.

É uma mulher pertencente à classe baixa, mas que desperta a atenção do poeta, preocupado com os problemas sociais. A imagem dessa mulher sugere a negação da modernidade burguesa com seus valores materiais e de coisificação da vida, já que seu meio de trabalho é bastante rudimentar e dotado de natureza, oposto aos objetos concretos que circundam o cenário. Os adjetivos *rota*, *pequena*, *azafamada* contrapõem a riqueza das casas apalaçadas, da rua *macadamizada* e das louças de *porcelana*.

Apesar de todas as inovações tecnológicas e econômicas motivadas pela Revolução Industrial, o eu poético deflagra seu olhar sobre um ambiente urbano que está longe de apresentar características cosmopolitas, ao contrário, o que vê é um local urbano que evolui sem perder as características provincianas de antes.

O cesto de vegetais levado pela mulher harmoniza-se com o natural que se contrapõe ao ideal de progresso imposto pela modernidade. Somente uma minoria da população é que foi beneficiada pela acumulação e circulação de riquezas, enquanto a classe baixa, majoritariamente, permaneceu nos moldes elementares de antes, sendo posta à margem da sociedade por estar ainda atrelada ao setor primário.

Na quarta estrofe, a singularização é tão intensa que a imagem da mulher se funde com os legumes e frutas:

Notei de costas uma rapariga,
Que no xadrez marmóreo duma escada
Como um retalho de horta aglomerada,
Pousara, ajoelhando, a sua giga.

Tem-se a sensação de que a mulher se confunde com o xadrez frio, materializado do mármore, sendo difícil separar as duas imagens. Constrói-se, então, um espaço urbano marcado pela “coisificação”, o ser confunde-se com o objeto.

Os verbos “ajoelhando”, na quarta estrofe, e “se curva”, na quinta estrofe, mostram um ser humano obediente e subserviente a outra classe social. É preciso considerar, conforme Gomes (1976, p. 61), que essa atitude submissa da mulher já nos adianta o conflito que se estabelecerá na sexta estrofe, nas relações comerciais entre classes alta e baixa.

Na sexta estrofe um criado humilha a vendedora de hortaliças, revelando que ele não tem sensibilidade para com a classe baixa. Há, nesse momento, uma contradição, pois mesmo o criado trabalhando em uma “casa apalaçada”, ele continua sendo um proletário porque não é o proprietário do imóvel. O criado, ao humilhar a mulher, demonstra aversão à sua própria classe social. Essa contradição assume um valor relevante na poesia, sugerindo que o patrão se apodera tanto da força de trabalho, como da própria consciência do empregado. Neste trecho do poema, fica evidente a divisão social do trabalho que separou os detentores e não detentores dos meios de produção, emergindo ideologias que resguardam os interesses da burguesia.

A partir da sétima estrofe, o eu poético propõe transformar vegetais em ser humano, mostrando o desejo de mudança. A partir dessa transformação, cria-se outra realidade, modificando a visão que o eu poético tinha da

mulher. O eu poético sai do espaço do real e se transpõe para outro plano, o da imaginação. O advérbio *subitamente*, iniciando a estrofe, serve para marcar esse caráter de mudança. É necessário observar também que o sol favorece essa nova projeção: *à luz do Sol, o intenso colorista*. É nesta sétima estrofe que o eu poético toma ares de artista, desconstruindo o espaço referencial, e criando sobre ele imagens distorcidas, quase que surreais. Há nesse momento uma desautomatização do ambiente frio e estático imposto da primeira a sexta estrofe, onde são descritos os espaços apalaçados da classe alta; o eu poético recria uma realidade peculiar que transcende o cotidiano, com uma figura feminina deformada, que agora é dotada de vivacidade.

É através desse ato de recriação que o eu poético passa a olhar com olhos livres, desconstruindo as amarras sociais às quais a rapariga estava exposta, provocando uma dinamicidade inovadora no ambiente. Abandonase, pois, o determinismo histórico e o eu poético torna-se agente de uma transformação no cenário artístico, revolucionando-o e contestando normas sociais já instituídas. Nesse novo cenário a rapariga não é mais a mulher franzina e pequena dos versos anteriores; na sétima estrofe ela é reconhecida como figura humana que se move e existe, cheia de contornos sensuais com suas “belas proporções carnis”.

Na oitava estrofe a imagem da rapariga some e, repentinamente, imagens do real saltam aos olhos do eu poético, onde a sinestesia atinge um ápice, e concomitantemente sentidos como olfato (*aromas*), visão (*claros*), audição (*campainha, toca*) envolvem o ambiente:

Boiam aromas, fumos de cozinha;
Com o cabaz às costas, e vergando,
Sobem padeiros, claros de farinha;
E às portas, uma ou outra campainha
Toca, frenética, de vez em quando

Os seres e coisas da oitava estrofe se contrastam com a lentidão do eu poético, porque as imagens que os veiculam estão arranjadas em *flashes*, dando a sensação de rápido movimento, até mesmo a campainha toca buliçosa. Enquanto o eu poético perambula devagar, tendo tempo de lançar um olhar mais agudo sobre as coisas do mundo de modo a desconstruí-las e recriar sobre estas novas formas e contornos, ressignificando-as no cenário poético, os objetos do espaço no seu entorno se dispõem em ligeireza.

A presença de vírgulas separando os sintagmas, sem qualquer junção entre eles, reforça a rápida profusão de imagens concretizadas em *flashes*. Faz-se presente uma tensão entre a vagareza do eu poético e o dinamismo à sua volta; o eu poético apesar de estar imerso nesse contexto, não se enquadra nele e passa a deflagrar objetos e pessoas sob uma ótica outra, na qual os valores tradicionais tornam-se questionáveis.

Da nona até a décima segunda estrofe, o olhar agudo do eu poético começa a recriar o corpo da rapariga a partir das frutas, legumes e verduras, produzindo uma imagem do inconsciente que desafia a lógica e a realidade convencional. Os legumes e verduras tomam proporções imaginativas inusitadas. Tem-se a sensação de que o poeta constrói uma composição surreal com as palavras e a fantasia prevalece sobre a realidade, implicando uma transcendência do senso comum. Ao criar essas transformações, aparentemente absurdas e desconexas, o poema de Cesário Verde sugere que a obra de arte está renegando os padrões de ordem social até então estabelecidos.

Neste momento um cenário surreal se instala. A pintura que o eu poético constrói com as palavras se faz através de uma figura quase imperceptível que ele encontra em seu deambular pela cidade. O eu poético não caminhava com a intenção de encontrar a mulher, esse encontro se dá despreziosamente. A distorção de uma figura feminina encontrada ao acaso vai ao encontro do que Bradley (1999) coloca, quando trata da definição de Surrealismo proposta por Breton que

[...] enfatiza a natureza absoluta do automatismo surrealista: poesia, prosa e supostamente a pintura deveriam se originar do encadeamento das primeiras palavras ou imagens que ocorressem à mente. Para os escritores, isso significava confiar no poder criativo da linguagem, por si só. (BRADLEY, 1999, p. 21)

A “musa inspiradora” do eu poético não é a mulher bela, perfeita, mas uma mulher advinda de uma classe social desprovida de posses, que faz uso de um trabalho cujos recursos são extraídos da natureza, humilhada por um criado de um palacete burguês que “lhe atira um cobre lívido, oxidado”.

A mulher rota e azafamada ganha emancipação aos olhos do eu poético e passa a ocupar espaço fascinante no cenário da arte. O eu poético liberta seu inconsciente e uma nova realidade ilógica ganha proporções no poema; as imagens apresentam-se distorcidas, aproximando-se do grotesco, e disposições inovadoras formam uma realidade outra. Giraldes (2021), em sua publicação *Surrealismo – acaso e revolução* apresenta uma passagem que vai ao encontro dessa nova realidade:

O momento surreal é quando a realidade absoluta apresenta-se diretamente como totalidade condensada para além da mera factualidade da reprodução social do mundo das mercadorias. É quando os desejos reprimidos e as possibilidades de outro devir (reais) cortam a realidade imediata (irreal). Ou seja, o surreal comporta um duplo significado: é tanto a realidade absoluta, que inclui o interno e o externo ao ser, a materialidade e o sonho, quanto o maravilhoso que emerge no cotidiano [...] (GIRALDES, 2021)

Essa nova maneira de enxergar as coisas pode ser compreendida como uma crítica que o poeta faz aos valores sociais impostos pela burguesia:

O artista que está em Cesário não está a fazer uma cópia do real. Sua poética é muito mais produtora do que reprodutora de sentidos de realidade (Margato, 2008, p. 46). O único critério que a imagem fragmentária do real acolhe acaba por ser o de uma sensibilidade poética que reconhece a impossibilidade de uma representação mimética do real. O poeta é um homem de imaginação que dá sentidos à realidade e a (re)cria a partir da imagem que ele tem em sua mente. Cesário não pinta as coisas, mas as sensações e os sentimentos em relação a estas coisas que o rodeiam. (BOTELHO 2010, p. 7)

A deformação sofrida pelas frutas é uma estratégia de negação à tradição artística burguesa com seu ideal de beleza perfeita. Na transposição do real, o poeta desprende-se do racionalismo e dá vazão à distorção da realidade circundante; ocorre agora um privilégio das sensações e experimentação poética. A deformação dos vegetais e da rapariga instaura um conflito entre a libertação do imaginário e a razão opressora do mundo capitalista. Ao construir uma linguagem surreal com as imagens da mulher, frutas e hortaliças, o eu poético tem a intenção de interferir na realidade, provocando alterações que a libertem, pelo menos no imaginário, daquele sistema opressor no qual ela vive.

À medida que os vegetais vão se transformando diante do olhar agudo e seletivo do eu poético, começam a aparecer sugestões sensuais de um corpo feminino, emergindo desejo e ruptura dos tabus impostos pela sociedade da época. A mulher que vai se transformando é dotada de curvas e o erotismo se faz presente: *seios injectados, colo, ombros, boca, semblante, carnes tentadoras*. A fertilidade feminina é insinuada pelo “ventre” e pelo “feto”. O vermelho do sangue, na décima segunda estrofe, acentua ainda mais a expressão envolvente dessa mulher-vegetal que vai sendo (de)formada pela sensibilidade surreal do eu poético; há nesta estrofe uma intensificação da cor vermelha o que confere ainda mais projeção sensual à figura feminina: *sangue, escarlata, rubro*. Aos olhos do processo de criação do poeta, a imagem da mulher deixa de ser marmórea, fria, estática e assume um viés mais dinâmico com o despontar de novos *tons e formas*. No espaço evidenciado, o real e o abstrato existem concomitantemente, mas esse real desautomatiza o eu poético observador, favorecendo-lhe a oportunidade de olhar com olhos livres.

O quarto momento da poesia se dá a partir da décima terceira à décima quinta estrofe, onde é constatado um diálogo entre a vendedora de hortaliças e o eu poético. Ao contrário do ocorrido na sexta estrofe, em que o criado não ajudou a mulher, o *flâneur* a ajuda, *sem desprezo*. Tem-se a sensação de que o conflito social será resolvido. A classe privilegiada oferece ajuda à classe baixa, representando um rompimento com a individualidade do mundo burguês capitalista: *Nós levantamos todo aquele peso/Com um enorme esforço muscular*. É um momento em que deixa de ocorrer o egoísmo, pois o

eu poético, ao se solidarizar com a mulher, ultrapassa a fronteira do “eu” construindo um “nós” e o esforço físico de ambos consegue levantar o cesto do chão. Essa passagem do texto faz lembrar as palavras de Guilherme Gontijo Flores (2024) quando trata do fazer poético:

A poesia quase nunca garante bens materiais – pelo ponto de vista do capital, é uma grande perda de tempo. Mas é feita pelo gesto de comunidade. Para mim é uma projeção de comunidades possíveis. É um circuito infinito de recepção e doação que não está interessado em posses. (FLORES, 2024)

Por mais ínfima que seja a atitude do eu poético em relação à mulher, pode-se observar que há uma maior sensibilização às relações humanas.

O que chama a atenção na décima quinta estrofe é que a mulher demonstra “força, alegria e plenitude” e que essas características brotam de uma “digestão desconhecida”. Esse sintagma provoca um estranhamento na linguagem, já que a “digestão” é força que motiva o eu poético a re(criar) uma nova realidade a partir de seu olhar atento e singular; um olhar agudo que o faz enxergar o mundo sob outra ótica. A “digestão” pode ser entendida como uma metáfora da própria poesia, uma vez que esse gênero literário é “liberação interior capaz de transformar o mundo” (PAZ 1982, p. 7).

As quatro estrofes finais correspondem ao quinto momento da poesia, evidenciando um distanciamento entre o eu poético e a mulher, já que cada um segue seu próprio caminho; a realidade mostra-se inalterada, a exploração permanece sobre os menos favorecidos e a indiferença da classe alta se recompõe.

3. Conclusão

Percebe-se no poema que existe um confronto entre duas realidades; a realidade do mundo e a realidade sensível do poeta. Esta última motiva-o a construir imagens irreais, esteticamente capazes de despertar uma libertação interior. Faz-se importante frisar que a irrealidade construída pelo eu poético provém do real. Assim, do mesmo modo que “a poesia revela este mundo; cria outro.” (PAZ 1982, p. 7)

A engenhosidade do poema tem por objetivo chamar atenção para algo que perturba a fim de desestabilizar o que já está instituído. Vemos um Cesário completamente inovador, um artista singular na maneira como transforma o real em elemento de matéria poética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUMONT, J. *A Parte da Arte*. In: _____. *A Imagem*. Campinas: Papirus, 1993.
- BOTELHO, P. P. A Criação Poética de Cesário Verde: uma nova forma de representação da realidade portuguesa. *Darandina revisteletrônica* – Programa de Pós-Graduação em Letras/UFJF. v. 02, p. 01-10, 2009.
- BRADLEY, F. *Surrealismo*. São Paulo: Cosac & Naify, 1999.
- FLORES, G. G. Disponível em <https://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Noticia/ENTREVISTA-Guilherme-Gontijo-Flores>. Acesso em: 02/08/ 2024.
- GIRALDES, M. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/surrealis-mo-acaso-e-revolucao>. Acesso em: 18/03/2024.
- GOMES, A. C. A Consciência em crise em Cesário Verde. *Língua E Literatura*, 5, 57-66, 1976.
- _____. *A Estética Surrealista*. São Paulo: Atlas, 1995.
- LIND, G. R. *O Real e a Análise*: o mundo poético de Cesário Verde. *Revista Colóquio/Letras*, Ensaio n. 93, p. 29-40, 1986.
- LOURENÇO, E. *Os Dois Cesários*. In: _____. *Estudos Portugueses*. Lisboa: Difel, 1991. p. 969-73
- PAZ, O. *O arco e a lira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- SIMÕES, J. G. *O Mistério da Poesia*: ensaios de interpretação da gênese poética. 2. ed., Porto: Inova, 1971.

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe este Número Especial, com os 32 artigos, referentes aos trabalhos recebidos até o dia 30 de agosto de 2023, que foram apresentados no XXVII Congresso Nacional de Linguística e Filologia do dia 28 a 30 de agosto de 2024, em formato virtual, totalizando 438 páginas neste Caderno Especial, dos Anais deste XXVII CNLF.

